



Fátima da Cruz Rodrigues

Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas A Guerra Colonial como Território de (Re)conciliação

Tese de Doutoramento em Sociologia no curso de Pós-Colonialismos e Cidadania Global,
orientada pelo Senhor Professor Doutor José Manuel de Oliveira Mendes
e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fátima da Cruz Rodrigues

Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas

A Guerra Colonial como Território de (Re)conciliação

Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra para obtenção do grau de Doutor

Orientador: Prof. Doutor José Manuel de Oliveira Mendes

Coimbra: 2012



Para os Antigos Combatentes

Índice

Agradecimentos	9
Sumário	11
Abstract	13
Introdução	15

Capítulo 1

Do colonial, do pós-colonial e dos sujeitos (pós)coloniais

1. Introdução	25
2. Pós-colonialismo e colonialidade	27
3. O mundo como ‘resto’ de si mesmo: releituras pós-coloniais	31
4. Para além das ‘existências derivadas’ do sujeito (pós)colonizado	38
5. Pensar na fronteira	62
6. Para uma abordagem situada	66
7. Conclusão	74

Capítulo 2

Percurso e reflexões metodológicos

1. Introdução	79
2. Reflexões metodológicas	81
3. Relatos de vida	85
4. As técnicas de recolha de dados	93
5. Apontamentos sobre o trabalho de campo	97
6. Conclusão	106

Capítulo 3

Soldados africanos das forças portuguesas: da conquista dos territórios africanos às guerras de libertação

1. Introdução	109
2. Os africanos do exército colonial	110
3. A africanização das guerras coloniais (1961-1974)	126
4. Combatentes Africanos na Imprensa Portuguesa	137
5. Conclusão: combatentes africanos, protagonistas da história do fim do império	148

Capítulo 4

Independências e Desmobilização dos Combatentes Africanos

1. Introdução	159
2. Angola: desmobilização e incorporação nas forças militares dos movimentos nacionalistas	160
3. Moçambique: purificação e punição dos desmobilizados	167
4. Guiné: 'Os condenados' da guerra	174
5. Conclusão	182

Capítulo 5

Viver no Portugal pós-colonial: “Esta é a ditosa pátria minha amada”?

1. Introdução	191
2. Antigos combatentes africanos das FAP: estrangeiros em Portugal	192
3. Aquartelados: “já estamos a lutar outra guerra”	197
4. “Talvez quando a pessoa já não é aquilo que a gente era, então a pessoa está abandonada à sorte”	215
5. “Eu não vejo como sou africano”	236
6. Conclusão: entre portugueses que foram e colonizados que nunca deixaram de ser	250

Capítulo 6

Percursos de vida e discursos identitários: existências despedaçadas

1. Introdução	271
2. Entre os Estados africanos independentes e o Portugal (pós)colonial imaginado: percursos de vida e discursos identitários	272
3. Onde identidades e percursos se reencontram e fazem sentido	293
4. Conclusão: a guerra como território de (re)conciliação	305

Conclusão	315
Bibliografia e Fontes	331
Bibliografia	331
Fontes	346

Índice das Imagens

Imagem 1 - Antigos Combatentes das FAP	25
Imagem 2 - Dia dos Comandos	79
Imagem 3 - Ministro do Exército coloca divisas de 1º cabo	109
Imagem 4 - Forte do Bom Sucesso: homenagem	159
Imagem 5 – Aos Comandos mortos na Guerra	191
Imagem 6 – XVII Encontro Nacional de Combatentes	271
Imagem 7- Lembrar a guerra num encontro de antigos combatentes	315

Agradecimentos

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, o Professor José Manuel de Oliveira Mendes, por tudo o que representa neste trabalho. Agradeço-lhe pelo rigor com que me orientou, pela boa disposição e alegria que sempre trouxe para as nossas reuniões, pela confiança que depositou no meu trabalho, por estar compreensivelmente atento aos erros que nele fui cometendo e, sobretudo, por ter inspirado este projecto no qual sempre acreditou.

Agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia por ter financiado este trabalho, bem como ao Programa Operacional Potencial Humano e ao Fundo Social Europeu pelo seu co-financiamento.

Agradeço à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, à Associação de Comandos e à Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho por me terem facultado grande parte dos contactos necessários para desenvolver a pesquisa empírica, por me terem cedido as suas instalações para a realização de muitas das entrevistas efectuadas e, especialmente, pela forma como motivaram a realização deste trabalho.

Agradeço à Associação dos Grupos Especiais e dos Grupos Especiais de Páraquedistas, bem como à Associação das Operações Especiais pela forma tão generosa como apoiaram este trabalho ao permitirem que participasse nos seus encontros.

Agradeço ao Centro de Apoio aos Antigos Combatentes/Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional e à Escola Militar de Electromecânica de Paço de Arcos por me terem autorizado a contactar e a entrevistar, nas suas instalações, antigos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas.

Agradeço ao Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, ao Arquivo Histórico-Militar, ao Arquivo Geral do Exército e à Direcção de Administração de Recursos Humanos do Exército pela forma tão atenciosa como disponibilizaram os seus dados e como responderem a diversas dúvidas que foram surgindo ao longo da pesquisa.

Agradeço aos antigos combatentes: a todos os que me ofereceram tão generosamente os relatos das suas vidas; a todos os que me ofereceram a sua companhia, o seu apoio e a sua amizade, sem os quais este projecto seria impossível.

Agradeço à Paula, à Lígia, à Sara e à Alexandra por me terem apoiado, cada uma à sua maneira, neste trabalho, mas agradeço-lhes, sobretudo, a amizade.

Agradeço à minha família, em particular à minha mãe, Antónia, e ao meu pai, José, por terem acompanhado esta jornada que tantas vezes deles me privou em tantos momentos das suas vidas.

Agradeço ao Nuno, meu companheiro na vida, por me ter apoiado incondicionalmente ao longo de todo este percurso, e ao nosso filho, que entretanto nasceu, o João David, por me ter proporcionado os momentos mais felizes da fase final deste trabalho.

Sumário

Nas guerras que marcaram os últimos anos da longa presença colonial portuguesa em África, Portugal recrutou soldados africanos para as suas Forças Armadas, tal como já o fizera em muitos conflitos anteriores. Entre 1961 e 1974, milhares de africanos combateram na força colonial contra os movimentos de libertação.

Este trabalho procura compreender como estes antigos combatentes das Forças Armadas Portuguesas (FAP) que, entretanto, vieram para Portugal, interpretam os seus percursos de vida. Nesse sentido, a pesquisa recorreu predominantemente às narrativas biográficas oferecidas pelos próprios antigos combatentes africanos das FAP, mas percorreu também outros registos. Arquivos históricos, memórias e testemunhos de muitos antigos combatentes da Guerra Colonial, encontros de rememoração da Guerra, foram outras fontes visitadas ao longo desta pesquisa. Para o seu enquadramento teórico foram convocadas perspectivas que permitem questionar legados coloniais, sem, contudo, restringir-se àquelas que o fazem declaradamente. São sugeridas, então, várias propostas analíticas que denunciam as interpretações eurocêntricas do mundo, e que apresentam alternativas epistemológicas que permitem compreender as relações coloniais e pós-coloniais, bem como os sujeitos que as compõem, e os poderes e as forças que as configuram. Deste modo, seleccionaram-se olhares especialmente atentos ao carácter ambíguo e ambivalente que caracteriza as relações e os sujeitos coloniais e (pós)coloniais e que permitem problematizar os percursos de vida destes homens que, aparentemente, assumiram posições diferenciadas e contraditórias ao longo das diversas temporalidades e geografias políticas, ideológicas e culturais que atravessaram até chegarem ao Portugal pós-colonial.

O ponto de partida deste trabalho resume-se a uma interrogação aparentemente simples: Quem são estes antigos combatentes africanos das FAP que residem em Portugal?

A resposta que encontrámos foi: estes são homens que procuram um lugar onde possam ser reconhecidos como aquilo que são, que podem ser e que querem ser na Angola, no Moçambique, na Guiné-Bissau e no Portugal pós-coloniais.

Para muitos dos antigos combatentes africanos das FAP que colaboraram neste trabalho, esse lugar que procuram é a interpretação que oferecem da guerra. Uma interpretação segundo a qual a guerra é um lugar outro no Portugal pós-colonial. Esse

lugar é o da guerra como um território de (re)conciliação. Uma conclusão pouco provável, quando sabemos que a guerra é um território de devastação, e um lugar de transformação ontológica sem retorno. Mas, na verdade, é esta a conclusão a que chegámos neste trabalho, que escolheu olhar a guerra partindo do ponto de vista dos antigos combatentes africanos das FAP.

Abstract

In the wars that marked the last years of the Portuguese colonial presence in Africa, Portugal recruited Africans for his Army, as it did before in previous conflicts. Between 1961 and 1974, thousands of Africans fought in the colonial force against the liberation movements.

This work seeks to understand how these ex-combatants of the Portuguese Armed Forces (PAF), living in Portugal, interpret their life-paths. In this sense, the research relied, predominantly, on biographical narratives offered by the African ex-combatants of the PAF, but it also resorted to other sources. Historical archives, memoirs and testimonies of many former soldiers of the Colonial War, War remembrance meetings, are other records visited during this survey. The theoretical framework summons perspectives that allow questioning colonial legacies, without, however, be restricted to those which do it openly. So, several analytical proposals are suggested. Proposals which denounce Eurocentric interpretations of the world, and which present epistemological alternatives that allow to understand the colonial and post-colonial relationships as well as the individuals who compose them, and the powers and the forces that shape them. Thus, we choose epistemologies especially attentive to the ambiguity and the ambivalence that characterizes colonial/post-colonial subjects and relations and allow to problematize the life-paths of these men who, apparently, taken differentiated and contradictory positions during the various temporalities, and political, ideological, and cultural geographies that they crossed until they reached the post-colonial Portugal.

The starting point for this work summed up to an apparently simple question: who are these African ex-combatants of the PAF who live in Portugal?

The answer we found was: these men are looking for a place where they can be recognized as what they are, they can be and they want to be in the post-colonial Angola, Mozambique, Guinea-Bissau and Portugal.

For many of these veterans of the PAF, who collaborated in this work, this place that they seek is the interpretation of the war that they offer. An interpretation according to which war is other kind of place in the post-colonial Portugal. This place is the place where the war is a territory of (re) conciliation. An unlikely conclusion, when we know

how the war is a territory of devastation, and a place of ontological transformation without return. But in fact, this is the conclusion reached in this study which chose to look at war from the point of view of African ex-combatants of the PAF.

Introdução

As guerras constituíram um dos conflitos que marcaram a história dos encontros e dos confrontos coloniais. Em África, essas guerras travaram-se entre as potências coloniais e os povos africanos que resistiam aos seus avanços ou ao seu domínio, e entre as próprias forças coloniais invasoras que, entre si, disputavam certas posições. Portugal envolveu-se numas e noutras para edificar o seu sonho imperial. A última e longa guerra que Portugal travou em Angola, em Moçambique e na Guiné acabaria por ditar o fim desse império. Para Portugal, o desfecho da Guerra Colonial correspondeu ao encerramento do longo ciclo colonial português e ao início de um período de vivência democrática que se erguia contra uma ditadura de mais de quarenta anos. Para os países africanos, o fim dessa guerra significou a conquista das suas independências.

Este trabalho fala desse conflito que é a última Guerra Colonial portuguesa em África (1961-1974), mas fala também de outros. Fala de conflitos de memórias, de conflitos identitários, de conflitos entre territórios ideológicos, políticos, culturais e simbólicos, conflitos outros que sobrevivem ao fim da guerra e do colonialismo que os gerou. Estes são conflitos vividos por antigos combatentes africanos que, durante essa guerra, integraram a força colonial, e é principalmente deles que fala este trabalho. O que se pretende é saber como os antigos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas (FAP) que residem em Portugal, interpretam os seus percursos de vida.

Quem são estes homens? Quem são estes antigos combatentes africanos das FAP? Quem são estes homens colonizados que lutaram contra a força que os queria libertar?

Responder a estas questões, tendo por base a lógica das forças que se opõem entre si na guerra, parece simples, embora dê origem a uma resposta, pelo menos, bifurcada: para uns, estes homens traíram os projectos das independências dos países africanos; para outros, estes homens cumpriram o dever de defender o que era a sua pátria.

Responder a estas mesmas questões, mas tendo em conta o poder exercido pelo colonialismo, conduz, igualmente, a uma resposta aparentemente simples: estes são homens colonizados que foram forçados a integrar a força colonial. Mas outros, ainda sob esta mesma lógica, poderiam então perguntar: porque não fugiram para integrar os exércitos de libertação dos territórios africanos como tantos outros o fizeram?

Foram questões como estas que motivaram a realização deste trabalho. Questões simples, cujas respostas também não se mostram complexas quando pensadas numa

lógica dicotómica. Questões que, pelo contrário, se tornam complexas quando são lidas segundo outras lógicas interpretativas.

As lógicas interpretativas que encaminharam este trabalho, conjugadas com o percurso empírico que as acompanharam, levaram-nos a concluir que a guerra é um território de (re)conciliação para os antigos combatentes africanos das FAP. Uma conclusão pouco provável, quando sabemos que a guerra é um território de devastação, e um lugar de transformação ontológica sem regresso. Mas, na verdade, foi esta a conclusão a que chegámos neste trabalho que escolheu olhar a guerra partindo do ponto de vista dos antigos combatentes africanos das FAP.

Ler a guerra escolhendo este ponto de vista implica, precisamente, adoptar uma dessas lógicas para as quais a realidade é bem mais complexa do que a fazem crer aquelas interpretações dicotómicas. Trata-se de uma proposta de leitura que obriga a proceder a vários deslocamentos e descentramentos conceptuais e interpretativos, na medida em que resulta e acontece no cruzamento de circunstâncias e narrativas históricas, sociais e pessoais múltiplas. Trata-se, também, de uma leitura que obriga a prestar particular atenção às diversas temporalidades que envolvem os percursos de vida dos antigos combatentes. Porque os percursos destes homens, longe de começarem com a guerra, inscrevem-se no tempo muito mais longo que é o da colonização portuguesa em África e dos espaços-tempo que a substituíram. Temporalidades distintas que marcaram profundamente, mas também de modo diferenciado, as estruturas económicas, sociais, culturais e políticas de Portugal, de Angola, de Moçambique e da Guiné coloniais e pós-coloniais. Temporalidades distintas mas também indissociáveis entre si, porque estes tempos, inaugurados com o 25 de Abril e com as independências dos territórios africanos, não nasceram sem trazer em si heranças daqueles tempos da guerra e do colonialismo.

São estas considerações que pressionam este estudo em direcção a propostas epistemológicas capazes de dar conta das múltiplas vozes que se entrecruzam nas diversas temporalidades de enunciação e de circunstâncias em que os percursos destes homens acontecem e são contados.

Trata-se, então, de convocar epistemologias especialmente atentas ao carácter ambíguo e ambivalente que caracteriza as relações e os sujeitos coloniais e (pós)coloniais. Porque é precisamente este o sentido em direcção ao qual os percursos destes antigos combatentes encaminham esta análise. Homens colonizados, chamados a combater no seio da força militar colonial contra as forças dos movimentos que lutavam

por libertar os seus territórios da colonização. Homens colonizados, colocados na guerra num lugar do colonizador. Homens que, com as independências dos territórios africanos, se livram da colonização mas que continuam a ser antigos combatentes das FAP.

Estes lugares múltiplos, aparentemente conflituais e contraditórios, que se sobrepõem no decorrer de certos momentos das suas vidas, remetem para a problemática da relação colonial, mais precisamente para a relação entre colonizado e colonizador, e para a possibilidade do primeiro ocupar o lugar do segundo.

Neste ponto, torna-se quase inevitável comparar as posições que estes homens ocuparam na relação colonial com as que Frantz Fanon utiliza para construir o argumento da sua obra *Pele Negra Máscaras Brancas* (s/d). Nesta obra, que representa um esforço por encontrar argumentos que permitam desmascarar as violências coloniais, Fanon racializa a relação colonial e orienta-se por uma questão que coloca no início do seu ensaio: “Que quer o homem negro?” (s/d: 36). No final da obra responde: “O Negro quer ser o Branco. Para o Negro, há um só destino. E esse é branco. Há muito tempo atrás, o Negro admitiu a superioridade indiscutível do Branco, e todos os seus esforços tendem a realizar a existência branca”(s/d: 262). Esta perspectiva situa a problemática da relação colonial na lógica do desejo e do reconhecimento de inspiração hegeliana. Na relação colonial de Fanon, o desejo joga-se sempre em relação ao Outro sendo que o colonizado deseja ocupar o lugar do colonizador, mas nunca pode chegar a sê-lo. A *Máscara Branca* simboliza este desejo, e representa igualmente o sintoma de despersonalização do colonizado provocado pelo colonialismo que o condena a uma atormentada existência derivada.

Este trabalho não pode rejeitar, à partida, esta hipótese avançada por Fanon segundo a qual o colonizado não seria mais do que uma tentativa frustrada de duplicação do seu colonizador. Contudo, existem outras possibilidades interpretativas que permitem questionar a natureza maniqueísta que Fanon atribuiu à relação colonial, na qual reduz a relação entre colonizado e colonizador a um reflexo de diferença narcísica.

Estas são perspectivas que, nas últimas décadas, têm interpelado as formas de pensar a relação colonial que acompanharam a modernidade ocidental. Trata-se de diversas teorias que, embora partam de uma variedade de posições temáticas e epistemológicas, são geralmente denominadas como pós-coloniais. Perspectivas que permitem equacionar o colonialismo como um processo de dominação não unívoco e que sugerem que a relação colonial, inquestionavelmente desigualitária, é também um território de

negociação, de implicação, de resistência, de desestabilização e de tradução. Propostas onde as fronteiras que separam Uns dos Outros são interpretadas como lugares de encontro, “zonas de contacto” (Mary Pratt, 1992), “entre-lugares” (Bhabha, 2005a), onde acontecem dinâmicas transculturais geradoras de mútuas crioulizações identitárias, construídas nas tensões e nos conflitos do encontro colonial. Interpretações cujos conceitos permitem ampliar o conhecimento relativo ao processo de colonização e à realidade pós-colonial mas que, ao mesmo tempo, contribuem para interpelar uma variedade de narrativas que acompanharam a história e o pensamento modernos. Para a crítica pós-colonial, a história da modernidade ocidental construiu-se a partir da bipolaridade que estabeleceu entre a Europa e o “resto” do mundo (Hall, 1992), entre o *Ocidente* e o *Oriente* (Said, 2004). A construção desta fronteira, baseada sobretudo em estereótipos e produzida em diversos meios, entre os quais as ciências e as artes, permitiu o estabelecimento da distinção entre o Nós, eurocêntrico e hegemónico, e o Outro, inferior. Distinção a partir da qual o Ocidente foi construindo a sua cartografia do mundo, caracterizando e avaliando sociedades com base em parâmetros ocidentais universalizantes que permitiram encarar a diferença como ausência ou incompletude, hierarquizar e explorar o Outro racializado e justificar a necessidade da intervenção colonial.

Deste modo, considera-se que a crítica pós-colonial contribui para que este trabalho seja construído a partir de um olhar particularmente cauteloso em relação a qualquer discurso que separe o Mesmo do Outro nas relações coloniais e pós-coloniais. Considera-se, ainda, que os conceitos que estas teorias têm vindo a oferecer permitem deslocar a análise dos percursos de vida dos antigos combatentes africanos em direcção aos territórios configurados nesses entre-lugares da fronteira do encontro colonial.

Seguindo então essa direcção, os percursos de vida dos antigos combatentes abrem-se a outras possibilidades de interpretação. Os antigos combatentes africanos das FAP são sujeitos que, ao longo dos seus percursos de vida, mudaram de posição face ao poder colonial, situando-se, conforme as temporalidades, em pólos que parecem, à partida, antípodas. Ao serem recrutados para o Exército português, eles transitaram, pelo menos formal e institucionalmente, do espaço do colonizado para o do colonizador. Este trânsito aponta para a transposição de uma fronteira que parece separar mundos inconciliáveis. Mas, se assumirmos que as fronteiras ao mesmo tempo que delimitam e distinguem, que estabelecem e fixam diferenças, “[...] são uma zona de contacto onde convergem diferenças fluídas, onde o poder circula de formas complexas e

multidireccionais, onde a capacidade de acção existe de ambos os lados desse fosso permanentemente mutável e permeável” (Friedman, 2001:9), então é a própria fronteira, geradora de contaminações, que permite pensar que os espaços do colonizador e do colonizado não são intransponíveis. Reconhecem-se as potencialidades analíticas deste conceito de fronteira como zona de contacto no que diz respeito à relação entre colonizado e colonizador, sobretudo por sugerir que nesse lugar que os separa, as possibilidades de relacionamento são múltiplas, dialógicas e transitórias. É esta multiplicidade de possibilidades de relacionamento que Boaventura de Sousa Santos identifica quando diz que a vida na fronteira apresenta características muito particulares como o uso selectivo e instrumental das tradições, misturas de heranças e invenções, hierarquias fracas, invenção de novas formas de sociabilidade, pluralidade de poderes e de ordens jurídicas, fluidez das relações sociais e promiscuidade entre estranhos e íntimos (2000: 321-330). E se, para o mesmo autor, a vida na fronteira é instável, perigosa, transitória, vulnerável e precária, ela também pode ser reconfortante e abrir um conjunto de potencialidades emancipatórias aos sujeitos que a experienciam.

Contudo, quando a fronteira que, supostamente, se cruza é aquela que pretende separar inequivocamente o detentor do poder colonial daqueles Outros colonizados que dele se querem libertar, e quando o seu atravessamento significa que se passa a ocupar um lugar determinante na manutenção da ordem colonial, como se processa, então, esse trânsito - (caso esse trânsito exista)? Quais são as condições que os sujeitos, historicamente situados no pólo do colonizado, têm de preencher para, supostamente, cruzar essa fronteira - (se é que alguma vez a cruzam)?

O que estas questões sugerem, quando conjugadas com o conceito de fronteira como zona de contacto, é que na relação colonial não existe apenas uma fronteira entre colonizado e colonizador. Existem fronteiras diferenciadas. Fronteiras entre papéis que uns e outros podem desempenhar; fronteiras entre modelos culturais e sociais diferenciados e diferenciadores; fronteiras que estabelecem relações de poder no encontro colonial. Isto significa que, num mesmo lugar, estas fronteiras podem coexistir, conjugar-se, sobrepor-se, ou não. Isto significa também, que uma determinada fronteira pode ser mais ou menos fluída, mais ou menos permeável, ou mais ou menos rígida e, deste modo, pode atribuir ao sujeito um lugar mais ou menos estável, conforme o território que pretende delimitar.

Por sua vez, se centrarmos a nossa atenção no sujeito que ocupou aquelas posições supostamente contraditórias e conflituais da relação colonial, as dúvidas multiplicam-se

e desviam-nos para outros territórios analíticos. Ao localizar-se no pólo do poder colonial, como é que estes homens, simultaneamente colonizados e responsáveis pela preservação do poder colonial, se definem e posicionam face ao poder e à guerra coloniais? A que tipo de identificações recorrem os antigos combatentes africanos das FAP para justificar as suas posições? Como representam a “nação imaginada” pelo poder colonial que passam a proteger ao tornarem-se protagonistas da sua defesa?

Estas questões conduzem-nos, inevitavelmente, para a temática da construção das identidades individuais, sociais e colectivas produzidas na articulação de múltiplas diferenças. Alinhando com as perspectivas pós-coloniais, os percursos destes antigos combatentes podem, então, ser situados nesses lugares intersticiais, lugares de “[...] sobreposição e deslocamento de domínios da diferença [...]”, propostos por Homi Bhabha (2005a:20). Seguindo esta linha de análise, é nos vários lugares liminares que vão ocupando ao longo das suas vidas que estes sujeitos vão gerindo as suas referências identitárias. Referências múltiplas e contraditórias e que, segundo Stuart Hall, dão origem a “[...] identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um self coerente” (1997:10). Neste sentido, em cada sujeito não só coexistem identidades contraditórias, que o pressionam em direcções diversas, como as identificações se transformam continuamente. Esta forma de entender as identidades permite rejeitar as condições de fixidez e de plenitude que as perspectivas monolíticas tendem a atribuir às identidades, e contribui para a compreensão de percursos de vida que ocorrem nos espaços intersticiais da alteridade.

No caso dos antigos combatentes africanos é ainda necessário situar esta análise relativa à formação e mobilização de referências identitárias, bem como em relação aos trânsitos que se processam entre os espaços simbólicos que ocupam, não apenas por referência a universos culturais, sociais e políticos que se distinguem e confrontam, que se cruzam, sobrepõem e contaminam, mas também em relação a condições materiais que a ocupação de cada espaço oferece aos sujeitos, e que podem constituir vectores de atracção ou de repulsão em relação aos mesmos.

Além disso, para compreender estes percursos é, também, incontornável situá-los num contexto muito particular que é o da organização militar. Pertencer a uma instituição militar significa estar sujeito a um poder disciplinador o qual, tanto para Michel Foucault (1997) como para Erving Goffman (1992), implementa uma série de fórmulas de dominação invasoras do indivíduo. Através de várias técnicas, a disciplina - a microfísica do poder como lhe chama Foucault- é normalizadora de comportamentos,

de relações, de hierarquias; fabrica “[...] corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” [...]” e “[...] estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (1997: 119). Esta análise do poder disciplinador testemunha igualmente que as relações de poder geradas não são unívocas: “[...] definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças” (Foucault, 1997: 27).

Embora Foucault reconheça que o poder regulatório das instituições depende, em parte, das respostas dos sujeitos que ele convoca, a sua tese tem sido objecto de críticas provenientes de várias áreas do conhecimento, sobretudo por não equacionar experiências subjectivas que estão à margem do reino daquele “corpo dócil”. Os estudos pós-coloniais, mas também os estudos feministas, têm revisitado, com frequência, esta problemática. As propostas que têm apresentado são variadas e algumas delas são contraditórias entre si, contudo, em termos gerais, têm oferecido a possibilidade de pensar que o sujeito pode ter uma margem de manobra face às normas reguladoras que o controlam. Sem negar o poder dos discursos reguladores na construção das subjectividades, estas teorias sugerem que estes discursos podem, ao mesmo tempo, constituir territórios no seio dos quais a subversão é uma possibilidade. Estas análises são fundamentais não apenas para pensar os sujeitos na sua relação com a instituição militar, mas também para interpretar a sua relação com o discurso colonial.

Acontece, todavia, que o africano das FAP não é apenas um soldado, é um combatente. Isto significa que não é possível interpretar o percurso desses homens sem os situar nas frentes de combate. Nestes cenários, a vida quotidiana e a sobrevivência não se reduzem a produtos de estratégias e táticas militares. A vida na guerra é uma “experiência extrema” (Fisher, 1994) onde o quotidiano e a sobrevivência se jogam em territórios de lealdades, cumplicidades, trocas, entre-ajudas. Um cenário onde também não faltam negociações, interesses individuais e colectivos e conflitos entre os que se encontram do mesmo lado da “barricada”. A experiência da guerra permite questionar, mais uma vez, os limites que, neste contexto particular, separariam o Mesmo do Outro na relação colonial e voltar a realçar a importância do reconhecimento da ambivalência que, segundo as teorias pós-coloniais, caracterizam os processos de relacionamento com a alteridade.

Mas os percursos que estudámos não terminam na guerra. Atravessam outras fronteiras. A maioria dos antigos combatentes africanos das FAP viveu algum tempo

nos territórios africanos independentes onde nasceram, e deles partiram rumo ao Portugal pós-colonial. É neste contexto que os conhecemos e é nele que nos relataram as suas histórias de vida. Interpretar os seus percursos de vida significa, então, procurar compreender como viveram estas rupturas e descontinuidades políticas e ideológicas, como se (re)posicionam face aos novos Estados africanos independentes e à nação portuguesa que se (re)imaginam com o fim do colonialismo, e o que esperavam encontrar e ser no Portugal pós-colonial.

As propostas teóricas indicadas nesta introdução permitem equacionar estes vários (re)posicionamentos ao longo dos quais os antigos combatentes vão tecendo as suas vidas. Contudo, em relação à análise da problemática colonial, bem como dos tempos que se lhe seguiram, não podemos esquecer que o pós-colonialismo, como corrente intelectual, é um fenómeno basicamente anglo-saxónico, que toma como realidade fundadora o colonialismo britânico, e que, segundo Boaventura de Sousa Santos o colonialismo português apresenta especificidades que se manifestam “[...] nos planos social, político, jurídico, cultural, no plano das práticas quotidianas de convivência e sobrevivência, de opressão, de resistência, de proximidade e de distância, no plano dos discursos e narrativas, [...] das emoções e dos afectos, dos sentimentos e das ideologias” (2002: 27-28). Por isso, também reconhecemos que estas teorias poderão ser insuficientes para interpretar os percursos de vida destes antigos combatentes.

Segundo Boaventura Sousa Santos, a especificidade do colonialismo português, relativamente a um colonialismo protagonizado por países centrais, decorre fundamentalmente da condição semi-periférica que Portugal ocupa desde o século XVII e da sua dependência em relação a Inglaterra (2004: 43). A subalternidade que Sousa Santos atribui ao colonialismo português, e a sua prolongada duração afectaram as configurações de poder social, político e cultural e os regimes identitários quer na sociedade portuguesa, quer nas ex-colónias (Santos, 2006: 212). Esta perspectiva reveste-se de uma importância central neste trabalho ao sugerir que a especificidade do colonialismo português se manifesta na ambivalência das representações do colonizador e nos regimes de inter-identidades presentes nos “jogos de espelhos” da relação colonial, nas experiências particulares de ambivalência, reciprocidade, imitação e hibridiz entre colonizador e colonizado portugueses, e nas especificidades do racismo das relações de poder do “espaço-tempo de língua oficial portuguesa” (Santos, 2006). Esta hipótese contribui sobretudo para evitar que a interpretação dos percursos dos

antigos combatentes africanos das FAP se reduza aos quadros conceptuais que têm por base a análise do colonialismo e do pós-colonialismo hegemónicos.

Partindo das considerações teóricas enunciadas, este estudo passa, então, pela interpretação de memórias de guerra de antigos combatentes africanos das FAP de modo a compreender os motivos e os significados que atribuem ao seu envolvimento na Guerra Colonial. O recurso a estas memórias, bem como a outras narrativas que, de algum modo, resgatam representações das vivências destes sujeitos permitem equacionar as componentes materiais dos seus percursos de vida e problematizar as múltiplas, complexas e provavelmente contraditórias relações que compunham e compõem os seus quotidianos. Percorrer as suas biografias possibilita, por sua vez, apreender a forma como estes antigos combatentes se posicionam face ao poder colonial e ao novo contexto inaugurado pelo encerramento do ciclo colonial português. Deste modo, com base numa análise interpretativa dos relatos de vida de homens cujas referências identitárias parecem assumir, num determinado momento dos seus percursos, simultânea e paradoxalmente, condições de sujeitos colonizados e de sujeitos responsáveis pela manutenção da força colonial, procura-se contribuir para aprofundar a compreensão do processo de colonização e da situação pós-colonial portuguesa.

Partindo desta análise, a conclusão a que chegamos neste trabalho é que a guerra, para os antigos combatentes africanos das FAP, é um território de (re)conciliação. Um território que permite aos antigos combatentes reconciliar-se com os seus percursos de vida e um território de (re)conciliação que oferecem, sobretudo, ao Portugal pós-colonial.

Fixado este quadro geral, este trabalho organiza-se em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico desta pesquisa. Para ele, convocam-se perspectivas que permitem questionar legados coloniais, sem, contudo, nos restringirmos àquelas que o fazem declaradamente. São sugeridas, então, várias propostas analíticas que denunciam as interpretações eurocêntricas do mundo, e que apresentam alternativas epistemológicas que permitem compreender as relações coloniais e pós-coloniais, bem como os sujeitos que as compõem, os poderes e as forças que as configuram. Entre elas, as abordagens oferecidas pelos estudos pós-coloniais ocupam um lugar privilegiado, mas não exclusivo, neste capítulo. Dele fazem parte outras vozes, como a dos estudos feministas que, embora não se centrem geralmente na problemática do colonial e do pós-colonial, são consideradas fundamentais para analisar a constituição de subjectividades e, particularmente, a constituição de subjectividades de

sujeitos subalternizados. Outra preocupação deste capítulo é a de situar a problemática em relação ao colonialismo e ao pós-colonialismo relativos à realidade portuguesa e, por isso, também se apresentam contributos teóricos de vários autores que os têm como objecto privilegiado das suas análises.

O segundo capítulo é dedicado ao percurso metodológico adoptado ao longo da investigação. Neste capítulo apresentam-se as opções metodológicas que orientaram a pesquisa, mas também os desafios que decorrem de uma investigação de carácter qualitativo que privilegiou o método biográfico. Este capítulo mostra, ainda, como o recurso a outras fontes e registos são fundamentais para suportar e compreender alguns dados biográficos, e para enquadrar e perceber alguns dos seus contextos, bem como diversos momentos e situações de investigação.

O terceiro capítulo aborda a evolução do recrutamento e da utilização de africanos nas FAP. O seu principal objectivo é identificar e compreender a diversidade de lógicas que orientaram a incorporação de africanos nas FAP em relação aos territórios onde as guerras aconteceram.

Segue-se o capítulo quarto que analisa os processos de desmobilização dos combatentes africanos das FAP, os quais assumiram contornos muito particulares em cada um dos territórios africanos palco das guerras de libertação. Procura-se, então, saber como foram equacionadas as desmobilizações desses soldados das FAP nos processos de transferência de poderes estabelecidos entre Portugal e os movimentos de libertação presentes nas negociações.

O quinto capítulo pretende compreender os motivos que os antigos combatentes evocam para justificar a sua partida para Portugal e os significados que estes homens atribuem aos seus percursos de vida desde que foram desmobilizados e, sobretudo, desde que estão em Portugal.

No último capítulo apresenta-se uma análise que começa por caracterizar os diversos percursos de vida dos antigos combatentes africanos das FAP. Esta análise permite compreender como dialogam entre si os percursos destes homens, com os seus discursos identitários.

Este trabalho termina com a parte dedicada às suas conclusões gerais.



Imagem 1 - Antigos Combatentes das FAP (Belém, 10 de Junho 2007)

Capítulo 1

Do colonial, do pós-colonial e dos sujeitos (pós)coloniais

1. Introdução

Em 1961, ano em que começou a guerra colonial em Angola, Frantz Fanon, autor incontornável de múltiplas referências dos estudos centrados na problemática da colonização, escrevia

A descolonização [...] só pode ser compreendida, só tem a sua inteligibilidade, só se torna translúcida para si mesma na exata medida em que se discerne o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. [...] A descolonização nunca passa despercebida, pois diz respeito ao ser, ela modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela inessencialidade em atores privilegiados, tomados de maneira quase grandiosa pelo rumo da História. Ela introduz no ser um ritmo próprio, trazido pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos (2005: 52-53).

O objectivo deste capítulo não é falar de descolonização no sentido que Fanon lhe atribuiu no início da sua última obra *Os Condenados da Terra*, isto é na descolonização política que permitiria a libertação dos povos africanos submetidos ao colonialismo (2005). O que se pretende é partir de perspectivas que têm como uma das suas principais linhas orientadoras outro tipo de descolonização: a descolonização do conhecimento.

Isto não quer dizer que se pretende adoptar, exclusivamente, a perspectiva latino-americana que popularizou este conceito, a saber o *projecto colectivo de*

*modernidade/colonialidade*¹. Projecto político, ético e epistémico que Catherine Walsh define como um “pensamento crítico outro ou de outro modo” cujo objectivo é, partindo de perspectivas e subjectividades invisibilizadas, excluídas e subalternizadas, pensar fora dos limites definidos pelo neoliberalismo e a modernidade, com o propósito de construir mundos e modos de pensar e de ser distintos (2005: 14-18).

Ao propormos um enquadramento teórico inspirado em teorias cujo objectivo é descolonizar o conhecimento pretendemos, isso sim, convocar para este debate perspectivas que permitem questionar legados coloniais, sem, contudo, nos restringirmos àquelas que o fazem declaradamente.

Partir dessas perspectivas que questionam os legados coloniais significa, antes de mais, reconhecer que o colonialismo não marcou unicamente as subjectividades e as relações sociais, culturais e políticas, mas também o modo eurocêntrico de pensar essas mesmas subjectividades e relações.

É neste sentido que o *projecto modernidade/colonialidade* cabe nesta análise. A partir das noções de colonialidade do poder, do saber e do ser que desenvolve, esta abordagem denuncia a geopolítica dominante do conhecimento e a subalternização ontológica e humana que a acompanha e sustenta, ao mesmo tempo que apresenta uma leitura das relações e dos sujeitos coloniais e pós-coloniais que rompem com os modos de pensar marcados pelo colonialismo².

Entre as perspectivas que procuram, explicitamente, denunciar a colonialidade do conhecimento³ atribuída ao eurocentrismo e que segundo Anibal Quijano significa uma racionalidade específica ou seja uma “[...] perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo” (2005: 18)⁴ serão, também, privilegiadas abordagens que, muito embora

¹ Projecto do qual fazem parte Arturo Escobar, antropólogo colombiano, Enrique Dussel, filósofo argentino, Anibal Quijano, sociólogo peruano, Walter Mignolo, teórico cultural e semiólogo argentino-norte-americano, Catherine Walsh, linguista radicada no Equador, Nelson Maldonado Torres, filósofo porto-riquenho entre outros (Walsh, 2005: 17).

² Esta abordagem tem ainda a particularidade de articular a problemática do domínio colonial, que considera indissociável da modernidade, com a do capitalismo global. A articulação destas problemáticas é feita, fundamentalmente, com base na óptica do sistema-mundo desenvolvida por Wallerstein.

³ Os autores do projecto *modernidade/colonialidade* falam em colonialidade do saber. Para aprofundar esta abordagem veja-se Enrique Dussel (2005) e Walter Mignolo (2005).

⁴ As citações traduzidas dos originais são da nossa responsabilidade.

revelem uma variedade de posições temáticas e epistemológicas, são geralmente identificadas como pós-coloniais.

Dialogaremos privilegiadamente com estas perspectivas porque acreditamos que as críticas que proferem às interpretações eurocêntricas do mundo, bem como as alternativas epistemológicas que propõem, permitem compreender, de um modo muito particular, as relações coloniais e pós-coloniais, bem como os sujeitos que as compõem, os poderes e as forças que as configuram e, por isso, constituem um enquadramento teórico pertinente para esta pesquisa.

Além destas abordagens convocaremos ainda outras que, embora não se centrem geralmente na problemática do colonial e do pós-colonial, são consideradas fundamentais para quem pretende analisar a constituição de subjectividades e particularmente a constituição de subjectividades de sujeitos subalternizados. Referimo-nos a abordagens feministas, pois consideramos que introduzem dimensões analíticas que questionam e ampliam o conhecimento desenvolvido em torno do sujeito.

São estas configurações teóricas, que envolvem uma diversidade de campos disciplinares e epistemológicos, que serão o principal alvo de atenção deste capítulo. Resta ainda referir que uma das suas preocupações é, também, a de situar a problemática em relação ao colonialismo e ao pós-colonialismo relativos à realidade portuguesa e, por isso, também serão ponderados contributos teóricos que os têm como objecto privilegiado das suas análises.

2. Pós-colonialismo e colonialidade

Importa esclarecer, desde já, que embora não exista uma matriz teórica capaz de integrar a variedade de posições temáticas e epistemológicas que são geralmente denominadas como pós-coloniais é, contudo, possível apontar algumas perspectivas que delineiam esses estudos e que, na sequência de críticas já introduzidas pelo pós-estruturalismo e pelo pós-modernismo, reconfiguram algumas questões já colocadas às concepções eurocêntricas do mundo.

Recorrer ao pós-colonialismo obriga-nos, antes de mais, a reflectir sobre o significado dessa expressão. Verifica-se que se trata de um termo que, por ser frequentemente utilizado para indicar, indiferenciadamente, o momento que sucede ao fim do colonialismo, enquanto sistema de dominação político, e a perspectiva epistemológica inaugurada pelos estudos pós-coloniais, tem sido considerado impreciso

e tem levado alguns autores a reflectir sobre a necessidade de separar aquelas duas dimensões.

Esta reflexão é desenvolvida, por exemplo, por Stuart Hall. Mas este autor, em vez de propor uma conceptualização que permita uma distinção clara entre as dimensões temporal e a teoria crítica no que respeita o significado de pós-colonialismo, apresenta um argumento que favorece o significado duplo do termo. Apelando para o deslocamento que o discurso pós-colonial empreendeu na análise destas dimensões, Hall observa que “com a «colonização» e, conseqüentemente, com o «pós-colonial», nos situamos irrevogavelmente dentro de um campo de forças de poder-saber. É justamente a distinção falsa e impeditiva entre colonização enquanto sistema de governo, poder e exploração e colonização enquanto sistema de conhecimento e representação que está sendo recusada” (2006: 111). Por isso, Hall defende que manter a tensão entre o epistemológico e o cronológico é produtivo porque o momento que sucede à relação colonial “não significa que o que chamamos de «efeitos secundários» do domínio colonial foram suspensos [...]” (2006: 112). Assim, para este autor, a mudança inaugurada pelas independências dos territórios colonizados diz respeito a uma reconfiguração de um campo e não à transformação entre dois estados mutuamente exclusivos. Neste sentido, o que o conceito de pós-colonial ajuda a fazer é a descrever ou a caracterizar a mudança nas relações globais que a transição da era colonial para o momento das independências e descolonizações veio instaurar, e para identificar as novas relações e disposições do poder que emergem desta nova ordem global (Hall, 2006: 101). Por isso, e para o mesmo autor, o termo pós-colonial é adequadamente universalizante uma vez que diz respeito ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou profundamente as sociedades (ex)colonizadoras e as (ex)colonizadas, embora de formas distintas. Ao mesmo tempo, o termo permite atender que a colonização afectou de tal forma colonizadores e colonizados, que o fim do colonialismo não eliminou o que neles se inscreveu com a colonização. Deste modo, o pós-colonial não designa propriamente um antes e um depois, um aqui e um lá, um dentro e um fora do sistema colonial; não constitui uma periodização baseada em “estágios epocais, em que tudo é revertido ao mesmo tempo, em que todas as antigas relações desaparecem definitivamente e outras, inteiramente novas, vêm substituí-las” (2006: 103). Trata-se antes de um conceito que, ao revelar esta “dupla inscrição”, vem

obrigar a romper com as fronteiras nítidas sobre as quais as histórias do colonialismo se desenvolveram⁵.

Reconhecemos a interdependência entre poder e saber atribuída ao domínio colonial, bem como a sobrevivência de efeitos coloniais nas sociedades que se viram envolvidas na colonização de que fala Hall. Contudo, consideramos, também, que estes argumentos não justificam a atribuição de um significado simultaneamente epistemológico e cronológico ao termo pós-colonialismo. Isto porque são argumentos que remetem para diferentes dimensões constituintes do colonialismo e que podem ser distinguidas do pós-colonialismo. Como alternativa, considera-se que o conceito de colonialidade, cunhado por Quijano, permite distinguir de modo mais preciso essas dimensões e, ao fazê-lo, contribuir para superar parte da ambiguidade conceptual que tem sido atribuída ao termo pós-colonialismo.

Assim, para Quijano a colonialidade não é sinónimo de colonialismo. Este, o colonialismo, diz respeito a uma relação política e económica na qual a soberania de um povo está submetida ao poder de outro povo ou nação, enquanto a colonialidade significa um padrão de poder decorrente do colonialismo moderno. Padrão de poder que não está circunscrito à relação política de dominação estabelecida pelo colonialismo. Diz antes respeito à forma como se articulam entre si a autoridade, o trabalho, o conhecimento e as relações inter-subjectivas com base nos interesses do capitalismo global e na classificação racial utilizada ao seu serviço. É a esta matriz de dominação a que Quijano se refere quando fala em colonialidade do poder, ou seja a um modelo de poder global que concentra formas de controlo da cultura, da subjectividade e da produção de conhecimento sob a sua hegemonia ocidental. Subjacente a esta definição encontra-se a de colonialidade do saber que significa a repressão, a supressão ou a exclusão de formas de produção de conhecimento que não correspondem à perspectiva eurocêntrica do conhecimento (Quijano, 2000; 2005). Este modelo de poder remete ainda para o conceito de colonialidade do ser também explorado por Maldonado-Torres e Walsh.

⁵ Para outras discussões relativamente à ambiguidade do termo pós-colonialismo veja-se McClintock (1995) e Appiah (1992) que apresentam releituras do “pós” relativamente ao conceito pós-colonial, e Loomba (1998) que aborda a necessidade de remeter este conceito para localizações precisas.

Para estes autores, a colonialidade do ser refere-se à subjectividade e a dinâmicas existenciais dos sujeitos que foram submetidos à violência epistêmica da modernidade e colonialismo europeus.

Quanto às dinâmicas existenciais, a colonialidade do ser remete, fundamentalmente, para os contextos definidos ou marcados pelo discurso moderno da raça. Diz Maldonado-Torres que “é aí onde sentimentos de superioridade e inferioridade, a escravatura racial, a indiferença perante os diferentes, o genocídio e a morte se tornam realidades comuns. Dizer que o ser tem um carácter colonial significa que uma nova dinâmica surgiu com a modernidade, na qual a reivindicação de autonomia do ser se converte [...] num projecto que procura transformar o mundo humano numa estrutura maniqueísta entre senhor e escravo” (2007: 154).

Quanto à subjectividade, seguindo de perto a proposta de Fanon relativamente ao sujeito colonizado, para estes autores o colonialismo moderno condenou, esse sujeito, a uma espécie de não-existência pela forma como, ao longo da história da sua implantação, lhe foi sendo negado o estatuto humano. (Walsh, 2005: 22-23; Maldonado-Torres, 2007, 2008; Quijano, 2000).

A subalternização do sujeito colonial racializado, o desconhecimento da sua alteridade e as formas de desumanização a que foi submetido converteram, nesta óptica, o colonizado em um não-ser. Um não-ser que, segundo Maldonado-Torres, significa mais do que uma negação e uma invisibilidade do sujeito não europeu racializado e colonizado. Significa a negação da sua humanidade e é nessa negação, como se pode ler a seguir, que este autor situa a colonialidade do ser. Esta colonialidade indica “a violação do sentido da alteridade humana, até ao ponto onde o alter-ego é transformado em um sub-alter”, e torna-se concreta “na produção de sujeitos liminares, os quais marcam o próprio limite do ser, isto é, o ponto no qual o ser distorce o sentido e a evidência, ao ponto de e para produzir um mundo onde a produção de sentido estabelecido ultrapassa a justiça” (2007: 150-151). Então, segundo esta perspectiva, como para Fanon, o sujeito colonizado é um sujeito condenado. Condenado a uma subjectividade que, de certo modo, lhe foi removida na medida em que, como argumenta Maldonado-Torres, se a subjectividade se caracteriza fundamentalmente por dar, este sujeito colonizado “encontra-se em condições nas quais não pode dar, pois o que tem foi-lhe retirado” (2007: 151).

É este modelo de poder, ou seja a colonialidade do ser, do poder e do conhecimento, que, segundo a perspectiva do *projecto modernidade/colonialidade*, sobrevive ao fim do colonialismo.

Deste modo, pensamos que o conceito de colonialidade permite libertar o conceito de pós-colonialismo de algumas dimensões que tende a encerrar na sua significação e avançar para uma definição operacional que ultrapasse parte das críticas a que tem sido submetido.

Neste sentido adoptaremos a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos segundo a qual o pós-colonialismo deve ser considerado de acordo com duas acepções: uma relacionada com o período histórico que assinala e a outra com a postura epistemológica que o caracteriza (2002).

A primeira acepção corresponde a uma abordagem de carácter cronológico. Na sua origem, o termo pós-colonial limitava-se fundamentalmente a referir a época do fim do colonialismo que, a partir da segunda metade do século XX, marcou grande parte de África e da Ásia. As transformações que decorreram destes tempos de mudança passaram a constituir objectos de interesse por parte de diversas áreas de conhecimento, tais como a sociologia, a economia ou a política, preocupadas em analisar problemáticas relacionadas sobretudo com a construção dos novos Estados independentes (Santos, 2002: 30).

Na sua segunda acepção, o pós-colonialismo significa o conjunto de discursos e práticas que procuram desconstruir as narrativas coloniais questionando-as do ponto de vista do (ex)colonizado (Santos, 2002: 30).

Esse ponto de vista pós-colonial significa, para Sanches, um tipo de abordagem que questiona as certezas epistemológicas e as metodologias disciplinares, a linearidade de um tempo histórico centrado no “Ocidente”, ao mesmo tempo que se apropria criativamente da sua teoria a fim de recuperar outras subjectividades e narrativas silenciadas pelo eurocentrismo, assinalando o papel central da violência colonial na constituição das totalidades que o pós-modernismo viria a questionar e a pós-colonialidade a interpretar de um modo alternativo (2005: 8).

É esse ponto de vista que exploraremos de seguida.

3. O mundo como ‘resto’ de si mesmo: releituras pós-coloniais

Nas últimas décadas vários autores, provenientes de diversas áreas de saber, têm demonstrado que os conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais, em geral, e pela

Sociologia, em particular, têm produzido e reproduzido a dicotomia que Stuart Hall denominou cabalmente *The West and The Rest* (1992). Dicotomia que representa a forma como o Ocidente, nomeadamente a Europa, tem construído o conhecimento sobre o ‘resto’ do mundo reproduzindo a perspectiva colonial.

A identificação dessa dicotomia e as diversas formas da sua desconstrução constituem um denominador comum dos estudos identificados como pós-coloniais. Começamos por convocar esta dicotomia sobretudo por considerar que a sua crítica constitui um mecanismo fundamental para melhor compreender o passado, particularmente a forma como ao longo da história colonial se tem definido o Outro, e para revelar como este tipo de concepções eurocêntricas do mundo serviram interesses da dominação colonial. Mas não é só uma releitura do passado que a desconstrução desta dicotomia permite. Ela é fundamental para interpretar realidades e sujeitos que, apesar de se terem libertado do colonialismo enquanto sistema de dominação político, carregam em si resquícios da colonização.

Foi Edward Said, com a sua obra *Orientalismo* publicada em 1978, quem denunciou o etnocentrismo do discurso da modernidade ocidental quanto à forma como a dicotomia que estabelece entre Ocidente/Oriente traz em si a definição de um Oriente como Outro.

A originalidade da obra de Said não reside propriamente nessa denúncia às narrativas logocêntricas do discurso da modernidade, nem tão pouco na recusa de binarismos como o de centro/margem, nós/outros, na medida em que estas já tinham sido reveladas pelos questionamentos ao estruturalismo (Sanches, 2005:11, 13-14) e pela crítica do pós-modernismo (Hall, 2006: 114- 115; Ashcroft et al, 1995: 117). A sua originalidade encontra-se, sobretudo, na crítica que dirige à construção da história moderna a qual, segundo argumenta, partiu da bipolaridade que estabeleceu entre Ocidente e Oriente, e à forma como esta, por sua vez, serviu os objectivos da dominação colonial europeia.

Com base numa análise a uma vasta produção teórica e cultural europeia centrada no Oriente, fundamentalmente de origem inglesa e francesa, Said identificou essa forma de interpretar o mundo que denominou de *Orientalismo*. Nas palavras do autor, esta percepção significa uma interpretação que, durante séculos, foi considerada “uma fissura intransponível a separar o Oriente e o Ocidente” (2004: 416). A construção dessa fronteira permitiu o estabelecimento da distinção entre o Nós, eurocêntrico e hegemónico, e um Outro, baseada sobretudo em estereótipos e produzida em diversos meios, tais como no seio da ciência e das artes. Esta distinção, segundo Said, não foi

apenas construída para que o Ocidente ‘conhecesse’ o Outro, o Oriente, ela também contribuiu para que o próprio Ocidente se auto-representasse.

Deste modo, a tese central de Said é que este Oriente, inventado pelo Ocidente, corresponde a uma espécie de imagem invertida deste, para sustentar e legitimar uma identidade discriminatória e eurocêntrica. De um lado, um Oriente aberrante, subdesenvolvido e inferior. Do lado oposto, o seu reverso, o Ocidente racional, desenvolvido e superior. De um lado, o Outro temido, perigoso, misterioso, corrupto e sensual, e do outro, o seu oposto, o Ocidente. Neste jogo de contrários, a invenção do Oriente não influenciou apenas o Ocidente, implicou que o próprio Oriente tenha interiorizado estereótipos que sobre ele se foram disseminando. O *Orientalismo* é “um estilo de pensamento baseado numa diferenciação ontológica e epistemológica entre «o Oriente» e (na maioria dos casos) «o Ocidente»” (Said, 2004: 2-3) e constitui lugares identitários que permitem a definição do nós, europeus, em contraposição a todos aqueles que não o são.

O trabalho de Said não se limita, contudo, a denunciar e a desconstruir a forma como o *Orientalismo* representa uma capacidade de produzir estereótipos sobre o Outro. O autor acrescenta que se trata, ao mesmo tempo, de “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e exercer autoridade sobre o Oriente”(Said, 2004: 3). Estilos de pensamento e de dominação que, na óptica do autor, se formaram fundamentalmente na época do desenvolvimento do confronto europeu contra o *Oriente*, ao longo da sua expansão militar e económica, mas com repercussões que a ultrapassaram e acabaram por constituir uma dimensão da cultura intelectual e política modernas.

Assim, a construção de um discurso sobre o *Oriente*, em contraposição a um *Ocidente* que se constitui, estaria na origem de um discurso que mediará ou organizaria a própria relação entre ambos. A diferenciação entre o *Ocidente* e o *Oriente* através de “um conjunto congelado e reificado de essências opostas” (Said, 2004: 416), permitiu ao primeiro conhecer-se e elevar-se de modo a legitimar os seus interesses colonialistas. Por isso, esta obra não se limita a tratar os modos de ver e de interpretar o mundo, ela estabelece uma estreita relação entre poder e conhecimento que Said, inclusive, identifica como um dos elementos que sustenta o aparelho colonial.

Esta análise, considerada fundadora do pensamento pós-colonial, não é, contudo, isenta de críticas. Críticas que se aproximam das que são geralmente apontadas ao estruturalismo e pós-estruturalismo onde Said encontrou fontes de inspiração, sobretudo

nos trabalhos de Foucault centrados nas análises do discurso, na construção da episteme ocidental, nos dispositivos de controlo e nos mecanismos de poder ocidentais⁶.

O principal alvo de críticas é o próprio conceito de *Orientalismo*, nomeadamente por tornar quase impossível pensar a diferença no seu seio e por não ser capaz de “discriminar os distintos imperialismos” (Hall, 2006: 105). Além disso, o *Orientalismo* é também interpretado criticamente por ser concebido como uma incompreensão ontológica do *Ocidente* em relação ao *Oriente*⁷. Esta crítica denuncia o seu determinismo estrutural por criar uma imagem unitária do *Oriente* ao serviço de um *Ocidente* hegemónico e dominador, estabelecendo uma relação precisa entre o *Orientalismo* académico e a instrumentalidade imperial⁸.

Apesar destas e de outras críticas, reconhece-se que, nessa obra, Said desenhou uma abordagem anti-eurocêntrica e anti-colonial. Embora esta abordagem já tivesse sido enunciada por pensadores da negritude e anti-coloniais, como por exemplo Fanon, Aimé Césaire ou Amílcar Cabral nas leituras que apresentaram do mundo moderno descritas na óptica do colonizado, é a leitura apresentada por Said que é considerada a principal referência da fundação dos estudos pós-coloniais⁹. Said representa a primeira fase do pós-colonialismo por ter revelado como o imperialismo/colonialismo correspondem a uma atitude epistemológica e cultural que acompanha e sustenta a dominação de territórios, por desmascarar os propósitos ideológicos do colonialismo e, desta forma, estabelecer uma relação íntima entre o conhecimento e o poder coloniais (Ghandi, 1998: 67).

As leituras inspiradas no *Orientalismo*, denominadas habitualmente pós-coloniais, são imensas. O carácter seminal desta obra é bem evidente nas deslocações que esta tese empreendeu. Deslocou-se do mundo árabe, esse *Oriente* desorientado por Said, para outras geografias¹⁰, e dos estudos literários para diversas áreas disciplinares¹¹.

⁶ Sobre estes conceitos, veja-se Foucault (1997; 2007).

⁷ Em trabalhos posteriores, tais como *Cultura e Imperialismo*, Said (1995) procura responder a algumas críticas dirigidas à sua tese e propõe uma interpretação mais flexível dos fenómenos tratados em *Orientalismo*.

⁸ Análises críticas pormenorizadas ao *Orientalismo* de Said podem encontrar-se em Clifford (1988) e MacKenzie (1995).

⁹ Embora para alguns autores seja necessário reconhecer referências anteriores como as de Foucault ou Derrida, ligadas ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Ver os argumentos apresentados por Leela Ghandi (1998: 25-32; 64-73)

¹⁰ Da Índia emergiram vários trabalhos inspirados nesta tese. Por exemplo *Imagining India* de Ronald Inden (1990), que procurou desconstruir discursos essencialistas e eurocêntricos sobre a mesma, ou a obra de Dilip K. Chakrabarti, *Colonial Indology: Sociopolitics of the Ancient Indian Past* (1997), centrado na concepção racista da Europa sobre o passado indiano, entre outros.

Por isso concordamos com Manuela Ribeiro Sanches quando observa que falar de um ponto de vista pós-colonial partindo da mudança de perspectiva proposta por Said corresponde, sobretudo, a sublinhar “um outro modo de ler o passado e o presente” (2005: 8).

É sobretudo desde a década de 80 do século XX que o pós-colonialismo, acompanhado por outras perspectivas críticas como os estudos culturais, os estudos de género, os *gay* e *queer studies*, entre outros, denunciam como saberes outros foram excluídos, marginalizados e silenciados do sistema de conhecimento canónico (Ghandi, 1998: 42). Estas perspectivas críticas manifestam, antes de mais, uma necessidade de revelar os conhecimentos subalternos, conhecimentos desqualificados face ao conhecimento ocidental hegemónico.

Assim, o pós-colonialismo, como já se tornou claro no *Orientalismo* de Said, dirige a sua crítica à hegemonia dos conhecimentos europeus na tentativa de situar o valor epistemológico dos conhecimentos não-europeus. No fundo visa ‘provincializar’ o conhecimento europeu, como realçou Chakrabarty (2000), conhecimento que o nacionalismo e o imperialismo modernos tornaram violentamente universais. Partindo de abordagens como as de Foucault, Deleuze e Guattari, Heidegger entre outros, os estudos pós-coloniais procuram denunciar os interesses que sustentam o conhecimento e, ao mesmo tempo, revelar o carácter emancipatório de conhecimentos subalternos. Em termos gerais, para as perspectivas pós-coloniais o poder ocidental é um sintoma da epistemologia e da pedagogia ocidentais, tal como o anunciara Said (Ghandi, 1998: 44-55).

Desta forma, o poder ocidental, como sintoma dessa epistemologia e pedagogia, é, para a perspectiva pós-colonial, indissociável da constituição das Ciências Sociais e Humanas na medida em que elas foram alimentando o discurso dicotómico com base no qual a hegemonia ocidental foi construindo a sua cartografia do mundo, caracterizando e avaliando sociedades, com base em parâmetros ocidentais universalizantes que permitiram encarar a diferença como ausência ou incompletude, hierarquizar e explorar o Outro racializado e justificar a necessidade da intervenção colonial para oferecer a esses Outros o que, nessa óptica, não lhes era possível alcançar. Assim, embora não se

¹¹ Entre as diversas áreas disciplinares inspiradas pelo *Orientalismo* destacam-se os estudos culturais, por exemplo com o texto *The West and the Rest* (1992) de Stuart Hall e a história como o *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference* de Dipesh Chakrabarty (2000), ambos empenhados em desconstruir dicotomias que consideram inerentes à construção da história hegemónica da modernidade.

trate de atribuir às Ciências Sociais e Humanas a responsabilidade pelo colonialismo, o que as perspectivas pós-coloniais denunciam é como a formação dessas áreas de saber são sintomáticas da perspectiva colonial, na medida em que nutriram e legitimaram o modelo de representação sobre o qual se construíram as relações entre o ‘Ocidente’ e o ‘Resto’ do mundo¹².

Seguindo esta linha de análise, e em termos gerais, as críticas dos estudos pós-coloniais tendem, ainda, a contrapor-se a qualquer meta-narrativa, muito particularmente às narrativas da modernidade, sobretudo por considerarem que foram construídas, reproduziram e legitimaram essencialismos.

A crítica às meta-narrativas modernas sofreu um impulso muito particular a partir da Índia por um conjunto de historiadores do *Grupo dos Estudos Subalternos*. Recorrendo predominantemente a narrativas daqueles que foram ignorados pela História clássica, em particular daqueles que tiveram um papel significativo na resistência colonial, este grupo procurou, sobretudo, contestar a historiografia nacionalista (Sanches, 2005: 17; Ghandi, 1998: 23-25).

Reinterpretar a História moderna torna-se, então, um dos propósitos centrais da abordagem pós-colonial, não apenas nas suas tentativas de inscrever o colonizado na modernidade, mas fazendo-o de modo a que o Outro deixe de ser o Outro em relação ao Ocidente, o Outro “ainda não civilizado” ou seja um Outro incompleto, atrasado, subdesenvolvido ou primitivo (Chakrabarty, 2000: 8). Isso significa opor-se à ideia do Europeu como sujeito universal, ideia que compõe tanto as narrativas orientalistas, quanto a historiografia nacionalista. Perante estes pressupostos, os estudos pós-coloniais denunciam qualquer narrativa que implique a projecção de si sobre o Outro, e tendem a demonstrar quão insuficientes se revelam as epistemologias hegemónicas para pensar e analisar construções sociais, culturais e políticas articuladas noutros espaços-tempo.

Neste esforço de desconstrução da história dominante da modernidade é de realçar o ponto de vista de Dipesh Chakrabarty que procura demonstrar como as relações simbólicas e materiais construídas pelo *Ocidente*, na sua relação discursiva com os Outros, são produtos imaginados que não correspondem a realidades concretas (2000).

Chakrabarty defende que a Europa constitui o sujeito teórico soberano de todas as histórias, e que as histórias dos Outros, dos não-ocidentais, além de serem produtos da

¹² Para um aprofundamento desta matéria vejam-se, por exemplo, Hall (1992) e Santos e Meneses (2009).

imaginação eurocêntrica, são histórias construídas com base nos referentes europeus, tornando-se, assim, meras derivações ou variações daquela narrativa histórica-mestra (2000).

Contudo, o projecto de Chakrabarty de *Provincializar a Europa* não consiste em rejeitar a modernidade, o racionalismo ou a ciência, nem em defender o relativismo cultural ou o retorno a um nativismo. Trata-se, essencialmente, de mostrar como a condição de lugar primeiro da modernidade atribuído à Europa resulta da dialéctica entre os impérios ocidentais e a ilustração europeia, e da combinação de energias e de recursos oriundos dos projectos ocidentais e do mundo não ocidental. *Provincializar a Europa* significa, também, denunciar ambivalências e contradições da história da modernidade, mas implica, acima de tudo, deslocar a Europa do centro da imaginação epistémica, política e histórica revelando a existência de imaginações heterogêneas do mundo (2000).

Esta forma de repensar a História, que aponta essencialmente para a existência de diversas histórias e para as interdependências entre elas, tem sido desenvolvida por outros autores, nomeadamente no âmbito da Sociologia, como é o caso da socióloga indiana Shalini Randeria. Esta defende que as sociedades contemporâneas e a modernidade são fruto de ‘histórias e de modernidades entrelaçadas’. Além de revelar este impacto mútuo entre civilizações, sem contudo ignorar as assimetrias de poder nem as diferenças que caracterizam as relações entre elas, a autora analisa, também, como elas se dividem e se distinguem pela forma como são representadas e apresentadas (Costa, 2006: 121; Werner e Zimmermann, 2003).

À luz do que foi dito reconhece-se que, desde o *Orientalismo*, os estudos pós-coloniais têm privilegiado a crítica às narrativas ocidentais, revelando as suas insuficiências, as suas incompletudes, os estereótipos em que se basearam e que reproduziram, os essencialismos que construíram, as subjectividades que ignoraram ou que converteram numa variação ou derivação de si. Nessa crítica, a identificação e a desconstrução de oposições binárias, tais como Oriente/Ocidente, colonizado/colonizador, atacadas por serem consideradas formas colonialistas de interpretar o mundo, têm constituído um dos terrenos mais férteis do pensamento pós-colonial nas suas tentativas de descolonizar o conhecimento.

4. Para além das ‘existências derivadas’ do sujeito (pós)colonizado

Se as abordagens que acabámos de apresentar, centradas especialmente nas críticas à visão que o Ocidente produziu sobre o ‘resto do mundo’, são fundamentais para questionar as formas como a Europa imperial olhou, imaginou, narrou e construiu o Outro que colonizou, outras há ainda, também no âmbito dos estudos pós-coloniais, que sugerem, mais especificamente, um olhar especialmente dirigido às relações entre colonizador/colonizado e à construção do sujeito (pós)colonial.

Uma das vozes mais representativas dos estudos pós-coloniais reconhecida pela teorização que desenvolveu acerca do sujeito subalterno é, sem dúvida, Gayatri Spivak. O reconhecimento da sua teoria prende-se à maneira como explorou, até ao limite, a possibilidade de enunciação desse sujeito ao apontar as aporias das teorias preocupadas em restaurá-la. Sérgio Costa observa que Spivak desfez “[...] a expectativa de que uma perspectiva epistemológica nova surgiria, dando-se voz ao pós-colonizado” ao revelar como é ilusória a possibilidade do subalterno poder falar (2006: 120).

No ensaio de Spivak *Can subaltern speak?*, a autora constata uma heterogeneidade de subalternos, de subalternos silenciados e inaudíveis, tanto mais se forem sujeitos femininos e mais ainda se estes forem mulheres do Sul, também este subalterno. O subalterno, para Spivak, distingue-se da definição cunhada por Gramsci que fazia referência à generalidade dos oprimidos. Para ela, o subalterno diz respeito a todos os que não participam no círculo do imperialismo cultural, ou que o fazem de um modo muito limitado, sendo as mulheres consideradas duplamente subalternizadas, pelo colonialismo e pela matriz patriarcal (1988).

Ao debruçar-se sobre as omissões a que são votados os subalternos nas narrativas coloniais, Spivak acaba por concluir que o colonialismo, ou mais precisamente a ‘violência epistémica’ exercida pelo colonialismo e pelo imperialismo, é de tal forma invasora e invasiva que tornou o sujeito (pós)colonial refém desse circuito que o atingiu. Por isso, considera que o subalterno não pode falar, ou melhor não pode falar sem recorrer às referências do quadro epistémico colonial. Se fala, recorrendo a essas referências, isso significa que se afastou ou deixou de representar a realidade do subalterno, e se protesta ou reivindica partindo da sua própria voz, então essa é inaudível (1988).

Partindo da constatação de Spivak, os estudos pós-coloniais têm procurado encontrar alternativas a uma análise preocupada em inverter o lugar de enunciação colonial.

Surtem, assim, novos conceitos, que deslocam a crítica pós-colonial centrada na identificação, denúncia e desconstrução de dicotomias coloniais, para um olhar dirigido particularmente ao encontro colonial. Isto significa explorar as interdependências, as intimidades, as reciprocidades, o contágio mútuo entre colonizado e colonizador.

Para os teóricos pós-coloniais falar do encontro colonial significa, antes de mais, recusar a lógica binária da relação colonial e adoptar, pelo contrário, uma perspectiva segundo a qual essa relação é considerada dialógica, ocorre através de uma variedade de registos e origina uma pluralidade de dinâmicas.

O discurso da hibridez constitui uma das principais propostas de análise dessa relação e, segundo Leela Ghandi, deriva, em grande parte, de uma releitura da opressão colonial oferecida por Fanon segundo a qual a dominação colonial alterou a consciência e o ser do colonizado (1998: 130).

É precisamente a partir da imagem de alienação cultural proposta por Fanon, na sua obra *Pele Negra Máscaras Brancas*, que Homi Bhabha desenvolve uma das teorias que mais contribuiu para realçar a relação dialógica do encontro colonial. A análise que propõe, sobretudo em relação à hibridez, mas também em torno de conceitos como o de estereótipo, mimetismo, terceiro espaço e intersticialidade, torna a sua perspectiva uma figura incontornável dos estudos pós-coloniais porque permite, não só questionar fronteiras relativas à relação colonial, como também interpelar meta-narrativas da historiografia clássica.

Fanon, como outros pensadores, como por exemplo Albert Memmi (1973), são inspiradores das perspectivas pós-coloniais sobretudo por revelarem o carácter simultaneamente coercivo e sedutor da narrativa do poder, bem como por enunciarem uma contra-narrativa do colonizado.

Em *Pele Negra Máscaras Brancas*, a máscara branca representa o sintoma de despersonalização do colonizado provocado pelo colonialismo que atormenta a existência do colonizado, este que não quer ser ‘negro’ ou não quer ser árabe, mas que nunca pode ser ‘branco’, isto é assimilado na sua totalidade. Fanon racializa as relações entre o colonizador e o colonizado, sendo que o segundo deseja ser o primeiro, mas como nunca pode chegar a sê-lo, só lhe resta imitá-lo. Assim, para Fanon, o colonizador condena o colonizado a uma existência derivada (Fanon, s/d; Ghandi, 1998: 21).

Bhabha amplia esta leitura. Partindo da ambivalência que reconhece naquele processo de identificação, a sua tese procura ultrapassar a visão maniqueísta que Fanon acaba por atribuir à relação entre colonizador e colonizado (2005a: 70-104).

Nessa análise, Bhabha, tal como o faz Fanon, situa o processo de identificação na analítica do desejo mas desenvolve os seus argumentos em direcção ao conceito de hibridez. Da dependência que estabelece entre a existência e a alteridade, nomeadamente por considerar que “é sempre em relação ao lugar do Outro que o desejo colonial é articulado” (2005a: 76), Bhabha nota que o lugar de identificação subjacente à relação presente em *Pele Negra Máscaras Brancas*, não representa uma divisão precisa. Esta relação significa, nas palavras de Bhabha,

[...] uma imagem duplicadora, dissimuladora do ser em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo [...]. Não é o eu colonialista nem o Outro colonizado, mas a perturbadora distância entre os dois que constitui a figura da alteridade colonial – o artifício do homem branco inscrito no corpo do homem negro. É em relação a esse objecto impossível que emerge o problema liminar da identidade colonial e suas vicissitudes (2005a: 76).

Bhabha acrescenta que, para o processo de identificação, “a identidade nunca é um a priori, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre um processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade” (2005a: 85). Neste sentido, a identificação nunca corresponde à afirmação de uma identidade pré-estabelecida, nem a um produto acabado. É antes um processo que “implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade” e “é sempre o retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura no lugar do Outro de onde ela vem” (2005a: 76-77).

Este processo de deslocamento e de diferenciação torna a imagem uma realidade liminar. Diz Bhabha: “A imagem é a um só tempo uma substituição metafórica, uma ilusão de presença, e justamente por isso, uma metonímia, um signo da sua ausência e perda” (2005a: 86).

Ao mesmo tempo que reconhece que Fanon atribui a *Pele Negra Máscaras Brancas* a “extremidade do sentido e do ser” mas que sugere uma “fronteira deslizante de alteridade dentro da identidade” (2005a: 86), Bhabha observa que, por vezes, aquele se apressa em fixar o lugar do Outro por oposição ao Eu. Então, discorda com a forma como Fanon encerra cada um, colonizado e colonizador, na sua própria particularidade, situando, assim, a relação colonial numa divisão não dialéctica onde o desejo se joga apenas no reflexo da diferença narcísica. Nesta relação, para Bhabha, nenhuma conciliação é possível (2005a: 99-100).

Em contrapartida, Homi Bhabha sugere que, a partir da compreensão da ambivalência e do antagonismo que identifica na lógica do desejo, é possível evitar a adopção da noção de um Outro homogeneizado.

A ambivalência, que considera responsável pela complexa pluralidade de sentimentos presentes na relação colonial, é, também, considerada por Bhabha o lugar do qual pode emergir uma estratégia de subversão política: “nessa incerteza espreita o homem negro de máscara branca”, afirma o autor (2005a: 101). Ao ocupar dois ou mais lugares ao mesmo tempo, o sujeito colonial mina o discurso colonial que depende da fixidez na construção ideológica da alteridade. O sujeito colonial, deslocado e despersonalizado, perturba os processos de subjectivação que o discurso colonial procura tornar possíveis e plausíveis através do discurso fixo do estereótipo. A ambivalência mina e perturba o discurso colonial porque “a estratégia do desejo colonial é representar o drama da identidade no ponto em que o negro *desliza*, revelando a pele branca. Na extremidade, no intervalo entre corpo negro e corpo branco, há uma tensão de ser e sentido” (2005a: 100).

A ambivalência da relação colonial, confrontada na alteridade, revela-se em diversas dinâmicas empreendidas pelos sujeitos, nomeadamente na hibridez e na mímica, mas também é uma das características que Bhabha atribui à cultura em geral.

A hibridez, que o autor conceptualiza a partir da linguagem, é o conceito central que escolhe para pensar as identidades e as culturas pós-coloniais. Este deriva, antes de mais, da recusa dos binarismos atribuídos à relação colonial, mas também da rejeição em substituir esta lógica por outra que resgataria uma suposta cultura autêntica do colonizado (Bhabha, 2005a).

É na valorização do hibridismo que Bhabha constrói a sua crítica às visões coloniais, mas também às interpretações pós-coloniais, sobretudo por considerar que baseiam as suas análises em imagens que, só por si, estabelecem uma relação directa entre texto e realidade. Nestes termos, a imagem é tida como reflexo ou manifestação de um conteúdo fixo e previamente conhecido. Perspectiva com a qual discorda por considerar que a imagem é um acessório da autoridade e da identidade e não corresponde à aparência de uma realidade. Bhabha defende, então, que qualquer imagem do colonizado, construída por ele ou pelo colonizador, é híbrida, pois reterá elementos de outros discursos que anulam a possibilidade de considerar uma imagem mais autêntica do que outra. Por isso, propõe que a representação do colonizado deve partir da análise das práticas ou processos discursivos e não simplesmente do discurso mimético (2005a).

A hibridez não é para Bhabha um meio facilitador do entendimento entre sujeitos situados em universos culturais diferenciados. Não é um terceiro elemento que

soluciona as tensões entre duas culturas num jogo dialético de reconhecimento. O hibridismo, para Bhabha, representa “aquele «desvio» ambivalente do sujeito discriminado em direção ao objeto aterrorizante, exorbitante, da classificação paranóica – um questionamento perturbador das imagens e presenças da autoridade” (2005a: 165).

Bhabha não limita a sua análise a este âmbito da representação e da linguagem. Ao considerar a construção da identidade um processo ambíguo e conflitual, apresenta uma perspectiva que implica passar de uma dimensão psíquica a uma dimensão política da análise identitária. É neste sentido que argumenta que nos contextos coloniais o sujeito é inevitavelmente interpelado pela alteridade na sua construção identitária. Existir, para Bhabha, é existir para um Outro e, nessa relação, o desejo colonial é articulado em relação ao lugar do Outro. Nesta equação, onde alteridade e duplicidade se sobrepõem, a forma como a identidade de um e do outro é marcada pela alteridade distingue-se. Para o colonizador a articulação da sua identidade em relação ao colonizado prende-se ao receio de perder o seu lugar para o Outro, o que o leva a uma cisão interna na sua própria identidade. Para o colonizado, embora este deseje ocupar o lugar do colonizador, quer ao mesmo tempo manter o seu lugar de colonizado, sobretudo porque preserva ou quer preservar o desejo de vingança que nutre pelo Outro. Desejo de vingança situado nesse lugar também ele ambíguo que se desenvolve a partir do desejo de continuar a ser um colonizado, mas no lugar do colonizador (Bhabha, 2005a: 105-128).

A desestabilização do discurso e da autoridade coloniais acontece, também, através da mímica. O que sucede, segundo Bhabha, é que o discurso colonial pretende produzir sujeitos que imitem o colonizador nos seus hábitos, valores e pressupostos mas, na realidade, através da mímica, o colonizado não corresponde a uma cópia do referente colonizador. Trata-se, antes, de uma forma de apropriação que, ao tornar acessível o discurso do Outro, permite ao sujeito utilizá-lo a seu favor. Para sustentar esta sugestão, Bhabha recorre à proposta de Lacan que atribui um potencial transformador à mímica ao considera-la “uma forma de semelhança que difere da presença e a defende, expondo-a, em parte, metonimicamente” (2005a:135-136). Para Bhabha, ao mesmo tempo que imita formas de autoridade, a mímica desautoriza-as. Deste modo, a mímica, ao representar o excesso e o deslizamento a partir da sua ambivalência, desestabiliza a autoridade colonial porque fixa o sujeito colonial numa incerteza que o transforma

numa presença parcial, ou seja, incompleta e virtual. Por estes motivos, Bhabha considera a mímica um discurso de resistência (2005a: 131-135)¹³.

Além do hibridismo e da mímica, também as culturas, bem como outras experiências intersubjectivas e colectivas, tais como as narrativas da nação, constroem-se performativamente no “embate cultural”, através de antagonismo ou afiliação, contestando a autoridade tradicional de objectos nacionais de conhecimento, como é o caso da tradição ou do povo, entre outros. Para Bhabha a ideia de originalidade, unidade ou pureza das culturas é insustentável (2005a: 65-69). Estes universos simbólicos são negociações complexas de sentido, ‘em andamento’, que se formam na emergência dos interstícios da diferença cultural (2005a: 20-21).

Estes ‘locais da cultura’ são, para Bhabha, o *Terceiro Espaço* o qual acaba por ser, ele também, um espaço de hibridismo onde se cruzam e sobrepõem traços com diversos significados e identidades plurais. Esse *Terceiro Espaço* constitui a condição prévia para a articulação da diferença cultural (2005a: 69) e remete para “[...] uma liminaridade que se esquia a pensar as identidades nacionais em termos substancialistas, centradas em torno de uma cultura homogénea, ao mesmo tempo que recusa aceitar a ideia da diferença segundo a noção de mosaico multiculturalista” (Sanches, 2006: 15).

No âmbito da crítica à hermenêutica das identidades já as perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernistas tinham amplamente questionado as concepções que as essencializam em quadros de referência imutáveis. Mas é no âmbito dos estudos culturais e pós-coloniais que pensar as identidades como construções híbridas, fluidas, flexíveis, fragmentadas, instáveis e múltiplas tem dado origem a conceptualizações e teorias que ultrapassam aqueles questionamentos.

É o caso exemplar dos trabalhos de Stuart Hall e de Paul Gilroy que destacaremos aqui. O primeiro sobretudo por oferecer uma perspectiva que, ao privilegiar a análise na construção identitária do sujeito, ultrapassa a proposta de Bhabha centrada nos contextos e cadeias de significação presentes nos jogos linguísticos, desviando, assim, os estudos coloniais, situados predominantemente no domínio da crítica literária, para a Sociologia. O segundo, Paul Gilroy, por trazer para o debate pós-colonial a

¹³ Discursos coloniais que, segundo Bhabha, utilizam o estereótipo como principal estratégia para a fixação do sujeito. Não se desenvolve a análise que o autor apresenta em relação ao estereótipo, por considerar-se que o que é fundamental nessa sua teorização vai sendo articulado com os outros conceitos cuja análise privilegiamos. Sobre a forma como o autor analisa a ambivalência do estereótipo, ler Bhabha (2005a: 105-128).

problemática da ‘raça’ e da ‘etnicidade’, e por construí-la privilegiadamente através do seu olhar sociológico. Além de situar a problemática das identidades na Sociologia, as propostas destes autores enriquecem particularmente o debate nessa matéria por nele contemplarem não apenas a relação colonial, mas também o fenómeno da diáspora. Isto porque articular a diáspora com conceitos como o de hibridismo possibilita desvincular as identidades de delimitações geográficas, históricas e materiais.

À semelhança de Bhabha, Hall inspira-se no conceito de *différance* de Derrida, que abalou as classificações binárias e as representações completas e totalizantes constituintes do modo ocidental e colonial de pensar o mundo e as relações de dominação modernas. Ao apontar para “[...] a existência de uma diferença que não é traduzível no processo de significação dos signos, nem organizável nas polaridades identitárias [...]” (Costa, 2006: 126), a *différance* remete, para lugares de passagem e são “significados posicionais e relacionais sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim” (Hall, 2006: 33).

Neste ponto, esta abordagem também não se distingue substancialmente da perspectiva de Bhabha no que respeita à maioria das características que atribui à cultura e às identidades. Híbridas e impuras, construídas na diferença através da relação com o Outro, “com o que não é, com o que justamente lhe falta” (Hall, 2003: 18), as culturas são, para Hall, o produto de contaminações cruzadas entre universos simbólicos em contacto. Sobre o hibridismo, que considera um conceito mal interpretado mas também um dos mais utilizados para caracterizar culturas mistas e diaspóricas do mundo pós-colonial, Hall esclarece que se trata é de outro termo para denominar a lógica cultural de tradução. O hibridismo não indica indivíduos híbridos, que podem ser comparados aos sujeitos “tradicionais” ou aos “modernos”. Trata-se, segundo esse autor, “de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecibilidade” (Hall, 2006: 71). Processo de revisão de sistemas de referência, acompanhado pela negociação de diferenças e pela ambivalência e antagonismos dos actos de tradução, o hibridismo exhibe “as dissonâncias a serem atravessadas apesar das relações de proximidade, as disjunções de poder ou posição a serem contestadas; os valores éticos e estéticos a serem “traduzidos” mas que não transcenderão incólumes o processo de transferência” (Bhabha *apud* Hall, 2006: 72).

Partindo da análise da relação entre os impactos da globalização, a formação das culturas caribenha, e de suas diásporas, e o referencial nacional Hall conclui que “as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras

nacionais” (2006: 35). O mesmo acontece com as identidades. A ideia de uma identidade completa e única revela-se, para este autor, uma fantasia perante a multiplicidade dos sistemas de representação que confrontam o sujeito com uma variedade de identidades possíveis.

A análise de Hall distingue-se quando centra a sua atenção no sujeito, especialmente na situação de diáspora, dando conta de processos identitários que não são contemplados na proposta de Bhabha.

Conforme Hall, os grupos co-presentes na situação colonial e diaspórica cruzam as suas trajectórias até então separadas geográfica e historicamente, interagem entre si e trocam, seleccionam e reconstróem materiais entre as culturas envolvidas (Hall, 2006:31).

Na diáspora, os sujeitos são “obrigados a adoptar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas” (2006: 72-73). Nesta situação, Hall concede às identidades um carácter múltiplo e variável por estarem ligadas a “muitas forças centrípetas”, nomeadamente à terra natal, à nacionalidade, à semelhança em relação a outras minorias (2006: 27). Defende que o sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos. São identidades que não estão unificadas em torno de um “*self* coerente” e que em cada sujeito não só coexistem identidades contraditórias, que o pressionam em várias direcções, como as identificações se transformam continuamente (1997: 9-11).

Isentas de um carácter essencial e de uma origem fixa, mas configuradas nas histórias várias que as contextualizam, as identidades são, nesta óptica, “pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um posicionamento” (Hall, 1996: 70). Desprovidas de um carácter unificado, as identidades são fragmentadas e fracturadas. Quer para os sujeitos individuais, quer para os colectivos, as identidades não indicam um núcleo estável, nem unificado e sem mudanças através de todas as circunstâncias históricas. São composições fracturadas, fragmentadas, nunca singulares, construídas de múltiplas formas pelos discursos, práticas e posições diferentes, frequentemente cruzadas e antagónicas (2003: 16-18). Características que, segundo o autor, se reforçam especialmente entre populações e culturas cujo carácter relativamente estável tem sido particularmente afectado por mudanças provocadas pela globalização, diáspora e migrações mais ou menos forçadas.

Hall adverte que, apesar de parecerem invocar uma origem no passado histórico com o qual continuam em correspondência, as identidades têm mais a ver com o uso dos recursos da história, da língua e da cultura no processo de devir e não de ser. Isto é, as identidades revelam “não «quem somos» ou «de onde vimos» mas no que poderíamos converter-nos, como nos têm representado e como isto se relaciona com o modo como poderíamos representar-nos” (2003: 17-18). Por isso, considera que as identidades se constroem nos discursos e não fora deles e, então, devem ser equacionadas tendo em conta os seus contextos históricos e institucionais, as formações e práticas discursivas em que se situam e mediante estratégias enunciativas particulares (2003: 18). Neste sentido, Hall considera, ainda, que as identidades, para além de posicionais, são também estratégicas e devem ser situadas no seio de mecanismos de poder.

Para dar conta destas dimensões em que situa as identidades, Hall procede a um trabalho que parte da proposta de Foucault relativamente à subordinação dos sujeitos aos discursos que os regulam. O recurso a este conceito de poder disciplinador remete a perspectiva de Hall para o âmbito da análise da regulação, vigilância e controlo das sociedades, mas também para a analítica do sujeito e do seu corpo.

Nessa análise, Hall reconhece que Foucault introduz a problemática do poder no tratamento do discurso. Contudo, relativamente ao poder discursivo e disciplinador, Hall acusa-o de ver o sujeito como um mero efeito através e no interior de formações discursivas específicas. Discursos que, para Foucault, são responsáveis pela construção de posições subjectivas por meio das suas regras de formação e modalidades de enunciação. O que Hall considera é que a análise de Foucault não esclarece porque é que certos indivíduos, no seio desses discursos, ocupam certas posições e não outras (2003: 27).

Segundo Foucault, o discurso disciplinador - a microfísica do poder como lhe chama - normaliza comportamentos, relações, hierarquias; fabrica “[...] corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” [...]” e “[...] estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”(Foucault, 1997: 119). Hall discorda com esta perspectiva por considerar que atribui ao discurso uma força monolítica, firmemente instalada, que satura todas as relações sociais. Esta abordagem sobre-estima o poder disciplinador e equaciona a ideia de um sujeito empobrecido, incapaz de explicar as experiências que estão à margem do reino daquele corpo dócil. Hall admite, contudo, que Foucault acabou por reconhecer que não basta que a lei se coloque, discipline e regule. É preciso existir uma resposta pelo lado do indivíduo (Hall, 2003:

27-31). Deste modo, esses discursos também permitem ao sujeito posicionar-se face aos “regimes de verdade” estabelecidos por cada formação discursiva e, ao mesmo tempo, ao fazê-lo, o discurso ganha sentido. Embora este posicionamento não signifique a autonomia e intencionalidade do sujeito, permite encontrar o momento no âmbito da produção discursiva do *self* que “representa o fundamento da noção de sujeito descentrado postulada por Hall” (Costa, 2006: 127).

Deste modo, falar em sujeito descentrado obriga Hall a analisar a relação entre sujeitos e formações discursivas, de maneira a indicar os mecanismos e as modalidades através dos quais os indivíduos se identificam, ou não, com as posições para as quais são convocados pelos discursos (2003: 32-33).

A ideia de sujeito descentrado de Hall inspira-se em diversos desenvolvimentos teóricos desde a filosofia passando pelo feminismo, a crítica cultural e o pós-modernismo que permitem, cada um à sua maneira, questionar a autonomia e a centralidade do sujeito, bem como o carácter essencialista, unitário e permanente da sua identidade. O conceito de identidade descentrada e deslocada decorre, também, do reconhecimento de que as sociedades modernas são palco da fragmentação das paisagens culturais que concediam ao sujeito localizações sólidas. Fragmentações de classe, género, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade que modificam as identidades pessoais e enfraquecem uma auto-percepção de sujeito integrado. É a partir desta ideia de perda deste sentimento estável do *self*, que Hall desloca os sujeitos tanto dos seus lugares no mundo cultural e social, quanto de si mesmos.

Paul Gilroy também questiona a relação entre a lógica discursiva e a constituição dos sujeitos. Como Hall, Gilroy parte da noção da diáspora para conceptualizar a cultura, as identidades, os sujeitos e os seus corpos, e para questionar os processos discursivos de racialização. A sua tese, metaforicamente ilustrada no título da sua obra *O Atlântico Negro*, que representa as estruturas transnacionais desenvolvidas com a modernidade responsáveis pela origem de redes de comunicações globais que disseminam trocas e fluxos culturais, é exemplar quanto à forma como rompe com os limites estabelecidos entre o território, a posição e a consciência dos sujeitos para pensar as identidades. A sua crítica às concepções que enraízam as identidades e lhes atribuem um carácter estável e autêntico não se dirige simplesmente às visões eurocêntricas e euro-centradas do mundo, mas também ao pensamento nacionalista ‘negro’ (2001).

A diáspora africana é o espaço argumentativo utilizado por Gilroy para opor-se àquelas concepções que encarceram e unificam as culturas e para propor uma noção de

cultura híbrida, o *Atlântico Negro*, configurada para além de qualquer fronteira nacional ou étnica. O *Atlântico Negro* representa uma cultura resultante dos múltiplos contactos, interacções e trocas culturais experimentados na diáspora; uma cultura contaminada, múltipla e em movimento; uma cultura fluida, mas entrelaçada numa rede de ligações entre o global e o local. Com base nesta noção, e procedendo a uma releitura da modernidade que empreende através da análise histórica desse *Atlântico Negro*, Gilroy sugere que se gerou uma nova topografia de identidades e de lealdades que redefine pertenças e identificações, ao mesmo tempo que menospreza e extrapola as estruturas e fronteiras estabelecidas pelo Estado-nação (2001).

Os argumentos de Gilroy não remetem, apenas, para a desterritorialização e contaminação de identidades e culturas. Constrói uma análise que repudia as perspectivas que concebem o corpo como repositório codificado de uma cultura unitária e hermética. Partindo da ideia de diáspora, Gilroy observa que “poderemos ver não a raça, e sim formas geopolíticas e geo-culturais de vida resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem” (2001: 25).

É que, para Gilroy, a época moderna construiu-se com o africano, sem contudo nela o incluir. Através de uma releitura da filosofia moderna, Gilroy mostra como a escravatura é ocultada ou então interpretada como um resíduo pré-moderno de uma época moderna. Mas é com conhecimento de causa, lembra Gilroy, que Voltaire, Rousseau, Kant e Hegel não estendem as suas ideias às liberdades individuais dos africanos. Pelo contrário, Gilroy mostra quão inseparável foi a escravatura da entrada do mundo ocidental na sua época moderna, para além de defender que, desde a primeira metade do século XIX, os intelectuais africanos utilizaram a experiência da escravatura para constituir uma crítica ao modernismo, o que Gilroy chama de contra-cultura do modernismo. É no seio deste dilema que Gilroy coloca o *Atlântico Negro*: encontrar-se no Ocidente sem dele fazer parte. A escravatura e a emancipação fornecem, para este autor, as formas modernas da cultura negra. Por isso Gilroy considera que os africanos são os primeiros sujeitos verdadeiramente modernos, enfrentando, desde o século XIX, dilemas e dificuldades que se tornariam a substância da vida quotidiana na Europa um século mais tarde (2001: 101-156).

A cultura ‘negra’ é a cultura da diáspora, um conjunto mutável, tecendo e retecendo ligações entre a Europa, a América, a África e as Antilhas. Dos dois lados do Atlântico, mercadorias, culturas e gentes transitaram de um lado para o outro. Entrelaçamentos de

trocas, de empréstimos, entre configurações mutuamente abertas, que mudaram com o fim do tráfico de escravos e da colonização, mas que deixaram os seus rastos. Os rastos dos entrelaçamentos coloniais que permanecem nas relações pós-coloniais, tais como nas migrações que continuam a dirigir-se para os antigos impérios coloniais, que Gilroy denomina a “segunda diáspora” e que perpetuam o *Atlântico Negro*.

Na obra de Gilroy interessa-nos, particularmente, a crítica que empreende à noção de raça. Crítica que Gilroy explora também noutros trabalhos, propondo inclusive a sua própria extinção. Importa explorá-la nesta incursão pelos estudos pós-coloniais, já que é sobretudo nesse espaço de reflexão que a sua obra se destaca e distingue comparativamente àquelas que apresentamos. Nessa análise, Paul Gilroy ultrapassa uma postura crítica dirigida especificamente à dominação colonial e à posição subordinada de sujeitos coloniais, para se situar, preferencialmente, nas práticas e representações coloniais sobre corpo e poder.

Para esse efeito, Gilroy discute a construção e a plasticidade das identidades africanas e, para tal, socorre-se do conceito de dupla consciência elaborado por W.E.B Du Bois. A dupla consciência, de Du Bois, parte das experiências de deslocamento e de desterritorialização dos africanos e remete para a dualidade em que se situa o sujeito africano, dividido entre as representações da sua particularidade racial e o apelo aos pressupostos universais modernos que transcendem a raça. Este conceito permite a Gilroy desenvolver uma análise crítica que se dirige quer às concepções integrais e essencialistas de cultura, como acontece predominantemente com as posturas nacionalistas, quer àquelas que se desenvolvem a partir de posturas mais alternativas defensoras do hibridismo. Umas e outras, segundo Gilroy, são incapazes de dar conta das discontinuidades e das mutações das culturas (2001: 223-280).

É através da música - expressão artística que Gilroy considera o lugar primeiro da expressão da cultura ‘negra’-, que o autor desenvolve a maioria dos seus argumentos. Música que, para Gilroy, funcionou como um dos veículos dessa cultura, por exemplo quando na escravatura era utilizada como uma das formas privilegiadas de comunicação entre os africanos. Com a música, os africanos, escravos, comunicavam secretamente, mas também discutiam e argumentavam, quando outras formas de comunicação lhes eram vedadas. Identificada como uma forma primitiva e pré-moderna de expressão durante a época da escravatura, em Gilroy a música revela-se, pelo contrário, uma forma de expressão anti-moderna. Um povo que foi rejeitado pelo modernismo revela, com a

música, que dele faz parte. A música é, para Paul Gilroy, o veículo mais poderoso da experiência do *Atlântico Negro* (2001: 157-222).

E este veículo é o navio, um dos numerosos navios que percorrem esse *Atlântico Negro*, metáfora escolhida pelo autor para simbolizar as trocas, partidas e regressos constantes que constituem a base da ‘cultura negra’:

A imagem do navio – um sistema vivo, microcultural e micropolítico em movimento – é particularmente importante por razões históricas e teóricas [...]. Os navios imediatamente concentram a atenção na *Middle Passage*, nos vários projetos de retorno redentor para uma terra natal africana, na circulação de idéias e ativistas, bem como no movimento de panfletos, livros, registros fonográficos e coros (2001: 38).

Em termos gerais, ao valorizar a dupla consciência Gilroy resgata a subjetividade africana ao mesmo tempo que procede a uma crítica teórica e política da modernidade histórica e de suas formações ideológicas e parciais. Por outro lado, se a exclusão da raça dos discursos da modernidade camuflou o seu carácter contraditório, a dupla-consciência, que atribui às culturas da diáspora do *Atlântico Negro*, revela como aqueles discursos utilizaram a razão e o progresso para legitimar a escravidão e o terror racial operados contra o Outro. A dupla consciência do *Atlântico Negro* desvenda como a história da constituição da modernidade se desenvolveu à custa da categoria racial, e revela não só a complexidade da experiência racial, como também o carácter fragmentado e heterogéneo da própria modernidade.

Gilroy retoma a problemática da raça em obras posteriores, nomeadamente em *Against Race* (2000) e em *Entre Campos* (2007). Na primeira mostra-se perturbado sobretudo com a sobrevivência de concepções de igualdade e de estratégias de organização de fraternidades, para ele espectros totalitários que se manifestam no repúdio à defesa de formas de multiculturalismos experimentadas, especialmente, nos anos 60 e 70 do século XX. Nessa obra, Gilroy identifica contradições nas narrativas da diferença que ultrapassam fronteiras materiais e simbólicas e que considera parte de discursos e de uma estética modernos, cujo momento áureo de exposição e de sacralização situa na Segunda Grande Guerra. Mas não são os exemplos extremos do nazismo e do holocausto que informam a sua análise. Gilroy percorre diversos quadrantes e personagens, aparentemente desconexos entre si, como imagens de extraordinária energia atlética ou expressões da consagração do corpo como lugar privilegiado de sedução, para mostrar como corpos e corporalidades, enquanto lugares de representação da diferença, têm assumido novas configurações que o preocupam. O

motivo dessa preocupação é que essa linguagem perpetua, sob novas roupagens, antigas retóricas raciais nas quais encontra semelhanças com velhas e renovadas formas de expressão do fascismo. Fascismo e racismo que identifica na música, no cinema, nos média, mas também nalguns discursos políticos e académicos (Gilroy, 2000).

A análise que o autor empreende a estas linguagens mostra como estéticas e discursos militantes, em articulação com estratégias de produção de identidade inspiradas em lógicas de fraternidade e em grupos de parentesco, aparecem rodeados por símbolos e metáforas que aludem à moralidade, à força física, ao combate, ao desporto, ao corpo e à masculinidade. Nesta lógica, Gilroy vê o corpo ‘negro’ como uma reivindicação de um corpo masculino ‘negro’ mitificado. Lógicas que encarnam fisicamente identidades raciais e nacionais que fazem lembrar a Gilroy o que distinguiu os movimentos fascistas do passado e que representam o que deles resta na cultura contemporânea (2000; 2007).

Gilroy considera que é nos contextos onde o racismo e o colonialismo deixaram mais profundamente as suas marcas que os discursos sobre o corpo continuam mais presentes nas múltiplas estratégias de representação. Nesta matéria, a sua preocupação não se prende com aquelas formas de conceber a raça de acordo com certos fenótipos. Ao contrário de outras perspectivas que requalificaram discursos e práticas em torno da noção de raça, Gilroy não distingue o seu carácter científico, da sua disseminação popular, nem tão pouco dos seus resultados. Para ele, a raciologia reuniu processos sob os quais se representaram pretensas diferenças culturais e biológicas do corpo. O que as políticas e estéticas modernas desenvolveram foram processos através dos quais o primado do corpo dissimulou a substituição da biologia pela cultura (2000: 35).

O que sucedeu, conforme Gilroy, é que a cultura se apropriou da biologia ao nutrir uma relação difusa e presumivelmente não existente entre ambas. Esta noção de cultura, que incorpora a biologia, revela um corpo reinvestido do poder de decidir os vínculos das culturas com os povos (2000: 24).

Deste modo, torna-se imperativo, para Gilroy, imaginar alternativas às retóricas do *biopoder*. Para eliminar essas retóricas propõe a extinção da noção de raça, enquanto instrumento de categorização e de identificação da humanidade. Isto porque, na sua opinião, já se provou que vivemos num mundo sem raças. A ciência provou-o há muito tendo explorado a noção de raça desde a Antropologia até à Microbiologia. Contudo, o olhar do quotidiano e de variados discursos políticos e académicos continuam a recorrer

a essa categoria. A raça persiste, inclusive, em ensombrar discursos que se posicionam contra a utilização da mesma (2007).

Como alternativa a estes discursos, Gilroy propõe um "humanismo planetário" e anti-racial cujos contornos deixa em aberto. Defende, contudo a necessidade imperativa de se distanciar daquelas propostas que simplesmente se opõem aos essencialismos em defesa de um universalismo e humanismo herdeiros do iluminismo e responsáveis pela revitalização dos discursos racialistas. Para Gilroy, só se pode ultrapassar a raça quebrando a influência exercida pela história nacionalista e a sua visão congelada do passado sobre as imaginações políticas (2000).

Libertar o pensamento e o conhecimento do essencialismo racial obriga, nesta óptica, a confrontar também abordagens comuns entre pensadores da condição 'negra', nomeadamente aquelas cujo discurso de inspiração nacionalista olha para a África como o lugar de origem de uma cultura 'negra' pura, autêntica sem terem em conta que as culturas em África e na diáspora nunca foram hermeticamente fechadas, nem considerarem as divisões internas de género e de classe dos grupos heterogêneos que a compõem (2001: 166). Gilroy mostra, também, como proposições de fraternidade, assentes em ideais de pureza dos primeiros movimentos negros anti-racistas norte-americanos, não escapam a configurações imaginárias semelhantes às que sustentaram os fascismos e os nacionalismos europeus. Os nacionalistas negros, para Gilroy, dissimulam-se mais ou menos atrás da abertura da 'cultura negra' para melhor a enclausurar (2000; 2007).

O que Gilroy acaba por fazer é alertar para a intensidade sub-reptícia, perversa e ilusoriamente trivial com que se transformaram povos marcados pela subordinação e pela diferença, em indivíduos cujo 'tipo de humanidade', que lhe é adscrita, tem sido predominantemente indicada e corporificada através de retóricas da força física, da masculinidade, da pureza e da diversidade cultural. É precisamente nos lugares onde os princípios liberais igualitários parecem rasurar categorias e classificações sustentadas em hierarquias biológicas, que as suas inscrições recorrem a outras linguagens e a outras formas de utilização. Se Gilroy não fornece nenhuma solução claramente configurada para ultrapassar este tipo de inscrições é, contudo, através da música que se dirige para propor formas alternativas de identificação. A partir das múltiplas pertenças que oferece, Gilroy mostra como a música concede, a cada um, a possibilidade de encontrar a sua história entre os diversos *campos* que, tantas vezes e de tantas formas, se opõem entre si, propondo um lugar de fora deles (2007).

A forma como Gilroy recorre à problemática da raça convoca o corpo para o debate das identidades, mas é no âmbito dos estudos feministas que a sua análise tem dado origem a abordagens que se têm preocupado, muito particularmente, em ponderar o seu lugar não apenas na construção de significações sociais, mas na própria constituição das subjectividades.

Embora compostos por uma diversidade de discursos, os estudos feministas oferecem a possibilidade de explorar as identidades e os sujeitos partindo de olhares que têm estado particularmente atentos a uma variedade de dimensões, de constrangimentos e de forças que afectam as identidades e por terem, assim, contribuído para renovar a sua análise. Apresentaremos alguns desses contributos, sem qualquer pretensão de exaustividade, com o único propósito de ampliar as possibilidades analíticas desta pesquisa.

Como os estudos pós-coloniais, os estudos feministas recusam a ideia de uma identidade unificada e têm vindo a dar ênfase à multiplicidade de eixos que interferem na constituição dos sujeitos, realçando o seu carácter multifacetado, incompleto e instável. Também à semelhança dos estudos pós-coloniais, as teorias feministas têm assinalado as dicotomias sobre as quais se erguem a ciência e a epistemologia modernas, tais como razão/emoção, mente/corpo, cultura/natureza, eu/outro, objectividade/subjectividade. Por exemplo, segundo Sandra Harding em todas estas dicotomias o primeiro elemento controla o segundo para que este não suponha uma ameaça para aquele. É o que, para a mesma autora, acontece tanto em relação à dicotomia europeu/africano, como em relação à de homem/mulher. Para Harding, a forma como o pensamento eurocêntrico tem denominado o africano obedece aos mesmos pressupostos com que o pensamento masculino e androcêntrico têm denominado o feminino. Ambas as denominações são redutoras das realidades que outorgam e constituem generalizações que transportam as marcas do racismo e do sexismo (1996: 143-149).

Assim, para Harding, a utilização do termo africano não corresponde apenas a uma forma redutora de pensar a diversidade de povos africanos que constituem o Outro. Trata-se de um termo que denuncia os projectos imperialistas que estão na própria origem desta denominação. O termo africano corresponde, então, a uma concepção que permite dividir e distinguir os seres humanos com base no estabelecimento de fronteiras erigidas para servir interesses coloniais e que legitima a tradição europeia de nomear o outro não europeu e de o submeter aos seus interesses. Por isso, para a autora, o recurso

a este termo pode comprometer quer os projectos emancipadores dos ex-colonizados, quer as “visões africanas” do mundo (1996: 150).

Para Harding, na bibliografia feminista produz-se um problema semelhante. Ao utilizar-se o termo mulher ou feminidade, recorre-se a conceitos criados com base em matrizes de dominação masculina. O conceito de mulher, tal como o de africano, obscurece as diferentes experiências que, conforme diferentes temporalidades e ambientes culturais, marcam a vida, as subjectividades e as visões do mundo das mulheres (1996: 150-151).

Neste sentido, a dicotomia estabelecida entre feminino e masculino e entre africano e europeu, são criações que denunciam, para Sandra Harding, esquemas de contraste de género e racial com origem nos projectos de dominação dos homens e dos europeus em relação a grupos que subjugarão.

O que preocupa Harding não é apenas a forma como estes esquemas de contraste serviram e continuam a servir o pensamento europeu e sexista, mas o facto de considerar que estão igualmente presentes em visões africanas e feministas do mundo. Para a autora, alguns estereótipos sobre os quais se construíram aqueles contrastes continuam vigentes nas concepções que articulam o biológico com o cultural e o social no que respeita a atribuição de certos comportamentos aos Outros, não europeus ou mulheres. Para Harding, o corpo constitui um dos elementos utilizados para legitimar estas concepções quando este é concebido como um lugar que permite determinados tipos de experiências. Ou seja quando o corpo, por exemplo o corpo feminino que pode ter filhos e que pode amamentar, constitui a base que permite justificar crenças relativamente às diferenças de género. Pelo contrário, a perspectiva de Harding tenta afastar-se de qualquer determinismo biológico ao defender que nos comportamentos tudo é uma criação cultural (1996: 153-156).

Este debate, centrado na problemática do essencialismo/anti-essencialismo, tem sido um dos que mais tem animado a crítica feminista. Contudo, algumas tentativas que procuraram desmontar essa dicotomia, acabaram por esvaziar o sujeito feminino de qualquer materialidade. Atraídas sobretudo pelo pós-estruturalismo e tentando libertar-se de qualquer armadilha essencialista, algumas abordagens feministas transformaram o sujeito feminino numa construção discursiva, num produto de imposições culturais, sociais e políticas decorrentes de lógicas opressivas de poder (Alcoff, 1988: 419-420).

A definição da experiência feminina como um constructo discursivo foi acompanhada por teorizações que separaram o género do sexo, defendendo que o

primeiro não é biológico. Com esta concepção tornou-se também possível pensar-se na possibilidade de libertar o sujeito feminino de condicionalismos que o impedissem de intervir na sua própria construção¹⁴.

Reconhece-se o contributo dessas posições sobretudo por terem realçado o carácter discursivo, histórico e cultural da construção dos sujeitos femininos e por terem insistido na necessidade de pensar a formação das subjectividades com base na articulação de diversas categorias que atravessam, com elas, o tempo. Deste modo, também se reconhece o contributo destas perspectivas por terem realçado o carácter instável e inconstante das identidades. Mas, ao mesmo tempo, admite-se que a necessidade de descartar a existência de qualquer ‘essência’ à categoria feminina contribuiu para que o pensamento feminista tenha menosprezado a dimensão corporal nas suas análises.

Reconhecer a importância do corpo na formação dos sujeitos remete-nos particularmente para a forma como o feminismo tem concebido a constituição das subjectividades em relação à alteridade.

Numa primeira vaga feminista, ou primeira geração do feminismo, a noção de diferença foi fundamentalmente utilizada para estabelecer a distinção entre homens e mulheres, e para denunciar a dominação de género pela lógica patriarcal. Esta perspectiva foi-se deslocando até equacionar, também, as diferenças entre as mulheres e as mulheres, e proceder a uma crítica dirigida à própria epistemologia feminista dominante. Trata-se, sobretudo, de perspectivas que, nas últimas décadas, têm dado ênfase à forma como a opressão e a subalternização dos sujeitos femininos não dependem unicamente do género, mas decorrem de uma interdependência e sobreposição de categorias, tais como a raça, a orientação sexual, a nacionalidade, a região, a classe social, e também o género, entre outras (Fraser, 1996). Essas concepções exploram como a articulação dessas múltiplas camadas viabilizam a constituição dos sujeitos e das suas identidades.

O denominado pensamento feminista negro tem apresentado sugestões nesse sentido. Pensamento feminista negro ou afro-centrado, como o denomina Patrícia Hill Collins

¹⁴ Por exemplo, Alcoff, ao sugerir o conceito de mulher como posicionalidade, atribui à identidade feminina um agenciamento. O conceito de identidade como posicionalidade remete para a inter-relação das múltiplas categorias que situam o sujeito (raça, classe, cultura, economia, sexo etc.) e para uma posição assumida politicamente a partir da qual este sujeito pode implicar-se na sua própria construção (1988).

para o distinguir de um feminismo hegemónico que ignora as especificidades da subalternidade das mulheres americanas afro-descendentes (2000). Ou seja, é a partir da vivência de mulheres afro-descendentes, submetidas a diferentes violências, que se constrói esse pensamento o qual, com base numa diversidade de temas relativos à vida quotidiana, articula categorias de género, de classe, de raça, de sexualidade, entre outras, para equacionar as subjectividades dessas mulheres.

Seguindo de perto o *feminist standpoint*, postura epistemológica segundo a qual o conhecimento é considerado sempre parcial e situado e, por isso, limitado, para Patricia Collins a posição de subalternidade das mulheres negras permite-lhes pensar o feminismo a partir de uma posição de marginalidade e propor alternativas práticas e epistemológicas às hegemonias racistas, classistas e sexistas. Esta perspectiva permite às mulheres afro-americanas propor o seu *ponto de vista* nos debates epistemológicos centrados na natureza da matriz de dominação. São conhecimentos que partem de um olhar particular, de uma experiência singular e que se tornam a mais objectiva verdade segundo esse mesmo ponto de vista, defende Collins (2000).

Este pensamento tem insistido sobretudo na análise da opressão a que estão sujeitas as mulheres afro-descendentes. Para Bell Hooks, por exemplo, esta opressão tem a particularidade de configurar-se com base numa matriz de dominação patriarcal sustentada nas noções de inferioridade/superioridade que organizam as relações de poder que invadem as esferas pessoal, inter-pessoal e íntima das mulheres (2004). Para Patricia Collins a segregação e a subalternização da mulher afro-descendente depende de uma conjugação que envolve ainda outros factores. Para ela, a matriz de dominação assenta em três sistemas de opressão: raça, classe e género. Trata-se, nesta perspectiva, de múltiplos níveis de dominação que interferem ao nível das biografias dos sujeitos, ao nível do grupo ou comunidade, e ao nível sistémico das instituições sociais. O triplo processo de opressão, de que fala Collins, afecta profundamente as subjectividades. Isto porque, em termos económicos as posições subalternas que as mulheres afro-descendentes foram ocupando no mercado de trabalho desde o fim da escravatura acabaram por ser assumidas pelas próprias como o lugar que lhes estava reservado no quadro do capitalismo. Em termos políticos, a recusa da atribuição de direitos sociais e civis à população negra marcou a condição das mulheres negras com base num sistema de diferenciação racista. E em termos ideológicos significou que os estereótipos, ditados por um sistema racista e sexista, que foram marcando as representações a seu respeito, acabaram por naturalizar essa opressão no plano identitário (2000).

Os pontos de vista de Hooks e de Collins chamam fundamentalmente a atenção para as diversas áreas responsáveis pelo sistema de exclusão e pelo controlo social a que estão submetidas, em particular, as mulheres afro-descendentes realçando, em termos epistemológicos, a necessidade de se ponderar a multiplicidade e interdependência de factores que afectam a construção social e subjectiva dos sujeitos.

É neste âmbito analítico que as propostas feministas que enfatizam a múltipla e variada interdependência entre dimensões constituintes do sujeito vão ganhar corpo. Perspectivas que pensam o género como uma relação social atravessada por diversas inscrições como a raça, a orientação sexual, a classe, a cultura, a nação entre outras categorias. Categorias que, nestes estudos, se intersectam com a de género, e que permitem ampliar o conhecimento relativo à construção das subjectividades.

A proposta de Donna Haraway (2002), relativamente à problematização do género, pressupõe esta ideia de um sujeito construído na relação intersectada pelo corpo, a raça, a orientação sexual, a tecnologia, a cultura, a política. A especificidade da sua proposta, construída através da imagética do ciborgue, reside na originalidade do caminho que aponta para sair dos dualismos com que se têm explicado as identidades.

Para Haraway, o ciborgue, simultaneamente produto da experiência e da ficção, uma criatura entre-mundos, um híbrido que recusa qualquer unidade original, perturba profundamente as noções de fronteiras identitárias. É um ser que viola as fronteiras entre o humano e o animal, entre o organismo animal-humano e a máquina, e entre o físico e o não físico. O ciborgue, nas palavras de Donna Haraway “está resolutamente comprometido com a parcialidade, a ironia, a intimidade, a perversidade. É um ser antagonico, utópico e completamente desprovido de inocência” (2002: 225). Haraway defende, com o seu *Manifesto*, que o ciborgue é “o *prazer* da confusão de fronteiras e a *responsabilidade* na sua construção” (2002: 224). Assim, para Haraway, embora o sujeito seja considerado o resultado de processos de dominação, tem a capacidade de interferir na constituição da sua própria identidade.

As identidades, diz Haraway, “parecem contraditórias, parciais e estratégicas. Com o reconhecimento, tão arduamente conquistado, da sua constituição histórica e social, o género, a raça e a classe não podem constituir a base para a crença da unidade “essencial”. [...] A consciência de género, raça ou classe é uma conquista que nos é imposta pela terrível experiência histórica do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo” (2002: 232).

Com esta perspectiva e com o recurso ao ciborgue, Haraway discute a problemática da essencialização das identidades. Nesta discussão, se o corpo constitui o lugar de inscrição das subjectividades, o ciborgue permite-lhe recusar qualquer matriz natural atribuída aos sujeitos.

Os nossos corpos, nós mesmas; os corpos são mapas de poder e identidade. E os ciborgues não constituem excepção. Um corpo ciborgue não é inocente [...] não busca uma identidade unitária e, por isso, gera dualismos antagónicos [...]; para ele a ironia é um dado adquirido. Um é pouco, dois apenas uma possibilidade. O prazer intenso que advém da competência, da competência mecânica, deixa de ser pecado e passa a ser um aspecto da corporização. A máquina não é um “objecto” passível de ser animado, adorado e dominado. A máquina somos nós, os nossos processos, um aspecto da nossa corporização (Haraway, 2002: 248).

Deste modo, além de propor a diluição de fronteiras e de dualidades que caracterizam a delimitação dos sujeitos em certas concepções hegemónicas, de confrontar teorias totalizantes e universais, de propor a reconstrução “dos limites da vida quotidiana, em relação parcial com outras e em comunicação com todas as nossas partes”, a imagética ciborgue “significa, simultaneamente, construir e destruir máquinas, identidades, categorias, relações e histórias espaciais” (2002: 250).

Outra autora que, como Haraway, se tem preocupado com a corporização das identidades é Judith Butler. O seu contributo ultrapassa os debates feministas que acabámos de apresentar pela forma como abordou “os limites discursivos do sexo” e as transacções complexas entre sujeito, corpo e identidade. Através da articulação entre o marco analítico proposto por Foucault e a psicanálise, Butler também desloca a problemática do sujeito ao introduzir a problemática do género no debate das identidades. Mas, ao contrário de outras feministas que, num esforço anti-essencialista, separaram o sexo do género, a proposta de Butler colapsa aquela separação. O seu contributo questiona a estabilidade dos sujeitos e suas identidades, e abre novas possibilidades para pensar a performatividade (2002).

Nas suas obras¹⁵, Butler questiona a dissociação que os estudos feministas têm estabelecido entre sexo e género, bem como a ideia de que pré-existe um sujeito, culturalmente construído, que impõe incontornavelmente o género aos corpos que designa. Pelo contrário, Butler anula aquela dissociação ao defender que sexo e género

¹⁵ Referimo-nos em particular a *Bodies That Matter* - traduzido para *Cuerpos que Importan* (2002) - uma vez que nesta a autora reavalia propostas que expôs anteriormente em *Gender Trouble* (1990).

são o mesmo e sustenta que, em vez de um sujeito pré-existente, os sujeitos se constroem performativamente pelo discurso e no discurso regulador o qual é, contudo, múltiplo e eventualmente auto-subversivo (2002).

Ao considerar o sexo um constructo ideal que se materializa obrigatoriamente através do tempo, Butler interpreta a materialidade do sexo não como um simples facto biológico, mas como uma prática discursiva através da qual a natureza sexuada é produzida; não como uma realidade singular e estática, mas antes como um processo através do qual as normas reguladoras materializam o “sexo” por meio da reiteração forçada dessas normas. Neste sentido, o corpo não pré-existe. O corpo é algo que se constrói, que se faz através de uma sequência de actos. Por sua vez, esta necessidade de reiteração indica, para a autora, que esse processo de materialização está sempre incompleto e que os corpos nunca incorporam inteiramente as normas que impõem a sua materialidade. Pelo contrário, para Butler são “[...] as possibilidades de rematerialização abertas por este processo que marcam um espaço no qual a força da lei reguladora pode voltar-se contra si própria e produzir rearticulações que interrogam a força hegemónica dessas mesmas leis reguladoras” (2002: 18).

Esta abordagem, segundo a qual o sujeito se produz no decurso da sua materialização, tem como fundamento a teoria performativa da linguagem e do sujeito. Contudo, se na sua obra *Gender Trouble* Butler incide no carácter teatral da performance, aproximando-se, assim, das propostas de Goffman para quem existe um sujeito voluntário que se apresenta na vida quotidiana com o disfarce ou máscara que escolhe para cada ocasião, em *Bodies that Matter* a autora procura, claramente, demarcar-se desta posição.

Nesta obra, Butler aprofunda outro sentido de performativo. Partindo da ideia de acção performativa dos actos da fala de John Austin cujo poder reside em “fazer o que se diz”, Butler realça o poder dos discursos na criação da realidade e materialidade, mas não lhe atribui um carácter onnipotente. Para Butler, o discurso é uma matriz hegemónica de ordenamento do real. Impõe-se como lei e determina o que é permitido ou não ser. E a performatividade não implica a intencionalidade do sujeito, mas antes o poder reiterativo do discurso de produzir fenómenos que regula e constringe. Para a autora,

a performatividade deve entender-se não como um acto singular e deliberado, mas, antes como a prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia [...]. Neste sentido o que constitui o carácter

fixo do corpo, os seus contornos, os seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade deverá conceber-se como um efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder (Butler, 2002: 18).

Esta interdependência entre a materialidade do corpo e as normas reguladoras que qualificam um corpo no seio da esfera da inteligibilidade cultural segue a óptica de Foucault relativamente ao poder regulatório dos discursos que se impõe externamente e que, ao mesmo tempo, forma os sujeitos. Neste sentido, para Butler

[...] os corpos só surgem, só perduram, só vivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores generalizados [...]. Porque o sexo não funciona apenas como norma mas também é parte de uma prática reguladora que produz os corpos que governa, quer dizer, cuja força reguladora se manifesta como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, circunscrever, diferenciar – os corpos que controla (2002: 18).

Mas, ao mesmo tempo que a matriz discursiva produz identidades e desejos válidos, admissíveis, cria as identidades e desejos que se lhes opõem, identidades e desejos inadmissíveis atribuídos a sujeitos que a autora define como objectos.

É com o recurso à psicanálise, particularmente com base na analítica do desejo de Jacques Lacan, que Butler constrói o argumento que lhe permite chegar à sua tese quanto à forma como certas normas regulatórias formam um sujeito sexuado confrontado com a alteridade. Butler argumenta que as identificações constituídas no seio da matriz de poder das normas reguladoras requerem a produção simultânea de um exterior constitutivo, isto é, de um campo composto pelos seres que define como objectos. Seres que habitam zonas invisíveis, inabitáveis do social, zonas densamente povoadas pelos que não pertencem à hierarquia dos sujeitos “[...] mas cuja condição de viver sob o signo do invivível é necessária para circunscrever a esfera dos sujeitos” (2002:21). Esta zona de inabitabilidade constitui a fronteira que delimita o terreno de identificações do sujeito. É a partir dessa zona de identificações temidas que o sujeito circunscreve o limite da sua própria pretensão à autonomia. Mas, esse exterior constitutivo, contra o qual e em virtude do qual o sujeito se constitui, não deixa de ser, também ele, constitutivo do sujeito. O exterior objecto é, para Butler, interior ao próprio sujeito; constitui o seu próprio repúdio fundacional.

Estes esquemas reguladores, que produzem possibilidades inteligíveis e corporais, não são, contudo, estruturas estáveis, singulares, nem perpétuas. Constituem, antes, critérios submetidos a uma revisibilidade histórica que produzem e conquistam “os corpos que importam”. Esquemas reguladores que também não implicam que a sua

repetição produza replicações das materialidades que estabelecem. Para Butler, o processo de materialização implica o recurso a citações, ou seja, uma aquisição do ser mediante a citação do poder, uma citação que estabelece uma cumplicidade originária com o poder na formação do sujeito (Butler, 2002: 36- 38). Assim, o que para Derrida é constitutivo do signo linguístico é recuperado por Butler para argumentar que qualquer citação pode ser deslocada, realocizada, transplantada em contextos inesperados, e que qualquer citação pode ser, também ela, utilizada de forma inesperada.

Estes argumentos são avançados com base na análise que Butler empreende à figura do *drag* e do *drag queen*, aí onde, para ela, os géneros se questionam, onde os performativos de género são citados noutros contextos. Análise que permite mostrar como os discursos reguladores do género são dificilmente modificáveis e como o seu questionamento e tentativas de subversão revelam o fracasso de todos os performativos do género.

Neste sentido, a performatividade nega qualquer noção de sujeito absolutamente independente em relação às normas reguladoras às quais se opõe. O sujeito que confronta as normas é um sujeito que foi habilitado, se não mesmo produzido, por essas mesmas normas. Por isso, apesar de essa restrição não anular a possibilidade de acção dos sujeitos, esta é reduzida a uma prática reiterativa ou rearticuladora, que não é externa mas antes imanente ao poder (Butler, 2002: 38).

Partindo desta articulação entre as normas dos discursos reguladores e a performatividade dos sujeitos confrontados com o seu exterior constitutivo, Butler apresenta uma definição de identificação que desafia a conceptualização das identidades, particularmente quanto à forma como interpela a lógica discursiva que preside a constituição do corpo e do sujeito.

[...] as identificações correspondem à esfera do imaginário; são esforços fantasmáticos de alinhamento, de lealdade, de coabitação ambígua e transcóporal; desestabilizam o “eu”; são a sedimentação do “nós” na constituição de qualquer “eu”, a presença estruturante da alteridade na própria formação do “eu”. As identificações nunca se concretizam plena e definitivamente; são objecto de uma incessante reconstituição e, por isso, estão sujeitas à lógica volátil da iterabilidade. São constantemente reordenadas, consolidadas, reduzidas e combatidas e, em certas ocasiões, são forçadas a ceder (Butler, 2002: 159).

Assim, para Butler a identificação é sempre um processo incompleto, parcialmente falido e ao mesmo tempo excessivo. Ao revelar essa incompletude das identidades e a importância do performativo na constituição do sexo/género, a sua tese chama a atenção

para a necessidade de pensar a formação de subjectividades enquanto produtos de montagens precárias de múltiplas diferenças hierarquizadas que marcam os corpos que habitam. Por isso, não é apenas em relação à formação do sexo/género e à sua materialização que a conceptualização apresentada por Butler contribui quanto ao conhecimento sobre as identidades. Os argumentos que utiliza sugerem que qualquer categoria implicada na formação das subjectividades, tais como a classe social ou a raça, entre outras, podem igualmente entrar neste processo. Um processo que, para Butler, significa que os sujeitos e os seus corpos não podem escapar aos discursos nos quais e pelos quais se configuram, mas podem subvertê-lo, embora essa subversão só possa acontecer nos limites por eles estabelecidos já que tudo o que há, só neles existe.

As múltiplas vozes que convocamos para o debate da formação dos sujeitos e de suas subjectividades permite, sobretudo, abrir uma ampla possibilidade analítica. Algumas das concepções propostas poderão completar-se entre si, outras poderão ser contraditórias, contudo consideramos que as tensões, as contradições e as ambivalências entre as teorias não são prejudiciais. Pelo contrário, e de acordo com Sandra Harding, não parece fazer sentido, nem ter interesse, adoptar teorias coerentes num mundo evidentemente incoerente sobretudo porque “o mundo é sempre mais complexo do que as teorias hegemónicas podem captar” (1996: 143).

5. Pensar na fronteira

Todas as teorias apresentadas interpelam, de algum modo, o conceito de fronteira. Fronteiras que se constroem e outras que se diluem, fronteiras entre Oriente e Ocidente, entre colonizado e colonizador, entre supostas raças, culturas e identidades, entre os que não podem falar e os que não ouvem, entre homens e mulheres, fronteiras que se reconfiguram na diáspora, fronteiras que se diluem entre campos.

Fronteiras simbólicas ou materiais que, no pensamento ocidental moderno, representaram fundamentalmente linhas de demarcação que separaram o que pretendiam que se diferenciasse, ao mesmo tempo que encerraram aquilo que consideravam e desejavam que se assemelhasse.

Deste modo, pensar as fronteiras remete inevitavelmente para a problemática da construção de delimitações e das relações de poder subjacente às mesmas. Delimitações que podem ser territoriais, tais como as que configuram os estados-nação modernos, mas que, e ao mesmo tempo, alimentam e sustentam a construção ideológica, cultural e

identitária das comunidades ditas nacionais e que, segundo Benedict Anderson (2005), não passam de comunidades imaginadas.

Pensar as fronteiras desta forma significa, ainda, reconhecer que constituem delimitações que permitem distinguir e identificar uns e outros e que são instrumentos ao serviço de estratégias de dominação.

O que os estudos pós-coloniais e as perspectivas feministas têm revelado é que reduzir o significado de fronteira à ideia de delimitação significa ignorar a sua complexidade e as potencialidades que ela oferece. A problemática da fronteira não remete unicamente para o reconhecimento da existência de espaços dicotómicos, impermeáveis e intransponíveis. Ela tem sido conceptualizada como um lugar de múltiplas contradições, geradora de contaminações, como lugares de fluxos e trânsitos, de encontros, coexistência e co-presenças, de diálogos, intercâmbios e transculturações.

Ao mesmo tempo que delimitam e distinguem, que estabelecem e fixam diferenças, as fronteiras são, para Susan Friedman “uma zona de contacto onde convergem diferenças fluídas, onde o poder circula de formas complexas e multidireccionais, onde a capacidade de acção existe de ambos os lados desse fosso permanentemente mutável e permeável” (2001: 9).

Como lembra António de Sousa Ribeiro, já em 1979 Bakhtine defendera que “todo o acto cultural vive, no essencial, nas fronteiras”, após observar que “no domínio da cultura, não existe um território interior: ele situa-se inteiramente nas fronteiras, por toda a parte, por cada um dos seus elementos, há fronteiras a passar” (*apud* Ribeiro, 2005: 3).

Nesta óptica, é a própria fronteira, geradora de contaminações, que permite pensar que os espaços do colonizador e do colonizado não são puros, nem fechados, nem sequer intransponíveis. Nesta lógica de interacção dinâmica, que pensa a fronteira como uma espécie de lugar outro, o conceito de *zonas de contacto* oferece, pensamos, toda a sua potencialidade analítica. Explorado por Mary Louise Pratt, no seu esforço em descolonizar o conhecimento, as *zonas de contacto* são entendidas como “espaços sociais onde diferentes culturas se cruzam, embatem e lutam entre si, geralmente no seio de relações altamente assimétricas de dominação e de subordinação, como o colonialismo, a escravatura ou outras que daí resultam e que se vivem actualmente em muitas partes do mundo” (1992: 4).

Sem ignorar as relações desiguais e conflituosas que envolvem o encontro colonial, o conceito de *zona de contacto* permite, sobretudo, convocar, para esta análise, as

dimensões interactiva e imprevisível desse encontro, dimensões raramente reconhecidas nas concepções que acompanham conquistas e dominações. Neste caso, é no contacto que se situa a problemática porque nele se intersectam sujeitos "previamente separados por disjunturas geográficas e históricas", sujeitos que se constituem nas relações que entre eles estabelecem (Pratt, 1992: 7). Neste sentido, colonizador e colonizado convertem-se em sujeitos cuja co-presença espacial e temporal os coloca em interacção e intercâmbio em espaços não necessariamente opostos.

De modo a realçar as relações bilaterais que podem emergir nessa *zona*, e de não se render a perspectivas que apenas entendem a relação colonial como relação de subordinação, imposição e assimilação entre outras, Mary Louise Pratt acrescenta que, embora não possam controlar o que emana da cultura dominante, os subjugados podem no entanto determinar de várias formas o que absorvem, o que usam e como o usam (1992: 6).

Deste modo, as fronteiras remetem para uma pluralidade de possibilidades. Para Friedman

as fronteiras, com as suas linhas de demarcação, simbolizam a ideia de impermeabilidades, se bem que seja de permeabilidade a realidade com que convivem. As fronteiras separam ao mesmo tempo que ligam. Remetem para noções de pureza, distinção e diferença, mas por outro lado propiciam a contaminação, a mistura e a criouliização. As fronteiras fixam e demarcam, mas são, em si mesmas, linhas imaginárias, fluídas, e em permanente processo de mutação. As fronteiras prometem segurança, estabilidade, a sensação de se estar «em casa», ou «na sua terra» - ao mesmo tempo que forçam a exclusão e que impõem a condição de estranho, de estrangeiro, e de apátrida. As fronteiras são a materialização da Lei, policiando as divisões; mas, por isso mesmo, elas vêm-se constantemente atravessadas, transgredidas e subvertidas. As fronteiras são usadas para exercer o poder sobre os outros, mas também para ir buscar o poder que permite sobreviver contra uma força dominante. Regulam os movimentos migratórios e de quem viaja – os fluxos de pessoas, bens, ideias, e das formações culturais de toda a espécie. Ao fazê-lo, no entanto, contrariam as práticas de regulação, na medida em que promovem os encontros interculturais e a concomitante produção de hibridizações e de heterogeneidades sincréticas (2001: 9).

Comparando-as com fricções provocadas pelas placas tectónicas que provocam erupções, Friedman acrescenta que “[...] as fronteiras são lugares de ódio e de mortandade. Elas são também, no entanto, lugares onde moram o desejo utópico, a reconciliação e a paz” (2001: 9).

Convém realçar que falar de fronteiras significa também falar de fronteiras metafóricas ou simbólicas como as de género, de classe, de orientação sexual, de raça etc.. Fronteiras normalmente binárias construídas pelo pensamento ocidental e que delimitam esferas consideradas intransponíveis. Segundo Anzaldúa, uma autora chicana cujos contributos na problematização das fronteiras são hoje reconhecidos no seio das teorias pós-coloniais e nas teorias feministas e *queer*, essas fronteiras não são mais do que "unnatural boundaries". No seu livro *Borderlands/la frontera: the new mestiza*, a fronteira é esse lugar onde coexistem culturas, raças, classes; um território outro que deixa de ser aquilo para o qual foi criado. Ou seja, a fronteira estabelecida como lugar de delimitação de diferenças e pertenças, é um lugar outro, um lugar vago, indeterminado e transitório. A fronteira da *mestiça* é esse sítio onde tudo o que é suposto ela distinguir e separar, coexiste. Coexistência que não é pacífica. Bem pelo contrário, é um lugar de conflito, e é nesse conflito entre as diferenças que colidem entre si na fronteira que reside a *mestiça*. Resultado desses diferenciados e diferenciadores lugares aos quais pertence, não pertence ou deixou de pertencer, a *mestiza* representa um ser entrecruzado, um ser a entrecruzar-se nesse ponto de união fluído e efémero que é a fronteira. Ponto de união que não significa uma junção de referências díspares onde os contrastes entrariam em equilíbrio. É um lugar de tradução numa coisa outra, um entre-lugar, um lugar do meio que ultrapassa a soma e articulação das diferenças e onde se forma o que a autora denomina a *nova consciência mestiça* (1997: 765-767).

Para Anzaldúa a *nova consciência mestiça* é uma consciência livre da violência gerada pelo binarismo positivista do pensamento Ocidental mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inquietude gerado pelas dificuldades em lidar com o embate entre as referências múltiplas e contraditórias que nela se entrecruzam.

A consciência mestiça é a consciência das fronteiras, como o assume Anzaldúa

Because I, a *mestiza*
 continually walk out from one culture
 and into another,
 because I am in all cultures at the same time,
alma entre dos mundos, tres, quatro
me zumba la cabeza con lo contradictorio.
estoy norteada por todas las vocês que me hablan
simultáneamente (1997: 765).

6. Para uma abordagem situada

Embora este quadro teórico seja inquestionavelmente valioso, não podemos esquecer que se reconhecemos, tal como nos adverte Boaventura Sousa Santos (2002), que o pós-colonialismo, como corrente intelectual, é um fenómeno basicamente anglo-saxónico, que toma como realidade fundadora o colonialismo britânico, e que o colonialismo português apresenta especificidades que se manifestam “[...] nos planos social, político, jurídico, cultural, no plano das práticas quotidianas de convivência e sobrevivência, de opressão, de resistência, de proximidade e de distância, no plano dos discursos e narrativas, [...] das emoções e dos afectos, dos sentimentos e das ideologias” (2002: 27-28), então estas abordagens poderão ser insuficientes ou até mesmo inadequadas para interpretar as realidades colonial e pós-colonial relacionadas com a colonização portuguesa.

Esta constitui, aliás, uma das principais críticas dirigidas às abordagens pós-coloniais acusadas de englobar uma multiplicidade de posições ou então de ser “um conceito confusamente universalizado” por raramente ser utilizado para denotar multiplicidade (Hall, 2006: 97-99).

Estas críticas advertem para a necessidade de ter em consideração as especificidades quer dos colonialismos, quer das sociedades pós-coloniais e de prestar atenção aos múltiplos factores que interagem entre si e interferem nas configurações que assumem. Assim, e de acordo com Margarida Calafate Ribeiro na análise que desenvolve ao *Esplendor de Portugal* de Lobo Antunes, “[...] não há pós-colonialismo, mas pós-colonialismos, pois Portugal não é uma nação pós-colonial no mesmo sentido que Angola também o é” (2006:60). Angola, ou qualquer outra nação que se viu enredada nas malhas do colonialismo que, segundo estas abordagens, têm de ser entendidas como realidades pós-coloniais particulares, com passados coloniais também eles particulares.

São já significativas as obras que em Portugal têm seguido estas preocupações e que ajudam a revelar a especificidade da realidade portuguesa (pós)colonial. Na área da Antropologia e da Sociologia destacam-se os trabalhos de Miguel Vale de Almeida (2000) e de Boaventura de Sousa Santos (1998, 2002; 2004) respectivamente, com investigações que questionam a hegemonia do pós-colonialismo anglo-saxónico através das potencialidades dos conceitos emergentes das suas análises centradas em países de língua oficial portuguesa. Com a mesma preocupação Manuela Ribeiro Sanches tem organizado diversas antologias que contemplam estudos pós-coloniais centrados em

realidades de língua oficial portuguesa, a par de outros considerados, na sua maioria, textos seminais dos estudos culturais e pós-coloniais, e de outros ainda que os interpelam e ampliam (2002; 2005; 2006; 2011).

Na área da historiografia evidenciam-se os trabalhos de Isabel Castro Henriques (2004) e de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (1998) sobretudo por procurarem contradizer a tendência da História portuguesa sem deixar-se seduzir por teses lusotropicalistas que contribuíram para a persistência de mitos, como por exemplo o da “brandura dos portugueses” (Henriques, 2004: 315).

Os trabalhos desenvolvidos no seio dessas áreas de saber têm contribuído para ampliar as conceptualizações pós-coloniais, mas é no âmbito dos estudos literários que a crítica pós-colonial tem despertado mais interesse em Portugal. Disso são exemplo os trabalhos de Paulo de Medeiros (2002; 2005), de Margarida Calafate Ribeiro (2004; 2003), de Inocência Mata (2002) e de Ana Mafalda Leite (2003), entre outros.

Importa, pois, analisar o que sugerem os estudos pós-coloniais quanto ao Portugal colonial e pós-colonial.

Miguel Vale de Almeida ao situar a sua análise pós-colonial em torno do discurso do luso-tropicalismo, não apenas em relação às suas raízes históricas como também quanto à sua persistência no processo de reconfigurações pós-coloniais em Portugal e no Brasil, sugere precisamente essa necessidade de pensar o colonialismo e o pós-colonialismo tendo por referência a especificidade da realidade portuguesa. A análise crítica que o autor empreende à visão luso-tropicalista do colonialismo português, pretende superar a dependência conceptual dos estudos pós-coloniais às suas versões hegemónicas. Neste sentido, para pensar o luso-tropicalismo, Vale de Almeida sugere o conceito de pós-luso-tropicalismo que é, para o autor, “uma ultrapassagem que não esquece o que ultrapassou”(2000: 162). Pós-luso-tropicalismo que deriva do diálogo crítico que o autor estabelece entre o pós-colonialismo e o luso-tropicalismo, superando um e outro. Conceito que significa, nas palavras do autor “uma visão da cultura e dos processos sociais contemporâneos que recuse quer o culturalismo reificante, quer o reducionismo materialista, e que seja capaz de aceitar a diversidade e especificidade dos processos coloniais, e nacionais e a contribuição da sua análise para a construção de uma teoria que não dependa da hegemonia anglo-saxónica nos estudos pós-coloniais” (2000: 162).

Inquieto com a persistência do luso-tropicalismo, Vale de Almeida demonstra, contudo, que aquele nunca se constituiu como uma corrente teórica, e que, com o fim do colonialismo, perdeu a autoridade que outrora lhe havia sido concedida (2000: 182). A

análise crítica ao luso-tropicalismo, sobretudo ao seu suposto excepcionalismo cultural e moral, não significa, contudo, que o autor não reconheça no colonialismo português uma certa especificidade, nomeadamente no que toca às práticas de relacionamento entre colonizador e colonizado, bem como nos discursos sobre a raça, cuja análise requer, para o mesmo, uma perspectiva de colonialismo comparado. Do mesmo modo, a crítica que faz à utilização do termo pós-colonial, não o impede de reconhecer a sua utilidade no que respeita as possibilidades que oferece quanto à “análise integrada da mútua constituição das representações sociais de colonizadores e colonizados” desde que não se prescindia do binómio colonialismo/pós-colonialismo, nem de considerações do âmbito da economia política e desde que se desenvolvam trabalhos empíricos que comparem diferentes experiências coloniais e pós-coloniais (2000: 231). Comparação que o autor sugere não apenas em relação a colonialismos provenientes dos diferentes centros imperiais, mas também quanto à diversidade das formações coloniais no seio do espaço imperial português e à multiplicidade de situações nacionais pós-coloniais que sucederam àquelas formações.

No *Mar da Cor da Terra* de Vale de Almeida, essa especificidade revela-se na sua metáfora o *Atlântico Pardo* inspirada no *Atlântico Negro* de Paul Gilroy a qual, em termos de reconstituições identitárias resultantes do encontro colonial, remete para “[...] um mundo que, por vias tortuosas, os portugueses, os brasileiros e os africanos criaram. E criaram-no enquanto se foram criando a si próprios numa dinâmica de interesses divergentes e poderes diferenciados (entre si e *intra* si) nesse processo a que agora chamamos cultura” (2000: 183).

Para Boaventura de Sousa Santos a especificidade do colonialismo português, quando comparado com o colonialismo protagonizado por países centrais, decorre fundamentalmente da condição semi-periférica de Portugal desde o século XVII e da sua dependência em relação a Inglaterra que “[...] abriu espaços para relacionamentos coloniais que têm pouco a ver com os que dominaram o colonialismo hegemónico” (2004: 43). A subalternidade, que Sousa Santos atribui ao colonialismo português, e a sua prolongada duração, afectaram as configurações de poder social, político e cultural e os regimes identitários quer na sociedade portuguesa, quer nas ex-colónias (2002: 26).

Por isso, o autor sugere que, em termos de configurações identitárias, a subalternidade do colonialismo português produziu uma auto-representação do português colonizador que se assemelha à do colonizado britânico. Acrescenta que este problema de auto-representação do colonizador português poderá eventualmente

reproduzir-se numa dificuldade do colonizado, do colonialismo português, se representar a si próprio (Santos, 2002: 27).

Estas propostas analíticas revestem-se de uma importância central na orientação deste projecto de pesquisa, pois não só sugerem que os relacionamentos coloniais poderão ser marcados por particularidades que decorrem da especificidade do próprio colonialismo português, como abrem pistas para a compreensão das referências identitárias do sujeito colonizado e colonizador. Entre as diversas interrogações colocadas por Boaventura de Sousa Santos, uma afigura-se central particularmente em relação a esta problemática:

[...] será que [...] o problema da auto-representação do colonizador português cria uma disjunção caótica entre o sujeito e o objecto de representação colonial que, por sua vez, cria um campo aparentemente vazio de representações (mas, de facto, cheio de representações sub-codificadas) que, do ponto de vista do colonizado, constitui um espaço de manobra adicional para tentar a sua auto-representação para além ou fora da representação da sua subalternidade (2002: 27)?

E se esta questão é crucial para interrogar sobretudo as auto-representações de sujeitos colonizados do colonialismo português, as propostas, do mesmo autor, segundo as quais a especificidade desse colonialismo se manifesta na ambivalência das representações do colonizador e nos regimes de inter-identidades presentes nos “jogos de espelhos” da relação colonial, nas experiências particulares de ambivalência, reciprocidade, imitação e hibridez entre colonizador e colonizado portugueses, e nas especificidades do racismo das relações de poder do “espaço-tempo de língua oficial portuguesa” (Santos, 2002), permitirão evitar que a interpretação desses mesmos sujeitos se reduza aos quadros conceptuais que têm por base a análise do colonialismo e do pós-colonialismo hegemónicos.

Boaventura de Sousa Santos acrescenta ainda que

Se alguma vez Próspero se disfarçou de Caliban foi com a máscara dos portugueses. Semicolonizadores e semicolonizados e incapazes de produzir regras à altura da sua complexa situação, os portugueses não puderam regular eficazmente as suas colónias e, por isso, também não puderam de forma ordeira preparar a sua emancipação. A guerra colonial em África é a melhor demonstração dessa dupla incapacidade (2002: 75).

Essa incapacidade, decorrente dessa dupla identidade do colonizador português, também poderá estar na origem da ocultação da guerra colonial que se verificou em Portugal depois do 25 de Abril, revelando, ao mesmo tempo, uma dificuldade do

Portugal pós-colonial rever e lidar com esse seu passado colonial mais recente. Calafate Ribeiro interpreta essa ocultação da guerra como “[...] uma incapacidade de avaliação das condições reais para lidar com tão dolorosa herança, deixando o ex-combatente num ambíguo e desconfortável lugar entre a vítima e a imagem de um antigo poder que se queria esquecer” (2004: 44).

Se nos últimos anos a sociedade portuguesa tem despertado para a realidade da guerra colonial, com documentários televisivos bem como com várias obras testemunhais publicadas por antigos combatentes que rapidamente se têm multiplicado, o mesmo ainda não aconteceu entre os interesses académicos. Isto não significa que os trabalhos sobre a guerra colonial não sejam já significativos em Portugal, mas que tendo em conta o impacto que essa guerra teve enquanto durou, e as sequelas que dela o Portugal pós-colonial inevitavelmente herdou, considera-se que os estudos sobre esta matéria estão ainda longe de representar a complexidade que a envolvem.

Entre esses trabalhos predominam as narrativas historiográficas preocupadas sobretudo em descrever estratégias e operações militares e em recolher os testemunhos e explicações sobretudo daqueles que as desenharam e dirigiram¹⁶. Trabalhos que não questionam as violências e as relações coloniais que, nessa guerra, assumiram múltiplas formas, ocultando, inclusive, na maioria dos casos, massacres que nela se registaram e que Felícia Cabrita denuncia num registo predominantemente jornalístico (2008). Realçam-se, contudo, os trabalhos de Dalila Cabrita Mateus (1999; 2004; 2006) e de Amélia Souto (2007) pelo seu esforço em trazer para a narrativa histórica visões que vêm perturbar aquele tipo de historiografia que faz da guerra mais um território que permite exaltar o ‘modo português de estar no mundo’.

Também em relação à guerra os estudos literários têm constituído uma área que tem reunido contributos significativos como o testemunham a diversidade e quantidade de trabalhos publicados¹⁷ e que apresentam amplas, complexas e preciosas releituras das relações coloniais e pós-coloniais.

Apesar deste interesse inquestionavelmente crescente pelo estudo da guerra colonial em Portugal, constatou-se que a pesquisa das Ciências Sociais e Humanas centrada nos

¹⁶ Por exemplo os trabalhos de Rui de Azevedo Teixeira (2006), de Adriano Moreira et al. (orgs.) (2000), de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (2005) e de John Cann (2005).

¹⁷ Como as obras de Rui de Azevedo Teixeira, bem como as actas de colóquios que organizou e onde predominam análises debruçadas sobre a literatura (1998; 2001; 2002); os trabalhos de Paulo de Medeiros (2000); as pesquisas de Margarida Calafate Ribeiro (1998; 1999; 2002; 2004) e de Roberto Vecchi (2001) entre outros.

discursos e percursos de antigos combatentes não tem, ainda, despertado tanto interesse académico como acontece em relação a outras matérias. Os trabalhos que têm por objecto esses sujeitos são maioritariamente da área da psiquiatria, centrados sobretudo no problema do stress pós-traumático.¹⁸

Entre eles salienta-se o trabalho de Luís Quintais (2000a; 2000b; 2000c), antropólogo social, que tem pesquisado os problemas de desordem psiquiátrica decorrentes da participação na guerra, numa óptica que cruza fronteiras disciplinares. Situando-se em registos de recorte antropológico, histórico, psiquiátrico e psicoterapêutico trata-se de uma perspectiva que, embora não se posicione no âmbito dos estudos pós-coloniais, apresenta um conjunto de conceptualizações que acreditamos poderem auxiliar esta pesquisa sobretudo por equacionarem diversos impactos da guerra na vida e nas expectativas dos sujeitos que nela participaram.

Na sua obra *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História*, centrada na memória traumática da guerra, Quintais procura compreender o sofrimento dos antigos combatentes a quem foi diagnosticado uma desordem de stress pós-traumático. É no acto recorrente de lembrar, cujas narrativas atribuem sentidos à experiência, que o autor considera que melhor se percebe como os sujeitos conseguem transformar experiências cruéis e dolorosas numa lembrança apaziguada (2000c: 83-89). Lembranças dos horrores e atrocidades da guerra, de práticas cruéis cometidas com a cumplicidade dos antigos combatentes que, contadas e recontadas num processo sempre inacabado, constituem-se numa narrativa como forma de redenção e de remoção do escopo do julgamento moral (2000c: 96-100). Deste processo, que procura tornar o insuportável suportável, e que relaciona contextos de constituição com a narrativização da guerra, emergem, o que Quintais denomina, *topografias de memória* onde se articulam criativamente memórias individuais e memórias colectivas. Topografias que, segundo o autor,

vão fixando – ritualizando e narrativizando – sentidos e representações que vão informar e enformar performances futuras. Topografias de memória multi-instanciadas. Atravessadas recursivamente por uma pluralidade de vozes que se suspendem em determinados pontos do espaço-tempo – determinadas instâncias – para dramatizar e narrativizar um conjunto de experiências

¹⁸ Vejam-se, por exemplo, as pesquisas desenvolvidas por Afonso Albuquerque *et al* (2003) de Ângela Maia, Teresa McIntyre *et al* (2006) e de Luís Quintais (2000), entre outros.

conceptualizadas como comuns. Estamos perante um processo de criação de memórias. Um processo que ocorre recursivamente em vários pontos do espaço-tempo (Quintais, 2000c: 124).

Além destas problemáticas, esta obra avança com importantes considerações quanto ao impacto da guerra na vida e nas identidades dos sujeitos que nela participaram. Trata-se de uma experiência que foi de tal modo marcante que, segundo Quintais, está na origem de mudanças indeléveis e irreversíveis do ser. São, nas palavras do autor, “[...] passagens, que estilhaçam a suposta continuidade de uma vida, ameaçando-a de dissolução” (2000c: 105). Esta transformação ontológica, que afecta também os seus entes mais próximos, é, segundo este trabalho, recorrentemente lembrada nas narrativas dos sujeitos (2000c: 114-115).

A constatação desta metamorfose por parte dos próprios sujeitos e a revivência do passado que os assombra tornam os antigos combatentes reféns dessa experiência irreparável e irreversível. Uma experiência envolta numa “retórica de silêncio” que os antigos combatentes pretendem contrariar, não apenas para obter reconhecimento público, mas também para exigirem a sua reparação moral e material (Quintais, 2000c: 143).

Deste modo, Quintais também aponta para as tensões que se jogam entre memórias e tempos:

tensão entre um tempo que não pode ser refeito – e que é ontologizado através dos inegociáveis vestígios que deixou à sua passagem em corpos e mentes -, um tempo que só pode ser *referido*, sem qualquer possibilidade de redescricao ou regeneração, e um tempo que pode e deve ser constantemente *redescrito*, *re-interpretado*, *renegociado*, *enfim*, *um tempo redentor* (2000c: 153).

Tensões entre tempos, entre memórias, entre lembranças e esquecimentos e que se descobrem muito particularmente nos estudos centrados nos testemunhos e nas memórias de guerra. *África no Feminino – As mulheres portuguesas e a guerra colonial* é uma obra cuja pesquisa parte da identificação dessas tensões como é manifesto nas palavras da autora, Margarida Calafate Ribeiro.

Este divórcio que hoje encontramos entre o que é a memória colectiva e a memória privada da Guerra Colonial prolonga um divórcio já havido nos tempos da guerra entre o discurso público sobre uma guerra silenciada e que oficialmente não existia e o conhecimento privado que dela tinham os portugueses mobilizados e as suas famílias (2007: 15).

Com esta obra, nomeadamente com os testemunhos de mulheres que acompanharam os seus maridos em África durante a guerra, a autora pretende declaradamente cumprir o que chama o direito à memória,

ao estabelecer um cúmplice compromisso entre quem conta - que assim cumpre a sua função de testemunha - e quem ouve - que assim toma conhecimento e não mais pode dizer que não sabia. Desta forma gera-se o pacto de responsabilidade partilhada inerente à funcionalidade do testemunho que é uma textualidade produzida contra o esquecimento e por vezes, de grande valor performativo, seja no domínio privado do ajuste de contas, do reconhecimento e do terapêutico, seja no domínio político e social e, portanto, público (2007: 15).

A guerra colonial constitui, assim, um campo de estudo que tem despertado a atenção de diversas áreas disciplinares e sob uma variedade de fenómenos que estamos longe de ter aqui identificado na íntegra. Acreditamos, contudo, que as referências apresentadas são suficientes para enquadrar e orientar esta pesquisa e com as quais dialogaremos ao longo da mesma.

Deste modo, partimos para esta pesquisa com uma bagagem teórica assumidamente pós-colonial. Uma bagagem que permite articular conceitos com origem em espaços de enunciação outros que não Portugal, com aqueles que emergem das especificidades do espaço pós-colonial português. Mas, ao mesmo tempo, uma bagagem suficientemente aberta a outras possibilidades interpretativas como as que fomos convocando ao longo deste debate.

Com base nesse quadro teórico espera-se que a interpretação dos percursos de vida e das narrativas dos antigos combatentes africanos das FAP contribua para ampliar o conhecimento sociológico relativo ao processo de colonização e à realidade pós-colonial portuguesas.

Com base nestes pressupostos resta-nos, então, indicar o organizador analítico que utilizamos como primeira orientação do trabalho empírico e que sugerimos sob a forma da hipótese que se segue: para os antigos combatentes de origem africana, cujos percursos de vida foram marcados por descontinuidades decorrentes da sua integração nas FAP durante a guerra colonial, os relacionamentos estabelecidos entre os diversos sujeitos que com eles interagiram durante o conflito, os espaços culturais, políticos e sociais que passaram a ocupar desde então, bem como os papéis que desempenharam no mesmo, constituem referências interpretativas e potencialidades estratégicas que

mobilizam no sentido de justificar posicionamentos e de reivindicar estatutos e direitos no contexto do Portugal pós-colonial.

7. Conclusão

O valor matricial que atribuímos às teorias e conceitos que acabámos de apresentar prende-se, essencialmente, à variedade de possibilidades epistemológicas que representam.

No que respeita as teorias pós-coloniais, a pesquisa que propomos vai ao encontro de um dos seus pressupostos privilegiados: o reconhecimento de que diversos sujeitos foram silenciados ou suprimidos das narrativas coloniais e pós-coloniais (Bhabha, 2005; Said, 1993). Esta pesquisa começa precisamente por procurar ouvir e “dar voz” a sujeitos ‘(pós)colonizados’, cujas narrativas significam, acima de tudo, partir de subjectividades que permitem (re)interpretar condições, relações e significados atribuídos aos contextos coloniais e pós-coloniais.

O que se pretende é que essas narrativas, oferecidas pelos próprios sujeitos, dialoguem com o enquadramento conceptual apresentado. Com este diálogo pretende-se utilizar este enquadramento como modelo interpretativo daquelas narrativas, ao mesmo tempo que se espera que estas o interpelem.

As perspectivas expostas permitem, então, equacionar o colonialismo como um processo de dominação não unívoco e o encontro colonial como um espaço de comunicação, de negociação, de implicação e de tradução (Bhabha, 2005), gerador de hibridismos entre colonizador e colonizado (Hall, 2003) e atravessado por dinâmicas transculturais produtoras de mútuas crioulizações identitárias (Pratt, 1992).

Esta *zona de contacto* ambivalente entre colonizador e colonizado, lugar de hibridismo mas ao mesmo tempo de resistência e de contestação do colonizado, e que interpela o conceito de fronteira interpretado como um elemento que separa, fixa e estabelece diferenças, constitui um dos conceitos privilegiados para pensar os sujeitos envolvidos na colonização. No caso dos antigos combatentes africanos das FAP são sujeitos que, ao longo dos seus percursos de vida, mudaram de posições face à sua relação com o poder colonial, e que transitaram entre espaços geográficos, culturais, ideológicos e políticos diferenciados ao longo das transformações que ocorreram nos espaços afectados pelo colonialismo português.

Interpretar estes percursos direcciona a análise para a problematização de identidades individuais e colectivas produzidas na articulação de múltiplas diferenças. Os percursos dos sujeitos (pós)coloniais, sobretudo daqueles cujas vidas se localizaram em diferentes posições face aos poderes instituídos, podem ser pensados em função de trânsitos entre esses lugares intersticiais, lugares de “[...] sobreposição e deslocamento de domínios da diferença [...]”, propostos por Homi Bhabha (2005a: 20). Este que pode ser um sujeito descentrado e deslocado, um sujeito que “assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um *self* coerente” (Hall, 1997:10).

As abordagens pós-coloniais e os estudos feministas sugerem ainda que em cada sujeito não só coexistem identidades contraditórias, que o pressionam em direcções diversas, como as identificações construídas pela e na alteridade não são estáticas, nem estáveis e, por isso, podem ser objecto de várias transformações. Perspectivas que permitem rejeitar as condições de fixidez e de plenitude que as perspectivas monolíticas tendem a atribuir às identidades, e que contribuem para a compreensão de vidas que ocorrem em espaços intersticiais. Trata-se ainda de reconhecer que as fronteiras mais do que limites que separam realidades contraditórias e de difícil transposição, são lugares produtores de realidades outras.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, a vida na fronteira apresenta características muito particulares nomeadamente o uso selectivo e instrumental das tradições, misturas de heranças e invenções, hierarquias fracas, invenção de novas formas de sociabilidade, pluralidade de poderes e de ordens jurídicas, fluidez das relações sociais e promiscuidade entre estranhos e íntimos (2000). E se, para o mesmo autor, a vida na fronteira é instável, perigosa, transitória, vulnerável e precária, ela também pode ser reconfortante. Reconfortante comparativamente ao exílio uma vez que a vida na fronteira, ao contrário daquele, permite à “[...] pessoa sentir-se em casa naquilo que não é a sua casa própria” e abrir um conjunto de potencialidades emancipatórias aos sujeitos que a experienciam (Santos, 2000: 326).

Pensamos, ainda, que analisar sujeitos (pós)coloniais obriga a situar esta análise da formação e da mobilização de referências identitárias, bem como dos trânsitos operados entre os espaços simbólicos diferenciados, não apenas por referência a universos culturais, sociais e políticos que se distinguem e confrontam, que se cruzam, sobrepõem e contaminam, mas também em relação às lógicas de sedução e de poder que atravessam as relações coloniais. Lógicas que devem ser ponderadas em relação aos

diversos discursos reguladores que, sobretudo segundo as perspectivas feministas, delimitam a construção das subjetividades mas que, ao mesmo tempo, podem constituir territórios no seio dos quais a subversão é uma possibilidade.

Sobre esta matéria, as lições dos estudos pós-coloniais e feministas que ultrapassam a perspectiva do sujeito subordinado ao discurso disciplinador de Foucault, ao sugerirem que os sujeitos não são meros produtos dos discursos normalizadores, permitem pensar na possibilidade do sujeito (pós)colonial se posicionar em relação às formações discursiva que o procuram construir e regular. Aquelas abordagens apelam também para a necessidade de prestar atenção a mecanismos e modalidades a partir dos quais os sujeitos se identificam, ou não, com certas formações discursivas e com as posições e identificações para as quais estas os convocam.

Ainda em relação ao sujeito colonizado, e no que diz respeito às lógicas do desejo e do poder, a perspectiva de Bhabha é particularmente inspiradora. Este sustenta que a identidade não só se constrói em relação a uma alteridade, mas que é em relação ao lugar ocupado pelo Outro que o desejo colonial é articulado e que “[...] permite o sonho da inversão dos papéis, a possibilidade de poder ocupar o lugar do Outro” (Bhabha, 2005:76). Desejo que, por sua vez, não se reduz a um reflexo de diferença narcísica uma vez que, segundo este autor, é criado na ambivalência da relação colonial, na qual o colonizado deseja ver-se o mesmo, mas no lugar do colonizador. Deste modo, as lições dos estudos pós-coloniais questionam os limites que separariam o Mesmo do Outro na relação colonial, e realçam a importância do reconhecimento da ambivalência que caracterizam os processos de relacionamento com a alteridade.

Deste modo, este quadro conceptual interpela sobretudo a relação dicotômica com que as abordagens etnocêntricas têm pensado a relação colonial. Segundo os estudos pós-coloniais, o colonizado existe numa relação dialógica e ambivalente com o Outro e pode ocupar o lugar desse Outro embora nunca possa chegar a sê-lo. Porque o lugar do Outro, que eventualmente ocupa na relação colonial, não rasura a sua posição subalterna da relação colonial. Mais ainda: segundo as perspectivas pós-coloniais esse lugar, que o colonizado deseja ou não ocupar, é um lugar que lhe permite ter acesso e apropriar-se dos discursos do Outro. É desse lugar do Outro, também ele considerado ambivalente na relação colonial, que os sujeitos (pós)coloniais ‘imitam’ performativamente o colonizador, e de onde resistem e contestam os discursos de poder.

Por sua vez, os estudos feministas vêm revelar como a relação do sujeito com a alteridade pode ser bem mais complexa do que aquela que foi proposta por Bhabha e

por outros pensadores que a entendem recorrendo, sobretudo, a conceitos como o de hibrididade e de mimética para denunciar a permeabilidade de fronteiras entre colonizador e colonizado e evidenciar os processos de negociação, de resistência e de subversão que atribuem às relações no encontro colonial.

Pensar o colonialismo com base no conceito de relação dialógica não significa, contudo, ignorar as assimetrias de poder, nem a violência e a discriminação que caracterizam a relação colonial. Significa, isso sim, reconhecer que colonizador e colonizado não estavam encerrados em realidades herméticas e que o encontro colonial originou formas de comunicação, de aproximação e de relacionamento, entre uns e outros, com base em quadros culturais distintos os quais, por sua vez, se foram reconfigurando para dar conta da relação colonial.

O que algumas propostas feministas evidenciam é que a relação entre um(s) e outro(s) pode ser bem mais complexa do que a relação de ambivalência entre o Mesmo e o Outro comumente reconhecida entre os estudos pós-coloniais. Para algumas das feministas que evocamos neste debate, trata-se de uma relação em que o Outro é inerente à própria auto-representação e auto-definição do Eu. Em que a identidade se constrói performativamente no embate entre as diferenças diferenciadoras. Em que o embate dessas diferenças não implica a troca de lugares, nem o desejo de ocupar o lugar do outro. Trata-se de existir num lugar outro, de ter uma identidade outra que incessantemente se produz na redefinição e no reposicionamento entre as múltiplas pertenças no meio das quais ou fora das quais se situa. Nesse lugar, produz-se um Outro, que não é nem Um nem Outro, mas um ser livre e simultaneamente angustiado, que representa a tradução de mundos inconciliáveis.

Por sua vez, o que as abordagens pós-coloniais centradas na realidade portuguesa, bem como a perspectiva feminista ‘situada’ (o *feminism standpoint*) sugerem é a necessidade de ter uma atitude prudente relativamente à adopção de conceptualizações cujo local de enunciação parte de outros lugares que não aqueles relativos à realidade que procuram conhecer. Conceptualizações que se tornaram hegemónicas no que diz respeito aos estudos pós-coloniais e feministas, e que acabam por ter efeitos epistemológicos semelhantes àqueles sobre os quais tanto se têm debruçado as suas críticas.

Pelo que foi apresentado, mais do que respostas, o que esta problemática sugere é um conjunto de questões para pensarmos o sujeito (pós)colonial. Quem é o sujeito ex-colonizado na relação (pós)colonial? Quem é o Outro para o sujeito ex-colonizado

quando a relação colonial que o subalternizou deixou de existir? É um condenado à colonialidade do ser – como sugerem Fanon e Maldonado-Torres - que deixou de ser porque tudo o que tinha lhe foi retirado com a colonização? Ou é um sujeito que, consciente da sua identidade, se desloca permanentemente entre as múltiplas fronteiras do seu existir – como a *nova mestiça* de Anzaldúa – para dar lugar a um ser que simultaneamente interpreta, questiona, rompe, dissolve e alia múltiplas pertenças que nele se confrontam na sua própria tradução de si?



Imagem 2 - Dia dos Comandos (Carregueira, 29 de Junho 2008)

Capítulo 2

Percurso e reflexões metodológicas

Quando é importunada com perguntas, a recordação assemelha-se a uma cebola, que quer ser descascada, para que possa vir à luz aquilo que é legível, letra a letra: raramente de forma unívoca, muitas vezes como escrita em espelho, ou de qualquer outro modo cifrado (Günter Grass, 2008: 10).

1. Introdução

Neste capítulo apresentam-se as opções metodológicas que orientaram a pesquisa, mas também os desafios que decorrem de uma investigação de carácter qualitativo que privilegiou o método biográfico. Este capítulo mostra, ainda, como o recurso a outras fontes e registos foram fundamentais para suportar e compreender alguns dados biográficos, e para enquadrar e perceber alguns dos seus contextos, bem como diversos momentos e situações de investigação.

A intenção de compreender como os antigos combatentes africanos das FAP interpretam os seus percursos de vida foi a primeira opção metodológica deste trabalho. Tratava-se de assumir, desde o início da investigação, que essa interpretação partiria do ponto de vista dos próprios sujeitos que queríamos conhecer. Esta opção acabou por ser muito mais do que a primeira, na medida em que condicionou todo o percurso adoptado ao longo da pesquisa, quer em termos da orientação do trabalho empírico, quer quanto ao quadro epistemológico que lhe deu corpo.

Assim, interpretar estes percursos de vida tendo como ponto de partida o olhar dos antigos combatentes africanos das FAP impeliu a pesquisa em direcção à utilização de narrativas biográficas. Se o recurso a estes relatos obrigava, por um lado, a ter em atenção, desde o início, as potencialidades e os limites deste método, sobretudo quanto ao tipo de dados que permitiria recolher e quanto à forma como esses dados afectariam

os resultados da pesquisa, por outro lado a recolha dos dados implicava entrar num terreno que obrigava a ter em conta vários desafios, entre os quais o da objectividade científica.

Os relatos de vida dos sujeitos, recolhidos através de entrevistas narrativas, embora tenham ocupado um lugar de destaque nesta pesquisa, não constituíram os únicos discursos analisados. Notícias e outros textos da imprensa portuguesa relativos ao período em que decorreu a Guerra Colonial, bem como uma diversidade de documentos de arquivos históricos foram outras narrativas utilizadas neste trabalho. Estes, contudo, serviram fundamentalmente para recolher dados que informassem sobre o recrutamento de africanos nas FAP e as funções que desempenharam na guerra. Em relação à imprensa procurou-se, igualmente, dados que remetessem para as formas como estes combatentes eram caracterizados na época da Guerra. Quanto aos documentos recolhidos nos Arquivos Históricos, a saber o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), o Arquivo Geral do Exército (AGE), o Arquivo Histórico-Militar (AHM) e o Arquivo da Defesa Nacional (ADN), procurou-se compreender como eram integrados estes soldados nas FAP, conhecer os contornos das negociações da transferência de poderes, saber como foram ponderadas as desmobilizações destes combatentes e quais foram os principais problemas que foram colocados em relação a estas desmobilizações nos acordos entre as partes envolvidas.

A observação foi outra técnica utilizada nesta pesquisa. Ao longo da pesquisa empírica, participámos em diversos encontros de antigos combatentes, e fomos convidados a entrar na esfera mais privada de alguns antigos combatentes africanos. Acompanhámos alguns momentos da vida familiar e de outros quotidianos de alguns antigos combatentes, tais como nalguns momentos de lazer na Praça de São Domingos em Lisboa, lugar onde se encontram com os seus conterrâneos, muitos deles também antigos combatentes. Além desses momentos, nalguns casos fomos também convidados e acompanhar a resolução de situações concretas, tais como os processos de naturalização dos seus filhos, problemas de saúde, problemas financeiros e situações relativas à aquisição dos cartões de Deficiente das Forças Armadas (DFA). Passámos também vários dias num dos quartéis militares com antigos combatentes africanos que residem temporariamente nessas instituições a aguardar pela resolução dos seus processos de DFA. Outro lugar onde seguimos vários antigos combatentes foi a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), o que permitiu contactar com diversas situações para as quais procuravam encontrar apoios e informações

relativamente à sua situação em Portugal. Fomos, ainda, várias vezes ao Hospital Militar da Estrela, onde aplicámos algumas entrevistas e onde foi possível estabelecer relações com vários antigos combatentes africanos e europeus. O trabalho desenvolvido nesse Hospital permitiu contactar de perto com as feridas que a Guerra deixou nos corpos dos homens internados ou a seguir tratamentos médicos ou protésicos, mas também conhecer a forma como essa instituição lhes dá apoio.

A importância atribuída à observação fez com que o diário de campo se tornasse um objecto fundamental para a análise desenvolvida. Este foi utilizado não só para registar os dados recolhidos na observação, como serviu para complementar os dados recolhidos nas entrevistas e para registar as conversas informais que se deram em diversos momentos que entremearam a situação da entrevista e que não foram objecto de gravação, e ainda para registar dados relativos ao percurso da pesquisa.

2. Reflexões metodológicas

A metodologia qualitativa adoptada neste trabalho decorreu, em grande parte, do seu próprio objecto de estudo. Desde o desenho do projecto que se pretendia utilizar uma abordagem que não fechasse, à partida, as possibilidades de interpretação. Ao contrário das metodologias quantitativas que produzem um conhecimento “[...] claramente mais sistemático, comprovável, mensurável, replicável e generalizável [...]” (Pais, 2007: 153), cujas vantagens também reconhecemos relativamente aos trabalhos deste pendor, o que procurávamos, na realidade, era a diversidade de opções que as metodologias qualitativas oferecem, bem como o tipo de realidade e de fenómenos que as mesmas permitem alcançar e que se distinguem claramente das abordagens mais positivistas. Segundo Machado Pais, as abordagens qualitativas assentam, fundamentalmente, na análise dos critérios de significação subjectiva que dirigem as maneiras de pensar, de agir e de ser dos sujeitos e permitem “[...] analisar as práticas e os modos como os indivíduos constroem a estabilidade do mundo social, ao mesmo tempo que o fazem descritível, observável, objecto de informe” (2007: 100). Para Isabel Guerra, trata-se de metodologias que encontram nos processos sociais “[...] a lógica social dos fenómenos, o que só poderá ser realizado a partir do centramento das análises nas racionalidades dos sujeitos” (Guerra, 2006: 15). Quando centrada num sujeito histórico em acção, segundo a mesma autora, “[...] esta metodologia observa, no mesmo movimento, o sujeito e a

sociedade em interacção, mas também, e simultaneamente, os factos e as emoções que os acompanham” (Guerra, 2006: 19).

Era a esse mundo do social dos antigos combatentes africanos das FAP ao qual queríamos ter acesso. E a intenção primeira era fazê-lo munidos de um mínimo de referências conceptuais, de modo a partir para o trabalho empírico com uma atitude aberta, numa lógica de descoberta. Lógica que não corresponde, de todo, às abordagens mais cartesianas, que obrigam à construção prévia de um quadro teórico e ao cumprimento de uma sequência rígida de etapas de pesquisa que, ao enquadrar excessivamente a investigação, comprometem *a priori* a possibilidade de estudar lugares inesperados do social com que eventualmente possamos ser surpreendidos ao longo da pesquisa. Ao optar por uma abordagem interpretativa, poderíamos também ir orientando e reorientando as nossas opções metodológicas e epistemológicas em articulação com a pesquisa de terreno.

Isto não significa que tenhamos enveredado por uma abordagem indutiva, como a que é seguida pelas “teorias ancoradas” (*Grounded Theories*) cujo objectivo é produzir teorias gerais a partir da análise dos dados empíricos. Estas propostas excluem a função de comando da teoria na produção do conhecimento. O que procuram é produzir conceitos e categorias que vão construindo e comparando com os dados ao longo do trabalho empírico, dando assim origem à teorização (Guerra, 2006: 22-26). Adoptámos uma abordagem que garantisse um certo compromisso entre a indução e a dedução.

Assim, não partimos para o trabalho de campo munidos de qualquer tipo de categorias analíticas ou de grelhas de observação previamente definidos. Deste modo, deixava-se em aberto um amplo campo de possibilidades analíticas. Isto não significa, contudo, que não tivéssemos formulado previamente um enquadramento teórico e hipotético decorrentes dos objectivos da investigação que tínhamos desenhado. Mas este foi construído, sobretudo, com o objectivo de orientar as primeiras experiências empíricas, sem, contudo, ser adoptado como um modelo estático, nem constituir a base a partir da qual se partiria para um trabalho de carácter dedutivo. No fundo, o que se esperava era estabelecer um diálogo constante entre o trabalho empírico e o trabalho teórico.

Optámos, então, pelo estudo de caso por ser um método que é particularmente útil para as pesquisas que têm como intenção estudar, de modo aprofundado, uma amostra seleccionada de acordo com um determinado objectivo de investigação. A flexibilidade deste método, que se traduz na possibilidade de utilização mais livre e ampla de

diversas técnicas, adequa-se às investigações que pretendem analisar uma grande quantidade de material. Assim, trata-se de um método que permite aceder a uma multiplicidade de factores e acontecimentos interaccionantes em curso, e que garante o acesso a diversos níveis de análise (Bell, 1997: 23-24; Almeida e Pinto, 1982: 87).

Para a interpretação dos dados recolhidos, e exclusivamente no que diz respeito àqueles respeitantes aos percursos de vida dos antigos combatentes que foram recolhidos através da observação e de entrevistas narrativas, contámos com os métodos comparativo e tipológico. Com a conjugação destes métodos pode proceder-se a um trabalho de abstracção que, partindo da comparação dos aspectos essenciais dos fenómenos, selecciona similitudes e divergências, encontra elementos constantes e gerais a partir dos quais se podem construir tipologias ou ideais-tipo (Lakatos, 1991: 107-112; Guerra, 2006: 13-26). Foi o que fizemos em relação à análise dos percursos dos antigos combatentes africanos das FAP. Com base na comparação de vários factores relativos aos seus percursos de vida concretos e aos significados que lhes atribuíam, foi possível construir uma tipologia que permitiu distribuí-los por diversos tipos de percursos de acordo com as semelhanças e divergências identificadas entre eles.

Apesar de ter cumprido todos os pressupostos metodológicos apresentados, este trabalho coloca alguns problemas particulares no que respeita a objectividade do conhecimento científico. Esses problemas correspondem, antes de mais, àqueles que se prendem a qualquer investigação que utilize metodologias qualitativas, mas também, em particular, àqueles que decorrem da aplicação de técnicas de recolha de dados que obriguem a uma relação mais intimista entre o investigador e os sujeitos estudados.

O conhecimento produzido nestas condições é objecto de questionamentos, e frequentemente de dúvidas, sobretudo entre os apologistas de epistemologias de pendor positivista, no que diz respeito à verdade e à validade dos resultados obtidos nestas investigações. Para estas epistemologias, em termos gerais, a verdade e a validade advêm da supressão de quaisquer interpretações e argumentos subjectivos na produção do conhecimento. Mas, na realidade, o que os investigadores interessados em conhecer as experiências, opiniões, expectativas, valores e percepções pretendem não é uma verdade. Como esclarecem Michelle Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, o interesse das pesquisas qualitativas está antes no “significado conferido pelos «actores» às acções nas quais se empenharam. Este significado é o produto de um processo de interpretação que desempenha um papel-chave na vida social” (1990: 32).

No mesmo sentido, pensamos que mais do que a verdade, o resultado que o investigador, que recorre a metodologias qualitativas, espera é ter acesso a esses múltiplos significados atribuídos pelos sujeitos ao seu mundo social, compreender as realidades tal como são entendidas pelos mesmos e encontrar os sentidos com que estes significados estão associados a outros fenómenos que com eles interagem.

As críticas dirigidas ao problema da subjectividade das investigações qualitativas não se reduzem ao tipo de dados utilizados e aos resultados destas pesquisas. Estas críticas prendem-se à forma como se concebe a objectividade do conhecimento. Objectividade que para as abordagens de cariz mais positivista significa, em termos muito genéricos, a neutralidade do conhecimento, ou seja um conhecimento isento de qualquer interferência subjectiva. Um conhecimento neutro que, segundo estas abordagens, depende fundamentalmente da forma como se produz o conhecimento sobre a realidade. Neste sentido, o relacionamento de proximidade entre o investigador e os sujeitos estudados, as relações de confiança que entre eles se estabelecem, e os sentimentos, as expectativas e os perfis dos sujeitos que se envolvem nessas relações, e que atravessam a produção de conhecimento desenvolvido no âmbito das metodologias qualitativas, são apontados como obstáculos à neutralidade do conhecimento. Sem essa neutralidade, segundo estas concepções, não há objectividade e conseqüentemente também o conhecimento produzido nestas condições carece de validade científica.

Não é essa a perspectiva que se assume neste trabalho. Seguimos epistemologias que entendem que o conhecimento não é neutro, mas que consideram, ao mesmo tempo, que não é da neutralidade que depende a objectividade da produção científica. Parte-se então do pressuposto construtivista segundo o qual o conhecimento é socialmente construído, ou seja, que o conhecimento é um produto da subjectividade, um produto da relação entre sujeito e objecto de conhecimento, relação essa histórica, social e subjectivamente situada (Chafetz, 2006: 27-39).

Alinhamos, especialmente, com as perspectivas feministas, segundo as quais o conhecimento é situado e parcial. Segundo esta abordagem, defendida pelas feministas da *standpoint theory*, o conhecimento é produto do tempo e do lugar de onde é produzido (Harding, 2004). Pressuposto que tem implicações várias quanto à forma como se concebe o conhecimento em geral, e a problemática da objectividade do mesmo, em particular. Este *ponto de vista* transforma o sujeito e o objecto numa relação epistemológica. O sujeito do conhecimento é colectivo, produto das diversas experiências envolvidas nessa relação epistemológica. Não se trata de um conhecimento

que considera que o ponto de vista privilegiado é o das mulheres, ao contrário de outras perspectivas feministas mais radicais, porque entre as mulheres existem também múltiplos e por vezes conflituosos pontos de vista de acordo com cada posicionamento, isto é com o lugar e o tempo de onde partem (Chafetz, 2006: 38-39).

Para Sandra Harding, defensora desta epistemologia feminista, nenhum conhecimento se constrói sem conter as marcas que revelam o seu processo de produção, quer dizer, os interesses e posicionamentos pessoais, sociais e políticos do investigador. E que, as condições que condicionam o conhecimento, condicionam igualmente os investigadores e os seus projectos. A mesma autora defende, inclusivamente, que adoptar este *ponto de vista* não permite apenas revelar como a situação social condiciona qualquer projecto científico. Mais importante para ela é o facto de transformar esse conhecimento situado num recurso científico disponível, visível. Ao fazê-lo, segundo Harding, estas perspectivas aprendem a usar o posicionamento social dos seus objectos de conhecimento como recursos para maximizar a sua objectividade (Harding, 2004: 128-133).

Neste trabalho, adoptamos a solução avançada por Sandra Harding para maximizar a objectividade de um conhecimento que se assume como parcial e situado. Trata-se de um programa assente numa forte reflexividade. Harding parte do pressuposto que a objectividade é mistificada, sobretudo entre as abordagens que não têm em consideração os vários condicionalismos que afectam qualquer produção e produto científicos. Pelo contrário, defende que este *ponto de vista* feminista persegue uma forte objectividade já que coloca o sujeito do conhecimento no mesmo plano crítico e causal dos objectos de conhecimento. Criticar o conhecimento, bem como o sujeito que o produz, obriga, então, a uma forte reflexividade que percorre todo o desenho da pesquisa, desde a selecção do problema, passando por todas as fases de recolha, análise e interpretação dos dados. Apesar deste programa de reflexividade constituir um exercício para maximizar a objectividade, Harding conclui que não existe uma forma única de a conceptualizar. Diz a autora: "a noção de objectividade é útil em proporcionar uma forma de pensar acerca do hiato que pode existir entre como um determinado indivíduo ou grupo quer que o mundo seja e como ele é de facto" (Harding, 2004: 137-138).

3. Relatos de vida

A importância atribuída aos relatos biográficos nesta pesquisa decorre do seu próprio objecto de estudo. Saber como os próprios antigos combatentes interpretam os seus

percursos de vida obrigava a uma recolha de dados centrada privilegiadamente nas histórias de vida dos sujeitos. Através da aplicação de entrevistas narrativas foi isso que procurámos, ou seja, que o sujeito oferecesse o relato da sua vida.

O lugar de destaque que reservamos para reflectir sobre este método prende-se ao facto de ser absolutamente necessário entender que tipo de dados nos oferecem essas narrativas.

Embora as perspectivas divirjam quanto à utilização e utilidade metodológica e epistemológica dos relatos de vida, é consensual considerar-se que ao contar-se, o sujeito atribui sentido à sua vida. E, também é frequente reconhecer-se que é através da organização da narrativa, ou seja do "modo de (se) contar"¹⁹ (Conde,1994) que o sujeito procura encontrar esse sentido. Segundo Claude Dubar, é na trama da história de si que o sujeito selecciona e encadeia episódios e personagens da vida, e estabelece a influência que cada um assumirá ao longo da narrativa. Para o mesmo autor, dar sentido à vida através da narrativa assume, ainda, uma dupla acepção: aponta uma direcção e atribui uma significação à história de modo a que esta se torne compreensível para si e para o outro (2000:225). Este é um dos principais motivos que nos levou a recolher relatos de vida, porque ao atribuir sentido à sua história, acreditamos que o sujeito procura tornar compreensíveis, para si e para os outros, as relações entre os diversos acontecimentos e experiências, e entre os vários lugares e momentos que compõem a sua narrativa.

Embora essas narrativas possam ser apresentadas, por vezes, de modo acidentado, fragmentado²⁰ e obedecer a diferentes esquemas narrativos²¹ conforme a conjuntura em que se oferecem, os resultados dos vários trabalhos de Michael Pollak indicam que qualquer narrativa biográfica apresenta "[...] um núcleo resistente, um fio condutor" (1989: 13), que, no seio da sua tessitura particular, concede algum tipo de inteligibilidade e de credibilidade à história contada²². É isto que nos interessa muito particularmente nas histórias de vida, ou seja essa possibilidade de encontrar uma vida

¹⁹ Ou self-telling, conceito explorado por Bruner no seu ensaio *Life as Narrative* (2004).

²⁰ Um dos exemplos que Jean-Claude Kaufmann utiliza para ilustrar esse fenómeno é o da forma como se conta uma história de vida com base na construção e leituras de um álbum de fotografias (2004: 135).

²¹ Segundo Idalina Conde as narrativas biográficas podem utilizar o "[...] modelo causo-linear e fechado do conto, a propostas abertas, bifurcadas, seleccionadamente circulares, fragmentárias", entre outras (1994: 46).

²² No seu texto *Memória e Identidade Social* observa também que nos relatos de vida quando a ordem cronológica não está a ser seguida pelo narrador, acontece que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos ou períodos de vida como se neles houvesse sempre algo de invariante (1992: 201).

contada que reúna e concilie etapas e elementos dispersos encadeando-os num esquema conjunto que procura produzir uma expressão coerente e total de uma trajectória de vida em curso.

Deste modo, os relatos de vida, enquanto interpretações subjectivas de si, dão-nos acesso a uma parte da identidade dos sujeitos, a qual, segundo Paul Ricoeur, corresponde à sua identidade narrativa (1991: 73). Ricoeur defende que é precisamente na compreensão da identidade narrativa que se encontra a solução para desvendar a relação entre continuidade e permanência da identidade ao longo do tempo, face às mudanças às quais a vida se sujeita no seu decorrer. Porque, segundo o mesmo autor, é na narrativa que o sujeito constrói o carácter durável de si através da produção de uma espécie de identidade dinâmica, que concilia identidade e diversidade. A trama do relato, ou *intrigue*, desempenha um lugar central nessa construção: é ela que fornece a mediação entre permanência e mudanças no que respeita a identidade (1991:77). Ou seja a trama cria uma dialéctica entre a mesmidade - continuidade de si-mesmo através das diferentes etapas da vida -, e a ipseidade - unidade de si através das diferentes esferas da existência (Ricoeur, 1990:137-150). A coerência fundadora do sujeito situa-se no âmbito desta dimensão temporal e encontra-se na ligação e inteligibilidade que estabelece entre a sequência de acontecimentos que compõem uma narrativa biográfica. E é na relação entre o si e o si-mesmo²³, as duas componentes que Ricoeur atribui à identidade pessoal, que, num dado momento, o sujeito liga as diversas identificações de si, bem como os momentos sucessivos da sua existência. Esta dupla transacção pode efectuar-se de várias formas, originando, assim, várias configurações identitárias.

Reflectindo, também, sobre a problemática da continuidade do sujeito, Anthony Giddens (1997) sugere que a interpretação reflexiva dessa continuidade biográfica, operada pelo sujeito, corresponde à sua auto-identidade²⁴. Trata-se, nesta óptica, de um

²³ Ricoeur discute a identidade pessoal, à qual atribui essas duas instâncias – o si e o si-mesmo - através do confronto que estabelece entre mesmidade e ipseidade. A identidade como mesmidade é o *idem*, conceito relacional que só pode ser avaliado no e em relação ao tempo. A identidade como ipseidade é individual e única. Considera que a permanência no tempo coloca o problema da ipseidade e da mesmidade. Observa que as mudanças e o tempo não desfazem o ipse do sujeito. O que permanece, contudo, são fragmentos de relações entre ocorrências a respeito de um mesmo sujeito. Tais fragmentos são o si, isto é, o ipse, como um outro. O si e a sua história de vida são desiguais mas ao mesmo tempo revelam cumplicidade e implicabilidade, já que ambos pressupõem alteridade não podendo contudo ser pensados separadamente, tanto que o si pode ser considerado o mesmo, sendo outro. No âmbito desta relação as identidades narrativas, são, então, desdobramentos de um "eu" que ao voltar-se para si-mesmo constrói a sua história de vida como um outro (Ricoeur,1990: 140-150;1991).

²⁴ Observe-se que Giddens aborda este conceito no âmbito da leitura que apresenta do impacto produzido pelas transformações da modernidade na experiência individual (1997).

projecto identitário organizado em função da forma como o sujeito se define, contínua e reflexivamente, através de uma conjugação que estabelece entre o exame do seu passado, as circunstâncias presentes e uma antecipação do seu futuro²⁵.

Esta qualidade dinâmica atribuída à biografia auto-reflexiva é, para Giddens, responsável pelo seu carácter, simultânea e paradoxalmente, sólido e frágil: sólido porque assegura o trânsito entre as mais diversas situações sociais que frequentemente envolvem tensões e contradições, e porque confere segurança ontológica ao indivíduo perante contextos de risco e sensações de insegurança que caracterizam o mundo actual; frágil por tratar-se sempre de uma história narrada entre muitas outras histórias possíveis, as quais constituiriam, por seu lado, outras tantas identidades (1997).

Para Pollak, a coerência estabelecida através de uma lógica entre acontecimentos-chave e a continuidade resultante de uma ordenação cronológica, produzidas nos relatos biográficos parecem ser admitidos pelos indivíduos como sinais de um sentido de identidade assegurada²⁶ (1985: 37). Porque ao ordenar a história da sua vida, o indivíduo baliza uma existência e por isso, para Pollak, essas narrativas "[...] devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade" através dos quais "[...] o indivíduo tende a definir o seu lugar social e as suas relações com os outros"(1989:13).

Admite-se, de acordo com estas perspectivas, que cada sujeito possa assumir várias versões da sua vida e, corolariamente, revelar diversas identidades narrativas. O debate contemporâneo, sobre o conceito de identidade, que explorámos no capítulo anterior, tem insistido na análise deste problema, que, opondo-se a representações mais fixistas e substancialistas da identidade, tem realçado o seu carácter mais dinâmico, múltiplo e aberto. Torna-se necessário realçar que, tal como hoje se entende que a identidade pessoal é variável e plural, também a narrativa de uma vida, não é considerada fixa. Por um lado, desde que a situação do sujeito mude, desde que o seu lugar de enunciação se altere, também a forma de dizer-se pode modificar-se e, por isso, as histórias de uma vida são construções simultaneamente temporais e temporárias de si. Por outro lado,

²⁵ A propósito da autobiografia considera que se trata de um meio de correcção do passado realizado pelo agente. Assim, é que planeia e, de certa forma, projecta o futuro. O exercício de escrever e narrar a sua história faz com que reconstrua, reveja e refaça a sua história como desejava que ela fosse introduzindo-lhe novos diálogos, sentimentos e atitudes (Giddens, 1997).

²⁶ Pollak não atribui essa continuidade e coerência apenas à narrativa biográfica, mas também à memória individual e colectiva (1985).

sabendo que é possível compor várias tramas, ou *intrigues*, acerca dos mesmos acontecimentos, então, também é possível construir tramas diferentes e mesmo opostas sobre a sua própria vida. Reconhece-se, mais uma vez, a dimensão subjectiva e plural da narrativa de uma vida e, ao mesmo tempo, assume-se o seu carácter dinâmico, pois esta não cessa de reconfigurar-se na relação indissociável que estabelece entre experiências vividas e a sua reelaboração. Essa reconfiguração é, por sua vez, um processo sempre aberto e inacabado que Dubar descreve como "uma subjectividade sempre à procura dela própria, enigma sempre a decifrar" (2000: 211). Michael Pollak também reconhece este carácter variável das apresentações do sujeito conforme os seus contextos e motivos mobilizadores, mas acrescenta que, as diferentes e múltiplas versões de si não são ilimitadas porque a identidade expressa-se através de um conjunto de acontecimentos-chave que a compõem em torno de um núcleo duro organizado narrativamente (1986: 52).

Por isso, e de acordo com estas abordagens, admitimos que o sujeito possa criar diversas versões discursivas de si, mas ao mesmo tempo não partilhamos da opinião segundo a qual os relatos de vida remetam exclusivamente para o domínio da pura "ilusão biográfica", como as classificou Bourdieu (1986). Por um lado, e tal como sugere Jean-Claude Kaufmann, considera-se que "inventar-se a si mesmo", o sujeito "não se inventa; os mecanismos da criação identitária não têm nada de aleatório. Se bem que os instrumentos da invenção (imagens e emoções) sejam dos mais voláteis, eles inscrevem-se em processos socialmente definidos e precisos. O ego não se sonha de qualquer maneira" (2004: 253). Por outro lado, e recorrendo novamente a Ricoeur, considera-se que a narrativa de si-mesmo não é uma pura invenção do sujeito, mas sim uma forma particular de transpor, em relato, a realidade através de um ordenamento de acontecimentos que permite torná-los legíveis e dar sentido à acção (1991).

Por isso, acreditamos que a organização narrativa de uma vida não independe, a não ser analiticamente, da trajectória objectiva da vida dos sujeitos. Reflectir sobre uma vida significa reexaminá-la. Nesse exercício, o relato de uma vida denunciará posicionamentos adoptados pelo sujeito face aos mundos vividos. Por outro lado, por não poder ser imune aos múltiplos contextos sociais, culturais e institucionais atravessados pelos sujeitos ao longo da sua vida, o relato biográfico não pode deixar, também, de algum modo, de os representar, ao interpretá-los. E é no âmbito destas potencialidades que as narrativas biográficas interessam a esta pesquisa: na medida em que através delas é possível aceder aos significados que os sujeitos - histórica, social e

culturalmente situados -, atribuem aos seus percursos de vida tecidos, ao longo do tempo, em múltiplos contextos.

É a possibilidade de acedermos a estas dimensões histórica, social e cultural, que, também, justifica o facto de termos privilegiado os relatos de vida nesta pesquisa. O trabalho contemporâneo centrado na subjectividade tem insistido que qualquer relato de si é sempre uma construção culturalmente ancorada e histórica e localmente situada. As narrativas de si, como construções temporais, assentam em culturas institucionais locais e nas suas práticas interpretativas, e é na interação entre condições materiais, sociais, discursivas e narrativas que o *self* e as suas múltiplas identidades se formam (Denzin, 2009). Por serem desenhadas por imperativos sociais, culturais e talvez inconscientes que ao mesmo tempo revelam, as narrativas em geral, e as biográficas em particular, desafiam o dualismo estabelecido, com frequência, entre indivíduo e sociedade (Andrews e Sclater et al, 2009: 8).

Neste sentido, estes espaços de interpretação, não são meras recuperações de dados biográficos de carácter individualista e psicológico, mas antes, reconstruções reflexivas da trajectória histórica, social e cultural dos sujeitos e dos grupos que representam. Uma narrativa biográfica não fala só por si e, por isso, não se limita ao âmbito da subjectividade individual. As narrativas biográficas são experiências sociais de uma subjectividade sociocentrada, um discurso pessoal que se confunde com a reflexividade, memória e a discursividade sociais (Conde, 1994: 48). Segundo Jerome Bruner, as narrativas biográficas são de tal forma susceptíveis a convenções culturais, a influências interpessoais e até mesmo a modelos linguísticos que "[...] reflectem teorias prévias acerca de «vidas possíveis» que são parte de uma cultura"(2004: 694)²⁷.

Franco Ferrarotti é um dos principais defensores desse carácter social das narrativas biográficas. Ao propor que é possível ler a sociedade através de uma biografia²⁸, Ferrarotti argumenta que os documentos biográficos não são independentes das relações materiais extra-subjectivas, nem do conjunto das relações estruturais, formalizadas em instituições ou simplesmente expressas em comportamentos e costumes. Para este autor,

²⁷ Embora não se partilhe da perspectiva deste autor segundo a qual "a narrativa imita a vida, [e] a vida imita a narrativa", já que não se acredita, ao contrário de Bruner, que a narrativa e a vida façam "[...] parte do mesmo tipo de construção da imaginação humana"(2004: 692), trata-se, contudo, de uma proposta particularmente útil no que diz respeito à dimensão cultural que atribui às narrativas biográficas.

²⁸ Embora defenda "a autonomia do método biográfico" este autor é apologista da construção de histórias de vida centradas em grupos primários. Consulte-se Ferrarotti (1991).

um sistema social revela-se em cada um dos actos do indivíduo, e a história social daquele encontra-se, toda ela, na história individual de qualquer sujeito (Ferrarotti, 1991; Iniesta e Feixa, 2006: 11).

Estas sugestões teóricas indicam, então, que o modo de se construir na narrativa não depende dos contextos materiais, sociais e culturais que os sujeitos percorrem ao longo da sua vida. Assim, as narrativas de vida são contadas através de modelos culturais que estão à disposição dos sujeitos, ao mesmo tempo que revelam as estruturas sociais que as suas vidas percorreram. Deste modo, as narrativas biográficas são lugares de intersecção entre sujeito e sociedade.

Mas, ao mesmo tempo, pensa-se que estas narrativas são também lugares de racionalização que conferem sentido ao vivido e, por isso, não podem ser concebidas como meras construções passivas e neutras, que se limitam a reproduzir os modelos que representam e nos quais ancoram. Através das narrativas biográficas, os sujeitos também denunciam posicionamentos, reivindicações ou resistências face às múltiplas circunstâncias e à diversidade de contextos constrangedores que matizam as suas trajectórias. É, pelo menos, para este sentido que a problematização do agenciamento do sujeito tem apontado ao interpelar teorias que tendem a considerar o sujeito como um mero repositório passivo e reproduzidor das ideologias dominantes. A perspectiva de Judith Butler, que apresentámos no capítulo anterior, situa-se neste debate ao propor o conceito de subjectividade performativa que revela as possibilidades de reconfigurações identitárias (2002). Partilha-se, então, das perspectivas segundo as quais as narrativas biográficas são lugares de produção de sentido que permitem ao sujeito situar-se perante os mundos que constrói na narrativa. Recorrendo à óptica de Bruner e Weisser, defende-se que, contar a sua vida é, então, uma actividade de auto-posicionamento, de auto-localização que permite ao sujeito racionalizar e avaliar o passado e projectá-lo até um presente (1995). Ao examinar as experiências contadas, o relato de vida posiciona um sujeito situado. Posiciona-o, por um lado, retrospectivamente, face a experiências que viveu, a papéis que ocupou, a contextos que atravessou e, por outro lado, prospectivamente, face a um futuro que projecta em função do passado narrado (Bruner e Weisser, 1995).

Importa ainda observar que a narrativa biográfica relata fundamentalmente experiências. Experiências que são entendidas, pelos sujeitos que narram a sua história, como evidências a partir das quais legitimam a sua narrativa biográfica na medida em que remetem para factos e acontecimentos passíveis de comprovação e que, por isso, lhe

conferem credibilidade e autenticidade (Smith e Watson, 2001: 27-28; Scott, 1991; 1992). Contudo, por descreverem experiências subjetiva, discursiva e materialmente construídas, e por serem reconstruções retrospectivas sobre as experiências passadas, as narrativas biográficas são um exercício interpretativo sobre as mesmas. Ou seja, o que se transmite na narrativa biográfica serão significados que se atribuem a cada uma das experiências contadas. Sendo assim, pensa-se que, através deste processo, o sujeito denuncia posicionamentos, ao mesmo tempo que revela condicionalismos que interferem na sua narrativa de vida.

Com base na ponderação das perspectivas apresentadas, neste trabalho os relatos biográficos não são interpretados como descrições do que acontece em lugares e tempos determinados, nem como meras manifestações e reproduções de sistemas e estruturas sociais. Admite-se, isso sim, que, por serem expressões privilegiadas do encontro entre sociedade, indivíduo e historicidade, as narrativas biográficas permitem compreender como estas esferas se constituem mutuamente nos relatos do vivido. Por um lado, porque se considera que estas narrativas são discursos que testemunham e revelam condicionalismos sociais e culturais que influenciam os sujeitos ao longo das suas vidas. Por outro lado, porque se assume que estes mesmos discursos denunciam agenciamentos e que, por isso, não podem deixar de sugerir formas particulares de compreender as realidades sociais em relação às quais os sujeitos se posicionam. Trata-se, portanto, de reconhecer que estas narrativas revelam, simultaneamente, uma interdependência entre a subjectividade individual e as realidades objectivas que cada sujeito percorre e reconfigura na história que conta da sua vida. Isto significa, então, considerar que as narrativas biográficas são lugares de interpretação e de racionalização que conferem significados às experiências e aos mundos vividos e, ao mesmo tempo, defender que estes discursos não são construções passivas, nem neutras. Pelo contrário, são discursos constituídos por avaliações de experiências, de acontecimentos e de contextos, por interpretações de si e dos outros, e por diálogos entre narrativas que agenciam o narrador na história que conta da sua vida. Agenciamento que manifesta a possibilidade de expressar, intencionalmente, através da narrativa biográfica, uma certa compreensão das experiências sociais e pessoais vividas, e dos mundos percorridos pelo sujeito.

Por serem lugares de interpretação de si é que as narrativas biográficas permitem, também, o acesso à identidade do sujeito. Mas é da sua identidade narrativa que se trata e esta só permite compreender como, no relato do vivido, o sujeito produz, num

determinado momento e em determinadas circunstâncias, uma maneira temporária de definir-se. Contudo, e seguindo a sugestão de Pina Cabral admite-se, também, que a narrativa biográfica, como forma de objectivação²⁹ da identidade, é "[...] um elemento de continuidade, e por isso tende a ser menos evanescente [...] do que as identificações e diferenciações que deram azo ao sentido de identidade que as criou" (2003: 8). Desta forma, através do relato de si, o sujeito constrói a sua vida como um todo, ou seja, como uma interpretação de uma sequência de experiências e de acontecimentos que selecciona do seu percurso e que lhe permitem conferir um sentido ao presente, ao apresentá-lo como resultado de um conjunto de relações que envolvem o passado vivido e o futuro antecipado.

Em suma, as narrativas biográficas são entendidas, nesta pesquisa, como territórios de negociação que permitem ao sujeito dialogar com os condicionalismos, com os outros e com as outras narrativas que compõem o seu percurso, e que o sujeito revisita quando conta a história da sua vida.

4. As técnicas de recolha de dados

Quanto às técnicas de recolha de dados, recorreremos a técnicas documentais, à observação e à entrevista narrativa de relatos de vida.

As técnicas documentais foram utilizadas para recolher informações na imprensa e nos arquivos históricos. Relativamente aos arquivos, o objectivo foi o de encontrar informações sobre a integração dos antigos combatentes africanos nas FAP e sobre a sua desmobilização aquando dos processos de negociação de transferência de poderes depois do 25 de Abril de 1974. A maioria dos dados foi utilizada para descrever essas situações e apoiar a análise do contexto histórico da Guerra. Contudo, procedeu-se a um trabalho comparativo entre os três cenários o que permitiu avançar com algumas hipóteses exploratórias relativas às diferenças que assumiram as desmobilizações dos soldados africanos nos três territórios.

A análise efectuada à imprensa teve por objectivo captar a imagem e as representações que se transmitiam sobre os combatentes africanos, em Portugal, entre 1961 e 1974. Sabíamos, à partida, como os meios de comunicação exercem um papel fundamental na manipulação da opinião pública, particularmente durante regimes

²⁹ Segundo Pina Cabral, a identidade narrativa é uma das formas de objectivação das identidades entre outras, tais como as formas de linguagem, normas, leis, formas de consumo (2003).

totalitários que nela investem para procurar eliminar quaisquer representações e opiniões que desafiem as suas ideologias³⁰. Com esta análise, de carácter qualitativo e sem pretensões de exaustividade, esperava-se ter acesso a informações sobre os combatentes africanos que, deste modo, correspondessem à propaganda ideológica que o Estado Novo desejava promover na medida em que, como é do conhecimento geral, a imprensa, foi objecto de censura, tal como aconteceu com outros meios de acção pública³¹. Em suma, esperava-se que a análise desse registo fornecesse elementos sobre a forma como esse mesmo regime pretendia posicionar os africanos no seu discurso colonial sobre a guerra.

Os dados foram utilizados descritivamente e para ilustrar algumas situações contextuais. Contudo, alguma informação encontrada na imprensa foi ao encontro de resultados obtidos noutros trabalhos, o que nos levou a propor uma hipótese exploratória que discutimos no capítulo terceiro. Analisaram-se os diários *Diário de Notícias* e *O Século* ao longo de todo o primeiro ano de guerra. A partir de 1962 e até ao ano de 1974, analisaram-se todos os meses de Junho do *Diário de Notícias*, alguns meses de Junho de *O Século* e outros meses seleccionados aleatoriamente para estabelecer um termo de comparação. O mês de Junho foi objecto de uma análise sistemática por se tratar daquele em que se comemorava o dia de Portugal e, sendo assim, supôs-se que as comemorações registadas, nesse dia, seriam representativas de aspectos significativos da ideologia do regime.

Para a recolha das narrativas de vida conjugámos duas técnicas: a recolha dos relatos através de entrevistas e a observação. Procurámos adoptar um estilo etnográfico, utilizando a observação como uma das técnicas privilegiadas de recolha de dados. Esta, e sobretudo a observação participante, que implica a inserção do observador no grupo observado, “[...] permite uma análise global e intensiva do objecto de estudo” (Almeida e Pinto, 1982: 97). Neste trabalho diríamos que foi utilizada uma observação parcialmente participante, isto porque, se, por um lado, ao longo da investigação fomos acompanhando e participando em várias actividades do quotidiano de antigos combatentes, inclusive na esfera privada das suas vidas, por outro lado, o investigador,

³⁰ Sobre o poder de manipulação dos mass media, particularmente em épocas de guerras, consulte-se Noam Chomsky (2003).

³¹ Acerca da censura implementada ao longo do Estado Novo veja-se Rosas (1994), Santos (2004) e Cabrera (2006).

neste caso concreto, nunca poderia integrar-se intensamente num grupo pelo simples facto de ser mulher, branca, europeia, e não ter vivido a guerra como um combatente.

Para a recolha dos relatos de vida na primeira pessoa, utilizamos entrevistas narrativas focadas no tema da Guerra Colonial. Ao contrário dos questionários com perguntas fechadas que determinam, à partida, a parte da realidade social que pretendem capturar, e mesmo das entrevistas semi-estruturadas cujas respostas não deixam de ser provocadas pelas questões que se vão colocando (Pais, 2007: 147), pensamos que as entrevistas narrativas dão maior liberdade ao sujeito quanto ao relato que quer contar. Como nos interessava particularmente saber os significados que os sujeitos atribuem aos seus percursos, essa técnica pareceu-nos a mais indicada. Isto sobretudo pela forma como são orientadas estas entrevistas. Estas entrevistas começam com uma pergunta genérica e ampla de acordo com o relato que se pretende, de modo a estimular a narrativa nuclear do entrevistado em direcção à área temática e a importância da fase da vida que se pretendem explorar. No caso concreto das nossas entrevistas, a pergunta com que iniciamos as entrevistas seguiu o modelo apresentado por Hermanns, e foi a seguinte: “gostaria de lhe pedir que me contasse a história da sua vida” (*apud* Flick, 2005: 101). Segundo este modelo de entrevista, só quando o entrevistado dá por terminado o seu relato é que o entrevistador coloca questões no sentido de explorar fragmentos da vida que considera terem ficado por examinar ou poderem ser completados com outras informações. Por fim, segue-se uma fase de balanço da narrativa, onde as questões do entrevistador procuram que o entrevistado explique e atribua significados a momentos da sua vida (Flick, 2005: 100- 107). Deste modo, estas entrevistas não são totalmente abertas, e a sua estruturação e reestruturação depende sempre do primeiro relato oferecido pelo entrevistado.

Uma das entrevistas efectuadas foi em grupo. Nestas, o papel do entrevistador é apenas o de moderador, no sentido de procurar que cada entrevistado apresente a sua opinião sobre os temas debatidos entre eles. Trata-se de uma experiência muito particular, sobretudo pela forma como cada entrevistado estimula o debate e apoia os outros na recordação dos acontecimentos (Flick, 2005: 116-122). Contudo os três homens entrevistados em grupo foram, posteriormente, entrevistados individualmente.

Uma vez que o objectivo das entrevistas era recolher o máximo de informação possível sobre os percursos dos sujeitos que abrangesse a sua vida antes, durante e depois da sua participação na Guerra incluindo a sua situação em Portugal, construímos um guião de entrevista que foi utilizado para orientar as narrativas para estes momentos

quando algum deles não era narrado, e para provocar o sujeito no sentido de examinar e atribuir significados aos percursos que empreendeu.

Relativamente ao grupo de antigos combatentes entrevistados, como a maioria das investigações que recorrem a metodologias qualitativas, não podemos falar em representativa estatística da amostra. Contudo, tentámos seguir o princípio da representatividade social segundo a qual se procura garantir uma diversidade de perfis, de opiniões, de expectativas relativamente aos sujeitos a entrevistar, e alcançar a saturação do material recolhido (Guerra, 2006: 20-21). Nesta pesquisa, entrevistámos quarenta antigos combatentes africanos das FAP: dezasseis da Guiné-Bissau; dezasseis de Moçambique e oito de Angola. Em relação aos naturais de Moçambique e da Guiné-Bissau era possível aumentar o número de sujeitos entrevistados, porque encontrámos mais homens disponíveis e dispostos a oferecer o seu depoimento. Contudo, consideramos que os dados recolhidos com aqueles eram os necessários para garantir a representatividade social que procurávamos. Quanto aos homens de Angola, embora se considere que os dados recolhidos com o número de casos envolvidos sejam suficientes porque vão ao encontro dos objectivos da nossa pesquisa, na realidade, não encontrámos mais homens naturais desse país que quisessem oferecer os seus testemunhos, embora se tenha feito um esforço extraordinário nesse sentido.

Para analisar as entrevistas socorremo-nos da análise de conteúdo. Todas as entrevistas começaram por ser transcritas literalmente. Para analisar os dados procedeu-se a uma análise descritiva onde se identificaram todas as problemáticas presentes nas entrevistas e, de acordo com elas, procedeu-se à sua categorização. Com base nas categorias consideradas mais significativas, procedeu-se a uma análise comparativa entre os dados. Para proceder a esta análise recorreremos ao programa N'Vivo, uma ferramenta particularmente útil para tratar a quantidade de dados que tínhamos ao nosso dispor. Além disso, a utilização deste programa foi também importante para estabelecer o distanciamento necessário em relação às narrativas de cada sujeito, e ter uma visão conjunta de todos os dados.

Embora a análise de conteúdo empreendida tenha sido fundamental, concordamos com Machado Pais segundo o qual, relativamente à lógica de continuidade do discurso que deriva do encadeamento da fala, se trata de um método que constitui, por vezes, “[...] um desvelar de sentido, mas ao mesmo tempo, um despedaçar desse mesmo sentido; uma sequência de fragmentos cortados, um esquitejamento de uma unidade de sentido que dá lugar, sub-repticiamente, a outros sentidos (interpretativos)” (2007: 149-

150). E, se não há dúvida que este esquatejamento do discurso tem a vantagem de oferecer ao investigador caminhos necessários para passar da descrição à interpretação dos dados, também consideramos que, no caso da pesquisa efectuada, esta análise dificultava o acesso a uma visão de totalidade e de continuidade que queríamos encontrar em relação aos percursos de vida dos sujeitos. Por isso, para captar estas características, e com base nos dados recolhidos nas entrevistas e na observação, procedemos à construção do percurso vida de cada um dos entrevistados. Os percursos foram (re)construídos seguindo uma lógica cronológica ao longo da qual se estruturaram os diferentes momentos dos percursos destes homens, associados aos significados que atribuía a cada um.

Foi com base neste trabalho analítico que procedemos à comparação dos percursos entre si e à construção das tipologias dos percursos de vida dos antigos combatentes africanos das FAP.

5. Apontamentos sobre o trabalho de campo

Estas reflexões metodológicas não poderiam dar-se por concluídas sem apresentar algumas notas sobre o trabalho de campo percorrido.

Enveredar pela recolha e interpretação de narrativas biográficas dos antigos combatentes africanos das FAP a residir em Portugal colocou uma serie de desafios ao trabalho de campo. Desafios que, nalguns casos, foram semelhantes àqueles que, normalmente, defrontam as pesquisas que recolhem narrativas biográficas; noutros, contudo, relacionaram-se, especificamente, com os territórios concretos que fomos percorrendo. Desafios sobre os quais fomos reflectindo e que, por vezes, se traduziram em recuos e reorientações do trabalho em curso.

O primeiro desafio foi o de encontrar antigos combatentes de origem africana que estivessem disponíveis a partilhar as histórias das suas vidas. Este desafio acabou por transformar-se num problema, porque chegou a pensar-se na possibilidade de alterar o objecto de estudo da pesquisa, já que foi muito difícil encontrar esses homens. Entre o primeiro contacto estabelecido com uma instituição ligada à vida militar e o primeiro encontro com um antigo combatente africano das FAP, passaram-se oito meses. Após o primeiro contacto com uma instituição ligada aos antigos combatentes das FAP e de modo a tentar acelerar este processo, frequentaram-se vários encontros onde se reúnem estes homens, e foram-se progressivamente contactando outras instituições e associações que pudessem fornecer-nos alguns contactos.

A maioria dos contactos estabelecidos não foi frutífera, com excepção da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, da Associação de Comandos, da Associação dos Africanos de Vila Franca de Xira e da Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho que não só serviram de mediadores para o estabelecimento de contactos com ex-combatentes, como cederam gabinetes nas suas instalações para proceder a muitos dos encontros necessários com os mesmos.

Por sua vez, cada reunião com representantes de associações e de outras instituições ligadas à vida militar, e com antigos combatentes de origem portuguesa para quem aquelas nos encaminhavam, significava empreender repetidamente um conjunto de estratégias que os persuadissem da necessidade urgente de encontrar antigos combatentes africanos a residir em Portugal. Na maioria dos casos, após um interrogatório minucioso sobre as razões que motivavam o interesse por estudar a guerra, o que acabava, quase sempre, por acontecer era contarem a sua experiência na guerra, com ou sem a presença de africanos nos seus relatos. Cada encontro significava, ainda, tentar convencer os antigos combatentes de que este trabalho não procurava repor a verdade histórica da guerra colonial que se insistia em atribuir-lhe.

Após estes primeiros encontros, cujo objectivo, naquela fase exploratória do trabalho, era obter contactos de antigos combatentes africanos e, ao mesmo tempo, ir recolhendo alguns dados sobre a forma como se falava destes homens nos discursos das memórias de guerra, interromperam-se, por uns tempos, este tipo de reuniões, bem como a participação em convívios e encontros de antigos combatentes. Esta interrupção resultou da sensação de que era necessário conhecer alguns contornos da vida militar e aprofundar os conhecimentos sobre a Guerra Colonial para poder estabelecer uma conversação em situação de maior paridade com os antigos combatentes. Então estudaram-se os ramos das forças armadas, as suas patentes, a progressão na carreira, passando pelas especialidades e armas e, também, obviamente, pelo aprofundamento do estudo das guerras coloniais. Sobre as Guerras, era necessário saber falar das operações militares mais significativas, saber onde tinham acontecido, quem eram as forças envolvidas, como tinham resultado, e quem eram os que as comandavam.

Depois de se saber falar da guerra com uma linguagem mais próxima daquela que era utilizada entre os antigos combatentes, partiu-se mais uma vez para o trabalho de campo para voltar a encontrar antigos combatentes portugueses das FAP. Mas se, deste modo, continuavam a aumentar os contactos destes antigos combatentes, o mesmo não acontecia com os contactos de antigos combatentes africanos a residir em Portugal.

Contudo, a participação nesses encontros de antigos combatentes e as entrevistas que acabámos por fazer a alguns desses homens foram muito importantes para este trabalho. Foi a partir deles que entrámos nesse mundo dos antigos combatentes da Guerra Colonial. Um território estranho para quem não foi à guerra, nem nunca poderia ter ido. Mas um território que foi abrindo generosamente as suas portas a este trabalho, permitindo ao investigador a partilha desses momentos e relatos tão significativos na vida destes homens. Porém, nos convívios de antigos combatentes, o investigador ocupou sempre um lugar de destaque e foi sempre motivo de atenção por parte dos participantes, quando o objectivo era passar despercebido.

Além dos dados, informações e contactos recolhidos, esta primeira fase revelou alguns aspectos significativos para as investigações que centram as suas análises na memória da guerra. Por um lado, verificou-se que muitos daqueles que combateram em África estavam dispostos, disponíveis e mesmo ansiosos por partilhar as suas experiências com os investigadores³². Por outro lado, constatou-se que, nestas pesquisas, era incontornável equacionar a problemática do confronto entre os testemunhos de vidas contados na primeira pessoa e as versões oficiais, e outras narrativas sócio-históricas, de episódios marcantes da história recente. Este confronto, que se revela na vontade expressa dos protagonistas destes episódios em repor a 'veracidade' dos factos através do seu testemunho e de, ao fazê-lo, quebrar certos silêncios e evitar certos esquecimentos³³, é uma das preocupações presentes em praticamente todas as narrativas biográficas recolhidas. E, relativamente ao trabalho de campo, estes momentos, que permitiram a integração do investigador nos grupos em estudo, mostraram como era praticamente impossível ser-se um observador "inobservado", ou seja um observador cujo lugar se confundisse com o dos antigos combatentes no campo de trabalho, fundamentalmente por ser um observador feminino, mas não só. Este pesquisador poderia, eventualmente, ser confundido com um familiar de um antigo combatente, contudo os homens, que lhe foram abrindo as portas desses territórios, faziam questão de revelar a todos o motivo da sua presença.

³² O que se confirma com o número crescente de auto-biografias, e de outros relatos centrados na guerra, de antigos combatentes da Guerra Colonial publicadas nos últimos anos.

³³ Para o aprofundamento destas problemáticas consulte-se Michael Pollak (1992; 1989) Paul Ricoeur (2000), Maurice Halbwachs (2004), entre outros.

De volta ao trabalho de campo, o segundo contacto com um antigo combatente de origem africana foi estabelecido através da Associação de Comandos. A partir deste e de outros contactos que foram finalmente surgindo, o método bola de neve impôs-se como o privilegiado para encontrar mais antigos combatentes disponíveis a oferecerem as suas histórias de vida. Contudo, foi necessário recorrer a outras estratégias para encontrar uma amostra mais diversificada de antigos combatentes africanos, o que obrigou a estadias prolongadas em certos locais onde se pensava poder encontrar antigos combatentes africanos das FAP. Um desses locais foi o Centro de Apoio aos Antigos Combatentes/Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional que nos autorizou a uma estadia de três semanas nas suas instalações com o objectivo de entrar em contacto com antigos combatentes africanos que, eventualmente, recorressem aos seus serviços. Desta estadia resultaram dois contactos, um de um antigo combatente oriundo de Angola e outro da Guiné.

Quanto à aplicação e análise das entrevistas. Procuramos gravar todas as entrevistas realizadas. Só um antigo combatente africano preferiu que o seu depoimento não fosse gravado por recear ser identificado e eventualmente vir a ter problemas decorrentes do seu testemunho. Todas as outras foram gravadas e transcritas integralmente e, a maioria, foi devolvida aos entrevistados.

As entrevistas aconteceram em diversos lugares. Na ADFA, no Centro de Apoio aos Antigos Combatentes/Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, na Associação de Comandos, em cafés, em esplanadas, mas também em casa de alguns dos antigos combatentes africanos. Lugares diversificados, alguns deles não muito adequados à aplicação desta técnica, mas estes foram os lugares onde os antigos combatentes preferiram oferecer os seus relatos de vida.

Conseguir as narrativas biográficas foi um exercício moroso e desgastante, mas foi, ao mesmo tempo, uma experiência estimulante e enriquecedora. Desgastante porque a recolha e devolução das narrativas exigiu pelo menos dois encontros com cada um dos quarenta homens entrevistados. O número de encontros com cada entrevistado variou, sobretudo, em função daquilo que o próprio estava disposto a relatar de si. E na maioria dos casos, o entrevistado queria prolongar o seu relato e arranjava estratégias para que os encontros se multiplicassem. Nesses casos, interrompiam a narrativa e indicavam que queriam continuar a sua história num próximo encontro, o que acabava por ter de acontecer. Uma vez que o investigador reside no Porto, a recolha das narrativas de vida

obligou a estadias prolongadas em Lisboa, uma vez que a maioria dos antigos combatentes africanos que encontrámos residia nesse distrito.

Mas a recolha dessas narrativas foi sobretudo um exercício estimulante e enriquecedor. Pode dizer-se que de todos os encontros se traziam memórias de relatos ou de situações que surpreendiam o investigador. E pode dizer-se, também, que esta possibilidade de se ser surpreendido com as observações efectuadas e os relatos recolhidos decorrem, fundamentalmente da metodologia utilizada. Uma metodologia flexível, aberta a reorientações, e cujas técnicas de recolha de dados utilizadas permitiram um olhar disponível em relação a qualquer elemento que pudesse contribuir para o enriquecimento da pesquisa, uma vez que não tinham por objectivo dirigir e obrigar esse olhar a centrar-se, exclusivamente, em categorias previamente estabelecidas.

Esta possibilidade, conferida pela metodologia utilizada, contribuiu para que o trabalho de campo fosse um território de “descobertas” e de permanente reflexão em relação às mesmas. Uma metodologia que se mostrou fundamental para conhecer o Outro da relação epistemológica do trabalho de investigação. Ela permitiu aproximar-se do antigo combatente africano, que nos acolheu em sua casa e nos convidou a juntar-se à mesa da sua família; que nos recebeu no quartel onde reside; com quem nos encontrámos em cafés e esplanadas de Lisboa, nos bancos que ladeiam a Praça de São Domingos; que nos convidou a acompanhá-lo às cerimónias do 10 de Junho no Encontro Nacional de Combatentes junto ao Monumento aos Combatentes de Ultramar em Belém, às cerimónias do dia dos Comandos a 29 de Junho, e a outros convívios entre antigos combatentes; que nos trouxe lembranças de Meca e que rezou pelo investigador e pelo sucesso deste trabalho na sua presença; que visitamos no Hospital Militar da Estrela onde contactámos com aquelas feridas da Guerra que o corpo desses homens não mais conseguirá eliminar. Momentos inesquecíveis e inquestionavelmente enriquecedores no que respeita aos dados que nos ofereceram e às reflexões que deles decorrerem. Mas momentos, ao mesmo tempo, comprometedores da objectividade necessária ao desenvolvimento de um trabalho científico. Comprometedores porque a fase de deslumbramento em relação aos sujeitos teimava em não desaparecer e porque a proximidade, que nesses momentos se estabeleceu com o sujeito estudado, constituía um obstáculo ao distanciamento que se quer num trabalho desta natureza.

Contudo, a reflexão sobre estes momentos permitiu, igualmente, ter uma atenção muito particular quanto aos desempenhos do próprio investigador no seu trabalho de

campo. As reflexões que acompanharam este trabalho, e que foram minuciosamente registadas no seu diário de campo, denunciaram preconceitos, pré-noções e dificuldades do próprio investigador, e mostraram, também, como em diversas ocasiões o seu olhar e as suas interpretações começavam a estar contaminadas pelo olhar e interpretações do Outro. Por isso, as “descobertas” que acompanharam, desde o início, este percurso de pesquisa não foram, exclusivamente, em relação às vidas dos combatentes, mas também em relação ao próprio investigador. Neste sentido, concordamos com Lutte quando observa que "o método das histórias de vida é extremamente sincero – e perigoso – porque nos obriga a descobrirmo-nos, porque não permite esconder-se por detrás da cientificidade pretendida e da neutralidade de instrumentos considerados objectivos" (*apud* Ferrarotti 2006: 2). E, como observa Ferrarotti, nas investigações de relatos de vida, o investigador "não só estuda o outro como se estuda a si próprio. Procurando descobrir os outros, acaba descobrindo-se a si próprio" (2006: 7). Esta auto-reflexividade e auto-crítica do investigador são, sem dúvida, potenciadas pela utilização de abordagens biográficas sobretudo por exigirem um retorno do investigador ao narrador e à sua narrativa, e por requererem uma atenção redobrada em relação às interações estabelecidas nas situações de interlocução.

No que respeita ao formato de entrevista adoptado nesta pesquisa, a técnica da entrevista narrativa não foi a primeira opção. As primeiras entrevistas seguiram o modelo das entrevistas semi-estruturadas. Partiu-se de um guião composto por um conjunto de tópicos agrupados por assuntos que orientavam a conversa. Contudo, a sua aplicação revelou que se tratava de um esforço em vão porque os sujeitos construía as suas narrativas de acordo com os temas e as deslocações que desejavam, evitando e contornando assuntos sugeridos pelo guião. Parecia que esperavam que as suas histórias de vida fossem simplesmente ouvidas, sem orientações determinantes. Parecia que as histórias das suas vidas, que desejavam contar, já tinham sido pensadas e repensadas de acordo com um “guião” pré-estabelecido pelos próprios narradores. Esta situação revelou, ainda, outra particularidade deste tipo de abordagem que é a sobreposição da vontade do narrador à do investigador, e conseqüentemente a dificuldade do investigador em controlar a situação da entrevista. Ou seja, neste tipo de "técnica com tempo longo de escuta do outro [...]" como a caracteriza Idalina Conde (1993: 43), é o entrevistado que detém o poder de escolher o que narra e de provocar, no investigador, a necessidade de voltar e de continuar, ou não, a desvendar e a esmiuçar a sua vida.

Deste modo, seguir rigidamente o guião parecia amputar a disponibilidade metodológica que o método biográfico poderia conferir a esta pesquisa. Tendo em conta estas reflexões, a estratégia adoptada passou a ser a de procurar que a entrevista se tornasse um diálogo dirigido, que partisse de tudo aquilo que os sujeitos queriam contar e que progressivamente fosse orientando a narrativa para certos momentos biográficos. Esta dinâmica de interlocução, conseguida numa relação de confiança e num registo de confessionalidade, garantiu a amplitude dos dados recolhidos.

Quanto ao trabalho de transcrição das entrevistas, embora seja um exercício fisicamente cansativo, muito moroso e pouco gratificante, acabou por ser um trabalho de incontornável importância por apresentar algumas vantagens para a pesquisa e por permitir colmatar alguns problemas frequentes nas abordagens biográficas. Isto porque, o momento da transcrição das entrevistas, não foi um mero exercício de registo das narrativas. A transcrição, que se procurou fazer o mais proximamente possível dos dias em que as entrevistas decorreram, constituiu, também, um dos exercícios de auto-reflexividade sobre o desempenho do investigador na situação de entrevista: ouvir a própria voz, a forma como as perguntas iam sendo colocadas, as observações e as interrupções que, por vezes desajeitadamente se iam fazendo nas primeiras entrevistas, foi um exercício que garantiu que se partisse para outras tentando ultrapassar os erros cometidos. Ao mesmo tempo, por relembrar particularidades dos sujeitos e da interlocução, bem como embaraços, tensões e cumplicidades que se iam criando ao longo dos encontros, o exercício da transcrição permitiu observar a situação de entrevista fora dela, e funcionar assim como o primeiro passo para o estabelecimento de um certo distanciamento em relação ao sujeito entrevistado que é necessário numa investigação.

Mas, se a transcrição integral das entrevistas é um exercício obrigatório para quem procura proceder a uma posterior análise rigorosa dos dados, verificou-se, contudo, que as entrevistas transcritas não são documentos que, por si só, sejam suficientes para interpretar sentidos e significados presentes nas narrativas biográficas. As várias releituras a que foram sujeitas, mostraram como é difícil interpretar algumas das suas passagens limitando-se à leitura das palavras escritas. Ou seja, na situação de entrevista o discurso consegue assumir significados que são intraduzíveis na transcrição e que só parecem acessíveis recordando a situação de interlocução que, como sabemos, é uma negociação de sentidos vários, onde as expressões faciais, os gestos, as pausas, os silêncios, os sorrisos, os risos e as entoações que acompanham a narrativa, também são

discurso. Como defende Idalina Conde "[...] a biografia deve ser apreciada na sua comparticipação com outros procedimentos operatórios porque ela, por si só, pode muito naturalmente não responder a tudo o que se quer saber, para além dela ter de vir situada em matrizes contextualizadoras do indivíduo para também se tornar inteligível" (1993: 44). Por estes motivos defende-se que, nestas pesquisas, é fundamental a presença do investigador na situação de entrevista, caso contrário estamos convencidos que se compromete a investigação.

Outro desafio que se coloca às pesquisas que recorrem a narrativas biográficas é a garantia do anonimato dos sujeitos a qual pode colocar sérias dificuldades à configuração de uma pesquisa. Embora alguns antigos combatentes tenham declarado que não tinham problemas em revelar a sua identidade, outros manifestaram, desde início, o contrário e alguns declararam, frequentemente, a vontade de preservar o anonimato após se terem confrontado com a transcrição dos seus depoimentos. Em certos casos, o problema do anonimato revelou-se verdadeiramente problemático na medida em que, se este não fosse garantido, e segundo os sujeitos, poderia pôr em risco o bem-estar dos mesmos³⁴ ou mesmo a sua própria vida ou a dos seus familiares³⁵. Ao fim de vários exercícios e negociações com os antigos combatentes africanos acordámos que a melhor solução seria que as transcrições integrais das entrevistas não constassem como anexo da tese e que os seus nomes próprios fossem substituídos por nomes fictícios nos relatos que fossem incluídos na mesma³⁶.

Por sua vez, a devolução das entrevistas foi uma opção metodológica tomada com o intuito de proceder a um retorno reflexivo do narrador sobre as suas narrativas³⁷, de permitir o relançamento de conversas que preenchessem "espaços em branco" e fugas do narrador a certas temáticas e a certos momentos biográficos, e de superar eventuais

³⁴ Especialmente em relação aos combatentes oriundos de Moçambique e de Angola que residem no Regimento de Transmissões, em Lisboa e no Centro Militar de Electrónica em Paço de Arcos por temerem que os seus depoimentos prejudicassem a sua estadia nos quartéis ou que os seus processos de pedido de reforma fossem retardados ou indeferidos. E, pelo menos, nestas duas situações verificou-se que era praticamente impossível ocultar a identidade dos sujeitos, a não ser, como o sugeri um dos entrevistados, que se substituísse não só o seu nome, mas também todos os dados pessoais que permitissem identificá-lo, tais como a unidade militar onde esteve integrado, o seu local de nascimento e de residência, a sua língua e a da sua esposa etc.. Caso seguissemos esta sugestão, como se depreende, estaríamos a deturpar dados significativos para a pesquisa.

³⁵ Neste caso foram sobretudo os antigos combatentes oriundos da Guiné que fugiram às perseguições de que foram alvo desde o final da guerra nesse território e que temem também pela vida dos seus familiares que na maioria dos casos ficaram na Guiné.

³⁶ Alguns antigos combatentes escolheram o nome fictício com que iriam ser acompanhados os seus relatos, outros deixaram que essa opção fosse da minha responsabilidade.

³⁷ Para cumprir estes objectivos, nalguns casos, por motivos de saúde ou por analfabetismo, foi necessário ler aos sujeitos as suas entrevistas.

embaraços decorrentes do primeiro encontro. A devolução das entrevistas significou, ainda, uma das formas de retribuir aos antigos combatentes um pouco de tudo aquilo que deram a esta investigação quando ofereceram, gratuita e generosamente, o seu tempo e as suas histórias, sem os quais este projecto seria inexequível.

Cabe ainda lembrar que, embora o trabalho de campo desta pesquisa tenha privilegiado a recolha de narrativas biográficas, necessitou de recorrer a outras fontes, nomeadamente a dados existentes nos diversos arquivos históricos atrás identificados que permitissem suportar e problematizar alguns dados presentes nas biografias. O diário de campo³⁸ foi outro instrumento sem o qual esta pesquisa teria conduzido muito provavelmente a outros resultados. Este diário não serviu apenas para enquadrar, contextualizar e descrever os encontros. O diário de campo foi um dos principais lugares de reflexão metodológica e epistemológica que acompanhou toda a pesquisa.

Ainda em relação ao trabalho de campo, falta referir que, com base nos dados recolhidos, foram reconstruídas as narrativas biográficas dos antigos combatentes africanos entrevistados. Na maioria dos casos, estas narrativas percorreram três espaços-tempo da vida dos antigos combatentes africanos: a vida na época colonial, a vida na guerra e a vida a partir das independências dos territórios africanos. Este percurso foi construído seguindo uma lógica cronológica marcada pelos momentos aos quais os entrevistados atribuíram maior importância nos seus discursos.

Ao mesmo tempo, procedeu-se à categorização, de todo o material empírico, através do N'vivo 8. Este exercício, embora moroso, trouxe várias vantagens a esta pesquisa por vários motivos: primeiro porque permitiu identificar os temas privilegiados nas narrativas recolhidas e porque facilitou a comparação entre os dados recolhidos. Em segundo lugar, o recurso a este programa informático de análise qualitativa de dados foi uma das estratégias que permitiu estabelecer um certo distanciamento em relação aos entrevistados. Por se terem criado fortes ligações com alguns dos antigos combatentes, tornou-se difícil, em certos momentos, ignorar afinidades e cumplicidades com os mesmos, os quais, contudo, tinham sido absolutamente necessários para conseguir construir uma relação de confiança, sem a qual dificilmente teríamos acesso a narrativas biográficas. E, por isso, seguimos os conselhos de Ferrarotti relativamente ao objecto de

³⁸ No diário de campo distinguimos dois tipos de entradas: por um lado as observações - onde descrevemos os contextos, as situações, as pessoas e as relações testemunhados nos diversos eventos, encontros e entrevistas; e, por outro lado, as reflexões sobre as observações e sobre as perplexidades, interrogações e dificuldades encontradas em cada uma das circunstâncias.

estudo e segundo o qual “[...] tem que se aceitar implicar-se, estudá-lo através da empatia que só heurísticamente admite uma distância entre investigador e investigado”, o que implica que o investigador seja “[...] ao mesmo tempo analista e actor. Implicado, participante e capaz de uma distância crítica” (2006: 8). Seguimos, também, a sugestão de Idalina Conde que diz que é necessário aceitar “[...] os compromissos de cumplicidade, é certo, mas sem deixar de ir equacionando igualmente *condições elementares* para o *uso e controlo* possível do trabalho biográfico”(1993: 50).

6. Conclusão

Com este capítulo não procurámos, apenas, dar a conhecer as opções metodológicas que foram tomadas ao longo da pesquisa. Tentou-se enquadrar essas opções nos caminhos que as originaram. Porque o que estes caminhos mostram é que as opções que se vão adoptando são o resultado de uma multiplicidade de diálogos, de negociações e de reflexões de que a pesquisa vai sendo palco. Reflexões em relação aos métodos e técnicas que melhor se adequam ao objecto de estudo. Diálogos entre os dados recolhidos e as reflexões de que são objecto. Negociações entre os diversos sujeitos intervenientes no processo de investigação. Reflexões sobre o desempenho do investigador.

Apesar da flexibilidade que caracterizou a nossa metodologia, houve uma opção metodológica que foi decisiva e que condicionou a selecção de outras e se tornou responsável pela maioria dos desafios que foram colocados ao trabalho de campo. Essa opção foi a de proceder à recolha das narrativas biográficas dos antigos combatentes africanos das FAP.

Reconhecemos, também, que o conjunto de homens que colaboraram nesta pesquisa com os seus testemunhos não podem ser considerados representativos de universos culturais, políticos e ideológicos. Contudo, pensamos, como defende Pàmpol, que as suas histórias possam dar pistas para compreender sistemas sociais nos quais as suas vidas se inserem (2006: 40).

Em suma, considera-se que as narrativas biográficas, bem como o resgate de outros discursos que, de algum modo, permitiram retratar a vida quotidiana desses sujeitos, contribuíram para situar e interpretar os percursos dos antigos combatentes africanos em relação às condições materiais, aos lugares identitários e aos posicionamentos que foram ocupando ao longo dos diversos contextos sociais que os seus percursos de vida foram

atravessando. E, tendo em conta as reflexões apresentadas, também estamos convencidos de que a metodologia adoptada deu origem a um olhar interpretativo sobre os percursos de vida dos antigos combatentes africanos das FAP que, de outro modo, ou seja seguindo uma outra metodologia, não seria o mesmo.



Imagem 3 - Ministro do Exército coloca divisas de 1º cabo (Notícia Semanário Ilustrado, 12 de Julho 1962)

Capítulo 3

Soldados africanos das forças portuguesas:

da conquista dos territórios africanos às guerras de libertação

O sujeito, digníssimo, com a farda aos pedaços, ouve as minhas explicações sibilinas acenando que sim. É o próprio do negro: concordar com o branco até à última, mesmo que tudo, dentro deles, lhes diga que não e o negue. Concordam, penso, por atavismo. Por uma herança de séculos. E assim continuará a ser por quanto tempo ainda? Concordam e conformam-se. E não há, para estes hebreus modernos, um Jordão que lhes dê uma ilusão de esperança (Lobo Antunes, 2005: 317).

1. Introdução

A incorporação de soldados locais na formação dos exércitos das forças coloniais em África obedeceu, sempre, a interesses geo-políticos e militares indispensáveis à conquista, ocupação e dominação coloniais. À medida que os interesses e as posições portuguesas em África foram sofrendo transformações, Portugal foi desenvolvendo lógicas diversificadas de recrutamento e de utilização dos soldados africanos no seu exército. Todas as lógicas implementadas serviram a manutenção da ordem colonial, mas, enquanto umas o fizeram predominantemente através da força, outras privilegiaram outros mecanismos de persuasão. Neste capítulo, mais do que descrever a evolução do recrutamento e da utilização de africanos no exército português, pretende-se identificar e compreender a diversidade de lógicas que a orientaram em relação aos territórios onde as guerras acabaram por encerrar o longo ciclo colonial português.

2. Os africanos do exército colonial

O recurso a combatentes de origem africana pelo poder colonial português não é exclusivo das últimas guerras que Portugal travou em África. Trata-se de uma estratégia utilizada desde as primeiras viagens de exploração pelo interior africano que, mais tarde, deram origem às denominadas 'campanhas de pacificação' as quais, na realidade, visavam subjugar populações resistentes à administração portuguesa.

A incorporação de africanos no exército colonial português procurou, fundamentalmente, cumprir dois objectivos: por um lado, reduzir os custos da guerra, já que a formação de um exército de soldados locais era menos dispendiosa do que o envio de militares de Portugal para África; por outro lado, superar as dificuldades de adaptação, sobretudo físicas, que os soldados de Portugal enfrentavam após a sua chegada.

A partir do final do século XIX, Portugal implementa um conjunto de medidas no sentido de reforçar o seu exército colonial, o que se manifestou, entre outras coisas, em tentativas de intensificar e de tornar mais sistemático o recrutamento de soldados africanos.

São dois os principais motivos que explicam esta mudança. Por um lado, é no século XIX que Portugal passa a interessar-se por África. Com a independência do Brasil, o final da guerra civil em Portugal e a instalação do regime liberal, o interesse de Portugal por África, “[...] como base para a edificação de um novo império” (Alexandre, 1998: 27), vai crescendo e inicia-se uma nova consciência imperial sustentada na crença de que a África portuguesa se poderia converter em novos brasis³⁹. Antes disso, o continente africano era praticamente ignorado por Portugal, tal como o era para o resto da Europa imperial, e as zonas ocupadas reduziam-se a alguns pontos da costa e a poucos quilómetros ao longo do percurso de rios navegáveis⁴⁰. Raras foram as ocasiões em que expedições portuguesas se aventuraram para o interior do Continente e, embora durante os séculos XVII e XVIII Portugal procurasse penetrar no interior de África, viu muitas dessas tentativas goradas dada "a falta de plano, a desorganização administrativa,

³⁹ Sobre a independência do Brasil e as dúvidas, mitos e crenças que acompanharam o interesse de Portugal por África no século XIX, leia-se Alexandre (1998: 21-56).

⁴⁰ Sobre a ocupação efectiva de Angola, de Moçambique e da Guiné, a partir de meados do século XIX, consulte-se António Marques (1998: 140-143) e René Pélissier (2004: 27-59).

as características do interior africano, e as pressões dos interesses do tráfico [...]”⁴¹ (Guimarães, 1984: 17). Além disso, para Portugal, a África portuguesa só era necessária na medida em que prometia ouro e assegurava o fornecimento de escravos.

Por outro lado, Portugal, já ameaçado pelos avanços de potências rivais nos territórios que reclamava como seus, sai lesado da Conferência de Berlim (1884-1885). Nela se consagra um novo tipo de direito colonial que vem substituir o direito histórico de posse dos territórios coloniais, pelo princípio de ocupação efectiva. Com a primeira grande partilha do continente africano entre as potências europeias, que resultou desta conferência, e com o Ultimato Inglês, que pouco depois lhe sucede, a política colonial portuguesa vê desvanecerem-se alguns dos sonhos que alimentavam, há muito, as suas pretensões imperiais, mas procura, a todo o custo, assegurar os territórios que ainda lá podia ambicionar⁴².

Esta viragem para África significava, assim, envolver-se num terreno de disputas pela ocupação desse continente entre potências europeias que, entretanto, o tinham ‘redescoberto’⁴³. Para Portugal, entrar nesta corrida representava a possibilidade de reposicionar-se nesse novo contexto expansionista⁴⁴.

Apesar das dificuldades que apresentava em reunir uma força militar capaz de enfrentar os desafios que esse novo rumo lhe colocava, Portugal logra intensificar a sua presença em África⁴⁵. Mas, à medida que o faz também aumentam as resistências dos povos africanos. Perante estas resistências e as ameaças de outras potências coloniais,

⁴¹ Para conhecer algumas dessas raras expedições, que datam dos séculos XVI e XVII, consulte-se, por exemplo, Coelho (2002: 132), Guimarães (1984: 15-16) e Rui Bebiano (1992: 213).

⁴² O Ultimato exige a Portugal que se retire de zonas de África que considerava suas pelo direito histórico, numa época em que Portugal alimentava o sonho de um império de costa-a-costa que unisse, por terra, Angola a Moçambique. Este desejo aparece já em 1616 enunciado pelo governador de Angola. A tentativa de manter esse sonho, materializado no Mapa Cor de Rosa, está na origem das principais disputas entre Portugal e a Grã-Bretanha, que culminaram no Ultimato inglês de Janeiro de 1890. Portugal cede imediatamente às ameaças inglesas e retira-se das zonas em conflito (Alexandre, 1998: 115-126; Guimarães, 1984: 15-16).

⁴³ As rivalidades entre as potências coloniais envolvidas nesta divisão, nomeadamente a França, a Inglaterra, a Alemanha e a Bélgica, acabaram por provocar a transformação do sistema internacional no seio do qual a Inglaterra perde a sua posição hegemónica. Esta contenda, sobretudo entre ingleses e franceses, envolveu a disputa pela posse de territórios que Portugal reclamava como seus (Alexandre, 1998: 92-103).

⁴⁴ De elo de ligação entre a Europa e o Brasil, Portugal passa a situar-se numa posição subalterna face à Europa. A independência do Brasil arrastou consigo o “[...] papel de entreposto dos produtos coloniais” que Portugal detinha (Alexandre, 1998: 25).

⁴⁵ No início do século XIX, Portugal que conseguia defender a rota marítima para o Brasil, vê-se agora com uma força marítima empobrecida, que lhe permitia apenas defender algumas zonas costeiras estratégicas, e com um exército cujo número de efectivos era demasiado modesto face à pretensão de ocupar e defender territórios com dois milhões de quilómetros quadrados (Pélissier, 2004: 20-25). Sobre a intensificação da força militar e o reforço da presença portuguesa em África, veja-se Bebiano (1992: 225-226).

Portugal multiplica campanhas militares que se prolongam às primeiras décadas do século XX.

Nestas campanhas se, por um lado, o avanço do armamento português e o envio de corpos expedicionários de Portugal para África foram decisivos para o sucesso de muitas das batalhas travadas contra os povos africanos e, por outro lado, o apoio dos Aliados tenha sido precioso contra as invasões alemãs a Angola e a Moçambique durante a I Grande Guerra, também o recrutamento de combatentes africanos parece ter assumido um papel fundamental na conquista e defesa dos territórios coloniais portugueses.

Durante a época em que decorreram as campanhas militares de conquista e de defesa da África portuguesa⁴⁶, a maioria dos efectivos que compunham o exército português eram provenientes do recrutamento local. Logo após o Ultimato, dos cerca de 8 000 soldados coloniais, apenas 374 eram europeus (Carrilho, 1985:110). No final da Monarquia, o número de militares do exército colonial era pouco mais de 10 000, distribuídos por todos os territórios coloniais, sendo que menos de um terço era oriundo da Europa (Marques, 1998: 144)⁴⁷. Sabendo que, na época, o número de portugueses europeus a residir em África era ínfimo, então é fácil deduzir que a grande maioria dos homens recrutados localmente não seriam, no caso do continente africano, colonos de origem europeia⁴⁸.

Em termos gerais, a estrutura organizativa do exército português era diferenciada entre os exércitos chamados metropolitano e colonial. Enquanto duraram as campanhas de conquista e de ocupação do território africano, a estrutura organizativa do exército português, embora sofrendo ligeiras alterações, manteve o seu exército dividido nesses dois corpos.

⁴⁶ Considera-se que a época dessas campanhas militares de conquista foi encerrada em 1941 (Pélissier, 2004: 311).

⁴⁷ Pélissier afirma que, em 1887, no 'ultramar' contavam-se já 10 000 homens, entre os quais 1 193 eram europeus, e em 1910 o número de efectivos ascende aos 13 000. Acrescenta que, se nesse esforço se triplicou o número de europeus, estes não representaram sequer 4 000 homens (2004: 22).

⁴⁸ No início do século XIX "[...] não havia, em todo o «Império» português, mais de 10 000 europeus [...]", sendo a maioria degredados e militares, concentrando-se sobretudo em Cabo-Verde, Angola e Índia. "As próprias guarnições militares incluíam uma maioria de africanos e asiáticos, sob o comando da oficialidade portuguesa branca". E se, a partir de meados desse século, esses valores aumentam oito ou nove vezes em Angola e Moçambique, "entre 1850 e 1910, Angola não albergava mais de 12 000 europeus à data da proclamação da República, e Moçambique cerca de metade daquele número" (Marques, 1998: 143-144).

O exército colonial diferenciou-se do chamado exército metropolitano, não só por ser composto maioritariamente por soldados de origem africana, mas também por ter armamento autónomo, instrução separada e uma estrutura organizativa diferente⁴⁹.

O exército colonial contava com três tipos de contingentes: um era a força de ‘primeira linha’ constituída por militares, a tempo inteiro, recrutados localmente, por homens deportados e por soldados expedicionários enviados de Portugal para os territórios africanos quando os conflitos o exigiam; outro era a força de ‘segunda linha’ formada, maioritariamente, por voluntários locais, a tempo parcial e cuja principal função era completar a actividade das forças armadas em momentos de guerra, mas, também, assegurar tarefas administrativas, tais como a colecta de impostos ou o controlo de postos⁵⁰; por fim, o exército colonial podia, ainda, recorrer a forças auxiliares constituídas por exércitos locais compostos por um ou mais grupos étnicos.

É de notar que uma das estratégias utilizadas, não raras vezes, pela força portuguesa foi a de transferir unidades de recrutamento local de uns territórios coloniais para outros⁵¹.

Em relação à sua estrutura organizativa, a formação do exército colonial obedeceu aos princípios de discriminação e de inferiorização do africano que presidiam a ideologia colonial. Os comandos do exército colonial não eram soldados africanos. Estas posições eram reservadas a oficiais europeus fornecidos pelo exército ‘metropolitano’⁵². Contudo, alguns dados indicam que as forças de “segunda linha” podiam ser comandadas por africanos⁵³.

A única força exclusivamente composta por africanos não pertencia ao exército colonial. Eram as denominadas forças auxiliares ou irregulares, exércitos compostos por um ou mais grupos étnicos comandados pelos seus chefes ou régulos africanos. Este

⁴⁹ Marco Arrifes considera que, até certa altura, pode mesmo falar-se num terceiro corpo constituído pelo exército da Índia (2004: 58).

⁵⁰ Criadas nos finais do século XIX, estas forças permitiam a preparação de homens que integrariam as forças operacionais. Para saber mais pormenores sobre a composição destas forças consulte-se Arrifes (2004: 235).

⁵¹ O que aconteceu, por exemplo, com forças indianas enviadas para Moçambique e para Timor, com forças de Angola transferidas para o Vale do Zambeze, com unidades de Moçambique expedidas para Angola e para a Índia. Goa, Timor e Macau, também receberam expedições vindas de Moçambique e Angola (Cann, 2005: 113; Coelho, 2002: 132; Correia, 2000: 144; Oliveira, 1993: 181).

⁵² Estes beneficiavam de condições de progressão de carreira mais rápida do que as oferecidas no exército ‘metropolitano’, bem como de possibilidades de enriquecimento irregulares (Pélissier, 2004: 22-24).

⁵³ Ventura descreve o caso de Abdul Injai que foi tenente de segunda linha. Destacou-se por comandar o seu exército ao lado de Teixeira Pinto em várias operações decisivas de ocupação, desencadeadas entre 1912 e 1915 e que marcam a diminuição dos conflitos na Guiné (2006: 22-27).

contingente, também conhecido por *Guerra Preta*, foi particularmente vantajoso para Portugal porque a sua colaboração era exclusivamente premiada com o espólio de guerra e porque, ao mesmo tempo, evitava baixas das tropas regulares (Pélissier, 2004: 46; Ventura, 2006: 16; Coelho, 2002: 132; Cann, 2005: 112).

Embora ao longo do século XIX e até ao final das campanhas militares de ocupação, a organização e a utilização do exército colonial tenha apresentado características particulares de acordo com as especificidades de cada território africano, em termos gerais as diferenças entre cada um deles não foram muito significativas.

Na Guiné, embora ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o número de efectivos das forças locais tenha sido sempre superior aos dos expedicionários portugueses, segundo Pelissier o recrutamento local forneceu um número reduzido de soldados para o exército regular antes de 1920⁵⁴. Estes valores são atribuídos à falta de adesão dos homens da Guiné ao serviço militar português e à falta de confiança dos portugueses em relação a eles.

É provável que a dificuldade ou a relutância em recrutar essas forças locais tenham origem na diversidade de grupos étnicos que o exército colonial teve de enfrentar na Guiné e que ora lutavam entre si⁵⁵, ora resistiam e se revoltavam contra as autoridades portuguesas ou a elas se aliavam, sem nunca garantirem definitivamente a sua fidelidade⁵⁶.

Na realidade, para conquistar e ocupar esse pequeno território, Portugal, para além de socorrer-se várias vezes de forças expedicionárias⁵⁷, recorreu também ao apoio de contingentes oriundos de outras colónias⁵⁸, bem como da força francesa⁵⁹, o que indica,

⁵⁴ Destacam-se, contudo, uma companhia de soldados locais extinta em 1904 e substituída por uma companhia mista de artilharia de montanha e infantaria, um esquadrão de dragões locais formado, no mesmo ano, e uma companhia de atiradores, também locais, criada em Fevereiro de 1907 (Ventura, 2006: 18-19).

⁵⁵ Por exemplo, entre 1863 e 1866, registaram-se conflitos de fulas contra mandingas e beafadas, que acabaram com a vitória dos primeiros (Ventura, 2006: 9).

⁵⁶ Um exemplo representativo desta instabilidade nas relações entre as autoridades portuguesas e as populações locais, são os fulas de Forreá que, em Fevereiro de 1881, após terem assinado um acordo de paz com Portugal em 1880, atacaram a praça de Buba (Ventura, 2006: 10-11).

⁵⁷ Entre 1841 e 1936 registaram-se várias expedições de Portugal envolvendo, pelo menos, 8 500 soldados da força regular, apoiados por 2 000 membros das milícias e mais de 40 000 auxiliares recrutados localmente ou transferidos de outras colónias. Valores que, segundo Pélissier, estão subestimados (2004: 32).

⁵⁸ Em Maio de 1908, na ocupação de Intim e Bandim, a força colonial recorreu a um contingente de Moçambique, e, em Janeiro de 1915, a soldados de Angola, na defesa de Bissau (Ventura, 2006: 19, 24). Recorreu também a soldados de Cabo-Verde, pelo menos até 1879, ano em que a Guiné estabelece a sua autonomia administrativa em relação a Cabo Verde (Pélissier, 2004: 31).

⁵⁹ Como sucedeu, pelo menos, em 1853 e entre 1900 e 1905 (Ventura, 2006: 8,18).

pelo menos, que as forças locais não eram consideradas suficientes para apoiar o projecto colonial português em África.

Apesar do número de soldados locais no exército colonial ter sido reduzido na Guiné, em contrapartida Portugal conseguiu obter um apoio significativo por parte de exércitos locais⁶⁰. Muito embora estes exércitos locais tenham sido aliados preciosos na implantação da soberania portuguesa na Guiné, as suas relações com o poder colonial revelam o mesmo tipo de fragilidades que caracterizavam as relações entre as autoridades e as populações locais⁶¹.

Por ter recorrido preferencialmente a esses exércitos, jogando a seu favor com a diversidade étnica que Portugal encontrou na Guiné, bem como a "verdadeiras hordas de aventureiros senegaleses", é que Pélissier considera que a Guiné se tornou num dos lugares de mercenários da África portuguesa (2004: 33-34)⁶².

Em Angola, o cenário não foi muito diferente daquele que acabámos de descrever em relação à Guiné. Ao longo de século XIX, à medida que aumentavam as resistências à ocupação portuguesa em Angola, a principal preocupação do exército colonial foi a de aumentar os seus efectivos nesse território, tanto nas forças de 'primeira linha' como nas de 'segunda linha'⁶³.

E, tal como sucedeu na Guiné, em Angola o exército colonial recorreu a forças expedicionárias e a contingentes oriundos de outras colónias⁶⁴. Nesse território, os motivos apontados para o aumento progressivo do recurso a estas forças são a ineficácia e as altas taxas de deserção atribuídas aos soldados locais de 'primeira linha'. No início do século XX, as forças de 'segunda linha' deixaram praticamente de ser utilizadas em Angola e, enquanto a conquista do Sul é depositada nas mãos de mercenários, a defesa

⁶⁰ Um dos exemplos que segue esta tendência geral foram as operações desencadeadas em Fevereiro e Março de 1897 no Oio, comandadas pelo Alferes Graça Falcão "[...] com três oficiais, quatro sargentos, escassos soldados europeus, 100 soldados de Bissau e de Bolama, e 3000 auxiliares comandados pelos respectivos régulos" (Ventura, 2006: 16).

⁶¹ É o caso dos grumetes, um dos grupos locais que compunham as forças militares portuguesas, mas que não entravam nos quadros do exército regular, como acontecia com os assimilados, e que se insurgem contra o poder colonial, em 1842 (Pélissier: 2004:33). Ventura refere uma revolta dos grumetes em 1844, quando atacaram a fortaleza de Bissau, e outra em 1871, que resultou na morte do governador interino do distrito (2006: 8, 10).

⁶² Portugal recorre aos senegaleses fundamentalmente entre 1900 e 1910 (Pélissier, 2004: 33-34).

⁶³ Em 1845, o exército regular compreendia 1 600 homens, e cerca de 2 000 em 1860, metade deles em Luanda. Quanto às forças de 'segunda linha', em geral compostas por africanos considerados civilizados constituindo unidades de voluntários e companhias móveis, se em 1845 seriam constituídas por aproximadamente 1 600 homens, em 1860 ascenderiam aos 3 000. Até 1920, os confrontos em Angola tornam-se mais duros e exigem o aumento gradual de forças em combate (Pélissier, 2004: 44-45).

⁶⁴ Nomeadamente a 12ª Companhia de Infantaria Indígena (landins) em 1907 (Ventura, 2006: 39).

dos ataques alemães é suportada por forças expedicionárias (Pélissier, 2004: 44-47; Ventura, 2006: 28-38).

No início do século XIX, Moçambique, tal como a Guiné e Angola, era um território que os portugueses ocupavam apenas junto ao litoral. O que é particular nas guerras que Portugal desencadeia neste território é que, na óptica de Pélissier, são os seus próprios habitantes, os futuros moçambicanos, que o conquistam. Isto porque, embora as deserções do serviço militar fossem consideráveis, como parece também ter sido o caso de Angola, raramente os locais se recusavam a ser os instrumentos de conquista dos seus vizinhos ou concorrentes mais afastados (2004: 58).

Apesar da importância que as forças locais possam ter assumido na conquista portuguesa de Moçambique, na realidade Portugal também teve que recorrer a várias unidades expedicionárias⁶⁵ e a tropas provenientes de Angola em diversas campanhas⁶⁶. Essas expedições foram enviadas em situações limite, designadamente quando os portugueses tiveram que responder aos avanços britânicos e quando os confrontos na Zambézia, sempre intensos, as tornaram inevitáveis (Ventura, 2006: 96-107)⁶⁷.

Em Moçambique a conquista portuguesa também contou com o apoio de exércitos locais que lutavam entre si pela conquista do território⁶⁸, tal como aconteceu, predominantemente, na Guiné. A particularidade de Moçambique prende-se com a especificidade da administração colonial nesse território e que tem repercussões no tipo de exércitos utilizados. Até 1890, a conquista de Moçambique é protagonizada predominantemente por exércitos de forças locais comandadas por capitães-mores, fiéis à coroa Portuguesa⁶⁹. A partir das campanhas do final do século XIX, são já os soldados do recrutamento local que suportam o maior esforço de guerra⁷⁰.

⁶⁵ Como se verificou entre 1891 e 1901, com treze expedições que envolveram 8 000 homens (Ventura, 2006: 96-107).

⁶⁶ Nomeadamente a que envolveu a captura de Gungunhana. Mas, já antes da época destas campanhas militares, em Moçambique utilizavam-se soldados provenientes de Portugal, e também do Brasil, na sua maioria degredados, e da Índia. Desta vieram os sipaios, cuja tradição de recrutamento na Índia remontava, pelo menos, à segunda década do século XVIII. Ao longo da segunda metade do século XVIII os sipaios foram integrados nas forças regulares do exército colonial em Moçambique até à sua substituição gradual por tropas do recrutamento local. A designação de sipaios é depois utilizada para designar os soldados africanos que compõem o exército português em Moçambique, mas também aqueles que pertenciam às forças dos senhores dos prazos (Rodrigues, 2006: 93; Ventura, 2006: 96-107).

⁶⁷ Mas também nas campanhas em Macequece, bem como nas do Sul do Save, entre outras (Ventura, 2006: 78-115).

⁶⁸ Por exemplo os Ngoni que, ao longo do século XIX, são protagonistas de diversas conquistas e controlam partes significativas do território (Pélissier, 2004: 48-51).

⁶⁹ Estes são senhores dos prazos, proprietários de vastos territórios inicialmente cedidos pela coroa a famílias portuguesas mas que, com o tempo, acabam por passar para as mãos de locais, que conquistam outros prazos cujos

Perante as dificuldades sentidas em assegurar a ocupação efectiva dos territórios, e em organizar e enviar forças para África, ao longo do século XIX foram sugeridas e mesmo implementadas algumas mudanças no seio do exército colonial⁷¹.

Essas mudanças visavam, essencialmente, procurar transformar o exército colonial numa força quase exclusivamente formada por soldados locais. Nesse sentido foram utilizados diversos mecanismos que procuraram persuadir os africanos a pertencer ao exército colonial português.

As medidas implementadas por Mousinho de Albuquerque, durante o seu mandato entre 1896 e 1897 como governador-geral de Moçambique, vão nesse sentido quando “[...] reforça os mecanismos de recrutamento de africanos, cria as primeiras unidades mistas de cavalaria e melhora os fardamentos, aspecto simbólico de grande importância para as tropas negras, pois a farda funcionava como um símbolo de ascensão social” (Arrifes, 2004:234). Estas medidas que, entre outros aspectos, procuravam dar algum protagonismo aos soldados locais, não obtiveram resultados significativos por divergir das grandes opções políticas da época (Carrilho, 1985:110). Mas, em termos do tipo recrutamento que se pretendia efectuar, esta proposta constituiu uma tentativa de seduzir africanos para as forças portuguesas por se procurar que a sua incorporação correspondesse a uma possibilidade de mobilidade social⁷².

Propostas delineadas no mesmo sentido repetem-se um pouco por todos os governos desde 1890. Porém, só em 1901 se procede ao desenho do primeiro ordenamento legislativo de defesa das colónias que, através de um conjunto de medidas dedicadas, fundamentalmente, à reorganização da implantação das forças no terreno, procura assegurar a ocupação efectiva dos territórios africanos sem ter que recorrer a forças

proprietários, entretanto, tinham deixado de obedecer à autoridade portuguesa. Situação que se mantém até ao momento em que as grandes companhias, nomeadamente as Companhias do Niassa e de Moçambique, conseguem pôr fim a alguns dos focos de resistência de alguns dos seus senhores com o apoio do exército colonial, mas também com o das tropas expedicionárias e dos mercenários (Pélissier, 2004: 52-59). Sobre os prazos em Moçambique leia-se, por exemplo, Malyn Newitt (1998) e sobre a distinção entre os tipos de administração colonial consulte-se MacQueen (1998, 26-27).

⁷⁰ Sobre o número de soldados regulares, de sipaios, entre os quais escravos armados, e de forças auxiliares entre 1854 e 1916, consulte-se Pélissier (2004:54).

⁷¹ Em 1860 as dificuldades em organizar uma expedição para África leva a que se advogue a unificação do exército nacional. No entanto, tal não sucederá sobretudo devido a pressões corporativistas dos oficiais a quem não interessava perder diversas regalias que obtinham quando partiam para África (Arrifes, 2004: 58-59).

⁷² Antes disso, já Sá da Bandeira tinha procurado unificar o exército colonial de ‘primeira linha’ dando-lhe uma composição idêntica ao exército ‘metropolitano’, e, quanto às forças de ‘segunda linha’, criou batalhões provisórios que deviam alistar todos os homens dispensados de servirem na primeira linha do exército colonial. Segundo Arrifes, estas tropas, apesar do seu deficiente armamento, falta de disciplina e de instrução, “[...] foram no entanto o único verdadeiro esforço no sentido de constituir um verdadeiro exército colonial assente tão somente nos colonos e nas tropas irregulares nativas” (2004: 57-58).

expedicionárias. Nesse sentido, embora fosse mantida a separação entre os exércitos ‘metropolitano’ e colonial, o que é particularmente significativo é a intenção de criar diversas companhias locais e companhias mistas⁷³.

A partir daí, a tendência foi no sentido de tornar o recrutamento de soldados africanos ou o recrutamento indígena como era denominado, o mais sistemático possível⁷⁴. Mas o serviço militar dos africanos só será obrigatório aquando das reformas de 1926. Até aí, e segundo a lei de 1901, o recrutamento continua a ser feito com voluntários e contratados, e realizado através de régulos ou chefes de tribos.

Antes de mais, importa realçar que, segundo Maria Carrilho, o recrutamento efectuado através dos régulos era feito sob a coacção das forças portuguesas (1985: 110), o que contradiz o carácter voluntário atribuído à incorporação de africanos nesse exército.

Importa, também, destacar que, embora esta lei de 1901 tenha contribuído para a intensificação do número de soldados africanos no exército colonial, o aumento da confiança nestes homens não parece ter seguido essa tendência. A par das várias companhias compostas por soldados africanos, a lei propunha a constituição de companhias europeias de modo a assegurar que não se criasse "[...] uma desproporção de forças entre indígenas e europeus a qual poderia ser tendencialmente perigosa, mesmo se todas as unidades nativas eram evidentemente enquadradas por oficiais e sargentos metropolitanos" (Arrifes, 2004: 61).

Esta tentativa de criar um certo equilíbrio numérico entre soldados africanos e europeus, bem como a ausência de graduados entre os soldados africanos, não são alheios ao darwinismo social que, ao longo de todo o século XIX, criou uma variedade de estereótipos em relação aos africanos, contribuindo para que se considerasse "[...] potencialmente perigoso, para a dominação europeia, o facto de se armar as populações indígenas" (Arrifes, 2004: 227). E, apesar de não se poder prescindir desta força para assegurar as posições portuguesas em África, a legislação de 1901 acaba por obedecer a esses receios, nomeadamente no que respeita a certos aspectos organizativos das

⁷³ Este ordenamento cria companhias de soldados locais de infantaria para Angola, Moçambique e Índia, e prevê a formação de companhias mistas de artilharia para zonas problemáticas (Arrifes, 2004: 235).

⁷⁴ Embora já existissem, no século XIX, medidas nesse sentido, como por exemplo, em Moçambique quando a 13 de Junho de 1843 se determina "[...] que todos os habitantes da província, dos 16 aos 55 anos, sejam arregimentados nos corpos de milícias ou de primeira linha" (Ventura, 2006: 62), só em 1901 se decreta que todas as colónias têm que ter as suas normas de recrutamento (Coelho, 2002: 133).

companhias locais que anuncia criar. Nestas companhias, a secção de artilharia deveria ser entregue a soldados europeus, "«por não convir confiar o serviço d'esta arma a praças indígenas»" como se justifica na respectiva ordem do Exército, citada por Arrifes (2004:235). Este tipo de medidas discriminatórias alargava-se aos postos aos quais as tropas africanas podiam aspirar. Segundo a lei, o posto mais elevado ao qual um africano podia aceder seria o de sargento, mas, na prática, a maioria das tropas africanas era constituída por soldados e muito raramente por cabos, e nunca por sargentos (Arrifes, 2004: 237).

Ao contrário do que se pretendia com a lei de 1901, sem esquecer que esta não passava dum conjunto de intenções legislativas, e apesar da importância que constituíam as forças africanas nas campanhas que antecederam a I Grande Guerra, o exército colonial não conseguiu assegurar, sozinho, a defesa dos territórios coloniais portugueses. Situação que não se altera com o decorrer da I Guerra Mundial. E, apesar de este conflito exigir de Portugal o reforço de efectivos que lhe permitisse proteger-se sobretudo das invasões alemãs, não são implementadas alterações profundas quanto aos dispositivos legais relativos ao exército colonial em geral e ao recrutamento de africanos em particular⁷⁵.

Registam-se, contudo alterações na lógica de recrutamento local implementada por Portugal. Passam a ser usadas medidas violentas de recrutamento de soldados e de carregadores africanos, o que indica que as tentativas de os persuadir a servir, voluntariamente, o exército colonial falharam⁷⁶. "Estes processos iam desde a prisão das mulheres, para obrigar os maridos a apresentarem-se às juntas de recrutamento até à verdadeira captura e aprisionamento de homens, que depois eram forçados a prestarem serviço militar" (Arrifes, 2004: 244). Ainda em 1958 Jaime Neves diz ter testemunhado, em Moçambique, ao recrutamento que ficou conhecido pelo de 'voluntários da corda' e que, segundo a sua descrição, se processava da seguinte forma:

Era feito um recenseamento. Por exemplo a administração de Tete tinha que dar mil homens para a tropa. Reunia os chefes de posto e a aldeia tal tinha que dar 10 pretos. O sipaio ia buscá-los e trazia-os, com uma relação. Se fugia um,

⁷⁵ Em 1914 publica-se um novo regulamento relativo ao recrutamento, mas este mantém as características do de 1901 e a sua aplicação é, como o anterior, reduzida (Arrifes, 2004: 239).

⁷⁶ Segundo Arrifes, estas alterações procuravam superar as dificuldades que Portugal encontrava em recrutar soldados africanos nomeadamente entre as populações ainda não 'pacificadas', como acontecia no Sul de Angola e que a Alemanha procurava ocupar, ou a grupos étnicos, como os Macondes de Moçambique, que se recusavam a cumprir o serviço militar (Arrifes, 2004: 244).

ele agarrava o primeiro preto que encontrava e «avisava-o» que na tropa passava a chamar-se tal e tal (o nome que constava da relação) senão ... O soba já sabia e escolhia dez. Isto dava origem a muitos problemas porque enquanto um homem vinha para a tropa, a sua mulher ficava entregue ao soba. Aprendi o que era a frase «voluntários da corda». Eles chegavam ao quartel presos (Antunes, 1995: 388-389).

No final da I Grande Guerra, as companhias africanas suportavam grande parte do esforço de guerra⁷⁷. Perante as lições deste conflito, a legislação de 1926 visa tornar mais sistemático o recrutamento militar para o exército colonial.

O serviço militar no exército colonial passa, então, a ser obrigatório para os africanos. Embora continuasse a prever a possibilidade de integrar voluntários, o contingente anual do exército colonial era fixado pelos governadores após ponderarem sobre as necessidades defensivas bem como sobre as necessidades de mão-de-obra dos territórios. O recrutamento era efectuado com base no recenseamento e, caso este não existisse, responsabilizavam-se os chefes locais por apresentar o contingente indicado, e recorria-se aos sobas quando o número de voluntários não era suficiente para preencher o contingente estipulado para cada região (Arrifes, 2004: 240).

Deste modo, o recrutamento de africanos revela uma das formas de colaboração das autoridades locais com o regime colonial. O que não quer dizer que esta colaboração se fizesse sem o recurso à força ou à coacção por parte de autoridades portuguesas. Por seu turno, o recrutamento local reflecte, igualmente, a forma como o poder colonial foi atribuindo determinadas características ao africano nas relações que com ele foi estabelecendo.

Por um lado, os africanos do exército colonial foram objecto de medidas legislativas particulares que revelam que o poder colonial tinha em consideração algumas das suas especificidades. Destaca-se a este propósito a Lei de 1901⁷⁸ que determinava que era necessário respeitar os hábitos e os princípios religiosos dos autóctones, nomeadamente no que respeitava as rações alimentares e o rancho a que tinham direito. Segundo a mesma Lei, era permitido aos que fossem readmitidos constituírem família, “[...] respeitando-se lhes os hábitos e princípios religiosos” (*apud* Arrifes, 2004: 239).

⁷⁷ Ao longo da I Grande Guerra foram criadas várias companhias africanas e companhias auxiliares a partir de carregadores, sobretudo em Moçambique, onde os conflitos com a Alemanha se prolongavam e onde até foram recrutados africanos para a Guarda Republicana (Arrifes, 2004: 244).

⁷⁸ Sobre as várias disposições desta lei, ver Arrifes (2004: 238-239).

Mas, a par dessas medidas que parecem, de algum modo, respeitar usos e costumes locais, a distinção entre africanos e europeus no exército mantinha-se. Em 1926 mantinha-se a distinção entre os denominados “indígenas” e os outros no exército português. Os não indígenas eram homens que não eram de origem europeia, que demonstravam elevado grau de instrução e que, em relação ao recrutamento, eram equiparados aos recrutas europeus (Arrifes, 2004: 240). E em 1933 eram

[...] classificados de indígenas os pretos que não se distinguem do comum da sua raça, isto é, aqueles que não adoptam costumes europeus. Os pretos já civilizados são, pelo regulamento, classificados de «não indígenas» e submetidos às condições de recrutamento dos europeus nascidos na colónia (Martins, 1936: 14).

Assim, para além de distinguir os africanos, considerados indígenas, dos europeus, a diferenciação de papéis desempenhados contribuía para o estabelecimento de distinções sociais entre os próprios africanos que incorporavam o exército colonial. Diferenciações que, como observa Arrifes, começavam por expressar-se nos seus próprios trajos:

Enquanto que o soldado dignificado pela utilização de um uniforme, normalmente constituído por restos de fardas metropolitanas, e alguns conseguiam mesmo ser promovidos a cabo, obtendo desta forma as duas divisas vermelhas sobre os ombros, que lhes davam um estatuto de grande supremacia entre os restantes nativos; os carregadores, normalmente muito magros pelos tremendos esforços que tinham de realizar, utilizavam somente uma pequena tanga de tecido grosso (2004: 246).

Esta lógica de inferiorização do soldado africano estendia-se à hierarquia militar. O posto mais elevado ao qual o soldado africano podia aceder era o de cabo, embora durante a I Grande Guerra alguns destes tenham sido graduados sargentos para superar as necessidades da época⁷⁹. No que toca aos vencimentos, na generalidade, os das tropas africanas “[...] eram iguais aos dos militares europeus, no que diz respeito às especialidades, fazendo-se apenas uma diferenciação em relação aos cabos e soldados não especialistas” (Arrifes, 2004: 253)⁸⁰.

Existiam, também, algumas diferenças de vencimento relativamente aos soldados europeus, voluntários ou não, que recebiam um prémio de alistamento e gratificações por servirem em África, o que não acontecia com os africanos. Além de terem direito a

⁷⁹ Graduação que em Moçambique, segundo Martins, foi à pressa em função das necessidades decorrentes da Guerra (1936: 98).

⁸⁰ Para ter uma ideia dos valores dos vencimentos, consulte-se Arrifes (2004: 253-254).

alimentação ou a um subsídio diário, caso aquela não lhes fosse fornecida, as praças africanas, que tinham direito a utilizar uniforme europeu, recebiam um extra diário ao seu vencimento para o fardamento, "[...] e aqueles que prestavam serviço fora das suas províncias recebiam mais de 50% do que aquilo que estava estipulado"⁸¹ (Arrifes, 2004: 254). Embora, persistissem, assim, as distinções entre europeus e africanos na tropa, em 1931 o Tenente Carvalho Montez dizia, num artigo da Revista Militar que

«Para o civil [...] o preto é simplesmente um servo e para alguns menos até...
[...] Para nós, porém, o preto, chegado às fileiras, é – um soldado!»

«Não nos serve a nós, serve como nós e connôscos um interesse comum, colectivo e superior. A sua singela fardazita dá-lhe uma personalidade, aproxima-o de nós, torna-o igual a nós [...]" (*apud* Martins, 1936: 16).

Em relação ao esquema organizativo do exército português, convém observar-se que a possibilidade de promover africanos a postos de comando provocou algumas tensões. Desde meados de 1930 que se opunham entre si perspectivas que defendiam que os europeus nascidos nas colónias deviam liderar como oficiais uma força crescentemente africana, daquelas que apelavam para a necessidade de promover africanos para liderar unidades locais, devido ao número reduzido de europeus (Coelho, 2002: 134).

O recrutamento militar significava, assim, e sobretudo desde a I Grande Guerra, um meio privilegiado de cumprir um dos princípios básicos da ideologia colonial portuguesa em África: ‘civilizar’ o africano. Esta que era considerada uma missão que cabia à força colonial dada a superioridade que esta atribuía ao europeu por oposição ao africano. Missão que, de algum modo, já estava inscrita no regulamento de instrução de 1910 que obrigava que "[...] aos soldados indígenas fôsse ministrada instrução geral em duas partes: 1ª. – Compreender e falar a língua portuguesa; 2ª.- Ler, escrever e contar" (Martins, 1938: 11).

A incorporação de soldados africanos no exército colonial português pretendia, deste modo, contribuir para o ‘aportuguesamento’ dos africanos, o que equiparava o serviço militar ao papel desempenhado pela religião católica no tempo das conquistas quando

⁸¹ Em 1913 por considerar-se que fornecer a alimentação aos soldados africanos implicava custos muito avultados aquela foi substituída pelo pagamento de 10 centavos por dia atribuído a cada um, medida que foi difícil de implementar sobretudo em certas regiões onde havia dificuldades de encontrar alimentos. Por isso incentivou-se as praças a cultivarem, com as suas famílias, lotes de terreno que lhes foram disponibilizados pelas autoridades militares. Em 1914, em Angola, as operações militares tornam impossível implementar as medidas da alimentação e por isso determina-se que se volta a distribuir alimentos não cozinhados aos africanos e em 1915 acrescenta-se a esta medida uma gratificação para alimentação no montante de 14 centavos diários (Arrifes, 2004: 254).

[...] um selvagem africano tornava-se irmão de um português logo que fôsse baptizado; agora, pelo recrutamento, um indígena rude [...] torna-se um soldado português após o alistamento, sendo restituído à sua terra com mais habilitações e com um nível de civilização muito superior àquele que possuía ao vir para o quartel (Martins, 1936: 14-15).

Cumprir o serviço militar servia, também, para impor essa ‘missão civilizadora’ portuguesa em África, através da formação de operários especializados que saiam do serviço militar como condutores, ajudantes de mecânico, ajudantes de enfermeiros, serralheiros, carpinteiros, entre muitas outras especialidades, sendo depois lançados no mercado de trabalho onde iriam desempenhar actividades necessárias ao conforto da população portuguesa (Moutinho, 2000: 111).

Esta ‘missão civilizadora’, atribuída ao serviço militar através da instrução e da formação para o trabalho operário, articulava-se com outra ‘missão’ indispensável à manutenção do domínio colonial português em África: a ‘missão nacionalizadora’. Azambuja Martins, na sua publicação intitulada *O Soldado Africano de Moçambique*, considerava o recrutamento militar “(...) o mais forte impulso para a nacionalização do indígena” (1936: 23) por se tratar de uma instituição que cumpria as normas de uniformidade regulamentar. O mesmo autor, em 1938 no I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, na sua comunicação *Acção Educativa sobre as populações indígenas de Moçambique, conseqüente de instrução militar do soldado indígena*, realçava esse carácter civilizador que a força colonial atribuía ao exército colonial quando cita um excerto da regulamentação de 1901: “é com os elementos militares que as populações indígenas, a grandes distâncias do litoral, se põem em contacto; é por intermédio dêles que, nos lugares remotos do sertão exercemos soberania” (1938:6). Como “[...] prova real da nacionalização do indígena” remetia para as trinta e seis cruces de guerra, pensionadas, distribuídas a soldados africanos em Moçambique pela sua participação na I Grande Guerra (1938:6-7).

Acresce que o serviço militar implementava um conjunto de práticas que compreendiam desde a prática do canto coral, a começar pelo hino nacional e, em Moçambique, pela *Canção do Soldado de Moçambique*⁸², até à aprendizagem de cantigas e de jogos populares portugueses e de desportos considerados, na sua generalidade:

⁸² Letra da canção in Martins (1936:70-71).

[...] eficazes elementos de educação [que] conseguem: Criar e manter hábitos sociais semelhantes aos costumes europeus, reduzir e canalizar as tendências nocivas dos indígenas, obter deles uma dedicação pronta ao sacrifício, disciplina, exemplar camaradagem entre eles e estima pelos seus instrutores, e inculcar no soldado indígena o orgulho de ser português (Martins, 1938: 17) ⁸³.

Deste modo, atribuía-se, nessa época, ao serviço militar a função de “civilizar, disciplinar e dignificar a população indígena” (Martins, 1938: 18). Estas funções seguiam a ideologia colonial segundo a qual a superioridade do colonizador contrasta com a inferioridade do colonizado, cabendo então ao colonizador civilizar o colonizado.

Por sua vez, existem indícios que apontam para a implementação de medidas discriminatórias dos soldados africanos em relação aos portugueses. Por exemplo, como se pode ler nas palavras de Martins que relata que Mousinho de Albuquerque, após dar conta de que “[...] soldados europeus e indígenas, tinham os mesmos rancho, pré e fardamento [...] quando governador do distrito de Lourenço Marques, em 1890, remediou esta situação deprimente, dando aos europeus uma caserna separada e um rancho diferente” (Martins, 1936: 10). Deste modo, embora europeus e africanos pertencessem ao mesmo exército, na prática tudo indica que eram diferenciados em função das suas origens.

Quanto às relações entre os soldados africanos e europeus, até ao eclodir das guerras de libertação de Angola, de Moçambique e da Guiné, pouco se conhece. Segundo Arrifes, essas relações seriam, antes de mais, dificultadas pelas barreiras linguísticas já que a maioria dos africanos não sabia falar português. As tensões resultantes da perspectiva racista da superioridade europeia que se expressavam na desconfiança em relação às aptidões militares dos africanos, nomeadamente na dificuldade que lhes atribuíam quanto à utilização de armamento e à aprendizagem de táticas militares, bem como na crença de que teriam uma forte tendência para a deserção, seriam outras condicionantes das relações entre os soldados africanos e europeus.

Ao mesmo tempo, estas relações seriam marcadas por um certo reconhecimento, por parte dos soldados europeus, do esforço despendido pelos africanos na guerra. Lutar no mesmo exército e enfrentar os mesmos perigos poderá ter contribuído para que alguns soldados europeus tenham valorizado a actuação e atitude dos seus companheiros

⁸³ Importa referir que Martins pretendia que se criasse um “soldado africano português” e defendia que este devia ser formado a partir do carácter do soldado landim a quem Martins atribui características muito particulares. Para conhecer a proposta do autor consulte-se (1936: 79-85; 105-111).

africanos, como se pode aferir nas palavras de Manuel Simões Alberto, expedicionário em Moçambique quando confessa que

A última parte desta campanha foi toda feita com tropas de cor... analisando bem o seu sacrifício, toda a grandeza do seu martírio, toda a extensão da sua desgraça, merecem-nos toda a simpatia, toda a ternura que se deve tributar a essa tropa magnífica, que sem compreenderem bem a justiça da causa porque os mandavam morrer, cumpriram estoicamente o seu dever de soldados leais (*apud* Arrifes, 2004: 251).

Este é um dos testemunhos que manifesta este tipo de opinião elogiosa acerca do soldado africano mas que, segundo Pélissier, seria caso raro no contexto português, ao contrário dos oficiais franceses, britânicos, alemães e belgas que, nessa época já tardia na história da conquista, se orgulhavam dos seus *tirailleurs* senegaleses, dos seus *King's African Rifles*, dos seus *Askaris* e da sua Força Pública respectivamente. Pelo contrário, segundo o mesmo autor, o que pontua mais frequentemente os relatos das campanhas portuguesas, entre 1900 e 1910, são recriminações e lamentações em relação aos soldados africanos que reflectem a incapacidade ou a negligência dos oficiais encarregados da sua instrução (2004: 46).

A obra *O Soldado Africano de Moçambique*, publicada em 1936, apresenta vários exemplos que contrariam esta tendência identificada por Pélissier. Ao longo desta obra, embora o seu autor atribua um carácter infantil e primitivo ao soldado africano, apresentam-se vários relatos de oficiais que lhe tecem variados elogios. Um dos casos em que isto acontece com mais frequência é em relação aos soldados landins de Moçambique, que são caracterizados como exemplos de absoluta lealdade, valor e nobreza militares e como combatentes tão competentes na utilização das armas, tão disciplinados, com tão elevada capacidade de aprendizagem quanto os soldados oriundos de Portugal (Martins, 1936).

Independentemente do tipo de relações que tenham existido entre soldados europeus e africanos e das opiniões dos oficiais em relação aos homens recrutados localmente, a eliminação dos últimos focos de resistência à ocupação portuguesa⁸⁴ e o fim da II

⁸⁴ Se no início da 1ª República as conquistas da Guiné, de Angola e de Moçambique ainda não estavam concluídas, foi no seu decorrer que se eliminou a quase totalidade dos focos de resistência que ainda subsistiam nos três territórios (MacQueen, 1998: 24; Pélissier, 2004: 12). Em 1926, ainda se verificavam alguns problemas, sobretudo em Angola e na Guiné, por parte de grupos que se recusavam a pagar impostos ou a cumprir o trabalho forçado, mas não eram situações que constituíssem propriamente ameaças à ordem colonial. Para eliminá-los são desencadeadas mais algumas acções militares e considera-se que a época das campanhas militares de conquista de África está encerrada em 1941 (Pélissier, 2004: 311).

Grande Guerra⁸⁵ não se traduziram em profundas alterações na organização do exército português, nomeadamente quanto ao lugar e ao papel do soldado africano no exército colonial. Em 1937, a reorganização do exército manteve a separação entre os exércitos colonial e metropolitano e, embora algumas das transformações implementadas entre 1958 e 1961⁸⁶ abrissem caminho para pôr termo àquela separação (Correia, 2000: 144), a distinção entre os homens que integravam o exército português em África continuou a ser feita em função do estatuto que detinham face à sua origem. A distribuição dos homens por unidades de europeus, assimilados, indígenas e mistas, manter-se-á até 6 de Setembro de 1961, poucos meses após o início da guerra de independência de Angola, na sequência da revogação do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas.

3. A africanização das guerras coloniais (1961-1974)

O primeiro ano das últimas guerras que o poder colonial português travou em África é também o ano que assinala o início da implementação de um conjunto de medidas nos territórios africanos que revelam como o regime procurou, a todo o custo, manter o seu domínio em África. O recurso a combatentes africanos, variável ao longo dessas guerras e diferenciado conforme os territórios, faz parte dessas medidas que traduzem o último esforço, por parte do regime, de manter essa África ainda portuguesa.

Tudo começa em Angola quando, nos três primeiros meses de 1961, face a uma sequência de episódios tumultuosos e sangrentos, o poder colonial português decide que a guerra era a única solução para travar a onda de violência que não cessava de agravar-se. Em Janeiro, após uma greve de apanhadores de algodão, seguida de tumultos em Malange, na Baixa do Cassange, ouve-se clamar pela independência de Angola⁸⁷. Sensivelmente um mês depois, são atacadas a Casa de Reclusão Militar e várias cadeias

⁸⁵ Durante a II Grande Guerra manteve-se, em termos gerais, o esquema de defesa dos territórios africanos portugueses que se tinha implementado anteriormente e, tal como acontecera durante as campanhas de conquista e durante a I Grande Guerra, entre 1939 e 1945 foram enviadas forças expedicionárias da metrópole para África.

⁸⁶ Pezarrat Correia observa que em 1973-1974 um dos problemas que emergia no seio de reivindicações de carácter corporativo nas FAP prendia-se, ainda, ao problema da unificação do exército português (2000: 144).

⁸⁷ Entram em greve milhares de apanhadores de algodão africanos. Exigem o aumento dos salários, queimam sementes e destroem missões católicas, casas de colonos e pontes fluviais. Omitidas à opinião pública, estas revoltas são travadas por companhias de caçadores e bombas lançadas de aviões (Teixeira, 2006: 81; Antunes, 1995: 11).

civis de Luanda⁸⁸. No dia 15 de Março de 1961, assiste-se aos massacres lançados pela União das Populações de Angola (UPA) no Norte de Angola⁸⁹. Pouco tempo depois destes ataques serem revelados à opinião pública, o primeiro contingente de soldados expedicionários parte, por via marítima, de Lisboa para Luanda, onde chegará no dia 1 de Maio (Antunes, 1995: 19-21).

Quando a guerra começou, a grande maioria dos militares do exército colonial em Angola eram de origem africana. Em 1960, entre os 6 500 militares do exército mobilizados em Angola⁹⁰, 5 000 pertenciam ao recrutamento local⁹¹ (Cann, 2005:28). Nessa altura, e até à revogação do Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, os soldados africanos eram divididos em duas categorias: os soldados ultramarinos, que correspondiam aos africanos assimilados, e os soldados ‘nativos’.

O número de militares das FAP em Angola em 1960 é, contudo, insignificante quando comparado com os mais de 33 000 combatentes presentes no mesmo território no final de 1961⁹². No final desse ano, a maioria dos soldados mobilizados nos três territórios pertenciam ao recrutamento vindo de Portugal. Apenas 18,21% dos 49 422 soldados pertenciam ao recrutamento local. Em 1964, quando a guerra já eclodira na Guiné e em Moçambique, o total de soldados ultrapassava os 85 000⁹³ e quase 30%⁹⁴ deles eram recrutados localmente ou seja 25 313 homens (Portugal. Estado Maior do Exército, 1988: 259, 261). À medida que as guerras se prolongaram, a tendência foi a do aumento progressivo de militares de origem africana nas FAP.

⁸⁸ O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956, reclama estes ataques de 4 de Fevereiro como o início da luta armada em Angola, embora não tenha sido responsável pelos mesmos (Antunes, 1995: 15).

⁸⁹ Esta data é assinalada como a do início da guerra pela UPA, criada em 1957, e responsável pelos ataques dessa madrugada (Antunes, 1995: 15). Estima-se que tenham morrido à volta de 800 europeus e africanos, que cerca de 150000 africanos da zona tenham fugido para o Zaíre, e que mais de 100 000 se tenham refugiado no interior (Sachetti, 2000: 215).

⁹⁰ Em Março de 1961 existiam sete unidades do exército de tipo companhia, cinco das quais eram compostas por soldados locais. Além dessas, existia uma companhia de polícia móvel da PSP, uma fragata, duas patrulhas, um navio hidrográfico, alguns aviões que, no total, mobilizavam 9 500 homens (Sachetti, 2000: 214-215).

⁹¹ Efectivos distribuídos por um grupo de cavalaria e dois regimentos de infantaria (Teixeira, 2006: 86). Segundo Galvão de Melo, em Angola quando começou a guerra "[...] havia no terreno apenas duas companhias de brancos, num território catorze vezes maior do que Portugal" (*in* Antunes, 1995, Vol.II: 710).

⁹² 33 477 militares em Angola, 11 209 em Moçambique e 4 736 na Guiné.

⁹³ 85 737 no total.

⁹⁴ 29,52% eram os efectivos locais.

Já desde 1959⁹⁵, face ao contexto internacional favorável às independências de territórios colonizados e ao surgimento de novos Estados em África que, progressivamente, se libertavam do domínio colonizador⁹⁶, que o esforço militar português é orientado para África⁹⁷. Seguindo as lições das guerras da Argélia, da Malásia e do Quênia, que oficiais portugueses tinham, entretanto, estudado⁹⁸ e perante a previsão da eclosão de revoltas, já em 1960, Portugal tinha enviado reforços para África.

Quando a guerra eclodiu, rapidamente se inverteu a proporção dos números dos soldados mobilizados em Angola. O número de soldados africanos, que era de 5 000 no final de 1960, manteve-se o mesmo até finais de 1961, enquanto o número de soldados expedicionários aumentou de 1 500 para 28 477. Utilizou-se a lógica seguida nas campanhas militares do século XIX e XX: a de que cabia à força oriunda de Portugal a "[...] missão militar de afirmação da soberania [...]" (Correia, 2000: 145) e, por isso, se insistiu no envio de forças expedicionárias⁹⁹ a partir do momento em que a guerra foi considerada irreversível.

Esta lógica militar, que privilegiava o envio de forças expedicionárias, derivava da ameaça que a africanização das FAP representava para certos segmentos do regime, fruto da desconfiança que acabava por recair sobre qualquer africano, sobretudo desde o

⁹⁵ O ano de 1959 corresponde ao da revisão constitucional que acentuou a promoção da visão assimilacionista e integracionista da Nação portuguesa,

⁹⁶ Desde 1945 que amadurecia um movimento que reivindicava o abandono de África pelas potências coloniais e que daria origem à Conferência de Bandung, em Abril de 1955. As independências da Índia e do Paquistão, em 1947, criaram um contexto que contribuiu para o aparecimento do grupo Afro-Asiático na ONU, apoiado pelas rivalidades entre a China e a União Indiana. Por sua vez, a competição entre os EUA e a URSS levou a última a apoiar movimentos nacionalistas em África. Embora a repressão tenha sido a primeira resposta, progressivamente as potências coloniais passam a entender que os seus custos eram demasiado elevados. Sobre a forma como a Inglaterra, a França, a Itália, e a Bélgica saem dos territórios africanos, consulte-se Moreira (2000, 23-32).

⁹⁷ No final da década de 1950, Portugal enfrentava duas ameaças à sua segurança: a guerra fria, e os movimentos de libertação das suas colónias africanas, de que Portugal tinha conhecimento, desde 1952, e que beneficiavam de apoio de territórios limítrofes. Contudo, Portugal ainda menosprezava a ameaça desses movimentos e a organização militar continuava a ser feita fundamentalmente em função da possibilidade de uma terceira Guerra Mundial. Só a partir de 1959 é que a prioridade do esforço militar português passou da Europa para o então chamado Ultramar. Em 1959 criaram-se as forças especiais preparadas para responder a operações singulares, nomeadamente de contra-guerrilha, e em 1960 embarcam para Angola quatro companhias de caçadores especiais. Sobre essa viragem para África veja-se António Carneiro (2000: 85-96) e Correia (2000: 145).

⁹⁸ Como por exemplo Lemos Ribeiro que esteve na Argélia em 1959 onde foi observador participando também nalgumas operações e Hermes de Oliveira que chefiou uma das delegações enviadas (Antunes, 1995, 11:184-200; Vol.II:753, 809-810). Alguns desses oficiais criaram o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Lamego, em 1960. Este e outros factos que antecedem a guerra, como a publicação do manual *O Exército na Guerra Subversiva*, a criação dos fuzileiros especiais e a difusão do conceito de «guerra subversiva», indicam que Portugal se preparava para uma guerra de guerrilha (Teixeira, 2006: 21-22). Em 1958 já tinham sido enviados oficiais para Inglaterra para estudarem as experiências britânicas na Malásia e no Quênia (Canêlhas, 2000: 314).

⁹⁹ Por exemplo, nas operações do Norte de Angola, de 9 a 29 de Agosto de 1961, foram utilizados "[...] 22 000 soldados brancos e 8 000 soldados negros" (Antunes, 1995: 123).

início da guerra em 1961, "[...] vendo em cada negro um eventual terrorista" (Souto, 2007: 105). Um depoimento de Kaulza de Arriaga representa bem esta resistência à africanização da força portuguesa quando em 1960, durante o seu mandato como Subsecretário e Secretário de Estado da Aeronáutica (1955-1962), escreveu a Salazar dizendo que "o conceito de defesa baseado na tropa africana é impossível, independentemente do tipo de controlo branco. [...] É então necessário reduzir a força e o tamanho das nossas tropas africanas" (*apud* Coelho 2002: 135).

Embora o total de efectivos do recrutamento local dos três territórios em guerra nunca tenha ultrapassado o do recrutamento oriundo de Portugal, a não ser em Moçambique a partir de 1971, à medida que a guerra se vai prolongando, não só o número de africanos que serviram as forças portuguesas se tornou mais significativo, sobretudo a partir de 1968¹⁰⁰, como algumas unidades de soldados africanos, como veremos mais adiante, assumiram papéis relevantes na estratégia militar implementada.

Em termos globais, e de acordo com os valores disponíveis, entre 1961 e 1973 foram recrutados aproximadamente um milhão de soldados para a guerra¹⁰¹. Parte importante¹⁰² desses homens pertenciam ao recrutamento local, chegando aos 50% dos efectivos a partir de 1968, isto sem contar com algumas das forças chamadas irregulares ou auxiliares que não fazem parte dos dados que acabamos de apresentar¹⁰³. No final dos conflitos, o recrutamento local representava aproximadamente metade dos contingentes presentes nos três territórios. Em Angola, em 1961, 14,9% dos efectivos do exército português eram recrutados localmente, valor que aumenta ao longo dos treze anos de guerra, excepto entre 1964 (28,7%) e 1967 (25%)¹⁰⁴, onde os valores sofrem uma ligeira diminuição, até atingir os 42,4% em 1973. Em Moçambique, embora com algumas oscilações¹⁰⁵, a tendência geral, desde o início da guerra em Agosto de 1964, foi a do seu aumento atingindo, já em 1965, 42,4% dos efectivos totais e 53,6% em 1973. Na Guiné, o número de soldados locais é sempre inferior ao dos outros dois territórios e ao do recrutamento vindo de Portugal. Em 1961, na Guiné, 21,1% dos soldados pertenciam

¹⁰⁰ Ano em que Marcello Caetano substituiu Salazar como Presidente do Conselho de Ministros.

¹⁰¹ Segundo dados disponíveis (Portugal. Estado Maior do Exército, 1988: 261).

¹⁰² Segundo dados disponíveis (Correia, 2000: 155).

¹⁰³ Ver Correia (2000:147-149).

¹⁰⁴ Em 1967, a percentagem de homens recrutados localmente é de 27,1%.

¹⁰⁵ A percentagem de efectivos locais em Moçambique desce para 36,1% em 1966 e para 33,3 % em 1967 e a partir daí não deixa de aumentar até ao final da guerra (Portugal. Estado Maior do Exército, 1988: 261).

ao recrutamento local, valor que desce até atingir os 9,3% em 1966, e que volta a aumentar a partir desse ano¹⁰⁶, até atingir os 20,1% em 1973 (Correia, 2000: 155). Assim, na sua totalidade os efectivos do recrutamento local nunca atingiram os totais dos mobilizados em Portugal, contudo a partir de 1967 "[...] o recrutamento local cresceu continuamente mais do que duplicando entre 67 e 73" (Correia, 2000: 145)¹⁰⁷.

Portanto, se o início da guerra correspondeu a um aumento vertiginoso do número de soldados portugueses em África, a extensão dos conflitos aos três territórios e o seu prolongamento por mais de uma década, obrigou Portugal a reagir noutra sentida, aumentando progressivamente o número de combatentes de origem africana.

Os principais factores que justificam esse aumento do recrutamento local durante a guerra, ou africanização da guerra como tem vindo a ser denominado, prendem-se fundamentalmente a razões de ordem política, militar e económica. As dificuldades que as Forças Armadas enfrentavam, nomeadamente a escassez de efectivos portugueses disponíveis, fruto de deserções e sobretudo da emigração, os problemas da sua adaptação aos territórios africanos, os elevados custos da sua instrução e transferência para África, a sua progressiva desmoralização à medida que a guerra se prolongava, e os problemas financeiros face a uma guerra que se desenvolvia em três territórios longínquos constituem um primeiro conjunto de motivações impulsionadoras da progressiva africanização da guerra (Cann, 2005: 105-127; Coelho, 2002: 137; Afonso e Gomes, 2005: 87). Por outro lado, face à perspectiva segundo a qual os conhecimentos que as forças africanas teriam dos territórios, das línguas e de outras características locais seriam uma mais-valia para vencer uma guerra de guerrilha, reforçar o recrutamento local nas forças portuguesas tornou-se a resposta mais indicada. Esta estratégia serviria igualmente para responder à necessidade de uma eventual diminuição de mortes em combate de soldados oriundos de Portugal¹⁰⁸.

Além destes motivos, perante um número crescente de africanos com formação militar que poderiam juntar-se aos exércitos dos movimentos de libertação após

¹⁰⁶ Excepto entre 1967 com 14,9% e 1969 com 14,4% (Portugal. Estado Maior do Exército, 1988: 261).

¹⁰⁷ Segundo Pezarat Correia, sendo o total da população de Portugal (8 900 000) inferior à dos três territórios (11 980 000 valor subestimado) e sabendo que os efectivos da Marinha e da Força Aérea eram sobretudo do recrutamento português, então foi sobre os últimos que recaiu o maior peso do esforço de guerra. Perspectiva reforçada pelo facto de a maioria das unidades do recrutamento local estarem sediadas fora de zonas operacionais e o número de mortes dos efectivos locais também ter sido sempre inferior ao de Portugal, excepto na Guiné onde não havia zonas não-operacionais e onde o número de soldados africanos mortos ultrapassou o de Portugal (2000: 146-147).

¹⁰⁸ A africanização da guerra não parece ter sido acompanhada pela diminuição do número de mortos de soldados oriundos de Portugal. Sobre estes dados consulte-se Correia (2000: 146) e Cann (2005: 125-126).

terminarem o seu serviço militar obrigatório, readmiti-los nas forças portuguesas, pode ter sido uma das soluções encontradas para evitá-lo, contribuindo, simultaneamente, para engrossar o número de efectivos locais das forças portuguesas (Coelho, 2002: 140).

Por fim, embora as manobras de envolvimento directo das populações locais na guerra, nomeadamente através da manipulação de supostas rivalidades tribais, tenham variado entre os três territórios¹⁰⁹, a africanização foi utilizada para a criação de “[...] clivagens e antagonismos que demarcassem campos de actuação e dificultassem o alargamento das bases de apoio dos movimentos de libertação” (Afonso e Gomes, 2005: 339). À semelhança do *jaunissement* da força francesa na Indochina (1946-1954), do recrutamento de soldados locais na Argélia (1954-1962), bem como da vietnamização da guerra norte-americana (1963 e 1973) ou da teoria do *same element* utilizada pela força britânica na Malásia, africanizar a guerra significava, assim, aplicar um dos princípios basilares das teorias da guerra 'contra-subversiva': conquistar as populações locais. Neste sentido, a africanização das forças portuguesas também contribuía para um maior envolvimento das autoridades africanas na guerra, nomeadamente através da sua participação na formação de forças de defesa baseadas na inclusão de soldados locais (Coelho, 2003:182. Cann, 2005: 123). Segundo John Cann, " [...] em nenhum dos casos anteriores as tropas criadas localmente foram utilizadas com a extensão com que os portugueses o fizeram, e poucos atingiram os seus números absolutos" (Cann, 2005: 123).

Se a africanização das FAP deu resposta a necessidades económicas e a interesses estratégicos de carácter militar, o que parece é que serviu igualmente, e a par de outras medidas implementadas na época, para demonstrar e promover a ideia de que Portugal era, de facto, uma nação pluricontinental e pluri-racial sustentando, assim, a defesa da manutenção do domínio português nos territórios africanos.

Já antes do início da guerra foram desencadeadas medidas nesse sentido. Em 1951, por exemplo, o Estado Novo revogou o *Acto Colonial*, que vigorava desde 1930, e se tornara constitucional em 1933¹¹⁰. Nele se defendia que "É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios

¹⁰⁹ Sobre a especificidade dessas estratégias de envolvimento das populações locais, consulte-se Afonso e Gomes (2005: 130-131).

¹¹⁰ Quanto às características do Acto Colonial, classificado como lei fundamental do imperialismo português do século XX, ver, entre outros, MacQueen (1998: 28-30), Castelo (1999: 45-61) e Souto (2007: 13-16).

ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam [...]”(Art.º2º) (Castelo, 1999: 46)¹¹¹. Sustentado pelo luso-tropicalismo, doutrina oficial que valorizava e promovia a capacidade de relacionamento e de miscigenação dos portugueses com os africanos, a revogação do Acto Colonial não correspondeu contudo ao fim da discriminação dos africanos. Para Fernando Rosas, a revogação do Acto Colonial “[...] apenas reforça o triunfo do modelo integracionista e da concepção de um Estado pluricontinental, qualificado pela doutrina oficial como «uma unidade política indivisível, unitária e permanente», determinando a partir daqui uma política de atenção às colónias de grande esforço integracionista” (*apud* Ribeiro, 2004:152). Este modelo era também formulado e consolidado através da organização de congressos¹¹² e de exposições coloniais que promoviam a ideia da especificidade do império português¹¹³.

Mas, é com a guerra que a reacção do Estado português vai no sentido de procurar anular qualquer dispositivo legal que regulamentasse a discriminação entre portugueses e africanos. A medida mais significativa desse período, e que se soma a outras dirigidas especialmente aos africanos, acontece precisamente uns meses após o início da guerra, a 6 de Setembro de 1961, com a abolição do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas*, o qual determinava que

não se atribuem aos indígenas, por falta de significado prático, os direitos relacionados com as nossas instituições constitucionais [...]. Mantemos para eles uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos, da sua vida, sem prescindirmos de os ir chamando por todas as formas convenientes à elevação, para vez maior, do seu nível de existência (*apud* Moutinho, 2000: 21-22)¹¹⁴.

Com esta alteração legislativa, implementada por Adriano Moreira, que permitiu a concessão da cidadania portuguesa a todos os habitantes das então denominadas

¹¹¹ Sobre a retirada desta ‘função’ do texto constitucional, a par de outras alterações legislativas, consulte-se Souto (2007: 59-77).

¹¹² Nesses congressos, cientistas, académicos, políticos, militares e religiosos debatiam as teses relativas à ‘missão civilizadora’ do povo português (Cabecinhas e Cunha, 2003: 157-184).

¹¹³ Nomeadamente a Exposição Colonial do Porto, em 1934, e a Exposição do Mundo Português em 1940. A Exposição Colonial do Porto, em 1934, foi visitada por uma Companhia Indígena de Moçambique que depois visitou várias cidades ao longo do país onde era apresentada à população em estádios. Na Exposição Colonial de Paris, em 1931, o pavilhão de Portugal foi guardado por doze soldados landins (Martins, 1936: 65-71; 1938: 14).

¹¹⁴ Seguindo as tendências implementadas pelas alterações legislativas de 1951, em Maio de 1954 promulga-se o Estatuto dos Indígenas que passa a ser aplicado apenas aos ‘indígenas’ de Moçambique, da Guiné e de Angola e a “[...] prever o acesso à assimilação total através de etapas sucessivas, com a consequente obtenção da cidadania” (Castelo, 1999: 60), àqueles que cumprissem um conjunto de condições jurídico-formais estabelecidas no seu capítulo III. Sobre as condições de acesso à cidadania previstas no Estatuto, e o número de africanos considerados civilizados consulte-se, por exemplo, Mateus (1999: 22-25).

Províncias Ultramarinas¹¹⁵, procurou-se, sobretudo, "[...] agradar à comunidade internacional e apaziguar os ânimos nas colónias, [...] [e] imprimir um cariz de igualdade racial à legislação ultramarina [...]" (Castelo, 1999: 61-62).

Consequentemente, as Forças Armadas viram-se obrigadas a alterar as categorias que classificavam os soldados em função da sua situação perante esse Estatuto agora revogado e, pouco depois, os soldados passam a entrar em duas categorias que deixam de ser determinadas pela origem e passam a sê-lo pelos níveis de instrução e, sobretudo, pela habilidade de falar correctamente o português. Na prática, para Coelho, esta medida só contribuiu para perpetuar antigas distinções (2002: 134).

A seguir à abolição daquele estatuto, Adriano Moreira revoga as culturas obrigatórias do algodão e, mais tarde, em 1962, é também revogado o *Estatuto do Trabalho Obrigatório*¹¹⁶. Só com estas medidas é que todos os portugueses passam a ser, pelo menos teoricamente, regidos pela mesma lei, independentemente da sua origem, cultura ou religião, e é concedida cidadania a todos os africanos generalizando-se então "[...] o uso do bilhete de identidade [...], dotando os negros de um símbolo de cidadania" (Afonso e Gomes, 2005: 69)¹¹⁷. Com esta remodelação legislativa procurou-se mostrar que a distinção que até então a lei estabelecia entre indígenas, assimilados e portugueses deixava de existir. Na prática as desigualdades entre africanos e europeus mantinham-se (Souto, 2007: 29-32).

Nas FAP, a integração dos africanos continuou a obedecer a certas especificidades, pelo menos em função do tipo de unidades que o poder colonial formou e utilizou ao longo da guerra. Embora a força colonial tenha privilegiado a formação de unidades mistas, formadas por europeus e africanos, importa não esquecer que também foram criadas forças exclusiva ou quase exclusivamente compostas por africanos e que, em termos gerais, a importância destas unidades irregulares aumentou à medida que a guerra se prolongou.

Este fenómeno representa uma outra faceta da africanização da guerra. À semelhança do que acontecia desde o século XIX com as forças de 'segunda linha' e com os

¹¹⁵ Assim conhecidas desde a revisão constitucional em 1951, que reestabelece a expressão utilizada antes da sua substituição pela de colónias presentes no Acto colonial, reconhecendo-as, deste modo, como parte integrante de um Estado uno e indivisível (MacQueen, 1998: 28-30; Castelo, 1999: 49-51).

¹¹⁶ Sobre a origem, significado e características destes estatutos, consulte-se Souto (2007: 17-30).

¹¹⁷ O Bilhete de Identidade, exclusivo aos portugueses até 1954, substituiu desde então, o Alvará de Assimilado (Souto, 2007: 27-28).

exércitos auxiliares, desde 1961 e até ao final das guerras formou-se uma heterogeneidade de grupos de soldados locais com finalidades diferenciadas que variaram conforme os territórios e dependiam dos comandos militares, das autoridades administrativas, da PIDE/DGS ou de outras entidades (Correia, 2000: 147). Pezarat Correia calcula que se ao número total de efectivos recrutados localmente for somado o número total de todas as forças irregulares, sendo que alguns não são oficialmente conhecidos mas estimados, é possível que, relativamente ao ano de 1974, o número de africanos mobilizados tenha sido superior ao dos expedicionários¹¹⁸.

Angola foi o território onde se verificou a maior diversidade deste tipo de forças. É provável que face a um território tão vasto e a um cenário tão complexo de guerra, tendo como particularidade a competição entre três movimentos de libertação, a aposta em diversas forças africanas tenha sido interpretada como uma vantagem acrescida para a força portuguesa. Segundo Coelho, o aumento e a maior autonomia de forças irregulares em Angola terá resultado das relações que o comandante-chefe da região militar de Angola em 1970, o General Costa Gomes, conseguiu estabelecer entre a PIDE/DGS e a esfera militar por um lado, e da criação de uma coligação entre Portugal e a UNITA contra o MPLA e a FNLA por outro (2002: 142-143).

As primeiras dessas forças irregulares foram as Tropas Especiais, criadas em 1966, formadas inicialmente por ex-guerrilheiros, sob a autoridade da PIDE/DGS¹¹⁹. Organizaram-se, também, os Grupos Especiais, cada um dos quais compostos por grupos de combate de trinta e um homens, normalmente sob comando militar¹²⁰. Estes eram formados maioritariamente por africanos voluntários com o mesmo treino das tropas regulares, vocacionados para actuarem na sua zona de residência e frequentemente utilizados como reforços de companhias e batalhões (Antunes, 1995, Vol.II: 575; Afonso e Gomes, 2005: 185).

¹¹⁸ Em 1974, segundo a Resenha Histórico- Militar das Campanhas de África, eram 22 800 o total dos homens que compunham o conjunto de todas as forças irregulares dependentes do Exército. Pezarat Correia estima que estes, juntamente com os homens de todas as outras forças irregulares dependentes de outras entidades, perfariam um total de 26 000 homens, os quais, somados aos efectivos do recrutamento local (61 816), dariam 87 816 homens, número que ultrapassa os efectivos da metrópole que no mesmo ano eram de 87 274 (2000: 149).

¹¹⁹ Emergiram em Cabinda quando Alexandre Taty, membro fundador da UPA, se entregou às autoridades portuguesas com 1 200 homens. Foram dezassete grupos no total, estando dezasseis activos em 1974. Actuaram especialmente em Cabinda mas também no Zaíre, no Uíge, no Norte de Angola (Coelho, 2002: 140-148). Para conhecer pormenores sobre a sua origem e a forma como se aliaram às forças portuguesas e como com elas operaram, ver Antunes (1995: 449-458).

¹²⁰ Entre os noventa e nove grupos especiais formados em Angola, noventa e seis estavam activos no final da guerra. Operaram sobretudo no Norte, no Leste e no Sul de Angola (Coelho, 2000: 148; 2002: 141).

Além destes dois grupos, em Angola existiram também os Flechas, os Fiéis, os Leais, as Milícias e a Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil (OPVDCA) sob a responsabilidade da PIDE/DGS e das autoridades administrativas (Antunes, 1995, Vol.II: 925-931; Afonso e Gomes, 2005: 340-341).

Os Fiéis eram formados por refugiados catangueses que chegaram a Angola em 1967 e, no mesmo ano, foram também recebidos refugiados da Zâmbia que viriam a formar os Leais¹²¹. Ambos estavam sob as ordens da PIDE/DGS.

Os Flechas surgem em 1966 e, ao contrário dos anteriores, eram de origem angolana, mais precisamente do Cuando-Cubango. Estes chegaram a uma dúzia de grupos organizados, instruídos e controlados pela PIDE/DGS, podendo actuar sob controlo do comando militar. Segundo Correia, estes três grupos vieram a ter um verdadeiro peso operacional na área da Zona Militar Leste de Angola (2000:148).

Em Moçambique, para além das unidades regulares, também foram criados Grupos Especiais que chegaram a ser oitenta e cinco ao todo¹²², bem como Grupos Especiais de Pisteiros de Combate (GEPC)¹²³ e doze Grupos Especiais de Pára-Quedistas (GEP) única experiência de africanização de pára-quedistas portugueses (Afonso e Gomes, 2005: 185)¹²⁴. Também se considera que todos estes grupos eram formados por voluntários, operando especialmente na sua zona de residência (Correia, 2000: 148)¹²⁵. Durante o mandato de Kaúlza de Arriaga como comandante-chefe, e ao contrário do que ele advogara em 1960 durante o seu mandato como Subsecretário e Secretário de Estado da Aeronáutica, atribuiu-se maior protagonismo à tropa africana na guerra, sobretudo para superar a redução de efectivos provenientes de Portugal. Até aí, o protagonismo dos africanos na guerra em Moçambique limitara-se à sua acção na força regular ou nas milícias em autodefesa das populações (Antunes, 1995: 398).

¹²¹ Os Fiéis foram organizados em companhias de caçadores. Em 1974 existiam dezasseis companhias, e actuavam na zona militar Leste de Angola. Quanto aos Leais, foi constituída apenas uma companhia que, como os Fiéis, actuava na zona militar Leste. Sobre mais particularidades dos Fiéis e dos Leais consulte-se, por exemplo, Coelho (2000: 148; 2002: 141-142).

¹²² Em 1974 eram oitenta e quatro (Correia, 2000: 148).

¹²³ Em 1974 eram seis (Correia, 2000: 148).

¹²⁴ Activos até 1974 (Correia, 2000:148).

¹²⁵ Parece que também se experimentou a formação de uma força tipo Flechas. Ver Coelho (2002: 145-146) e Antunes (1995, Vol.I, 407- 412).

Por fim, na Guiné as forças irregulares tinham a designação oficial de milícias¹²⁶, embora algumas tenham passado pela designação de caçadores nativos, e podiam ser normais ou especiais. As primeiras eram reservadas à autodefesa da população e em 1966 já existiam dezoito formadas em companhias. As segundas foram criadas pelo General Spínola e eram organizadas em grupos de combate (Coelho, 2002: 143-144). Spínola não se limitou a introduzir esta mudança nas forças operacionais da Guiné. O que o distinguiu, e que constituiu um caso que não se repetiu nos outros dois territórios, foi ter procurado que as distinções entre os soldados portugueses e locais terminassem, argumentando que a discriminação dos africanos envolvia riscos para Portugal. Outra especificidade do seu mandato foi ter criado os comandos africanos, uma força de elite estruturada de modo semelhante às unidades de comandos já existentes na Guiné e nos outros dois territórios em guerra¹²⁷. Na Guiné, essas forças eram exclusivamente formadas por africanos, incluindo os seus oficiais, e tiveram um papel determinante em operações levadas a cabo não só no seu território de origem, mas também na Guiné Conacri e no Senegal (Coelho, 2002: 144-145). A Guiné foi também o único território onde foram constituídos dois destacamentos de fuzileiros especiais africanos¹²⁸.

Se nos primeiros anos das guerras os africanos foram preteridos nas Forças Armadas Portuguesas ao mesmo tempo que, os que as integravam, na sua generalidade, desempenhavam papéis que não contribuíam directamente para o sucesso das operações, nas vésperas do fim das guerras a situação era totalmente diferente. Segundo Coelho, a africanização da guerra passou a ser entendida como a única forma de manter o projecto colonial, já que as forças africanas eram mais baratas, mais eficientes e passíveis de obter melhores resultados, quer em termos operacionais, quer em termos políticos (2002: 147). A par do reforço da africanização da guerra portuguesa, verificava-se uma tendência crescente em atribuir aos africanos um lugar de destaque nas forças

¹²⁶ Criadas em finais de 1964, desenvolveram-se sobretudo a partir de 1968 (Afonso e Gomes 2005: 340). Essa força chegou a atingir os 9 000 homens e Carlos Fabião, que se distinguiu como seu responsável na segunda comissão que cumpriu na Guiné, atribuiu-lhes 60% dos êxitos militares nesse território no final do conflito. Organizou-as de modo a ligar os soldados à sua terra natal. Para conhecer pormenores acerca da organização e desempenho destas forças, leia-se Antunes (1995: 363-367).

¹²⁷ Em 1965 foi criado, por Decreto Lei de 29 de Junho, o Centro de Instrução de Comandos em Angola. Nos três territórios em guerra, as companhias de comandos tiveram uma acção destacada. Na Guiné, os comandos vieram a constituir um batalhão comandado por Almeida Bruno (Carneiro, 2000: 94; Antunes, 1995, Vol.II: 713-722).

¹²⁸ Ver Fuzileiros na Guiné – Guerra Colonial (1961-1974), página consultada em 23 de Fevereiro de 2012 <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=318>.

portuguesas, particularmente na Guiné onde os militares locais podem ascender a oficial e, inclusive, comandar certas unidades, nomeadamente os comandos africanos.

Em suma, relativamente à incorporação e utilização de soldados africanos nas FAP durante as guerras entre 1961 e 1974, verifica-se que o Estado começa por não confiar nesses soldados para travar os primeiros anos de guerra. Em contrapartida, à medida que os conflitos se prolongam, os soldados africanos passam a ser considerados indispensáveis para suportar os esforços que as guerras significavam para Portugal. Manter a obrigatoriedade do serviço militar português para os africanos e aumentar o número de africanos a participar na guerra nas FAP são indicadores dessa tendência. Além desses factores, ao constituir forças de elite maioritária ou exclusivamente compostas por soldados africanos, incluindo os seus oficiais, e ao atribuir-lhes um papel de destaque no desenrolar de muitas operações, o Estado e as FAP não só manifestam depositar maior confiança nestes soldados, como revelam querer implementar um tipo de recrutamento onde a sedução, o comprometimento e a cumplicidade parecem ser as lógicas utilizadas ao incorporá-los na força colonial.

4. Combatentes Africanos na Imprensa Portuguesa

Para completar a análise apresentada até ao momento, centrada na forma como Portugal utilizou os combatentes africanos nas guerras que travou em Angola, em Moçambique e na Guiné, efectuou-se uma pesquisa empírica à imprensa portuguesa publicada entre o início da guerra até ao 25 de Abril de 1974. Isto porque as análises produzidas sobre esta matéria, como acabámos de verificar, preocupam-se, na sua maioria, com matérias de carácter militar privilegiando a apresentação de dados quantitativos em relação à incorporação de africanos nas FAP, à sua distribuição por diversas unidades militares e à sua utilização ao longo dos conflitos armados. Embora estas abordagens sejam fundamentais para entender o contributo desses homens na guerra, pretendia-se ter uma visão mais alargada do mesmo, nomeadamente quanto à forma como foram apresentados e representados pelo poder colonial.

Optou-se, então, por efectuar uma análise à imprensa porque os meios de comunicação exercem um papel fundamental na manipulação da opinião pública, nomeadamente durante regimes totalitários que nela investem para procurar eliminar

quaisquer representações e opiniões que desafiem as suas ideologias¹²⁹. Com esta análise, de carácter qualitativo e sem pretensões de exaustividade¹³⁰, esperava-se ter acesso a informações sobre os combatentes africanos que, deste modo, correspondessem à propaganda ideológica que o Estado Novo desejava promover na medida em que, como é do conhecimento geral, a imprensa foi objecto de censura, tal como aconteceu com outros meios de acção pública¹³¹. Em suma, esperava-se que a análise desse registo fornecesse elementos sobre a forma como esse mesmo regime pretendia posicionar os africanos no seu discurso colonial sobre a guerra.

Um dos aspectos a realçar da análise efectuada é que, desde o início dos conflitos, a imprensa nacional, embora não falasse declaradamente em guerra colonial, nem em guerra de ultramar ou de libertação, acompanhou, de perto, os conflitos. No dia a seguir aos ataques em Luanda, a imprensa informa que "Grupos Armados tentaram assaltar ontem em Luanda a Casa de Reclusão, o Quartel da PSP e a Emissora Nacional" (Diário de Notícias, 5 de Fevereiro de 1961: 1).

Em termos globais, o primeiro ano de guerra é muito rico quer quanto à quantidade de informação, quer quanto à diversidade de notícias sobre o conflito que, na época, só se verificava em Angola. Nos dias que se seguem às notícias relativas aos primeiros ataques assiste-se, contudo, a um período de silêncio na imprensa acerca dos mesmos. Estes só voltam a ser referidos no dia 23 de Fevereiro, no diário *O Século*, numa notícia de manchete que informa sobre os portugueses que morreram nos primeiros ataques em Angola e que vinham ser sepultados em Portugal¹³². A partir dessas datas, os conflitos

¹²⁹ Sobre o poder de manipulação dos mass media, particularmente em épocas de guerras, consulte-se Noam Chomsky (2003).

¹³⁰ Analisaram-se os diários *Diário de Notícias* e *O Século* ao longo de todo o primeiro ano de guerra. A partir de 1962 analisaram-se todos os meses de Junho do *Diário de Notícias*, alguns meses de Junho de *O Século* e outros meses seleccionados aleatoriamente para estabelecer um termo de comparação. Foi seleccionado o mês de Junho para ser objecto de uma análise sistemática por se tratar daquele em que se comemorava o dia de Portugal e, sendo assim, supôs-se que as comemorações registadas nesse dia seriam representativas de aspectos significativos da ideologia do regime.

¹³¹ Censura que não implicava, apenas, eliminar certos artigos ou parte deles, mas também previa a inclusão de artigos elaborados pelo regime. Acerca da censura implementada ao longo do Estado Novo veja-se Rosas (1994), Santos (2004) e Cabrera (2006). E relativamente à censura de notícias sobre a guerra, consulte-se João Paulo Guerra (2001).

¹³² No *Diário de Notícias* entre o dia 13 de Fevereiro e o dia 3 de Março não se noticiam os conflitos. Estes só reaparecem no dia 4 e 5 de Março com notícias relativas à trasladação dos corpos de Luanda para Lisboa dos militares que lá faleceram, e a uma homenagem prestada em Luanda aos militares que faleceram naquela cidade (4 de Março, 1961: 1; 5 de Março, 1961: 1; 6).

em Angola voltam a ser notícia, seguindo-se, mais tarde, as informações relativas aos conflitos na Guiné¹³³ e em Moçambique¹³⁴.

Ainda em termos gerais, identificou-se um conjunto de temas em relação à forma como a guerra foi contada, sendo que, alguns deles surgem desde o início da guerra, enquanto outros começam a ser objecto de atenção passados alguns meses.

Um dos temas que domina as notícias da guerra é a atribuição dos ataques, perpetrados pelos movimentos de libertação, a organizações terroristas. Estes ataques são, também, desde o início dos conflitos, imputados a estrangeiros, e, frequentemente, associadas ao apoio comunista vindo da China, de Cuba e da União Soviética. É igualmente muito frequente que os ataques dos movimentos de libertação sejam equiparados a actos de selvajaria, responsáveis por atrocidades indescritíveis. Muitas notícias consideram tratar-se de massacres e mesmo de genocídios praticados contra as populações portuguesas e africanas. Pontualmente, e sobretudo quanto aos primeiros ataques em Angola, informa-se que estas forças actuam sob influência de drogas, de álcool ou até mesmo de feitiçaria chegando-se, inclusive, a acusar alguns dos que os praticam de canibalismo.

Outro tema que domina a forma como se conta a guerra na imprensa é a ideia inabalável da defesa da manutenção de Portugal em África, ideia que, por sua vez, é apresentada em confronto com a pressão exercida por forças internacionais favoráveis à independência dos povos colonizados, nomeadamente a ONU.

Em contrapartida, as notícias que versam sobre a manutenção da presença portuguesa em África tendem a realçar os apoios internacionais que consegue reunir, recorrendo a relatos e a opiniões de jornalistas e de políticos estrangeiros favoráveis ao domínio português.

A presença portuguesa nos países em guerra é também apresentada como uma ideia aprovada por forças locais, nomeadamente autoridades locais, administrativas e religiosas, que se mostram cúmplices das autoridades portuguesas¹³⁵.

¹³³ Apesar de já se terem registado anteriormente acções anticoloniais na Guiné, os conflitos que marcam o início da guerra registaram-se em Janeiro de 1963, com ataques do PAIGC à guarnição militar de Tite e emboscadas na região de Bedanda (Afonso e Gomes, 2005: 100).

¹³⁴ As acções violentas têm início em Moçambique a 21 e 24 de Agosto de 1964 pelos movimentos independentistas MANU e UDENAMO em Cabo Delgado. Só no dia 25 de Setembro desse mesmo ano é que a FRELIMO desencadeia as suas primeiras operações armadas e proclama ser essa a data do início do conflito (Garcia, 2003: 179; Bernardo, 2003: 21-23).

As populações locais são também apresentadas, não raras vezes, como leais e fiéis a Portugal sendo notícia de actos de bravura e de heroicidade em sua defesa, arautos da ideologia multirracial que se apregoa em relação à África portuguesa.

A par destas temáticas surgem as notícias centradas nas forças militares portuguesas. Estas informam sobre o envio de contingentes de soldados de Portugal para África, sobre os desfiles que efectuam à sua partida e à sua chegada, e sobre a organização das forças operacionais em África, nomeadamente a incorporação de voluntários nos territórios em guerra.

As operações militares portuguesas nos territórios também são notícia. Mas, entre elas predominam a descrição das operações de recuperação de zonas ocupadas pelas forças de libertação, de apreensão de materiais e equipamentos dos adversários, e do número de mortes, feridos e fugas das forças operacionais dos movimentos de libertação. Ao longo da guerra, a ideia do reestabelecimento da ordem, em zonas onde se tinham desencadeados ataques, é uma constante. Constatase, ainda, que a morte de combatentes das FAP em combate é objecto de alguma divulgação, destacando-se, particularmente, as notícias que informam sobre as homenagens prestadas aos mesmos.

Um conjunto significativo de notícias informa sobre as condecorações atribuídas aos combatentes, onde se identificam os soldados agraciados e se descrevem os comportamentos que justificam as medalhas conferidas, algumas delas entregues às viúvas ou às mães e aos filhos dos mesmos, caso sejam dadas a título póstumo.

Também desde o início da guerra se verificou que os africanos são objecto de atenção nas notícias veiculadas sobre os conflitos. Uma das preocupações que parece orientar essas notícias é a de esclarecer o posicionamento da população africana face aos conflitos e, não raras vezes, estas aparecem associadas a temas como a ausência de discriminação racial por parte da administração portuguesa em África e o apoio da população africana à manutenção da sua presença nos territórios em guerra. E, como veremos, enquanto a guerra durou, os combatentes das FAP ocuparam um lugar de destaque na imprensa portuguesa.

Apesar das regularidades que encontrámos ao longo desta análise, é de notar que as primeiras notícias sobre o conflito em Angola são contraditórias no que respeita os seus protagonistas, nomeadamente no que toca o envolvimento de angolanos: umas insistem

¹³⁵ Como por exemplo autoridades locais, estudantes africanos, agricultores e outros trabalhadores refugiados da guerra, mulheres, crianças, etc..

que os primeiros ataques são perpetrados por assaltantes estrangeiros, que não falam português¹³⁶, enquanto outras especificam que, entre eles, existem homens oriundos de Portugal, outros naturais de Angola e também estrangeiros¹³⁷.

Apesar dessa imprecisão, as notícias tentam situar os africanos em relação à defesa da manutenção da presença portuguesa em África, procurando que não sejam exclusivamente associados aos ataques denominados terroristas. O mesmo acontece quando se divulgam os ataques de 15 de Março. Uma das manchetes de *O Século* ilustra esta tendência: "Os bandos de assassinos parece escarniçarem-se mais contra os negros num ódio que resulta de não encontrarem apoio entre os seus irmãos de raça, mas que são portugueses" (21 de Março, 1961: 1). Este tipo de descrições, que coloca africanos contra outros africanos, e outras notícias que descrevem situações onde africanos e europeus se apoiam mutuamente contra um inimigo comum, o 'terrorista', constitui uma das tendências que caracterizam os relatos que se vão publicando sobre a guerra.

Quanto aos combatentes africanos da força portuguesa, as primeiras reportagens encontradas que falam sobre o seu contributo nos incidentes datam, igualmente, do início dos conflitos registados em Luanda no dia 4 de Fevereiro de 1961. Na manchete do *Diário de Notícias*, do dia 8 de Fevereiro de 1961¹³⁸, pode ler-se: "Durante uma hora soldados africanos e europeus lutaram corpo a corpo contra os terroristas praticando actos de heroísmo" e a notícia informa que

[...] O alarme foi dado pelo soldado de cor Manuel Chingu, [...] [que] mostrando uma coragem excepcional e valentia quase incrível [...] já cercado pelos assaltantes e escorrendo sangue das catanadas, abriu caminho à coronhada até ao automóvel que se encontrava a duzentos metros do local e foi ao Quartel da Polícia e ao Quartel General contar o sucedido.

Aos outros dois soldados africanos são atribuídos o mesmo tipo de façanhas:

O cabo guarda Geovetti, de raça negra, ao aperceber-se da ocorrência, postou-se, de arma na mão, em frente da porta da Casa de Reclusão e aguentou com o corpo a onda de assaltantes, ficando quase esmagado contra os varões. Veio em seu auxílio o soldado de cor Sebastião Simão [...], à coronhada e em luta corpo a corpo, defenderam a entrada até à chegada de outros elementos.

¹³⁶ Segundo o *Diário de Notícias*, após o confronto "[...] muitos dos assaltantes presos, entre os quais alguns europeus, são estrangeiros e nem sequer falam português" (6 de Fevereiro de 1961: 1).

¹³⁷ A notícia de *O Século*, sobre o mesmo assunto, refere que entre os agitadores presos, três eram oriundos de Portugal, três eram angolanos e os restantes eram estrangeiros (7 de Fevereiro de 1961: 1, 12).

¹³⁸ *O Século* publica uma notícia sobre esses incidentes no dia 7 de Fevereiro desse ano.

No dia 10 de Fevereiro, o mesmo jornal publica, mais uma vez na primeira página, uma notícia que informa que quatro soldados africanos, "heróicos defensores da Casa de Reclusão em Luanda", foram promovidos, um deles a título póstumo. Notícias com o mesmo teor, onde se destaca o papel heróico dos combatentes africanos – nas notícias identificados como soldados de cor ou de raça negra - vão-se multiplicando ao longo dos relatos divulgados sobre as guerras¹³⁹.

O que não consta nas notícias da época são as retaliações, por parte de forças portuguesas, que entretanto se verificam, em Angola, logo após esses conflitos. Em Fevereiro, o Governo emite em Angola um aviso para evitar que a população portuguesa retaliasse, o que não impediu que, durante o funeral dos sete polícias que morreram nos primeiros ataques, grupos de milícias portuguesas atacassem musseques da periferia de Luanda¹⁴⁰, o que se repete um pouco por todo o norte de Angola após os ataques de 15 de Março, deixando vítimas incontáveis (Antunes, 1995: 15-17).

A par da omissão destes e de outros episódios¹⁴¹ que comprometiam a imagem que interessava veicular sobre a presença de Portugal em África, a propaganda colonial proclamava a ideia do espírito multirracial promovido pela suposta implementação de uma política integracionista e assimilacionista. As notícias que acompanham, desde início, os conflitos em Angola, manifestam claramente este tipo de propaganda, ao expor, insistentemente, imagens e discursos que revelam um vasto conjunto de manifestações de relações de igualdade entre portugueses e africanos.

Mesmo antes da revogação dos vários estatutos que constituíam instrumentos legais de discriminação e de exploração dos africanos, o discurso da propaganda colonial vai nesse sentido. As descrições divulgadas na imprensa da visita a Luanda de Adriano

¹³⁹ Notícias que descrevem diversos acontecimentos, nomeadamente a atribuição de medalhas, de condecorações e de prémios, a descrição das chamadas operações de limpeza ou de reestabelecimento da ordem e da tranquilidade nas zonas recuperadas pelas forças portuguesas, entre outras.

¹⁴⁰ No dia 6 de Fevereiro "A Polícia de Segurança Pública de Luanda cercou os musseques onde são efectuadas mais de 3.000 prisões das quais resultaram cerca de 50 desaparecidos. Nos dias que se seguem aos ataques da madrugada de 4 de Fevereiro, verifica-se uma frenética e desvairada "caça ao homem". Ecoavam por toda a cidade gritos de «mata que é turra!, agarra que é Lumumba!, mata esse filho da puta!» Algumas fontes indicam que nos dias 5 e 6 foram massacrados 3.000 africanos em Luanda" (Brandão, 2008). Sobre estes acontecimentos, ver também Acácio Barradas (2001: 455-463).

¹⁴¹ Por exemplo, os conhecidos massacres de Wiriyamu divulgados sobretudo pela imprensa britânica umas semanas antes da visita de Caetano a Londres, e que a imprensa portuguesa tenta desmentir inclusive atacando a sua credibilidade. Para um esclarecimento sobre este assunto e a sua influência nas relações luso-britânicas, consulte-se Pedro Oliveira (2007).

Moreira¹⁴², recém-nomeado ministro de Ultramar¹⁴³ revelam essa preocupação. Em primeiro lugar, essa visita acontece três meses após os primeiros incidentes, mas é nas notícias que a acompanham que é publicada a primeira fotografia de um soldado africano desde que começou o conflito¹⁴⁴. Nessa foto, publicada na primeira página do *Diário de Notícias* do dia 16 de Maio de 1961, que retrata Adriano Moreira e um africano, pode ler-se: "o Ministro do Ultramar conversando com um oficial preto que perdeu um braço em defesa da Pátria". Nessa notícia domina a ideia do africano que defende a nação portuguesa e não se deixa tentar pela propaganda então denominada terrorista.

Ao longo da guerra, este tipo de notícias que apresenta, sob as mais diversas manifestações, o africano, soldado ou civil, a oferecer a sua lealdade à pátria, será muito frequente. Entre elas, destacam-se as descrições de inúmeras cerimónias que representam a recuperação de zonas ocupadas, onde o africano aparece como um dos seus protagonistas ao desempenhar um acto representativo de soberania nacional que é o de hastear a bandeira portuguesa.

Entre as reportagens que descrevem operações onde se destaca o protagonismo de soldados africanos, não foram encontradas notícias acerca dos Fiéis e dos Leais, na imprensa consultada. Pelo contrário, são várias as que falam dos Flechas, o que pode, eventualmente, decorrer do facto destes serem de origem local, ao contrário dos outros. As suas competências de combate e de resistência são frequentemente destacadas em diversos tipos de notícias, nomeadamente na atribuição de prémios e de medalhas, ou em relatos de operações. A história de um flecha cujo título do artigo é "um herói negro o flecha «14» figura lendária no Leste de Angola" contada no *Diário de Notícias* é representativa da heroicidade que era atribuída a estes soldados:

O «catorze» é um negro, que, desde a primeira hora, tem lutado nas fileiras dos «flechas», combatentes portugueses africanos que escrevem, diariamente, no Leste, capítulos inteiros do que virá a constituir história no futuro. Pois o «catorze» é um chefe de grupo, conhecido por este nome desde que apreendeu, numa única operação, catorze armas ao inimigo. Foi ferido [...] numa emboscada. Transferido para Luanda tiveram de extrair-lhe um dos

¹⁴² Onde apresenta uma declaração política perante o Conselho Legislativo de Angola que revela manifestamente que a força seria a única solução possível para terminar com os ataques em Angola e manter os territórios africanos sob o domínio português. Ver principais pontos desse discurso em Antunes (1995: 21).

¹⁴³ Cargo que ocupou no dia 13 de Abril de 1961, até Dezembro de 1962.

¹⁴⁴ Tendo em conta unicamente os jornais analisados.

olhos. Mas regressou, pouco tempo depois, a Cangamba, para junto dos seus companheiros. Por distinção foi elevado ao posto de comandante de grupo. Dir-se-ia, porém, que o «catorze» ficara marcado com a perda da vista. Por lá andava, a tentar recompor-se, mas a sua estrela começara a perder o brilho antigo entre os seus homens. Ora isso para os flechas é mau. Porque eles mantêm, permanentemente vivo, marcado espírito de competição.

Descreve-se, depois, uma operação que envolveu o “Catorze” e o seu grupo durante sete dias, através de um percurso de 250 quilómetros e que resultou na apreensão de dezenas de materiais de guerra e na morte de sete guerrilheiros¹⁴⁵. O artigo termina com a seguinte frase: "Ele era o «catorze». Não se sabe exactamente, como irão chamar-lhe a partir de agora" (29 de Junho de 1972: 7).

As competências de combate e de resistência atribuídas a combatentes africanos, divulgadas na imprensa da época, coincidem com aquelas que são apresentadas em testemunhos de antigos combatentes de origem europeia¹⁴⁶. É o caso de Oscar Cardoso¹⁴⁷, ex-capitão miliciano em Angola e oficial da PIDE que formou os primeiros Flechas e que, segundo Jorge Ribeiro, conseguiu transformar

[...] homens de metro e meio de altura, nus e subalimentados, sem saberem uma palavra de português, caçando com arco e fazendo fogo por fricção, em resistentes e sanguinários soldados especiais, manejando espingardas e com ódio de morte aos seus próprios irmãos (*apud* Ribeiro, 1999: 68).

Ódio que, segundo Oscar Cardoso, era motivado pelo regime de escravidão, ao qual eram sujeitos por outros africanos. Oscar Cardoso afirmava que estes combatentes, e os Grupos Especiais, capturavam guerrilheiros, "[...] mas havia uma dificuldade muito grande em trazer o prisioneiro. A tendência era matá-lo. Acontecia várias vezes, quando as nossas tropas chegavam, que os tipos já não tinham orelhas, já não tinham nada" (Antunes, 1995: 407- 408). Práticas semelhantes foram identificadas noutra território, em Moçambique. Manuel Lobão, comandante de um Grupo Especial, recorda que estes combatentes tinham

[...] um ritual macabro, que para minha surpresa rapidamente se espalhou pela tropa da metrópole: consistia em cortar as orelhas ou os pénis aos guerrilheiros

¹⁴⁵ No artigo em causa, a palavra utilizada é terroristas.

¹⁴⁶ Testemunhos que, apesar de terem sido publicados após o final da guerra, revelam opiniões daqueles que combateram junto com soldados africanos e que poderão ter contribuído para a formulação e divulgação de representações acerca desses combatentes africanos nessa época.

¹⁴⁷ Inspector da PIDE/DGS criou os primeiros Flechas em 1967. Para conhecer como formou e utilizou esta força especial leia-se Antunes (1995: 401-412).

mortos em combate e depositá-los em frascos com formol ou álcool, como trofeus de guerra (Ribeiro, 1999: 86).

Este comandante, ao mesmo tempo que confessa que estes sujeitos se embriagavam e consumiam liamba "[...] que fumavam muito. Sobretudo no fim das operações" realça o carácter excepcional de um dos elementos desse mesmo grupo:

Levei do Dondo 47 homens voluntários, com idades compreendidas entre 18 e 66 anos, muitos deles desertores da FRELIMO, a que se juntou uma lenda viva do Niassa e dos GE: o preto «Big one», com 66 anos de idade, uma força no mato como eu nunca vi, um «Rambo» de luxo, equiparado a sargento ajudante. Só se alimentava de raízes de milho. Foi ele que me ensinou a andar no mato (Ribeiro, 1999: 86).

Representações, como as que são atribuídas a este militar, que enaltecem as capacidades de combate e de disciplina do soldado africano e que, ao mesmo tempo, lhe atribuem qualidades de homem naturalmente selvagem e primitivo, não são exclusivas do tempo das últimas guerras que o regime colonial português travou em África. Já em 1951, quando a política colonial se vira obrigada a reforçar a propaganda que sustentava a ideia de uma nação multi-racial, se atribuíam competências excepcionais e naturais aos soldados africanos. É o caso da opinião do Coronel Alfredo Esteves num artigo que publicou na Revista Militar onde atestava que

O soldado indígena Moçambicano tem tradições de raça, é robusto e guerreiro nato; facilmente disciplinado e adaptável, apreende bem e sendo companheiro dedicado no trabalho é capaz de grandes cometimentos. O amor e a lealdade das populações indígenas e o seu valor combativo muito têm contribuído para a defesa da província contra perigos internos e externos, como comprovam os milhares de vidas que pagaram o pesado tributo à Pátria nas campanhas de ocupação e nos campos do Niassa durante a primeira guerra Mundial (Moutinho, 2000: 57).

Este tipo de caracterizações reflectem as imagens que se vão construindo acerca do combatente africano e que, ao longo das guerras de libertação, representam exemplos de valentia, responsabilidade, coragem, solidariedade para com os seus companheiros de armas sejam eles europeus ou africanos, e exemplos de obediência e de dedicação em relação aos seus superiores. Entre as notícias divulgadas, que procuram revelar o espírito de sacrifício e de entrega totais dos combatentes africanos à causa portuguesa em África, destacam-se as que pretendem demonstrar que o combatente africano se entrega à luta até às suas últimas consequências, sacrificando a sua integridade física e mesmo a sua vida para defender a nação portuguesa.

Neste regime de discursividade e de visibilidade, transmite-se uma imagem de cumplicidade dos africanos em relação à defesa de Portugal nos territórios em guerra, imagem que se manifesta muito particularmente nos prémios e nas condecorações que receberam ao longo da guerra e nas homenagens e cerimónias nas quais participaram.

Uma dessas situações foram os prémios dos governadores de Angola, de Moçambique e da Guiné que ofereciam uma viagem a Portugal. Esses prémios eram destinados a qualquer cidadão, civil ou militar, pelas suas acções de apoio a Portugal. Muitos dos que obtiveram esse prémio eram de origem africana e, entre eles, muitos eram militares¹⁴⁸.

A divulgação de outras cerimónias, como os juramentos de bandeira, imposição de insígnias, atribuição de medalhas foram momentos simbólicos significativos de representação dos que eram, na imprensa, considerados heróis da pátria, representações que remetem para a ideia de comprometimento dos combatentes africanos com o domínio colonial. Entre as descrições de muitas dessas cerimónias, o juramento de bandeira de duas companhias de comandos africanos e a promoção de oficiais e sargentos da mesma força, presidida pelo governador e comandante-chefe, o General Spínola, é das mais representativas quanto à ideia de convivência dos soldados africanos em relação ao domínio português em África difundidas na imprensa. Nessa cerimónia, Zacarias Saiegh, que chegou a capitão da primeira companhia de comandos africanos, é identificado como uma das individualidades presentes incumbidas de discursar. A descrição dessa cerimónia é publicada no *Diário de Notícias* do dia 9 de Novembro de 1971 num artigo que tem como título um excerto do discurso proferido por Spínola: "Numa significativa cerimónia em Bissau a Força Africana é um passo bem claro no caminho de uma Guiné Governada pelos seus filhos, mas inserindo-se no quadro estrutural da Nação Portuguesa". A este título seguem-se partes de um discurso outorgado ao combatente Zacarias Saiegh¹⁴⁹, promovido a tenente nesse mesmo dia. Entre as partes publicadas destacamos a passagem que se segue:

¹⁴⁸ A viagem a Portugal, oferecida pela TAP, era atribuída a quem se evidenciasse por actos de bravura e de heroicidade. Segundo o que se divulgou na imprensa, muitos desses prémios foram atribuídos a militares africanos e entre eles os Flechas estiveram entre os mais contemplados. Alguns desses combatentes até o receberam em Lisboa pela mão do ministro do Ultramar. Este prémio foi divulgado ao longo da guerra e nas informações sobre o vencedor constava não apenas o seu nome, como também a sua fotografia e a descrição das acções pelas quais ganhou o prémio.

¹⁴⁹ Segundo os dados disponíveis, este combatente viria a ser fuzilado após a retirada dos portugueses da Guiné. Ver lista em Bernardo (2007: 145).

A razão é nossa companheira e a luta é justa. Temos orgulho em ser os guardiões da vontade do povo. Nós somos a força africana, a força do povo, porque o defendemos, porque dele saímos e porque é por ele que lutamos. Meu General, o nosso muito obrigada por nos ter feito renascer o orgulho de sermos africanos. E afinal, camaradas, quem serão os verdadeiros revolucionários? Nós, ou os nossos inimigos? Eles que combatem o povo, em nome da liberdade, ou nós, que combatemos pela liberdade do povo? Portugal aceitou-nos tal como somos e tal como somos queremos continuar dentro da grande família portuguesa (1971: 10,16).

Este discurso, cuja autoria é atribuída a um africano, oficial do exército português que combate na sua terra natal, coincide com o discurso colonial que durante a guerra precisava de encontrar aliados africanos. Até porque este é um dos princípios estratégicos utilizados contra a denominada guerra subversiva, e que implica, antes de mais, a necessidade de conquistar as populações locais. Este discurso constitui, também, um exemplo elucidativo da forma como se divulgava a política integracionista que o poder colonial proclamava implementar na África então portuguesa, neste caso através do combatente africano das suas Forças Armadas.

Outro dos eventos que melhor representa a divulgação de imagens que apresentaram o africano como um cidadão português exemplar manifestou-se na exibição do combatente africano das FAP em momentos significativos de exaltação e reforço da ideologia imperial e integracionista do regime. O 10 de Junho representou, por excelência, um desses momentos. Segundo Fernando Rosas, o 10 de Junho passou a comemorar a "[...] expressão das virtudes dessa tal «raça lusitana» [...] após o início da guerra colonial, o emblema do nacionalismo colonialista que se batia em África pela defesa do ultramar [...]" (*apud* Ribeiro, 1999: 14). Dia em que simultaneamente se comemoravam a raça, a identidade nacional, as glórias do império e das Forças Armadas, condecoravam-se, publicamente, em Portugal e nos territórios africanos sob domínio português, soldados que se tinham destacado em combate, entre os quais soldados africanos que, em certos casos, viajavam para Lisboa para esse efeito¹⁵⁰. Duas das comemorações que melhor retratam esta tendência foram as do dia 10 de Junho de 1967 e de 1969¹⁵¹. Na primeira, Mamadu Jaló, soldado africano, natural da Guiné, está

¹⁵⁰ O dia 10 de Junho de 1963 assinala a primeira dessas cerimónias militares no Terreiro do Passo, a qual se repetiria todos os anos até 1973 (Afonso e Gomes, 2005: 218-219).

¹⁵¹ Entre outras como as comemorações de 10 de Junho de 1970 onde foram condecorados com a Torre e Espada o capitão graduado João Bacar Jaló e o Furriel Cheme Sissé (Diário de Notícias, 12 de Junho de 1970: 1). João Bacar tinha sido já referido no dia 15 de Junho de 1965, por ter recebido das mãos do ministro Silva Cunha a espada de

em Lisboa para receber a medalha de valor militar pelas mãos do próprio Presidente do Conselho. A legenda da fotografia do *Diário de Notícias*, onde ele, e o capitão Jorge Monteiro, natural de Caldas de Felgueiras aparecem, diz: "A Cor não é fronteira dentro das fronteiras da Pátria. Ambos foram valentes, dedicados, inexcelíveis" (12 de Junho de 1961: 1).

Esta situação repete-se nas cerimónias oficiais do dia 10 de Junho de 1969, quando o 2º Sargento Marcelino da Mata¹⁵², também originário da Guiné, vem receber a Lisboa a mais alta condecoração do Exército português: a Torre e Espada. Esta cerimónia é descrita, dois dias depois, com a manchete «Manhã dos Heróis» que intitula a notícia onde pode ler-se "o Presidente de todos os portugueses entrega o galardão maior a um soldado africano pelos seus feitos na Província da Guiné"; e ainda "Soldados de Portugal. Corre em vosso sangue o sopro heróico dos bravos portugueses que cimentaram a independência ao longo dos séculos" (*Diário de Notícias*, 12 de Junho de 1969: 1, 17).

As imagens e representações que acabámos de apresentar a respeito do combatente africano decorrentes da análise efectuada permitem-nos concluir, a título exploratório, que, mais do que procurar apresentar estes homens como exemplos de africanos comprometidos com a guerra e cúmplices da manutenção do domínio português em África, a lógica utilizada foi a de exibí-los como um dos seus mais fiéis representantes.

5. Conclusão: combatentes africanos, protagonistas da história do fim do império

A análise apresentada permite avançar com duas considerações. Por um lado, que o Estado português foi ajustando e reajustando, reactivamente, a sua política colonial, relativa à incorporação e utilização dos africanos nas suas Forças Armadas, conforme as suas necessidades e os obstáculos que foi enfrentando ao longo da sua presença em África, mas também em função da forma como foi interpretando os povos africanos e como se foi relacionando com eles. Por outro lado, alguns dados sugerem que o

alferes (*Diário de Notícias*: 12). Morreu em combate no dia 16 de Abril de 1971. Ver *Pequena Biografia de um Herói – João Bacar Jaló*, página consultada em 15 de Janeiro de 2012 http://ultramar.terraweb.biz/CTIG/Imagens_CTIG_CapitaoJoaoBacarJalo.htm.

¹⁵² A residir em Portugal, o alferes Marcelino da Mata é descrito como “[...] um supermedalhado do Exército, detentor da Torre e Espada, comandou grupos especiais de negros em múltiplas acções de combate e destaca o esforço desses homens, que se sentiam portugueses. Foi um dos expedicionários a Conakry. Veio para Lisboa numa maca” (Antunes, 1995: 547).

discurso colonial português usou o soldado africano para legitimar a sua presença em África.

Quanto à primeira ordem de considerações, os dados disponíveis permitiram apurar que o Estado foi alterando o tipo de recrutamento e a quantidade de africanos nas suas Forças Armadas, bem como as suas funções, de acordo com uma conjugação de condicionalismos com que foi confrontado. O aumento da concorrência europeia pela ocupação colonial, e o aumento da resistência dos povos africanos à presença portuguesa, mas também as relações que Portugal foi estabelecendo com diversas forças africanas e o grau de confiança que ia depositando nos soldados locais são alguns dos factores que permitem compreender as oscilações que o tipo de recrutamento e o número de africanos no exército português foram sofrendo nas diversas guerras que Portugal travou em África.

O que se destaca da análise apresentada é que o aumento e a intensificação das ameaças às posições portuguesas em África ora deram lugar ao aumento de efectivos africanos nas FAP ora, pelo contrário, resultaram na sua redução. Constatou-se, também, que, por vezes, a força portuguesa recorreu, predominantemente, a exércitos locais, enquanto outras vezes optou, preferencialmente, por utilizar corpos expedicionários de Portugal ou por transferir soldados locais de umas colónias para outras. Estas opções não se compreendem sem atendermos que o domínio colonial foi estabelecido, também, à custa de cumplicidades entre forças africanas e o poder colonial, bem como de acordo com a forma como o poder colonial foi construindo e reconstruindo a sua interpretação do africano colonizado na relação colonial.

Assim, se por um lado o aumento do número de efectivos africanos no exército português seguiu, sem dúvida, uma lógica económica de redução dos custos da guerra, por outro lado a sua diminuição parece decorrer de outras lógicas. A redução do número de soldados locais não sucedeu unicamente em momentos menos conflituosos e foi, frequentemente, acompanhada pelo aumento das forças expedicionárias de Portugal ou de forças transferidas entre colónias. Por sua vez, o número reduzido de africanos no exército português não equivaleu sempre a um número reduzido de africanos a combater junto das forças portuguesas. Antes das últimas guerras coloniais, nomeadamente nas chamadas ‘campanhas de pacificação’, recorreu-se, com muita frequência, a exércitos locais compostos, muitos deles, exclusivamente por africanos. E, durante as últimas guerras coloniais, recorreu-se a forças irregulares e a milícias que não entravam no cômputo total das FAP. Deste modo, a variabilidade do número de efectivos africanos

nos exércitos portugueses ao longo das guerras, bem como os valores que atingiram em cada um dos territórios em particular, além de obedecerem a critérios económicos parecem, também, relacionar-se com o grau de confiança que Portugal e as suas Forças Armadas depositaram nesses soldados.

Por sua vez, a quantidade de soldados africanos nos exércitos portugueses também dependeu da maior ou menor adesão dos próprios africanos no cumprimento do serviço militar português, sobretudo até ao momento em que este se tornou obrigatório.

Esta interpretação revela, assim, por um lado, que a dominação colonial não se construiu exclusivamente através da força e, por outro lado, que dependeu das realidades africanas com as quais teve que interagir para conquistar e ocupar os territórios africanos. A negociação, entre a potência colonial invasora e outras forças que pré-existiram a sua ocupação, alimentada e sustentada por cumplicidades que se formaram e forjaram à medida que o poder colonial português avançou e se estabeleceu em África, é outro processo que assistiu o domínio colonial. Em termos gerais, as relações coloniais entre o poder colonial e as autoridades, os soldados e os exércitos africanos configuraram-se com base em diversos jogos de interesses entre as partes envolvidas.

Deste modo, ao contrário da concepção colonial de África representada, na cosmovisão europeia clássica e moderna, como um continente vazio, sem história, cuja integração na dinâmica civilizacional, sustentada pela ideia de progresso, seria apenas possível através da intervenção colonial (Gomes e Meneses, 2011), a conquista e ocupação coloniais portuguesas em África constituíram-se com base na interacção e negociação entre a força invasora e forças africanas num território onde, antes da presença portuguesa, já existiam conflitos decorrentes de conquistas territoriais.

Esta leitura da ocupação colonial portuguesa em África vai ao encontro da perspectiva de Isabel Castro Henriques segundo a qual, sobretudo desde o século XIX, quando África se torna indispensável para o reposicionamento de Portugal na corrida da Europa imperial para esse continente, se verificou "[...] a necessidade de construir e de consolidar um certo número de mitos relativos à presença portuguesa em África, destinados a explicar e a justificar as acções e a permanência lusas nessa região do mundo, particularmente a partir da década de 50, quando se inicia em África, o processo

das independências." (2004: 302)¹⁵³ Um desses mitos diz respeito à conquista e ocupação portuguesas em África. Para a autora a "[...] necessidade de ocupar (pela força) e de "pacificar" põe em evidência o controlo africano dos seus próprios espaços, apresentando o português como o intruso que efectivamente é e desmonta simplesmente o mito da presença multiseccular dos portugueses em África" (2004: 306).

A leitura apresentada vai, ainda, ao encontro de outros mitos identificados e desmontados por Henriques, nomeadamente o da capacidade dos portugueses de se cruzarem harmoniosamente e sem conflito, e da ausência de racismo dos portugueses. Ao mesmo tempo, representa alguns dos princípios essenciais da ideologia colonial portuguesa como a pretensão da superioridade do 'branco' em contraste com a inferioridade do 'negro/primitivo' e a ideia de missão civilizadora do português que legitimam as suas reivindicações e acções em África (2004: 304)

Estes mitos e princípios ideológicos coloniais são particularmente visíveis no aparelho legislativo que distinguiu os africanos dos europeus, mas também na forma como se recrutou e se utilizou o soldado africano nas forças portuguesas. Por um lado, estes processos recorreram, com frequência, à força e à coação, desmontando assim o mito da capacidade do português se relacionar sem conflito. Por outro lado, foram processos que se basearam na ideia de inferioridade do africano. Este é, nas Forças Armadas, considerado, frequentemente, incapaz de pertencer à instituição militar já que é descrito como indisciplinado e sem habilidade para utilizar armas. O africano soldado é, por sua vez incorporado e utilizado com base na lógica da subalternização e da inferiorização. Raramente pode ascender às patentes mais elevadas na hierarquia militar e, por ser objecto de suspeição, não pode formar unidades militares de importância maior a nível operacional. Mas, tal como a forma como foram interpretados os africanos na lógica colonial, o soldado africano é, ao mesmo tempo, considerado reformável (Bhabha, 2005b: 165), ou seja capaz de ascender à civilização, neste caso através do serviço militar que disciplina, nacionaliza e forma.

Deste modo, o serviço militar, como outras instituições coloniais, sustentou-se num dos pilares fundadores da relação colonial que consistiu em transformar a África num espaço de diferença ontológica no qual o africano, além de diferente, passa a ser

¹⁵³ Sobre o conjunto de mitos que autora identifica e desmonta, e que sustentaram o colonialismo português ver Henriques (2004: 299-318).

também inferior. É esta inferioridade, baseada na bipolaridade estabelecida entre ‘civilizados’ e ‘indígenas/selvagens’, que autoriza não só a hierarquização, a exploração e a subalternização, como a ‘missão’ colonial de levar a civilização aos colonizados (Césaire, 1978).

Quanto à segunda ordem de considerações relativa à utilização do soldado africano como representação legitimadora do poder colonial português em África, a análise apresentada revela como o discurso colonial recorreu à construção de estereótipos de modo a sustentar o seu domínio. Esta estratégia do discurso colonial é analisada por Homi Bhabha, em *A Questão Outra* (2005b), onde demonstra como as imagens da figura do Outro estão sempre minadas por um estereótipo informado por uma normalidade imposta pelo poder colonial que produz a dominação, a resistência ou a dependência dos colonizados sob a ideia do "fetiche". Para este autor, “o objectivo do discurso colonial é construir o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial a fim de justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e educação” (2005b: 149). Nessa construção, o Outro, o colonizado, é, ao mesmo tempo, “[...] um “outro” totalmente cognoscível e visível. Assemelha-se a uma forma de narrativa em que a produtividade e a circulação dos sujeitos e signos surgem ligados a uma totalidade reformada e reconhecível (2005b: 149). Um dos argumentos centrais de Bhabha em relação ao estereótipo está contido no título de Fanon *Pele Negra, Máscaras Brancas* em que a recusa da diferença transforma o súbdito colonial em inadaptado – numa imitação grotesca ou num “duplo” que ameaça cindir a alma e toda a pele, indiferenciada, do ego (2005b: 155). Deste modo, o estereótipo fornece o conhecimento da diferença, ao mesmo tempo que a recusa ou a máscara.

O argumento central de Bhabha, em relação ao poder do estereótipo no discurso colonial, é o seu carácter ambivalente. Apesar de situar o colonizado num conjunto amplo de posições em conflito e de optar por determinados posicionamentos conforme as conjunturas históricas, o estereótipo irá fornecer uma “identidade” colonial aos sujeitos coloniais. Neste sentido, “O negro é a um tempo selvagem (canibal) e, contudo, o mais obediente e digno dos servos [...] é místico, primitivo, pobre de espírito e, contudo, o mais mundano e perfeito mentiroso, um manipulador das forças sociais” (2005b:165).

Ao mesmo tempo Bhabha defende que, no discurso estereotipado, “o nativo é progressivamente reformável sob determinadas condições de domínio e de controlo coloniais. Deste modo, ao recusar aos colonizados as capacidades de auto-governo,

independência e modos ocidentais de civilidade, confere autoridade à versão e missão oficiais do poder colonial (2005b: 165).

Nesta óptica, o estereótipo consegue imputar a responsabilidade do próprio domínio colonial à população colonizada por considerá-la, simultaneamente, “causa e o efeito do sistema, encerrada que é no círculo hermenêutico. Aquilo que é visível é a necessidade de tal domínio, justificado por essas ideologias de aperfeiçoamento moralista e normativas como a Missão Civilizadora ou o Fardo do Homem Branco (Bhabha, 2005b: 166).

Assim, verificou-se que, embora o combatente africano não tenha constituído, em termos gerais, a força sobre a qual recaiu o maior esforço de guerra entre 1961-1974, constituiu uma das figuras utilizadas pelo discurso colonial para legitimar a manutenção do seu poder em África.

O que importa realçar nesse discurso é a tentativa de transformar esses combatentes africanos em sujeitos activos da história dessa África então portuguesa onde o poder colonial, armado, lutava contra aqueles que dele se tentavam libertar. Até ao início da guerra, a imagem que persistia do africano, como nos revela Henriques, é aquela em que “[...] os africanos eram considerados como seres inferiores, sem história, sem civilização, sem capacidade de mobilização e de intervenção no seu próprio processo evolutivo” (2004: 299). Como se pôde verificar nalguns excertos apresentados, o combatente africano das FAP é descrito como um sujeito que apresenta características físicas e intelectuais que permitem, ao poder colonial, transformá-lo ou seja reformá-lo numa força militar ao serviço da defesa dos territórios portugueses. Em certos casos, algumas dessas características, bem como certas práticas e rituais que lhe são atribuídos, não se distinguem substancialmente daquelas marcas que permitiam construir o estereótipo do escravo ou do indígena, sujeitos primitivos, selvagens que só o sistema colonial poderia salvar, civilizando através da religião ou do trabalho.

Contudo, o que a análise apresentada também sugere é que, a partir do início das guerras, com a progressiva africanização das tropas portuguesas e com a visibilidade crescente concedida aos combatentes africanos e às suas virtudes heróicas, promovidas e exaltadas publicamente, a propaganda colonial procurou que o africano fosse representado como um dos defensores da manutenção do domínio português em África. Neste sentido, o poder colonial reformulou os estereótipos do africano de modo a ajustá-los aos constrangimentos que se colocavam à manutenção do seu regime.

Antes de mais, o recrutamento de africanos e o tipo de organização militar implementado pelo poder colonial, que privilegiou a criação de unidades mistas de combate, compostas por africanos e europeus¹⁵⁴, e que graduou e condecorou combatentes africanos, serviu para dar resposta a exigências particulares colocadas pela guerra de guerrilha. Mas, ao mesmo tempo, a propaganda ideológica implementada sugere que o processo de africanização da força portuguesa serviu, igualmente, para manifestar, à nação portuguesa - que nela incluía os territórios africanos ocupados - e à comunidade internacional, a aplicação de uma política integracionista adequada a uma nação pluricontinental e pluri-racial.

Ao apresentar o combatente africano como um sujeito no qual as Forças Armadas e o Estado portugueses depositavam a sua total confiança, e ao caracterizá-lo como um soldado disciplinado, obediente, leal e agraciado com as mais altas condecorações do Exército, o poder colonial português renovou argumentos para reivindicar e legitimar a sua dominação em África. Desta vez, ao promover a ideia de que a África-portuguesa era defendida por combatentes africanos, o argumento que o poder colonial utiliza para justificar a manutenção do seu domínio é atribuído, em parte, aos "filhos da terra".

Para compreender este regime de discursividade e de visibilidade do soldado africano, torna-se ainda pertinente recorrer à análise de Edward Said proposta na sua obra *Orientalismo*, relativamente aos mecanismos de dominação e de configuração de imagens utilizados nos processos de colonização. Nessa análise, o Outro é objecto de uma construção que o reifica em representações que pouco ou nada correspondem à realidade. Essas representações, que consistem em invenções do Outro, foram necessárias, quer para subalternizar o colonizado, quer para o próprio processo de auto-definição do Ocidente. A construção do Outro, por diferenciação e inferiorização, é, para este autor, uma espécie de imagem invertida do colonizador que, por oposição se define como superior, desenvolvido, racional e humanitário, imagem que, por sua vez, é utilizada para legitimar as práticas discriminatórias impostas pelo Ocidente imperial.

Mas é, mais uma vez, a leitura que Bhabha propõe ao título de Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que é particularmente sugestiva para compreendermos estes

¹⁵⁴ Embora, no caso português, existissem unidades compostas exclusivamente por contingentes locais africanos - incluindo os seus oficiais, como foi especialmente o caso de comandos africanos da Guiné-Bissau -, e unidades em que apenas os oficiais e sargentos eram de origem portuguesa, as unidades de guarnição normal eram mistas (Portugal. Estado Maior do Exército, 1988: 120, 336).

estereótipos. Para Bhabha esta imagem de alienação cultural, contida naquele título, significa “[...] não o Eu e o Outro, mas a alteridade do Eu inscrita no palimpsesto perverso da identidade colonial” (2005: 75). De acordo com esta abordagem, esta figura do colonizado representa, no discurso colonial, uma “[...] imagem duplicadora, dissimuladora do ser em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo [...]” (2005:76). Nessa imagem, “Não é o Eu colonialista nem o Outro colonizado, mas a perturbadora distância entre os dois que constitui a figura da alteridade colonial – o artifício do homem branco inscrito no corpo do homem negro” (Bhabha, 2005: 75).

Partindo desta sugestão, é difícil não ver nestes soldados, cuja visibilidade foi encenada e exibida repetidamente no discurso colonial, esta imagem duplicadora do português colonizador inscrita, pelo menos em termos de retórica corporal, no africano soldado da força colonial. Contudo, o combatente africano - parafraseando mais uma vez Bhabha – [...] “quase o mesmo mas não tanto [...]. Quase o mesmo mas não branco [...]” (2005: 135), pode também ser interpretado como uma forma de identificação dividida, irônica e subversiva.

Bhabha situa esta contradição na própria enunciação colonial, que gera, assim, identificações camufladas, incompletas e indefinidas, que correspondem a um mimetismo ameaçador que “ao expor a ambivalência do discurso colonial também disrompe a sua autoridade” (Thomas, 2005: 184-185). Neste sentido, estas imagens miméticas, que não são meramente reprodutoras mas podem corresponder a um processo de apropriação corrosivo da autoridade colonial, constituem, por seu turno, uma proposta que impossibilita qualquer tipo de binarismo entre o mesmo e o outro.

Assim, de acordo com estas perspectivas, se os estereótipos, construídos e divulgados pelo poder colonial, servem o seu domínio, eles podem, ao mesmo tempo, constituir expressões de hibridez ou de mimetismo que desafiam e perturbam esse mesmo poder que os criou.

Apesar do eventual carácter subversivo e perturbador destes estereótipos, estas perspectivas partem do pressuposto que é no terreno definido pelo opressor que eles se constroem, presumindo, deste modo, que são pura e simplesmente construções impostas pelo poder colonial. Na mesma lógica de Gayatri Spivak, embora através de argumentos diferentes, estas perspectivas acabam por assumir que o colonialismo é de tal modo invasor que os colonizados se vêem privados “do fundamento a partir do qual poderiam articular palavras confrontacionais” (1988: 307).

Ver as respostas dos colonizados exclusivamente nestes termos é excluir a possibilidade dos mesmos terem alguma independência em relação às enunciações do colonialismo de forma que o seu mimetismo não seja apenas interpretado como uma rendição necessária ao poder colonial. A análise deste capítulo só nos permite, contudo, sugerir esta possibilidade em termos hipotéticos e deixar sem resposta esta dúvida em relação ao discurso colonial: a de saber como esse discurso foi projectado e recebido em África e, sobretudo, como influenciou as auto-percepções dos próprios africanos nomeadamente dos soldados africanos que são vistos e sabem que são vistos, que são exibidos e que se exibem, nos desfiles, nas comemorações, na entrega de medalhas e de prémios, locais vários de onde se retroprojectam.

O que as considerações apresentadas nos permitem concluir é que, ao longo da sua permanência colonial em África, Portugal recorreu a combatentes africanos nas suas Forças Armadas utilizando lógicas diversificadas. Houve momentos em que recrutou africanos-à-força e outros em que procurou seduzi-los através da possibilidade de ascensão social da qual poderiam beneficiar pertencendo à força colonial ou através da possibilidade de ocuparem, na guerra, lugares de destaque. Houve momentos em que o número de africanos na força colonial foi reduzido por desconfiarem da sua lealdade ou por considerarem que, tendo em conta as características de incivilidade e de inferioridade que lhes eram imputadas, eram incapazes de cumprir funções e de ter comportamentos adequados ao serviço militar e à guerra que só aqueles que eram considerados civilizados eram, simultaneamente, considerados capazes de desenvolver. Houve ainda situações em que o poder colonial beneficiou do apoio de forças africanas para lutar contra outros africanos que resistiam ao seu domínio. O que esta variedade de situações revela é a necessidade de reconhecer a complexidade e a multiplicidade de relações e de lógicas que se estabeleceram no encontro colonial e como a dominação colonial, nomeadamente através da guerra, se jogou num terreno onde interferiram vários condicionalismos que não partiram unilateralmente do lado do poder colonial.

Outra conclusão que a análise apresentada autoriza é a de considerar que os estereótipos dos soldados africanos das FAP, que durante as últimas guerras foram projectadas pela propaganda colonial, longe de serem pejorativos, enaltecem, glorificaram e enobreceram as suas qualidades enquanto combatente português. Ao representar o soldado africano como um dos representantes mais fiéis da manutenção do domínio português em África, o poder colonial, ao mesmo tempo que situa o africano no lugar do colonizador, transforma a imagem do colonizado e transfere-lhe parte da

responsabilidade da colonização. Esta representação do soldado africano das FAP, mais do que uma imagem duplicadora do colonizador, é uma imagem perturbadora da normalidade da ordem colonial.



Imagem 4 - Forte do Bom Sucesso: homenagem (Belém, 10 de Junho 2010)

Capítulo 4

Independências e Desmobilização dos Combatentes Africanos

1. Introdução

O 25 de Abril de 1974 deu início a um conjunto de mudanças que acabaria por contribuir para o encerramento da longa história colonial portuguesa. O final das guerras e os processos de negociação das independências dos territórios até então colonizados não foram pacíficos, nem tão rápidos quanto se supunha. Uma diversidade de tensões e de lutas pelo poder entre diferentes grupos cujas divergências, há muito, se faziam sentir, sobretudo em Angola, mas também em Moçambique e na Guiné, bem como a ausência de consenso, que dividia os principais responsáveis pela tomada de decisões em Portugal relativamente às independências, contribuíram sobretudo para a morosidade dos processos de transferência de poderes.

É neste contexto de descolonização, que assumiu contornos muito particulares em cada um dos territórios africanos palco das guerras de libertação, que a situação dos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas, ainda incorporados ou que já tinham passado à disponibilidade, foi objecto de negociações. Importa, então, saber como foram equacionadas as desmobilizações desses soldados das FAP nos processos de transferência de poderes. Para o fazer foi necessário recorrer a arquivos históricos, nomeadamente ao Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), ao Arquivo Geral do Exército (AGE), Arquivo Histórico-Militar (AHM) e ao Arquivo da Defesa Nacional (ADN).

Com base na pesquisa efectuada, neste capítulo mostraremos como os processos de desmobilização dos combatentes africanos dependeram de uma conjugação de factores que variaram conforme os três territórios. As funções que foram atribuídas aos combatentes africanos durante as guerras coloniais, bem como as características particulares que assumiram os diversos movimentos de libertação envolvidos na luta e

nas negociações pelas independências dos territórios africanos foram decisivos na forma como decorreram as negociações relativas à desmobilização desses combatentes. Por sua vez, o facto das negociações para as independências terem decorrido, num primeiro momento, sob a possibilidade da implementação da tese federalista defendida por Spínola também não pode ser ignorado no desfecho de alguns dos processos em causa. Por fim, a posição favorável ao fim da guerra num Portugal que procurava romper com todos os resquícios do regime responsável pelos últimos anos de política colonial não é alheia à forma como se equacionaram e aconteceram as desmobilizações dos combatentes africanos no seio das negociações de transferência de poderes para as independências dos territórios africanos.

2. Angola: desmobilização e incorporação nas forças militares dos movimentos nacionalistas

Em Angola o processo de desmobilização dos combatentes africanos das FAP não aconteceu imediatamente após o golpe militar do 25 de Abril. Pelo contrário, enquanto em Portugal se gritava "nem mais um soldado para as colónias", em Angola ainda eram recrutados homens para cumprirem o serviço militar¹⁵⁵. Todavia, desde o início das conversações que conduziram à assinatura dos Acordos de Alvor que a desmobilização dos combatentes africanos integrados na força portuguesa era motivo de preocupação¹⁵⁶.

Angola foi, sem dúvida, o caso mais complexo no que respeita a negociação e transferência de poderes para a concretização da independência. Para além de ser a colónia onde se encontrava o maior número de população portuguesa oriunda da metrópole, e que poderia causar problemas por poderem sentir-se atraídas pelas soluções políticas da África do Sul e da Rodésia, a presença de três movimentos de libertação - o MPLA, a FNLA e a UNITA -, dificultou a concretização das negociações para a independência (Coutinho, 1994: 57). Esta fragmentação dos movimentos de libertação foi, em grande parte, responsável pelas dificuldades que se encontraram em

¹⁵⁵ Em Outubro de 1974 ainda eram incorporados e instruídos homens do recrutamento local em Angola, embora se ponderasse a sua suspensão devido ao agravamento do estado disciplinar e psicológico das guarnições, especialmente as dos contingentes do recrutamento normal, chegando-se mesmo a falar em generalização das situações de indisciplina e desobediência. Para controlar esta situação, Rosa Coutinho, a 11 de Setembro de 1974, na época comandante-chefe de Angola, propõe, entre outras medidas, que se procedesse à suspensão da incorporação e instrução de novos contingentes. A redução do número de efectivos daí resultante seria compensada por unidades de reforço que iriam de Portugal para Angola já completas "[...] eliminando-se as mesclagens" (ADN, ex.6115.2).

¹⁵⁶ Essa preocupação é evidente nos documentos que registaram a preparação dos Acordos de Alvor. Ver, a este propósito, no AHM, o processo 43/6/842/43.

estabelecer o cessar-fogo em Angola, processo, aliás, que sofreu avanços e recuos até à saída de Portugal do território¹⁵⁷.

O cessar-fogo só foi conseguido no dia 21 de Outubro de 1974, constituindo-se no primeiro passo para o debate e o desfecho dos Acordos de Alvor, assinados a 15 de Janeiro de 1975. Estes acordos viriam a determinar não só a data definitiva da independência de Angola, como todos os trâmites considerados, na época, necessários para a resolução da transferência de poderes, inclusive o problema da desmobilização dos soldados do recrutamento local das forças militares portuguesas.

Durante as negociações foram três os principais motivos de preocupação discutidos em relação a estes combatentes: os prazos da sua desmobilização; a sua amnistia e a sua situação económica.

Quanto aos prazos de desmobilização, no início do mês de Janeiro de 1975, durante as reuniões de preparação dos Acordos de Alvor, a delegação portuguesa informava que à data, os cerca de 20 000 homens de origem angolana que ainda faziam parte dos efectivos das FAP estariam a passar à disponibilidade¹⁵⁸. Ao mesmo tempo, acordava-se que a desmobilização da totalidade do contingente africano em Angola estaria concluída no dia 15 de Março desse mesmo ano¹⁵⁹.

Quanto à amnistia dos antigos combatentes, foi a delegação portuguesa que, várias vezes ao longo das negociações, procurou esclarecer a situação em que ficariam esses milhares de homens com a independência de Angola. Foi Melo Antunes quem levantou o problema da amnistia, no dia 12 de Janeiro, observando que

[...] há necessidade de encarar esse problema, visto que existem milhares de homens que aguardam e querem saber como vão ser tratados pelo facto de

¹⁵⁷ Sobre os problemas e negociações para o cessar-fogo entre Portugal e os três movimentos, consulte-se Cervelló (1998: 88-94).

¹⁵⁸ Chegou-se a acordo sobre o desarmamento e desmobilização de todas as forças militarizadas em Angola, de origem local ou não, incluindo todas as forças auxiliares, bem como a Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil de Angola (OPVDCA), as milícias, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Rural.

¹⁵⁹ Estes prazos ficaram determinados no anexo dos Acordos de Alvor, para onde também foram remetidas as resoluções acordadas sobre esta matéria. Nessa data, Pezarat Correia, membro da delegação portuguesa, esclareceu ainda que os Grupos Especiais, que calculava que em Angola, seriam, na altura, uns 100, cada um composto por 30 elementos, e as Tropas Especiais, que seriam à volta de 500 elementos, já estavam todos extintos e os seus elementos teriam regressado às suas vidas civis. Quanto às forças que dependiam da PIDE/DGS, os Flechas estariam a ser desmantelados, enquanto a situação dos Fiéis catangueses e dos Leais zambianos, que formavam forças auxiliares em Angola, estavam a ser desmantelados e passariam à situação de refugiados. Embora a UNITA tenha proposto que todas estas forças auxiliares e especiais fossem totalmente extintas até ao dia 31 de Janeiro, a delegação portuguesa propôs que, por motivos técnicos decorrentes de um processo complexo e que poderia provocar choques psicológicos, essas forças "[...] deviam ser desarmadas e completamente desmobilizadas, até ao dia 15 de Março de 1975", data que coincide com a da desmobilização de todos os angolanos que servissem o Exército português (AHM, processo 43/6/843/44).

terem sido obrigados a servir o Exército Português pois que eles foram juntamente com o povo angolano as vítimas do colonialismo e que nós nos empenhámos em encarar esse problema com maior humanidade possível. Há o problema também dos homens que foram alienados por todo o sistema que os ultrapassou e pelo domínio do obscurantismo colonialista que os obrigou a servir nas fileiras do Exército Português. Esse problema tem que ficar claro. Portanto é uma questão que eu admito que não possa ficar no Artigo 8 e haja da vossa parte certa relutância, em integrar estes casos, mas que deve ficar também neste acordo ou então, no anexo. Agradecia que este problema ficasse levantado desde já (AHM, processo 43/6/843/44).

Esta questão voltou a ser colocada, desta vez por Almeida Santos, no dia 14, quando pediu que as três delegações considerassem as vantagens e desvantagens da amnistia "[...] especialmente em relação aos soldados angolanos que combateram ao lado das nossas tropas" lembrando, ao mesmo tempo, que já se tinha combinado tratar deste assunto no protocolo anexo. O MPLA começou por dizer que os três movimentos deveriam estudar o assunto, mas acrescentou que não se podia "[...] incluir na mesma disposição deste acordr (sic) a amnistia dos actos que foram praticados para servir os interesses do povo e aqueles que pelo contrário foram contra o interesse do povo"(AHM, 43/6/843/44).

No mesmo dia, a UNITA informou que "trocamos impressões sobre a questão das amnistias e propusemos o seguinte: «Instâncias governativas de Angola procurarão encarar com espírito de clemência os actos criminosos praticados contra o povo de Angola pelos elementos angolanos integrados no exército e noutras formações militares por instigação do Colonialismo Português" (AHM, 43/6/843/44).

Nas reuniões do dia da assinatura do acordo discutiu-se, novamente, o problema das amnistias e o que ficou acordado entre as delegações foi que os movimentos de libertação se declaravam

[...] dispostos a encarar com clemência os actos criminosos contra o povo angolano cometidos por angolanos ou por portugueses domiciliados em Angola, nomeadamente pelos indivíduos integrados nas organizações militares ou para-militares por iniciativa da autoridade colonial (Art.2.º do Anexo)¹⁶⁰.

Nos Acordos de Alvor, o artigo 9.º é o único que faz referência à amnistia que estabelece que "com a conclusão do presente acordo consideram-se amnistiados, para

¹⁶⁰ Por acordo estabelecido entre as delegações, o anexo ao Acordo de Alvor, que tratava especificamente das questões militares, não foi divulgado. Anexo ao Acordo disponível no Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, página consultada em 2 de Maio de 2009, <http://213.228.163.33/cd25a/ShowPdf.asp?id=562949953682354>.

todos os efeitos, os actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola, que fossem considerados puníveis pela legislação vigente à data em que tiveram lugar" (Acordo de Alvor, AHDMNE, 1316-PAA: 944).

No que respeita a situação económica em que ficariam após passarem à disponibilidade, a UNITA e o MPLA insistiram, repetidamente, que o Governo Português devia assegurar a subsistência dos antigos combatentes angolanos após a sua desmobilização, pelo menos durante o período de transição, independentemente de pertencerem ou não ao quadro das FAP. A delegação portuguesa esclareceu que a desmobilização de soldados angolanos dizia respeito aos indivíduos a cumprir o serviço militar obrigatório, e que em relação a estes Portugal não podia criar condições de subsistência excepcionais¹⁶¹. Assim a sua situação seria avaliada segundo as mesmas leis daquelas que eram aplicadas aos antigos combatentes de origem portuguesa. Quanto aos combatentes que pertenciam ao quadro permanente das FAP, a delegação portuguesa acrescentou que seria dado o direito de opção de permanecerem nas suas fileiras e que a sua situação estava salvaguardada conforme o previsto na lei portuguesa, inclusive o seu direito à reforma.

Em relação às Tropas Especiais e aos Flechas, estas forças foram desmobilizadas e receberam indemnizações do Estado português pelo seu apoio às forças portuguesas. As Tropas Especiais - maioritariamente constituídas por ex-guerrilheiros da FNLA -, terão aceite o programa de desmobilização e as indemnizações oferecidos pelas autoridades portuguesas e regressaram às suas terras "[...] onde é provável que grande parte tivesse

¹⁶¹ A delegação da UNITA começou por observar que em relação aos soldados das FAP não era conveniente "despedi-los sem ter um projecto para o seu futuro e não ficarem desamparados na sociedade". Mesmo após os esclarecimentos dados pela delegação portuguesa, a UNITA insistiu que o Governo Português devia "[...] garantir-lhes a subsistência durante o período de transição pertençam ou não ao quadro permanente" e em relação aos do quadro permanente defendia, ainda, que era necessário acautelá-los "o direito de reforma segundo a lei portuguesa". Relativamente à garantia de subsistência dos antigos combatentes, Melo Antunes respondeu que "[...] o Governo Português não pode aceitar esta cláusula, pois não foi concedida nenhuma regalia deste tipo aos militares do exército português. É uma Lei Constitucional que não pode ser revogada por este acordo. Em relação aos militares do quadro permanente, esclareceu que a sua situação estava salvaguardada e que não era aceitável incluir uma cláusula naquele acordo, "[...] visto que qualquer militar angolano que esteja a servir o exército português e que tenha condições – segundo a lei – para passar à reforma, recebe, porque isto está previsto na lei portuguesa". O MPLA colocou a possibilidade dos combatentes africanos que desejassem ficar mais tempo nas forças portuguesas mas que teriam de ser desmobilizados pudessem vir a receber uma compensação. Mais uma vez Melo Antunes insistiu que "em relação aos soldados portugueses que estão justamente nas mesmas condições, o Estado Português não pode garantir também os meios de subsistência durante todo o tempo em que em condições anormais estariam nas fileiras." Concluiu que não poderiam abrir excepções. O MPLA ainda sugeriu que em relação ao quadro permanente seria necessário que ficasse expresso, nos Acordos, que o Estado Português garantiria a sua subsistência, o que segundo, Melo Antunes, não era necessário já que se tratava de um assunto que "[...] decorre da lei portuguesa e justamente tinha em mente todos os que servem o exército" encerrando, deste modo, a discussão sobre esta matéria (AHM, processo 43/6/843/44).

aderido às forças da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)" (Coelho, 2003: 192).

O processo de desmobilização dos Flechas foi mais delicado. Tratava-se de uma força especial acostumada a grande autonomia nas operações, ao mesmo tempo que dependeu da PIDE/DGS durante a guerra, dificultando, assim, o seu controle por parte das forças militares portuguesas. Por essas razões, com receio que o seu aproveitamento, por parte das forças militares dos movimentos de libertação, precipitasse uma situação que já de si era altamente preocupante, a sua desmobilização foi sendo adiada. "A previsão das autoridades, nesta altura, era de que três quartos do contingente se integrariam na UNITA, um quarto no MPLA, e uma franja insignificante na FNLA, o que não terá estado muito longe da realidade", segundo as observações de Coelho (2003: 192).

Embora esta pesquisa não contemple a análise das forças africanas estrangeiras mobilizadas pelas forças portuguesas durante as guerras de libertação cabe, contudo, esclarecer que as autoridades portuguesas tomaram providências no sentido de tentar a sua integração no novo contexto angolano. Os Leais¹⁶² terão sido integrados nas forças sul-africanas e na UNITA, enquanto os Fiéis¹⁶³ terão passado para as forças do MPLA (Coelho, 2003: 193).

Dez dias após a assinatura destes Acordos, a FNLA ataca a Emissora Oficial de Angola, controlada pelo MPLA (Cervelló, 1998: 95). Embora se tenha conseguido chegar a novos acordos de cessar-fogo, este episódio assinala o início de uma onda de violência que acabará na internacionalização do conflito, na suspensão dos Acordos de Alvor por parte das autoridades portuguesas, e na sua retirada de Angola antes mesmo da proclamação da independência¹⁶⁴.

¹⁶² Documentos revelam que o Comandante-chefe de Angola considerava urgente solucionar o problema dos Leais zambianos cuja situação poderia tornar-se comprometedor. Acrescentava-se que os Leais e suas famílias desejavam voltar à Zâmbia desde que seu governo garantisse a sua integridade e liberdade. Para aprofundar a situação dos Leais consultem-se documentos do AHDMNE (1204-PAA).

¹⁶³ O caso dos Fiéis ocupou e preocupou particularmente as autoridades portuguesas, não só no contexto angolano como naquele que envolvia os seus vizinhos, nomeadamente o Zaíre. Coelho ressalva também que é possível que muitos Fiéis tenham integrado forças Sul-africanas decorrente das orientações de uma secção conservadora das novas autoridades portuguesas (Coelho, 2002:149). Para conhecer alguns pormenores acerca destas preocupações consulte-se Coelho (2003: 193) e o AHDMNE (1316-PAA: 944).

¹⁶⁴ Suspensão dos Acordos de Alvor pelo Decreto-lei n.º458-A/75 de 22 de Agosto de 1975. Para conhecer os problemas e negociações entre o Movimento das Forças Armadas e os três movimentos, os confrontos entre as forças dos três movimentos e a internacionalização do conflito e a suspensão dos Acordos de Alvor a partir dessa época até à independência, veja-se, por exemplo, Cervelló (1998: 94-99) e Almeida Santos (1998:117).

Se as antigas rivalidades entre estes movimentos tiveram como resultado o início de um novo conflito armado que se prolongaria durante várias décadas, foram também estas rivalidades que permitiram que os antigos combatentes africanos das FAP se integrassem, sem problemas, na sociedade angolana, embora pelas piores razões¹⁶⁵. Por um lado, a guerra civil permitiu que o que " [...] opunha angolanos dos movimentos de libertação contra angolanos das Forças Armadas [...]" desaparecesse, assistindo-se "[...]" a uma corrida dos movimentos de libertação para integrarem, nas suas fileiras, os militares e auxiliares desmobilizados das Forças Armadas Portuguesas" (Correia, 2000: 151). Por outro lado, a invasão de Angola pela África do Sul em 1975, pressionou o novo regime independente, que tinha um exército fraco, a recrutar homens militarmente qualificados para lutar neste novo contexto (Coelho, 2002:148).

Segundo os dados disponíveis, o MPLA parece ter incorporado uma quantidade muito significativa desses combatentes africanos, contudo as forças militares dos outros movimentos também o fizeram. Segundo Ana Leão e Martin Rupiya um dos resultados imediatos do 25 de Abril em Angola foi o "[...] êxodo de nacionalistas Angolanos das forças armadas Portuguesas para o movimento à sua escolha – MPLA, FNLA ou UNITA, levando com eles tanto armamento quanto possível¹⁶⁶" (2005: 15). A escolha dos movimentos parece ter obedecido a uma variedade de factores, tais como "[...] a distribuição regional das forças, laços familiares e étnicos, conhecimento pessoal e existência de amigos nos diferentes movimentos¹⁶⁷" (Leão e Rupiya, 2005: 16). Calcula-se que grande parte dos GEs, cerca de 3 000 dispersos um pouco por todo o território, mas concentrados maioritariamente no norte e no leste, integrou as forças do MPLA, mas que a FNLA também incorporou alguns deles, tornando-se, segundo Coelho "[...] na força militar mais influente do norte, ameaçando directamente Luanda" (2002:148). Os GEs foram recrutados para aqueles movimentos de acordo com a zona de influência de cada um deles (Coelho, 2003: 192-193 Cervelló: 89).

¹⁶⁵ A UPA, depois FNLA, o MPLA e a UNITA separaram-se por várias divergências e rivalidades que conduziram, inclusive, a conflitos armados em Angola durante a guerra 1961-1974. A juntar-se ao problema das rivalidades entre os movimentos nacionalistas em Angola, somava-se a ausência de unidade no seio do MPLA. Fragmentado em três facções, a de Daniel Chipenda, a dos Irmãos Andrade e a de Agostinho Neto, o MPLA, e sobretudo a última facção, a presidencial, mantinha contactos privilegiados com as autoridades portuguesas, decorrentes das suas anteriores ligações com a oposição portuguesa, os quais se intensificaram, principalmente desde a demissão de Spínola, em finais de Setembro de 1974. Sobre os planos político-militares, a formação e as rivalidades desses movimentos, consulte-se Rodrigues (2000: 102-103), Cann (2005: 29-30), Nunes (2002: 18-25) Cervelló (1998: 89-91) e Coutinho (1994: 57), entre outros.

¹⁶⁶ Tradução nossa.

¹⁶⁷ Tradução nossa.

Por sua vez, a incorporação de tropa africana nas forças do MPLA foi rodeada pela suspeita de que seria o próprio Movimento das Forças Armadas (MFA) que estaria a contribuir para esta transferência. De acordo com esta suspeita, o Estado Português não estaria a ser imparcial na mediação dos Acordos de Alvor, apoiando o MPLA na sua corrida pelo poder em Angola, nomeadamente através da entrega de armas (Leão e Rupiya, 2005: 15)¹⁶⁸.

Embora a generalização e internacionalização da guerra em Angola tenham obrigado ao recuo do dispositivo militar português enfraquecido, e, em Portugal, sobretudo a partir do 'verão quente', as forças políticas tenham deixado de reunir consenso em relação ao apoio privilegiado que, até então, as Forças Armadas prestavam ao MPLA e, desde os primeiros incidentes em Luanda, tenham declarado a sua 'neutralidade activa', as forças portuguesas não deixaram de apoiar Agostinho Neto até à suspensão dos Acordos de Alvor em Agosto de 1975 (Cervelló, 1998: 97-98).

As forças militares do MPLA conseguiram, com a ajuda dos antigos combatentes africanos das forças militares portuguesas, manter o seu poder em Luanda após expulsar a FNLA e a UNITA, retomar o controlo do nordeste de Angola e expulsar a FLEC de Cabinda (Cervelló, 1998:93-94; Coelho, 2003: 193).

Portugal retira-se de Angola e a sua independência é proclamada em três frentes: em Luanda pelo MPLA, em Ambriz pela FNLA, e pela UNITA em Nova Lisboa, no dia 11 de Novembro de 1975.

¹⁶⁸ Estas suspeitas são lançadas pelo FNLA ainda antes da assinatura dos acordos, como se pode atestar em documentos datados do mês de Dezembro de 1974. A FNLA acusava uma facção influente do Governo Português de apoiar o MPLA, numa tentativa de impor a Angola uma orientação política semelhante à de Portugal. Suspeitava-se também que o MFA estaria a preparar uma ocupação do poder por parte de Agostinho Neto e que as autoridades de Luanda permitiriam a entrada de armas provenientes da Zâmbia e do Congo destinadas a forças do MPLA. Nestes documentos mencionava-se que estariam a ser desmobilizados soldados africanos do Exército português para serem integrados no MPLA, e que teriam também planeado integrar ex-gendarmes catangueses (AHDME, 596-PAA: 944,161; 1316-PAA: 944). O mesmo tipo de suspeitas continua após a assinatura dos Acordos de Alvor. Por exemplo, dois telegramas enviados pela Embaixada Portuguesa em Kinshasa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, datados de Maio de 1975, informavam que a FNLA tinha divulgado um comunicado segundo o qual o ministro português dos negócios estrangeiros Melo Antunes, no decurso da sua estadia em Luanda, teria dado instruções a oficiais do exército português para intervirem, com os seus soldados, ao lado do MPLA caso ocorressem novos incidentes. Caso esse apoio se verificasse, acrescentavam, comprometiam-se os Acordos de Alvor. Salientava-se, ainda, que a FNLA considerava que esse apoio estava na origem dos últimos conflitos sangrentos verificados em Luanda, no Luso e em Nova Lisboa. Outro telegrama, datado de 14 de Julho de 1975, enviado pela mesma embaixada, informava o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que circulavam notícias sobre o apoio de blindados do Exército português ao MPLA contra forças da FNLA em Luanda, acrescentando que "esta presença tropas portuguesas lado MPLA constitui violação compromissos assumidos ultimamente entre Portugal e Zaire. Termos aqueles compromissos, Portugal não deveria dar impressão apoiar MPLA e Zaire devia, por seu lado, adoptar mesma atitude no que respeita FNLA" (AHDME, 1316-PAA: 944).

3. Moçambique: purificação e punição dos desmobilizados

A desmobilização dos combatentes africanos das FAP em Moçambique não parece ter envolvido muitos problemas a não ser a necessidade de a fazer rapidamente, como se pode constatar em alguns artigos do Acordo de Lusaca. Há, contudo indícios que revelam certos receios em relação ao futuro dos combatentes das FAP de origem moçambicana.

Um desses indícios, que revela alguma apreensão quanto a eventuais retaliações que os antigos soldados moçambicanos das FAP poderiam vir a sofrer, é manifestado por Joana Simeão - líder do Grupo Unido de Moçambique (GUMO)¹⁶⁹, antiga militante da FRELIMO e do Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)¹⁷⁰, e de outros movimentos formados posteriormente. Durante os encontros de preparação para a negociação do cessar-fogo e dos Acordos de Lusaca, em Junho de 1974, Joana Simeão declarou, publicamente, que poderia haver um genocídio no território contra os milhares de soldados de origem africana que lutaram nas forças portuguesas contra as guerrilhas. Simeão defendia a necessidade de salvaguardar o futuro desses homens no decorrer dos processos de negociação da independência de Moçambique (AHDMNE, 1309, Vol.I, 941.1.D). Suspeita que, segundo os dados disponíveis, não chegou a acontecer, o que não parece, contudo, ter ficado a dever-se a qualquer acordo pré-estabelecido.

Do lado português também há indícios que denotam que o futuro dos combatentes africanos das FAP em Moçambique é motivo de preocupação. Vítor Crespo, Alto-Comissário e Comandante das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique no período de transição para a independência, disse ter notado muito interesse em relação aos soldados recrutados localmente por parte das forças moçambicanas¹⁷¹. Após ter verificado que a confidencialidade de certos registos não estava garantida¹⁷², sentiu-se,

¹⁶⁹ Sobre a origem e características deste grupo, consulte-se MacQueen (1998: 139) e Pinto (2003: 24).

¹⁷⁰ Joana Simeão, entre outros dissidentes da FRELIMO, foi detida depois da independência de Moçambique e posteriormente executada (Cabrita, 2000:81-82; Bernardo, 2003: 268-269).

¹⁷¹ No final do Colóquio *Vozes da Revolução, Guerra Colonial e Descolonização* (15 e 16 de Abril 2010, Lisboa, ISCTE) onde o Sr. Contra-Almirante Vítor Crespo apresentou o seu testemunho, questionamo-lo acerca do número muito reduzido de processos individuais dos antigos combatentes de origem moçambicana no Arquivo Geral do Exército.

¹⁷² O Contra-Almirante Vítor Crespo disse-nos que enviou alguns dados para Portugal, para locais considerados seguros, para verificar a sua confidencialidade e que, pouco depois, verificou que estes eram revelados à FRELIMO.

então, obrigado a destruir milhares de processos da PIDE/DGS¹⁷³ em Moçambique, de modo a salvaguardar eventuais retaliações. Muitos combatentes das FAP tinham processos abertos na PIDE/DGS e, por isso, esses dados foram destruídos¹⁷⁴.

No que respeita as negociações, segundo Coelho e Macaringue, Portugal queria que parte dos soldados de origem moçambicana desmobilizada das suas forças fosse integrada no Exército moçambicano, o que a FRELIMO recusou, "[...] alegando que elas faziam parte da máquina colonial que tinha de ser desmantelada"(apud Coelho, 2003:190). O número muito elevado de efectivos locais que, na época, pertenciam às forças coloniais¹⁷⁵, representava mais do dobro dos homens das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) as quais não teriam mais de dez mil combatentes, situação que poderá, também, ter contribuído para que a FRELIMO considerasse imprudente integrá-los no seu exército (Coelho,2003:190).

Jacinto Veloso, que participou como membro da delegação da FRELIMO nos Acordos de Lusaca, não recorda nenhum acordo escrito que garantisse que o Estado português zelaria pelo futuro dos seus antigos combatentes moçambicanos desmobilizados, mas confirmou que a FRELIMO exigiu que Portugal devia tomar conta daqueles que fizeram o serviço militar português, em particular os Deficientes das FAP (Jossias, 2007:46). A responsabilidade de assumir o pagamento de pensões e reformas foi estabelecida, não no Acordo de Lusaca, mas noutro acordo que se lhe seguiu, o Acordo de Lourenço Marques de 7 de Maio de 1975, cujo artigo 16º dispunha:

o Estado português assume a responsabilidade pelo pagamento das reformas e pensões já concedidas, à data da independência de Moçambique, aos militares e ex-militares, seus familiares que a elas tenham direito, que prestaram ou prestam serviço nas Forças Armadas Portuguesas, independentemente da nacionalidade ou do local de residência dos respectivos beneficiários e devidas ao cumprimento daquele serviço (ADN: 765.1).

¹⁷³ Segundo as normas de Segurança Militar – Defesa e Salvaguarda de matérias classificadas (SEGMIL-1), prevê-se a destruição total de documentos sem registo dos documentos ou certificados de destruição. Segundo o Contra-Almirante Vítor Crespo, a PIDE/DGS em Moçambique teria à volta de 30 000 processos.

¹⁷⁴ Os registos do Exército não foram destruídos mas, segundo Aniceto Afonso, Director do Arquivo Histórico-Militar entre 1993 e 2008, com quem falámos a este propósito no Colóquio *Vozes da Revolução, Guerra Colonial e Descolonização* (15 e 16 de Abril 2010, Lisboa, ISCTE), esses processos individuais ficaram espalhados pelos quartéis um pouco por todo o Moçambique. Por isso, no Arquivo Geral do Exército em relação aos processos de Moçambique só existe um livro de recenseamento dos homens nascidos entre 1906 e 1956 e nem todos os processos individuais, nele registados, constam no Arquivo. Segundo José Andréz, Director desse Arquivo em 2009, a maioria dos processos individuais relativos aos antigos combatentes oriundos de Moçambique nunca foram transferidos para Portugal (entrevista: Novembro, 2008).

¹⁷⁵ Em 1973, os efectivos locais equivaliam a 53,6% do total dos militares das FAP em Moçambique, ou seja 27 572 homens, num total de 51 463 homens, como já foi indicado no capítulo anterior.

Nos Acordos de Lusaca, que decorreram entre os dias 5 e 7 de Setembro de 1974 entre as Delegações da FRELIMO e do Estado Português¹⁷⁶, onde se estabeleceu que a independência de Moçambique seria proclamada no dia 25 de Junho de 1975¹⁷⁷ e que o cessar-fogo se iniciaria às zero horas do dia seguinte à assinatura dos Acordos, o que ficou determinado, em relação aos antigos combatentes de origem moçambicana das Forças Armadas Portuguesas, foi, essencialmente, a sua desmobilização e o compromisso, por parte da FRELIMO, de proceder à sua reintegração na sociedade moçambicana (Art.13.º)¹⁷⁸.

Enquanto em relação às forças regulares o acordo não determinava o prazo da sua desmobilização, o mesmo não acontecia em relação às tropas especiais - os GE, os GEP e os Comandos (Art. 13.º) -, e às forças irregulares - os corpos de milícias, OPVDC, milícias privadas, Flechas¹⁷⁹ e similares (Art. 9.º). Em relação a estas, o Estado português comprometeu-se a desarmá-las e a desmobilizá-las imediatamente. A urgência desta desmobilização prende-se, muito provavelmente, ao facto de serem consideradas, organizações que poderiam ser perturbadoras da ordem pública, como aliás é assumido no próprio Acordo¹⁸⁰.

Apesar deste tipo de receios, a desmobilização das tropas de origem moçambicana fez-se sem se terem verificado incidentes que merecessem qualquer tipo de registo por parte das autoridades envolvidas no processo de transferência de poderes¹⁸¹.

Em contrapartida, um dos episódios que poderá ter afectado a desmobilização dos combatentes africanos das FAP e que marcou o processo de transferência de poderes em Moçambique foram os violentos confrontos registados no próprio dia da assinatura dos

¹⁷⁶ A FRELIMO não era o único protagonista com pretensões a ser objecto da transferência de poderes. A par da COREMO, rival da FRELIMO desde os anos 60, e que, com o 25 de Abril passa a concorrer-lhe com um conjunto de organizações que cria para esse efeito, surgem desde movimentos defensores da tendência federalista, defendida por Spínola, até movimentos mais radicais ligados a colonos brancos e ao modelo político-ideológico rodesiano. Esta explosão de organizações dificulta o processo negocial. Portugal reconhece a FRELIMO como o único órgão de transferência de poderes (Pinto, 1999:93-94; Garcia, 2003: 127-144). Segundo Vítor Crespo a FRELIMO foi a única escolhida para a negociação porque foi a "[...] que manteve a luta armada pela independência durante dez anos e tem o apoio popular generalizado" (*in* Bernardo, 2003: 272).

¹⁷⁷ Dia do aniversário da FRELIMO.

¹⁷⁸ E no Artigo 14.º "o Estado português compromete-se a desmobilizar os moçambicanos das Forças Armadas fora do território de Moçambique que assim o requeiram e deste facto notificará a Frente de Libertação de Moçambique (Acordo de Lusaca).

¹⁷⁹ Segundo Manuel Bernardo, parece que a maioria dos Flechas se terá refugiado na Rodésia, após "[...] a ordem de prisão de todos os elementos da DGS, em 8-6-1974" (2003:115).

¹⁸⁰ Designadamente no Título IV relativo à "neutralização de organizações e actividades perturbadoras da ordem pública", que compreende o Art. 9.º, e o Art. 13.º, que estabelece que "[...] A fim de evitar perturbações da ordem pública, as forças especiais como os GE, GEP e Comandos, serão imediatamente desarmadas (Acordo de Lusaca).

¹⁸¹ Registos não encontrados nos Arquivos pesquisados.

Acordos de Lusaca. Originados por grupos da 'comunidade branca', "[...] com o apoio de alguns partidos opositores da FRELIMO", estes confrontos compreenderam, entre outras acções, a libertação de agentes da DGS e a ocupação do Aeroporto e da Rádio Clube de Moçambique¹⁸². Estes incidentes, que assumiram um carácter racial, não foram os únicos que se registaram em Moçambique nessa época¹⁸³, sendo os responsáveis pelo início do êxodo da população de origem portuguesa de Moçambique.

Estes confrontos poderão ter afectado o processo de desmobilização das forças africanas das FAP, por um lado porque se receava que algumas poderiam interferir no desenrolar da situação relativa às independências de países vizinhos¹⁸⁴, por outro lado porque parecem ter contribuído para debilitar o grau de confiança que se depositava nessas forças¹⁸⁵.

Com a independência, forma-se, em Moçambique, um Exército nacional com base nas estruturas da FRELIMO, do qual foram excluídos os antigos combatentes das FAP. Esta situação não constituiu a única forma de exclusão a que os antigos combatentes foram sujeitos a partir da independência de Moçambique.

Muitos destes antigos combatentes, assim como outros sujeitos considerados comprometidos com o regime colonial, foram excluídos de certos cargos das novas instituições criadas pela FRELIMO e da maioria das actividades políticas e administrativas, bem como dos cargos de chefia existentes no novo Estado independente (Jossias, 2007: 38).

A situação mais excludente foi, contudo, o internamento em campos de reeducação. Este internamento não foi, porém, uma prática exclusivamente dirigida aos antigos

¹⁸² Estes incidentes não obtiveram reacção imediata por parte de algumas unidades militares da capital "[...] por aparente ausência de ordem de Spínola [...]", vindo a ser controlados, dias depois, por unidades provenientes do Norte, por ordem do General Costa Gomes (Pinto, 1999:94). Sobre várias personalidades e movimentos envolvidos nestes episódios, entre os quais a Frente Integracionista de Continuidade Ocidental (FICO) e o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) que, junto com outros dissidentes da FRELIMO, formavam o Partido da Convenção Nacional (PCN), veja-se Bernardo (2003: 243-260).

¹⁸³ Os registos de alguns destes distúrbios são identificados e descritos em Bernardo (2003: 251, 252, 255-256).

¹⁸⁴ Com base no testemunho de Van Uden, Coelho afirma que certos comandantes GE fizeram ofertas no sentido de transferir milhares de homens para a Rodésia, proposta que Ian Smith rejeitou por temer o agravamento da posição da Rodésia na cena internacional (2003: 190; 2002: 150). Nos Acordos de Lusaca, o Art. 11.º do Acordo de cessar-fogo expressa que Portugal e Moçambique, "[...] se comprometiam em impedir que os seus nacionais se envolvessem em actividades de colaboração militar com a Rodésia e a África do Sul" (AHDMNE, PAA 1218).

¹⁸⁵ Sobre o grau e confiança em relação aos combatentes africanos ver depoimento de Major Ribeiro Cardoso, que se encontrava no aeroporto na altura da sua ocupação e que aguardava uma companhia de comandos. Cardoso confessa que tinha algumas reservas em relação a essa companhia, que não chegou ao Aeroporto, por tratar-se, precisamente, de uma companhia de recrutamento local e por isso, segundo ele, passível de ser aliciada pelos revoltosos como, ao que parece, já acontecera com outra dessas companhias (*in* Bernardo, 2003: 257).

combatentes e àqueles que teriam colaborado com o antigo regime colonial¹⁸⁶, nem foi, tão pouco, a única estratégia utilizada pela FRELIMO, após a independência, para promover o modelo do "homem novo" considerado o único capaz de romper com a ordem colonial herdada. Produto das experiências desenvolvidas nas zonas libertadas durante a guerra de libertação, os campos de reeducação procuraram recriar os seus princípios de organização interna, de trabalho, de treino militar e de educação, entre outros. Localizados no centro e no norte do país, esses campos foram considerados indispensáveis para a construção de uma sociedade também ela nova que sustentaria o projecto nacional e que começaria pela destruição das antigas estruturas e mentalidades coloniais. Poderiam passar por esses campos todos aqueles que a FRELIMO considerasse comprometidos e/ou colaboradores com o regime colonial, traidores ao movimento ou inimigos do povo (Coelho, 2003: 191; Jossias, 2007: 24-33). Após um período de internamento, que significava o seu afastamento da sociedade para evitar que a contaminasse com a sua ideologia colonialista e capitalista, e a sua privação de cidadania plena reservada aos membros da FRELIMO, os condenados saíam 'purificados' e aptos a integrar a nova sociedade. Para além do internamento nestes campos, esses 'inimigos' do novo regime eram sujeitos a rituais de exposição pública, tais como aqueles em que pessoas 'purificadas' eram apresentadas em comícios populares simbolizando a sua transformação em "homens novos" (Coelho, 2003:191; Jossias, 2007: 32). Além disso, a FRELIMO estabeleceu "[...] o prazo de 15 de Dezembro de 1978, para que todas as instituições do Estado, as empresas estatais e os bairros de residência, afixassem as fotografias e as biografias dos comprometidos" (Jossias, 2007: 37-38). Durante os primeiros anos de independência, o 'povo' e os grupos de vigilância populares¹⁸⁷ eram motivados a detectar os inimigos e os comprometidos com o colonial-fascismo (Jossias, 2007: 33-37).

Foram estas as práticas de punição e de integração a que foram sujeitos, em Moçambique, alguns antigos combatentes e que, tudo indica, tenham perdurado, pelo menos, até 1982, ano da realização da "Reunião dos Comprometidos", presidida pelo

¹⁸⁶ A FRELIMO criou campos de trabalho que ficaram conhecidos por campos de reeducação, que foram gerando críticas internacionais e descontentamentos internos. Neles eram internados indivíduos provenientes das mais diversas situações, como por exemplo médicos tradicionais como se pode ler em Paula Meneses (2004: 97, 114) e outras pessoas das mais diversas proveniências como indica, por exemplo, o depoimento de um grupo de portugueses, publicado no semanário *Tempo* (in Bernardo, 2003: 265-268).

¹⁸⁷ Grupos criados a partir da realização do III Congresso da FRELIMO em Fevereiro de 1977, data que coincide com a conversão do movimento em partido político de orientação marxista-leninista (Jossias, 2007: 33-37).

próprio Samora Machel. Símbolo da conversão dos comprometidos em "homens novos" e da sua integração na sociedade moçambicana, nesta reunião, que decorreu durante vários dias de Maio e Junho, participaram suspeitos de serem membros de instituições coloniais tais como da PIDE/DGS, do Partido Acção Nacional Popular, do Movimento Nacional Feminino, entre outros. Segundo Jossias, os militares das FAP não foram chamados a apresentar-se excepto os que pertenceram às forças especiais, designadamente os antigos GE, os GEP e os Comandos que, tal como os outros, depuseram seus testemunhos publicamente. Além dos dados biográficos que os identificavam, dos seus depoimentos constava, também, a história do seu envolvimento no sistema colonial, única via, segundo Samora Machel, de se libertarem do seu passado e de poderem, então, transformar-se em compatriotas (2007: 39-40)¹⁸⁸. Entre os rituais que compunham a cerimónia não é de ignorar o que Samora Machel ordenou que se entoasse em coro: não há ANPs, não há PIDEs! /Somos todos moçambicanos! / Não há Comandos, não há GEs! / Somos todos moçambicanos! / Não há Movimento Nacional Feminino! / Não há Madrinhas de Guerra! / Somos todos moçambicanos! (Jossias, 2007: 40-41).

Três anos antes desta reunião dos comprometidos, Samora Machel já ordenara a libertação de antigos militares portugueses. Uma carta endereçada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, datada de 20 de Novembro de 1979, informava-o que Samora Machel, num discurso proferido em Demba, referiu a libertação de aproximadamente 600 indivíduos dos chamados campos de reeducação existentes naquela província:

[...] após manifestar claro optimismo quanto à recuperação e perspectivas de integração social dos elementos agora libertados (bem como asseverar que "os campos de reeducação continuam enquanto houver marginais"), o Presidente Machel distinguiu entre "ambiciosos político-económicos", que não foram soltos [...] e os "criminosos" objecto da medida de clemência. "Libertámos: assassinos, criminosos, ladrões, alguns PIDES, alguns Comandos, GE, GEP, OPV, Flechas, alguns Sipaios, drogados, marginais, violadores de menores, ambiciosos, [...]"(AHDMNE, PROV. 67, 945).

¹⁸⁸ Durante a reunião, os comprometidos encontravam-se na plateia, situados e identificados conforme o grupo ao qual pertenciam. Durante as cerimónias, intercalando os depoimentos dos comprometidos e as interpelações de Samora Machel, davam-se vivas ao Partido e entoavam-se canções revolucionárias. No final da reunião estes comprometidos assinavam uma declaração de compromisso e de lealdade ao Partido e ao povo e saíam compatriotas e membros do Partido ou de outras instituições de suporte da nova sociedade. Por exemplo, as antigas madrinhas de guerra passavam a membros do Movimento Nacional Feminino e os antigos sipaios integravam grupos de vigilância e combate à criminalidade urbana (Jossias, 2007:41).

Este discurso é entendido, pelo seu relator, como uma resposta de Samora Machel às críticas internacionais dirigidas ao internamento nesses campos, já que, segundo acrescenta, esta prática continuava vigente e sem ser precedida por qualquer julgamento (AHDMNE, PROV. 67, 945).

Embora, segundo Coelho, alguns dos presentes na ‘Reunião dos Comprometidos’, tenham sido “[...] presos no local e enviados directamente para campos de reeducação; outros foram mandados em paz, para reassumir a sua vida civil” (2003: 191), esta reunião parece ter constituído um marco a partir do qual foi possível pensar-se na possibilidade do fim da discriminação dos que foram excluídos do projecto nacional.

Assim, em Moçambique, se num primeiro momento as formas de punição e de purificação aplicadas aos antigos combatentes, bem como a muitos outros homens e mulheres não necessariamente associados ao sistema colonial, tenham sido, sem dúvida, medidas excludentes e discriminatórias, poderão igualmente ter contribuído para a sua posterior integração na sociedade moçambicana independente por simbolizarem a ruptura com o sistema colonial e ritualizarem a entrada no novo projecto nacional. Segundo Jossias, a reunião dos comprometidos “[...] representou o culminar do processo de (re)integração e de reconciliação da sociedade moçambicana, entre “compatriotas” e “traidores”, num momento em que era preciso prestar maior atenção aos novos inimigos: a guerra civil [...] e a confrontação com a África do Sul” (Jossias, 2007: 34).

Esta guerra, que em 1976 assolou Moçambique, opondo o Exército Moçambicano à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), com o apoio da Rodésia e do Exército Sul-africano, também não pode ser ignorada quando se trata a problemática da integração dos antigos combatentes das FAP. Isto porque, por um lado, muitos desses antigos combatentes, receosos pelas retaliações que poderiam sofrer com a independência, poderão ter fugido de Moçambique, os quais, segundo Coelho, terão integrado as forças que, durante dezasseis anos, combateram as novas autoridades moçambicanas (2003: 191). Por outro lado, essa nova guerra também poderá ter interferido nos percursos de vida de antigos combatentes africanos das FAP em Moçambique porque, após a “Reunião dos Comprometidos”, alguns deles nomeadamente, alguns antigos Comandos, terão sido seleccionados para integrarem

forças especiais das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) no contexto de alastramento da guerra civil (Jossias, 2007: 41)¹⁸⁹.

4. Guiné: 'Os condenados' da guerra

Na Guiné-Bissau, embora o processo de negociação da transferência de poderes tenha sido menos controverso do que o de Moçambique e sobretudo o de Angola, em contrapartida foi o território onde a desmobilização dos soldados africanos registou mais problemas e onde, após a independência, os antigos combatentes mais sofreram as consequências por terem pertencido à força colonial. Muitos deles, particularmente aqueles que tinham pertencido aos comandos africanos, foram perseguidos e presos e, segundo variados testemunhos, alguns foram executados.

A Guiné-Bissau foi o primeiro território a obter a independência de Portugal, a 10 de Setembro de 1974, quase um ano após o PAIGC a ter proclamado unilateralmente¹⁹⁰. As primeiras conversações entre representantes portugueses e o PAIGC aconteceram logo após a tomada de posse do I Governo Provisório em Portugal. Embora algumas divergências tenham atrasado a conclusão do processo negocial, o Acordo foi assinado a 26 de Agosto de 1974 em Argel.

O afastamento da tese federalista de Spínola, com a promulgação da Lei Constitucional 7/74 que, definitiva e inequivocamente, aceitava a independência dos territórios ultramarinos, a necessidade de Portugal obter um acordo que servisse de modelo aos outros territórios, a urgência de um cessar-fogo num território onde a situação militar era particularmente difícil para os portugueses que enfrentavam um movimento de libertação forte, coeso¹⁹¹ e pouco aberto a ceder a qualquer das exigências que colocara, foram os principais factores que contribuíram para a celeridade deste processo (Martelo, 2001: 113,123-125, Coelho 2002:149; Pinto, 2005: 133-136).

¹⁸⁹ No dia 29 de Junho de 2007, na cerimónia de imposição das insígnias e crachás da 109.ª Companhia de Comandos realizada em Mafra, como habitualmente, constaram discursos e entregas de medalhas, sendo que uma delas foi atribuída a um ex-Comando de origem moçambicana pelos serviços prestados às FAP durante a guerra colonial. Segundo o Presidente da Associação de Comandos esse comando era oficial do Exército moçambicano e tinha vindo de propósito de Moçambique para receber essa condecoração (Diário de Campo, 29 de Junho de 2007). Situação que é, também ela, indicadora da integração de antigos combatentes das FAP na sociedade moçambicana.

¹⁹⁰ A 24 de Setembro de 1973, o PAIGC declara a independência das zonas consideradas libertadas.

¹⁹¹ Embora organizações como a Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné (FLING) e a União Democrática da Guiné (UDG) tenham tentado intervir no processo, o prestígio do PAIGC impediu a participação de uma terceira força nas negociações de transferência de poderes (Pinto, 2005: 133).

Antes do Acordo de Argel, a par de discursos e situações que não faziam prever a perseguição a que viriam a ser sujeitos os antigos combatentes africanos na Guiné¹⁹², foram surgindo outros que lançavam suspeitas sobre os comandos. Em Junho de 1974, por exemplo, o PAIGC, através da Rádio Libertação, sediada em Dakar, apelava à confraternização entre combatentes africanos das FAP e combatentes do PAIGC, ao mesmo tempo que convidava os

[...] africanos, nossos irmãos, que servem o exército colonial sob ordens de estrangeiros defendendo uma causa perdida, a virar-se para o seu passado e tomar uma posição corajosa e firme ao nosso lado mostrando a sua vontade de ver as forças da opressão abandonar o nosso país" (*in El Moujahid*¹⁹³, AHDMNE, 1308, VOL II, 940, 1, D).

Também em Junho, enquanto se preparavam as negociações, Carlos Fabião, membro do Movimento dos Capitães, nomeado governador da Guiné de Maio a Outubro de 1974¹⁹⁴, declarou estar persuadido de que qualquer acordo, entre Lisboa e o PAIGC, garantiria o futuro dos soldados africanos das FAP de forma satisfatória. Esta declaração, publicada na imprensa, era, contudo, seguida por um comentário nada abonatório quanto ao posicionamento de alguns desses africanos relativamente à sua participação na guerra:

as forças africanas no exército português (mais ou menos 17 000 homens), podem na Guiné ser divididas em quatro categorias. Os que efectuam o serviço militar normal. Os que se reintegraram e não desejam o fim da guerra que lhes proporciona vantagens materiais e um salário quatro vezes superior ao da média da população local. Os comandos, os mais comprometidos do lado português e que vivem como «senhores da guerra». Por fim os milicianos armados, vivendo nas suas aldeias, e que devem facilmente fundir-se na população após a realização do acordo (*in La Presse*, 1308, Vol.II AHDMNE, 940,1,D).

¹⁹² Por exemplo, Almeida Bruno testemunhou que durante as negociações que presenciou com Mário Soares, Almeida Santos e Jorge Campinos, «Nas nossas conversas com o PAIGC ficou sempre assente que haveria uma integração desse pessoal: não iam, com certeza, continuar a ser oficiais e sargentos, isso percebia-se, mas seriam reabsorvidos como civis. Não foi isso o que o PAIGC fez. O PAIGC fuzilou bárbaramente a maioria dos meus oficiais do Batalhão de Comandos Africanos. [...] Os meus oficiais foram assassinados pelo PAIGC com o conhecimento de Luis Cabral e de Nino Vieira. Não o posso provar, mas não tenho dúvidas nenhuma, pois tenho relatos de familiares, nomeadamente da mulher do tenente Zacarias Saiegh. Os meus sargentos também foram quase todos fuzilados; só nos soldados é que eles não tocaram. Alguns conseguiram fugir. O alferes (hoje capitão) Marcelino da Mata fui eu quem o trouxe. Escaparam muitos para o Senegal [...]. Alguns conseguiram vir para cá e foi a Associação de Comandos quem os amparou. O que o PAIGC fez foi uma verdadeira barbárie.» (*in Rodrigues*, 1995: 85-86). Marcelino da Mata esteve preso sete meses em Portugal, Caxias. Foi detido em Maio de 1975. Ver entrevista *in Rodrigues* (1995: 210-211).

¹⁹³ Tradução nossa.

¹⁹⁴ Carlos Fabião cumpriu várias comissões durante a guerra, em Angola e na Guiné. Nesta foi responsável pelas então chamadas milícias negras e foi um dos oficiais mais próximos de Spínola (Antunes, 1995: 363).

Ainda durante as negociações os combatentes africanos das FAP, especialmente os comandos, começam a ser objecto de várias suspeitas. Uma delas apontava para a existência de forças mercenárias estrangeiras que iam a caminho da Guiné para se juntarem aos africanos das FAP e invadirem Bissau¹⁹⁵. Outra suspeita envolvia António Spínola, na época Presidente da República portuguesa. Constava que ele estaria a motivar os combatentes africanos das FAP a se apoderarem dos quartéis que já tinham sido entregues ao PAIGC¹⁹⁶.

Nenhuma destas situações chegou a verificar-se antes da assinatura do Acordo de Argel. No artigo 26.º do Anexo desse acordo ficou determinado que o Governo português participaria "[...] num plano de reintegração na vida civil dos cidadãos da República da Guiné-Bissau que [tivessem prestado] serviço militar nas Forças Armadas Portuguesas, em especial, dos graduados das companhias e comandos africanos"¹⁹⁷.

A assinatura desse acordo não significa, porém, que o processo de desmobilização dos africanos das FAP tenha decorrido sem percalços.

Os problemas começam quando as autoridades portuguesas procedem ao desarmamento dos combatentes africanos sob o seu controle, seguindo o estipulado no Acordo de Argel¹⁹⁸, quando algumas unidades começaram por recusar-se a fazê-lo¹⁹⁹.

¹⁹⁵ Constava que o PAIGC tinha comunicado, desde Conacri, que "[...] dois barcos com forças mercenárias africanas, 'a soldo de potências estrangeiras', dirigir-se-iam para Bissau, para se unirem às unidades africanas do Exército português e tomarem conta da cidade (*in* Diário Popular, AHDMNE, 1309, Vol I; 940, 1, D). Acrescentava-se que esse comunicado teria sido assinado por Aristides Pereira e que o problema em causa poderia prejudicar as negociações que acabavam de ser retomadas em Londres, após as primeiras que ocorreram entre 25 e 31 de Maio terem sido interrompidas por divergências de projectos entre as autoridades. Algumas notícias especificavam que os mercenários estrangeiros vinham juntar-se aos africanos das FAP, enquanto que outras consideravam que a maioria seriam guinéus residentes no Senegal apoiados pelos africanos das FAP (AHDMNE, 1309, Vol.I, 940, 1, D; PAA, 1270, 940, 1 (5)D). A 23 de Agosto, três dias antes da assinatura do Acordo de Argel, constava que o PAIGC considerava que "[...] os comandos africanos continuam dispostos a opor-se a uma integração na vida civil e o PAIGC também não aceita a sua incorporação nas Forças Armadas do novo país." (*in* Arriba, AHDMNE, 1273, 940, 1 (5)D).

¹⁹⁶ Num telegrama enviado a um conhecido membro do PAIGC - interceptado pelo Serviço de Reconhecimento das Transmissões datado de Junho de 1974 -, dizia-se que estavam informados que "tugas" continuavam a preparar a viagem de Spínola à Guiné para início de Julho e que suspeitavam que o objectivo dessa viagem era motivar as tropas africanas a tomarem conta de quartéis que já estariam nas mãos do PAIGC (ADN: cx.818-P4). Outro telegrama, de Julho de 1974, transcrevia uma informação, trocada entre membros do PAIGC, segundo a qual fontes bem informadas suspeitavam que, até ao mês de Agosto, um grupo fortemente armado de mercenários da FLING atacaria Bissau e que, esse grupo, era apoiado por um comandante africano das FAP apoiado pelo General Spínola (ADN, cx.818-P4).

¹⁹⁷ Acordo entre o Governo Português e o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo-Verde, disponível no Centro de Documentação 25 de Abril Universidade de Coimbra, página consultada em 3 de Maio de 2008, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon05>.

¹⁹⁸ Ver art. 17º do Acordo de Argel: Acordo entre o Governo Português e o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo-Verde, disponível no Centro de Documentação 25 de Abril Universidade de Coimbra, página consultada em 3 de Maio de 2008, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon05>.

Pouco tempo após a partida dos portugueses, começaram as discriminações, as perseguições, a prisão e a execução de antigos combatentes das FAP de origem guineense²⁰⁰.

Os dados disponíveis indicam que se ponderou trazer para Portugal combatentes das FAP naturais da Guiné. Esta possibilidade foi, inclusive, proposta aos comandos, mas os relatos que a descrevem não são consensuais.

As autoridades portuguesas estavam, sem dúvida, atentas à situação desses combatentes. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, numa entrevista dada no mês de Agosto de 1974, quando questionado se o governo se sentia "[...] responsável por aqueles militares africanos que colaboraram com o antigo governo?" respondeu afirmativamente e acrescentou:

No caso concreto da Guiné [...] tencionamos, por exemplo, repatriar para Portugal os ex-combatentes africanos que não possam adaptar-se à nova sociedade de uma república independente da Guiné-Bissau. Se eles o quiserem.

P- Quantas pessoas são?

R- Sabemos apenas de uns trinta antigos elementos dos comandos especiais, mas que para o PAIGC constituem um certo perigo. Para essas pessoas temos que encontrar uma solução qualquer – talvez enquadrá-los no exército em Portugal, ou coisa assim parecida (*apud* Bernardo, 2007: 160).

Nessa entrevista, Mário Soares concluiu este assunto considerando que não ia haver represálias porque os movimentos de libertação assim o garantiram e estes não queriam ver agravada a sua situação política (*apud* Bernardo, 2007: 160)²⁰¹.

¹⁹⁹ Segundo o depoimento de Salifo Djau, houve oficiais das Companhias de Caçadores que esperaram que o Batalhão de Comandos entregasse as armas para seguir o seu exemplo (*in* Bernardo, 2007: 355). Carlos Fabião terá dito que o oficial que colaborava activamente no desarmamento era o Capitão Sissecó (*in* Bernardo, 2007: 106), enquanto Salifo Djau afirmou que o Tenente Jamanca se recusava a entregar as armas por considerar que estava eminentemente uma nova colonização, desta vez pelos cabo-verdianos, ao contrário dos capitães Saiegh e Sissecó que aceitaram logo colaborar com o PAIGC (*in* Bernardo, 2007: 354).

²⁰⁰ Um telegrama datado de 3 de Outubro de 1974, enviado pelo encarregado do Governo da Guiné ao CEMGFA, indica que "[...] começam a verificar-se discriminações sociais por parte do PAIGC em relação a antigos elementos da força africana recentemente desmobilizados [...] contrariando o que haviam prometido esta atitude leva a admitir que se intensifique o êxodo daqueles elementos para o Senegal [...]"(MD: cx.818-P4). Alguns testemunhos publicados fazem referência aos fuzilamentos (*in* Bernardo: 349, 355). Alpoim Calvão confessou que previa os fuzilamentos fundamentalmente por causa da lei de justiça militar do PAIGC que determinava a pena de morte (*in* Bernardo, 2007: 278). Sobre a lei militar do PAIGC consulte-se Bernardo (2007: 149-150) e Almeida Bruno (*in* Rodrigues, Rui, 1995: 77) lei que com as independências se manteria na Constituição da Guiné-Bissau e não na de Cabo-Verde. Ainda em relação aos fuzilamentos, o Embaixador português, Sá Coutinho, comentou que ouviu falar deles na Guiné mas que não tinha provas dos mesmos (*in* Gonçalves, 2005).

²⁰¹ Por sua vez Carlos Fabião, na época Governador da Guiné, numa entrevista dada a Maria João Aveliz, confessou, que, após ter convencido Marcelino da Mata a vir para Portugal, e na véspera do dia em que saiu da Guiné, reuniu-se "[...] no Palácio com todos os outros comandantes – negros – e disse-lhes para virem comigo porque

Por sua vez, o que é relatado por autoridades militares portuguesas é que, durante a fase da desmobilização, foi providenciada uma lista na qual se poderiam inscrever os comandos que desejassem ir para Portugal, acompanhados pelas suas famílias e onde seriam reintegrados nas FAP no posto que ocupavam na Guiné. Glória Alves, 2.º Comandante do Batalhão de Comandos da Guiné, que recebera ordens para efectuar aquela lista, observou que, dos cerca de 600 militares que constituíam o Batalhão, aproximadamente 200 ter-se-ão inscrito para virem para Portugal, mas que, passado pouco tempo, todos lhe foram transmitindo, pessoalmente, a intenção de ficarem na Guiné (*in* Bernardo, 2007: 299-300)²⁰². Florindo Morais, nessa altura Comandante do Batalhão de Comandos da Guiné, providenciou essa lista porque se apercebeu que vários comandos, fundamentalmente oficiais e sargentos, não queriam desmobilizar, o que punha em risco o processo relativamente a outros soldados africanos já que, como disse, os comandos eram "[...] os líderes das tropas da Guiné. Eram respeitados pelos restantes militares e estes seguiam-lhes o rasto" (*in* Bernardo, 2007: 295)²⁰³. Ainda segundo esta versão, embora tenham argumentado que queriam permanecer na Guiné porque era a sua terra e era seu dever continuar a lutar pelo seu povo, os combatentes inscritos terão decidido ficar, após receberem a notícia de que aufeririam, a pronto, quatro meses de vencimento, mais o subsídio de Natal, quando passassem à disponibilidade²⁰⁴ (*in* Bernardo, 2007: 296-297).

receava que aquilo desse para o torto...[...] Eles disseram que não, que era a terra deles, a história deles, e queriam ficar. E ficaram. P: e depois? R: e depois mataram-nos. Não a todos, porque já encontrei aqui em Portugal dois ou três. Sabe que ainda hoje penso que no PAIGC devem ter aproveitado a altura do 11 de Março ... para começar a arranjar um pretexto para proceder a esses fuzilamentos... [...]" (*apud* Bernardo, 2007: 161).

²⁰² Vários depoimentos fazem referência à construção de listas de comandos as quais são, frequentemente, associadas à identificação desses elementos e à sua posterior detenção. Existem antigos combatentes africanos que foram presos e dizem recordar terem visto uma lista composta pelos nomes e respectivos louvores, condecorações e postos de comandos e milícias, com o carimbo das FAP e que por isso consideram que só poderia ter sido fornecida pelos portugueses (Público, Dâmaso e Gomes 1996). Almeida Bruno faz referência a essa suposta lista observando que não via "[...] necessidade de que alguém tivesse mandado essa lista para a Guiné. Os meus oficiais e sargentos do Batalhão de Comandos Africanos tinham um prestígio de tal ordem que eram todos conhecidos (*in* Rodrigues, 1995: 86). Desde as negociações entre Portugal e o PAIGC faz-se referência a listas de comandos. Além da lista dos que partiriam para Portugal, fala-se também de uma lista que teria sido pedida por um membro de uma delegação do PAIGC às autoridades portuguesas durante uma reunião de negociação, onde seriam indicados os indivíduos das tropas africanas "[...] de acordo com o seu comprometimento" que não interessaria ao PAIGC manter na Guiné (Bernardo, 2007: 105).

²⁰³ Florindo Morais organizou, então, várias reuniões diárias para explicar aos comandos a situação da independência da Guiné e, inclusive, convidou uma delegação militar do PAIGC que, numa reunião organizada com os oficiais dos Comandos Africanos, lhes terá prometido que nada lhes aconteceria (*in* Bernardo, 2007: 296-297).

²⁰⁴ O Governo português tinha-se comprometido a pagar todos os vencimentos até 31 de Dezembro de 1974 aos cidadãos da Guiné-Bissau que desmobilizassem das suas Forças Armadas (Artigo 24.º, Anexo do Acordo de Argel).

Em suma, esta versão, embora apresentando algumas nuances, é unânime ao considerar que a decisão de ficarem foi tomada livremente pelos combatentes africanos já que foram desencadeados os mecanismos necessários para virem para Portugal.

A versão apresentada em testemunhos de antigos combatentes africanos é diferente. Em primeiro lugar, não foram motivos de ordem económica que dizem ter estado na origem da sua decisão de ficar na Guiné. Por um lado, afirmam que confiaram na palavra dos representantes do PAIGC de que não haveria retaliações, o que, acrescentam, também foi garantido pelos seus oficiais, quer Africanos quer os outros. Por outro lado, garantem que se limitaram a cumprir a ordem de desmobilização dada pelas autoridades portuguesas. Por exemplo, Julde Jaquité Semedo declarou que, ele e os outros comandos seguiram as ordens que pensavam vir directamente de Spínola. Por isso entregaram imediatamente as armas, recebendo, então, os respectivos vencimentos. Semedo explica que, no seu caso, o que o levou a desistir de vir para Portugal, após se ter inscrito na lista, foi que lhe constara que o barco que estava a ser preparado para levar os comandos para Lisboa estaria minado (Bernardo, 2007: 349). João Seco Mamadu Mané apresenta a mesma versão acrescentando que estava convencido que os comandos africanos seriam integrados na força militar do PAIGC a 1 de Janeiro de 1975 (*in* Rodrigues, 1995: 191-192)²⁰⁵. Além disso, Semedo é bastante crítico quanto à forma como se processou a transferência de poderes considerando que "[...] se a Guiné ia para a independência, então o pessoal do Batalhão tinha uma palavra a dizer. [...]" (Bernardo, 2007: 349).

O mês de Março de 1975 é apontado como sendo aquele em que começam a intensificar-se as perseguições e prisões de antigos comandos²⁰⁶. Muitos fogem para o Senegal²⁰⁷.

²⁰⁵ Florindo Morais disse que ficou surpreendido quando se apercebeu que os comandos estavam "[...] convencidos que iriam ser os futuros comandantes das tropas da Guiné após a independência!", o que constituiu um dos motivos que o levou a providenciar as reuniões que efectuou com os comandos (*in* Bernardo, 2007: 293).

²⁰⁶ Segundo alguns depoimentos, algumas dessas detenções foram efectuadas através das autoridades do Senegal que os entregaram à Guiné-Bissau (Bernardo, 2007: 151). Luís Cabral confirma que Senghor mandou deter antigos militares refugiados no Senegal e os entregou na fronteira, isso após, segundo ele, terem organizado um golpe a partir do Senegal (*in* Bernardo, 2007: 227). A versão do Golpe é também proferida noutros depoimentos, como o de Bari (*in* Dâmaso e Gomes, 1996), entre os quais alguns referem que se tratou de uma investida organizada por Malan Sanhá, um dissidente do PAIGC, com apoio dos comandos africanos refugiados no Senegal (*in* Bernardo, 2007: 345-346).

²⁰⁷ Bernardo apresenta dados dos Serviços de Informações Militares do Estado Maior General /PAIGC, datados de 7 de Janeiro de 1976, segundo os quais estariam exilados no Senegal cerca de 4 500 homens entre "ex-comandos, tropas normais, magalas e milícias" que apoiariam a FLING (2007: 151-152).

A Associação de Comandos declara ter procurado contactar antigos combatentes do Batalhão de Comandos Africanos que sabia estarem no Senegal desde o ano da sua formação²⁰⁸. Após ter estabelecido os contactos necessários, a Associação solicitou ao Primeiro-ministro Sá Carneiro o repatriamento daqueles comandos, e em 1981, já com o Governo de Pinto Balsemão, conseguiu trazer um grupo para Lisboa que chegou aos vinte e dois elementos em 1982. Estes foram inicialmente alojados pela Associação de Comandos em quartos improvisados na sua própria sede e, mais tarde, em habitações, atribuídas pela Câmara de Lisboa. A Associação comprometeu-se ainda a tomar a seu cargo as despesas das habitações até que os antigos combatentes conseguissem os seus próprios meios de sobrevivência, encarregando-se, também, da sua alimentação e da atribuição de um subsídio para os seus gastos pessoais. (Direcção Nacional da Associação de Comandos, 1986; Vítor Rodrigues, Secretário da Associação de Comandos, entrevista: 11 de Abril, 2007; José Amaral, Presidente da Associação de Comandos: entrevista, 25 de Setembro, 2007)²⁰⁹.

O mês de Março de 1975 correspondeu em Portugal, como sabemos, a um conjunto de acontecimentos entre os quais se destaca, no dia 11, a tentativa gorada de Golpe dos Spínolistas, que resultou no exílio dos oficiais envolvidos e do próprio Spínola para o Brasil. Seguiu-se, no dia 14, a extinção do Conselho de Estado e da Junta de Salvação Nacional, substituídos pelo Conselho da Revolução que se manteria no poder até 1982 e que traria profundas mudanças na sociedade portuguesa.

Os relatos das perseguições, detenções e dos fuzilamentos não serão alheios a este contexto. O destaque que Spínola, enquanto Governador e Chefe das Forças Armadas, deu às tropas africanas na Guiné, servia a sua tese federalista, na medida em que permitia promover a ideia de que eram os próprios africanos, guinéus, que defendiam e lutavam pela manutenção da presença portuguesa em África. O afastamento definitivo de Spínola do poder, segundo alguns depoimentos que delatam as perseguições e execuções, constituíram os pretextos e a oportunidade para que o PAIGC desencadeasse

²⁰⁸ Depoimentos de antigos comandos que residiram no Senegal podem ler-se numa reportagem de José Manuel Saraiva (Expresso, 13 de Junho 1997).

²⁰⁹ A Associação de Comandos diz ter tomado medidas, desde a sua formação, no sentido de encontrar esses homens para “[...] conseguir a repatriação daqueles Comandos que assim o desejassem” (Direcção Nacional da Associação de Comandos, 1986). Desde que a Associação os conseguiu contactar procurou que o Governo português tomasse as medidas necessárias para os trazer. Este, através da Embaixada de Portugal em Dakar, providenciou-lhes passaporte e viagem para Portugal (Direcção Nacional da Associação de Comandos, 1986; Vítor Rodrigues, Secretário da Associação de Comandos: entrevista, 11 de Abril, 2007; José Amaral, Presidente da Associação de Comandos: entrevista, 25 de Setembro, 2007).

a vingança em relação à sua participação no exército colonial há muito anunciada. Segundo outros dados tratou-se de uma medida resultante de uma tentativa de golpe de estado na Guiné-Bissau apoiada por antigos comandos africanos da Guiné.

Além da intensificação das perseguições e prisões, o mês de Março é também assinalado como aquele que dará início ao maior número de execuções de antigos combatentes naturais da Guiné, e que são denunciadas por vários testemunhos²¹⁰.

Em Portugal, segundo Bernardo, a primeira pessoa a chamar a atenção para este problema foi Otelo Saraiva de Carvalho, a 14 de Junho de 1975, quando acusou o PAIGC de ter fuzilado dezenas de contra-revolucionários logo após a saída dos portugueses (Bernardo, 2007:129). Em 1976, Spínola também fez referência a esta questão dizendo que tinham sido fuzilados, sem julgamento, "milhares de guinéus, unicamente por terem cometido o "crime" de quererem viver numa Guiné verdadeiramente livre e sob um governo representativo da vontade soberana do seu povo" (*apud* Bernardo, 2007:130). Um documento, enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e deste para o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, indica que o Embaixador português na Guiné-Bissau, João de Sá Coutinho, tinha ouvido falar dos fuzilamentos no ano de 1975 e que, apesar de não ter conseguido reunir provas que se comprometera a procurar, confessou "[...] ter de admitir que nesta Embaixada se acredite nos rumores que nos últimos dias tem corrido" (MD, cx.818-P4).

Os nomes dos militares, antigos combatentes das FAP,²¹¹ mortos na Guiné entre 1974 e 1979, constam em duas placas que foram descerradas por um antigo comando africano da Guiné, Amadú Bailo Djaló, e dois outros oficiais de origem portuguesa das FAP, numa cerimónia que ocorreu no dia 29 de Junho de 2007, no Regimento de Comandos da Amadora e que foram posteriormente trasladadas para a Carregueira quando o Centro de Tropas Comandos para lá foi transferido.

²¹⁰ Consultem-se, por exemplo, os depoimentos de Socorro Folques que refere os fuzilamentos de Zacarias Saiegh e de Adriano Sisseco, bem como os de Martins Marquilhas e de Rebelo de Sousa (*in* Antunes, Vol.II 1995: 699, 705, 870). A obra de Amaro Bernardo "Guerra, Paz e Fuzilamentos dos Guerreiros" dedica particular importância a este assunto e entre os vários depoimentos que recolheu destaca o de Regina Mansata Djaló, viúva de Demba Sêca e a certidão de óbito, passada pelo Registo Civil de Bissau, que certifica a morte por fuzilamento do seu marido no dia 25 de Março de 1975 (2007: 357-358; 155-156). Luíz Aguiar também fala nos fuzilamentos dos comandos da Guiné na sua obra Livro Negro da Descolonização (1977: 467- 468).

²¹¹ Esta lista consta no livro de Bernardo (2007: 145-146).

O fim das perseguições e dos fuzilamentos dos antigos combatentes africanos das FAP na Guiné é atribuído a Bernardino (Nino) Vieira²¹² que, após liderar o golpe de Estado que afastou Luís Cabral do poder, denunciou publicamente as execuções²¹³ que se tinham praticado na Guiné desde a sua independência, exibindo uma vala comum onde tinham sido encontrados mortos e leu uma lista de nomes dos que supostamente tinham sido executados²¹⁴. Acusação que o próprio Luís Cabral negou várias vezes porque, para além de afirmar que desconhecia a situação enquanto esteve no poder, disse nunca ter autorizado qualquer fuzilamento sumário, admitindo, contudo, que houve prisões de comandos africanos depois de 1975 e que a pena de morte fazia parte da legislação em vigor na época. Luís Cabral insistiu que a exibição das valas comuns não passou de uma encenação de Nino Vieira (*in* Bernardo, 2007: 226-227).

Ainda estão por apurar todos os contornos do que terá acontecido a muitos antigos combatentes africanos das FAP na Guiné-Bissau a partir da sua independência.

Desde o dia 14 de Novembro de 2009, aproximadamente trinta e cinco anos após o final das guerras coloniais de Portugal em África, os nomes dos antigos comandos que já constavam das lápides no Centro de Tropas Comandos, foram somados aos outros milhares de antigos combatentes das FAP cujos nomes já constavam no Monumento Nacional aos Combatentes do Ultramar, desde 15 de Janeiro de 1994.

5. Conclusão

A análise efectuada permite, agora, apresentar dois conjuntos de considerações: de um lado, uma síntese comparativa em relação às especificidades que as desmobilizações dos antigos combatentes africanos assumiram em cada um dos três territórios, bem como em relação à sua integração nos seus países de origem no dealbar das suas independências; de outro lado, considerações analíticas relativas à forma como Portugal, sob um novo regime, lidou com a desmobilização desses africanos que, durante a guerra, serviram a manutenção do regime colonial.

²¹² Ver artigo de Eduardo Dâmaso e Adelino Gomes (1996). Ao contrário destes, Almeida Bruno também acusa Nino Vieira de conhecer as execuções dos comandos e milícias da Guiné (*in* Rodrigues, 1995: 86-87).

²¹³ Sobre esta denúncia consultem-se os artigos do *Nô Pintcha* de 24 de Novembro 1980 com o título "Guiné-Bissau na hora di cambança" que refere que foi encontrada uma vala comum com opositores de Luís Cabral e, no mesmo jornal, do dia 29 de Novembro de 1980, uma lista com nomes dos indivíduos considerados fuzilados. Na imprensa portuguesa vejam-se os artigos de Dâmaso e Gomes (1996).

²¹⁴ Djaló refere que foi "quando Nino Vieira deu o golpe de 14 de Novembro de 1980 [que] as perseguições, as pressões e as calúnias acabaram. Ficámos livres, tirou o fecho de segurança da boca de todos os ex-militares guineenses do Exército Português que ainda viviam" (2010: 13).

A análise exposta demonstrou, antes de mais, que os processos de desmobilização dos soldados africanos das FAP, em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau, bem como a posterior integração desses homens nos novos Estados dependeram, em parte, das características particulares dos movimentos de libertação que participaram mais activamente na luta e nas negociações pelas independências e dos grupos que se envolveram na conquista pelo poder daqueles Estados africanos.

Angola terá sido o território onde esta primeira ordem de factores foi a mais influente. As rivalidades entre os movimentos de libertação, que já se faziam sentir durante as guerras coloniais, rapidamente evoluíram para uma guerra civil onde as antigas forças africanas das FAP foram recursos preciosos para engrossar os exércitos envolvidos. Embora durante a sua desmobilização os antigos combatentes das FAP em Angola fossem considerados potenciais ameaças ao novo regime, a guerra acabou por evitar que fossem discriminados e perseguidos²¹⁵.

Ainda em relação a esta primeira ordem de factores, o contexto angolano contrastou com o que aconteceu em Moçambique e na Guiné. Nestes casos, por um lado a presença de um único movimento de libertação nas negociações, como defende Coelho, contribuiu para que as forças africanas das FAP fossem encaradas como ameaças à manutenção dos novos regimes e, conseqüentemente, fossem alvo de perseguições, de detenções e de execuções na Guiné, e de punição e de ‘purificação’ em Moçambique (Coelho, 2003: 189-190). Por outro lado, a análise comparativa efectuada sobre esta matéria permite acrescentar que terão sido também outros os factores a ter um papel determinante na especificidade dos contornos da desmobilização desses combatentes e na sua posterior integração nas sociedades pós-coloniais daqueles territórios.

Em Moçambique, onde, no final da guerra, o número de efectivos africanos das FAP atingiu os valores mais elevados, comparativamente à Guiné e Angola, a desmobilização desses combatentes foi rápida. Mas, embora nessa época não se tenham registado problemas relacionados com as mesmas, a sua posterior integração na sociedade pós-colonial não decorreu sem discriminações. Assim, se, por um lado, durante as desmobilizações, a FRELIMO considerava que estas forças constituíam uma ameaça ao futuro regime daquele novo Estado, por outro lado, os registos analisados

²¹⁵ Segundo Correia, Portugal acabou por alimentar a guerra civil já que os combatentes africanos das FAP “[...] iriam manter um papel activo na radicalização da guerra civil [...]” (2000: 151) enquanto que, para Coelho, a Angola pós-colonial herdou, com eles, um potencial de violência (2003).

revelam que a sua desmobilização decorreu sem perturbações, o que pensamos relacionar-se com os confrontos que eclodiram em Moçambique, ainda durante os Acordos de Lusaca. Estes poderão ter contribuído para desviar a atenção que se prestava aos antigos combatentes africanos das FAP. Num contexto em que pairava a ameaça do nacionalismo branco sobre o futuro da independência de Moçambique, o carácter racial que estes confrontos assumiram poderá, também, ter contribuído para que a importância dada à pertença a anteriores estruturas coloniais fosse minorada face à pertença à condição de africano.

Inicialmente excluídos pela FRELIMO de várias instituições e de cargos do novo Estado independente, a guerra que eclodiu em 1976 contribuiu para que alguns dos antigos combatentes das FAP, à semelhança do que aconteceu em Angola, nomeadamente antigos comandos entretanto 'purificados', tenham sido seleccionados para integrarem as FPLM. Durante essa guerra é também provável que outros antigos combatentes africanos das FAP tenham fugido de Moçambique e até tenham integrado as forças que se opunham àquelas, nomeadamente as da RENAMO ou, até mesmo, as forças da Rodésia ou da África do Sul.

Assim, as situações em que ficaram os antigos combatentes de origem moçambicana foram diversificadas e parecem ter variado, também, conforme o tipo de unidades das FAP às quais pertenceram. A confirmação destas considerações, que aqui constituem hipóteses exploratórias, necessitaria de uma pesquisa essencialmente centrada nessa problemática.

Além dos factores expostos, o que a análise efectuada revelou em relação a Moçambique foi que as formas como os antigos combatentes africanos das FAP foram integrados no novo Estado e o tratamento a que foram sujeitos não se distinguiram daqueles que foram aplicados a milhares de pessoas que não eram, necessariamente, consideradas comprometidas ou colaboradoras com o sistema colonial. Muitos outros homens e mulheres foram considerados inimigos do projecto nacional em Moçambique na época marxista-leninista e sofreram as mesmas situações de exclusão e de discriminação a que foram sujeitos alguns antigos combatentes. O 'internamento' nos campos de reeducação constituiu uma dessas situações e significou, para o regime, a possibilidade dos internados se arrependem ou purificarem para poderem aceder aos direitos que a cidadania moçambicana passaria a conferir-lhes. Em suma, em relação a Moçambique para além da especificidade que a luta pela libertação assumiu, apurou-se que a ameaça do nacionalismo branco, a nova guerra que entretanto eclodiu, juntamente

com a implementação de uma política marxista-leninista foram os principais factores interferentes na integração dos antigos combatentes a partir da sua independência.

Quanto à Guiné, se o facto de existir um único movimento de libertação envolvido nas negociações para a transferência de poderes, poderá ter contribuído para que a possibilidade dos antigos combatentes africanos integrarem o novo exército nacional fosse posta de parte, tal como aconteceu em Moçambique, considera-se que o papel que lhes foi atribuído durante a guerra, sobretudo nos seus últimos anos, constituiu um dos factores que mais terá condicionado o desenrolar dos episódios conturbados da desmobilização dos soldados africanos das FAP e que evoluíram para situações dramáticas em certos momentos da história da Guiné independente.

Nesse território, embora as forças africanas tenham sido sempre em menor número do que em Angola e em Moçambique, o seu envolvimento na guerra foi de grande destaque, sobretudo desde que se formaram os comandos africanos. O lugar de destaque que lhes foi atribuído na guerra não decorreu, unicamente, do facto de terem sido formadas, na Guiné, unidades exclusivamente compostas por africanos, incluindo os seus comandantes, nem tão pouco por terem participado em numerosas operações de carácter ofensivo. Também em Angola e em Moçambique a africanização das FAP se intensificou à medida que a guerra se prolongou. Na primeira, sobretudo com Costa Gomes, apostou-se no reforço do papel das forças africanas adoptando os conceitos da chamada contra-insurreição, onde elas ocupam um lugar central pelas suas peculiaridades. Em Moçambique, é com Kaúlza de Arriaga que são criados os GEs e os GEPs, unidades contra-ofensivas, compostas maioritariamente por africanos, apesar de aquele ser mais afecto à implementação dos conceitos de guerra clássica e da sua inicial relutância em relação à intensificação da africanização do exército. Mas, ao contrário da estratégia de Costa Gomes para quem as forças africanas eram "[...] meras formações integradas na manobra militar e psicossocial [...]" e cujas características particulares explorou, sem contudo as equiparar, na sua organização e utilização, com as unidades regulares do exército, como o fez Kaúlza de Arriaga, o que distingue as forças africanas na Guiné foi a sua integração num "[...] projecto político destinado a alterar o status quo existente" (Afonso e Gomes, 2005: 447).

A análise efectuada permite-nos sugerir que o protagonismo concedido às forças africanas na Guiné enquadrava-se no projecto político mais amplo, defendido por Spínola relativamente à posição portuguesa em África, consubstanciado na tese federalista que expôs, publicamente, na sua obra *Portugal e o Futuro* e que acabaria por

ser responsável pelo seu afastamento do cargo de vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. O destaque dado às tropas africanas na Guiné servia essa tese na medida em que permitia promover a ideia de que eram os próprios africanos, guinéus, que defendiam e lutavam pela manutenção da presença portuguesa em África. E fê-lo criando uma espécie de "exército africano «nacional» [...] tendo em vista provavelmente uma futura federação de Estados de língua portuguesa"²¹⁶(Coelho, 2003: 184). A crescente autonomia atribuída à força africana na Guiné, em conjugação com os "Congressos do Povo", figura que promovia a ideia da participação do povo da Guiné na administração colonial, e sustentado pelo programa "Por uma Guiné Melhor", campanha psicológica baseada na convicção que a vitória portuguesa, pelo menos nesse território, se faria com base no desenvolvimento socioeconómico, permitiu a Spínola lançar as bases da sua tese federalista, aquando da sua passagem pela Guiné enquanto Governador e Chefe das Forças Armadas promovendo a ideia da 'Guiné para os Guinéus'²¹⁷.

Assim, o tipo de ameaça que os combatentes africanos das FAP representavam para o PAIGC na altura das negociações era, por si, diferente do que se verificava em Angola e em Moçambique, já que simbolizavam, de algum modo, uma resistência à transferência de poderes, e uma eventual terceira força que, nas negociações, favoreceria a tese federalista.

A influência de Spínola no desenrolar dos acontecimentos na Guiné, relativamente aos percursos de vida dos antigos combatentes africanos, não terminou, contudo, com a independência desse território, que só aconteceu após ele ter promulgado a Lei 7/74 que consagrava o direito à independência dos territórios ultramarinos, nem com a sua demissão do cargo da presidência da república após os seus diferendos com o MFA. O 11 de Março de 1975, que marca a última tentativa dos spinolistas ocuparem o poder em Portugal, ditou, se não de facto, pelo menos em termos discursivos, mais uma vez, os

²¹⁶ Um documento datado de Novembro de 1971, enviado por Spínola, mostra como ele pretendia progressivamente substituir a tropa metropolitana, pelo menos a Especial, pela africana. Nesse documento, após elogiar as duas primeiras companhias de comandos africanas, Spínola informa sobre o levantamento de uma terceira e manifesta, explicitamente, a vontade de estas passarem a substituir as companhias de comandos oriundas da metrópole (AHDMDN, cx 6812.1).

²¹⁷ Segundo Florindo Morais, aquando da sua desmobilização, os comandos africanos "[...] exigiam que o General Spínola cumprisse a sua promessa: a Guiné para os Guinéus, e exigiam mesmo a sua presença para lhes fazer a entrega da Guiné (*in* Bernardo, 2007: 294).

percursos dos antigos combatentes africanos das FAP na Guiné, ao ser associado ao início da intensificação das perseguições e dos fuzilamentos daqueles combatentes.

Assim, no caso da Guiné, a política colonial de Spínola deve ser considerada uma figura central na compreensão dos percursos de vida dos antigos combatentes africanos. A sua influência, em relação a esta matéria, começou, sem dúvida, com a sua intervenção na Guiné enquanto seu Governador e Comandante-chefe das Forças Armadas, onde estabeleceu uma relação de proximidade muito particular com os combatentes africanos. No final da guerra, o facto de Spínola se ter mantido fiel à sua tese federalista²¹⁸ não pode ser ignorado quer nas desconfianças e acusações dirigidas aos antigos combatentes africanos que, durante as negociações eram vistos como apoiantes ou promotores de supostas tentativas de invasões e tomadas de poder, quer em relação ao 11 de Março de 1975, data que é associada aos fuzilamentos na Guiné e que, dificilmente, poderá deixar de ser interpretada como uma consequência do fracasso do golpe spinolista em Portugal.

Em suma, em termos comparativos, conclui-se que a desmobilização e a posterior integração dos antigos combatentes nos novos Estados africanos assumiu contornos diferentes conforme um conjunto de circunstâncias e de condições prevaletentes nos três territórios quer ao longo das guerras, quer nos primeiros anos das suas independências. Confirmou-se que as particularidades dos movimentos de libertação em cada território africano, durante as guerras de libertação e as negociações para a transferência de poderes, bem como a luta pela conquista do poder dos Estados africanos independentes protagonizada por grupos rivais, foram duas dessas condições. A necessidade de apressar as negociações, derivada quer de circunstâncias particulares de cada um dos territórios africanos, quer da realidade política que se vivia em Portugal e das pressões internacionais a que estes estavam sujeitos, também não pode ser ignorada sobretudo no que respeita os processos de desmobilização dos combatentes africanos. Durante as guerras, foram ainda outros dois os factores que contribuíram para as situações em que ficaram os antigos combatentes africanos das FAP nos seus territórios de origem: os papéis e sobretudo o destaque que lhes foi atribuído na defesa da manutenção da força colonial portuguesa.

²¹⁸ Pormenores sobre a perspectiva e actuação de Spínola quanto à descolonização podem ser esclarecidos em Almeida Santos (1998: 107-136) e Martelo (2001:79-93; 111-139).

Centrar-nos-emos, agora, no segundo conjunto de considerações relativas à forma como Portugal, sob um novo regime, lidou com a desmobilização desses africanos que durante a guerra serviram a manutenção do poder colonial.

O Estado português negociou com os movimentos de libertação a desmobilização dos combatentes africanos das FAP. Mas, se nessas negociações revelou preocupar-se com a situação em que ficariam esses homens após as independências, a solução que se sobrepôs a qualquer outra foi, sempre, a de deixar os antigos combatentes nas suas terras natais, mesmo sabendo que o mais provável seria virem a sofrer retaliações por parte das populações e, sobretudo, por parte dos poderes instituídos. A hipótese de trazer antigos combatentes africanos só foi colocada em relação aos comandos da Guiné e alguns só vieram para Portugal após a Associação de Comandos ter pressionado o governo português a fazê-lo.

A forma como se ponderou a situação dos antigos combatentes africanos não será alheia à realidade política portuguesa da época, nem tão pouco à forma como decorreu o processo de descolonização dos territórios africanos. A este propósito Boaventura de Sousa Santos observa que “É verdade que o Portugal revolucionário não pôde ou não quis controlar o processo da independência como o fizeram as potências coloniais centrais, mas é também duvidoso que o pudesse controlar mesmo que o quisesse” (1993:45). Esta dificuldade em controlar os processos de independência poderá ter contribuído para que o futuro dos antigos combatentes tenha sido deixado à mercê das vontades dos Estados independentes africanos.

O que se verificou, de facto, foi que, ao contrário do que aconteceu em relação a combatentes locais dos exércitos coloniais de outras potências coloniais, Portugal deixou os antigos combatentes nos seus territórios natais onde combateram contra as independências. A estratégia política utilizada nas negociações ignorou a herança colonial incorporada nesses homens. Estes homens foram abandonados por um Estado que se distanciava do regime colonial.

O caso francês, relativamente à guerra da Argélia, foi totalmente diferente. No final da guerra, embora num primeiro momento se tenha decidido que os antigos combatentes de origem argelina, conhecidos por *harkis*, ficariam na sua terra natal, após se reconhecer que corriam perigo de vida, foi-lhes dada a possibilidade de irem residir para França e de continuarem na vida militar. A grande maioria decidiu, contudo, voltar à vida civil na Argélia, após a promessa de perdão emitida pela Frente de Libertação Nacional. Apesar de terem sido dadas ordens para que os oficiais 'repatriassem' o

mínimo de *harkis* possível, estima-se que tenham chegado a França aproximadamente 85 000 pessoas entre aqueles e suas famílias²¹⁹. Os antigos combatentes argelinos foram colocados em campos militares antes de serem transferidos para junto dos postos de trabalho que lhes foram atribuídos, sendo que a maioria também foi reagrupada em campos ou bairros (Stora, 1998: 200-210; Stora, 2004: 80-82; Charbit, 2006: 48-89; Hamoumou, 2004: 474-495). Deste modo, o Estado francês procurou evitar as retaliações a que poderiam ser sujeitos esses antigos combatentes e numa atitude preventiva toma a seu cargo esses antigos combatentes

Em Portugal, pelo contrário, o Estado só conseguiu ter uma resposta reactiva e relativamente a uma pequena minoria de antigos combatentes africanos. O Estado português só decidiu trazer alguns antigos comandos oriundos da Guiné para Portugal perante as pressões efectuadas pela Associação de Comandos que denunciou as perseguições e os fuzilamentos a que estavam a ser sujeitos. Ainda assim, trata-se de uma situação que, durante décadas, não foi revelada e que só é reconhecida institucionalmente pelas FAP através dos comandos quando, nas suas instalações, colocaram uma lista, inscrita em duas placas, de dezenas de antigos combatentes das FAP mortos na Guiné independente. Mais tarde, também a Liga dos Combatentes os reconhece quando acrescenta os seus nomes à lista de combatentes mortos em combate inscrita no Monumento Nacional aos Combatentes do Ultramar.

Este reconhecimento não é, por sua vez, alheio à ideia de repatriamento que acompanhou o processo que trouxe esses antigos combatentes oriundos da Guiné para Portugal. A utilização deste termo denuncia, mais uma vez, a ambiguidade que rodeia o posicionamento que é atribuído a estes homens. No Portugal pós-colonial, nesta situação, estes homens são considerados portugueses, sem contudo o serem de facto porque a Lei da nacionalidade, decorrente das negociações entre Portugal e as forças de libertação, lhes atribuiu, automaticamente, a nacionalidade do território onde nasceram. São portugueses porque lutaram nas FAP durante a guerra. São portugueses porque esses antigos combatentes africanos lutaram no seio da força colonial com soldados portugueses, contra as frentes que se queriam libertar do colonialismo. Deste modo, no

²¹⁹ À chegada, considerados cidadãos argelinos em França, tiveram que requerer a nacionalidade francesa. Em 1962 já se declarava em França que seriam mais de 10 000 os argelinos vítimas de execuções, contudo o número de mortes não reúne consenso, e há quem aponte, inclusive, a possibilidade de terem sido executadas 150 000 pessoas (Stora, 1998: 200-210; Stora, 2004: 80-82; Charbit, 2006: 48-89; Hamoumou, 2004: 474- 495).

seio das instituições militares, oficiais e associativas, estes homens são reconhecidos como iguais: antigos combatentes da força portuguesa.

Quando Portugal negocia as independências, os antigos combatentes africanos passam, contudo, a ser o Outro. O desfecho dos processos de desmobilização dos soldados africanos das FAP denuncia que estes homens não passaram, afinal, de meros objectos de negociação. Embora o Estado português não se tenha totalmente demitido quanto às suas responsabilidades em relação a estes homens, nomeadamente pagando indemnizações e reformas, e atribuindo pensões de sangue aos familiares dos que morreram em combate, durante a transferência de poderes entre Portugal e os novos Estados, a lógica utilizada por Portugal foi a de desprezar os perigos que os ameaçavam. Se bem que durante as negociações Portugal tenha insistido que esses homens não passavam de vítimas do colonialismo, as forças independentistas nunca deixaram de os considerar traidores aos povos africanos e colaboradores do regime colonial.

Assim a lógica colonial, segundo a qual o Outro é um mero instrumento que sustenta estruturas de poder, foi substituída por uma lógica onde parece ter imperado a necessidade do Estado português pós-colonial se distanciar de uma herança que não podia deixar de lhe pertencer.



Imagem 5 – Aos Comandos mortos na Guerra (Regimento de Comandos da Amadora, 29 de Junho 2007)

Capítulo 5

Viver no Portugal pós-colonial: “Esta é a ditosa pátria minha amada”²²⁰?

Colonisateur ou Colonisé? Il dirait, lui: ni l'un ni l'autre; vous direz peut-être: l'un et l'autre; au fond cela revient au même (Sartre, 1973: 23).

1. Introdução

Os contextos políticos que se foram tecendo em Angola, na Guiné e em Moçambique, a partir das suas independências, permitem compreender alguns dos motivos que os antigos combatentes africanos das FAP evocam para justificar a sua vinda para Portugal. Este capítulo começa precisamente por preocupar-se com esses motivos, embora o seu objectivo principal seja o de compreender os significados que estes homens atribuem aos seus percursos de vida desde que foram desmobilizados e, sobretudo, desde que estão em Portugal.

Terminada a guerra, as experiências dos antigos combatentes africanos têm de ser interpretadas tendo em conta os novos contextos onde passam a situar-se: primeiro o contexto dos novos Estados africanos onde a maioria fica a residir após ter pertencido à força que lutou contra as suas independências; depois o contexto do Portugal pós-colonial para onde estes sujeitos partem um dia. Procurar-se-á, então, conhecer os percursos de vida destes antigos combatentes no seio destes contextos pós-coloniais. Interessa, por isso, saber porque vieram e como vieram para Portugal; interessa conhecer as condições em que vivem e os projectos de vida que alimentam; e interessa saber como se sentem em Portugal, como Portugal os recebe, e se desejam e podem

²²⁰ Luís Vaz de Camões (2000: 104).

continuar a viver neste país. Estas são algumas das pistas que serão seguidas neste capítulo para tentar compreender os percursos e os discursos dos antigos combatentes africanos.

2. Antigos combatentes africanos das FAP: estrangeiros em Portugal

Com as independências de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique, os antigos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas deixam de ter a nacionalidade portuguesa. Assim o determinam os acordos estabelecidos entre Portugal e os diversos representantes dos movimentos de libertação, relativamente a qualquer indivíduo nascido nas antigas colónias portuguesas, com excepção daqueles que solicitassem a sua preservação. Se a nacionalidade do país africano passava a conferir, pelo menos teoricamente, cidadania plena a qualquer homem ou mulher nascidos num daqueles novos Estados e, assim, eliminava um indício de ligação ao antigo regime colonial, suprimia, ao mesmo tempo, a possibilidade de preservar os direitos e deveres relativos à cidadania portuguesa.

Quando decidem deixar a sua terra natal, a maioria desses antigos combatentes das FAP são, então, considerados estrangeiros em Portugal²²¹. A não ser que sejam Deficientes das Forças Armadas Portuguesas, como veremos adiante, o único direito excepcional que estes homens têm, comparativamente a outros imigrantes, é a autorização de residência com dispensa do visto de residência²²². Este estatuto não impede, porém, como também veremos, que venham a usufruir de outros direitos atribuídos a antigos combatentes.

Há duas situações que se distinguem das anteriores: uma relativa aos antigos combatentes africanos que pertencem às Forças Armadas Portuguesas por serem militares de carreira; outra diz respeito aos que vieram oficialmente para Portugal com o estatuto de antigo-combatente.

²²¹ Em parte por isso é que quando procurámos saber quantos seriam os antigos combatentes de origem africana a residir em Portugal, a tarefa se tornou inexequível. Isto porque não existe uma base de dados que, por si, permita esclarecer essa questão. Seria necessário cruzar um conjunto de informações, muito dispersas, que fomos encontrando ao longo deste trabalho, em locais tão distintos como os Arquivos dos Hospitais Militares, que seguramente terão dados relativos aos africanos que lá estavam internados depois do 25 de Abril, o Arquivo Associação dos Deficientes das Forças Armadas, onde se pode ter acesso aos dados dos associados, o Arquivo Geral do Exército onde se encontram os processos individuais de alguns antigos combatentes, bem como uma base de dados relativa a todos os que requereram o complemento especial de pensão, os dados da Caixa Geral de Aposentações etc., para chegar a uma estimativa sobre os mesmos.

²²² Alínea h) do artigo 122.º da Lei 23/2007, de 4 de Julho.

Os antigos combatentes africanos, militares de carreira, que pertencem às FAP, são portugueses. Mas, com as independências dos territórios africanos e de acordo com o D.L. 308-A/75 de 24 de Junho, tiveram de requerer essa nacionalidade, como foi o caso de Amadú, que retomaremos adiante, ou o de Marcelino da Mata, que já citamos no capítulo anterior e que, a este propósito, disse, visivelmente indignado:

Eu estava aqui no Regimento de Comandos da Amadora, em 1974, a comandar uma companhia, a 123, e obrigaram-me a pedir a nacionalidade portuguesa. Será que eu era mercenário aqui dentro? Um militar fardado, dentro de uma unidade a comandar uma companhia, a fazer todos os serviços que fossem precisos, e obrigarem-no a requerer a nacionalidade? Mas eu nunca renunciei à nacionalidade portuguesa” (*in* Antunes, 1995: 553-554).

Por sua vez, entre os homens que vieram para Portugal oficialmente como combatentes ou antigos-combatentes, encontramos três grupos distintos: antigos combatentes naturais da Guiné-Bissau trazidos do Senegal pelo Governo português; antigos combatentes que estavam internados no Hospital Militar em Lisboa quando se deu o 25 de Abril e que acabaram por ficar; e alguns DFAs e antigos combatentes que vêm regularizar a sua situação de reforma e/ou fazer tratamentos médicos e que também acabam por ficar.

O primeiro destes conjuntos de homens é relativo aos antigos comandos africanos da Guiné-Bissau que o Governo português conseguiu trazer do Senegal, em 1982, através da sua embaixada em Dakar, e que a Associação de Comandos acolheu e apoiou, situação que já descrevemos no capítulo precedente.

Um dos antigos comandos que veio nesse grupo foi Rolando, que fugiu para o Senegal depois da guerra e onde viveu sete anos²²³. Durante a guerra, tinha sido 1.º cabo da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné. No Senegal, Rolando foi pintor da construção civil. Em Portugal, a Associação de Comandos arranhou-lhe um emprego de segurança e, mais tarde, Rolando optou por retomar a profissão de pintor. Depois de reorganizar a sua vida, conseguiu trazer a sua família da Guiné-Bissau. Entretanto Rolando adquiriu a nacionalidade portuguesa, e quando os seus cinco filhos também a obtiveram emigraram para Inglaterra, mais precisamente para Londres. Rolando, reside num apartamento seu, no Monte Abraão, com a sua esposa, com quem, gosta de dizer, casou duas vezes, uma à moda da terra, outra oficialmente em Portugal, para que ela

²²³ Julde Jaquité Semedo é outro comando que também fugiu para o Senegal e veio para Portugal através da Associação de Comandos. Para conhecer um pouco da sua história leia-se Bernardo (2007: 347-352).

também pudesse obter a nacionalidade portuguesa. Rolando não pretende regressar à Guiné-Bissau, a não ser de férias ou eventualmente na velhice, mas acha isso pouco provável, apesar de lá ir com alguma regularidade ver a sua casa, assim como a Londres onde vai visitar, com muita frequência, os seus filhos.

Situação distinta é a dos antigos combatentes que estavam internados no Hospital Militar quando se deu o 25 de abril e que, por isso, estavam cá oficialmente com o estatuto de combatentes das FAP. Alguns deles ainda se encontravam internados no ano de 2001 na ala do Hospital Militar de Lisboa²²⁴, conhecida por Anexo, situada em Campolide.

Louro, fisioterapeuta da ADFA, entrevistado em 2009²²⁵, chefiou essa enfermaria durante mais de dez anos até o complexo ter sido vendido pelo Estado Português, naquele ano, e os pacientes, que ainda lá estavam, terem sido transferidos para outros locais, nomeadamente para o Hospital Militar da Estrela. Alguns desses pacientes vieram para Portugal transferidos de hospitais militares das antigas colónias, antes das independências ou durante os processos de negociação das mesmas. Foi o caso de um dos pacientes de Louro, conhecido por Menino, que o fisioterapeuta recorda com particular carinho e emoção, uma vez que este já fora por ele tratado em Angola, onde cumpriu a sua comissão, no Hospital de Luanda, e que acompanhou no Anexo até ele lá falecer.

Por fim, a terceira e última situação, relativa aos antigos combatentes que vêm regularizar a sua reforma de DFAs ou fazer tratamentos, ao abrigo dos acordos estabelecidos entre Portugal e os Estados Africanos, e que acabam por ficar a residir em Portugal. Uns decidem ficar por opção, enquanto outros, por motivos de saúde, ou por motivos económicos, acabam por ser forçados a permanecer em Portugal adiando, *sine die*, o seu regresso.

É o que acontece a Frederico que confessa que é por razões económicas que ainda está em Portugal.

²²⁴ Documentos datados de 1977 da Direcção do Serviço de Pessoal, do Depósito Geral de Adidos do Ministério do Exército, falam neste problema, nomeadamente em GEs, Fiéis, Milícias e Flechas que foram evacuados do ‘ultramar’ por ferimentos ou doenças e se encontravam ainda ilegais em Portugal naquele ano. Nesse documento, também se informa que um sargento, evacuado da Guiné em 1972, teve alta do hospital em 1977, foi-lhe atribuída uma percentagem de desvalorização, ia auferir uma pensão de invalidez e optou pela nacionalidade portuguesa (Ministério da Defesa: cx 765.1).

²²⁵ Entrevista realizada na ADFA, no dia 30 de Janeiro.

se eu tivesse dinheiro, doutora, mesmo hoje eu ia-me embora. O que me prende principalmente é a passagem, não tenho. Esse dinheiro que eu recebo não dá para comprar passagem, é muito caro, são 1000 e tal. Eu não tenho dinheiro para comprar a passagem (entrevista: Junho, 2008).

Balói teve um percurso diferente: veio e ficou em Portugal exclusivamente por motivos de saúde. Balói é um dos antigos combatentes que vivia no Anexo e que em 2001 foi transferido para o Hospital da Estrela onde ficou internado, até falecer, no dia 16 de Abril de 2009. Louro também se lembra dele, inclusive de quando chegou a Portugal, doente mas ainda "com as suas perninhas [...] era um rapazinho educado, um jovem [...] sempre paciente" (entrevista: Janeiro, 2009). Quando nos conhecemos, naquele Hospital, em 2008, Balói aguardava por mais uma das muitas cirurgias que fez em Portugal desde que chegou. Dessa vez, ia ser operado aos olhos. Em Novembro de 2008, enquanto recuperava dessa operação, que o tinha deixado com uma sensibilidade à luz que o obrigava a estar às escuras no seu quarto, Balói continuava a alimentar uma forte e incompreensível esperança de que, dessa vez, iria curar-se e que poderia, então, regressar definitivamente a Moçambique para junto dos seus (entrevista: Novembro, 2009).

Percurso semelhante teve André de Angola mas, ao contrário de Balói, ficou a residir em Portugal por opção, após regularizar a sua situação de reforma como DFA. André chegou a Portugal em 1997 para tratar da sua reforma e foi recebido no Hospital Militar de Lisboa ficando internado no Anexo. Quando este encerrou, André foi transferido para o Quartel de Paço de Arcos – o Centro Militar de Electrónica - onde residiu, alguns meses, até receber a sua reforma. André já conhecia o Anexo. No seu terceiro ano de serviço militar, em 1963, foi atingido por uma mina, veio evacuado para Portugal e ficou lá internado antes de ir para a Alemanha, onde passou um ano para adaptar-se à prótese que passou a substituir a perna que perdeu. Depois disso, André passou mais três anos no Anexo e foi reenviado para Angola, no Vera Cruz, sem, diz ele amargurado, receber qualquer indemnização. Quando nos conhecemos morava em Queluz-Belas, com a sua esposa com quem casara recentemente, depois de quase 50 anos de vida conjugal, de modo a garantir que ela passasse a usufruir dos direitos legais de esposa de DFA. Ela só veio para Portugal em 2002, após André ter reunido as condições que achava necessárias para a receber (entrevista: Julho, 2007).

Além do Hospital Militar e do Quartel de Paço de Arcos, o Regimento de Transmissões, situado na Graça, em Lisboa, é outro quartel que, desde que encerrou o

Anexo, passou a receber alguns dos homens que vieram na mesma situação do André, ao abrigo de protocolos estabelecidos entre Portugal e os Estados Africanos. Em 2011, eram vinte e nove os antigos combatentes africanos a residirem naqueles quartéis: cinco em Paço de Arcos e vinte e quatro na Graça. Quando contactámos pela primeira vez, com essa realidade, em Janeiro de 2008, o número de antigos combatentes africanos aí aquartelados correspondia àquele, variando, apenas, ao longo dos anos, quando algum conseguia receber a sua reforma e resolvia regressar ao seu país ou quando um dos quartéis recebia mais um antigo combatente.

Estes antigos combatentes queixam-se, sobretudo, do tempo que esperam pela resolução dos seus processos, chegando, para alguns, a ultrapassar dez anos.

Joaquim teve que esperar um pouco menos. Após ter conseguido a nacionalidade portuguesa, em Novembro de 2000, veio para Portugal em 2003 regularizar a sua situação de reforma, o que conseguiu passados seis anos. Com uma reforma de DFA no valor de 1159€38 Joaquim decidiu regressar a Moçambique. Ernesto, Flávio e Gonçalo, pelo contrário, estão em Portugal desde 2002, 2005 e 2004 respectivamente, e em 2011, residiam, ainda, naqueles quartéis²²⁶. Nesse ano, nenhum deles tinha resolvido o seu processo quanto à atribuição de reforma como DFA. A todos eles, contudo, já lhes tinha sido atribuída a nacionalidade portuguesa, por naturalização, que tinham requerido quando chegaram ou antes de vir, e que era exigida para poderem ter acesso às reformas que requeriam²²⁷. Todos eles esperavam que os seus processos se resolvessem para poderem regressar às suas terras natais²²⁸.

Embora estes e outros antigos combatentes africanos que residem, temporariamente, em quartéis portugueses se encontrem numa situação muito particular, muitas das suas preocupações, reivindicações e referências são semelhantes às de muitos outros que vivem em situações muito distintas como procuraremos mostrar de seguida, começando por analisar, com mais pormenor, a situação dos ‘aquartelados’.

²²⁶ Não identificamos os quartéis onde cada um reside de maneira a preservar o anonimato dos entrevistados. Isto porque alguns, por apresentarem algumas críticas em relação à sua situação em Portugal ou em relação aos seus processos de reforma, mostraram recear represálias e pediram para não serem identificados.

²²⁷ Até 2001, segundo o Acórdão n.º 423/2001. DR 258 SÉRIE I-A de 2001-11-07.

²²⁸ O documentário “Esquecidos da Pátria” do programa “Linha da Frente”, transmitido na RTP1 no dia 15 de Junho de 2011, apresenta testemunhos de alguns antigos combatentes africanos aquartelados.

3. Aquartelados: “já estamos a lutar outra guerra”²²⁹”

Portugal reconhece, oficialmente, estes homens como antigos combatentes. Reconhece-os como antigos combatentes mesmo que sejam estrangeiros, caso não se tenham naturalizado, e mesmo que estejam em Portugal em situação ilegal, como parece já ter acontecido a alguns destes homens quando caduca a sua autorização de residência. São homens que as FAP recebem nos seus quartéis facultando-lhes alojamento e alimentação durante o tempo necessário para fazerem tratamentos médicos ou para resolverem os seus processos de DFA.

Até resolverem os seus processos, os homens que estão no Regimento de Transmissões²³⁰, dormem todos numa caserna, e fazem as suas refeições na cantina juntamente com os soldados que lá cumprem os seus serviços. Segundo um dos antigos combatentes

[...] parece que ali dormem uns animais. Dormem uns animais. Ali quando vêm outras pessoas grandes, não deixam entrar ali porque senão ver aquele sujeitar que está ali. Ali, por exemplo, está assim: esta é a cama, é uma cama, ali virar uma manta ali, [...] e depois ali começa outra para ali, sempre assim, tudo aqui! Quando você chegar ali para entrar no regimento, só chega entrar nesse corredor, são camas as mantas começam dali para aqui, outra manta dali para aqui, dormir pessoas.

Fátima - já lá foi?

Um antigo combatente²³¹ - Sim, sim, já fui! Você quando chega ali, eh pá é uma grande, grande vergonha! Nós aqui estamos melhor, mais ou menos ali. Ali sofrem, os gajos são muitos! São muitos! Sofre-se.

Os outros, sempre em menor número, que residem no quartel de Paço de Arcos, têm quartos confortáveis, espaçosos e, embora partilhados, são personalizados²³². Estes fazem as suas refeições numa cozinha localizada noutra edifício onde, todos os dias, só para eles, ao meio dia, um soldado lhes leva a comida confeccionada na cantina. Nessa cozinha, ampla e com várias mesas, são eles que preparam o seu pequeno-almoço, ou qualquer refeição que queiram fazer, já que têm alimentos e todos os equipamentos necessários à sua disposição.

²²⁹ Joaquim e Ernesto respectivamente (entrevistas: Abril, 2008).

²³⁰ Quartel que não visitámos.

²³¹ O entrevistado pediu para não ser identificado em relação a esta descrição.

²³² Quartel que visitámos diversas vezes.

A maioria destes antigos combatentes vêm de Moçambique²³³ e, parte deles, já se conhecia antes de virem porque se encontravam na Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas de Moçambique (ADFAPM) formada em 1990, única delegação da ADFA existente, até agora, num país africano²³⁴.

O problema que todos identificaram e que, para todos, constitui motivo de críticas diz respeito ao tempo que os antigos combatentes têm de esperar para resolverem os processos de atribuição ou regularização de uma pensão de DFA. Quando vieram, pensavam que rapidamente resolveriam os seus processos, aliás porque muitos já os tinham iniciado na sua terra natal²³⁵.

Rockista, por exemplo, avalia o tempo que está em Portugal em função das mudanças que vão ocorrendo na sua família durante a sua ausência. Quando veio Rockista tinha onze filhos

[...] agora faleceram dois quando estou aqui, faleceu a minha mãe, faleceu os meus dois filhos; faleceu meus dois irmãos. Cinco pessoas que faleceram desde que estou aqui. É verdade, cinco.[...] O meu último filho tem agora -, tem quantos anos? - tem sete anos. Como no tempo tenho sete anos aqui, ele também tem sete anos lá (entrevista: Maio, 2008).

Rockista não assistiu ao nascimento desse filho porque estava em Portugal nessa altura. Sete anos depois, considera que todo esse tempo em que esteve separado da sua família, afinal, não valeu a pena porque é da opinião que a pensão, que lhe atribuíram pelo acidente que sofreu na guerra, é injusta. Injustiça que não atribui apenas ao seu caso em particular. São os critérios que são utilizados para a atribuição dessas pensões que Rockista considera injustos.

Eu fui aleijado na guerra! Não foi na cidade. Mas agora consideraram-me como se fosse na cidade. É verdade, 200 euros é para um gajo que foi aleijado na cidade! Mesmo a história da Bósnia. Há um soldado, quando cá cheguei, teve problemas na Bósnia. No tempo do Paulo Portas. Recebeu 70 000 euros. Está a ver? 70 000, a família! 70 000 euros. Agora nós o que é que eles dizem, aqueles que sabem, «você para ter reforma - 100% ou 50% se calhar - você

²³³ Segundo uma lista facultada pelo quartel de Paço de Arcos, entre os vinte homens que por lá tinham passado desde 2001, apenas três eram de Angola, e todos os restantes eram de Moçambique.

²³⁴ No dia 26 de Junho de 2008 estive ao Hospital Militar da Estrela para entrevistar o Ari que tinha conhecido na ADFA através do Alberto. Lá encontrei o Micas e o Maganha – antigos combatentes que residem no regimento de transmissões. Estavam a fazer uma visita ao Ari porque se conheciam da ADFA de Moçambique.

²³⁵ Particularmente os que vêm de Moçambique que iniciam os seus processos através da ADFA. Estes deparam-se com um problema acrescido que é o da inexistência dos seus processos individuais no AGE, problema que referimos no capítulo anterior. A inexistência desta prova documental da participação destes homens nas FAP obriga a provas testemunhais que atestem, por exemplo, o acidente que sofreram e devido ao qual reclamam uma reforma, o que constitui mais um factor responsável pela morosidade da resolução dos seus processos.

tem que ser atingido com uma bala. Escapar e tirar o braço ou tirar não sei o quê». Esse aí é que você tem – como é que se chama isso aí? - diz que é em campanha. É campanha. Mas eu estive como ele! Não calhou essa sorte! Mas calhou outra coisa! Calhou outra coisa. Mas eu ia mesmo de coluna de guerra. Sim, o carro virou, mas eu tinha arma, o que é isso aí? Eu não estive em guerra? Porque é que não é campanha? Há diferenças aí? Agora isto é maneira de negar a pagar! De não querer pagar! Porque se considerassem uma pessoa que foi aleijado na cidade, a coisa é outra! A coisa é outra! Percebia-se! No mato! O carro andava na picada, péssima, ali não havia estradas, não havia nada! Sim! Mas olha, não é campanha, é serviço. É isso aí. Um gajo quando está aqui, eles dizem «reclama se quiser», que é isso aí? Mais sete anos? A minha vida tem que acabar aqui mesmo, aqui no quartel?! Andei quatro anos, quatro e meio na tropa, mais sete aqui, quanto é que é? Agora não! Aquilo que acharem. Eu queria ir para casa. Estou assim. Há tanta injustiça. Aqueles que foram para a tropa inglesa, francesa, aquele que esteve na guerra, são pessoas, há pessoas que estiveram na guerra, que estão na minha terra são pessoas, sim senhor, receberam pensão. Mas nós, se você está completo, porque você só apanha 60% quando você perdeu um membro! O que é isso aí!? Agora sou obrigado a perder um membro para ter dinheiro? 60% é que é considerado como DFA; se perdeu membro, campanha não, campanha não quer saber, basta você ter perdido um membro, 60%. O que é isso aí?! O que é isso aí?! Há uma pessoa que me deixou aqui, ele também esteve aí, que estava na minha situação, mas como ele ficou sem perna, então é DFA! Está a ganhar mil e tal. Ele também não era na guerra não! Estava a acompanhar material para a base, virou o carro, cortou-se a perna, é DFA!

[...]

Fátima - e porque é que acha que existe esta diferença entre a forma como Portugal trata os ex-combatentes e a forma como a França e a Inglaterra tem tratado os seus.

Rockista – é pá! Não sei! Talvez se Salazar estivesse, se calhar a gente tivesse ficado melhor. Porque agora, o que existe agora são pessoas que ficaram que eles não querem saber daquilo que se passou atrás! O problema está aí! «Esta coisa de Salazar, de Salazar não existe pá», «isto devia acabar» são esses. Está a ver? É que hoje eles são assim! Por causa de nós! Os outros tinham fugido para França e não sei para onde! Tinham medo de ir para a guerra. Nós fomos! Nós fomos! Agora quando é o dia do pão, ninguém quer que chegue para receber. Os outros já correm com pão, para nós, para a gente não apanhar. Ah! Isso aqui.

Veja lá, sete anos, chego lá com pouco dinheiro. As coisas que se estragou durante sete anos. Como é que vou chegar lá e resolver!? É por isso que as pessoas saem, daqui chegam lá e morrem! Por ver aquilo que os sete anos ter ficado lá, não ter dinheiro para resolver! Morre! Morre de desgosto! Morre! Porque se for pouca coisa e fosse logo, sim (entrevista: Maio, 2008)!

Rockista partilha, com os seus colegas de quartel, esse descontentamento em relação ao tempo que tem de esperar para regressar para junto da sua família e a entrevista de grupo, na qual participou junto com o Ernesto e o Joaquim, revela como consideram esta situação injusta perante o que fizeram por Portugal na guerra e, por isso, sentem-se rejeitados.

Joaquim- [...] Isto aqui é uma injustiça muito grande! Realmente! Um processo que acaba dois anos num sector! Depois sai daí, vai noutra sector, outro tempo.

Rockista- até estamos arrependidos de a gente ter vindo. É verdade.

Joaquim- é verdade! Isso digo eu!

Rockista – arrependidos, muito mesmo.

Ernesto- eu quando fui para casa, eu cheguei a encontrar, encontrei em minha casa quando cheguei, cinco netos! Cinco netos, que não me conhecem. Quando disserem: «vai ao vovô, está ali!». Eu tenho que estar ali com rebuçado, para dar para eles acostumar, para eles quando eu sair eles já saberem que eu sou o vovô. Um homem separado na família. Deixou mulher, deixou os filhos.

Nós, eu acho que já estamos a lutar outra guerra, porque já lutámos muito tempo na guerra, sofremos na guerra, e quando nós começámos, jovens, viver bem a nossa vida, e engajámos nisso aqui de guerra e ficámos assim, uns coxos, e hoje em dia não nos consideram nada. Ficámos cinco anos na tropa. Agora estou aqui há seis anos! Ainda estou e nem sei quando vou sair! É para depois um homem acabar toda a vida no quartel!

Rockista- é triste!

Joaquim - esta é outra comissão que estamos a cumprir!

Ernesto- as nossas mulheres! Só aquele que tem sorte apanha a mulher!

Joaquim- sim, há-de apanhar.

Ernesto- aquele que tem sorte, apanha a mulher. Não há mulher que possa ficar, aguentar até cinco, seis anos. Não tem homem! Onde você viu uma coisa dessas?

Rockista- é triste isto! É muito triste.

Joaquim- muito triste!

Rockista- até arrependidos! Estamos muito arrependidos. Eh pá! Se a gente soubesse que era assim, a gente não vinha! É verdade! Está tudo estragado! Tudo, tudo, tudo, tudo!

Ernesto- eu quando cheguei em casa...

Rockista – não há nada que chegar lá pegar! É começar nova vida!

Joaquim- começar de novo!

Ernesto- esses que ainda não foram, esses que ainda não foram em casa, ver, quando chega, quando você chegar, quando está satisfeito um bocadinho, pegou o dinheiro! Mas não é nada! Você vai escangalhar todo o dinheiro ali, porque está estragado! Totalmente.

Joaquim- tudo estragado! Porque recomeçar a vida de novo! Começar do um. Se você já estava no sete ou oito tem que voltar e recomeçar a vida de novo, começar do um, do zero.

Ernesto- por isso o dono da casa dá grande falta.

Fátima - como?

Ernesto- Se não estar em casa está a dar grande falta. Eu quando cheguei, dentro de uma semana, ficava cheio das pessoas, eu nem sei o que é que vou fazer com as pessoas, porque eles ficam admirados, parece que é uma pessoa que morreu!

Rockista- que está a ressuscitar! É triste, pá, é triste!

Ernesto- e dizem «já acabou?! Já acabou! Já veio?!» e eu disse «não!». «Só vim porque faleceram aqui os meus filhos, netos faleceram, e eu tenho de vir aqui ver de perto, ir no cemitério, para eu voltar». Sim. Isto aqui dói muito!

Rockista- eu, a minha mãe, os meus filhos, os meus irmãos! Cinco pessoas que faleceram desde que estou aqui! Estão a dizer «faleceu fulano! Faleceu fulano!» Como eu vou chegar lá?! Andar a ver o túmulo só? Já não tenho nenhuma família! Triste isto, é triste. É muito triste!

[...]

Rockista- não chega a gente comer e dormir! Não chega! Temos que ver família! Olhe os nossos amigos avançaram muito! Nós estamos aqui isolados! Estagnados! O que somos nós? Não somos nada! Somos lixo! Sai daqui nem dinheiro que nos vão dar logo, vai pagar aquilo que se estragou?! Não vai! O que é que um gajo vem fazer aqui?!

Ernesto- não dá nada aqui! Só castigar as pessoas! Porque a minha maneira de ver é de contar ver os anos que nós temos. Muitas das pessoas recebem o dinheiro e chega em casa, morre.

Rockista- morre!

Ernesto- porque o tempo já passou! A idade já passou!

Rockista- aqui, 50, 60 anos. Estamos aqui. Quantos anos um gajo vai viver lá em casa? É chegar lá e só morrer!

Joaquim- depois há outra coisa. Como se não bastasse, o que nos faz morrer, é outra coisa, é o desgosto. Uma pessoa chega em casa e está tudo estragado! Alguns da família já morreu. Está tudo destruído, já viu? Filhos tornam-se marginais!

Ernesto- não há nenhum filho que está a estudar!

Joaquim- é doloroso!

Ernesto- deixa porque não há pai! A mãe não consegue nada dos filhos. Os filhos de hoje em dia, como nós sabemos, pai é mais ou menos pai, mas mãe não é nada!

Rockista- eles não respeitam! Não respeitam!

Ernesto- até batem!

Rockista- o que se passa aqui, é o que se passa lá! O mundo de hoje é assim.

Ernesto- batem! Porque não há dono. Por isso essas coisas todas! Você quando chega, é só morrer! Só morre!

Joaquim- é, duram pouco tempo.

Ernesto- todo o desgosto! Tanto tempo eu fui sofrer, e minha casa já sofreu assim!

Rockista- é só morrer! Muitos daqueles que voltaram, muitos já morreram.

Ernesto- já morreram.

Rockista - é verdade! Já morreram! Morreram, só falta a nossa vez!

[...]

Joaquim - porque a gente, a gente não estamos a pedir favor, ou pedir esmola!

Ernesto- não!

Joaquim - é um direito!

Ernesto - é um nosso direito! Que sofremos!

Joaquim - há um artigo que diz isso! Mas agora

Ernesto - houve um acordo

Joaquim - houve um acordo e tudo! Já viu?! É por isso que nós viemos, temos esse direito! Porque mesmo quando a gente estávamos lá – como posso dizer –

Rockista- a gente recebia.

Joaquim - a gente recebia²³⁶.

Rockista - a gente recebia pensão provisória.

Joaquim – recebia uma pensão provisória. Então é quando uma pessoa pensa, então vou passar toda a vida com pensão provisória quando tenho o direito a uma pensão! Então vou para lá para ir tratar!

Rockista – legalizar o resto das coisas.

Joaquim – legalizar a minha vida.

²³⁶ Sobre a atribuição das pensões provisórias aos DFA em Moçambique, veja-se Elias Jossias (2007: 43, 47, 74).

Ernesto – chega aqui, cancelado.

Joaquim - chega aqui, parece que está a pedir favor! Pedir esmola. É outra comissão que estamos a cumprir! Mas uma comissão mais dura!

Rockista – dura, dura.

Joaquim – mais dura!

Ernesto – então na tropa acabávamos cinco anos! Aqui saímos oito anos.

Joaquim – lá era fácil, embora que no meio de fogo, mas estávamos a cumprir lá.

Rockista – porque tinha prazo!

Joaquim – tinha prazo

Ernesto – este não tem prazo (entrevista: Abril, 2008)!

Dizem que “é outra comissão” que estão a cumprir, mas mais dura ainda do que a que cumpriram durante a guerra porque “nesta” não têm férias e não têm qualquer rendimento mas, sobretudo, porque a sua duração é ilimitada. É outra comissão, outra guerra, cujos anos de espera estes homens somam aos anos do seu serviço militar. Duros anos porque enquanto eles esperam, as suas famílias desestruturam-se, alguns dos seus membros falecem sem que eles possam prestar as suas homenagens enquanto outros nascem sem que possam estar presentes. São anos de perdas irrecuperáveis.

Para conseguirem ter algum dinheiro para as suas despesas em Portugal, alguns desses antigos combatentes fazem uns biscates, sobretudo como guardas em obras. Trabalho que nem sempre corre bem, porque, por vezes os seus serviços não são pagos e, para não pôr em causa o quartel e a instituição militar, dizem, não podem reclamar. Quando têm nacionalidade portuguesa, alguns conseguem obter o rendimento social de reinserção²³⁷.

Micas reside noutra quartel mas vive numa situação semelhante a estes antigos combatentes. Como aqueles, Micas sente-se rejeitado em Portugal e apresenta o mesmo tipo de acusações, de dúvidas e de interpelações.

Mas essa passagem aí, de estarmos muito tempo à espera, é uma coisa que não está bem estudada, porque quem vem ou mesmo que venha com um bocado de documentação mas tem cá Arquivo Geral do Exército militar, está em Chelas, tem toda a documentação de quem foi militar acidentado e não acidentado, de

²³⁷ E um dos antigos combatentes de um dos quartéis tem uma bolsa de estudo concedida pela Igreja da sua religião para apoiar a sua formação em teologia.

todos os países africanos. Quando chegar uma pessoa pede, diz o seu número mecanográfico, ou quê, e eles vão no computador e vão ver «esse sim senhor está no arquivo X na pasta X». Mas quando chegamos cá, investiga pessoa como se já fosse um problema criminal, ir para consulta, ir para onde, e acaba por uma pessoa ir e uma pessoa continua a estar cá. Por exemplo, eu já estou a caminho de cinco anos, eu tenho todas as cadernetas, os documentos que foi dado no hospital militar em Nampula e trouxe para cá e com a documentação da nacionalidade e tudo, e estou cá já a caminho de cinco anos. Mas isso não havia nada necessidade de essa demora toda, porque se fosse para ir na prisão já teria ido há muito tempo. Mas governo português essa parte ainda não estudaram bem, não sei porque é que há essas demoras assim tanto? Não sei porque é! Eu deixei as minhas netas, a aprender a falar vovô, mas agora uma vez ou outra telefono para casa para minha esposa «olhe está aqui a sua neta: fala»; «vovô quando vem?»- eu sei que é a Rosa - «oh Rosa estás a perguntar quando eu venho! Eu deixei você quando era criancinha! [...] Não sei quando é que volto, estou cá ainda a tratar da documentação" [...].

Fátima - mas tem conhecimento de colegas seus que vieram na mesma situação e que conseguiram a pensão e voltaram?

Micas – conseguiram mas só agora, só há duas pessoas que conseguiram e vieram comigo, em 2004, mas eu ainda estou aqui fora. Outro foi mesmo a semana passada na sexta-feira, mas outro está aqui no Barreiro. Então, por exemplo, o Gonçalo, parece que vem amanhã, ele nem sabe quando é que vai, ele nem à junta foi. Nem à junta foi.

Fátima - no seu caso, já fez os passos todos só falta o Ministério da Defesa?

Micas – sim, só falta o Ministério da Defesa, exactamente, mas primeiro está na direcção dos serviços de saúde, [...] daí então é que autorização de documento para ir ao Ministério da Defesa, para a Defesa fazer a autorização para ir pagar. Demoram muito, demoram mesmo. Eu contava que este ano podia ir embora, mas nem sei quando é que volto, ainda não saiu lá na Defesa, diz que foi em Setembro, dia 20 de Setembro de 2006, faz agora quase, dezoito ou dezanove meses que está lá. Isto aqui mesmo às vezes faz uma pessoa sofrer de tensão ou quê, e adoce sem querer, o pensamento assim.

Fátima - quase que é um prisioneiro de guerra?

Micas – mesmo prisão de guerra sabe quanto tempo é que tem que estar na prisão! Prisão de guerra ou mesmo civil, mas uma pessoa tem que saber que eu estou aqui tanto tempo de castigo, mas agora nós estamos aí sem saber quando uma pessoa sai, sem saber quando a pessoa sai. Dão-nos de comer, consultas no hospital, medicamento tudo, mas fora da família também, faz parte de uma pessoa não vai estar muito tempo.

Fátima - já se arrependeu de ter vindo?

Micas – arrepender de ter vindo, não arrepender ainda completamente porque estou a tratar dos assuntos para melhorar a minha vida, não é, mas arrependimento julguei que, quando vim tratar dos documentos, julguei que

vinha só ficar um ano ou seis meses ou quê, porque eu trazia toda a documentação! Mas agora, enquanto estou cá, nem sei quando é que vou, nem sei quando é que vou. Além que falo com a família, e muita gente já me despediram (entrevista: Março, 2008).

Por isso, revoltado com a sua situação e a dos seus companheiros, Micas reclama: “[...] uma pessoa não vem pedir favor, se fosse uma pessoa que vem pedir favor! «você está a pedir favor» mas não, não estamos a pedir favor porque nós fomos do exército português e servimos a bandeira portuguesa” (entrevista: Março, 2008). Joaquim, como vimos atrás, manifesta a mesma opinião: “porque a gente, a gente não estamos a pedir favor, ou pedir esmola! (entrevista: Abril, 2008) e Rockista, a propósito da mesma questão, assevera:

Nós comemos na bandeira portuguesa, vivemos na bandeira portuguesa, estudamos na bandeira portuguesa, combatemos na bandeira portuguesa, fomos assimilados! Tínhamos que ser portugueses! Não! Chegamos ali e deviam dizer «você ainda é nosso, porque era assim [...]». Aqueles que não eram nossos, punham de lado! Mas não! Agora chega aqui e olham para você: «não é português». Eh pá! Como? Como? Não se percebe (entrevista: Abril, 2008).

Esta demora que, para alguns, dura há quase uma década, decorre dos procedimentos que envolvem, forçosamente, qualquer processo relativo à atribuição de uma reforma como DFA. Contudo, no caso dos antigos combatentes de origem africana, a obrigatoriedade em requerer a nacionalidade portuguesa, até Novembro de 2001²³⁸ atrasava ainda mais os processos.

As descrições que os antigos combatentes apresentam do desenvolvimento dos seus processos é, em geral, tão longa e pormenorizada que tem a capacidade, não só, de nos indicar os procedimentos que os envolvem, como de nos fazer sentir como toda a burocracia que lhes subjaz é indiferente à sua situação. O testemunho de Maganha, que apresentamos, de seguida, de modo entrecortado dada a sua extensão e sinuosidade, introduz-nos nos meandros dos caminhos que estes homens têm de percorrer para resolver os seus processos.

Vim cá em Dezembro, dia 9 de Dezembro 1999. Cheguei cá apresentei e pronto, [...] Arranjaram-me lá então alojamento, lá onde estou [...]. Éramos muito poucos lá, parece que éramos três ou quatro. E assim meti papelada, e

²³⁸ Acórdão n.º 423/2001. DR 258 SÉRIE I-A de 2001-11-07.

disseram que não chegou, que nessa altura não está, porque tudo está de férias no mês de Dezembro [...] Então regressei outra vez lá a Moçambique e retomei o serviço outra vez, e então [...] no fim de Abril é que veio lá a dizer que eu tinha que estar, porque tinha consultas marcadas, não sei o quê, aquelas papeladas [...]. Pronto quando voltei em Maio, parece que foi no dia 9 de Maio, então vim cá outra vez.

Fátima - Maio de 2000?

Maganha - Ya, 2000. [...] E fiquei aqui, tive que fazer as consultas aqui, quase todo o ano, não sei quê quê quê, no ano 2000 acabou, então começaram 2001, não 2000 aliás em Dezembro é que veio a coisa para eu ir fazer a junta.

Fátima - a junta médica?

Maganha - Sim. Essa junta médica de facto. [...] A primeira junta parece que foi em Dezembro, parece que foi no dia 11 em Dezembro no ano 2000. Então fui à junta pronto e [...] o que está escrito aqui não está favorável a isso. [...] pede outra vez para nova junta porque o que está aqui, o que escreveram aqui, as lesões, as feridas já estão curadas, ya, só ficaram cicatrizes e não sei quê, mas as doenças que foram provocadas por esses ferimentos, eles não consideraram. Ok, então pronto! Então outra vez para segunda vez, tentar para fazer a junta. Dali então fiquei, então fui no dia 4 de Julho do ano 2001. Então chamaram-me, fui lá fazer a junta, na saúde no Benfica, fiz aquilo e pronto, ali então é que me deram a desvalorização de 10% [...] E agora o que é que fiz, dali então queria reclamar e a senhora me aconselhou que «não, não faz mal. Primeiro deixa lá o processo andar, então quando tu começar a receber, então pode reclamar porque diz que se reclama agora tudo fica parado! Agora quando está a receber, pronto! Deixa o processo andar!» Ok, disse, porque pronto. Porque sempre a norma era essa. Ok, pronto. Deixei aquilo passar, tudo aquilo o processo andou, não sei que quê, e assim ficou a aguardar, a aguardar. E depois mais tarde à espera disso, fui lá saber a situação, porque o processo também demorou muito. Fui [...] à secção de justiça, me chamaram a pedir documento para ser classificado como DFA tem que trazer isto, isto, isto (entrevista: Junho, 2008).

Esta descrição consegue ser tão enleada que é difícil, apenas com ela, conseguir entender os passos que os antigos combatentes empreendem para encaminhar os seus processos, mas foi escolhida, entre outras igualmente enredadas, precisamente por retratar a complexidade dos mesmos. Torna-se, contudo, conveniente esclarecer esta situação e o relato de Flávio, mais linear, reúne um conjunto de informações, sobre o seu processo, que é comum a grande parte dos outros antigos combatentes aquartelados e que começa ainda em Moçambique.

Deixei de trabalhar definitivamente em 1992. Arranjei uma pequena reforma, tive uma meia reforma e depois arranjei uma pequena empresa minha lá onde eu fazia as minhas actividades. E em 1996, salvo erro, porque já estava grave,

fui ao hospital e eu estava a ficar grave da vista. Fiz um requerimento e pedi para vir para Portugal, para vir ser visto em Portugal e me ser atribuído uma pensão, neste âmbito. E eu cheguei cá em 2005. E o requerimento veio cá, responderam-me e eu já não conhecia bem o meu alferes, conhecia o comandante, e tal, e eu pus os nomes deles e os outros testemunhas que estavam comigo lá em Moçambique pus. Eles foram entrevistados, lá na embaixada, através do adido militar. Foram ali a responder. Pronto, o processo andou. Andou, mas eu tive que insistir várias vezes. Insisti, até que eles responderam dizendo que eu tinha que estar aqui, primeiro para atribuir a residência, a nacionalidade, aquela burocracia toda e eles me deram um prazo para eu vir cá. Se eu não viesse, iam anular e arquivar o processo. Eu vim, eu tive que arranjar dinheiro, pedi emprestado dinheiro e vim.

Quando eu vim, eu já tinha problema nesta perna aqui. Eu tive um acidente, um acidente que me bateu na perna, a mesma perna que eu tive problemas na tropa que ficou com estilhaços, a mesma perna voltou a ter problemas do carro lá. E eu perguntei lá, lá em Moçambique, se eles haviam de me operar, porque eu já estava prestes a ser operado lá em Moçambique, porque tinha problemas. Disseram que chegado a Portugal vai ser operado, não há problema porque lá vão te tratar. Pronto eu vim! Contando que eu havia de ser tratado aqui.

Chegado aqui, fui lá me apresentar, éramos um grupo de quatro pessoas, viemos quatro pessoas, cada um com o seu caso. O meu caso, pronto, o meu processo estava na Ajuda, no quartel na Ajuda, lá na secção de justiça, estava lá. Fomos à secção de pessoal, a secção de pessoal indicou que o processo está no sítio tal, vai lá ter. Então eu fui lá, lá eles me deram uma guia para o hospital, para o hospital confirmar se eu tenho alguma coisa na vista ou quê. Então fui lá e eu não vi a resposta que veio lá. Só sei que o médico disse-me que a minha vista estava grave e de facto estava grave. Quando eu vim cá já estava grave. Ele começou a receitar-me medicamentos e eu comecei a melhorar. Só que as dores de cabeça não passavam, ele receitou-me alguns medicamentos, analgésico e eu tomei. Às vezes passa mas não estou assim totalmente bom.

Só que o meu processo, ele andou, procuraram o meu alferes, o oficial, porque eu indiquei um oficial, meu comandante, só que ele não estava, não estava, não estava na altura, eu esqueci-me, eu não sei bem o nome dele, não era aquele, mas era um que eu tinha dito, e em vez de eu dizer Lidington, eu disse Uadington. Então eu falei os nomes mas mesmo assim eles viram. Então quando eu cheguei aqui, eles «ah procura lá o oficial» mas como é que eu havia de procurar um oficial aqui! É procurar uma agulha no palheiro, eu não conseguia encontrar. Eu fiz uma carta. Então eles mesmo tiveram que procurar o oficial. Porque por sinal eu vim a saber que o capitão que estava nesse serviço, que estava connosco, já era general. Então eu mencionei que conheço um general, o capitão fulano, «ah o general que está na reforma e tal! Sem trabalhar!» Então ajudaram-me a procurar o alferes que estava comigo naquele dia na guerra. Então deram-me o número de telefone, eu liguei para ele, ele

veio ter comigo, aliás chamou-me, eu fui ter com ele, e ele me reconheceu, embora já somos adultos, ele também era novo, e eu também era novo, ele reconheceu-me e eu expus o meu caso. Ele disse «sim senhor, se eles me chamarem eu vou depor». Chamaram a ele e ele foi depor.

O processo andou. Foi enviado para a secção de pessoal, do pessoal foi para a saúde, para a direcção de saúde do hospital militar, ali onde tive problemas.

Entretanto eu tinha o problema da perna. Eu tenho problema numa cavilha aqui que está partida. E eu não sabia como! Não tinha documentos para ir ao hospital civil, porque eu não tinha documentos nessa altura. Não tinha documentos, não tinha nada nessa altura! A segurança social ainda não tinha saído para eu poder, a segurança social tinha que atribuir aquele cartão e tal, leva dois anos para dar isso! E eu entretanto estou doente. Eu fiz uma carta para o hospital militar a pedir para que o hospital militar me operasse. Nessa andança, há um parafuso naquele lugar onde tinha partido, um parafuso furou, e eu andava com uma muleta, furou. Então os colegas é que me carregaram para o hospital. E foram extrair aquilo e então piorou! Fiquei lá um mês porque estavam à espera de autorização para eu ser operado para tirar aquele ferro. Acabou um mês e acabaram por me tirar do hospital dizendo que não posso ser operado porque primeiro porque não é português, segundo porque esta doença não é doença militar, assim não pode ser nada. Pronto! Tiraram-me fora. Vim.

Agora no ano passado dizem que o meu processo foi parar à junta mas eu não fui avisado. O processo foi devolvido e foi arquivado. Em Outubro do ano passado fui saber que o meu processo estava arquivado.

Então através de um coronel, que eu não vou dizer o nome, não vale a pena dizer, o documento veio novamente, o processo veio novamente para o hospital para eu ir à junta. Só que quando vou à junta foi já este ano, agora em Abril, quando vai à junta dão uma guia, porque é normal quando uma pessoa vai à junta eles dão a guia, e a guia vai novamente a ser visto por um médico, que é para o médico poder escrever e dizer o que é que a pessoa tem, qual é a incapacidade da pessoa, qual é a incapacidade que ele tem. Independentemente de tudo. Agora, por exemplo, eu gasto cerca de 70 euros por mês de gotas que eu ponho, e ponho gotas duas vezes por dia. De manhã, à noite, à noite ponho dois tipos, de manhã ponho um tipo, à noite ponho dois tipos. São 70 euros por mês, e eu esses 70 euros por mês não os tenho. Então, como eu dizia, vou ao hospital, naquele dia que eles me mandaram ir lá, mas eu não levava guia, não levava guia. Quando eu chego lá dizem que eu não tenho guia, não posso fazer junta. Eu volto novamente, e voltam a devolver o processo que está arquivado outra vez.

Agora eu fiz uma exposição, aliás eu fiz uma carta, uma exposição, eu fiz uma carta para expor isso, porque, pronto, eu estou numa situação que eu não sei qual vai ser a minha situação! Eu não sei! Porque, pronto, na devida altura quando eu cheguei aqui, eu trazia o meu bilhete de ida e volta, nessa altura, o bilhete tinha validade! Se eles tivessem me dito que naquele tempo não tem

nada, dentro daqueles noventa dias, então eu pegava no avião e voltava para casa! Mas eles não fizeram isso. Deixaram-me ficar e estou nesta situação!

Agora estou à espera novamente de voltar a entregar, vai ser a segunda vez que eu tenho que voltar a entregar o processo, não sei, vamos ver ou não vamos ver, eu não sei! E estou nisto.

Agora por parte da segurança social; a segurança social tratou para eu ser operado, já no hospital civil. E já fui ao médico, também fiquei cinco meses à espera de ser visto pelo médico, de uma consulta, já fiz a consulta, o médico já fez o documento, o rasteio, o documento para eu ser operado também estou na bicha como é normal aqui. É assim. Então pronto, eu estou nisto, em suma a minha situação é esta. Estou num momento de impasse agora.

E a nacionalidade, eu fiz tudo por tudo, eu fiz uma carta juntei os documentos todos. Em 2006 meti a nacionalidade. No ano passado disseram-me que a nacionalidade vai sair, vai sair. Este ano já saiu, já tenho a nacionalidade. Já foi autorizada a nacionalidade, já paguei para ser publicada.

Agora estou à espera do processo! E eu não sei, como a doutora sabe, nós deixámos famílias lá, filhos, netos, eu deixei lá uma pequena empresa e quando eu deixei essa pequena empresa ela ficou a falir lá. Eu tinha deixado com o meu cunhado lá, e a minha empresa faliu! E eu fiquei com dívidas no banco. Tenho dívidas no banco e o banco está em cima da minha família lá! Não há sossego lá! A minha história mais ou menos é esta (entrevista: Maio, 2008).

Além de descrever as etapas pelas quais praticamente todos os antigos combatentes têm de passar para regularizarem a sua situação como DFA, o relato de Flávio também é exemplo de outros problemas que qualquer um deles pode enfrentar em Portugal, como é o acesso aos serviços de saúde ou o de arranjar testemunhas que atestem do acidente que sofreram na guerra e que são solicitadas, frequentemente, quando qualquer antigo combatente requer o estatuto de DFA e não apenas entre os que residem nos quartéis. Conseguir testemunhas não é fácil, como nos contou Flávio para quem é como “procurar uma agulha num palheiro” e trata-se de uma busca que também é muitas vezes responsável pela demora na resolução dos seus processos e que pode mesmo fazer com que estes sejam encerrados, caso não as encontrem.

Nem todos os antigos combatentes esperam tantos anos e atravessam tantas vicissitudes para resolverem os seus processos. Chico, por exemplo, de origem moçambicana, veio para Portugal através da ADFA em 2004 para um dos quartéis, e em 2006 vê a sua situação regularizada. Quando nos conhecemos, em Abril de 2008, vivia da sua reforma e estava muito satisfeito com a casa que comprara no Barreiro e por já ter conseguido trazer três dos seus oito filhos, porque considerava que aqui tinham

melhores condições para estudar do que em Moçambique. Chico não tenciona voltar definitivamente para Moçambique, mas acalenta um sonho que é o de formar e construir uma fundação de apoio a crianças com HIV na sua terra natal.

A par de todas as dificuldades relativas ao desenvolvimento dos seus processos, quando chegam a Portugal, estes antigos combatentes vivem, com frequência, situações insólitas: Paulo não tem onde hospedar-se, Ernesto, ao contrário do que o tinham informado na ADFA em Moçambique, também não, e Maganha tem de deixar, inesperadamente, de residir no quartel que o albergou durante uns tempos. Deslocados das suas terras natais, num país que desconhecem, separados de suas famílias e sem amigos que os apoiem, todos eles conseguem, contudo, ultrapassar estes percalços, e fazem-no, também, todos, mais ou menos, da mesma maneira. Depois de percorrer várias instituições, Paulo, que veio sem qualquer apoio institucional, após ter feito várias exposições ao Ministério da Defesa conseguiu estadia num quartel.

Quando cheguei para aqui, no dia em que cheguei para aqui, fui me dirigir, fui dirigir-me ao Hospital Militar. Do Hospital Militar, depois então dirigi-me aqui na Praça do Comércio, na DAMP²³⁹, que é o departamento de pessoal. Ali é que funcionou o departamento de pessoal dos deficientes das forças armadas. Então fui me dirigir para lá e dali depois então posto para lá meti a questão que eu não tinha cá família onde podia viver e dali depois preocuparam-se em arranjar local onde podia residir.[...]

Foi muito difícil mesmo. Muito difícil. Quando cheguei na DAMP «ah porque vai no [quartel]!». Cheguei no [quartel], eu chego lá no Major e disse «não, você não pode ficar aqui porque estou à espera de um senhor que é um senhor que vem de Moçambique! Aliás aqui só tenho recebido moçambicanos, nunca recebi nenhum angolano aqui. Tanto que você não pode ficar aqui! Há que regressar». Tive que regressar outra vez atrás até à DAMP, explicar a situação que ali não me receberam, mandaram voltar. Depois então decidiram outra solução, a senhora lá da DAMP, tentou procurar maneira de ver se conseguisse arranjar um internamento no hospital, mas não foi possível. Fez um documento para ver se eu podia apresentar esse documento lá nas urgências do Hospital Militar central mas não foi possível, não foi possível. Então parece que, naquela altura, não tinham contactado ainda aqui, [...] com esta unidade, tiveram que me enviar, eu fui parar em Sacavém. Fui parar em Sacavém. Passei lá uma semana, depois de uma semana então já tinham arranjado condições aqui, assim que foram-me apanhar directamente de lá para aqui.

Fátima - em Sacavém era o quê?

²³⁹ Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal.

Paulo - Em Sacavém, também tem lá uma unidade militar.

Fátima - estava lá sozinho?

Paulo - Eu estava lá sozinho. Sozinho. Estava lá sozinho. Nos primeiros dias, nos primeiros tempos, é difícil, com muitas dificuldades, com muitas dificuldades mesmo. Nos primeiros dias, uma pessoa atravessa muitas dificuldades. [...]

É uma vida muito longa esta aqui. Uma vida longa. Parece fácil, mas não foi fácil. Eu até a vinda de cá, eu não sabia que um indivíduo passasse este tempo todo! Eu contava «eu vou para lá e vou passar pelo menos...»; eu vinha com uma passagem de ida e volta de noventa dias, a contar que era fácil, pronto. Mas afinal, posto no local tudo é difícil eu não contava que passassem estes anos todos que o processo fosse assim tão demorado (entrevista: Maio, 2008).

Paulo esperou quatro anos pela resolução do seu processo. Ernesto esperava há nove anos em 2011. Mas Ernesto veio através da ADFA de Moçambique e pensava que, em Portugal, lhe tinham reservado um lugar onde residir. Por isso, no dia em que chegou foi directamente do aeroporto para a ADFA de Lisboa e ficou surpreendido quando aí lhe disseram que tinha que voltar para Moçambique porque não tinha lugar em Portugal.

Eu tive grande história quando eu cheguei lá. Eu cheguei, com a bagagem, a uma senhora telefonista que está lá. Essa senhora eu apresentei problema a ela e ela disse «está bem, vai ali naquele gabinete e vai encontrar uma doutora que está lá», doutora chamada...., esqueci o nome dela, porque já foi embora, já foi embora. [...] Eu fui lá. Cheguei lá, entrar: «bom dia minha senhora». Ela disse «bom dia, sente-se aí». Eu sentei-me. «De onde vem senhor?» Eu disse: «venho de Moçambique». «Vem cá fazer o quê?» Eh pá! Eu tirei os meus dados, a mostrar-lhe. Ela viu. E ela disse: «não! Você fugiu de Moçambique para aqui».

Fátima - fugiu?

Ernesto - É «fugiu de Moçambique para aqui. Eu já sei que você fugiu de Moçambique». «Com os dados assim, eu fugi de Moçambique? como é que eu fugi? Como eu? Os dados todos estão aí! Está tudo assinado aí». Ela disse: «aqui não há lugar aqui para a gente deixar você. Aqui não há nenhum lugar. Nós não temos nenhum lugar para deixar você ficar aqui».

Eh pá! «Agora onde é que eu vou ficar? Eu sei muito bem que aqui há muitos africanos, saíu de lá e deixar lugar! Eu quero que a senhora me levar e me deixar lá onde tem esses africanos para eu juntar com eles!» «Eu estou a dizer que aqui não há lugar! Lá já está tudo esgotado, não quero mais pessoas, você volta para Moçambique. Aqui não há nenhum lugar para você ficar! Você volta para Moçambique».

Daí eu comecei a ficar cheio de raiva, me enervar, mesmo enervar. Mas porra o que é isso! Na minha chegada! Sou recebido assim desta forma! O que é que se passa?

Ela disse: «está-me a levar tempo. Sai! Eu quero fazer meu trabalho». Eu levantei-me, chateado, voltei para a telefonista, aquela senhora que está de telefonista, eu cheguei apresentar problema eu disse: «minha senhora, eu estou muito aflito, aquela doutora para quem me mandou para ali, ela está-me a mandar embora! Que eu fugi de Moçambique para aqui! Por isso eu estou muito chateado!» Ela disse: «calma! Sente-se ali. Sente-se ali» e eu fui sentar lá. Ela fazer um telefonema, ela me chamou: «[...] está a ver aquela porta ali? Aquela porta ali? Vai lá [...] Agora aquele senhor que está ali», ele me fez assim, espantado de me ver e disse «anda cá». Eu entrei ali, porque ali ainda estava ocupado onde a senhora me mandou. «Bom dia meu senhor, de onde veio?» «Venho de Moçambique.» «Moçambique?» «Sim senhor». «O senhor é deficiente?» «Sim, sou deficiente!» «Estava onde? Lá na guerra?» «Estive em Cabo Delgado, Mueda». Ele disse: «eh pá! Em que ano?», «69 e 70 e 71 e até 72», «eu também estive lá! Em que companhia estava?» Eu disse: «eu estive numa companhia de caçadores 26/30». «Eh pá! Eu estive no esquadrão! Numa casa mesmo ligada assim, estava só dividido no meio». «Ah! Essa companhia quando saiam para operação, nós acompanhávamos a companhia, nós é que acompanhava com a fox e ganadero». «Eh pá! Nós somos guerrilheiros!» E começamos ali a conversa, com aquele senhor. Está a ver? Já começou já, começou já a me arrefecer! [...] Senhor J. disse: «está bem, está na hora, está na hora almoçar. Passa lá, manda passar um papelinho para comer».

Está a ver o caminho já estava a começar.

Passaram-me ali um papelinho, eu fui lá, comer. Eu não vou esquecer mais aquilo que passou! Fui lá acabar aquilo ali, o senhor J. disse: «oh senhor. Ernesto! Não se preocupa, senhor Ernesto senta-se aqui! Eu lá para as quatro vou tratar o seu assunto». Eu disse «muito obrigada senhor». Eu fiquei ali, então chegou as quatro horas, ele saiu. [...] voltou e disse: «oh Ernesto vamos lá!» Ele pegou a bagagem. Eu também pegar bagagem. Saiu comigo. Chegou na porta principal lá fora e disse que logo vai aparecer aqui táxi. Logo estava a chegar o táxi. Disse: «leva este senhor Ernesto para [quartel], para deixar ele lá. Está bem?» O taxista disse «ok.ok». Ele tirou dinheiro dele, [...] dez ele tirou do bolso dele e deu ali. Ele carregou.

Chegou no [quartel], apresentou-me a mim lá na porta, ele voltou para o táxi e aquele senhor da porta disse «eh pá nós não temos lugar». Agora eles mandaram o recado para lá dentro informar aqueles lá. E disse: «eh pá está lá um deficiente de Moçambique que chegou agora mesmo.» Veio ali muitas pessoas. Chegou a um chefe dele lá, um africano [...] e disse: «eu quero que este homem entrar, tem um lugar de um senhor que acabou de receber e então vai estar lá a cama dele para esperar amanhã para eu apresentar ao comandante, a fim de procurar saber onde é que ele há-de ir ou aqui ou outro lado». Me levou com as minhas bagagens. Fui lá entrar com a bagagem lá. «A cama é esta dorme aqui senhor Ernesto. Já comeu alguma coisa?». Eu disse:

«não, nada». Então foram lá comigo, arranjar alguma coisa para eu comer e eu dormir ali.

No dia seguinte, logo de manhã cedo, este homem viu que já chegou o comandante. Me levou para cima. Foi lá me apresentar: «chegou o senhor Ernesto, ontem». Ele disse «quem é que mandou aqui?» Eu disse que foi um senhor [...] da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Ele telefonou para lá. Disseram-lhe que «no momento não está, está em reunião.» Então o comandante telefonou para aqui. Quando falou para aqui apanhou um capitão que estava aqui [...] e disse «aqui estou com um senhor Ernesto que veio de Moçambique não sei se vocês aí tem um lugar aí para ele?» e ele respondeu «nós esperamos por ele aqui há três meses! A cama está pronta aqui à espera desse Ernesto aqui, já há três meses!» Ele pegou no telefone outra vez, telefonou para a Associação dos Deficientes e disse: «eu quero carro aí imediatamente aqui para levar o Ernesto para [o outro quartel].» Disseram: «está bem, vem, já vem agora»; e ele disse «já vem agora então preparar a mala e o Ernesto esperar ali mesmo para levar.» Eu cheguei ali a despedir dos colegas: «eh pá muito obrigado companheiros da mesma terra, nem aquele que não é da minha terra, mas está de outra terra, mas é o mesmo são companheiros estou a agradecer. Desde ontem estou aqui convosco, me receberam, ficam de bem, o comandante disse que vai aparecer o carro para me levar, eu vou [...] nem sei onde é, [...]. Obrigada». Logo o carro já chegou, está na porta, está aqui. [...] Eu carreguei minha mala para meter lá, e quando chego aqui, o capitão não estava ali e disse: «eu quero aquela pessoa que está a chegar ali e vir aqui!» Me levaram a ver aqueles que estão ali com o enfermeiro, me levaram para ali. «Então o senhor Ernesto veio de Moçambique, então! Estávamos à espera de você durante três meses». Eu disse: «sim, é uma preocupação de muita coisa, para a pessoa deixar a casa e ir para outro lado tem que ir apresentar isto, isto, isto e levou-me tempo porque eu tenho os meus irmãos que trabalham na África do Sul, então tinha que esperar ele vir para eu vir apresentar! Eh pá, o caso é este assim, assim, eu vou-me embora, vocês ficam a tomar conta da casa, eu já vou me embora. Então por isso é que me levou até acabar tudo.» [...] O capitão telefonou para o hospital, o hospital disse: «sim tem que vir aqui o senhor Ernesto, nós queremos conhecer, tem que vir aqui.» Eu fui lá qualquer dia, cheguei ali, quando eu cheguei apresentar aquele guia, levantou uma senhora que está ali, foi puxar uma gaveta, um cacifo destes aqui, e disse que o processo dele está aqui só que o tenente saiu de férias – parece que é comandante dali – disse que saiu de férias, mas há-de vir o dia 2. Quando chegar dia 2, o senhor Ernesto vem» e eu disse «ok obrigado minha senhora.» Nós voltamos e esperar que acabar aquele mês! No dia 2 não fui, fui no dia 3. Porque pensei no dia 2 não sei se ele há-de vir ali com muita coisa, deixa-me chegar no dia 3. Fui no dia 3. Cheguei lá no dia 3, o processo já está assinado e tudo, eu comecei a correr com o meu processo, até hoje que estou aqui. Em 2002, esse problema que me levou. E a senhora queria saber a maneira de sair de Moçambique para aqui, como é essa explicação (entrevista: Maio, 2008).

Maganha também veio de Moçambique directamente para um quartel, mas ao fim de quase um ano foi apanhado de surpresa quando lá o informaram que tinha de arranjar outro local onde ficar porque, como o seu processo foi indeferido, deixava de ter direito ao apoio que até aí lhe prestaram. Maganha conseguiu que a Santa Casa da Misericórdia subsidiasse o seu alojamento numa pensão e lhe fornecesse refeições até o tribunal ter resolvido, a seu favor, o recurso que entretanto impusera, com a ajuda da ADFA, que lhe permitiu voltar a residir no quartel. Enquanto aguarda a resolução do seu processo de reforma, recebe apoios financeiros da segurança social e da Santa Casa da Misericórdia.

Os testemunhos que acabámos de apresentar, bem como as incursões que fizemos pelos percursos de vida de alguns destes antigos combatentes, permitem ver que estes homens não têm apenas em comum estarem a residir em quartéis das FAP. Em comum também têm opiniões, reivindicações e queixas, situações e percursos de vida, expectativas, desilusões e ressentimentos. Opiniões comuns de que o tempo que esperam em Portugal é um tempo irrecuperável, que acarreta danos irremediáveis. Tempo de espera pela resolução dos seus processos de DFA que avaliam em função do tempo que vivem separados das suas famílias. Tempo de separação que significa não acompanhar o crescimento dos seus filhos, nem o casamento de alguns deles, nem o nascimento de alguns netos. Separação penosa também porque, para alguns, significou perderem familiares que morreram sem que tão pouco tenham podido assistir aos seus funerais. São homens que sofrem por todas essas perdas e por sentirem que as suas famílias se desmoronam na sua ausência. A culpa desse sofrimento é do tempo que passam em Portugal, mas esse tempo é da responsabilidade do Estado português. Estado Português que os recebe, os apoia e, segundo a legislação, lhes dá a possibilidade de obterem uma reforma de DFA. Estado que, ao mesmo tempo, os abandona nos meandros da sua teia burocrática responsável pelos anos que passam em Portugal. Anos de espera em Portugal para verem pagos a dívida que consideram que o Estado português lhes deve por terem dado também anos da sua vida à guerra. Anos de espera que somam aos anos de serviço militar obrigatório, como se aqueles fossem o prolongamento destes e como se de um mesmo espaço-tempo se tratasse.

Em Portugal contam, contudo, com redes sociais de apoio, institucionais e outras, que os ajudam a suportar esses longos anos que suportam até verem as suas situações resolvidas. Redes compostas por homens e mulheres que vão encontrando ao longo dos seus percursos e que, compadecidos com a sua situação, recorrem aos seus

conhecimentos para lhes arranjar trabalho, alojamento, tratamentos médicos, ou para desbloquear ou reabrir um processo ou para servir de testemunha quanto aos acidentes que sofreram na guerra. Deste modo, a vida e os testemunhos destes homens revelam, não só, como essas redes sociais são fundamentais para lhes dar algum suporte, mas também como funciona o Estado Português perante estes homens que outrora o serviram.

Muitos dos problemas vividos por estes antigos combatentes, que têm a particularidade de estarem a residir nos quartéis e manifestarem a vontade de regressarem às suas terras mal resolvam os seus processos de DFA, são semelhantes aos de outros antigos combatentes que residem em Portugal noutras situações, como veremos de seguida.

4. “Talvez quando a pessoa já não é aquilo que a gente era, então a pessoa está abandonada à sorte”²⁴⁰

A não ser as situações até agora descritas dos antigos combatentes que vêm para Portugal oficialmente como antigos combatentes, todos os outros chegam cá como qualquer outro imigrante²⁴¹. Por isso, podemos encontrar homens com os mais diversos percursos e nas mais diversas situações. Bodo em situação irregular em Portugal, Amadú reformado pelas FAP, Octávio sem trabalho e sem qualquer rendimento, Luís reformado e Presidente de uma Associação de Africanos, Domingos sem rendimentos, sem nacionalidade portuguesa e António que, em Portugal, sobrevive com o apoio de instituições sociais, representam alguma dessa diversidade. Todos com histórias singulares mas que, como veremos, apresentam pontos comuns nalguns elementos que atravessam as suas vidas e nalgumas matérias que compõem os seus discursos.

A vida de Bodo em Portugal não tem corrido da melhor maneira. Em Julho de 2007, mostrou-se muito relutante em ser entrevistado porque, explicou, estava em Portugal há sensivelmente um ano e a sua situação não estava ainda regularizada. Durante a guerra, Bodo foi comando, e disse que gostou de tê-lo sido. Depois, com a independência da Guiné-Bissau, Bodo esteve preso durante dois anos e três meses, mas conseguiu fugir e foi para o Senegal, regressando à Guiné após o golpe de 14 de Novembro de Nino

²⁴⁰ José (entrevista: Junho, 2008).

²⁴¹ Excepto, com já dissemos atrás, terem acesso a autorização de residência sem necessitarem de um visto de residência.

Vieira. Quando falámos com o Bodo ele desabafou²⁴² que estava muito desanimado porque vivia na miséria em Portugal, confessando, cabisbaixo, que “se tem para comer come, se não tem, não come”. Mesmo assim acreditava ser possível obter uma reforma por ter estado ao serviço das FAP durante nove anos e que, caso a conseguisse, tencionava ficar em Portugal e trazer os seus sete filhos. Na entrevista que nos concedeu, numa esplanada da Praça de São Domingos em Lisboa, local onde podemos encontrar, todos os dias, antigos combatentes da Guiné, Bodo trazia consigo, escrupulosamente guardados numa pasta plástica, os documentos com os quais estava a tentar resolver a sua situação. Com eles esperava conseguir obter a nacionalidade portuguesa e, a partir daí, melhorar a vida difícil que tinha encontrado em Portugal onde, dizia “[...] não tenho dinheiro, não tenho trabalho”. Sem qualquer apoio institucional, Bodo contava com o auxílio de alguns dos seus camaradas, antigos combatentes que, nos dias mais difíceis, o ajudavam a sobreviver.

Bodo não é o único antigo combatente que conhecemos a viver numa situação precária. Alguns deles, mesmo assim, consideram que as condições que cá encontram são melhores do que as que tinham nas suas terras natais e, por isso, preferem ficar em Portugal. Octávio, por exemplo, em Outubro de 2007, vivia da ajuda de uma das suas filhas que residia em Portugal. Veio pela primeira vez em 2001, e ainda aguardava, há três anos, que lhe fosse atribuída a nacionalidade portuguesa. Mesmo assim, sem reforma, sem emprego fixo e sem qualquer rendimento, dizia: "Aqui não há problema. Problema é lá na Guiné, os que ficaram lá, aí é que está! É! Basta só chegar aqui e pronto é um milagre!" Octávio considerava, assim, que a sua vida em Portugal era incomparavelmente melhor do que a de centenas de antigos combatentes que ficaram na Guiné-Bissau e que, segundo afirmava, viviam na miséria.

Amadú, como Bodo e Octávio, veio para Portugal pelos seus próprios meios, mas mais cedo, em 1986 e, até concluir o processo que o considerou membro das FAP, também residiu, neste país, com o estatuto de imigrante. Enquanto teve saúde para trabalhar, foi comerciante, profissão que desempenhou, na Guiné, antes e depois de ter servido nas FAP durante treze anos. Em Portugal, não vendia fruta nem legumes, como na Guiné, mas sim cassetes de vídeo que ia comprar ao estrangeiro, sobretudo a Paris. Apesar de viver com algumas dificuldades, como várias vezes confessou, elas são

²⁴² Bodo tem dificuldade em falar português e, por isso, recorremos ao apoio de um antigo combatente africano para servir de tradutor.

incomparáveis às de Bodo. No ano de 2007, Amadú recebia uma reforma, pelas FAP, inferior a mil euros que mal chegava para pagar as suas despesas, o que o obrigava a encontrar estratégias alternativas que o ajudassem a resolver a sua situação financeira. Contudo, nunca encontrámos a sua casa sem que lá estivessem amigos ou familiares, nem a sua mesa vazia para os receber.

Nessa época, Amadú insistia que tinha dois grandes projectos: o primeiro era publicar o livro da sua história de vida, que já tinha manuscrito e que pudemos ler; o outro era conseguir a nacionalidade portuguesa para as duas filhas a quem faltava adquiri-la. Depois de os concretizar pensaria em regressar à Guiné-Bissau para junto das suas duas esposas lá residentes. Entretanto, casou, em Portugal, por procuração, com uma delas, a mais nova, para que ela pudesse usufruir dos direitos que a lei portuguesa assim lhe garante. Em 2010 vê publicado o seu livro, e em 2011 tinha conseguido, depois de muitos anos de esforços e de alguns processos indeferidos, que as duas filhas, a quem faltava a nacionalidade portuguesa, a tivessem finalmente obtido. Apesar de ter concretizado os seus sonhos, Amadú adia o seu regresso à Guiné e pensa na publicação de outro livro.

Bodo, Octávio e Amadú, todos vieram à procura de uma vida melhor do que a que tinham nas suas terras natais. Foi isso que Jorge e Júlio também vieram procurar quando deixaram Angola pouco depois do 25 de Abril. Jorge veio ainda em 1974 e queria conhecer a Europa e, se possível, ir viver para a Holanda. Acabou por ficar em Portugal onde trabalhou, sobretudo, na área da restauração, até conseguir ser proprietário de um bar na cidade do Porto. Júlio só veio em 1975 porque pensava que a situação podia melhorar em Angola.

Antes do serviço militar, Júlio era estudante e músico de um grupo musical cujo vocalista era Eduardo Nascimento que ficou famoso quando participou na Eurovisão, em 1967, a representar Portugal na Áustria com o tema “E tudo o vento Mudou”. Júlio julgava que não ia sobreviver em Portugal, sobretudo por causa do frio ao qual não estava habituado. Conseguiu adaptar-se ao clima, mas não conseguiu adaptar-se à sua nova vida em Portugal e, nos anos 80, Júlio, sob uma grande depressão, só pensava em regressar a Angola. Quando melhorou, trabalhou em várias áreas profissionais em Portugal e no estrangeiro nomeadamente na Bélgica, na Alemanha e na Holanda. Mas foi no Congo, a gerir equipas de madeireiros, onde melhor se adaptou e onde conseguiu trabalhar durante dez anos.

Manuel, também veio de Angola e reside com a sua mulher e com o seu filho nos arredores de Lisboa. Ele e a sua esposa vieram para fugir da guerra civil, mas Manuel já conhecia Portugal porque, no ano de 1965, tinha vindo tirar a especialidade de armas pesadas na Amadora. Apesar de ter passado muitas dificuldades, Manuel considera que se integrou facilmente em Portugal, sobretudo desde que começou a trabalhar como chanceler de uma embaixada, profissão que exerceu em várias partes do mundo até se reformar em 1995.

Oriundos de Moçambique, Henrique e Daniel, constituem dois exemplos de antigos combatentes que, em Portugal, também conseguiram construir um percurso que lhes proporciona condições de vida que consideram satisfatórias. O primeiro, Henrique, após passar muitas dificuldades quando chegou a Portugal e, por isso, segundo explica, se ter divorciado de sua esposa com quem tivera uma filha pouco depois de aqui se instalar, conseguiu tirar uma licenciatura em história e ir trabalhar para o Ministério da Cultura, até se reformar. O segundo, Daniel, antes de entrar para a função pública, começou por ser segurança, trabalho que, segundo observou, parece ter sido desempenhado por praticamente todos os comandos quando aqui chegaram. Ao longo da sua carreira trabalhou em vários ministérios e, quando nos conhecemos, estava prestes a sair para o estrangeiro onde poderia passar mais alguns anos de serviço. Apesar de satisfeito com a sua vida pessoal e profissional em Portugal, Daniel ainda pensa que, se tivesse ficado em Moçambique e preservado o emprego que tinha antes de ter vindo, poderia estar melhor.

Tenho colegas que trabalhavam no banco, quando eu estava lá, e que ainda lá estão, estão em boas situações e eu, se calhar, também teria, teria hoje em dia ou até melhores! Eu e as minhas filhas, se calhar, estaríamos em melhores condições se tivéssemos lá ficado (entrevista: Junho, 2008).

Esse trabalho, que tinha no banco, arranjou-o pouco depois de terminar o serviço militar em Abril de 1972, na sua terra natal, através de um colega seu da Mocidade Portuguesa, instituição onde Daniel chegou a ser comandante de bandeira. Admite que se tratava de um bom emprego, com um excelente salário para a época. Daniel casou quando Moçambique já era independente. Entretanto, explica-nos,

[...] aquele movimento todo, o regime da FRELIMO depois que entra em que Samora Machel começa a fazer uns discursos - como chamava? - de Rovuma a Maputo, quando vai do Norte até ao Sul, ele vem a fazer discursos pelas capitais todas, sobre o que é que a FRELIMO queria, o que é que eles queriam fazer. Pronto, nota-se ali que ele quer expulsar as pessoas que não aderissem à FRELIMO. Que era colonialista, que eu tinha pertencido a Mocidade

Portuguesa, quem tivesse pertencido a isto ou aquilo que era melhor ir embora que não tinha lá lugar em Moçambique. E eu fui dos comandos e fui da Mocidade Portuguesa, fiquei também assim um bocado apreensivo: o que é que será de nós? E depois os boatos que correram na altura é que toda a malta que foi dos comandos ou da Mocidade que tinha a vida tramada (entrevista: Junho, 2008).

Com a independência e a lei da nacionalidade decorrente, Daniel pediu a conservação da nacionalidade portuguesa. Na altura, continuava a trabalhar no banco e foi transferido para Tete onde foi promovido a gerente. Viu-se então obrigado a renunciar à nacionalidade moçambicana e aí decide vir para Portugal, o que faz em 1981. Mas, quando chega a Portugal, Daniel confessa que se sentiu um estrangeiro.

Digo sinceramente que me achei um estrangeiro aqui em Portugal. Achei-me, senti-me um bocado estrangeiro aqui em Portugal. Porque dizem que o português não é racista! Não é racista mas há sempre um bocado. Nota-se um bocado, escondido. O racismo um bocado escondido, sobretudo para quem veio da África, a para quem veio de África e que não é branco, nota-se um bocado. Isto notei um bocado (entrevista: Junho, 2008).

Embora, oficialmente, seja português, Daniel considera-se moçambicano e acrescenta que, caso não tivesse sido obrigado, nunca teria renunciado a essa nacionalidade porque, justifica,

É sempre a minha origem é africana e eu sou e serei sempre moçambicano. Sou português por circunstância da guerra. A guerra é que me levou, é que tive que vir para aqui. E os filhos de África terem que vir para a Europa! A guerra é que me fez vir para cá! Senão eu nunca teria saído de Moçambique! Ainda estava lá. (entrevista: Junho, de 2008).

Passados 30 anos Daniel foi a Moçambique passar umas férias com a sua família – esposa, filhas e netos - mas não tenciona voltar para lá definitivamente. Admite, contudo, que preferia viver na sua terra, Moçambique e, por isso, quando se reformar, se a sua reforma o permitir, Daniel gostaria de passar lá longas temporadas.

Os percursos de vida, apresentados até ao momento, evidenciam que as condições materiais em que vivem os antigos combatentes africanos em Portugal, não se diferenciam fundamentalmente em função do território de onde são oriundos, nem do tipo de serviço militar que cumpriram durante a guerra. Encontrámos antigos combatentes a viver, em Portugal, nas mais variadas situações, ou seja desde aqueles com imensas dificuldades e até mesmo em situação de extrema pobreza, até outros em situações económicas satisfatórias, como é também a situação de Luís.

Luís, presidente de uma associação de africanos, é mais um exemplo de um antigo combatente que conseguiu integrar-se, na perfeição, em Portugal. Oriundo da Guiné, Luís veio para Portugal ainda antes das independências, em 1969, por intermédio de um combatente, português da metrópole, a quem salvara a vida num ataque. A mãe desse combatente, uma mulher influente do Movimento Nacional Feminino, agradecida, enviou-lhe dinheiro e uma passagem de barco para Lisboa, enquanto o pai dele lhe arranjou emprego na sua fábrica de cerâmica, onde trabalhou trinta e quatro anos até se reformar. Luís é o filho mais novo de uma família católica e confessa que, para não magoar a sua mãe, não lhe disse que vinha para Portugal procurar uma vida melhor, mas que tinha ganho o prémio do Governador e que, por isso, passaria apenas alguns meses fora da Guiné. Pai de dez filhos, todos nascidos e formados em Portugal, Luís mostra-se muito satisfeito com a vida que conseguiu. Para além de considerar que sempre auferiu um excelente ordenado, que construiu uma família da qual se orgulha, Luís acrescenta que conseguiu conquistar o respeito da comunidade onde reside.

Contrariamente à situação de Luís, foi entre os oriundos da Guiné-Bissau que encontramos mais homens em situação precária, ou seja antigos combatentes sem trabalho, sem rendimentos, a receber o rendimento social de reinserção ou pensões de invalidez muito reduzidas. Isto não significa que não tenhamos encontrado homens nas mesmas condições oriundos de Moçambique e de Angola, mas estes em menor número.

Domingos é um desses antigos combatentes. É irmão do Luís mas, ao contrário deste, Domingos vive com muitas dificuldades porque não tem casa própria, não tem trabalho fixo e não tem qualquer apoio institucional. Veio para Portugal em 2005, passados trinta e um anos da data da independência da Guiné-Bissau, onde ocupou vários cargos de prestígio, inclusive o de deputado do partido Resistência da Guiné Bissau (RGB) - Movimento Bafatá, durante três mandatos e, ao contrário de seu irmão, mostra-se pouco satisfeito com a situação que vive em Portugal. Soubemos que era irmão do Luís, porque Domingos revelou que, quando esteve preso na Guiné-Bissau, após a partida dos portugueses, receava morrer torturado, como acontecera ao seu irmão Juvenal, na época colonial, que morreu nas mãos da PIDE. Reconhecemos essa história, mais tarde, quando Luís falava de seus irmãos. Apesar de não estar em Portugal há tanto tempo como a maioria dos antigos combatentes que conhecemos, Domingos já participou em vários programas televisivos e deu várias entrevistas para a imprensa, onde ora conta a sua situação actual em Portugal, ora relata episódios de guerra. Sem nacionalidade portuguesa, que já requereu desde que chegou, Domingos tem

sobrevivido à custa de trabalho de segurança que vai desempenhando na construção civil.

O percurso de António assemelha-se ao de Domingos. António também foi deputado na Guiné-Bissau e foi duas vezes Ministro de diferentes ministérios, pelo mesmo partido de Domingos e ao qual Luís também pertence. Em Portugal, António é apoiado pela ADFa, instituição onde o encontramos com frequência. Em 2010, António ainda não tinha reforma, nem emprego e dizia que não compreendia como vivia como um mendigo, em Portugal, após ter defendido essa pátria. Nascido em Mansoa, com apenas onze anos António ficou órfão de Pai, funcionário público, cipaio administrativo no posto de Binar e, nesse mesmo ano, termina a escolaridade primária como um dos melhores alunos da Escola Missionária Santana onde estudou. O seu professor primário foi a sua testemunha para poder tirar o Bilhete de Identidade de modo a submeter-se o exame de 4.^a classe. Em 1966, António faz o exame de admissão e, ainda com 16 anos, vai para Bissau para frequentar a escola secundária. Para custear os seus estudos, António foi jogador do Benfica de Bissau e, terminado o curso, frequentou o liceu para obter o 7.^o ano.

Em 1971, com vinte e um anos, António integrou as Forças Armadas onde frequentou o curso de Sargentos Milicianos, em Bolama, e foi furriel da Companhia de Caçadores 15. Spínola presidiu à cerimónia do seu juramento de bandeira. Foi ferido em Mansoa e transferido para Bissau onde esteve hospitalizado, passando à disponibilidade em 1974. Após a independência, António foi preso. Foram buscá-lo à Companhia União Fabril, mais conhecida por CUF, onde trabalhava. Levaram-no para Cumeré, local onde, segundo vários testemunhos, aconteceram fuzilamentos de antigos combatentes africanos das FAP. Tal como todos os seus camaradas que foram fuzilados, António diz ter sido acusado, injustamente, de ter participado numa tentativa de golpe de Estado neo-colonial, na Guiné-Bissau, que teria sido organizada pelo General Spínola que, na mesma altura, falhava um golpe em Portugal. António foi salvo do pelotão de fuzilamento por um comandante que conheceu aquando da entrega dos quartéis.

Através de uma pessoa influente do PAIGC, que trabalhava no Ministério da Educação, António conseguiu autorização para estudar no estrangeiro, oportunidade que aproveitou, partindo para Bucareste, em 1976, onde se licenciou em engenharia. Entretanto, o embaixador de Itália em Bucareste consegue-lhe uma bolsa para estudar em Itália, onde fez uma pós-graduação em tecnologia alimentar e onde trabalhou no Instituto Nacional de Nutrição. Foi também em Itália que António decidiu enveredar

pela política de modo a poder contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau que, considerava, ainda não se tinha tornado independente. Com alguns conterrâneos cria o partido RGB- Movimento Bafatá, do qual foi Vice-Presidente. Apesar da sua situação estável, António opta por deixar Itália e ir para Cabo-Verde em 1986, país a partir do qual iria contribuir na organização do partido. No ano 2000, António segue para a Guiné-Bissau para participar nas eleições cujos resultados permitiram que o seu partido formasse o Governo em coligação com o Partido da Renovação Social (PRS). António fez parte desse Governo até Janeiro de 2001 quando os membros da RGB se demitiram, em bloco, do executivo. Entretanto António adoeceu e, ainda com passaporte diplomático, foi hospitalizado em França onde se submeteu a uma intervenção cirúrgica que resultou na extracção de um dos seus pulmões. Confessa, no seu francês fluente, que só foi transferido para Dakar, e daí para Paris e internado num hospital americano, por ter tido os problemas de saúde quando ainda fazia parte do Governo.

Em 2003, António volta para a política e assume outro cargo importante no Governo, desta vez a convite de Cumba Ialá, mas o golpe militar de 13 de Setembro desse mesmo ano, que afasta esse Presidente do poder, obriga António a abandonar o cargo. Quando vem para Portugal, em 2004, António fica cinco meses internado no hospital militar da Estrela. Em 2010, António residia em Lisboa com a sua esposa que chegou uns anos depois dele, após ter passado uns tempos na Holanda onde reside uma das suas filhas. Enquanto aguardava a atribuição de uma reforma, cujo processo já tinha passado por todos os procedimentos necessários, António, com mais de sessenta anos, esperava ainda arranjar um emprego e por isso não desistia de ir ao Centro de Emprego onde estava inscrito à procura de uma oportunidade. A sua esposa, com quem é casado pelo registo civil desde Setembro de 1976 e pela Igreja, uns anos mais tarde, em Itália, aguardava, em 2010, a atribuição da nacionalidade portuguesa. Ambos ansiavam pelo dia de poderem trazer quatro filhos, que ficaram na Guiné, para que pudessem concluir os seus estudos em Portugal.

António e Domingos encontram-se em Portugal a viver numa situação precária. Mas, como tivemos ocasião de ver, o mesmo não acontece com outros antigos combatentes. As condições de vida bem como os percursos dos antigos combatentes africanos das FAP a residir em Portugal são muito heterogéneos. Os seus discursos, pelo contrário, não seguem a mesma tendência. Por um lado, verifica-se que os discursos desses antigos combatentes se distinguem sobretudo em função da sua situação

socioeconómica, mas por outro lado, constata-se que, independentemente dessa situação, apresentam referências comuns.

É entre os antigos combatentes mais desfavorecidos que o recurso à sua participação na guerra assume um lugar de destaque nos seus discursos. Não é o que acontece com o Luís, o Daniel, o Manuel, o Júlio e o Jorge que, em Portugal, conseguiram organizar satisfatoriamente as suas vidas em termos de trabalho, de rendimentos e em termos familiares e, para quem, a guerra, mesmo tendo deixado fortes sequelas em alguns deles, não só psicológicas mas também físicas, é interpretada como um episódio inevitável, mas passageiro, e ao qual não atribuem centralidade nas histórias das suas vidas.

Pelo contrário, para José a guerra assume um lugar de destaque na sua vida. No seu discurso, a sua participação na guerra é tida como duplamente responsável pela vida miserável que considera ter: por um lado, porque lhe deixou sequelas físicas que o impediram de ter uma vida de trabalho normal; por outro lado, porque em Angola, apesar de não ter muitas posses, tinha um trabalho, tinha uma casa, tinha uma moto e tinha uma família com nove filhos que conseguiu sustentar, situação que abandonou quando acreditou que, em Portugal, teria uma oportunidade para melhorar a sua vida.

Em Portugal, José encontra-se numa situação muito precária, tão precária que nem consegue uma casa onde morar. Os duzentos e trinta euros que recebe, por mês, de uma pensão de invalidez, só permitem a José, e à sua esposa e filha já adulta, alugar um anexo, em Alverca, sem água quente, e onde cozinham com uma pequena botija de gás que colocam a um canto de uma das suas duas divisões. José deixou Angola dois anos após ter recebido uma carta do Ministério da Defesa português, em 1989, que o informava que, para regularizar a sua situação como DFA, deveria vir a Portugal.

Em relação à sua situação em Portugal, José parece nem acreditar no que lhe está a acontecer.

Bom, para mim me faz como que estou a viver uma história, estou vivendo uma história. É uma história que estou vivendo, e faz-me recordar muita coisa, muita coisa quando eu estive bom, quando eu estive bom, mesmo antes da tropa, e depois da tropa, são duas fases que eu me recordo muito. São duas fases que eu me recordo muito. Quando estive bom, eu não imaginava que às vezes eu viria a viver uma situação destas, que eu viria a viver uma situação destas. Porque antes disso, às vezes o meu corpo estava bem, eu me sentia bem, sabia o que é que eu fazia, [...] tinha mais vontade, tinha mais coragem de poder enfrentar a situação, estás a ver? Poder enfrentar qualquer situação. Mas depois disso, é um retrocesso muito maior, é um retrocesso muito maior

na minha vida - não é? E quando ando na rua, com a dificuldade já que eu tenho, que eu não posso marcar o passo que eu marcava, que não posso andar alguns quilómetros, como andava, e quando vou dormir é com aquele pesadelo, aquele pesadelo, as noites mal dormidas, as noites mal passadas! Enfim, uma série de coisas, são series de coisas, e que me marcam na vida, que me marcam na vida. Porque há uma etapa da minha vida quando estive bom. Quando estive bom, antes de acidente. E estou vivendo esta etapa já da vida difícil. Já da vida difícil. Já estou reduzido da minha condição física. Estou reduzido da minha condição física. E estou reduzido na minha situação psicológica e física também ao mesmo tempo, por uma parte - não é? Porque já não posso fazer aquilo que eu podia fazer, já não posso fazer aquilo que eu podia fazer. Antes de atingir a idade que eu tenho, ainda podia fazer muita coisa, ainda podia fazer muita coisa, se eu estivesse antes dessa situação, ainda podia fazer muita coisa da minha vida. Mas, embora que dizem que a vida é assim, não é desta maneira que eu esperava viver da situação que eu estou a viver! Se eu estivesse bem, se eu estivesse numa condição boa, não é desta maneira que eu podia viver. [...] Os esforços que eu fiz atrás, quando eu vim cá para poder então criar as mínimas condições que me permitiu de tratar os meus problemas, também fui prejudicado, fui prejudicado fisicamente. Fui prejudicado.

É por isso, eu digo que são duas etapas da minha vida que eu estou vivendo. Vivi uma etapa, na vida boa, na condição de uma vida boa, eu estive normal. Estou vivendo esta etapa já de uma vida diferente, que não é aquela que eu vivi antes dessas situações. É por isso deixou-me uma marca, não é? Deixou-me uma marca, quando penso nisso, é uma vida. Se isso não me acontecesse, se isso não me acontecesse. Estou já numa situação, sou abandonado da sorte. Sou abandonado da sorte. É por isso, o deficiente que não tem uma situação onde se pode encostar, onde pode haver o mínimo apoio. Estou quase na rua, estou quase na rua. E a vida cá, eu vejo as pessoas que têm o apoio, por exemplo, eu nem já, nem vivo a situação que dizem - como se diz? - dos imigrantes. Aqui diz-se, fala-se do imigrante, que o imigrante não tem situação, não tem isto, não tem aquilo, não tem o apoio, não tem isto nem aquilo. Mas o imigrante tem duas situações diferentes: há imigrantes que têm o apoio onde pode recorrer, ter o apoio, ter isto que ele necessita; há o imigrante que não tem o apoio, esse é que diz que é o imigrante, só limitou a imigrar-se e se não tiver onde, deve ter o apoio. E eu, não vim como condição de imigrante. Eu nem vim com uma condição de imigrante. Eu vim, até entrei aqui em Portugal com bom visto, com bom visto que eu recebi lá na Embaixada de Portugal para vir cá.

Fátima - Que visto era?

José- Era um bom visto, era um visto de vir cá mesmo tratar esse meu problema.

Fátima - Tratar do problema da reforma?

José- Exactamente, exactamente. Eu vim com este visto cá. Eu vim com este visto cá. E também quando vim, não vim com intenção de cá fixar. Eu fixeime cá porque tive que tratar esses documentos e só assim é que eu podia ter o direito da pensão de invalidez, conforme já o disse. É por isso, tive de fixar cá. Porque me levou muito tempo, me levou muito tempo para juntar estes documentos (entrevista: Junho, 2008).

Quando em 1991 José tinha, finalmente, conseguido reunir os documentos necessários para regularizar a sua situação, o que era muito difícil na altura devido à guerra civil em Angola, nunca pensou que também em Portugal tivesse de esperar tanto tempo para conseguir, primeiro, a nacionalidade portuguesa²⁴³, que exigiam, na época, para obter uma pensão de DFA e, depois, todos os outros documentos e procedimentos necessários para a conseguir. Ao fim de tantos esforços e de ter ultrapassado tantos obstáculos, José desabafa que, afinal, “[...] a única coisa que eu fui contemplado é só mesmo a nacionalidade portuguesa que me deu a possibilidade de poder conseguir a pensão de invalidez” (entrevista: Junho, 2008). José lamenta a sua situação sobretudo porque esperava, pelo menos, conseguir que a sua filha pudesse estudar em Portugal.

Veio também numa situação muito dramática. Veio muito traumatizada daquela situação que ela viveu lá, durante o tempo todo lá da situação em Angola, e chegou cá e já não conseguiu fazer mais nada, no caso da escola, e está em casa, e ela querendo arranjar alguma coisa de trabalho. Mas ela não tem trabalho que ela também que possa lhe ajudar na situação dela. Como jovem já, jovem precisa de alguma coisa para sobreviver, mas também não estudou, e não consegue ter um emprego que mais ou menos possa lhe ajudar para poder então viver a situação dela. O emprego está cada vez está difícil. Eu, o pai, está em casa, não consegue fazer nada e a mãe também está em casa não consegue fazer nada e estamos a viver esta situação dramática. Estamos vivendo esta situação dramática. Por isso mesmo é um bocadito difícil. A vida torna-se um bocadito difícil, difícil (entrevista: Junho, 2008).

²⁴³ Só desde 2001 é que deixa de ser necessário ser cidadão português para se ser considerado DFA ver Acórdão n.º 423/2001. DR 258 SÉRIE I-A de 2001-11-07. “O Tribunal Constitucional declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes do artigo 1.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, e do artigo 1.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 319/84, de 1 de Outubro, na parte em que reservam a nacionais portuguesas a qualificação como deficientes das Forças Armadas ou equiparado, limitando os efeitos da inconstitucionalidade, de modo que estes apenas se produzam a partir da publicação oficial do acórdão”. Acórdão n.º 423/2001, página consultada em 20 de Setembro de 2010, <http://dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=20013692%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Ac%F3rd%E3o&v12=423/2001&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

A demora em conseguir resolver a sua situação em Portugal, sem ninguém que o ajudasse a tratar dos seus documentos, obrigou José a trabalhar na construção civil, o que piorou a sua saúde.

Eu pensava que talvez quando eu chegasse cá que não houvesse mais complicações, que não houvesse mais complicações. Através da carta que o próprio Ministério da Defesa daqui mandou-me para Angola e que eu segurei naquela carta, e eu vim para cá e quando eu cheguei, me identifiquei, me apresentei eu não esperava que a situação fosse mais complicada. Eu não esperava que a situação fosse mais complicada. Mas foi muito complicadíssimo! Foi muito complicadíssimo, a minha vida. Mas pronto! A vida é assim, não é? Graças aos esforços que eu fiz naquela altura, em que ainda tive a possibilidade de fazer alguma coisa no trabalho, e fiz os meus esforços e consegui me regularizar a minha situação. Só mesmo no caso da nacionalidade portuguesa e quando tive esses documentos na mão, só assim é que tive as portas abertas de poder então ver essa luz no fundo do túnel através da pensão de invalidez e que é também, que é mesmo miserável. Posso dizer isso que é mesmo miserável. É mesmo miserável (entrevista: Junho, 2008).

José nunca imaginou ter que esperar tanto tempo. Face a esta demora, em 2001, a sua esposa decide vir ter com ele, mas em 2008 já queria voltar para Angola o mais depressa possível porque considerava a situação familiar em Portugal insustentável. José admite que ela tem razão, principalmente porque, com a idade que têm, não podem viver nestas condições e acrescenta que

Eu com a idade também que tenho, já não consigo encontrar trabalho, mesmo que eu tivesse as condições de poder ainda trabalhar, mas como não consigo mais trabalhar, trabalho que eu fiz atrás, uns anos atrás, fez-me agravar a minha situação. A minha saúde. Eu digo isto: quase estou arrumado; estou arrumado. Estou vivendo assim e estou arrumado assim (entrevista: Junho, 2008).

Em Angola José residia na terra onde nasceu, Calandula, chamada Duque de Bragança na época colonial. Lá, José era empregado de uma loja comercial, enquanto a sua esposa trabalhava na agricultura de subsistência, trabalho ao qual ele se juntava mal terminava o seu serviço. Assim conseguiam sobreviver e ter condições bem diferentes daquelas que têm em Portugal.

Eu tinha a minha casa lá! Tinha a minha casa lá, lá onde estava com a minha mulher e com os meus filhos, e vivia, digo isso, vivia normalmente. Então o que me fez viver esta situação é de eu vir cá, é que eu vinha com as perspectivas que encontrasse, pelo menos, quando eu tratasse essa situação, que a minha vida estaria normalmente, mas foi um engano que eu fiz, foi um engano que eu fiz. Valia a pena se eu esperasse lá até que, assim que Angola está já em condições que eu pudesse tratar lá esses documentos todos, esses

problemas. Estando em minha casa estaria muito melhor, estaria muito melhor do que viver cá. A situação não me beneficia nada! A situação, estou beneficiado dos documentos, será que estou beneficiado dos documentos da nacionalidade que eu tenho? O papel na mão? Eu acho que não chega! Não chega. Eu acho que era melhor como vivesse em Angola, com a minha família, com a minha mulher, que passassem a me ajudar, teríamos possibilidade de ir, se não conseguíssemos por aqui, íamos no campo, fazíamos qualquer coisa, e trazíamos em casa e a pessoa está a viver! A vida exige ter casa. Ter onde tirar de comer. Essa é que é a vida! A vida não é só estar sem onde tirar, sem onde viver, isso não é vida! (entrevista: Junho, 2008).

Insatisfeito com a sua situação, José tem recorrido à ADFa, da qual é sócio desde 1998, embora a conheça desde que chegou a Portugal quando ainda estava sediada na baixa de Lisboa. José confessa que não percebe porque é que essa Associação tem ignorado a sua situação que, várias vezes, tem exposto aos seus serviços sociais e nas reuniões nas quais participa, e acrescenta

Se eles ignoram a minha situação, isso é que eu penso dentro de mim, se ignoram a minha situação também ignoram a situação dos outros! Ou então não sei se ignoram a minha situação e os outros não. Porque o que é que eu me sinto dentro de mim é falta de apoio, falta do apoio. Não tenho apoio (entrevista: Junho, 2008).

O descontentamento face à forma como os seus problemas têm sido ignorados, é o primeiro motivo que José aponta para justificar a sua ausência a muitas reuniões dos sócios da ADFa, antes de confessar que, por vezes, essa ausência se deve, também, à falta de dinheiro para pagar os transportes públicos, o que não o impede, contudo, de se preocupar em ter sempre as cotas em dia, cumprindo, assim, um dos seus deveres de sócio. Também participa nas manifestações de antigos combatentes, como aconteceu no dia 14 de Maio de 2008, numa manifestação organizada pela ADFa, e costuma ir às comemorações do 10 de Junho porque

[...] tem um significado. Tem um significado. Em princípio porque eu adquiri a nacionalidade portuguesa. Isto é uma coisa. E por outro sou associado, sou Deficiente das Forças Armadas, então, sinto-me integrado nesses dois componentes, sinto-me integrado. Tenho que participar, ver e ouvir e sentir, dentro de mim, o porque é que eu sou, o porque é que eu sou. É por isso que nessas comemorações gosto de viver de perto. Gosto de viver de perto (entrevista: Junho, 2008).

José também vai na esperança de encontrar alguém conhecido do seu Regimento de Infantaria 20 (R.I 20), o que nunca aconteceu, e lamenta, sobretudo, nunca ter encontrado o comandante da sua companhia que mandou a sua família visitá-lo quando

esteve hospitalizado em Lisboa, durante três meses, em 1968, na sequência do ferimento que sofreu durante o seu serviço militar.

Tem-me sido muito difícil, nunca me encontrei com ninguém. E principalmente só mesmo, são brancos. São brancos que eu andei com eles aí na guerra. O que eu conheci mais são brancos. [...] Então, esse grupo era maioria parte era brancos e os meus patrícios, eram poucos, mas então morreram também alguns no dia desse meu acidente. Sim morreram alguns. E outros também morreram depois desse meu acidente, lá já por onde eles ficaram, morreram mais alguns ainda lá, mesmo lá na guerra. Isso segundo fui informado. Isso fui mesmo informado pelo próprio meu comandante da minha companhia que tinha-me trazido, que quando eu vim para cá, ele tinha ficado, onde eles ficaram onde morreram mais alguns, mesmo da minha companhia, e o comandante quando veio cá em Lisboa, na altura, eu estive no hospital na altura, quando estive hospitalizado, ele foi-me visitar! [...] Era comandante Francisco, era muito bonzinho, era muito bonzinho e deu-me, mesmo antes de eu sair de Luanda para cá, quando me mandaram para cá, ele deu-me endereço do irmão dele, do irmão dele que vivia cá na altura, mesmo aqui em Lisboa. Quando eu cheguei, só dois dias depois, o irmão dele e a família dele foram-me procurar no hospital, foram. Isso é que foi coisa que eu tive, na minha vida é uma coisa, muito coisa que eu tive com aquele comandante, o comandante Francisco, alferes. Foi o alferes Francisco. O irmão dele foi-me visitar, foi-me procurar mesmo no hospital onde eu estive, com a família dele até, e teve que me procurar, procurou-me saber o que é que eu precisava, às vezes pasta de dentes, escova de dentes, algumas frutas, e tal. E chegou a me visitar duas vezes lá no hospital. Chegou a me visitar duas vezes no hospital e foi também ele próprio que tinha ficado lá, quando lhes deu mais essa coisa da guerra onde morreram outros meus companheiros, ele é que me veio informar. Perguntou-me saber se conhecia fulano, fulano, fulano, eu disse sim e ele disse «então infelizmente também os outros já morreram». Foi o comandante, o alferes Francisco que me informou isso na altura, quando eu estive hospitalizado ainda (entrevista: Junho, 2008).

Durante o seu internamento em Lisboa, José recorda que os levavam, a ele e a outros soldados internados, ao teatro ou ao cinema, principalmente à noite. Recorda, também, que no hospital foi muito bem tratado e nunca se sentiu discriminado. Regressou para Angola, noventa dias depois, no navio Uíge, “cheio de companheiros”, soldados portugueses assustados porque sabiam que iam para a guerra e poderiam não voltar. Essa viagem de regresso demorou quatro dias e quatro noites até chegar a Luanda onde passou imediatamente à disponibilidade.

Andou pouco tempo no serviço militar, mas foi o tempo suficiente para se lembrar que também lá, como no hospital, não sentiu que existissem diferenças entre os soldados, situação que mais uma vez compara com a que vive no Portugal pós-colonial.

[...] Na época da tropa, nem tão pouco na época da tropa, aí tratávamos sempre na camaradagem, companheiros, nem comandantes! Principalmente nós, a nossa vida era da tropa, era da mata, aí não havia diferença, não havia diferença. Tratávamos de camaradagem, de companheiros, mesmo comandantes. Comandantes conheciam muito, cada comandante conhecia muito bem a sua tropa e a partir dali o conhecimento e a amizade entre companheiros foi tão bom. Foi tão bom. O doloroso é isto mesmo que estou a viver agora. Porque já, - falo de mim – estou abandonado à sorte, já ninguém quer saber! Talvez quando a pessoa já não é aquilo que a gente era, então a pessoa está abandonada à sorte (entrevista: Junho, 2008).

José sente-se, assim, abandonado e desamparado desde que chegou a Portugal não apenas devido às condições em que vive, mas também porque, sublinha, teve muitas dificuldades em reunir a documentação necessária para conseguir a sua reforma. As dificuldades começam quando tem de conseguir o seu registo criminal em Angola, o que leva José a questionar essa condição imposta pelo Estado português para conseguir a nacionalidade portuguesa, além de revelar a falta de apoio que sentiu ao longo do desenvolvimento do seu processo:

[...] se [eu] fosse mal criado com o governo Angolano ou então com as autoridades angolanas então até às vezes eu não podia tratar a nacionalidade português! Eles sabiam muito bem que eu vim com esse interesse. Desde a carta que eles me mandaram, sim senhor. Mas então para tratar já estes documentos ninguém podia-me dizer ninguém me dizia «vai nesse sítio, vai ter àquele, vai ter com fulano, vai fazer isto, vai fazer isto». Nunca ninguém me ajudou a me dizerem estas coisas para que eu pudesse tratar estes documentos. E foi mais ainda difícil, eles teve que me mandar trazer o registo criminal! Veja lá! Com documentos que eu tenho, com a carta que eu tenho, teve que me mandar trazer o registo criminal! Sem registo criminal eu não podia fazer nada. Então imagina, senhora doutora, se eu fosse, como eu disse, se eu fosse mal-criado ou se eu fosse uma pessoa má com as autoridades angolanas, eu até nesse momento não podia tratar estes documentos. Então fui obrigado, fiz esforços, para mandar esta carta, só para mandar esta carta lá dos negócios estrangeiros de Angola, para me mandar um documento. Fui eu nos negócios estrangeiros daqui, português, para ver se houvesse uma possibilidade de poderem me ajudar a fazer lá chegar a carta, mas ninguém me recebeu! Eu andei! Eu aqui andei muito! Andei muito, andei muito, andei muito! Só para poder ter acesso a esses documentos eu tive que andar muito, e os meus filhos lá também, coitadinhos, quando eu lhes mandasse fazer alguma coisa, coitadinhos, obrigavam-se a tratar os documentos e às vezes chegavam aqui esses documentos e não estavam certos. Às vezes não estava certo e tive que mandar mais outra vez, e fazer de maneira que eu lhes indicava para poder fazer o documento vir certo! Eu trabalhei, trabalhei, eu aqui sozinho e os meus filhos lá! Eles é que ajudaram bastante. Ajudaram-me bastante, só para poder ter acesso a esse documento. É por isso que a minha mulher disse «não pode

continuar com essa vida, não vale a pena. Ir para o pé da família, ficamos bem». Porque já atingimos a idade, idade que atingimos, a idade que temos, não nos permite estarmos longe da família, sem ter o apoio de ninguém aqui, só com papéis na mão não ajuda nada! O papel tem que ter a coisa de alguém, só assim podemos dizer que esse papel vale alguma coisa, mas com papel só na mão, sem alguém que diga alguma coisa, não é válido. É por isso que eu digo que a sorte, aliás a vida que eu tive antes da tropa, e a vida que eu tenho da tropa, são duas etapas da minha vida e essa é que é, ficou marcado, ficou marcado.

[...]

É por isso de onde eu digo que às vezes é essa diferença que eu notei, que eu notei, porque não era de sofrimento na situação que eu vim para poder então passar aqui a vida. Passar a outra vida. São documentos que veio de cá, que eu tive na mão, e vim de lá com documentos na mão. É. O Estado sabia muito bem que eu vim saber tratar dos meus documentos! Mas então? Foi muito doloroso, difícil, de vir, não ter apoio, não ter alguém que me dissesse pelo menos que «vai ali, vai ter com fulano e vai fazer aquilo». Tudo acabou por mim e estou assim! Estou assim (entrevista: Junho, 2008).

A comparação entre a vida que levava antes e durante o serviço militar e aquela que leva em Portugal é recorrentemente utilizada no discurso de José, mesmo quando comenta a reacção da sua esposa quando é chamado para o serviço militar.

[...] A reacção da minha mulher, na altura, era de tristeza. Sentia-se abandonada. Sentia-se abandonada, ela com a criança no colo. Sentia-se abandonada. É por isso mesmo, não se sentia satisfeita. Mas como é uma mulher, sentiu-se a dignidade. Sentiu-se a dignidade de ser uma mulher, pertencer a um homem que foi chamado para cumprir um dever. Ela sentiu-se assim. E se comportou. Se comportou.

Fátima - e agora, vendo a sua situação agora, como está agora cá, o que é que acha que ela pensa?

José - vendo a situação actual que ela vive cá comigo, é por isso é que eu disse já, disse há pouco que ela sente-se, não se sente bem. Não se sente bem e sente-se cada vez, cada vez que a situação dela não era essa que ela esperava. Desde o marido na tropa, acabando a tropa e continua a situação cada vez mais ainda agravante, a situação dela. É por isso que ela sente-se muito diferente, da situação que talvez que ela viveu com o marido na tropa. Às vezes ainda sente-se mais a situação mais agravante. E porquê? Ela deveria já encontrar uma vida mais ou menos tranquila, que tivesse pelo menos possibilidades, possibilidades mínimas de poder ela criar mínimas condições de sobrevivência da vida futura dela, mas não se sente (entrevista: Junho, 2008).

No ano de 2009, a esposa de José, tal como a sua filha, não tinham, ainda, conseguido a nacionalidade portuguesa, o que constitui mais um motivo de

descontentamento e de mágoa para José. Não admira, então, que José acuse o Estado português de ser responsável pela sua situação em Portugal quando perguntámos:

Fátima - qual é a sua opinião sobre a forma como o Estado português o tem tratado?

José- é difícil, é difícil de dizer que eu tenho sido mal tratado ou tenho sido bem tratado. É por isso que nessa situação que a minha mulher pensa de regressar. Por isso é que a minha mulher pensa de regressar, porque não é uma vida de continuarmos, alguns dias ainda da vida que temos, de hoje para amanhã e de amanhã para depois, continuar a viver essa vida!

Fátima - acha que o Estado português é responsável pela sua vida e pela da sua família?

José- Sim. Sim. Sim. Não sei se isso aconteceu comigo aqui neste país, outros talvez noutros países acontece de uma outra forma! Digo isso porque isso é terrível, é terrível da vida do deficiente. Que talvez noutros países que nunca lá fui, não sei qual é, como se trata essas coisas, com as pessoas que acontece dessas situações. E aqui de forma que eu vejo, como já disse atrás, é que as pessoas que vêm como imigrantes têm que ser tratadas como imigrantes. As pessoas que vêm como exilados, tem que ser tratados como exilados, e o deficiente, sou deficiente de quem? Aonde encontrei essa deficiência? Com quem? Estou abandonado à sorte! (entrevista: Junho, 2008).

O discurso de José manifesta, fundamentalmente, uma incompreensão em relação à forma como tem sido tratado em Portugal. Não compreende como o Estado, que lhe sugeriu a sua vinda para regularizar a sua situação, acabou por não lhe conceder uma reforma de DFA, não concede a nacionalidade à sua mulher, que durante o seu serviço militar e na guerra sempre o apoiou, nem à sua filha, dificultando-lhes, assim, o acesso ao mercado de trabalho. Por isso reclama para ambas a nacionalidade portuguesa.

É por isso é que o que eu me referi há bocado que, deveriam ser também privilegiadas. Privilegiadas nesse sentido! Nesse sentido. Que tivessem esses papéis, que tivessem essa consideração, então é um privilégio, pelo menos que a pessoa pode ter, não é? É um privilégio que a pessoa pode ter. Eu estou a reclamar, e tenho, o único privilégio que eu tenho é ter esse papel na mão! Estou a reclamar do privilégio que podiam me trazer desse papel que eu tenho na mão, não consigo, é por isso que estou a reclamar! É por isso que estou a reclamar. Não tenho, quer dizer que não tenho as portas abertas, não tem portas abertas. Aonde eu vou bater? A única porta que eu podia bater, é a porta do Estado. Se o Estado não me recebe, se o Estado não me olha, se o Estado não me acolhe, não tenho mais uma outra porta onde vou a bater para poder me receber, ou me acolher ou me ouvir (entrevista: Junho, 2008)!

Decepcionado, José questiona-se, então, sobre o valor que atribuiu a Portugal quando fez o seu juramento de bandeira.

[...] Quem jurava bandeira já era um tropa, era um tropa já pronto para defender a pátria, dizíamos isso. Era um tropa pronto a defender a pátria. E isso é o que sentimos no dia do juramento de bandeira. É o dia que se assinou, que assinala todo o dever militar, é o dia do compromisso, da obrigação militar. É isso que eu senti nesse dia. E nessas obrigações todas que sentimos nesse dia, do juramento da bandeira, então para mim é isso que me deixou numa situação a lamentar. Lamento porque tudo, vejo porque parece que tudo isso caiu na água. Daquele juramento (entrevista: Junho, 2008).

E, por isso, por vezes, José mostra-se arrependido de ter assumido esse compromisso com Portugal.

Às vezes uma pessoa pensa para quê que eu fiz aquele juramento? Se não sou nada. Principalmente na tropa, eu que fui tropa. Eu que fui tropa e que me deixou com essa coisa. Eu penso: porque é que eu jurei? Porque é que fiz aquele juramento? [...]

Fátima - e na altura sentia que aquela bandeira e aquele juramento eram seus?

José- para mim me sentia que eram meus. É.

Fátima - e hoje? Jura também na bandeira?

José - hoje, não vejo bem! Apesar que venho nas comemorações, não sei que tal, mas não vejo bem como vi naquele dia. Não vivo bem como vivi naquele dia. De jurar a bandeira.

Fátima - sente-se dividido?

José - sinto, sinto.

Fátima - entre o quê?

José - Entre o juramento da bandeira e não juramento da bandeira. Porquê? Porquê? Eu se fosse morto, morria como quê? Quando eu fui atingido, se eu fosse morto morria como quê?²⁴⁴

Fátima - Como português.

José - Como português. E estou em Portugal como quê?

Fátima - Não sei.

José - Pois. É por isso, me interrogo de mim próprio. Me interrogo de mim próprio (entrevista: Junho, 2008).

José sente-se dividido e ao mesmo tempo desamparado, porque as condições materiais que tem em Portugal são piores do que as que tinha em Angola, porque os apoios institucionais, que conseguiu desde que chegou, não são suficientes ao ponto de

²⁴⁴ José dirigiu directamente a questão ao entrevistador e aguardou que este lhe respondesse.

resolver os problemas económicos que diariamente o afligem, porque a pensão que conseguiu não chega para sustentar a sua esposa e a sua filha, e porque nem sequer a nacionalidade portuguesa conseguiu que lhes fosse atribuída. A vida em Portugal é uma desilusão para José e, por isso, no seu discurso insiste, várias vezes, em questionar a relação de compromisso que, um dia, estabeleceu com o Estado português, e em acusar, embora subtilmente, o Estado português contemporâneo de descartar-se da sua responsabilidade em relação à sua situação.

Hilário, da Guiné, também tem poucos recursos em Portugal, embora viva em melhores condições do que o José e, como este, também espera que a sua participação na guerra seja, um dia, recompensada. Hilário veio para Portugal em 1988, depois de juntar algum dinheiro com os trabalhos de motorista que foi fazendo desde que os portugueses partiram da Guiné-Bissau. Conseguiu vir por intermédio de vários conhecimentos e apoios: um oficial português, que andou com ele na guerra e com quem manteve contacto, emprestou-lhe dinheiro para tratar dos documentos; um polícia, na Guiné, conseguiu-lhe o passaporte a troco de uma quantia em dinheiro; um familiar de Nino Vieira, que um colega seu conhecia e a quem pediu esse favor, arranjou-lhe o visto e mais rapidamente. Em 1998, transcorridos dez anos de estar a viver sozinho em Portugal, começa a guerra na Guiné-Bissau. Hilário ainda não tinha o seu processo de reforma resolvido, mas decide ir buscar os seus filhos, que consegue trazer em 1999. A sua esposa só vem passados seis anos.

Hilário, não trabalha porque é doente, não tem reforma, nem qualquer rendimento a não ser o proveniente do trabalho da esposa, mas tem uma casa, no bairro da Quinta do Mocho que conseguiu da câmara municipal de Loures²⁴⁵. Tudo o que tem em casa conseguiu-o com o dinheiro que juntou durante os anos que trabalhou em Portugal, primeiro no Algarve, como manobrador de uma máquina escavadora na empresa do oficial das FAP que conheceu durante a guerra e que o ajudou a vir para Portugal,

²⁴⁵ Foi através da Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, que conhecemos o Hilário, no dia 7 de Abril de 2008, à porta do prédio onde mora. O Hilário convidou-nos imediatamente a subir ao seu apartamento onde, mal chegamos, foi buscar uma pasta de documentos, a sua boina de fuzileiro com os respectivos emblemas e duas fotografias dele no serviço militar, o que, automaticamente, desencadeou um conjunto de memórias sobre a sua vida na guerra (Diário, 7 Abril 2008). No nosso segundo encontro, quando chegámos ao seu apartamento chegou, ao mesmo tempo, um técnico da EDP para lhe ligar a electricidade que lhe haviam cortado. Hilário confessou que tinha ficado muito nervoso porque queria mostrar-nos uns vídeos que ele tinha, o que era impossível sem energia. Explicou que não tinha recebido o aviso de corte de luz e que foi apanhado desprevenido mas que, felizmente, o problema estava resolvido. Acrescentou que até se sentiu mal durante a noite por causa desta situação. Mais tarde, depois de umas horas de conversa, confessou que sabia que lhe cortariam a luz porque o que se passava, na verdade, é que já há uns meses ele não tinha dinheiro para pagar a conta da electricidade (Diário, 22 de Abril 2008).

depois em Lisboa para onde sentiu necessidade de ir, para estar mais próximo das instituições que tratam dos processos dos antigos combatentes, e onde trabalhou como segurança até adoecer. Ainda chegou a ir para Inglaterra trabalhar numa fábrica até conseguir que os seus dois filhos fossem para lá, deixando o bairro o qual, para Hilário, só os levaria para maus caminhos, como os jovens seus vizinhos que o tinham agredido, uns dias antes de nos conhecermos, apenas porque os repreendeu por andarem de carro em alta velocidade dentro do bairro.

Em Portugal, Hilário adoeceu e foi tratado no Júlio de Matos nas consultas de stress pós-traumático. Durante seis anos Hilário esperou para ver resolvida a sua situação de reforma em Portugal começando por tratar da autorização de residência e depois da aquisição da nacionalidade portuguesa. A 22 de Fevereiro de 2000 recebeu uma carta, da direcção do serviço de pessoal, da repartição de reservas, reformados, do Ministério da Defesa Nacional, que indeferia o seu pedido de reforma das Forças Armadas alegando que, por enquanto, Hilário não reunia os requisitos necessários.

Desolado com a sua situação, Hilário desabafa:

Graças a Deus e ao Júlio de Matos e àquela Associação APOIAR. A associação APOIAR, eu não recebia o subsídio de nada, ninguém me dava nada, ninguém, só se for os colegas que são reformados, às vezes encontro com um dão 500 euros, 5 euros aliás. É assim que eu vivi. Mas eu fui muito forte nesse sentido! Por esse sentido também eu disse à mulher «olha é assim: agora você tem que trabalhar». A mulher começou a trabalhar, ela é que está a aguentar isso tudo! Tenho que pagar a luz, tenho que pagar a água, tudo, a renda, e depois a mulher, ainda por cima, às vezes compra-me passe que é para eu andar com ela! Eu fico assim. Sabes porque é que não te telefonei? Porque não tenho nada no telemóvel! O cartão passou o prazo, o próprio cartão passou o prazo (entrevista: Abril, 2008).

Além desses apoios, Hilário tem conseguido outros que o têm ajudado a gerir a sua situação económica precária, como quando tem a renda da casa em atraso e consegue que a Câmara compreenda a sua situação e adie o pagamento da mesma, e que a segurança social o auxilie monetariamente para liquidar essa dívida.

Após tantos anos, Hilário continua a alimentar a expectativa de vir a conseguir uma reforma das Forças Armadas que mude a sua situação.

Agora só tenho uma esperança: é a reforma da Marinha, mais nada. Com os requerimentos que eu tenho feito, lá com o Júlio de Matos fizeram requerimento explicaram tudo qual é o meu problema! É que o meu problema é de Stress de guerra. Eu tive isso. Então esse documento chegou no Ministério da Defesa e eles reconheceram. Reconheceram e mais tarde vão-me dar um subsídio qualquer, de certeza. Até me reconheceram. Mandaram-me

chamar e eu fui lá, disseram: «olha tu foste reconhecido pelo Ministério da Defesa, e não sei o quê, você é considerado como deficiente. Tem uma deficiência, na cabeça. Então dali agora vamos entrar em contacto com a caixa geral de aposentações». Entraram em contacto com eles. A Caixa Geral de Aposentações mandou-me uma carta «você agora aqui temos que receber os teus documentos». E agora estou à espera da Caixa Geral de Aposentações que é para ver se me dá qualquer coisa (entrevista: Abril, 2008).

Ao mesmo tempo que alimenta essa possibilidade, e embora admita que em Portugal se reconhece o papel que os africanos desempenharam na guerra, Hilário não se conforma com o facto de não ter qualquer compensação económica pelos anos que combateu na Guiné.

Não há recompensa, isso é que me faz dor de cabeça. Pois é, não há recompensa, não há assim muito. Há respeito, há. Respeito há, se eu for no Ministério, eles me conhecem «ah Hilário e tal!» Há respeito, há. Mas não é isso que o Hilário quer! Hilário também quer viver assim normal até fim da sua vida! Porque sei que nós, sei que nós, já com a nossa idade, a porrada que levámos e tudo, a vida não vai ser assim muito comprida! Não vai ser não! Nossas vidas não vão ser muito compridas. Nós temos pouca esperança no nosso futuro. Temos pouca esperança. Mas, pelo menos, esse pouco tempo que vai haver, pelo menos um gajo viver mais ou menos assim um bocadinho normal. Esse é que é - principalmente a minha e também dos meus colegas tenho a certeza -, essa é que é a nossa preocupação (entrevista: Abril, 2008).

José e Hilário não são os únicos a interpelar o Estado português a propósito da sua responsabilidade em relação à situação em que se encontram os antigos combatentes africanos a residir em Portugal. Domingos interroga-se “ [...] é que nós não tivemos qualquer compensação por aquilo que passámos. Não tivemos qualquer compensação, porquê?” (entrevista: Junho, 2007), enquanto Sanhá exclama “Eles esqueceram de nós, os antigos combatentes” (entrevista: Janeiro, 2009)!

A opinião geral dos antigos combatentes que criticam a forma como o Estado português os tem tratado desde as independências, está bem representada nas palavras proferidas por Ernesto: “Aquele que defendeu a pátria para as pessoas estarem em liberdade, não é nada! Não é nada!” (entrevista: Abril, 2008) “Por isso é que eu digo: eles deixaram-nos; fugiram de nós. A responsabilidade já não quer” (entrevista: Maio, 2008). A opinião de Ari é semelhante quando diz “utilizaram-nos, mas agora não precisam de nós, agora somos lixo” (entrevista: Junho, 2008). O fundamento que estes antigos combatentes utilizam, e que aprofundaremos adiante, para reclamarem o que consideram que o Estado português lhes deve, é a nacionalidade portuguesa que tinham na época colonial. Fundamento que Muabi expressa, sucintamente, na resposta que deu

quando lhe perguntámos se estava arrependido de ter cumprido o serviço militar português.

Não é bem arrependimento! Sei lá o que eu devo dizer! Bom, pronto! Na altura sentia-me português, porque era português; porque realmente agora, neste momento lamento de como é que nós somos tratado, leva tanto tempo para reconhecer realmente, aquilo que a gente foi! O dever que a gente teve! Como portugueses que fomos, hoje talvez não merecemos o mesmo tratamento, porquê? Não sei! Não sei (entrevista: Janeiro, 2008).

5. “Eu não vejo como sou africano”

Independentemente de residirem ou não nos quartéis e da situação económica que vivem em Portugal, em termos gerais, os antigos combatentes recorrem a três argumentos para justificarem os direitos que reivindicam em Portugal: a nacionalidade portuguesa que tinham durante a época colonial e, conseqüentemente, a sua participação na guerra como cidadãos portugueses; a igualdade que defendem que existia entre os combatentes europeus e africanos nas FAP durante a guerra; e as marcas físicas e psicológicas que a guerra deixou, para sempre, inscritas nos seus corpos, bem como outros danos irremediáveis que a guerra provocou nos seus percursos de vida quando neles interferiu.

As principais queixas destes antigos combatentes prendem-se, como é compreensível, com a lentidão com que são resolvidos os processos de DFA por parte dos que os requerem, reivindicações que não se limitam a ser expressas nos seus discursos, como declara Ernesto.

[...] nós aqui tentámos fazer documentos no ano passado. Fez um documento aqui, quem começou esse problema fui eu. Com os meus companheiros escrevemos. «Essa coisa de calarmos e ficarmos aqui tanto tempo, governo já não liga nada a nós! A gente quando não falar aqui vamos apodrecer - porque dentro de um ano às vezes recebiam uma pessoa ou duas pessoas só. Um ano inteiro. Mas como somos muitos, o que é que nós achamos? Porque é que nós não se juntar aqui, fazer um documento, relacionado com os nossos dados, com aquelas pessoas que estão lá connosco aqui?» Mandamos para o comandante. Apresentamos ao comandante. De facto concordamos com isto, é uma boa ideia, vamos fazer. Entregamos ali documento, pedimos para entregar o documento ao comandante. Apresentamos ali isso, apresentamos aqui isso e entregaram ao comandante. O comandante foi ver aquilo tudo, saber todos os anos, quanto tempo, quantas pessoas que estão aqui «eh pá afinal isto está assim? Isto aqui não é comigo; é na justiça.» Ele mandou aquela carta para a justiça», a justiça saiu e veio ter connosco e começou a

falar connosco. Começou ali a fazer o documento para espalhar, onde tirar os processos ali não sei para onde, todos para uns lugares grandes. Relacionado com isto aqui, pousamos tudo, metemos ali todos, as nossas preocupações que nós temos, os filhos, tudo. Eh pá, daí deram resposta. Vieram resposta. Mandaram resposta, por carta para nós, ficamos à espera pouco tempo. Agora a resposta nós começamos a ver que a partir daí é que nós tentamos fazer resultado. Começaram já a vir aqui, as pessoas falar connosco, «eh pá vocês têm que sair no dia X, deve vir camioneta para vos levar para andar a passear pela cidade». Veio camioneta aqui levar nós, levar aqueles que estão lá, andar a passear, andar a mostrar, eh pá, muitos quartéis, vir dar volta, vir nos deixar de lugar em lugar. E no dia X no mês X há-de vir outra vez levar vocês, sempre. Logo começamos os processos já estão a mexer. Vi no jornal também está a sair. Disse «eh pá a gente tem que se esforçar os processos deles, nós queremos forçar os processos deles».

Então disso fomos chamados para [...] aqui no DAMP aqui, fomos chamados ali onde está um general. Chamaram todos os deficientes «eu quero ver esses deficientes daqui, na minha presença». Comunicaram para nós todos. Fomos lá mesmo, veio camioneta nos levar.

Fátima - Mas só vocês, os africanos?

Ernesto - Sim, só nós os africanos. Só nós os africanos.

Fátima - Foram à DAMP?

Ernesto - Nós que assinou, que fez aquele pedido, relacionados com aqueles que estão lá. Lá dizer todos os dados entre nós todos os africanos. E agora veio camioneta, porque avisaram com antecedência: «olha nós vamos chegar aí e levar isso porque são chamados pelo general». Fomos levados ao general. O general chegou e viu tanta gente com muleta está a andar, ali, de muleta, outro anda com carrinho. Eh pá! Sabe, aquele sentiu-se, o general sentiu-se. Eh pá. Ele chegou à nossa presença, a falar connosco, disse: «olha se fosse eu, se fosse eu que estaria a dirigir todas essas coisas, eu acho que este ano, no próximo ano» – porque estava quase mesmo, parece que só faltava só um mês, parece que era Novembro que chamaram – ele disse assim "eu quero que em 2008 seja despachada toda esta gente, eu não quero ouvir nada que essa gente ainda continua a estar aqui. Porque falar com outros comandantes aí, e vocês reforçar para que todos ir para a terra deles. Esses são militares que sofreram na guerra. Agora estão assim! Assim! É vergonha pá». As pessoas não podem continuar assim. Ele falou muita coisa ali, a nossa presença lá, falamos com ele. Nós também agradecemos, aquele coração que ele tem para nos chamar, para nos ver, ver a nossa maneira como nós estávamos. Bem, dali ele despediu, entrou no gabinete, deu ordem àqueles, aos comandantes falar connosco, não sei quê, quê, por isso os processos agora estão, estão a andar (entrevista: Maio, 2008).

Raramente os antigos combatentes se manifestam em grupo. Um episódio onde isso aconteceu foi no Regimento de Transmissões. Segundo vários relatos, os antigos

combatentes, aí hospedados, manifestaram-se contra a forma como eram tratados por um dos sargentos, como conta Frederico:

[...] fizemos greve, nós negamos ir na cozinha, às refeições por causa dele! Então, quando toca o toque para ir lá no refeitório comer, ele disse: «oh pá deixem lá os brancos entrar, vocês não são nada aqui!»; maltratava-nos. Nós ficamos ali, assim, a olhar para ele. Então, certo dia, mandou voltar: «voltem lá para a caserna, deixar os brancos comer, acabarem, e depois é que vocês vão entrar!». Voltamos para a caserna, ficamos. Vieram-nos chamar, dissemos: «não queremos comer», e ficamos aí até veio o comandante. O comandante mandou o major para vir ter connosco. Nós dissemos: «não queremos comer, queremos ir embora daqui. Nós não podemos ficar aqui». Então o comandante teve que vir ter connosco. Falou connosco, então dissemos: «nós não queremos aquele senhor aí, porque de maneira como ele está nos a tratar». Até dizia assim aos soldados: «dá pouca comida a essa gente, senão vão engordar!» Era mau! Então o comandante disse: «não é só maltratar vocês! Maltrata até os soldados, não gostam dele!»; «então tirem!» Pedimos a ele para tirá-lo, e foi tirado mesmo, foi (entrevista: Junho, 2008)!

Normalmente as reivindicações ou reclamações, relativas a diversos problemas que afectam as suas vidas, são feitas em nome individual, por escrito e dirigidas aos mais variados organismos, desde órgãos das Forças Armadas, ao Ministério da Defesa, ao Primeiro-Ministro e até mesmo ao Presidente da República. Domingos, que foi enfermeiro dos comandos na Guiné, enviou várias cartas desde que chegou a Portugal.

Eu, quando cheguei, a minha primeira reacção, a minha primeira atitude foi escrever uma carta ao Director do Hospital Militar principal, o meu hospital, onde eu fiz o curso, o curso de sargentos milicianos, o curso militar de serviço de saúde faz-se atrás da Basílica da Estrela, aí é que há o serviço nacional de saúde militar, Escola Nacional de Saúde Militar, éramos nós, eram os cadetes, eram aspirantes etc., encontravam-se lá todos. Eu escrevi a pedir se me arranjavam trabalho ainda que seja de guarda, de vigilante até que resolvesse o meu problema. Sequer resposta! Carta registada; não tive resposta. Tenho essa carta para lhe fornecer. Eu quando falo, tenho prova. Olhe essa é a carta que eu fiz ao Sampaio; vai ter oportunidade de ler essa carta. Essa é a resposta. Isto é aquilo que escrevi ao Jorge Sampaio; isto é cópia. Esta é a resposta dele.

Fátima - respondeu?

Domingos - Respondeu-me imediatamente! É a única pessoa que se dignou responder-me, uma linha só, pelo menos, é o Jorge Sampaio. Mais ninguém, a escrever-me não tive mais ninguém. E aqui, esse Fernando Teixeira dos Santos é o segundo Ministro das finanças do Sócrates. O primeiro esse Campos Cunha sequer me respondeu. Sampaio disse-me, aqui nessa resposta que vai ler, em como leu; «acusa a recepção da carta de Vossa Ex. em 25 de Fevereiro passado que dirigiu a Sua Excia. o Presidente da República, a qual merece a melhor atenção. O problema em presença foi submetido à apreciação

de Sua Excia o Ministro do Estado das finanças dado que o Presidente da República não dispõe de competências para o resolver». Então, isto foi para as finanças. O Campos Cunha recebeu aquilo e não se dignou a responder, foi-se embora. [...] um ano depois, eu decidi escrever para este aqui, 26 do 10 que eu recebi esta carta, resposta do Teixeira Santos, dizendo «só quando o tribunal administrativo fiscal de Lisboa resolvesse o meu problema com Caixa Geral», porque eu disse, queixei-me da Caixa Geral por ter dito que eu não descontava; eu não tive apoio dos militares; o que é que o Arquivo Geral de Chelas fez? Refez uma informação para eles porque foi confidencial, mas não foi porque a minha advogada deu-me isso: que não viram os meus descontos, viram tudo menos os meus descontos. Arquivo Geral de Chelas! Militares, como eu! Desapoiaram-me. Ainda, mas tive apoio de Associação Portuguesa dos Antigos Combatentes [...]. Mas Arquivo de Chelas não me apoiou, desapoiou, que eu não descontava nada, não viram nada; porque basta eles terem dito «olha nós não encontramos», mas sabemos que qualquer militar de quadro, por exemplo 1.º soldado, soldado, 1.º cabo readmitido, desconta para a reforma; acabou (entrevista: Junho, 2007)!

O testemunho de Luís, irmão de Domingos, acaba por sintetizar as diversas dimensões de reconhecimento que estes homens reivindicam.

Sabe que nós lá não somos bem-vindos e aqui somos também mal tratados. E a gente não sabe o que é que podemos fazer. Nos nossos países não somos bem-vindos e aqui somos mal tratados, porque lutámos contra eles. Mas alguém tem de fazer alguma coisa! Eu não pedi voluntário para ir! Não! Fui, digamos, forçosamente, como toda a gente aqui em Portugal. [...] O dinheiro também não é tudo para mim, mas o respeito era a melhor coisa. Quando eu vejo, por exemplo, aqui no concelho [...], uma vez fizeram uma reunião de antigos combatentes. Vi vereadores e não sei o quê, choravam, toda a gente ali sentada, não estava lá nenhum africano, e toda a gente sabe que eu sou antigo combatente aqui do concelho. [...] Não! Não há ninguém que me esquece! Portanto, hoje eu sou feliz. Os filhos que eu criei são todos formados, felizmente. Eu estou bem, estou aqui nesta associação, mas quando ouço qualquer coisa de antigos combatentes fico revoltado. Fico mesmo revoltado. Se acontecer alguma guerra mais, aqui em Portugal eu pego na arma. Digo isso com toda a sinceridade. Posso morrer, mas não me interessa, mas eu pego na arma. Porque estou revoltado mesmo, estou muito revoltado. Não sou eu sozinho, eu acho que qualquer combatente africano que entrevistar, que realmente esteve na guerra, e sofreu na pele, não está contente com isto que está a passar aqui. O senhor Paulo Portas, quando estava no Ministério para enganar as pessoas para poderem votar no partido dele, ele disse: «as pessoas realmente têm razão, combateram tem que dar dinheiro». Que dinheiro é que ele deu? Que dinheiro é que ele deu? Eu pelo menos não recebi nada. Pode ter dado a alguns! Eu não recebi nada. Porque eu sabia que aquilo era só fala-barato. Ele nunca foi para a tropa! Não sabe o que é que é isso! Quem não foi para a tropa, como é que pode saber como é que é tropa! Imagina que o tropa português, que as tropas portuguesas fizeram isso e fizeram aquilo, mas ele

não sabe o que é que nós sofremos na pele. Dormir no mato, num abrigo, debaixo de abrigo! Por exemplo, no último que eu estive, em Nova Sintra, até sair não houve casas, casernas, era tudo abrigo. Lá, a entrar, parece um animal a entrar num buraco para ir dormir lá. E hoje, as pessoas fazem o quê? Isso! Não sei, sinceramente.

Já houve uma entrevista também foi no ano passado, 25 de Abril, entrevistaram senhora que mataram o marido que era meu colega, mataram também na Guiné! Foi preso, mataram o PAIGC. Nós estamos num beco sem saída, não somos nada aqui e ali. É. Pronto! (entrevista: Abril, 2008).

As reivindicações particulares dos antigos combatentes são, com frequência, apoiadas por associações, como a ADFA, a Associação de Comandos, a APOIAR ou a Associação dos Antigos Combatentes, que organizam os seus processos e que põem à sua disposição os seus advogados para resolver os seus problemas. Alguns antigos combatentes encontram, também, apoios por parte de outros antigos combatentes portugueses que intercedem em seu nome, sobretudo para tentar resolver problemas relativos a situações de precariedade económica.

Assim, são raros os casos em que os antigos combatentes africanos se organizam, em Portugal, para exporem os seus problemas ou as suas exigências. Pelo contrário, na Guiné-Bissau e em Moçambique tem-se assistido a movimentos mais organizados. Na Guiné-Bissau, nos dias 25 de Abril e 10 de Junho de 2007, antigos combatentes africanos das FAP manifestaram-se na capital, junto à embaixada portuguesa, reivindicando o pagamento de reformas e cuidados médicos²⁴⁶. Em Novembro de 2011 volta a ouvir falar-se dos antigos combatentes das FAP da Guiné-Bissau quando a Associação que os representa, Associação de Antigos Combatentes Portugueses na Guiné-Bissau, presente nas manifestações anteriores, veio declarar que, até ao final de 2012, iria interpor uma acção judicial contra o Estado português, que acusa de nunca ter cumprido os Acordos que assinou aquando das negociações das independências²⁴⁷. Em Moçambique também se assiste a movimentos reivindicativos, como aquele que aconteceu no dia 25 de Maio de 2011 quando cerca de duzentos antigos combatentes, que cumpriram serviço militar português na época colonial, ameaçaram desencadear

²⁴⁶ Ver notícia Antigos Combatentes Reivindicam Pensões, página consultada em 12 de Janeiro de 2012, <http://aeiou.expresso.pt/antigos-combatentes-guineenses-reivindicam-pensoes=f109978>.

²⁴⁷ Sobre esta declaração veja-se Guiné-Bissau: Antigos Combatentes Guineenses querem Portugal no banco dos Reús, página consultada em 12 de Janeiro de 2012, <http://aeiou.visao.pt/guine-bissau-antigos-combatentes-guineenses-querem-portugal-no-banco-dos-reus=f634763>.

uma manifestação em frente ao consulado de Portugal na Beira, para exigir o pagamento das suas pensões de sangue e de invalidez que dizem aguardar desde 2004²⁴⁸.

Ao contrário do que parece suceder naqueles dois territórios, em Portugal as reivindicações destes antigos combatentes são, por enquanto, feitas a nível individual. Porém, sempre que associações de antigos combatentes organizam manifestações, a sua participação faz-se sentir de forma significativa. Assistiu-se, contudo, a uma tentativa de institucionalizar uma associação de antigos combatentes africanos da Guiné com o objectivo principal de apoiar os seus processos e tornar mais fortes as suas reivindicações, mas que, como testemunha Hilário, não resultou.

[...] uma vez organizámos uma associação, uma associação dos antigos combatentes da Guiné, e dissemos assim: Associação dos Antigos Combatentes Portugueses da Guiné, tenho aqui a bandeira.

[...] fizemos a carta para o governo, pedimos e que tal. Ele disse assim: «está bem, vocês podem fazer aquilo». Até a polícia judiciária já começava a andar atrás de nós, porque fizemos reuniões, fizemos no princípio. Arranjou uma mulher para estar lá dentro como cozinheira naquele sítio. Era só para saber o que é que a gente estava a falar. E nós, nós não somos crianças, já temos a experiência, sabemos que aquela mulher foi para isso. Depois fizemos assim: «agora nós não é um partido que vamos fazer, não é um movimento que vamos formar, não! Nós estamos aqui reunidos por causa de quê?» Alguns de nós vão no ministério, às vezes discutem muito para encontrar os processos deles, através da maneira de falar! Alguns falam português mal falado, alguns falam e os funcionários de lá não compreendem! E às vezes vão para lá e mesmo que falem bem os funcionários dizem: «não, pronto, eh pá, nós não vimos o teu processo, ficou na Guiné» e nós sabemos que nada ficou lá. É por isso que formámos isso que é para pedirmos aquela, e pedir a nossa nacionalidade! A nossa nacionalidade, porque nós nascemos lá como portugueses e, portanto, sem nacionalidade ninguém pode ter uma reforma. Estás a ver? Não pode receber dinheiro nenhum sem aquilo.[...]

Fátima - e quem eram as pessoas que faziam parte?

Hilário – eram os lá de comandos, fuzileiros, do exército e alguns milícias! São pessoas que combateram, que combateram ali, que estiveram juntos.

Fátima - sobretudo africanos?

Hilário – sim. Havia lá, tínhamos lá alguns brancos, tínhamos lá [...]

²⁴⁸ Leia-se a notícia Ex-combatentes do exército colonial português ameaçam manifestar-se na Beira para exigir pensões, página consultada em 12 de Janeiro de 2012, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/05/ex-combatentes-do-ex%C3%A9rcito-colonial-portugu%C3%AAs-amea%C3%A7am-manifestar-se-na-beira-para-exigir-pens%C3%B5es.html.

Começámos a fazer reunião ali ao pé do Rossio, ali na Dona Maria. Não está lá um hotel? Está um hotel, ali no Rossio, está um hotel, Dona Maria, ali para essa parte. Começámos, estava lá um homem que tinha morado lá, a gente pedia lá e começámos lá a fazer reunião. Como é que vamos organizar isto, que é para dar conhecimentos ao governo, fazer uma carta, escrever para o governo, tal e tal, que vamos fazer uma associação ao respeito disso e pedir os nossos direitos e mais nada. Então e depois desconfiámos que a polícia judiciária já nos estava a perseguir. O que é que fizemos? Dissemos assim: «Agora vamos alugar um hotel que está mesmo ao pé da polícia judiciária que é para eles saberem que nós estamos aqui, a fazer um movimento ou para fazer outra coisa». Fomos lá, está um hotel assim na polícia judiciária, mesmo na sede deles, está uma pensão grande não sei se fazem lá cinema, ou não sei o que fazem lá. Está lá um hotel. Então, passamos a fazer reuniões lá ao lado, passamos a alugar aquilo a horas, não é, a gente eram quatro horas e tal e a gente pagava o dinheiro, porque pagávamos as cotas de quinhentos escudos cada um. E dávamos quinhentos escudos cada um e alguns oficiais até gostaram, até alguns oficiais nos ofereciam dinheiro. Porque aquela Associação não foi feita por outro motivo não, é só pedir a nacionalidade que é para a gente poder pedir a nossa contagem do tempo de serviço, e mais nada.

Fátima - e tinha assim presidente, secretário e isso?

Hilário - tínhamos, tínhamos estatuto! Tudo! Estatuto tudo! E tínhamos advogado. No princípio, quando escrevemos, tínhamos de pedir, sabemos que íamos ter algumas falhas. Arranjámos um advogado que é, que é para nos retirar as falhas, porque senão o governo não vai nos reconhecer!

Fátima - e o advogado era branco ou era africano?

Hilário – era branco, era branco, eu não o conheço, mas era branco. Porque o nosso presidente é que ia lá ter com ele. [...]

Fátima - e quem era o presidente então?

Hilário – é o, era um africano, no princípio era um africano, depois, mais tarde, dissemos assim: «para a gente ter mais força, vamos pôr um branco» porque nós estamos nas outras coisas, lá, estamos a pedir, é um direito.

Fátima - mas quem era o africano?

Hilário –[...] Era um furriel miliciano na Guiné.

Fátima - e ainda vive?

Hilário - vive, vive. Trabalha no seguro. Este tem emprego. Ele tem muitos estudos. Veja lá, naquele tempo ele já tinha o 5º ano, naquele tempo da guerra! Naquele tempo, em 70, já tinha o 5º ano! Tínhamos direcção, tínhamos tudo feito, como uma associação! Havia presidente e vice-presidente. Havia conselheiros. Nós éramos conselheiros, eu estava na direcção, até eu estava na direcção! Estava lá como conselheiro, porque um gajo assim se vê, alguns que não sabem nada, chegam ali e «nós temos»; «Não, calma aí. Não é assim, isso agora não é assim, não é como está a

pensar, isso é ao contrário. Isso agora aqui há lei, há governo, há leis, há assembleia, há ministros, há as coisas que saem no conselho de ministros, isso não é assim! A gente não pode fazer». Até houve um dia que um disse assim: «temos que ir manifestar»; «oh, tu estás maluco! Nós não podemos manifestar em lado nenhum! Nós não somos suficientes!». Éramos duzentos e tal!

Fátima - duzentos e tal! Mas ainda é muita gente!

Hilário - sim!

Fátima - e reuniam todos os duzentos e tal!

Hilário - todos os que estavam aqui, eram todos antigos combatentes. Nós tínhamos autorização [...] Porque fomos reconhecido! Saiu no diário do governo! Pronto, basta chegar ali um gajo que a gente conhece, aquele que a gente não conhece, não, porque a gente conhecemos uns aos outros. Um gajo chega ali, em vez de ir ao ministério lá falar com funcionário que não compreende, não entende, as coisas ficam com nós. E com papéis a gente escreve «em que unidade é que estiveste?» você tem que dizer! E nós conhecemos lá as unidades todas. Só basta você dizer: «eu estava em tal unidade», a gente conhece essa unidade! «Está bem. Quem era o teu alferes?». «Oficial tal». E a gente: «qual era o teu posto e isso tal, tal, tal? Tu foste ferido?», sim ou não. Pronto, a gente tinha isto. E depois, tínhamos um delegado que levava esse documento. Depois disso estar tudo preenchido.

Fátima - ao Arquivo?

Hilário – não! À Administração Interna, por causa da nacionalidade, primeiro a nacionalidade.

Fátima – ah! Primeiro a nacionalidade! Sim.

Hilário - e tínhamos um delegado, que era um homem que também é professor mesmo na Guiné, tinha já a 4.^a classe há muito tempo e depois foi telegrafista no tempo da guerra. Pois era uma coisa que tem que escolher os que são mais ou menos, que são espertos! Temos que pôr lá os que podem fazer trabalho, não é só pôr lá um gajo que vai falar amanhã fula. Então fizemos isso. Estava tudo bem organizado, mas tudo bem organizado. Quando há reunião, há convocatória de reunião, e tal no tal dia, principalmente nos sábados e domingos que a gente não trabalha, a gente convoca uma reunião, no tal sítio, a gente vai lá, vai reunindo, tal, o que é que vamos fazer. Assim muitas pessoas conseguiram nacionalidade através disso! E tínhamos aquele delegado que levava os papéis lá para o Ministério da Administração Interna. Entregava lá, lá o – não me lembra lá o nome desse senhor, que era o director de lá. Então, a gente entregava lá esse papel. E cada vez que a nacionalidade das pessoas que vão ser reformados, os funcionários também de Ultramar, também há muitos, gajos que são funcionários antigos de Ultramar que são reformados aqui. Então, quando esses vão, quando a lei vai sair, eles tiram ali um pouco de nós, que era para as coisas saírem juntas, e assim é que as coisas estavam a andar. Assim pouco a pouco, conseguiram a nacionalidade, pouco a pouco, pouco a pouco.

E depois o que é que baixou aquilo? É que o nosso financeiro papou o dinheiro! É isso! E depois foi para a Guiné! Está na Guiné! Mas nós temos ali, nós temos a nossa bandeira, temos tudo. Temos tudo. E depois escrevemos para o Governo Civil, fazer um pedido de financiar – estás a ver? -, é que estamos em baixo, fizemos um pedido, o governo deu-nos trezentos contos. Fizemos um pedido para o António Guterres, quando o António Guterres estava no Governo, e deu-nos também trezentos contos. E fizemos uma carta para o Ministério da Força Aérea! E eles disseram: «se vocês tiverem um sítio, eu vou dar todo o material de escritório, que é para vocês poderem trabalhar». Porque só esse presidente, [...], ele é que ia bater isso, nas horas de folga. Ele estava a trabalhar, e depois chegava lá à noite ele tinha que estar a pé toda a noite para bater aquilo tudo na máquina. Estás a ver? Então ele, nos primeiros, ele permitiu-nos assim. Daquela vez eu fui, eu fui lá. Fui, aquela delegação, eu assisti. E o homem comeu o dinheiro e pronto. Alguns oficiais, até almirantes, chegavam lá à nossa reunião e davam dez contos, «porque vocês estão a pedir aquilo que é o vosso direito, pronto vocês ajudam com isso». E a gente pronto continuávamos com isso.

Fátima - e o que fugiu, o tesoureiro, era fuzileiro? [...]

Hilário – não, não, não, era do Exército. Era do exército, mais tarde até fomos descobrir que ele era – como é que se diz, há um nome para esses gajos não é retornado. É traidor. Porquê? Porque ele era militar e depois do 25 de Abril ele fugiu, foi para o outro lado, para o lado de estar lá! E quando eles estavam a entrar, ele entrou com essas pessoas! Mas quando depois ele viu que as coisas não estavam a correr bem e que não via nada, tudo não era nada verdade, ele pronto, lá não sei como é que lá dizer as coisas, e conseguiu vir para cá. Mas ele chegou cá, pronto, fizemos aquela associação, ele também foi lá, ele pertencia a tal companhia, pronto fizemos a inscrição! Ele pertence àquela companhia. E depois mais tarde dissemos «vamos pôr o gajo ali», foi quando ele se ofereceu. Sabe o que é que ele fazia? Quando estávamos no dia da reunião, não sei onde é que ele ia pegar o dinheiro que era para pagar a pensão, onde é que a gente ia durante aquelas horas. E a gente ia lá, pronto cada um pagava cotas, se era para pagar, quem não pagar, tínhamos a lista toda. Eu tenho essa lista, tenho. E pagamos a cota. Toda a gente pagava cota. O que é que ele fazia? Ele trazia o dinheiro. Ele depois esteve ali mesmo nesse bairro, esteve ali nesse bairro quando a gente estava ainda lá em baixo na casa assaltada, ele abriu lá um sítio para vender bebidas! Estás a ver? Afinal era com o dinheiro, era com o nosso dinheiro! Mas nós desconfiámos dessa coisa. Chamámos o homem e fizemos uma reunião com ele, ali no Areiro: «Agora vamos, vais nos dizer. Vamos fazer as contas todas que é para a gente ver quanto é que temos, quanto é que gastamos, o que é que temos para comprar.» Dali é que descobrimos que não havia dinheiro nenhum! E ali é que baixou as coisas! Não caiu, baixou, porque os papéis estão todos ali, o S. tem lá até no dia 10 de Junho desse ano, eu perguntei lá ao secretário – que tínhamos lá secretário, havia presidente, são pessoas competentes! – perguntei: «então porque é que não levaste a nossa bandeira, não foi apresentada lá no 10 de

Junho, lá na Torre de Belém?» Ele disse que tinha uma coisinha, uma avariazinha. «A gente manda arranjar isso! A gente junta dinheiro e vamos pagar isso». Nós também temos todas as companhias, associações, da Cruz Vermelha, todos apresentaram lá bandeira menos o nosso! Nós também temos! Temos que apresentar o nosso, porque é conhecido! Era conhecido! Foi assim, foi assim.

Fátima - estava-me a dizer que depois pensaram que era melhor pôr um presidente branco para ter mais força. Chegaram a ter presidente branco da Associação?

Hilário – sim, que é o Tenente do Porto. Ele vinha lá do Porto no dia da reunião, ele vinha no dia da reunião. Daqui para o Porto quantos quilómetros é? Trezentos?

Fátima - trezentos quilómetros.

Hilário - então ele saía de lá e vinha assistir à reunião. [...] Era um oficial, daqueles que tinha escapado daquele problema lá da Índia. Esses, também houve uns tempos que eles estavam a pedir indemnização, ao Presidente, houve uns tempos que eles estavam a pedir indemnização ali ao Presidente, houve uns tempos, pois houve, é um desses. Mas depois retirou-se! Depois de ouvir que esse gajo está a papar o dinheiro, ele retirou-se! Retirou-se, o outro oficial da Marinha também retirou-se! A gente fazia reunião, ia lá muitos brancos! Até o comandante G. ia lá, e outras pessoas, pá. Há muita gente que saía lá de fora, mesmo brancos que estiverem no Ultramar e eles iam procurar onde é que está essa associação. Só que nós não temos sede! Pedimos, escrevemos para a Câmara Municipal de Lisboa e ele não nos deu sede, aquele que estava lá, que era o filho do Mário Soares que é o João Soares. Pronto, e a gente ficou assim. Depois eu falei com um homem, ali no Areeiro, que é para ele nos arranjar um sítio que ele tem lá, que era de um advogado, mas ele disse que ia entregar aquilo. Falei com ele e eu disse assim: «em vez de vocês entregar aquilo, vais comigo e vamos falar com o proprietário, a ver se a gente pode ficar com essa, que é para fazermos só as nossas reuniões e termos os nossos materiais aqui». Porque nós não temos outra intenção é só para pedir os nossos direitos. É só, não é mais nada (entrevista: Abril, 2008).

Direitos que Hilário e praticamente todos os antigos combatentes exigem porque insistem que são portugueses, porque seus pais eram portugueses, porque nasceram portugueses, porque nunca pediram para deixar de sê-lo e porque combateram por Portugal. E é esse o principal fundamento que é utilizado, pelos antigos combatentes africanos, para justificar as suas exigências, reforçando-o, geralmente, com o argumento de que, durante a guerra, eram iguais aos europeus.

Todos estes argumentos são apresentados por Domingos que, inclusive, considera que, por ter de requerer a nacionalidade portuguesa, é objecto de escárnio por parte daqueles que defenderam a independência da Guiné.

Não tivemos qualquer compensação, porquê? Primeiro pelo seguinte: primeiro porque nós éramos portugueses quando fomos para a tropa, e agora unilateralmente cortou-se isso²⁴⁹; um indivíduo tem que vir, requerer residência, aqui em Chelas confirmar que de facto serviu, para obter seis meses depois a residência, e depois aguentar mais cinco anos para obter nacionalidade, nacionalidade (!) readquirir nacionalidade que tinha! A causa do qual? A causa dessa nacionalidade é que levou indivíduo a morrer nas trincheiras na guerra, porque é português, e agora temos que readquirir essa nacionalidade de novo e isso arrumou connosco e agora somos gozados por esses indivíduos, por elementos do PAIGC. Dizem: «afinal vocês eram portugueses de segunda linha, agora têm requerer novamente, vocês eram portugueses quando lutaram contra nós, agora outra vez vão requerer português? Nacionalidade portuguesa? Porquê?» Se nós somos guineenses nunca requeremos jamais guineense, e é verdade. Isso alterou e não nos sentimos bem com isso. E hoje, actualmente, nós tínhamos colegas, irmãos quase, europeus, não havia diferença entre europeus e africanos, mas actualmente isso existe grandemente porque sequer trabalho arranjam para um indivíduo (Domingos, entrevista: Junho, 2007)!

Para Hilário, esperar seis anos para obter a nacionalidade portuguesa com a qual nasceu e pela qual jurou defender uma nação até à morte, é inexplicável.

E eu aqui, depois, quando cheguei aqui eu tinha explicado que requeri mesmo. Requeri a nacionalidade, requeri a residência e requeri ao mesmo tempo o problema de reforma, [...] mas disseram-me assim: «olhe o seu requerimento só pode ser movimentado só depois de você ter nacionalidade». Pronto, aquilo ficou quase seis anos, o documento estava lá arquivado, os seis anos, eu fiquei a lutar que é para ter a nacionalidade. Depois de seis anos, é que tive nacionalidade, depois de eu ter a nacionalidade fui lá apresentar no Ministério da Marinha, que já tenho nacionalidade e a partir dali é que começaram os meus requerimentos começaram a movimentar, através de parece que é um psicólogo. [...]

Eu fiz consultas, durante um ano! [...] E depois ao fim de consultas disseram-me assim: «pronto consultas acabou, as consultas acabou e você pode ir embora, pode ir embora à espera dos resultados, que vamos mandar os papéis lá para o Ministério, lá para assinarem e lá para o Ministério da Defesa», e aquilo também ficou quase oito meses à espera, só depois de oito meses é que me mandaram dizer que o meu processo está indeferido. Então, dali eu fiquei assim um bocado triste, eu fiquei triste, pronto, eu não tinha outra alternativa, era para continuar a trabalhar.

²⁴⁹ Na maioria dos casos, a perda da nacionalidade ocorreu *ope legis* e não *ope voluntatis* de acordo com a aplicação do regime do Decreto Lei n.º 308 – A/75 de 24 de Junho.

Porque nós dissemos assim: «nós juramos a bandeira, nós fuzileiros, até à última gota de sangue». Aquilo é assim mesmo, isso continua. Está aqui na nossa bandeira «até à última gota de sangue» – estás a ver? – até à última gota de sangue, aquilo não falha, aquilo não há nada, também aqui posso sofrer até à última gota de sangue! E se houver problemas hoje, hoje se houver problemas aqui em Portugal, eu vou defender! Até à última gota de sangue!

Eu não vejo como sou africano! Não! Eu nasci como português em África! Nasci como português, eu não conhecia nada, eu não sou político! Não sabia nada o que é que é política! Eu nasci como português, pronto (Hilário, entrevista: Abril, 2008)!

Ainda em relação à obtenção da nacionalidade portuguesa, também Sanhá se pronuncia e considera injusto ser equiparado a qualquer outro homem, nascido fora de Portugal, que nunca cumpriu o serviço militar português.

Só que é assim, eles esqueceram de nós, os antigos combatentes, mas não há racismo. Esqueceram de nós os antigos combatentes. Porque quando Acordo de Argélia assinava, eles não diziam, aquele Acordo está lá, ele disse assim: «quem saiu lá da Guiné, chega cá e eles dão direitos». Eles dizem assim, o Acordo diz assim: «quando sai da Guiné e vêm para cá, eles pagam, o teu direito». E depois quando a gente vem, já, a gente vem pouco a pouco, pouco a pouco, e puseram outra lei, disseram assim: «aqueles que antes de 25 de Abril, aqueles que nasceu 26 de Abril ou 27 é africano, mas a partir de 20 até 25 de Abril é português». Mas porque é que agora eles não dão-me nacionalidade? E depois põe aquela lei com mesmo outros que não foi à tropa! Isso é mal! Menina, isso é mal! A gente que está cá devem dar! Nós somos portugueses! E agora não somos portugueses! Mas o que é isso? Que conversa é isso? Que palavra é isso? Não pode fazer isso! Devem dar tudo! Porque aqueles que chegaram, o A.B, veio cá mais cedo, já tem nacionalidade, já tem tudo.

Fátima - o C.?

Sanhá- o J., tudo tem nacionalidade, porque vieram cá muito cedo, mas lutámos juntos! Eles devem dar-me também a nacionalidade! Não devem aplicar-me uma lei que tira-me fora de português. Agora eu ter que cumprir cá seis anos! Tem que cumprir cá seis anos? Ou cinco anos? Para dar-me nacionalidade? Outra vez? Que lei é essa? Que lei é essa? Isso é que faltava dizer a eles! Isso é que faltava, menina. Eles não devem fazer isso! E depois, nem subsídio, nem nada! Nem nada, nem nada, nem nada!!!! Não pode ser! Não pode ser assim. Eles devem ajudar a gente. Devem ajudar a gente! A gente passou muito mal.

Fátima - mas quando veio, em 2006, pensava que chegava cá e arranjava?

Sanhá- exactamente! Eu pensava que eles davam nacionalidade, dá tudo, pronto, se eles dão nacionalidade, eu voltava! Eu voltava a dar aos meus filhos. Voltava (entrevista: Janeiro, 2009).

‘Dar a nacionalidade aos filhos’, não é apenas uma ambição de Sanhá. Foram vários os testemunhos que apresentámos, ao longo deste capítulo, que denunciam esse desejo. Su recorre ao mesmo argumento de Sanhá para justificar a sua opinião sobre a atribuição da nacionalidade a seus filhos.

Não aceitaram! Não aceitaram! Porquê? Eu sou português! Eu desde a infância sou português! Então, eu acho que os meus filhos deviam ser portugueses? Devia ser português Sra. Dra., os meus filhos deviam ser portugueses! Porquê? Porque eu fiz tudo deveres para Portugal na África, cumpri vida militar, fiz tudo, fiz tudo. Chega altura, agora, o Estado não entende porquê? É o mal! É mal (entrevista: Abril, 2008)!

No que diz respeito ao problema da atribuição da nacionalidade a si, aos seus filhos e às suas esposas, os homens que residem nos quartéis, embora manifestem todos a vontade de regressar às suas terras natais, apresentam as mesmas queixas daqueles que, à partida, não pretendem deixar Portugal.

É o que podemos verificar na conversa entre Ernesto e Rockista que, ansiosos por resolverem os seus processos e regressarem a Moçambique, discutem a perda da nacionalidade portuguesa decorrente das independências dos países africanos. Nessa conversa, Ernesto, que tem dupla nacionalidade - portuguesa e moçambicana-, manifesta o seu descontentamento por não conseguir a nacionalidade portuguesa à sua família.

Ernesto – isso é que acontece aqui. Nós estamos aqui, somos portugueses. A forma de assimilado disto aqui. Aqueles que estão lá em casa, não têm a nacionalidade que nós temos aqui. São portugueses aqueles que estão ali como nós. As nossas mulheres, elas não têm a nacionalidade que nós temos. Eles também são portugueses? Pergunto à senhora.

Fátima - acho que não!

Ernesto - agora português sou eu!! Os meus filhos não são portugueses, a mulher não é portuguesa. Eu é que sou português. Porque tenho nacionalidade. Agora é como assim mesmo, o que faziam há muito tempo. Até agora, esse caminho dessa manobra ainda existe. É. Ainda existe. Quando chega na minha casa, português sou eu sozinho. Que tem conhecimento, mas a família, minha toda, não são portugueses. Mas não sai de mim? Não sou eu que estou a tomar conta deles? Agora eu sou português! É português de mafiar?! É português de mafiar. Porque eu sou português, mas os meus filhos não são!

Rockista – mas houve um erro. Um erro como? Eu posso dizer assim: nós que nascemos na bandeira portuguesa, não podia haver separação! Só aqueles que nasceram na bandeira da FRELIMO podia ser mesmo da FRELIMO! Nós que nascemos na bandeira portuguesa tinha que ser português! Mas quando um

gajo chega aqui, aqueles que não têm nacionalidade dizem que você não é português. Sessenta anos ele nasceu, ele nasceu na bandeira portuguesa!!

Ernesto – nós nascemos a eles, e sofremos a eles. Mas quando chega aqui, não somos portugueses! Tem que ter nacionalidade.

Rockista – há qualquer coisa que não está bom aí. Porque, por exemplo, chegou aquele tempo, ali, da caderneta indígena que se atribuía, houve tempo da fundação, que há muita gente estavam assimilados. Depois os portugueses saíram, quando já eram assimilados. Quando chegam aqui, diz que você não é português! O que é isso aí? E quando eles estavam lá. Agora quando chega aqui e diz: «eh pá, você não é português!». A diferença está aí, não sei o que se estará a passar. [...] (entrevista: Abril, 2008).

E Frederico, que também reside num quartel, quando questionado sobre o que sentiu quando teve de pedir para ser português, respondeu:

Eu até falei: eu quando nasci, não conheci outro B.I., não tinha outro B.I. Portanto nós fomos registar nos cartórios como portugueses, até participámos na guerra porque éramos portugueses, chamavam-nos assim. Nós tirávamos bilhete de identidade português, os meus pais, como já falei, que morreram, não conheceram outro B.I., era o B.I. português. Agora, quando fizemos requerimentos para virmos para cá, disseram que nós não podemos receber uma pessoa estrangeira! Porque agora vocês não são portugueses, são moçambicanos! Então pronto. Foi quando eu fiz o requerimento para pedir a nacionalidade. Então para vir ser tratado aqui como portugueses que fomos, não conheço outro B.I. a não ser B.I. português, agora esse, moçambicano é, agora depois da independência. Mas pronto, como eu já disse que, pronto, eu fiz aquilo aí porque precisava mesmo de vir para ser tratado, e sentir-me mais ou menos, porque eu não era assim! Eu estava mal mesmo quando eu vim cá, mas prontos. A única coisa é só a separação da família. Só.

Fátima - tem dupla nacionalidade? É português e moçambicano?

Frederico – sim

Fátima - acho esquisito ter que se pedir a nacionalidade, não é, é uma burocracia!

Frederico – nós até dissemos assim: a nossa nacionalidade não devia ser por naturalização, era por conservação, porque já fomos, participámos na guerra colonial, porque éramos portugueses. Portanto não houve nenhuns jovens mercenários nas fileiras das Forças Armadas! Houve jovens que nasceram em África, mas que eram portugueses! Eu até trago o B.I. antigo. B.I. mesmo de Portugal! Que tirávamos lá! Então a nossa nacionalidade era por conservação e não por naturalização, mas pronto (entrevista: Junho, 2008)!

Nestes excertos, mas também noutros que fomos apresentando ao longo deste capítulo, o recurso à problemática da nacionalidade portuguesa, nomeadamente ao facto de a terem perdido com as independências dos países africanos e de terem de a requerer,

é utilizado pelos antigos combatentes africanos para justificarem as suas exigências. Por sua vez, este argumento é quase sempre reforçado com a opinião de que, durante a guerra, nas FAP, não havia distinção entre africanos e europeus. O testemunho de Ernesto exemplifica, na perfeição e sinteticamente, esta opinião:

Eles deviam considerar nós igual por igual! Não haver nenhuma diferença, porque, na guerra, quando nós andamos na guerra, não havia nenhuma diferença! Eu pegava, chamava-se cantil essas garrafas de água, eu abrir e beber, ele também chegava abrir e beber. Pela mesma coisa, porque somos iguais! Comíamos igual! Não havia nenhuma diferença! Mas agora, hoje eu não posso dizer que somos iguais, não! Porque quando nós queremos ver as diferenças dos vencimentos que nós temos com aqueles que vieram noutra tempo, os portugueses aqui connosco que nós chegamos agora, são muito, muito diferentes. Até aqueles que estavam junto connosco, quando vê «eh pá esse homem sofreu muito pá, agora ele vai ter essas percentagens? Como é isso?» Eles ficam admirados! «É só isso?» «Só isso». «Porcaria pá». É só essa consideração essa gente faz. Só gostavam de levar as pessoas e ficar sem vida, só. Paciência, Sra. Dra., não é questão que as pessoas quando estamos aqui estamos satisfeito, não (entrevista: Maio, 2008)!

6. Conclusão: entre portugueses que foram e colonizados que nunca deixaram de ser

Embora os antigos combatentes africanos das FAP sejam um grupo muito heterogéneo, existem aspectos comuns nas suas vidas e nos seus discursos independentemente das diferenças que os distinguem. O território onde nasceram, as suas crenças religiosas, línguas, contextos socioculturais e condições económicas variadas, bem como o serviço militar obrigatório que cumpriram nas mais variadas unidades e especialidades militares constituem alguns dos aspectos que os diferenciam entre si.

Apesar desta diversidade, que não se esgota nas categorias atrás enunciadas, os antigos combatentes distinguem-se em dois grandes grupos, de acordo com a situação em que entram em Portugal: os que vêm oficialmente como combatentes ou antigos combatentes das FAP, nomeadamente os internados nos hospitais militares, um grupo de comandos da Guiné refugiados no Senegal e os que vêm regularizar a sua situação de DFA ou fazer tratamentos médicos; e os outros, os que entram em Portugal com o estatuto de imigrante.

Além destas duas situações, também os motivos que os trouxeram para Portugal variam. Alguns dos antigos combatentes que estavam em Portugal quando se proclamou

a independência dos territórios africanos, estavam internados nos hospitais militares e decidiram ficar neste país ou viram-se forçados a fazê-lo, enquanto outros vieram depois porque foram afastados, expulsos ou rejeitados dos projectos dos novos Estados africanos independentes ou porque se sentiram desiludidos com os mesmos. Alguns também vieram porque não alcançaram a qualidade de vida que aspiravam, um dia, vir a conquistar, ou porque aqueles territórios não lhes ofereceram condições que lhes permitissem sobreviver como desejavam. Outros deixaram as suas terras para ter acesso aos serviços de saúde necessários para tratar as sequelas que a guerra lhes deixou ou porque esperavam que Portugal os recompensasse economicamente por terem combatido nas FAP. Todos esperavam que Portugal lhes proporcionasse boas condições de vida.

Independentemente do motivo ou da situação que os levou a deixarem a sua terra natal, alguns deles conseguiram reconstruir as suas vidas em Portugal de acordo com as suas expectativas. Outros, porém, não encontraram as oportunidades, nem as condições suficientes, para terem as vidas almejadas. Por não terem atingido as condições materiais de vida satisfatórias, que muitos esperavam conseguir através de uma pensão das FAP, alguns deles abandonaram este projecto e regressaram, ou pensam regressar, às suas terras natais, enquanto outros sobrevivem em Portugal em situação de precariedade, embora muitos deles continuem a alimentar a esperança de virem a melhorar a sua situação através do seu ‘estatuto’ de antigo combatente. Há, inclusive, os que ficam em Portugal porque se encontram numa situação de pobreza que os impede de regressar, enquanto outros se encontram cativos da morosidade da resolução dos seus processos de DFA.

No que respeita a sua instrução, encontraram-se homens que frequentaram os mais variados níveis de ensino. Alguns dos antigos combatentes africanos nunca frequentaram a escola e são analfabetos, como o Bodo, ou o Camará ambos da Guiné, mas também como o André de Angola que, como diz, “pouco andou na escola”. Conhecemos licenciados, como o António da Guiné que se formou em Itália, ou como o Fernando natural de Moçambique, professor de história, reformado, a desenvolver um projecto de Doutoramento ou ainda Augusto Mendes Pereira que foi furriel miliciano da

1ª Companhia de Comandos Africanos, um dos homens que, com Nuno Rogeiro²⁵⁰ e Amaro Bernardo, entre outros, apresentou o livro de Amadú Djaló no dia do seu lançamento²⁵¹. Contudo, a maioria dos que conhecemos não frequentaram mais do que a 4.ª classe, o que não é de estranhar já que, na época colonial, as taxas de escolaridade eram muito reduzidas em todas as colónias portuguesas e na Guiné o investimento no ensino foi sempre inferior ao de Moçambique e de Angola²⁵².

Por sua vez, em termos linguísticos, todos os antigos combatentes entrevistados falam português, embora alguns, poucos e exclusivamente oriundos da Guiné, apresentem muitas dificuldades em expressar-se e mesmo em perceber essa língua²⁵³. Os antigos combatentes da Guiné falam habitualmente com os seus patrícios através de sua língua mãe, caso sejam da mesma etnia, ou através do crioulo que, na Guiné como em Portugal, é a língua que habitualmente utilizam²⁵⁴.

São também os homens oriundos da Guiné que apresentam a maior variedade religiosa: muçulmanos, católicos, evangélicos, ateus e crentes em religiões tradicionais africanas. Já entre os antigos combatentes de Angola e de Moçambique não conhecemos nenhum discípulo do Islão, o que é compreensível, no primeiro caso, já que aí é uma religião minoritária, ao contrário do segundo onde a comunidade islâmica é bastante significativa²⁵⁵. Ainda em relação a Moçambique e a Angola, nenhum antigo combatente assumiu seguir uma religião tradicional africana, ao contrário, mais uma vez, do que alguns homens da Guiné confessaram. Entre estes, independentemente da sua identificação em termos religiosos, esta é uma referência relevante nos seus discursos, o que é menos frequente nos discursos dos provenientes de outros países africanos.

²⁵⁰ Sua alocução em No Fim das Guerras, página consultada em 23 de Novembro de 2011, http://ultramar.terraweb.biz/Livros/AmaduBailoDjalo/NoFimdasGuerras_DrNunoRogeiro.pdf.

²⁵¹ Alocução em Amadú Bailo Djaló – lançamento do Livro (2), página consultada em 10 de Maio de 2010, <http://www.youtube.com/watch?v=UBEyEv9NO24>.

²⁵² Para conhecer os valores das taxas de ensino oficial e missionário, veja-se, por exemplo, Mateus (1999:26-33;209-222).

²⁵³ Foi o caso relatado de Bodo, mas também de outros homens oriundos da Guiné, especialmente entre os Felupes, com os quais nunca conseguimos marcar uma entrevista, e com quem falámos sempre com ajuda de um tradutor - o Amadú, o Rolando ou o Camará.

²⁵⁴ Sobre a utilização do crioulo na Guiné veja-se Incanha Intumbo (2004) e Moema Augel (2007: 82-85).

Ao longo da pesquisa empírica sempre que estivemos com um grupo de antigos combatentes da Guiné, falavam entre si em crioulo ou numa das outras línguas africanas dependendo da sua origem étnica.

²⁵⁵ Sobre o Islão em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau consulte-se António Gonçalves (Org.) (2004).

Apesar desta heterogeneidade, os discursos dos antigos combatentes revelam matérias constantes que importa destacar, enquanto os seus percursos de vida manifestam certos padrões a partir dos quais se torna possível propor uma tipologia de análise.

Em relação às constantes identificadas, são duas as matérias que perpassam, indiferenciadamente, os discursos desses homens: a família e a opinião crítica sobre a postura do Estado português em relação aos antigos combatentes africanos das FAP.

Quanto à primeira constante, a família, é compreensível e até axiomático que ela constitua a esfera mais importante da vida destes homens. É a família que, junto com eles, sofreu e continua a sofrer as consequências da guerra. Para muitos destes homens, a sua separação da família de origem constituiu o momento que marca a sua partida para a guerra e o momento a partir do qual as suas vidas foram desassossegadas. Durante e depois da guerra, muitos formaram as suas próprias famílias em África, mas também dela tiveram de separar-se para virem para Portugal. Esta separação é apontada como responsável pela família que se desestrutura devido à ausência da figura paterna, e pela família que muitos deixaram de conhecer porque, na sua ausência, filhos casaram, netos e por vezes até filhos nasceram e alguns dos seus familiares mais próximos morreram. Mas é também e sobretudo pela sua família que muitos vêm e permanecem em Portugal, enquanto outros preferem partir o mais depressa possível para reencontrá-la.

Pelo contrário, alguns antigos combatentes estão satisfeitos com as suas vidas em Portugal fundamentalmente porque, apesar de longe da sua terra natal, construíram ou reuniram cá as suas famílias nucleares e com elas conseguiram construir o projecto de vida que ambicionavam. Outros, ainda, viram as suas famílias desfazerem-se em Portugal ou em África, porque as sequelas que carregam da guerra destruíram os laços ou os projectos que as mantinham unidas.

Por sua vez, ao longo dos seus discursos, essa esfera privada, a família, interage e dialoga com a esfera política, muito particularmente com o Estado português. Um Estado que não reconhece as suas esposas como esposas ‘oficiais’, a não ser que voltem a casar em Portugal. Um Estado que não concede, ou demora demasiado tempo em conceder, a nacionalidade portuguesa às suas esposas e aos seus filhos. São também as preocupações familiares, e principalmente o futuro dos seus filhos, que justificam a luta diária que muitos destes homens empreendem não apenas para conseguirem melhorar as suas condições materiais de vida, mas também por serem reconhecidos e obterem uma reparação financeira pela sua participação na guerra colonial.

Estas situações vão de encontro à perspectiva de Boaventura de Sousa Santos segundo a qual este espaço-tempo doméstico - “[...] o espaço-tempo das relações familiares, nomeadamente entre cônjuges e entre pais e filhos” (1994: 260) -, dominado pelo patriarcado, relaciona-se com o espaço-tempo da cidadania - “constituído pelas relações sociais entre o Estado e os cidadãos” (1994: 271). E, como defende o mesmo autor, o Estado interfere decisivamente no espaço-tempo doméstico. No caso concreto destes homens, ao dificultar o reagrupamento familiar e a naturalização de filhos e esposas, ao tornar demasiados morosos os processos para a atribuição de reformas e pensões para garantir a sua subsistência e a dos seus familiares, o Estado português complica, prejudica e adia os projectos e as vidas destes antigos combatentes.

A primeira constante discursiva que acabámos de apresentar é indissociável da segunda relativa à opinião crítica que os antigos combatentes africanos apresentam em relação ao Estado português.

Antes de mais, a opinião que proferem em relação à forma como o Estado português lidou e lida com os antigos combatentes africanos não apresenta variações significativas entre os antigos combatentes africanos, muito embora a importância e a responsabilidade que atribuem à guerra nos seus percursos de vida seja diversificada. Esta importância e responsabilidade variam sobretudo em função da situação socioeconómica que têm em Portugal: quanto mais precária for a sua situação, maior é a responsabilidade que atribuem à guerra ao longo do seu percurso de vida desde que cumpriram o serviço militar obrigatório.

Contudo, e até paradoxalmente, praticamente todos apresentam as mesmas acusações, desilusões, ressentimentos e críticas relativamente à forma como os antigos combatentes africanos são tratados pelo Estado português pós-colonial. E quase todos reclamam os mesmos direitos, apresentam as mesmas reivindicações e exigem ser reconhecidos pela sua participação na guerra.

A opinião dos antigos combatentes africanos sobre a forma como são apoiados pelo Estado português, não varia consideravelmente em função da sua situação socioeconómica, nem de outra categoria que tenhamos identificado. Mesmo os antigos combatentes africanos que consideram os apoios económicos ou os tratamentos de saúde que recebem do Estado satisfatórios, ou ainda os que não têm qualquer tipo de apoio e dele consideram não precisar, apresentam críticas semelhantes. Acusarem o Estado de os ter abandonado no final da guerra, discordarem com a forma como são tratados os processos relativos à atribuição ou regularização de reformas de DFA e

considerarem injustos os critérios utilizados para a atribuição de pensões constituem as principais críticas que os antigos combatentes dirigem ao Estado português.

A estas críticas soma-se a censura relativa ao abandono a que dizem estar votados antigos combatentes africanos que consideram viver em condições deploráveis, em Portugal e em África, depois de terem servido Portugal numa guerra que, inclusive, deixou muitos deles com sequelas irrecuperáveis e incapacitantes. Contudo, ao mesmo tempo admitem que, em termos de serviços de saúde, nomeadamente no acesso aos hospitais militares, às consultas de stress pós-traumático, à medicação e próteses, o Estado apoia os DFA e os antigos combatentes militares do quadro das Forças Armadas.

Por outro lado, uma vez que grande parte dos processos de atribuição de reformas e pensões são deliberados no âmbito das FAP²⁵⁶, é compreensível que as críticas dirigidas ao Estado se estendam a esses organismos.

Deste modo, como acontece em relação ao Estado, as Forças Armadas também são alvo de avaliações positivas e de críticas. São criticadas pela morosidade dos processos e elogiadas pela forma como alguns sujeitos envolvidos nos mesmos procuram encontrar soluções que colmatem entraves e problemas que vão encontrando ao longo da sua resolução, por exemplo em relação a alojamento, ao fornecimento de documentos ou à procura de testemunhas para os processos. Assim, as avaliações positivas são especialmente dirigidas a homens e mulheres que, perante os problemas dos antigos combatentes, procuram encontrar soluções. Entre estes sujeitos que vão encontrando nas instituições do Estado e noutras às quais recorrem, muitos são antigos combatentes como eles, que combateram com eles e que, por isso, estarão mais sensibilizados com a sua situação.

Em suma, a maioria dos antigos combatentes considera que as dificuldades que eles ou outros encontram em Portugal são injustas e incompreensíveis. Injustas porque foram perseguidos ou discriminados nas suas terras, a partir das independências, por terem combatido nas FAP ou porque foram obrigados a abandonar projectos de vida após a guerra os ter interrompido ou os ter afectado de modo a torná-los impossíveis. Injustas, também, porque muitos vivem em Portugal separados das suas famílias que

²⁵⁶ O Arquivo Geral do Exército é responsável pela contagem do tempo de serviço militar, pelas pensões de preço de sangue, de condecoração e de serviços excepcionais e relevantes, e também pela elaboração e revisão de processos por acidente e doença. A Repartição de Justiça e Disciplina avalia os processos de acidentes/doenças ocorridos nas “ex-províncias ultramarinas”. A Direcção de Saúde emite pareceres técnicos sobre acidentes e a Direcção de Serviços de Pessoal é responsável por diversos assuntos relativos a pensões e abonos.

tiveram que deixar em África. Injustas porque em Portugal muitos deles não conseguem ter as condições materiais e económicas acima do limiar da pobreza. Por sua vez, consideram todas estas situações incompreensíveis porque, na época da guerra, eram portugueses e, por isso, defenderam essa pátria que hoje, para eles, parece querer esquecê-los.

As ambivalências e contradições que acabámos de identificar não parecem ser exclusivas das opiniões dos antigos combatentes africanos. O próprio *modus operandi* do Estado português, em relação a certas situações que estes homens vivem, não é linear. O Estado apoia-os de facto, como apoia qualquer antigo combatente, desde que cumpram determinados requisitos: se forem militares do quadro, têm todos os benefícios que tem qualquer militar; se forem DFA acontece o mesmo.²⁵⁷

É a forma como o Estado português trata os antigos combatentes africanos que recebe nos quartéis das FAP que é, na melhor das hipóteses, contraditória. Se, por um lado, lhes dá alojamento e alimentação enquanto aguardam a resolução dos seus processos, por outro, demora com frequência vários anos a dar por encerrados os processos. Durante esse tempo de espera, a situação destes homens em Portugal pode, inclusive, passar a ser ilegal caso os seus vistos de residência caduquem e não tenham obtido a nacionalidade portuguesa²⁵⁸. Esta é sem dúvida uma atitude paradoxal do Estado português.

A actuação do Estado português em relação aos antigos combatentes africanos é reveladora do seu carácter labiríntico, o qual, segundo Fernando Ruívo, é “um conjunto multifacetado onde confluem vozes e linguagens, enleios e enredos, onde algumas portas se abrem e outras se fecham na imensidão dos seus corredores” (1991: 189). Trata-se, para o mesmo autor, de um Estado burocrático caracterizado pela “discrepância entre expectativas jurídicas e respostas efectivas; [...] a rotina, lentidão, falta de iniciativa e complicação das fórmulas processuais [...]” (1991: 193).

Mas, se as exigências dos antigos combatentes africanos enfrentam um Estado onde “as burocracias parecem demasiado pesadas para atingirem os seus fins e os aparelhos

²⁵⁷ Convém esclarecer que o facto de ter sido antigo combatente, africano ou não, não significa ter um estatuto que confira aos sujeitos algum direito particular, a não ser o de poderem ter acesso ao suplemento especial de pensão, que varia entre os 75 e os 150 euros anuais, mas ao qual muitos antigos combatentes, africanos e outros, não têm acesso por não serem beneficiários da segurança social ou da caixa geral de aposentações, entre outros requisitos. Ver Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, Lei n.º 21/2004, de 5 de Junho, e Lei n.º 3/2009, de 13 de Janeiro.

²⁵⁸ Os processos podem ser reabertos caso os antigos combatentes imponham um recurso, o que, por sua vez, significa que alguns podem estar em Portugal por tempo indeterminado.

parecem bloqueados” (Santos, 1985: 890), o mesmo não parece suceder em relação a outros apoios que têm encontrado em Portugal. Embora não isentas de críticas, os antigos combatentes sentem-se, na sua maioria, apoiados por instituições, particularmente pelas associações de antigos combatentes que, efectivamente, os auxiliam no encaminhamento dos seus processos, na aquisição da nacionalidade portuguesa, na disponibilização dos seus serviços sociais, jurídicos e psicológico, no acesso à saúde, ao alojamento, à alimentação e a outros bens de primeira necessidade.

Alguns dos antigos combatentes mais carenciados dizem também receber o apoio de antigos camaradas de guerra de origem portuguesa que, quando os encontram, lhes oferecem uma refeição e quantias em dinheiro, ou que intercedem por eles judicialmente, ou junto de entidades com as quais necessitam resolver problemas. Há inclusive antigos combatentes africanos que vieram para Portugal por intermédio de antigos combatentes portugueses.

A vida de muitos destes antigos combatentes seria muito mais difícil caso não contassem com estes apoios que vão encontrando por parte de antigos combatentes portugueses ou por parte de instituições de solidariedade e de homens e mulheres singulares. Apoios que são característicos de “uma forte sociedade providência que colmata em parte as deficiências da providência estatal”, e que, segundo Boaventura de Sousa Santos, constitui uma particularidade da sociedade portuguesa. Isto é “uma sociedade organizada informalmente segundo modelos tradicionais de solidariedade social [...]”; uma sociedade composta por “[...] redes de relações de intercâmbio, de inter-reconhecimento e de ajuda mútua baseadas em laços de parentesco, de vizinhança e comunitários, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e segundo uma lógica de reciprocidade [...]” (1994:64).

Por sua vez, no que diz respeito ao descontentamento que revelam em relação a certos procedimentos do Estado, demos conta de três eixos argumentativos que os antigos combatentes africanos utilizam para interpelá-lo e justificar as suas opiniões e que, embora distintos entre si analiticamente, são indissociáveis nos seus discursos: por um lado, a nacionalidade portuguesa que tinham durante a época colonial e, conseqüentemente, a sua participação na guerra como cidadãos portugueses; por outro lado, a igualdade que defendem que existia entre os combatentes europeus e africanos nas FAP durante a guerra; o último eixo reporta-se às marcas físicas e psicológicas bem como a outros danos que a guerra deixou, para sempre, inscritas nos seus corpos e que irremediavelmente interferiram nos seus percursos de vida.

Assim, os seus discursos são persistentes em realçar que não só participaram na guerra porque eram portugueses, mas que o fizeram como qualquer outro português. Nesse sentido, embora tenham sido obrigados a ir para a guerra, como também o foram os outros portugueses, a maioria insiste que lutou para defender o que era, na época, a sua pátria.

Por terem lutado no seio das FAP durante a guerra colonial e por se considerarem lesados por nela terem participado, exigem ser recompensados pelo Estado português. Lesados porque, para alguns destes homens, a guerra marcou as suas vidas deixando, nos seus corpos, feridas que passaram, desde então, a condicionar os seus percursos. Lesados também porque, para outros, pertencer às FAP significou carregarem consigo a marca da posição colonial que os obrigou a deixarem as suas terras natais quando se deram as independências.

Perante estes argumentos, os antigos combatentes questionam: se durante o serviço militar e na guerra não havia distinções entre africanos e portugueses, ou seja se todos eram tratados da mesma forma, tinham as mesmas funções, eram igualmente valorizados, recompensados ou punidos em função do seu comportamento, porque é que no Portugal pós-colonial são discriminados? Porque é que têm de requerer a nacionalidade portuguesa nos mesmos moldes de qualquer estrangeiro? Porque é que são tratados como imigrantes em Portugal quando juraram a bandeira portuguesa e por ela poderiam ter morrido e muitos deles, ainda hoje, trazem as suas feridas cravadas nos seus percursos e nos seus corpos?

Antes de mais, os posicionamentos que os sujeitos assumem ter ocupado antes das independências dos territórios africanos remetem esta problemática para a ambivalência da relação colonial. Na realidade, os antigos combatentes africanos ocuparam, de facto, um dos lugares do colonizador, quando, ao pertencerem às FAP, lutaram pela preservação do colonialismo. Por sua vez, nos seus discursos admitem que lutaram para defender Portugal, embora praticamente só os antigos combatentes oriundos da Guiné considerem que o fizeram para evitar que novas forças assumissem o poder naquele território. Poderíamos, então, concluir que o desejo pela ocupação do lugar do outro na relação colonial, que Fanon (s/d: 35-45; 95-114) e Memmi (1973: 148-150) consideram o único desejo do 'homem negro', se cumpriu. Poderíamos, ainda segundo a mesma perspectiva, considerar que a ideologia do colonizador penetrou de tal forma na consciência do colonizado que este, alienado, acabou por se identificar com ele. Também poderíamos considerar que, ao contrário da perspectiva de Fanon e de Memmi

segundo a qual a assimilação do colonizado é sempre impedida pelo racismo que preside a lógica fundacional do colonialismo, os discursos destes homens indicam que, afinal, aquela se concretizou durante a guerra no seio das FAP nas então colónias portuguesas.

Adoptar qualquer uma destas perspectivas significaria, contudo, ignorar a complexidade da relação colonial, em particular a ambivalência do relacionamento com a alteridade. Seria, simplesmente, considerar que os antigos combatentes africanos transitaram de uma posição para outra, do lugar de colonizado para o de colonizador, ignorando perspectivas segundo as quais as relações coloniais, mais do que dicotómicas, são lugares de encontro e, por isso, são também lugares de negociação, de conflito e de subversão. Significaria, em suma, ignorar que o encontro colonial, embora composto por relações predominantemente desigualitárias, é também um espaço de comunicação, de implicação e de tradução (Bhabha, 2005), gerador de hibridismos entre colonizador e colonizado (Spivak, 1985; Hall, 2003) e atravessado por dinâmicas transculturais produtoras de mútuas crioulizações identitárias (Pratt, 1992). Conceitos como os de hibridez e mimetismo, de Homi Bhabha, que contestam as polaridades clássicas imputadas à relação colonial, ao mesmo tempo que atribuem às identidades dos sujeitos um carácter circunstancial e provisório, ou o de zona de contacto de Louise Pratt, que realça a forma como os sujeitos são constituídos dentro e através das relações entre colonizadores e colonizados, destacando o carácter interactivo e improvisado dos encontros coloniais, permitem questionar concepções que interpretam a alteração de posições na relação colonial como meras situações de reprodução cultural e de assimilação e, sobretudo, discutir qualquer forma de binarismo entre o mesmo e o outro, o colonizado e o colonizador.

Além destas considerações é necessário acrescentar que estes homens ocuparam provisoriamente um lugar do colonizador numa situação e numa instituição muito particulares: uma posição situada na guerra e restrita ao seu lugar nas FAP. Esta posição não é apenas provisória, como não anula a sua condição de colonizado na relação colonial. Isto significa que o sujeito colonial, neste caso o combatente africano, num determinado espaço-tempo, ocupou, em simultâneo, duas posições antagónicas entre si na relação colonial, sendo que cada uma delas depende da escala em que se situam.

Por isso, considera-se que, neste caso, a relação com a alteridade na época colonial, deve, incontornavelmente, ser interpretada tendo em atenção vários actores e instituições envolvidos. Os antigos combatentes africanos reconhecem que os

colonizados, e não necessariamente eles próprios, eram alvo de discriminações, de exploração e de inferiorização perante a administração colonial, alguns colonos e perante a lei, embora, grande parte deles, procurem evitar o mais possível falar neste assunto nos seus depoimentos. Contudo, o que eles fazem questão de frisar é a posição paritária que ocupavam em relação aos seus camaradas, europeus e africanos, no seio da instituição militar e na guerra, bem como as relações fraternas que se desenvolviam entre todos os combatentes que pertenciam a uma mesma unidade militar, independentemente da sua origem.

Assim, os seus discursos acabam por ir ao encontro de análises segundo as quais a colonização não pode ser entendida como um processo homogéneo. Nela, como refere Conceição Neto “[...] existiram grupos, indivíduos, instituições de Estado e privadas, que agiram de modo diverso ou mesmo contraditório, condicionados pelas culturas do seu tempo e pelos interesses que defendiam” (1997:335). É a pluralidade de situações e de actores que atravessaram as realidades coloniais no espaço e no tempo, que nos permite compreender, como sugere Leela Gandhi, que o encontro com o poder colonial não é apenas dicotómico, pois ocorreu através de uma variedade de registos ambivalentes e contribui para a mútua transformação do colonizado e colonizador (1998:124-129). Neste sentido, para compreender as narrativas expostas importa não excluir hipóteses relativas a cumplicidades, contágios mútuos e intimidades que se tenham criado entre europeus e africanos no seio das FAP e na guerra na época colonial, tendo em atenção, ao mesmo tempo, a complexidade dos mecanismos de poder presentes nessas relações.

É a vida em comum de quem passa por uma “experiência extrema”- que Gustave Fisher considera situações-limite, verdadeiros abalos na vida - que provoca uma ruptura com um estado de vida anterior e impõe ao sujeito, ou a um grupo, mudanças para as quais não estão preparados, que permite compreender parte das narrativas expostas. Estas situações, entre as quais o mesmo autor situa as guerras, não implicam apenas uma ruptura com as condições materiais das quais os sujeitos podem ser desapossados quando vivem estas experiências. Há também rupturas quanto à forma de compreender a vida, de compreender os acontecimentos e de compreender o mundo e os outros (Fisher, 1994: 23-25).

Neste sentido, a guerra, entendida como um desafio à existência do sujeito, desapossando-o de condições de vida anteriores e confrontando-o directamente com a morte, permite, em parte, entender porque os africanos não se consideram distintos do

Outro, do combatente europeu, nas FAP durante a guerra. Nos discursos desses antigos combatentes, africanos e europeus são o Mesmo na guerra. Nos seus discursos prevalece a ideia de que não há dicotomia, não há relação desigual entre europeus e africanos nas unidades militares às quais pertenceram. Há, tão só, uma relação fraterna da qual depende a sobrevivência de cada um e de todos. Esta interpretação da guerra anula a dicotomia e as desigualdades vigentes na relação colonial. E se há diferenças entre os homens estas apenas são imputadas às diferenças específicas da hierarquia militar.

Deste modo, para compreender os seus discursos é, também, imprescindível situá-los nesse contexto muito particular que é o da organização militar. É o carácter totalizante da instituição militar, que trata os indivíduos de modo homogéneo, envolvendo-os e mantendo-os afastados, ou desapossados, dos papéis sociais diferenciados que preenchem no seu quotidiano, reduzindo-os à conformidade da norma institucional, que os antigos combatentes mobilizam nos seus discursos para invocar a ausência de relações desigualitárias e discriminatórias nas FAP. Trata-se do discurso disciplinador da instituição militar, um discurso que os antigos combatentes africanos incorporaram.

Por seu turno, é também esta pertença à instituição militar que, em Portugal, lhes permite ter acesso a redes de solidariedade estabelecidas entre antigos combatentes que os apoiam em diversas áreas dos seus quotidianos e é a ela que recorrem frequentemente para reforçar os seus argumentos reivindicativos. Contudo, esta pertença acaba também por traí-los. O *ethos* militar, nomeadamente o seu código de honra²⁵⁹, impede muitos desses homens de interpelar as FAP, sobretudo quanto à forma como são hoje tratados em Portugal no seio dessa instituição, também ela responsável pela morosidade dos seus processos. Foi nessa instituição que deram o corpo e a vida por uma pátria que hoje tem dificuldade em reconhecê-los. Nessa instituição incorporaram um *habitus* militar e é também a partir desse lugar de enunciação que falam. Por isso falam o que esse *habitus* lhes permite falar. Porque este *habitus* está gravado nos seus corpos e incorporado nas suas identidades. Mas também porque no Portugal pós-colonial não deixam de ser dependentes dos critérios dessa instituição para obterem alguns dos apoios que requerem. Provavelmente será, também, por estes motivos que os antigos combatentes africanos insistem em falar, quase exclusivamente, nas relações igualitárias que estabeleciam com os portugueses nas FAP durante a guerra.

²⁵⁹ Sobre o conceito de *ethos* militar consultar Carrilho (1985: 54-55).

Em contrapartida, é na situação pós-colonial que inscrevem a dicotomia entre europeu e africano. Além disso, as críticas que proferem, o descontentamento e ressentimentos que manifestam são em relação à realidade pós-colonial, quando consideram que são rejeitados por um Estado que, outrora, defenderam como sendo o seu. O que eles denunciam é o Estado português pós-colonial que acusam de esquecer, de querer esquecer ou de fazer por esquecer os antigos combatentes africanos.

Como outros antigos combatentes, os africanos exigem, assim, que a sua participação na guerra seja lembrada e, também como outros antigos combatentes, enfrentam, antes de mais, a ocultação da guerra a que, durante longos anos, se assistiu, em Portugal, após o 25 de Abril. Segundo Margarida Ribeiro esta ocultação seria uma “[...] incapacidade de avaliação das condições reais para lidar com tão dolorosa herança, deixando o ex-combatente num ambíguo e desconfortável lugar entre a vítima e a imagem de um antigo poder que se queria esquecer” (2006: 44). Mas o lugar ambíguo e desconfortável que os antigos combatentes africanos ocupam parece ser ainda outro: entre a memória de uma guerra colonial onde o africano ocupou um lugar do colonizador e a situação pós-colonial que ignora a especificidade desse passado colonial. É desse lugar que consideram que, se durante a guerra, nas FAP, eram portugueses iguais aos outros, tinham os mesmos direitos e deveres que os outros, e lutaram como qualquer outro para a preservação do império, então têm o direito de continuar a ser ‘os portugueses que foram’, iguais a qualquer outro português, agora na situação pós-colonial.

Nos seus discursos sobre a guerra, a separação e as diferenças que existiam entre europeus e africanos dissipam-se com a sua pertença às FAP e com a experiência em comum de combatente. Pelo contrário, no Portugal pós-colonial, os antigos combatentes africanos começam por não ser portugueses, o que lhes veda o acesso à cidadania, e a narrativa que mobilizam para justificar as suas reivindicações é uma narrativa fundada na posição de combatente que ocuparam na situação colonial. Nela desvalorizam as discriminações que os africanos sofreriam ao longo da colonização portuguesa, sobrevalorizando a igualdade em relação aos soldados portugueses com quem fizeram a guerra. Nos relatos dos seus percursos de vida muitos, inclusive, ultrapassam o espaço-tempo que viveram em África desde que acabou a guerra colonial até virem para Portugal. Nesses discursos, as comparações que executam são, sobretudo, entre o que viveram na guerra e como vivem no Portugal pós-colonial, e entre o que perderam com a guerra e o que o Portugal pós-colonial não reconhece.

Assim, estas narrativas também não podem ser interpretadas numa perspectiva que ignore as dimensões materiais dos seus percursos, sobretudo quando se sabe que muitos antigos combatentes africanos vivem na pobreza em Portugal. O que eles requerem explicitamente não é propriamente o reconhecimento de uma diferença, nomeadamente a de terem sido africanos nas FAP, ou a de terem passado por situações peculiares durante a guerra ou com a descolonização por serem africanos. Exigem ser reconhecidos pela sua especificidade apenas em relação aos estrangeiros que não fizeram o serviço militar português e que a lei da nacionalidade não distingue. Mas a maioria requer é que os antigos combatentes africanos sejam reconhecidos como iguais, com direitos iguais a qualquer outro português na sociedade portuguesa pós-colonial, para terem acesso a um bem-estar material e económico.

Deste modo, além de exigirem que a sua participação na guerra seja lembrada e reconhecida, exigem, igualmente, que ela seja ressarcida.

Neste sentido, se por um lado a perspectiva defendida por Nancy Fraser nos permite situar as reivindicações destes homens no âmbito do domínio da justiça redistributiva, a qual, segundo a autora, corresponde a uma das dimensões do reconhecimento, irreduzível à outra que é a do reconhecimento da diferença²⁶⁰, ela não é suficiente para compreender outras dimensões contempladas nas suas reivindicações.

As suas reivindicações não só não se reduzem à justiça redistributiva, como esta aparece nos seus discursos como indissociável de outras dimensões, nomeadamente a auto-estima e a esfera familiar. Daí a necessidade de recorrer a outras perspectivas que sugerem que aquela reivindicação pela igualdade redistributiva pode integrar-se em dimensões mais amplas de reconhecimento. É o caso da proposta de Charles Taylor (1989; 1992), precursor da teoria do reconhecimento, que defende que os sujeitos para se auto-realizarem lutam, ao mesmo tempo, por dignidade e pelo reconhecimento das suas especificidades. Além disso, para Taylor, principalmente preocupado com os dilemas entre igualdade e diferença na formação dos sujeitos, considera que, para se auto-realizarem, os sujeitos dependem de um reconhecimento intersubjectivo.

²⁶⁰ A separação, ou não, entre reconhecimento e distribuição tem dividido alguns teóricos que se têm debruçado sobre esta matéria. Contudo, como se trata de divergências que têm a ver sobretudo com a viabilidade analítica daquela separação na construção de um novo paradigma de justiça social, não cabe aqui aprofundar esse debate. Sobre ele consulte-se, por exemplo, Nancy Fraser e Axel Honneth (2003), e Iris Young (1990, 1997). O que nos importa aqui é recorrer às perspectivas que pensamos serem capazes de nos auxiliar na compreensão daqueles discursos pautados pelo reconhecimento.

O que as reivindicações dos antigos combatentes africanos parecem indicar é precisamente esta dimensão intersubjectiva e mais ampla que este e outros autores atribuem ao reconhecimento. Por um lado, parecem ir ao encontro da perspectiva de Axel Honneth²⁶¹ que situa o reconhecimento no âmbito das relações de amor, de direito e da estima social. Quanto às primeiras, as relações de amor, trata-se do domínio das relações afectivas de reconhecimento recíproco estabelecidas no seio do grupo primário e que conferem ao sujeito o desenvolvimento da sua auto-confiança. Por sua vez, nas relações de direito, pautadas pelos princípios universalistas modernos, os sujeitos reconhecem-se reciprocamente iguais, o que lhes permite ter consciência de poder respeitar-se a si próprios porque merecem o respeito dos outros. Assim, a experiência do reconhecimento jurídico, ao garantir uma universalização da dignidade, fomenta auto-respeito. Quanto ao âmbito da estima social, os sujeitos têm necessidade de se referirem positivamente a suas propriedades e capacidades concretas, cuja valorização está, por sua vez, enraizada numa comunidade de valores partilhados por uma sociedade.

Quando o sujeito sente que as formas de reconhecimento não são respeitadas, segundo Honneth, a sua auto-realização é prejudicada: o sentimento de privação de direitos afecta a possibilidade de auto-respeito, e a referência negativa ao valor dos sujeitos ou grupos, afecta a sua auto-estima. E, se o desrespeito coíbe a realização do indivíduo na sua totalidade, ao mesmo tempo é ele que está na base de lutas por reconhecimento e de acções de resistência política desde que o contexto cultural e político as propiciem. Em suma, o que Honneth sustenta é que as situações desrespeitosas vivenciadas quotidianamente estão na origem dos conflitos intersubjectivos por reconhecimento (Honneth, 1995).

O que os discursos dos antigos combatentes africanos mobilizam, argumentativamente, é o princípio da igualdade, no âmbito da igualdade legal. As suas aspirações situam-se, deste modo, no âmbito das relações de direito, por considerarem que lhes são negados alguns dos direitos atribuídos aos portugueses, o que gera a insatisfação que verificámos nos seus discursos. Estas reivindicações são, por seu turno, indissociáveis do bem-estar económico e material que almejam e que organiza as suas

²⁶¹ Opondo-se abertamente à perspectiva de Fraser quanto à separação entre reconhecimento e redistribuição e, concordando com Taylor, considera que existe uma “gramática moral”, que rege os conflitos sociais, e que leva os sujeitos a contestar significados, valores e padrões desrespeitosos, por negarem a possibilidade de auto-realização. Com base no conceito hegeliano de luta por reconhecimento e na teoria da intersubjectividade de Mead, Honneth propõe três domínios de reconhecimento: amor, direito e estima social (1995).

narrativas por reconhecimento. Apesar das suas reivindicações serem fundamentalmente de carácter económico, no próximo capítulo, mostraremos como elas carregam em si, ao mesmo tempo, uma dimensão identitária que transparece, não tanto nos seus discursos, mas sobretudo nalgumas das suas práticas quotidianas e como, de acordo com José Manuel Mendes, “[...] a luta incessante pelo reconhecimento, pela identidade legítima, cria pressões transformativas sobre as identidades pessoais e sociais” (2003: 20).

As suas reivindicações também não excluem o âmbito da estima social que Honneth refere nos seus trabalhos, já que, nos seus discursos, os antigos combatentes africanos acentuam o contributo pessoal que cada um deu à guerra em particular, e que os africanos deram à guerra e à nação portuguesa em geral. Parecem ser estas as dimensões de reconhecimento que mobilizam privilegiadamente e que conciliam entre si nos seus discursos.

Mas, o que é particularmente significativo nesses discursos reivindicativos é que estes homens não dissociam a esfera familiar das reivindicações que proferem em termos de direito e de auto-estima. Pelo contrário, estas dimensões de reconhecimento parecem depender do reconhecimento das relações de amor situadas no âmbito familiar. Reivindicam para as suas esposas e para os seus filhos o direito à nacionalidade portuguesa, a possibilidade de virem residir e trabalhar em Portugal e um bem-estar que corresponde aos padrões da sociedade portuguesa. Ao fazê-lo, estendem a sua luta pelo reconhecimento ao reconhecimento dos seus familiares. A estima social, a reparação financeira e o respeito que querem ver reconhecidos em Portugal pela sua participação na guerra são indissociáveis dos projectos que ambicionam para as suas famílias. O reconhecimento que estes homens exigem para si, depende do reconhecimento que possa ser atribuído às suas famílias e sem o qual o seu parece nunca estar completo. Esse reconhecimento que exigem para as suas famílias constitui-as herdeiras da guerra, parte da herança colonial que o Portugal pós-colonial tem de assumir.

O reconhecimento que exigem não passou, contudo, para a esfera pública no sentido de fazerem parte de uma luta organizada e sustentada por movimentos sociais. Ao contrário do que acontece, por exemplo, na Guiné-Bissau e em Moçambique onde os antigos combatentes parecem encontrar-se organizados, em Portugal as reivindicações destes homens são, por enquanto, feitas a nível individual.

Honneth é particularmente sensível a estas situações, e critica as perspectivas que centram, predominantemente, a sua análise nos movimentos sociais por não permitirem dar conta de certas dimensões de reconhecimento, nomeadamente daquelas relativas a

expressões quotidianas de injustiça e de sofrimento que não conseguiram passar para a esfera pública (Honneth, 1995). Mas, apesar de não existir nenhuma associação, ou outro tipo de instituição de apoio aos antigos combatentes africanos, o que, como vimos, foi experimentado, sem sucesso, entre comandos oriundos da Guiné, alguns dos seus anseios correspondem a lutas empreendidas por organizações de antigos combatentes em Portugal e, por isso, participam em manifestações que organizam. Estas associações apesar de não darem relevo às especificidades dos antigos combatentes africanos, não os esquecem e, por vezes, até ‘falam por eles’.

Importa ainda tentar responder a mais uma questão: como conciliam, no seus discursos, posicionamentos aparentemente inconciliáveis, nomeadamente exigirem que os seus direitos e o seu valor sejam reconhecidos por terem combatido no seio de uma força colonial, num espaço-tempo pós-colonial que condena a guerra e as formas de dominação colonial?

Colonial e pós-colonial são realidades que se sobrepõem nos seus discursos: as suas reivindicações pós-coloniais só fazem sentido quando ancoradas na guerra, e as memórias do tempo colonial que evocam preterem o que possa comprometer a lógica das suas reivindicações, nomeadamente memórias onde a colonização é lugar de exploração, de dominação e de discriminações. É a guerra, enquanto experiência de vida em comum entre europeus e africanos, onde a relação desigual, própria da relação colonial, tem a possibilidade de esvanecer-se, que os antigos combatentes africanos mobilizam nos seus discursos para apresentar as suas críticas, ressentimentos e reivindicações. Deste modo resgatam uma memória colonial para uma realidade pós-colonial que, durante décadas, tentou esquecer a guerra e, em simultâneo, esquecê-los na guerra. Memória que, aparentemente, não confronta os valores pós-coloniais que condenam a dominação colonial e todos os tipos de violência que produziu. Em suma, os antigos combatentes africanos resgatam, do passado colonial, as memórias de uma guerra onde africanos e europeus eram o mesmo: um português. Esta narrativa da guerra permite-lhes pertencer à mesma “comunidade imaginada”: a nação portuguesa. Esta narrativa, que nos seus discursos converte a sua participação na guerra num legado colonial a preservar, é uma narrativa de “espaços sobrepostos”, de “histórias entrelaçadas” (Said, 1994), de contactos e relações desigualitárias entre colonizados e colonizadores, de experiências comuns e igualitárias entre europeus e africanos durante a guerra, de interpretações de situações pós-coloniais com base em situações coloniais,

que testemunham, de acordo com a óptica de Edward Said, como a maneira como se formula o passado configura a compreensão e as concepções do presente (1994).

Lesados por considerarem que não são devidamente recompensados por terem participado na guerra, o que pretendem é deixar de ser excluídos de uma herança colonial onde o lugar que ocupavam era o do ex-colonizador. Este, que é um lugar incómodo para a situação pós-colonial, é, para eles, interpretado como o lugar a partir do qual podem lutar pelo seu reconhecimento no Portugal pós-colonial.

É deste lugar que se posicionam como sujeitos da sua história, na história colonial. É deste lugar que confrontam Portugal pós-colonial desafiando-o com uma interpretação renovada do colonialismo português. Durante a guerra, como mostrámos no capítulo terceiro, a propaganda colonial utilizou a progressiva africanização das guerras e a visibilidade crescente concedida às virtudes heróicas do combatente africano para demonstrar a aplicação da política integracionista da nação pluri-continental e pluri-racial que defendia. Ao promover o combatente africano como defensor da África portuguesa, essa propaganda atribuiu aos “filhos da terra” a manutenção do domínio português em África. Os discursos (pós)coloniais dos antigos combatentes parecem actualizar esse modo luso-tropical de fazer ver a guerra: um discurso luso-tropical ou, aproveitando uma expressão de Miguel Vale de Almeida (2000)²⁶², um discurso pós-luso-tropical, que recupera ou reproduz um discurso colonial não só porque dele parece depender a justificação das condições materiais que exigem, mas também, como veremos, pode constituir a forma de seus percursos e discursos identitários fazerem sentido. Esta perspectiva luso-tropical de fazer ver a guerra colonial contada, agora, por africanos pode, segundo esta interpretação, revelar histórias e argumentos cativos do passado colonial ao devolver a Portugal a imagem que o império, um dia, deles criou.

Por sua vez, esta análise responde muito particularmente a uma das hipóteses exploratórias colocada por Santos quando questiona se as especificidades do colonialismo português, nomeadamente se o problema da auto-representação do colonizador português poderá ter criado “[...] um campo aparentemente vazio de representações (mas, de facto, cheio de representações sub-codificadas) que, do ponto

²⁶² Miguel Vale de Almeida define o pós-luso-tropicalismo como “[...] uma ultrapassagem que não esquece o que ultrapassou” e que implica uma discussão do luso-tropicalismo “capaz de aceitar a diversidade e especificidade dos processos coloniais e nacionais e a contribuição da sua análise para a construção de uma teoria que não dependa da hegemonia anglo-saxónica nos estudos pós-coloniais” (2000: 162).

de vista do colonizado, constitui um espaço de manobra adicional para tentar a sua auto-representação para além ou fora da representação da sua subalternidade?” (2002: 27). O que a análise apresentada propõe é que os antigos combatentes africanos das FAP recorrem predominantemente a um campo que não é, de todo, vazio. Pelo contrário, recorrem a um campo sobrecarregado de representações: o campo da guerra colonial no seio das FAP. Campo de representações e de marcas que carregam em si desde que entraram na guerra e que não pode deixar de contaminar outros campos que estes homens foram atravessando desde que aquela acabou. À semelhança dos corpos de operários de minas de urânio que se reclamam contaminados, tal como o estão e são reconhecidos os territórios onde trabalharam (Mendes e Araújo, 2010), as vidas destes homens foram contaminadas primeiro pelo colonialismo, depois pela sua participação na guerra. Forças invasoras e perturbadoras das suas trajectórias, das suas identidades e dos seus corpos.

Estes homens procuram, assim, conciliar o inconciliável. Trazem para o Portugal pós-colonial percursos, identidades e corpos profundamente marcados pelo Portugal colonial. São corpos e identidades coloniais que invadem os seus quotidianos. São percursos cuja responsabilidade imputam a um Estado que, em parte, os rejeita. Um Estado que deixou de ser aquele que um dia os transformou nos soldados africanos que lutaram na força colonial contra outros africanos que dela se queriam libertar. Um Estado cuja atitude em relação aos antigos combatentes africanos demonstra que “a colonialidade das relações não terminou com o fim do colonialismo das relações” (Santos, 2002: 29).

Desde que foram para a guerra, estes homens foram apanhados num turbilhão de circunstâncias históricas que nunca mais deixou de perseguir e de avassalar as suas opções, os seus projectos de vida e os seus quotidianos.

Provavelmente é por isso que muitos destes homens apresentam percursos de vida que indicam uma dificuldade em fixar-se e uma necessidade de deambulação como que à procura de um lugar onde ancorar-se. Alguns antigos combatentes parecem, contudo, ter encontrado esse lugar no Portugal pós-colonial. Estes são os antigos combatentes africanos das FAP cujos percursos são considerados ancorados, enquanto os primeiros são homens cujos percursos são deambulantes. Ancorados de um lado e deambulantes do outro, são estes os pontos extremos das trajectórias-tipo dos antigos combatentes africanos das FAP em Portugal e que serão objecto de análise no capítulo que se segue. Entre uns e outros, muitas outras trajectórias, mas todas mais ou menos marcadas por

esse eixo a partir do qual é possível distribuir os antigos combatentes africanos entre os que encontraram o lugar onde ancoraram os seus percursos e aqueles que ainda procuram onde apaziguar o desassossego das suas vidas e onde conciliar o seu passado contaminado pelo colonial, num espaço-tempo que dele parece querer libertar-se.



Imagem 6 – XVII Encontro Nacional de Combatentes (Belém, 10 de Junho 2010)

Capítulo 6

Percursos de vida e discursos identitários: existências despedaçadas

Afinal assim identificando-me sempre eu/até posso ajudar-te à busca de uma identidade em que sejas tu quando eu te olho/ em vez de seres o outro (Manuel Rui Monteiro, 2008).

1. Introdução

Os percursos dos antigos combatentes enfrentaram condicionalismos que afectaram profundamente e por diversas vezes os rumos que seguiam as suas vidas. Nascidos em África sob o colonialismo português, a guerra chamou-os a combater do lado da força colonial e, ao cumprir esse serviço - na época obrigatório para qualquer homem português, africano ou não -, as suas vidas ficariam para sempre marcadas por esta passagem que se tornaria, por sua vez, determinante quanto ao que o futuro reservava. Com a independência dos países africanos sob o domínio português e as configurações que foram assumindo cada um dos três territórios africanos que participaram na guerra colonial, os percursos que entretanto os homens que já tinham passado à disponibilidade estavam a reconstruir, ou os que eram imaginados pelos que ainda se encontravam no seio da força colonial, foram novamente abalados. As posições para as quais a força colonial os tinha convocado durante a guerra passam a ser pouco abonatórias, nesses novos contextos, para aqueles que as tinham ocupado. Mais ou menos forçados a saírem dos seus territórios de origem, ao partir, os seus percursos são mais uma vez desviados para lugares onde imaginam poder encontrar oportunidades para reorientarem os seus projectos e refazerem as suas vidas.

Apesar de todos terem passado mais ou menos pelas mesmas rupturas e descontinuidades geradas pelas profundas transformações históricas que atravessaram as suas vidas, a análise efectuada, como era de esperar, indica que os percursos destes homens não foram todos afectados da mesma forma. De acordo com esta análise, e muito embora se tenha identificado uma diversidade de percursos, o que se verificou, também, é que é possível distribuir as trajectórias de vida destes homens ao longo de um eixo cujos extremos correspondem, de um lado, aos antigos combatentes que encontraram o lugar onde ancoraram os seus percursos vida e, do outro, àqueles que ainda deambulam à procura de um lugar onde apaziguar o desassossego que os caracteriza.

Entre estes dois percursos-tipo existem outras trajectórias que também classificámos. Percursos radicados em Portugal, mas indecisos quanto à possibilidade de ficarem ou partirem; percursos suspensos de homens que vieram para Portugal temporariamente, mas cuja estadia se prolongou tantos e tantos anos que significou a interrupção ou intermitência dos seus projectos de vida por tempo indeterminado; percursos pendentes de homens que aguardam a resolução dos seus processos de reforma antes de decidirem o que farão no futuro; e percursos de homens agarrados a Portugal à força porque desejam regressar às suas terras natais sem, contudo, terem condições para o fazerem.

Como qualquer tipologia, a que acabámos de introduzir não é capaz de dar conta da diversidade e complexidade dos percursos que pretende classificar, mas a sua construção e utilização tornaram-se fundamentais para avançar para a compreensão não só desses mesmos percursos, como também dos discursos que os acompanham, os justificam ou os representam. Compreender como dialogam entre si os percursos destes homens com os seus discursos é o objectivo deste capítulo.

2. Entre os Estados africanos independentes e o Portugal (pós)colonial imaginado: percursos de vida e discursos identitários

Os percursos de todos os homens, europeus ou africanos, que participaram na guerra foram inquestionavelmente interrompidos. Em muitos casos, tratou-se de uma interrupção temporária, uma interrupção de projectos de vida que foram, por alguns anos, adiados e posteriormente retomados e eventualmente reorientados após verem cumprido o serviço militar obrigatório.

Mas os percursos de vida dos antigos combatentes africanos a residir em Portugal não foram apenas interrompidos; foram desviados. Para muitos deles, o fim da guerra e a independência e evolução dos novos Estados africanos onde nasceram traduziram-se na impossibilidade de retomarem ou de continuarem projectos anteriormente iniciados ou idealizados. Terem sido antigos combatentes das FAP constituiu, de facto, o motivo pelo qual alguns deles foram perseguidos, aprisionados, ‘reeducados’, excluídos, discriminados e até mesmo fuzilados pelas novas forças que ditavam o caminho da África independente. Por isso, também alguns foram forçados a deixar os seus territórios de origem. Mas, se estas situações se traduziram numa série de impossibilidades quanto aos seus projectos nas suas terras natais, ser antigo combatente das FAP constituiu, ao mesmo tempo, um território de outras possibilidades. Possibilidade de partir para Portugal, possibilidade de conseguir uma reforma pelas FAP, possibilidade de ter melhores condições de vida, possibilidade de adquirir, para si e para a sua família, a nacionalidade portuguesa e de poder trabalhar em Portugal ou em qualquer país da Europa Schengen. Em suma, um território de possibilidades aberto pela sua participação nas FAP durante a guerra, e que esperavam e desejavam encontrar no Portugal (pós)colonial que imaginavam.

É entre esses territórios múltiplos que os seus percursos se deslocam. É também entre esses territórios que os seus discursos identitários vão deslizando denunciando, não raras vezes, sobreposições e contaminações entre eles, mas também resistências e persistências contra hipóteses de dissolução de especificidades culturais.

Percursos de vida que se diferenciam em função das suas trajectórias, do que deixaram nos seus países de origem, do que encontraram em Portugal, do que conseguiram reconstruir neste país e dos projectos que perspectivam para o seu futuro.

De acordo com estas coordenadas analíticas, os percursos de vida destes homens foram distribuídos por uma tipologia de trajectórias composta por seis percursos-tipo: ancorados; radicados à força; radicados indecisos; pendentes; suspensos e deambulantes.

Os antigos combatentes africanos cujos percursos ancoraram em Portugal são homens que conseguiram reorganizar satisfatoriamente as suas vidas neste país e que não conseguem imaginar o seu futuro noutra parte. Mas, nem todos interpretam e justificam estes percursos da mesma maneira, porque nem todos foram marcados da mesma maneira pela guerra, pela colonização e pelos espaços-tempo que as substituíram.

O percurso de Custódio da Guiné situa-se neste percurso-tipo ancorado. A vida de Custódio é exemplar no que toca à forma como o colonialismo desviou o seu percurso para Portugal e como, ao mesmo tempo, contaminou o discurso que justifica a impossibilidade de imaginar a sua vida noutra parte. O seu percurso não denuncia ter sido profundamente marcado pela sua participação na guerra. O seu discurso também não. É a sua condição subalterna na relação colonial que desviou a sua vida para Portugal. É também essa condição que o fez oferecer-se voluntariamente para ir para a guerra.

Custódio é um homem ancorado a Portugal. Mas o seu percurso foi desviado à força, pela força de um colonialismo que o arrancou da sua terra para onde nunca mais pôde regressar. Ainda criança Custódio trabalhava para um casal de portugueses radicado na Guiné. O português era funcionário público e casou, por procuração, com a filha de um juiz do Porto. Quando começou a guerra, esse casal veio para Portugal e Custódio veio com eles. Tinha então quinze anos e queria acompanhar os seus ‘patrões’ que vinham, pensava, passar umas férias e logo regressariam à Guiné. Para poder fazer essa viagem, Custódio teve que declarar às autoridades que não tinha família para que os seus ‘patrões’ pudessem tomá-lo a seu cargo e responsabilidade. Depois de uma curta estadia em Portugal, o casal voltou para África, mas não para a Guiné. O patrão foi destacado para Moçambique, a sua esposa acompanhou-o e Custódio ficou com a mãe do primeiro a tratar da sua quinta.

Passados uns anos, Custódio decide que quer estudar, o que começa por ser impossível porque a família para quem trabalhava dizia que não tinha em sua posse os seus documentos. Custódio decide então mandar vir os seus documentos da Guiné e fê-lo por duas vezes, mas aqueles nunca lhe chegaram às mãos. A prioridade de Custódio era ter esses documentos e a solução que encontrou foi oferecer-se voluntariamente para ir para a guerra, decisão tomada contra a vontade da família que o ‘acolhia’. Os seus documentos acabaram por aparecer no dia em que o chamaram à inspeção. Segundo a prestigiada família do Porto para quem trabalhava, esses documentos estavam perdidos lá por casa. Embora não tenha sido enviado para a Guiné, para onde pensava que ia ser destacado, Custódio ficou satisfeito por ir para a guerra porque, finalmente, recuperara os seus documentos. Foi em Angola que combateu entre 1970 e 1972, depois de ter feito a recruta em Espinho. Quando regressou da guerra, voltou a trabalhar para a família do Porto até se casar.

A estadia em Portugal foi, afinal, definitiva. Custódio nunca mais voltou à Guiné, embora não perca a esperança de um dia lá poder ir visitar os seus irmãos. Pretende passar o resto dos seus dias em Portugal, onde vive, com muitas dificuldades económicas, com a sua esposa muito doente e dois filhos adultos que vivem com eles e que “não querem trabalhar”. A única mágoa que diz sentir é não ter voltado a ver a sua mãe que faleceu sem nunca mais o ter visto. Custódio falou algumas vezes com ela pelo telefone, e recorda que nessas conversas a mãe repetidas vezes se referia a ele como “o filho que tenho perdido no mundo” (entrevista: Abril, 2011).

Custódio diz que não conhece a Guiné, não se lembra da Guiné e diz que já não sabe falar crioulo, mas não o lamenta. A sua esposa é filha de um guineense, nascida em Portugal e nunca foi à Guiné. Custódio optou pela nacionalidade portuguesa em 1977 e considera-se exclusivamente português, embora de vez em quando o seu discurso deslize para as suas raízes: “tenho raízes lá, aqui não tenho. Aqui tenho amigos e tenho a pátria. Fiquei porque quis” (entrevista: Abril, 2011).

Alberto de Moçambique também não consegue imaginar a sua vida noutra lugar, mas os motivos que desviaram o seu percurso para Portugal são outros: a guerra e as suas sequelas irreversíveis.

Alberto é natural do Luabo e pode ser considerado um dos homens cujo percurso mais se aproxima da trajetória-tipo ancorada. Antes de ir para a guerra, este antigo combatente trabalhava na maior empresa açucareira de África e era baterista de um conjunto musical que formara com o seu irmão mais velho, um primo e um amigo. Antes de ir para a guerra, gostava de jogar futebol e considera que era bom jogador porque, aos dezasseis anos, esteve quase para ir para o Sporting. Confessa que, na época, cumprir o serviço militar obrigatório era uma etapa da vida de um homem encarada com normalidade e considerada necessária para construir um futuro mais estável.

Nós íamos para a tropa, já sabíamos que quando voltássemos tínhamos emprego, até era emprego melhor remunerado. Porque o ir à tropa na altura era uma fronteira, quer dizer uma pessoa é uma coisa, depois passa a ser outra, já vem adulto, já vem mais preparado, já vem homem (entrevista: Janeiro, 2008).

Em Setembro de 1969 foi chamado para cumprir o serviço militar e, depois da recruta e do curso de especialização, foi combater na zona de Cabo Delgado numa companhia de comandos.

Alberto veio pela primeira vez a Portugal em 1970. Veio evacuado após ter sido vítima de uma mina que o deixou bi-amputado e que matou dois dos seus colegas de companhia. Após dois anos e alguns meses de tratamentos e de reabilitação no *Anexo* do Hospital Militar onde, recorda, era o único homem, na época, de origem moçambicana entre muitos outros maioritariamente da Guiné, regressou a Moçambique. Entre os seus internamentos em Portugal, no Hospital da Universidade de Lourenço Marques e na Alemanha, onde foi tratar das suas próteses, começou a namorar uma amiga de infância que conheceu na escola primária e que viria a ser a sua esposa e a mãe dos seus filhos.

A gente começou a namorar no hospital da universidade. Eu quando fui ferido, ela na altura estava a fazer o curso de farmácia. Eu estava no Hospital na Universidade e ela estava num lar do Hospital Central que era pegado ao Hospital da Universidade. Então, à tarde, ela vinha sempre visitar-me. Todos os dias! Eu lá no hospital, as senhoras da Cruz Vermelha, algumas amigas traziam sempre aquelas revistas, eram fotonovelas, não eram telé, eram fotos. Então ela vinha lá sempre, lia aquilo, às vezes levava lá para o hospital e depois, prontos, quando vim para cá, não namorava ainda, depois estive na Alemanha, correspondíamos. Numa das cartas lá disse qualquer coisinha amorosa, sim senhora, e foi depois quando eu fui daqui para lá é que a gente se casou (entrevista: Janeiro, 2008).

O fim da guerra e a independência de Moçambique forçaram Alberto a tomar a decisão de deixar a sua terra natal. As marcas que a guerra deixou no seu corpo eram demasiado visíveis para serem indiferentes aos olhares que Moçambique lançava às incómodas heranças coloniais. Marcas que delatavam a sua participação na guerra e que condicionaram as decisões determinantes que Alberto tomaria quanto ao seu percurso.

[...] na altura estava a trabalhar na vila, mas depois havia dificuldades em termos de assistência, assistência médica protésica, porque eu estava do centro ortopédico a cerca de 1600, 1800 km. Depois lá transporte não era fácil! E eu então pedi transferência, pedi para a Beira. A empresa tinha escritório na Beira, recusaram, então pedi a demissão e fui para a Beira. Depois na altura tentei trabalhar na Beira, já depois do 25 de Abril, não consegui. Não consegui porque formaram-se logo grupos dinamizadores, depois da independência, grupos dinamizadores, em que eram todos naturais de lá, eram todos negros, a maior parte. E então como sabiam da origem do meu acidente, na guerra e foi dos comandos ainda por cima, agravou mais as coisas, então não tive emprego. Foi daí que eu tive a ideia de me vir embora, se tivesse tido emprego se calhar ainda lá estava, ou vinha mais tarde não sei, o mais certo era vir mais tarde. Vim naquela altura, vim logo em 76 embora. Aliás já era para vir antes só que não vim porque tinha uma filha que estava muito doente, e acabou por morrer. Tinha quinze meses a miúda na altura e só depois dela morrer é que a gente veio. Notava-se, notava-se mesmo. Aliás havia listas, uns quadros que punham em certos sítios públicos, por exemplo nas paragens de autocarros,

em empresas, em instituições do Estado, nas conservatórias, tinha lá listas de pessoas que foram dos comandos. Atenção. Estava lá o meu nome também. Era público para as pessoas verem quem era dos comandos, para estar debaixo de olho (entrevista: Janeiro, 2008).

Apesar do desfecho da sua participação na guerra o ter, assim, obrigado a desviar o seu percurso para Portugal, Alberto não mostra qualquer tipo de ressentimento ou rancor em relação ao seu envolvimento nesse conflito. Bem pelo contrário, Alberto aceita a sua condição e considera-se satisfeito com os apoios que encontrou em Portugal.

Porque é que se vai chorar sobre leite derramado? Tenho visto alguns dos meus camaradas, às vezes até me mete nojo, "ah eu não sei quê não sei quantos porque me obrigaram a ir para a guerra!". Então porque é que ele não fugiu? Tinha duas pernas! Alguns conseguiram fugir! Foram para França, outros foram para a Alemanha, outros foram para América, outros para o Canadá. Mesmo estando lá em Moçambique eles podiam fugir! Houve algumas pessoas que fugiram! [...] Eu fui para a guerra, mas se calhar se estivesse consciente, também ia! Era capaz de ir! Agora para a guerra vai, não é quem quer. Prontos, um país tem uma estrutura política, económica, social e militar. Cada um tem a sua função e os militares também têm a deles! Se eu fiquei ferido, eu não vou chorar "ah pá coitado olha para mim". Se calhar lamentar-me-ia era, por exemplo, se o Estado tivesse-me abandonado! Por exemplo, tive este acidente, se dissesse "olha escolhe um canto aí e vai pedir esmola", aí sim, mas não. Não dão aquilo tipo cinco estrelas, darem-me carro, darem-me isto, mas só que aquilo que eu tenho direito, que eles me dão, acho que é suficiente. Tenho dificuldades na prótese, dão prótese nova, se tem avaria arranjam-me as próteses. Tenho uma pensão que não morro à fome, tenho a família, deu para eles estudarem e os meus filhos, estão mais ou menos encaminhados. É claro que eu gostaria de correr, gostava de correr mas não posso. Coisas assim do género. Agora chorar, "ai a guerra". Sempre houve guerras e vai sempre havendo [...] (entrevista: Janeiro, 2008).

Embora considere que nos últimos anos se tenham registado alguns atrasos nos tratamentos que solicita, na substituição ou reparação das suas próteses e se tenha assistido a alguns cortes em diversos apoios aos antigos combatentes com deficiência, Alberto considera-se satisfeito com a vida que reconstruiu em Portugal. Moçambique, no seu discurso, é o território do Outro, do africano, dos rituais que os africanos, outros que não ele, tinham e que recorda como figuras ancestrais e tradicionais da África colonial.

Mesmo em relação às suas origens, a sua origem moçambicana dilui-se entre as diversas ascendências genealógicas para as quais nos remete.

[...] eu sou de origem moçambicana mas o meu pai era sul-africano e a minha mãe é de lá, só que o pai dela era holandês, já tinha mistura. Da parte de Moçambique tenho a parte da avó, a mãe da minha mãe que era negra, natural de lá. O resto eram sul-africanos, e o pai do meu pai era escocês, a mãe sul-africana. Portugueses, não tenho nada. Tenho! Nasci em Moçambique! (entrevista: Janeiro, 2008)

Moçambique deixou de ser, ou nunca foi, um território de identificação privilegiado para Alberto e, talvez por isso, não coloque a hipótese de um dia regressar. Não obstante, ser africano continua a ser uma referência à qual recorre para, por vezes, referir-se ao que ele considera ser.

[...] a terra assim já não me diz nada. Nem a terra, nem os amigos, quer dizer, sabe os amigos já não são os mesmos, não são as mesmas pessoas. Quer dizer familiares também não, familiares somos, porque nós, nós africanos somos muito agarrados às famílias, família sim, mas agora os amigos, parecem pessoas estranhas! Se calhar eles em relação a mim também! (entrevista: Janeiro, 2008)

Camará é outro antigo combatente cujo percurso está ancorado a Portugal. Mas, o discurso que acompanha a interpretação e a justificação do seu percurso também se distingue daqueles que acabámos de apresentar. Trata-se de um discurso que identificamos muito particularmente entre os antigos combatentes oriundos da Guiné e que não apresenta variações significativas em função das diferentes trajetórias-tipo.

Camará esteve dez anos ao serviço das FAP, alguns deles na 1.^a Companhia de Comandos Africanos e, como a maioria dos antigos combatentes, considera que muitos africanos foram para a guerra porque foram obrigados, e que integraram as forças portuguesas porque se sentiam pressionados.

A gente não foram para mato. A maioria parte, metade foram para mato, metade vieram para portugueses. Mas também há muitos, há muitos que foram tropa de português, foram obrigados; foram obrigados! Naquela altura tinha a PIDE/DGS, PIDE. [...] tinha rapaziadas, jovens que não queria ir para tropa, eles apanham meu pai e mata porque eles pensam [...] mesmo o pai vai mandar todo o filho para o mato para lutar contra eles – portugueses -, é por isso que há muitos que obrigaram a ir à tropa, está a ver? Para fugir da PIDE! Por isso maioria foram para português, o resto fugiram, foram para PAIGC! [...] (entrevista: Junho, 2007).

Camará diz que nunca ponderou integrar as forças do PAIGC e justifica-se deste modo:

[...] porque não podia! Eu quando começou a guerra eu era ainda criança! Tinha dezasseis anos, dezassete; eu fiz dezoito anos, dezanove anos na tropa. Naquela altura, não tinha cabeça para ir para o mato (entrevista: Junho 2007).

Camará ficou surpreendido com a independência da Guiné, que não esperava, porque, na época, a guerra continuava muito forte. Mais surpreendido ainda ficou com a forma como foram desmobilizadas as tropas africanas que pensavam, como ele, que iam apenas de licença por uns meses.

Camará recorda que nessa época na rua ouvia-se “viva PAIGC, tuga já foi embora, tuga vai para a terra deles, você também vai atrás deles”, “vocês são cão portugueses, vocês são macacos de portugueses” (entrevista: Junho, 2007). Recorda também como, ainda antes de ter sido desmobilizado, já ouvia insultos por parte da população local.

eu estava lá, na varanda, sentado na varanda de meu pai, sentado. Eu tenho aquele posto, tenho galões, tenho farda, e uma senhora chegou lá e disse-me assim: «você tem que largar – desculpa – você tem que largar essa merda, você agora já acabou, vocês são cão dos pepa, vocês são cão de tugas, vocês agora já acabou, você tem que entregar tudo, você já sabe, vocês vão ser fuzilados todos (entrevista: Julho, 2007).

Após a independência, Camará esteve preso seis anos e oito meses, e diz desconhecer, ao certo, o motivo da sua libertação. Esta tanto pode ter sido obra de um amigo seu, que fora 1.º cabo da marinha durante a guerra e, mais tarde, secretário de uma Embaixada na Guiné, como de um comandante de um batalhão, governador de um sector, que conhecia o seu pai.

Quando se dá o Golpe de Nino Vieira, a 14 de Novembro de 1980, que depôs o regime de Luís Cabral, Camará afirma que se encontrava em Bissau onde procurava criar condições para vir para Portugal. Foi com dinheiro pedido emprestado a um comerciante seraculé, e a quem prometeu devolver o empréstimo logo que conseguisse receber a sua pensão de reforma, que conseguiu sustentar a sua família até vir para Portugal.

Camará chega a Portugal no final de 1980, não sabe dizer ao certo quando, e reconhece que não teve dificuldades em conseguir a nacionalidade portuguesa. Contudo, passou algumas dificuldades que conseguiu ultrapassar com o apoio de várias instituições desde que chegou, nomeadamente a Associação de Comandos, que também lhe arranjou trabalho de segurança, e a ADFA que, além de alimentação, lhe dava o passe para os transportes públicos, aulas de alfabetização nas suas instalações que, na época, se situavam próximo da Praça de São Domingos, e o ajudou a tratar da sua reforma.

Camará já conhecia Portugal, uma vez que, ao longo da guerra, esteve neste país por três ocasiões: uma vez, esteve três meses de visita a Portugal ao abrigo de uma iniciativa

promovida para combatentes da Guiné; outras duas, para receber duas cruzes de guerra nas cerimónias de 10 de Junho, que recebeu pelos dois acidentes que sofreu em combate (entrevista: Junho, 2007).

Quando veio definitivamente para Portugal, Camará foi internado no Hospital Militar onde permaneceu seis anos durante os quais, diz, não fazia "[...] nada, só estar lá deitado, só estar lá dentro, levar tratamento, injeções, fazia depois, pronto recuperação de corpo, ginástica e coisas, lá dentro injeção, consulta, injeção, eles levavam nós no carro, consulta, médico, e tal" (entrevista: Julho, 2007). As sequelas dos vários ferimentos que sofreu durante os dez anos que esteve na guerra são, também, responsáveis pelos 31,9% de incapacidade física que lhe foi atribuída por uma junta de saúde militar, conferindo-lhe, assim, uma reforma como Deficiente das Forças Armadas.

Em 2008, Camará residia no Bairro Padre Cruz, num apartamento que conseguiu através da Câmara Municipal de Lisboa, que lhe atribuiu duas habitações, uma para si e outra para uma das suas filhas que moravam com ele, na época, numa barraca que comprara num bairro de lata. Na sua casa espaçosa, de duas assoalhadas, no rés-do-chão, costuma receber os seus amigos, particularmente após as peregrinações que faz com frequência a Meca sempre que a sua saúde o permita e que algum muçulmano, com possibilidades económicas, tome a seu cargo a sua jornada.

Desde que chegou a Portugal que Camará pensava em trazer a sua esposa que ficara na Guiné. Quando finalmente tinha conseguido reunir todas as condições para a receber, ou seja tinha a casa e a reforma que esperava, Camará providenciou os documentos necessários para trazê-la. Mas a sua esposa nunca deixou a Guiné porque faleceu na semana em que tinha a viagem marcada para Portugal. Em 2010, Camará voltou a casar com uma conterrânea sua. Nesse mesmo ano, três dos seus seis filhos residiam em Portugal e Camará esperava conseguir trazer os outros três que tinha deixado na Guiné.

O percurso e o discurso de Camará apresentam características muito particulares. Características que são comuns a muitos antigos combatentes africanos naturais da Guiné. O percurso de Camará foi desviado pela guerra, e vários momentos da sua vida são profundamente marcados pela sua participação na mesma: dez anos no seio das FAP, seis anos e oito meses preso e seis anos no hospital militar. Ao todo são mais de vinte e dois anos. Vinte e dois anos da vida de Camará directamente associados à guerra.

O que o percurso e o discurso de Camará revelam é que a partir da sua participação na guerra, a sua vida passou a ser esboçada em função dela. Esse desvio trouxe-o a Portugal onde está ancorado e onde o seu percurso se reorganizou de acordo com as possibilidades encontradas. E é em Portugal que Camará deseja continuar a viver, embora diga que gostaria de um dia voltar à Guiné. Voltar, mas apenas de passagem, acima de tudo para poder encontrar-se com quem fazia a guerra e poder esquecer as rivalidades que ela produziu, como podemos ler de seguida:

Eu quero voltar para lá! Eu quero ir lá passear, atenção, quero ir para lá, para ir dar uma volta, para ver quartéis onde é que eu estava, para ver a zona onde é que eu fiz guerra, encontrar aquela malta com quem fazia a guerra, encontrar eles, sentamos, conversamos comemos juntos, falamos, esquecemos de coisa de ... ódio, esquecemos coisa de matar, é isso que eu queria" (entrevista: Junho, 2007).

Deste modo, a guerra, que desviou o seu percurso para Portugal, também é o motivo que Camará aponta para querer, um dia, visitar a Guiné. Neste caso, não é a sua família nem as suas raízes que mobiliza no seu discurso para justificar o seu desejo de voltar a pisar a Guiné. Assim, Camará também não imagina a sua vida noutra lugar que não Portugal. Ancorado a Portugal, Camará justifica o seu sentimento de pertença em relação a este país onde reside recorrendo ao passado colonial.

Nós não somos estrangeiros, nós somos portugueses, nosso pai é português nossa mãe é português, sobrinho é português, nascemos na base de portugueses, fomos criados na base de portugueses, não podemos condenar os portugueses, nunca! Sempre, sempre, sempre, sempre nós somos portugueses (entrevista: Julho, 2007) !

Esse tipo de passado colonial, interpretado como o tempo em que africanos e portugueses se encontraram, num encontro que, nos seus discursos, não revela assimetrias nem relações de força características da relação colonial, é utilizado como referência de pertença, muito comum entre os antigos combatentes africanos das FAP.

Por exemplo, Manuel recorre a referências muito semelhantes. Natural de Angola e ancorado a Portugal, Manuel também invoca a nacionalidade portuguesa com que nasceu para justificar a sua pertença a Portugal, e remete para a sua experiência profissional numa embaixada, que lhe permitiu conhecer o mundo, para reforçar a sua intenção de permanecer nesse país.

a minha maneira de viver é compatível, prefiro viver com os portugueses. Conheço a França, conheço a Alemanha, todos os países. Eu vivi lá muitas vezes e várias vezes e sei perfeitamente como eles são [...] Eu nasci como

português, hei-de morrer português! Sou português! Hei-de morrer como português (entrevista: Março, 2008).

Manuel, Camará, Alberto e Custódio são quatro dos dezassete homens cujos percursos são situados na trajectória-tipo ancorada²⁶³. Embora esta seja a trajectória que reúne, ao todo, mais homens, todos os outros se distanciam desse pólo. Ou seja, vinte e três homens não ancoraram os seus percursos e distribuem-se por uma variedade de posições que se situam entre as trajectórias de tipo ancorado e as de tipo deambulante.

Amadú e Emanuel apresentam percursos muito próximos dos ancorados. Não obstante, os seus percursos distinguem-se destes fundamentalmente por conseguirem projectar o futuro da sua vida quer em Portugal, quer nas suas terras natais. Mas ao fazê-lo, ao mesmo tempo mostram-se indecisos quanto ao lugar onde pretendem assentar no futuro. São homens radicados em Portugal, mas indecisos quanto ao lugar onde imaginam o resto das suas vidas.

Amadú realizou, em Portugal, grande parte dos seus desejos e dos seus objectivos e, por isso, por vezes, pondera regressar à Guiné-Bissau. Na Guiné deixou as suas esposas e as suas propriedades, e um clima que é favorável à sua saúde debilitada, mas também é na Guiné que sente que o seu passado na época colonial lhe pode, ainda, trazer problemas e, por isso, prefere ficar em Portugal. Emanuel mostra-se indeciso entre percursos de vida possíveis em dois planos distintos. Um em Portugal, onde voltou a encontrar parte do rumo do qual a sua vida foi desviada pelo desfecho da sua participação na guerra, o outro em Moçambique onde imagina a possibilidade de poder vir a reencontrar o que um dia lá deixou.

O percurso de Emanuel é profundamente marcado pela sua passagem pela guerra. Como aconteceu com o Alberto, a guerra deixou no seu corpo marcas profundas. Mas Emanuel tem menos autonomia do que Alberto. Emanuel vive dependente de uma cadeira de rodas, situação que atribui a um acidente que teve num exercício que efectuou ainda na recruta. Depois deste acidente ainda cumpriu o serviço militar obrigatório, mas como dactilógrafo. Emanuel não se queixa da sua condição. Contudo afirma que é principalmente essa sua condição que o torna português porque foi em

²⁶³ Bacar, Hilário, Luís, Octávio, Rolando, Cassamá, naturais da Guiné; Ari, Chico, Henrique, Daniel e Fernando naturais de Moçambique; André e Jorge naturais de Angola são os restantes antigos combatentes situados nessa trajectória-tipo ancorada.

cumprimento do seu dever por Portugal que ficou com problemas motores que se foram agravando até não poder mais caminhar. Nas suas palavras

Ser português, é primeiro uma pessoa quando está num país como este tem que estar aqui oficialmente, a seguir para beneficiar de alguns direitos que um cidadão comum beneficia, tem que ter a nacionalidade portuguesa, porque sem nacionalidade portuguesa não posso beneficiar em nada.

Os deveres, já cumpri doutora, estou assim porque estava a cumprir o meu dever como cidadão português. Já cumpri, mais do que isso, doutora, penso que não! Já cumpri (entrevista: Fevereiro, 2008).

O que Emanuel lamenta, na realidade, é ter visto o seu desejo de estudar interrompido quando foi recrutado à força para a tropa. Emanuel queria frequentar o seminário mas, para se matricular, tinha que ter o bilhete de identidade; para tê-lo tinha que ir ao administrador e este, segundo Emanuel, chamou uns soldados que verificaram que estava apto para ser recrutado. Pouco tempo depois, foi chamado para o serviço militar. Emanuel gostaria de voltar para Moçambique quando acabar os estudos que retomou desde que chegou a Portugal²⁶⁴. Quer voltar para rever a sua mãe. Mas também quer voltar reformado como DFA porque diz que, assim, poderá recuperar o que o serviço militar lhe tirou. Ao mesmo tempo, Emanuel reconhece que nunca, nem nada poderá restituir o sonho de ser padre que viu escapar quando foi cumprir o serviço militar.

Assim, Emanuel revela ter um percurso de vida radicado em Portugal, mas indeciso quanto ao lugar onde deseja continuar os seus projectos. Por um lado ambiciona voltar a Moçambique, quando vir o seu processo de DFA resolvido. Processo que já reabriu uma vez, em Portugal, após uma junta médica ter considerado que a sua deficiência não é directamente decorrente do acidente que sofreu na sua recruta. Enquanto aguarda, Emanuel vive num lar do Estado português para onde foi transferido após ter estado num quartel que não oferecia condições adequadas às suas necessidades especiais. Entretanto o seu percurso, desviado pela guerra, foi retomado em Portugal. Emanuel voltou a estudar e ambiciona frequentar o Ensino Superior. Deste modo, Emanuel acabou por encontrar em Portugal parte do rumo do qual foi desviado quando foi cumprir o serviço militar. Radicado mas indeciso entre ficar em Portugal e regressar

²⁶⁴ Emanuel chegou a Portugal no ano de 2004.

para Moçambique, Emanuel vai alimentando e imaginando um projecto de vida em dois planos distintos.

Por sua vez, Amadú também se apresenta radicado em Portugal mas por motivos bem diferentes dos de Emanuel. Não obstante, Amadú também vai imaginando e planeando a sua vida entre Portugal e a sua terra natal.

Amadú foi oficial graduado do Exército português, numa companhia de comandos africanos na Guiné, e combateu durante onze anos nesse território. Muçulmano, de origem futa-fula, o seu apelido indica que descende de uma família real fula. Entrou para o serviço militar no dia 9 de Janeiro de 1962, ainda a guerra não tinha ‘oficialmente’ começado, e permaneceu nas FAP até ao dia 1 de Janeiro de 1975. Foi promovido a 1.º cabo no dia 1 de Janeiro de 1966, e a 12 de Fevereiro de 1970 foi graduado Furriel²⁶⁵. No ano seguinte, a 7 de Novembro, foi graduado 2.º sargento e recebeu três louvores pela sua actuação em operações, um em 1966, outro em 1967 e o último em 1972. Em 1973, Amadú é condecorado com a Medalha de Cruz de Guerra de 3.ª classe, ano em que é graduado alferes.

Com a independência da Guiné, Amadú escapou várias vezes à prisão e passou a ir com frequência ao Senegal, não para fugir às perseguições, como o fizeram muitos outros, mas para tratar dos seus negócios de compra e venda de mercadorias.

Quando vem para Portugal, pelos seus próprios meios, até concluir o processo que o considerou membro das FAP, residiu com o estatuto de imigrante. Para poder usufruir da cidadania portuguesa, e obter a reforma pelas FAP, Amadú foi obrigado a requerer a nacionalidade portuguesa que perdera com a independência da Guiné. Enquanto teve saúde, comprava cassetes de vídeo no estrangeiro, principalmente em Paris, que depois vinha vender em Portugal. Passados uns anos da sua estadia em Portugal, Amadú torna-se um dos membros dirigentes da Associação de Comandos.

Em Portugal resolve casar pelo registo civil português, por procuração, com uma das suas duas esposas que residem na Guiné. Amadú trouxe, aos poucos, os seus nove filhos da Guiné e viu-os partir, um a um, para Londres, para Espanha e para os Estados Unidos após terem adquirido a nacionalidade portuguesa. Amadú reside em sua casa, numa

²⁶⁵ Nesse dia foram graduados vinte e três combatentes africanos: um a tenente, um a alferes, um a sargento e os restantes a furriel. Entre eles foi graduado Rolando, um dos antigos combatentes que participaram nesta pesquisa. No mesmo dia foi proposta a graduação de mais seis combatentes africanos: entre eles um a capitão, quatro a alferes e um a furriel (Arquivo da Defesa Nacional: Cx 6812). Segundo os comandos africanos da Guiné entrevistados e a Associação de Comandos, a maioria desses homens foi vítima de fuzilamento.

periferia de Lisboa, separado da sua família nuclear, mas com a casa sempre cheia de conterrâneos, alguns antigos combatentes como ele, outros amigos da sua terra natal e que o visitam com frequência, ou que residem em sua casa temporariamente.

As práticas quotidianas de Amadú representam, em muitas ocasiões, a multiplicidade que caracteriza as identidades destes antigos combatentes derivadas de percursos de vida apanhados por circunstâncias históricas contraditórias nas quais as suas vidas foram enredadas. Ocasões que não revelam, apenas, as múltiplas pertenças dos antigos combatentes africanos, mas também um percurso de vida que, desviado pela guerra, encontra, nesses momentos, um lugar onde é possível reunir os pedaços da sua existência que noutros espaços-tempo têm dificuldade em conciliar-se. Nessas ocasiões Amadú representa particularmente as múltiplas referências dos antigos combatentes naturais da Guiné.

Muçulmano, como muitos antigos combatentes naturais da Guiné, Amadú raramente usa trajes africanos ou sinais da sua pertença religiosa. Usa-os, por vezes, em ocasiões especiais ligadas à sua prática religiosa, nomeadamente no Ramadão, quando vai à Mesquita ou quando assiste a alguma cerimónia que, de algum modo, envolva a sua religião. Nas cerimónias militares e nos encontros de antigos combatentes, ao contrário de alguns antigos combatentes oriundos da Guiné, Amadú não tem por hábito usar elementos que remetam para a sua origem africana ou muçulmana, a não ser o almoço que leva de casa, ou a refeição especialmente encomendada para ele, para não correr o risco de comer carne de porco. Nessas ocasiões, Amadú raramente leva a medalha que recebeu pela sua participação na guerra. Mas, nessas ocasiões, Amadú não deixa de transportar outros sinais que denunciam a sua pertença às FAP, tais como a sua boina e o seu crachá de comando²⁶⁶.

²⁶⁶ Tivemos ocasião de acompanhar o Amadú em várias situações da sua vida quotidiana onde observámos estas práticas. Por exemplo: Nos funerais de conterrâneos seus, Amadú traja as suas vestes de cerimónia como o fez no “finado” de um primo de um antigo combatente que foi seu “subordinado na guerra” e de um filho de um amigo seu que foi comandante das forças do PAIGC na mesma guerra. De túnica branca comprida até aos pés e com um barrete em tons rosa e branco, bordado a verde, Amadú foi prestar a sua homenagem a estes dois homens que se encontravam na Mesquita de Lisboa e iam ser sepultados no mesmo dia. Após prestar a sua homenagem pessoal, proceder a uma oração colectiva no pátio interior da Mesquita e ter acompanhado os corpos a sepultar no cemitério do Lumiar, Amadú passou por um pequeno mercado de rua numa viela da Pontinha para comprar quiabos para o jantar (Diário, 1 Julho 2007). Nas cerimónias militares ou nos convívios organizados por antigos combatentes, Amadú não usa esses trajes de cerimónia. Usa outros. Prefere usar um dos seus fatos. Na lapela do casaco, ou na gravata, coloca, com frequência, um pin dos comandos ou então este é colocado na boina de comandos que enverga nestas ocasiões. Mas, ao contrário de outros antigos combatentes, Amadú usa, muito raramente, a medalha que recebeu pela sua participação na guerra colonial.

Embora o seu percurso mais recente radique em Portugal, Amadú hesita quanto ao lugar onde pretende continuá-lo. Por vezes, afirma que quer regressar à Guiné, onde situa e projecta o seu futuro. Decisão que vai adiando à medida que vai realizando vários projectos que queria concretizar antes de partir. Outras vezes só quer partir porque considera que o clima português prejudica a sua saúde, e quer morrer e ser sepultado na sua terra natal. Ao mesmo tempo, vai construindo outros projectos que só podem ser concretizados em Portugal, o que o obriga a ficar. Assim vai imaginando o seu futuro entre Portugal e a Guiné.

O percurso de vida de Amadú não é deambulante, nem ancorado. É antes um percurso fora do seu lugar. Não é apenas um percurso desviado pela guerra e deslocado para Portugal, é um percurso e uma vida que têm dificuldade em encontrar um lugar onde possam conciliar-se.

Outra trajectória tipo que reúne bastantes antigos combatentes é a dos percursos pendentes. São quatro os homens que situamos neste tipo e, curiosamente, todos são oriundos da Guiné. Trata-se do Bodo, do Domingos, do Malan e do João. Os percursos pendentes dos três primeiros já foram esboçados num capítulo precedente. Estes homens residem em Portugal há mais ou menos anos, e apresentam a particularidade de aguardarem a resolução dos seus processos de reforma para decidirem o que fazer depois. São vidas interrompidas, dependentes daquela resolução cujo desfecho lhes pode ser, ou não, favorável e que pode demorar vários anos. Entretanto estes homens vão sobrevivendo em Portugal com a ajuda de instituições ou com os trabalhos que vão arranjando. Enquanto esperam pela resolução dos seus processos, o tempo passa.

Entre esses homens falta-nos dar a conhecer o João da Guiné. João esteve envolvido nas FAP durante seis anos. Primeiro, entre 1965 e 1968, como soldado operacional de uma companhia de cavalaria durante alguns meses, depois numa companhia de caçadores e por fim, após tirar a especialidade de condução, foi condutor de um batalhão de engenharia em Bissau até 1971. Durante esses últimos três anos, João era ‘desarranchado’ e por isso pernoitava em sua casa, com a sua esposa, e voltava todos os dias ao quartel às oito horas da manhã. Filho de pais agricultores, João mal conheceu o seu pai que faleceu muito novo. Antes da guerra, João trabalhava numa empresa portuguesa, a Casa Ultramarina em Bissau, com um tio que lá era motorista de camiões. Nascido em Bula, João foi viver para Bissau para poder fazer a 4.^a classe e aprender um ofício. Terminou a 4.^a classe em 1963, ano em que foi recenseado, e, passado dois anos, foi chamado a cumprir o serviço militar.

Depois da guerra, como tinha carta de condução profissional que tirara no seu serviço militar, trabalhou como motorista de camiões até 1972. Em 1973 passa a trabalhar como funcionário público, também como motorista. Com a independência passa a trabalhar para o Governo da Guiné Bissau onde é integrado nos seus quadros. Mas João adoeceu e veio evacuado para Portugal, em 1986, para fazer tratamentos. Durante essa primeira estadia, a sua mãe faleceu na Guiné. Ficou em Portugal durante seis anos, e em Abril de 1992 voltou para a Guiné. Decorridos dois anos João regressou a Portugal e admite que só vai decidir o rumo a dar ao seu percurso quando o seu processo estiver resolvido. Quando pode, João vai à Guiné, como aconteceu no ano de 2006.

Em 2007, onze anos após a sua primeira estadia em Portugal, João obtem a nacionalidade portuguesa e recebe uma pensão de invalidez de duzentos euros por mês. Por isso, diz não reunir condições para trazer para cá a sua esposa e os seus oito filhos a quem gostaria de dar a oportunidade de continuar os estudos, sobretudo a um deles que tem o 12.º ano e não tem trabalho, nem possibilidades para entrar na Universidade em Bissau. Por isso, também, João pondera voltar para a Guiné, excepto se conseguir uma pensão como DFA. Espera pelo desfecho desse processo e só depois João decidirá se volta ou não para a Guiné.

O que distingue o percurso de vida de João, e dos outros homens com trajectórias de tipo pendentes, dos percursos suspensos prende-se ao facto dos homens situados nos segundos saberem o que pretendem fazer quando os seus rumos voltarem ao lugar de onde foram desviados, e por estarem em Portugal ao abrigo do seu ‘estatuto’ de antigo combatente das FAP. As trajectórias de tipo suspenso correspondem aos percursos dos homens que vieram para Portugal, temporariamente, para requererem ou actualizarem as suas reformas de DFA, mas cuja estadia se prolongou tantos anos que significou a interrupção ou intermitência dos seus projectos de vida por tempo indeterminado. Este é o percurso-tipo dos homens que residem nos quartéis e cujos traços fundamentais já apresentamos na parte deste trabalho dedicada aos mesmos.

Por último, resta-nos fazer uma referência aos percursos de tipo deambulante e de tipo agarrado a Portugal à força. A este último tipo corresponde a situação de José em Portugal e cujo percurso e discurso já foram objecto de uma análise pormenorizada anteriormente. Trata-se, como tivemos ocasião de mostrar, de um homem que não encontra em Portugal o que procurava, que não está satisfeito com a sua vida neste país, que se mostra descontente quanto à forma como o seu processo tem sido tratado e que

não percebe as razões pelas quais se encontra nesta situação. Por todos estes motivos, José deseja voltar para Angola, mas está agarrado à força a este país uma vez que não tem condições para regressar à sua terra natal.

Quanto às trajectórias deambulantes, estas correspondem aos homens cujos percursos vão errando à procura de um lugar onde possam apaziguar o seu desassossego. São percursos à procura de um lugar onde as partes de si, condenadas pela sua participação na guerra, possam voltar a fazer sentido.

Ao todo são quatro os homens cujos percursos são deste tipo²⁶⁷.

António é um deles. Os contornos do seu percurso também já foram apresentados pormenorizadamente no capítulo anterior. Recordamos, agora, apenas algumas das suas etapas fundamentais para situarmos o seu discurso.

António iniciou o seu serviço militar nas FAP em 1971 e na guerra foi furriel da Companhia de Caçadores 15. Passou à disponibilidade três anos depois, após ter sofrido um acidente em Mansoa. Após a independência, António foi preso e pouco tempo depois libertado por um comandante do PAIGC que o conhecia. António decide ir estudar para Bucareste e consegue os apoios necessários para o fazer, onde acaba por tirar uma licenciatura em engenharia. De Bucareste consegue novamente apoios para continuar os seus estudos, desta vez em Itália onde tira uma especialização em tecnologia alimentar e onde fica a trabalhar por uns tempos. Entretanto, António decide dedicar a sua vida à política para ajudar a sua terra, a Guiné, e conjuntamente com alguns conterrâneos, forma o partido RGB – Movimento Bafatá. Para colaborar na consolidação do partido decide deixar Itália, onde confessa que tinha a sua vida organizada, e vai para Cabo-Verde. No ano de 2000 volta para a Guiné-Bissau para participar com o seu partido nas eleições, e acaba por fazer parte do governo até Janeiro de 2001. Entretanto, fica doente e por ter passaporte diplomático consegue ser tratado em França. Em 2003, volta a fazer parte do governo, mas a queda do mesmo obriga-o a abandonar o seu cargo. Em 2004, António vem para Portugal e fica cinco meses internado no Hospital Militar da Estrela. Desde então, António reside em Portugal com a sua esposa. Uma das suas filhas está na Holanda e os outros filhos ficaram na Guiné. Desde que chegou a Portugal que António aguarda que o processo que abriu para obter

²⁶⁷ Da Guiné são o António, o Mário da Guiné, e o Su; e de Angola o Mário.

uma reforma pelas FAP seja resolvido e, enquanto aguarda, sobrevive sobretudo com o apoio da ADFA. Descontente com a sua situação desabafa:

O que me está a acontecer estão-me a pedir para trabalhar! Quer dizer se não estão-me a corresponder com as minhas obrigações, quem sou eu? Eu sou pai! É ou não é? Então eu vou ficar num país desses? Eu já dei o meu contributo, porque felizmente, eu sou português mas também nasci lá, e sou guineense por força, eu nasci lá no ultramar, sou de lá também [...] (entrevista: Janeiro, 2008).

António divide-se entre a Guiné onde nasceu e Portugal que considera sua casa-mãe por ter combatido ao lado dos portugueses. Divide-se também entre a esperança que não perde em conseguir uma reforma por esse contributo e a desilusão que, para ele, significa tanto tempo de espera.

Mas olhe minha senhora, eu não posso de forma nenhuma estar aqui, a sonhar com algo que nunca mais chega! Os meus filhos ficam, não conseguem estudar porque o pai continua a acreditar que, já fui dar o apoio! Já dei o suficiente, já dei o suficiente na Guiné! Portanto agora os outros que façam o mesmo, que eu já vim à casa mãe. Aqui é a minha casa. Por isso eu acredito que aqui, daqui ninguém me tira porque, de facto, eu sou português e consequentemente estou à espera da minha reforma entretanto. Aliás, olhe coincidência, acabaram de me telefonar agora para reconfirmar em relação ao pedido que eu fiz para o Centro de Emprego, estou à espera porque eu preciso de trabalhar! Não posso contentar com almoço e jantar (entrevista: Janeiro, 2008)!

Perante a sua situação em Portugal, que ele próprio classifica de mendicidade, insiste que é em Portugal que poderá eventualmente assentar o seu percurso: “O meu futuro é aqui! Em Portugal! O meu futuro passa por aqui, não há que duvidar!” (entrevista: Janeiro, 2008).

Não é só à sua participação nas FAP a que António recorre para justificar as suas exigências. A colonização portuguesa na Guiné, que o fez português, também é usada no seu discurso como argumento que permite sustentar as suas demandas.

Eu nasci português, não posso inventar agora, não posso ser órfão! Eu sou português! Eu não posso ser órfão, ainda não sou órfão, porque eu tenho uma pátria, tenho um pai e uma mãe que é Portugal! Eu nasci português! E não posso andar aqui a inventar que sou inglês, que sou francês, não! São nossos amigos sim senhor, há cooperações, há tudo mas Portugal é pátria, é casa mãe! Portanto, não posso andar aí a enganar (entrevista: Março, 2008).

Por ter nascido português e por ter combatido nas FAP, Portugal é a sua pátria. Mais ainda: por pertencer a uma família que considera que sempre foi fiel a Portugal, António reitera que a sua pátria não pode ser outra senão Portugal. Isto porque o seu pai,

funcionário público, cipaio administrativo no posto de Binar “era um homem conhecido, era um homem de Portugal” (entrevista: Março, 2008) e um dos seus tios, capitão de segunda linha, régulo de Portogole, veio a Portugal em 1966 “com o prémio governador e a convite de Salazar [...] à inauguração da Ponte 25 de Abril, hoje 25 de Abril, a ponte de Salazar ”(entrevista: Março, 2008). António vai ainda mais longe e considera que a Guiné estaria melhor caso Portugal apenas lhe tivesse concedido uma autonomia e os portugueses lá permanecessem.

não posso aceitar ser órfão, porque não sou órfão, eu sou português! E a minha família são fiéis a Portugal! Porque não podia ter eu outra conduta! Pois, a gente, de facto na vida é assim! Um homem tem de ter as suas bases. Tem que ter uns apoios, tem que ter a dignidade própria. É isso que eu digo, costume dizer. E mais! É como eu disse à senhora há bocado, quando vou para o interior, me perguntam: "quando é que vão voltar aqui os nossos homens? Porque quando estavam aqui estávamos bem!" Eu digo "olha vocês disseram que podem ir!" – ironicamente, não disseram coitados – quem é que foi perguntar se queriam que portugueses fossem embora? Alguém foi perguntar na Guiné? Parece-me que não! Por isso mesmo, lá está (entrevista: Março, 2008).

Apesar de um percurso de vida sinuoso e que desembocou numa condição que diz insustentável e injusta, António considera ter tomado as opções mais correctas.

De maneira que eu não estou arrependido. Há um amigo meu que me disse "mas então porque é que deixaste a vida em Itália? Lá ganhavas bem no quadro das Nações Unidas depois foste para Cabo-Verde e ganhavas ainda tão bem, muito bem para os salários praticados em África e tal! Vais para a Guiné, hipotecaste o teu futuro!" Eu disse: "não. Eu acho que, para mim eu acho que a melhor forma de eu render homenagem aos meus camaradas que eu vi a serem fuzilados, é fazer exactamente o que estou a fazer". Perdi uma batalha, não perdi a guerra (entrevista: Março, 2008).

Mário de Angola também deambulou pelo mundo desde que entrou nas FAP até vir parar a Portugal. Mas Mário chegou cá por mero acaso, e cá está de passagem até poder voltar a partir, se possível para Angola ou então para outro país da Europa.

Mário foi recrutado já se tinha dado o 25 de Abril de 1974. Diz que foi recrutado à força para o serviço militar português, após ter sido apanhado numa rusga policial sem documentos na cidade de Luanda onde morava, mais precisamente no Musseque do Rangel em Sambizanga. Mário foi, por isso, identificado e obrigado a fazer de servente de pedreiro num quartel da polícia durante oito dias. Decorridos seis meses, Mário foi chamado para o serviço militar que começou a cumprir no dia 3 de Maio de 1974, no Regimento de Infantaria 20 de Luanda. Mário integrou, então, as forças militares mistas

que, há apenas um mês, começavam a reunir soldados portugueses e combatentes dos três movimentos de libertação, cujo objectivo era manter a ordem no território até à transferência de poderes e à retirada completa das tropas portuguesas do território²⁶⁸.

Mal as forças portuguesas saíram de Angola, Mário passou para as forças do MPLA e por isso diz:

Então nesse caso consegui fazer duas guerras! Fiz a guerra portuguesa e fiz a guerra do MPLA. Eu como já tinha experiência da guerra portuguesa, eles me deram como instrutor. Como instrutor. Estive no Brazaville, depois fui para o Maiongue, em Cabinda. Estive em Cabinda, então ali era instrutor (entrevista: Janeiro, 2009).

Mário pensava que chegaria a ser oficial das Forças Armadas Angolanas, o que não veio a acontecer porque nunca chegou a ser promovido até essa patente. Desiludido, Mário ainda pensou em regressar a Cabinda para apanhar uns diamantes, o que também já não foi possível porque, segundo justifica, a área já estava totalmente controlada. Para garantir o seu futuro, Mário tirou então uma formação de marinheiro - ajudante de maquinista-, e trabalhou num navio onde percorreu vários países do mundo, até que, devido a uns problemas legais decorrentes da falência da empresa onde trabalhava, o navio ficou apreendido em Portugal no ano de 1991. Nessa altura as autoridades portuguesas oferecem-lhe a possibilidade de ficar, proposta que aceitou.

Em Portugal, Mário começou por residir na antiga Quinta do Mocho, porque ainda não tinha nem trabalho, nem dinheiro para arranjar um sítio melhor onde morar. Mário conseguiu o seu primeiro trabalho nas obras de requalificação do Rossio e dali conseguiu outro, nas obras da Ponte Vasco da Gama, até ao dia em que sofreu de um acidente de trabalho que vitimou de morte vários trabalhadores, quando um carrinho de avanço, onde trabalhavam, caiu de uma altura de 45 metros. Mário sobreviveu, mas não

²⁶⁸ O Artigo 32.º dos Acordos de Alvor - assinados no dia 15 de Janeiro de 1975 pelo Estado Português e os movimentos de libertação nacional de Angola, que regulamentavam o processo e o calendário do acesso de Angola à independência -, determinava que as Forças Armadas dos três movimentos de libertação seriam integradas em paridade com Forças Armadas Portuguesas nas forças militares mistas em contingentes que contariam com oito mil combatentes da F. N. L.A., oito mil combatentes do M. P. L. A., oito mil combatentes da U. N. I. T. A. e 24 mil militares das Forças Armadas Portuguesas. O Artigo 33.º determinava que caberia à Comissão Nacional de Defesa proceder à integração progressiva das Forças Armadas nas forças militares mistas, e que, em princípio, de Fevereiro a Maio, inclusive, seriam integrados por mês, quinhentos combatentes de cada um dos movimentos de libertação e mil e quinhentos militares portugueses e de Junho a Setembro, inclusive, seriam integrados por mês, mil e quinhentos combatentes de cada um dos movimentos de libertação e quatro mil e quinhentos militares portugueses. Além disso, acordava-se, no artigo 34.º, que os efectivos das Forças Armadas Portuguesas que excedessem o contingente referido no artigo anterior, deveriam ser evacuados de Angola até trinta de Abril de 1975 e que, segundo o artigo 35.º, a evacuação do contingente das Forças Armadas Portuguesas integrado nas forças militares mistas deveria iniciar-se a partir de um de Outubro de 1975 e ficar concluída até vinte e nove de Fevereiro de 1976 (Acordo de Alvor, Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1316-PAA: 944).

conseguiu mais trabalhar porque a sua saúde deixou de lho permitir. Entretanto, Mário mudou-se para uma casa que um dos seus filhos, que cá encontrou, lhe arranjou antes de emigrar para Espanha. Viúvo, Mário tem mais dois filhos que residem em Angola e ele reside sozinho na sua casa da Pontinha.

Os projectos que imagina para o seu futuro não radicam em Portugal. Todos se reportam a Angola. Pensa retomar a actividade de artesanato que desenvolvia antes da sua breve passagem pelas FAP ou, então, ser taxista. Projectos que tem desde que chegou a Portugal e para os quais trabalhou, juntando o máximo de dinheiro possível para os concretizar. Projectos que desabaram no momento em que se apercebeu que um irmão seu, que também cá encontrou, lhe ficou com o dinheiro que guardava na sua conta no banco. Projectos que Mário continua a alimentar com base na esperança de receber uma indemnização do Estado português pela sua participação na guerra²⁶⁹.

Mário não se identifica com o passado português em Angola. O que recorda desse tempo é a brutalidade da força colonial, aquela a que assistiu no bairro onde vivia e que foi alvo de ataques após se terem verificado uns incidentes em Luanda, entre europeus e africanos, logo após do 25 de Abril. Recorda também a discriminação que sentia quando era proibido de entrar em determinados estabelecimentos só por ser africano. E recorda, ainda, a vida de seu pai e de seu avô que afirma, com rancor, terem vivido explorados e morrido na miséria, como escravos, destino ao qual, desde muito novo, queria fugir.

Mário veio parar a Portugal por acaso onde vai permanecendo e onde alimenta a possibilidade de realizar vários projectos de vida preferencialmente em Angola, mas enquanto esses não se concretizam imagina outros em Portugal ou noutra qualquer país Europeu onde resida um dos seus familiares.

Após esta incursão pela tipologia de percursos de vida dos antigos combatentes africanos das FAP e antes de passar à apresentação da análise onde privilegiamos a forma como os antigos combatentes mobilizam a guerra nos seus discursos, sobretudo no que respeita a justificação dos seus percursos de vida, importa realçar dois aspectos. Por um lado que, mesmo entre os homens cujos percursos situamos na trajectória-tipo

²⁶⁹ Desde Janeiro de 2007, quando entregou o seu processo relativo à Lei 9/2002, que Mário procura que lhe seja atribuída uma reforma ou uma indemnização que, segundo a sua opinião, o Estado Português lhe deve por ter estado ao seu serviço antes da independência de Angola. Por isso, também já enviou uma carta ao Ministério da Defesa, datada de 8 de Abril de 2008, onde descreve a sua situação quando passa à disponibilidade e apresenta as suas exigências. Até ao dia 2 de Fevereiro de 2009, Mário só conseguiu obter uma resposta: o seu processo não existe no Arquivo Geral do Exército.

ancorada, encontramos antigos combatentes que procuram, em certas ocasiões, vivenciar certos lugares onde podem recordar a sua participação na guerra. Por outro lado, é entre os antigos combatentes naturais da Guiné que a necessidade de recorrerem à guerra, na interpretação e justificação dos seus percursos mais se faz notar, e isso independentemente das trajectórias-tipo onde se situam os seus percursos. Estes dois aspectos são particularmente evidentes na análise que apresentamos de seguida.

3. Onde identidades e percursos se reencontram e fazem sentido

Se os percursos e os discursos destes antigos combatentes revelam que a guerra constituiu o motivo ou a justificação que desviou as suas vidas para Portugal, ela é, ao mesmo tempo, um território de pertença ao qual recorrem não apenas para justificar as suas reivindicações, mas também para dar sentido aos seus percursos.

A guerra é um território que os antigos combatentes recordam, com frequência, como o lugar onde africanos e europeus partilharam uma experiência que não foi apenas comum. Domingos, que foi enfermeiro dos comandos, recorda que

[...] no Hospital Civil os meus colegas eram todos africanos; mas aqui na trincheira militar tive só colegas europeus; furriéis europeus, curso de miliciano éramos cinco africanos e cento e vinte europeus. Dormíamos na mesma caserna, fazíamos os mesmos exercícios, comíamos juntos. Eram amigos; eram amigalhaços; era uma fraternidade de relevo. Nesse tempo nunca houve [racismo]; pronto éramos irmãos, a trincheira era a mesma; a causa que a gente defendia era comum; era causa portuguesa, era bandeira de Spínola (entrevista: Junho, 2007).

A igualdade de circunstâncias, a partilha de momentos marcantes nos quotidianos da guerra, a defesa de uma causa comum são características atribuídas à convivência entre combatentes africanos e europeus durante esse tempo. A guerra é também o lugar onde ambos, africanos e europeus, sofreram as mesmas privações, as mesmas separações e os mesmos receios, como salienta Jorge.

[...] começam a criar-se empatias, as pessoas depois começam-se a misturar e as coisas crescem, depois na mata se não há tiros há caça de búfalo ou de javali ou outra caça e vão comer todos! Não come o preto, e come o branco, vão comer todos! Jogam cartas, bebem! Fumam. Quer dizer depois aquilo é uma vida de toda a gente igual [...] quer dizer, as pessoas estão misturadas todas, quer dizer estão todas na mesma casa, [...] todos têm medo de levar com a granada, de levar com morteiro, de levar, ou de cair numa ravina. Toda a gente. Quer dizer a vida, as pessoas têm saudades da metrópole de Portugal, as pessoas que se lembram da namorada cá, da mulher dos filhos que deixaram, ou dos pais, aqueles que ainda não tinham família organizada. Sim.

Mas os outros também que lá estavam naquele sítio e que a casa deles era a 1000 km, ou a 1200 ou a 700 também tinham o mesmo sentimento! [...] Estes sentimentos, acho, que se partilham por todos não é?

[...] os soldados portugueses também quando chegavam lá tinham que se integrar, e tinha que se integrar e não tinha outro remédio, não podia ir para lá dizer: eu sou branco, quer dizer não dava nada, isso o ser branco não era estatuto de não levar um tiro e de não morrer igual a um preto. Tinha que fazer o que os outros faziam, tinham que se integrar [...] (entrevista: Fevereiro, 2007).

Coabitação, convivência, partilha de circunstâncias em combate e em momentos de lazer entre europeus e africanos são experiências situadas nesse lugar que é a guerra, onde as diferenças entre ambos não deixam de existir, mas onde existem a par do que os une e do que garante, ao mesmo tempo, a sobrevivência de cada um.

Na época colonial, a guerra, que uniu africanos e europeus nas mesmas frentes de combate, é um lugar outro. Um lugar que não significou apenas mais um encontro entre os que se situavam em lugares opostos na relação colonial em função da sua origem. Nesse lugar, que é a guerra, esse encontro é também interpretado como um encontro outro, onde europeus e africanos criaram laços que interpelam a relação colonial.

Na Guiné, Amadú lembra que só a guerra foi capaz de aproximar os europeus dos africanos.

[...] na guerra é que nós conhecemos os brancos. Antigamente, nós não conhecíamos os brancos. Só vai lá aquele que é administrador; só vai lá aquele que era dono de dinheiro. Nenhum branco pobre quer ir lá buscar trabalho eles não deixam ir. Só aqueles que têm dinheiro, levam famílias lá, fazem roças fazem coisa para fazer exploração.

[...] Para nós conhecermos o branco é na guerra, na guerra foi lá brancos, muitos soldados, muitos coronéis, aqui é que conhecemos brancos! Aqui é que conhecemos brancos! Aqui é que começamos a entrar sociedade dos brancos, eh pá, como irmãos da mesma mãe e mesmo pai, pronto! [...] (Amadú, entrevista: Maio, 2007).

Para Amadú, a guerra não se limitou a levar europeus para a Guiné. Nela estabeleceram-se ligações entre homens até então separados pela diferença, e cortaram-se laços até então unidos pela mesma origem ou pela mesma posição na relação colonial.

Nós, na tropa não contávamos isso, nem cor, nem tribo. Na guerra, a gente contava farda, bandeira. Um branco está ali ao meu lado, se apareceu lá um branco noutra lado a matar, esse branco mata aquele branco; se este branco está ao meu lado, apareceu ali um preto para matar esse branco, eu mato aquele preto! A gente não contava com cor! A gente contava de bandeira e

farda. Somos nação, a nação não conta isso. Na guerra também era assim. Se um balanta vem aí para matar um fula, fula está aí com balanta, tudo militar, esse balanta pode matar aquele balanta porque outro é do outro lado (entrevista: Maio, 2007)!

Rolando também recorda como as ligações que se criaram na guerra diluíam certas fronteiras ao mesmo tempo que construía outras ao separarem ligações pré-existentes. Para este antigo combatente, a guerra na Guiné, particularmente através da estratégia que atribui ao General Spínola, pôs

[...] o fula a dar com o pepele, pepele a dar com manjaco, manjaco a dar com felupe, felupe a dar com ...Eh pá! Mas havia aquelas companhias, havia os régulos de cada etnia, que se encontrassem era um convívio. [...]

Pela história havia aquelas tribos, nossas tribos, a guerra entre mancanha e pepele. Na minha infância havia conflito, ouvimos da história. Mas agora nós! Eu agora tenho relação com mancanha, melhor amigo que eu tenho, íntimo, é mancanha e eu sou pepele. Ele ouviu aquilo deixou para trás, eu também ouvi aquilo e deixei para trás. A convivência agora é outra (entrevista: Junho, 2007).

Embora oriundo de outro território, de Moçambique, Gonçalo profere uma opinião muito semelhante.

Na guerra foi muito diferente, agora a vida também é muito diferente, talvez porque na tropa nós estávamos amarrados todos a um objectivo, para um trabalho que era comum, que era preciso estarmos ligados, uns com os outros para nos ajudarmos mutuamente. Agora na vida livre cada um está na sua casa, trabalha onde quer, as coisas não se podem comparar assim dessa forma. Não é para dizer isso que o relacionamento é mau, não é mau mas não é igual ao relacionamento que as pessoas têm quando estão na tropa, no tempo da guerra. Não é igual. Mesmo entre europeus porque isso não é de europeus para africanos, mesmo entre europeus! Eu tenho assistido a isso, a discussões sem pés nem cabeça! Aquilo não se compara. O ambiente militar não se compara, é incomparável para mim não se compara com o ambiente normal, com a vida civil, não! Não se compara é muito diferente.

[...] a guerra une as pessoas, dá novas coisas na cabeça das pessoas, aprende-se muito, quando se vive em conjunto aprende-se muito, principalmente na tropa, porque ali não há o mais pobre, não há o mais rico, não há o mais não sei o quê, somos todos iguais, com o mesmo tratamento, mesma roupa, não há quem se veste melhor que o outro, o uniforme é o mesmo! O uniforme é o mesmo, é essa coisa. (entrevista: Abril, 2008)

Para estes antigos combatentes, a guerra é uma situação excepcional que cria laços excepcionais, ao mesmo tempo que estabelece uma nova fronteira que separa aqueles que pertencem às forças opostas envolvidas no conflito. Amarrados na guerra, como

disse Gonçalo, alguns desses homens consideram ter fundado laços tão fortes que nem o tempo, nem as mudanças históricas os podem desfazer, como explica Camará.

Nós somos irmãos! Como é que nós podemos ter ódio com outro? Não pode! Nós pegámos armas juntos, nós lutámos juntos, andámos no mato juntos, sentimos pena de um outro, até o colega naquele momento que apanha tiro, cai, morre você tem que avançar à frente para enfrentar aquele inimigo que matou o teu colega, seja branco, seja preto não podemos abandonar ninguém, branco não pode abandonar preto, preto não pode abandonar/nós somos/naquela altura nós somos irmãos naquela altura não tinha preto não tinha branco, tudo é irmão, cor não interessa, sangue é que é tudo, não interessa! Isso não interessa, nós somos irmãos naquela altura. E vamos continuar a ser irmãos também até fim de morrer, todos até fim de morreremos todos! [...]

Sangue de mim é sangue de português, sangue de português é meu sangue, no mato portugueses dava me sangue, eu dava portugueses sangue, preto dava português sangue, branco dava africano sangue, africano dava branco sangue. Como é que nós não somos irmãos? Somos irmãos! (entrevista: Julho, 2007)

Estas memórias de guerra são partilhadas especialmente em encontros organizados por antigos combatentes e em cerimónias, mais ou menos oficiais, organizadas para homenageá-los. Os primeiros são convívios que reúnem homens que normalmente pertenceram a uma mesma unidade militar na guerra. Nestes convívios, que decorrem, na maioria dos casos, anualmente e numa data simbólica para o grupo que o organiza, lembram-se os momentos de partilha, os combates, as façanhas de cada um dos presentes e episódios caricatos do quotidiano da guerra. ‘Reconstroem-se’ grupos e operações militares evocando-se os seus comandantes e os seus soldados, descrevendo-se o que foi feito e sugerindo-se o que poderia ter sido feito. Também se fala de África e de Portugal ‘daquele tempo’, daquilo que eram e daquilo que poderiam ser. E fala-se da África e do Portugal de hoje, daquilo em que se tornaram e daquilo que poderiam ser. Trocam-se fotografias da época da guerra, memórias resgastadas e partilhadas por todos os presentes, que se reúnem, pelo menos, uma vez por ano. Ouvem-se discursos dos organizadores do encontro e dos comandantes das companhias caso estejam presentes.

E lembram-se também os ausentes, especialmente os que morreram a combater. Num momento solene, estes homens são homenageados. Todos os anos repetem-se os seus nomes, seguindo-se um minuto de silêncio em sua honra. Lembram-se, também, aqueles que entretanto faleceram depois de a guerra ter terminado.

Antes de partir, tiram-se fotografias do grupo participante para servir de recordação e para rever no ano seguinte no próximo encontro, e trocam-se contactos, entretanto extraviados, para reestabelecer ligações perdidas.

Nem todos os antigos combatentes participam nesses convívios. Uns não participam porque não têm quem os leve, ou são convidados todos os anos mas não têm condições económicas para se deslocarem e para pagarem o seu almoço²⁷⁰. Outros não participam porque desconhecem a existência desses encontros²⁷¹ ou não têm qualquer contacto com antigos combatentes da sua unidade²⁷². Outros ainda porque as suas unidades não organizam esses convívios ou deixaram de organizá-los²⁷³.

Mas há também quem não participe em qualquer tipo de encontro, sejam eles de convívio entre antigos-combatentes, sejam comemorações oficiais, porque não se identificam com eles. É o caso de Jorge que não revela qualquer tipo de identificação com a guerra, ou com a unidade à qual pertenceu, e diz que “Já houve gente que me falou [...] e eu disse não, não tem nada a ver comigo, eu sou civil. Portanto isto foi uma coisa que limpei definitivamente de mim”. Admite que, por vezes, a guerra é necessária para defender um país, contudo em relação à guerra de independência de Angola afirma: “Eu estava numa guerra, não estava a defender um país, estava a defender uma guerra que é diferente, uma guerra por causas que não eram as minhas causas mas também, já disse, tomei consciência disso depois de estar na guerra” (entrevista: Fevereiro, 2007). E Luís, que também não costuma participar nesses encontros, além de considerar que só servem para perder tempo, é crítico em relação à forma como neles se participa.

eu para mim eu digo, com toda a sinceridade, alguns camaradas que vão lá, não sei o que é que eles vão fazer! Só vão lá para mostrar que estive na guerra! Na Guiné! É mentira! Nenhum deles estive na guerra mais que eu, nenhum deles, nenhum! Estive quarenta meses, quarenta! Quarenta! Só na zona sul, andei tudo! Nenhum deles é mais que eu. Eu não vou, não vou

²⁷⁰ Muabi foi convidado mas nunca o vieram buscar e não tem possibilidades económicas para ir (entrevistas: Janeiro, 2008; Março, 2008). Emanuel não tem possibilidade de se deslocar sozinho (entrevista: Fevereiro, 2008). Mariano recebe todos os anos o convite para participar no encontro do seu grupo. Assistiu apenas uma vez a um encontro que decorreu em Faro. A viagem foi paga por uma funcionária moçambicana do quartel, pernoitou em casa de um antigo combatente e o almoço foi oferecido pelos outros antigos-combatentes do grupo (entrevista: Maio, 2008).

²⁷¹ É o caso de Malan que está em Portugal há muito pouco tempo (entrevista: Janeiro, 2009).

²⁷² Frederico não conseguiu ainda estabelecer contactos com antigos combatentes da sua unidade e, por isso, não sabe quando acontecem esses convívios, mas confessa que gostaria de saber (entrevista: Junho, 2008).

²⁷³ A unidade de Gonçalo não organiza esses encontros (entrevista: Janeiro, 2008) e a de Daniel ainda reuniu alguns anos, mas acabaram por desistir por ser cada vez mais difícil para alguns deslocarem-se e por muitos dos membros do grupo terem deixado de comparecer (entrevista: Junho, 2008).

perder tempo para isso, não vou não. Enquanto isso não se endireitar, enquanto não morrer e não se endireitar pelo menos também para o meu lado ou para o lado de muitos, muitos como eu, eu não faço isso. Vejo uns com boné, uns levam crachá, eu até os chamo de parvos "o que é que vocês fazem com isto? Para quê? Toda a gente sabe que foi militar!" Para quê que andam com isso; é de comando o outro apanha coisas de comandos, chapéu, "que é essa porcaria?"- desculpe a expressão – "isso não é nada!" Até os brancos, há muitos que levam aquilo. Para quê? Toda a gente sabe que eu fiz tropa militar é preciso pôr boné? Para se saber que sou antigos combatentes. Por amor de Deus! (entrevista: Abril, 2008).

Outros ainda confessam que não se envolvem nesses encontros porque não querem recordar. Por exemplo o Manuel que já foi várias vezes convidado mas que nunca compareceu porque, justifica, "Não sei, não sinto, não acho bem ir para lá, recordar coisas más, boas, é melhor não ir. [...] não quero recordar [...] Se calhar estou a fazer mal em não ir mas, talvez um dia sou capaz de ir, se me convidarem. O ano passado não me convidaram, não sei. Quem me convidava se calhar já foram todos" (entrevista: Março, 2008).

Contudo, muitos antigos combatentes participam nesses convívios. Micas vai todos os anos ao encontro que acontece no aniversário da chegada da sua companhia a Portugal, e diz que esse dia significa uma "recordação do sofrimento que estivemos a sofrer através de governação do governo português" (entrevista: Janeiro, 2008). Outros vão aos convívios para reencontrarem os seus camaradas, e porque é uma forma de mostrarem o orgulho que continuam a sentir por terem pertencido a uma determinada unidade militar²⁷⁴.

Além desses convívios que reúnem, anualmente, antigos combatentes que estiveram juntos numa mesma unidade em África, há encontros e comemorações mais amplos. Encontros como os que acontecem anualmente para comemorar o Dia dos Comandos, dia 29 de Junho, que corresponde ao aniversário do nascimento dos comandos em Angola em 1962, e o Encontro Nacional de Combatentes que decorre no dia 10 de Junho, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, desde o ano de 1993.

Na primeira, a cerimónia do dia 29 de Junho, participam muitos antigos combatentes, europeus e africanos, convidados através da Associação de Comandos. Nessa

²⁷⁴ Como o manifestaram Octávio (entrevista: Outubro, 2007) e Rolando (entrevista: Abril, 2008).

cerimónia, onde os novos comandos recebem o crachá que assinala o final da sua formação, são também lembrados os comandos que combateram em África²⁷⁵.

A cerimónia do dia 29 de Junho de 2007 assinalou um momento muito especial para os comandos da Guiné. Nesse dia foram descerradas duas lápides com os nomes dos comandos da Guiné fuzilados após 1974.

Nessa cerimónia foram proferidos alguns discursos em honra dos combatentes portugueses da guerra colonial, especialmente em relação a todos aqueles que faleceram em combate. Entre as palavras proferidas, destacaram-se especialmente as que lembraram os comandos africanos da Guiné uma vez que iam ser expostos em duas lápides, pela primeira vez, os nomes daqueles que foram fuzilados após o 25 de Abril de 1974. Nesses discursos foram também apresentadas as condolências às viúvas desses militares.

Transcorridos mais de vinte anos do fim da guerra colonial, uma instituição militar portuguesa, o Regimento de Comandos da Amadora, iria assumir que esses homens foram mortos por terem pertencido às FAP. Apesar de terem sido desmobilizados, estes homens seriam, então, lembrados ao lado de todos os outros comandos que morreram em combate antes da independência da Guiné-Bissau e cujos nomes já estavam inscritos no lugar que lhes é reservado no Regimento.

Entre os homens que presidiram a cerimónia de descerramento das placas de homenagem estava o antigo combatente comando africano da Guiné, Amadú Bailo Djaló. Assistiram a essa cerimónia muitos outros antigos combatentes africanos da Guiné, e algumas viúvas e filhos de homens cujos nomes constavam nas duas placas descerradas²⁷⁶.

Descerrada a placa, seguiu-se a cerimónia de entrega dos crachás aos comandos recém-formados em Mafra, no Centro de Instrução dos Comandos.

Como acontece todos os anos, a cerimónia de entrega dos crachás foi composta por discursos, entregas de medalhas, parada e almoço. Um dos homens galardoados nesse

²⁷⁵ É necessário ter em consideração que os comandos nasceram durante a guerra colonial e foram formados com a intenção de serem uma força especial para lutar nesse tipo particular de conflito. Em 2012 comemorou-se o quinquagésimo aniversário dos comandos. Nas comemorações esteve o Presidente da República. Ver discurso em Discurso do Presidente da República no Quinquagésimo Aniversário dos Comandos, página consultada em 6 de Agosto de 2012, <http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=67351>.

²⁷⁶ Estavam presentes pelo menos quatro viúvas e dois filhos de homens homenageados nessa cerimónia.

dia foi um oficial do Exército moçambicano condecorado pelos serviços prestados a Portugal enquanto antigo combatente comando português.

Nessa cerimónia de entrega dos crachás e de medalhas, alguns lugares estavam reservados para os convidados de honra, numa bancada montada em frente ao Mosteiro de Mafra. Nessa bancada encontrava-se Amadú Djaló ao lado de um amigo dele, também antigo combatente africano da Guiné. As viúvas e os filhos dos antigos combatentes que constavam da lista das placas descerradas na Amadora assistiram à cerimónia junto a outros africanos na zona aberta ao público em geral.

Relativamente a esta situação, Camará mostrou-se indignado por ter verificado que nem na Amadora, nem em Mafra tinham sido reservados lugares para as viúvas dos comandos homenageados. Mostrou-se descontente por ter visto que, ao contrário de outras duas mulheres que receberam condecorações, uma pelo seu marido e outra pelo seu filho, que estavam sentadas nos lugares reservados em Mafra, as viúvas africanas estavam de pé, no meio de todos os outros, quando foram também os seus maridos a serem homenageados (entrevista: Julho, 2007). Durante o almoço, foram ouvidas outras reivindicações, desta vez por parte das viúvas presentes que manifestaram o seu descontentamento ao Presidente da Associação de Comandos por não terem sido oficialmente convidadas à cerimónia, ao que o Presidente respondeu que iria tomar conta desta situação para que não voltasse a repetir-se.

Todos os anos a comemoração do Dia dos Comandos repete-se, e todos os anos estes homens, antigos combatentes comandos da Guiné, voltam a ser lembrados nos discursos proferidos nesse dia.

Assim, a partir de 2007, entre todos os comandos que tombaram em combate enquanto durou a guerra colonial, constam também os nomes dos que foram executados na Guiné independente nas duas placas que, entretanto, foram trasladadas para o Quartel da Carregueira, para onde passou o Centro de Tropas Comandos.

Dois anos depois, mais precisamente desde o dia 14 de Novembro de 2009 e aproximadamente trinta e cinco anos após o final das últimas guerras coloniais de Portugal em África, os nomes desses homens foram somados aos de outros milhares de antigos combatentes das FAP que já constavam, desde o dia 15 de Janeiro de 1994, nas lápides que forram as muralhas do Forte do Bom Sucesso em frente ao Monumento Nacional aos Combatentes do Ultramar.

É também junto a esse Monumento que se pode assistir ao Encontro Nacional de Combatentes que decorre desde 1993. Trata-se de uma cerimónia não oficial que

acontece separada das cerimónias oficiais do 10 de Junho que comemora o dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas presididas pelo Presidente da República.

São centenas os homens e mulheres que assistem anualmente a esse Encontro. Entre eles centenas de antigos-combatentes. Esta cerimónia, organizada por uma comissão executiva em coordenação com a Liga dos Combatentes e dezenas de associações de militares e de antigos combatentes conta, contudo, com a participação e presença dos três ramos das FAP²⁷⁷. Os objectivos dessa cerimónia são “comemorar o dia de Portugal e Homenagear todos quantos, ao longo da nossa história, chamados um dia a servir Portugal, tombaram no campo de honra, em qualquer época ou ponto do globo” (A Comissão Nacional de Combatentes).

Todos os anos essa cerimónia transcorre mais ou menos nos mesmos moldes. Tem início com uma missa por intenção dos combatentes que morreram na guerra, seguindo-se um discurso de abertura junto ao monumento, uma cerimónia inter-religiosa, um discurso em homenagem aos antigos combatentes, proferido por uma personalidade militar, civil ou política convidada para o efeito, a deposição de flores aos combatentes mortos por parte das associações, o Hino Nacional cantado por um convidado para a ocasião, a passagem pelas lápides, dirigida pelo desfile das diferentes associações presentes identificadas cada uma com o seu estandarte, seguidas pelos presentes que desejem efectuar esse trajecto de homenagem. Seguem-se algumas actividades de exibição de perícias militares que podem variar de ano para ano conforme a organização, e, por fim, o almoço convívio.

Nesse Encontro Nacional, os antigos combatentes africanos participam numa cerimónia que os reconhece de modo muito especial²⁷⁸. Nele, os antigos combatentes africanos assumem, de facto, um lugar de destaque. Um lugar de destaque que começa por ser atribuído pela própria organização do evento que, ao integrar uma cerimónia inter-religiosa onde oram um sacerdote católico e um iman muçulmano, lembra inequívoca e directamente os antigos combatentes africanos já que, durante a guerra

²⁷⁷ Cabe à Comissão Promotora do Encontro Nacional dos Combatentes – composta pelos que promoveram a construção do Monumento Nacional aos Combatentes do Ultramar e a colocação das lápides no Forte do Bom Sucesso – nomear anualmente a Comissão Executiva do Encontro Nacional presidida por um antigo combatente.

²⁷⁸ Alguns entrevistados revelaram que não participavam nesse Encontro em particular. É o caso de Rockista para quem essa comemoração reúne muita gente e por isso considera que não iria encontrar ninguém dos seus conhecidos (entrevista: Maio, 2008) e de Flávio que também acha que lá não encontraria ninguém da sua companhia que era maioritariamente composta por africanos e tinha muito poucos europeus integrados (entrevista: Setembro, 2008).

colonial, era predominantemente em África e não em Portugal que se professava a religião islâmica.

Outro lugar de destaque, que os antigos combatentes africanos ocupam nesse encontro, é a sua participação activa nalgumas das tarefas da sua organização. Muitos dos homens que estão na zona reservada às cerimónias são antigos combatentes africanos. São eles que orientam e acompanham os convidados aos lugares que lhes estão destinados, e são eles que estabelecem o perímetro reservado às cerimónias.

Mas o lugar de destaque que ocupam não é apenas atribuído pela organização da própria cerimónia. A presença dos africanos é objecto de atenção especial por parte de muitos participantes. Quando, por exemplo, Amadú, Rolando, e uma das viúvas chegam juntos ao recinto, recebidos por Camará que faz parte do *staff* do evento, vão sendo interpelados por vários participantes. Uns conhecem-nos, cumprimentam-nos, apresentam-nos às suas famílias recordando que combateram juntos nalguma ocasião. Outros cumprimentam-nos sem os conhecer pessoalmente, mas apresentam-se, normalmente, como antigos combatentes da Guiné e que combateram junto de africanos. À medida que vão atravessando o recinto, ouvem-se repetidas vozes que elogiam os antigos combatentes africanos em geral, apontando-os como heróis, como combatentes exemplares, destemidos, fiéis. Os antigos combatentes africanos das FAP são homens que não passam despercebidos no meio da multidão. Nesse lugar, no Encontro Nacional de Combatentes, estes homens não são só antigos combatentes, são antigos combatentes especiais, são antigos combatentes africanos.

Todos os anos, Amadú procura estar presente nesse encontro. Para ele, os antigos combatentes têm que participar para não serem esquecidos, especialmente porque considera que se as nações existem e têm fronteiras devem-nas a quem combateu para que elas se tornassem no que são (entrevista: Maio, 2007). Como o Amadú, muitos outros antigos combatentes africanos fazem questão de ir anualmente a esse encontro²⁷⁹.

Mas, ao contrário de todos os outros, Amadú assiste sempre às cerimónias no lugar reservado aos convidados de honra. Nessa zona, costumam também estar algumas mulheres africanas, viúvas dos comandos fuzilados. Todos os anos, nessa cerimónia, cada uma dessas mulheres deposita uma flor junto ao Monumento Nacional aos Combatentes de Ultramar. Flores que no ano de 2009 depositaram junto a um painel -

²⁷⁹ Como o revelaram Hilário, Maganha, Mário da Guiné, Bacar, Rolando e Camará.

colocado, para a ocasião, frente ao Monumento -, com o título “Comandos fuzilados da Guiné 1974-1978”. Junto aos nomes e patentes de vinte e seis comandos, nesse painel podia ainda ler-se: “morreram por serem portugueses e comandos. Os seus nomes têm de ser honrados neste monumento”. No ano de 2010, as flores que as viúvas traziam puderam ser depositadas junto aos painéis que forram o Forte do Bom Sucesso com os nomes dos soldados que faleceram em combate.

Além de participarem para não serem esquecidos ou para prestarem homenagem aos combatentes mortos na guerra ou, ainda, para reencontrarem antigos camaradas²⁸⁰, este e outros encontros de antigos combatentes, assumem um significado especial para os antigos combatentes africanos das FAP quanto à forma como serve para justificarem os seus percursos de vida e para interpelarem as suas subjectividades.

Participar nesse encontro significa para Maganha que “é português na mesma” (entrevista: Junho, 2008). Para José este tipo de encontros, e não o encontro Nacional de Combatentes em particular, também se relaciona com a nacionalidade portuguesa que adquiriu, mas significa, simultaneamente, procurar o que o faz ser o que é. Esse tipo de encontros, nas palavras de José,

Tem um significado. Em princípio porque eu adquiri a nacionalidade portuguesa. Isto é uma coisa. E por outro sou associado, sou Deficiente das Forças Armadas, então, sinto-me integrado nesses dois componentes, sinto-me integrado. Tenho que participar, ver e ouvir e sentir dentro de mim o porque é que eu sou, o porque é que eu sou. É por isso que nessas comemorações gosto de viver (entrevista: Junho, 2008).

José precisa de sentir, dentro de si, o que ele é. E é no 10 de Junho, e noutros encontros de antigos combatentes, que José espera encontrar as razões que justificam o que ele é.

Quanto ao Encontro Nacional dos Combatentes, o que este lugar oferece, de facto, aos antigos combatentes africanos é a possibilidade de mostrarem o que são e, ao mesmo tempo, a possibilidade de serem reconhecidos pelo que são.

Nesse lugar, tal como noutros encontros embora de carácter mais restrito, estes homens apresentam-se como o que são, através dos sinais que, inconfundivelmente, os remetem para as posições que ocupavam na guerra colonial. Estes sinais são as boinas e

²⁸⁰ Como relatam Mário (entrevista: Abril, 2008) e Camará (entrevista: Junho, 2007).

os pins representativos dos seus grupos e unidades militares que colocam em si²⁸¹; são as medalhas com que foram galardoados²⁸²; são os estandartes das suas unidades ou das associações a que pertencem e que transportam na cerimónia; são as fotos que tiram com os seus colegas de guerra. Esses sinais são, também, as cicatrizes que os seus corpos trouxeram da guerra e os estilhaços que continuam a percorrê-los e que não passam despercebidos entre aqueles que sabem reconhecê-los porque também os carregam; são os membros amputados, a vista que perderam, as suas próteses e as suas cadeiras de rodas, todos eles marcas indeléveis de quem passou pela guerra. Outros antigos combatentes africanos não ostentam qualquer sinal exterior da sua pertença à FAP, mas a sua presença, nessa cerimónia, denuncia a sua passagem pela guerra colonial na força portuguesa, o que alguns deles confirmam quando questionados sobre essa posição. Entre estes, alguns antigos combatentes, poucos na verdade mas que se destacam entre todos os outros, apresentam sinais das suas pertenças africana e muçulmana, sobretudo através dos seus modos de trajar.

Nesses lugares, estes homens não são apenas antigos combatentes, são antigos combatentes africanos. Além daquelas marcas que os identifica com a posição que ocuparam na guerra colonial, os seus corpos, inconfundivelmente, os mostra africanos. A pele, as cicatrizes nas faces, os trajes africanos, as línguas africanas, são alguns dos traços que denunciam a origem africana destes homens²⁸³.

Apesar das diferenças que os distinguem dos antigos combatentes europeus, nesses encontros da memória, o antigo combatente africano está no lugar entre os seus, entre o Outro quase como ele, o Outro que sabe quem ele é, de onde veio e porque veio.

São lugares onde os seus percursos desviados e as suas identidades à deriva se conjugam e encontram um território de pertença. Neles, os seus percursos fazem sentido. Neles, estes homens reúnem os pedaços de uma existência que revela os seus percursos desviados pela guerra. Neles, as suas identidades pessoais, sociais e colectivas apresentam as partes de si que, noutros lugares da vida quotidiana são imperceptíveis. Terminada a guerra, essas identidades estão fora do seu lugar porque não há lugares na

²⁸¹ Como assumem fazê-lo Mário (entrevista: Abril, 2008) e Bacar (entrevista: Abril, 2008) e como o fazem muitos antigos combatentes, africanos e europeus, presentes no 10 de Junho.

²⁸² Bacar (entrevista: Abril, 2008) diz usá-la nesse dia.

²⁸³ Alguns antigos combatentes africanos, muçulmanos, levam o almoço de casa para não correrem o risco de comerem carne de porco que pode fazer parte da “ração” que se pode adquirir, no recinto, no dia do Encontro Nacional de Antigos Combatentes.

África e no Portugal pós-coloniais, a não ser os da memória, onde é possível reunir os pedaços de si que representam o que foram e o que hoje são estes antigos combatentes.

Os encontros da memória são lugares outros, onde os percursos dos antigos combatentes africanos reencontram as suas identidades, porque são os lugares do seu reconhecimento onde coexistem, num mesmo momento, tempos distintos, posições dicotómicas, posições e tempos contraditórios e inconciliáveis noutros lugares. São os lugares onde o colonial e o pós-colonial se sobrepõem, onde o colonizado e o colonizador se revelam em simultâneo, onde a guerra e a paz não colidem ao serem lembradas, onde instituições oficiais e não oficiais, que representam a participação de Portugal numa guerra indesejada, reconhecem, celebram e exaltam os antigos combatentes.

É nesses lugares que os percursos destes antigos combatentes africanos fazem sentido, porque neles conciliam o seu passado com o seu presente e porque, também neles, ficarão inscritos para não serem jamais esquecidos. É nesses lugares onde as suas identidades revelam os momentos, os tempos, as ideologias, as contradições, os desvios, as posições que atravessaram e que configuram as suas existências, e onde todas estas circunstâncias se conjugam, se fundem e conciliam. Lugares onde os percursos mais ou menos deambulantes dos antigos combatentes africanos das FAP apaziguam e ancoram, pelo menos, temporariamente.

4. Conclusão: a guerra como território de (re)conciliação

Os percursos de vida dos antigos combatentes africanos revelam uma existência não linear, derivada dos desvios e das interferências múltiplas e contraditórias a que foram sujeitos na África e no Portugal coloniais e pós-coloniais. É ao longo desses espaços-tempo, marcados por várias rupturas e descontinuidades, que estes homens vão encontrando uma multiplicidade de referências identitárias. Referências e pertenças que se multiplicam, substituem e alternam à medida que vão ocupando diferentes posições nas diversas geografias culturais, políticas, espaciais, ideológicas e institucionais que atravessam nos seus percursos.

Estas identidades múltiplas, contraditórias e variáveis são, segundo Stuart Hall, próprias de quem foi obrigado a adoptar várias posições de identificação deslocadas, posições que se configuram no seio de forças que pressionam os sujeitos em diversas direcções (2006: 72-73; 1997: 9-11). De facto, a vida dos antigos combatentes africanos atravessou campos cujas forças se diferenciaram entre si inconfundivelmente,

obrigando-os a ocupar posições e a assumir referências identitárias por vezes contraditórias. Mas, não são só as realidades históricas que vão atravessando que são controversas entre si. Cada posição tem lugar num campo de forças que, longe de ser unitário e hermético, suporta relações contraditórias e convoca diversas temporalidades. Durante a colonização, esses homens são colonizados, subalternizados, constituem-se na relação colonial, numa relação assimétrica e dialógica com a alteridade. Uma relação onde se distinguem do colonizador, fundamentalmente no seio das relações de poder, mas também quanto às suas raízes, aos seus modelos culturais, onde a língua, a religião, a família, os costumes embatem com os modelos do colonizador cuja força os confronta e violenta ameaçando-os, por vezes, de dissolução. É neste contexto que estes homens integram a força colonial. É, também, neste contexto que descentram as suas identidades face a um discurso regulatório que tem por objectivo despersonalizar os sujeitos. E é neles que os seus modelos identitários se reposicionam face à alteridade, numa nova relação onde é suposto que ele se confunda com o Outro colonizador. Mas, neste novo contexto, o soldado africano não deixa de ser o colonizado, embora passe a ser o colonizado no lugar do colonizador.

As independências dos territórios, contra as quais lutaram na força colonial, deixam estes homens numa situação mais uma vez deslocada. Os antigos combatentes africanos da força colonial não pertencem a esses territórios, pois neles a posição de colonizador, que ocuparam temporariamente, sobrepõe-se e rasura o lugar de colonizado que nunca deixaram de ter na relação colonial. E, o Portugal que encontram, o Portugal pós-colonial, menospreza a posição de antigo combatente que reivindicam para nele poderem encontrar o lugar onde os seus percursos e identidades possam fazer sentido.

Estas referências múltiplas, ambivalentes, contraditórias, são fragmentos identitários que os antigos combatentes africanos utilizam e mobilizam, diferenciadamente, na sua vida quotidiana, conforme as circunstâncias em que se situam. Nas esferas privadas e públicas, estes homens não deixam de recorrer às suas raízes culturais, modelos que servem de suporte nas suas relações familiares e nas relações com outros africanos da mesma origem. Na esfera pública, estas ora se diluem, ora se conjugam para configurar os seus espaços de reivindicação. Os fragmentos que compõem as suas identidades, mobilizados e conjugados diferenciadamente conforme as circunstâncias, representam bem o carácter estratégico e posicional das identidades de que falam diversos autores. Estas conjugações remetem, igualmente, para o carácter híbrido das suas identidades. Identidades construídas nas fronteiras dos diversos embates culturais, ideológicos,

políticos, institucionais, no seio dos quais os seus percursos se viram enredados. Identidades que, como defendem por exemplo Susan Friedman (2001) e Mary Louise Pratt (1992), se configuram nas diversas fronteiras das suas existências e que, no caso concreto destes homens, interpelam as dicotomias entre colonizado e colonizador ou, como diria Bhabha (2005), representam a ambivalência e desestabilizam os discursos das relações colonial e pós-colonial.

Na lógica interpretativa de interseccionalidade de Gloria Anzaldúa (1997) ou de Patricia Hill Collins (2000), estas identidades correspondem à articulação e à incorporação de referências múltiplas e contraditórias. Neste sentido, e no caso concreto dos antigos combatentes africanos das FAP, estas identidades são a incorporação dos espaços-tempo colonial e pós-colonial e da ambivalência da relação colonizado/colonizador; são a sobreposição, deslocada e em deslocamento, de múltiplas referências que decorrem de disjunturas entre espaços e tempos, onde os sujeitos se compõem e recompõem; são a combinação tradutora e traduzida que reorganiza discursos nos interstícios das diferenças; são o resultado das descontinuidades históricas e das exclusões e integrações várias que marcaram os seus percursos.

Mas, ao mesmo tempo, o que os percursos e os discursos destes antigos combatentes revelam é que, as identidades destes homens, são, também, identidades à deriva. Identidades desamarradas das suas raízes, das suas referências primeiras. Identidades construídas com base em percursos de vida desviados, mais ou menos à força, pela força da guerra, do colonialismo e dos tempos que se lhe seguiram. Identidades que têm dificuldade em acompanhar esses percursos e, por isso, andam à deriva entre territórios que ocuparam e ocupam, entre territórios que deixaram ou que deixaram de existir, entre territórios que encontraram e outros que reencontraram no Portugal pós-colonial. Neste sentido, não são apenas “identidades sempre em curso” (Santos, 1994: 127-129). São identidades em curso, mas à procura de um lugar onde deixem de estar deslocadas, onde a sua existência possa recompor-se, onde possam pertencer, em suma, um lugar onde possam voltar a ser.

Deste modo, o que estas configurações identitárias revelam é que conceitos como os de hibridismo, mimética, identidades múltiplas, descentradas e deslocadas, normalmente teorizados em função de lugares e tempos mais ou menos estáveis onde se confrontam realidades dicotómicas e contraditórias, têm dificuldade em dar conta de subjectividades cujas referências não apenas se sobrepõem nesses lugares, mas que se

vão configurando, reconfigurando e sobrevivendo dentro, entre e fora de cada um dos vários modelos e espaços de referência que foram percorrendo.

Aqueles conceitos servem para ter em atenção as formas de adaptação, de resistência e de cedência às invasões e violências coloniais. Mas são conceitos que dificilmente se adaptam à interpretação de identidades que perpassaram geografias físicas e simbólicas, circunstâncias históricas, e espaços e tempos descontínuos e contraditórios. São conceitos que não são suficientes para interpretar como se configuram as pertenças marcadas por rupturas e discontinuidades que irrompem os percursos de vida dos sujeitos. Mesmo as teorias que contemplam a diáspora e que supõem a análise de identidades que percorrem quadros de referência diversificados, como é o caso da proposta de Paul Gilroy (2001), acabam por situá-los em relação a dois ou três momentos e quadros de referência distintos, isto é os que representam o lugar de origem, o momento da deslocação e o lugar de chegada, sem fazerem referência à possibilidade dos sujeitos ocuparem alternadamente posições ambivalentes, mas também opostas, ao longo dessas deslocações e descentramentos.

Por isso, consideramos que o que os percursos de vida destes antigos combatentes sugerem é a necessidade de conceptualizar as identidades não apenas em curso, mas num percurso onde se sobrepõem, se entrelaçam e se confrontam realidades múltiplas e opostas que, por vezes, se vão alternando e outras substituindo. Isto porque alguns dos contextos pelos quais vão passando significam a necessidade do sujeito resituar-se perante um contexto que se opõe ao anteriormente ocupado. Para os sujeitos isto significa uma profunda perturbação da posição ou das posições ocupadas. Cada posição corresponde a um lugar que rompe com algumas configurações do sujeito pré-existente, que destroça algumas das suas pertenças, que implica a dissolução de certos elementos identitários para dar lugar a outros adequados aos novos contextos. Trata-se, então, de conceptualizar estes percursos tendo em consideração que atravessaram contextos que, segundo Luís Quintais, “estilhaçam a suposta continuidade de uma vida, ameaçando-a de dissolução” (2000a: 987).

Por outro lado, e de acordo com estas considerações, pensamos que aqueles conceitos e teorizações – hibridismo, mimética, identidades contraditórias e em curso etc. - não conseguem captar o que representa estar nesses lugares diferenciadamente contraditórios para os próprios sujeitos que os experienciam. Uma das teorizações que mais se aproxima dessa possibilidade é o sujeito que representa Gloria Anzaldúa em relação à sua “nova consciência mestiça” (1997). Trata-se de um ser angustiado,

inquieta, desassossegado, vacilante, mas ao mesmo tempo consciente das fronteiras onde vai acontecendo. Uma angústia e inquietação por se ver forçado a viver nas fronteiras que o configuram e, ao mesmo tempo, livre por considerar que nelas escolhe voluntariamente viver. Anzaldúa representa, assim, uma disposição que parece característica dos híbridos em lidar com as suas próprias contradições e com a sua própria ambivalência. Apesar disso, Anzaldúa não deixa de ser uma mulher desassossegada na sua procura incessante em situar-se nas várias fronteiras onde quer pertencer.

No caso dos antigos combatentes, tal como para Anzaldúa, a vida nas fronteiras não foi uma escolha. Mas, ao contrário desta, estes homens têm muito pouco por onde possam escolher situar as suas existências. Pelo contrário, o seu destino, forçado pela participação na guerra, foi desviado para lugares aos quais não lhes é autorizado pertencer. O fim do colonialismo português deixou-os órfãos do lugar onde a África independente os posiciona e deixou-os, igualmente, reféns desse seu passado com o qual o Portugal pós-colonial tem dificuldades em lidar.

Mas, passar pela guerra não significa, apenas, posicionar-se, ou ser-se posicionado, num determinado lugar na relação colonial. Participar numa guerra como combatente significa, também, passar a ter uma vida marcada pela irreversibilidade que representa essa passagem. Passagem que, segundo Luís Quintais, estabelece o momento onde os combatentes deixaram de ser o que foram e passaram a ser o que são, sem possibilidade de regresso. Para Quintais, a passagem pela guerra significa, assim, uma “descontinuidade ontológica”, uma profunda transformação irreversível do ser. “Após essa mudança de substância o homem é inapelavelmente forçado a viver no passado, a viver como um prisioneiro das suas experiências, que é incapaz de transfigurar em memórias” (2000a:1000).

Ora, as vidas dos antigos combatentes africanos das FAP foram simultaneamente marcadas pelo colonialismo e pela guerra. Ambos forçaram os seus destinos, ambos desviaram os seus percursos, ambos despedaçaram as suas identidades. De acordo com a análise que acabámos de apresentar, podemos, então, sugerir que se o colonialismo “condenou” os sujeitos (ex)colonizados à colonialidade do ser, ou seja, a uma espécie de não-existência pela forma como lhe foi negando o estatuto humano, dando origem a sujeitos liminares que marcam o próprio limite do ser (Maldonado-Torres, 2007; Walsh, 2005; Quijano, 2000), a guerra “condenou-os” a uma transformação ontológica irreversível. Duplamente condenados, os antigos combatentes africanos das FAP

procuram não propriamente um lugar onde possam libertar-se, mas um lugar onde a sua condenação possa ser menos penosa. Uns procuram-no, outros encontraram-no e outros esperam por esse lugar de condenação apaziguado.

Os dados apresentados nesse capítulo, permitem concluir que a conjugação dos percursos desviados e das identidades à deriva dos antigos combatentes africanos das FAP produzem existências deambulantes e, em certos casos, até errantes, que subsistem na procura de um lugar onde as partes de si possam voltar a fazer sentido. Conjugação que produz existências despedaçadas, cujos pedaços têm dificuldade em reunir-se, pois as contradições que encerram são demasiado contraditórias para serem reconhecidas no Portugal, na Angola, na Guiné-Bissau e no Moçambique pós-coloniais. Deste modo, se por um lado estas observações vão ao encontro daquelas teses segundo as quais as subjectividades históricas complexas não se reduzem a categorias identitárias fixas, por outro lado estes homens manifestam a necessidade de as fixar, cristalizar e solidificar numa fórmula que permita recompor os pedaços de si que a guerra lhes deixou e que fazem deles o que também são.

É nos encontros da memória, nas cerimónias que relembram a guerra, que os pedaços das suas identidades, ignorados ou rejeitados noutros contextos, encontram a possibilidade de reunir-se num todo que representa o que são.

As cerimónias de rememoração da guerra no Portugal pós-colonial são territórios que autorizam e reconhecem as identidades contraditórias e transitórias destes antigos combatentes, porque esses são, também eles, lugares contraditórios. Não são, tão só, espaços intersticiais ou zonas de contacto, segundo as propostas de Homi Bhabha ou de Mary Louise Pratt (1991) respectivamente, no seio dos quais convivem configurações contraditórias e emergem configurações outras, produto do encontro colonial.

Os lugares de rememoração da guerra são antes territórios de sobreposições onde tempos distintos, dicotomias herméticas, assimetrias de poderes, discursos e ideologias opostos, origens e pertenças múltiplas, violências coloniais e pós-coloniais se encontram e conciliam sem ressentimentos. Estes territórios não são, tão só uma fronteira, ou como diria Anzaldúa (1997), um ponto fulcral onde as diferenças embatem, se encontram e misturam. Estes territórios constituem-se na tensão da fronteira que separa o Portugal colonial do pós-colonial e encenam uma realidade onde ambos se combinam conciliatoriamente.

É nesses lugares que os percursos dos antigos combatentes africanos encontram um território onde podem recompor os seus percursos desviados pela guerra e onde as suas

existências, marcadas por essa passagem, têm a oportunidade de cristalizar-se e de serem reconhecidas mesmo se apenas temporariamente. Os encontros de antigos combatentes são enquadramentos onde o antigo combatente africano reúne e apresenta as diferentes partes de si que não são reconhecidas noutros lugares, ou que noutros lugares são ignoradas, silenciadas ou responsáveis pela sua exclusão.

Os percursos deambulantes e errantes de homens inquietos e desassossegados pela passagem na guerra encontram, nessas cerimónias e encontros, uma zona de conforto que não conhecem noutros lugares desde que nela participaram. Nessa zona de conforto, estes homens aquietam os seus percursos deambulantes porque nela reencontram lugares do que foram e do que são, porque ela representa o que deixou de existir e o que passou a existir nas suas vidas desviadas e nela expõem as suas referências múltiplas e contraditórias. Entre os homens ancorados, a necessidade de recorrerem a estes lugares é menos frequente, contudo, participar nestes encontros significa a oportunidade de relembrem e de recuperarem temporariamente o momento que desviou os seus percursos. Os homens com percursos pendentes participam menos ainda nesses encontros do que os ancorados. Para eles, a sua existência, interrompida pela sua estadia prolongada em Portugal, só consegue ser imaginada na sua terra natal e, por isso, provavelmente, não precisam destes lugares para dar sentido aos seus percursos. Ou seja, estes homens esperam que a sua vida na África pós-colonial possa recompor-se após serem reconhecidos como antigos combatentes em Portugal.

O que todos estes percursos, bem como a necessidade de encontrarem um território onde possam aquietá-los revelam é a forma como a guerra foi responsável por desviá-los. Apesar disso, o que análise comparativa desses percursos e dos discursos que os justificam mostra também é que os antigos combatentes africanos das FAP não foram todos marcados da mesma forma pela sua passagem pela guerra. Além dos seus percursos, o que distingue estes homens em relação a este aspecto, é o território de onde são originários e onde fizeram a guerra. São os homens oriundos da Guiné que apresentam discursos que se diferenciam substancialmente dos antigos combatentes oriundos dos outros países e isso, na maioria dos casos, independentemente da trajectória-tipo onde situámos os seus percursos. Os antigos combatentes naturais da Guiné são homens que dão ênfase ao papel que desempenharam na guerra. Um papel que consideram central no desenrolar da mesma na Guiné. São homens que, na sua maioria, apresentam a particularidade de se identificarem com a unidade militar a que pertenceram e com a posição que ocuparam no conflito colonial. Mas, não é só em

relação aos seus discursos sobre a guerra que se diferenciam dos outros. É também em relação à forma como interpretam o colonialismo português na Guiné, bem como a independência deste território. Distinguem-se sobretudo por considerarem, maioritariamente, que a Guiné-Bissau podia ter tido outro percurso caso, em vez da independência que adquiriu, começasse por ser autónoma mantendo, pelo menos temporariamente, a presença portuguesa a acompanhar o seu desenvolvimento. Esta perspectiva corresponde, em traços largos, àquela que Spínola defendia. Ainda em relação à independência da Guiné-Bissau, é importante ainda ter em consideração que grande parte destes homens não se identifica com o PAIGC. Para eles o PAIGC que negocia a independência da Guiné, é equiparado a uma força estrangeira. Porque para eles o PAIGC é um partido cabo-verdiano e não defende os interesses dos guineenses. Nos seus discursos, o PAIGC é equiparado a uma nova força colonial, o que, aliás, para alguns era uma força que já estava instalada na Guiné antes da sua independência, por considerarem que muitas funções da administração colonial portuguesa na Guiné estavam nas mãos de cabo-verdianos. Estas particularidades prendem-se a uma multiplicidade de factores decorrentes da especificidade da história da Guiné, da especificidade que o colonialismo português assumiu nesse território, da especificidade da guerra e dos actores que nela se envolveram e da especificidade da Guiné independente. Acreditamos que a conjugação destes factores permite compreender porque é que os antigos combatentes das FAP naturais da Guiné são os que se mostram mais marcados pela sua passagem na guerra. A guerra para a maioria destes antigos combatentes é o principal motivo a partir do qual explicam e atribuem sentido ao seu percurso de vida. Talvez também seja por esse motivo que são os homens da Guiné que sentem mais necessidade de participar nos encontros da memória da guerra.

Relativamente a esses encontros, consideramos que essas zonas de conforto e de apaziguamento não representam, tão só, “os jogos de espelhos” que se jogam na relação colonial e pós-colonial e nas relações com a alteridade. Nestas zonas, estes homens não se apresentam como meras adaptações às circunstâncias históricas que os criaram, nem como meras figuras subalternas, deslocadas e conformadas com o seu percurso e a sua situação. Aí, os antigos combatentes africanos materializam as tensões várias que derivam das ambivalências das relações coloniais e pós-coloniais. E é fundamentalmente através dos seus corpos que estas tensões se revelam. Corpos que exibem os sinais da forma como foram ‘recrutados’ pelo discurso disciplinador de que fala Foucault (1997). Corpos que exibem as medalhas e os símbolos das suas unidades,

corpos que reencenam posturas militares nos desfiles em que participam. Peles que lembram os sujeitos colonizados na pele do colonizador, e que inevitavelmente lembram também as *Pele Negra Máscaras Brancas* de Fanon. “Corpos presentes” que segundo Miguel Vale de Almeida representam “um terreno privilegiado das disputas em torno quer de novas identidades pessoais, quer da preservação de identidades históricas, da assunção de híbridos culturais ou das recontextualizações locais de tendências globais” (1996: 4). Corpos que, nesses lugares, e parafraseando Donna Haraway, são “mapas de poder e de identidade” (2002: 248).

Contudo, estes corpos não são apenas corpos “contaminados” que lembram a colonização, e que representam a ambivalência e as possibilidades múltiplas de relação entre colonizado e colonizador. Não são apenas o corpo que representa a materialização do desejo de ocupar o lugar do outro na relação colonial. Tomando de empréstimo as palavras de José Manuel Mendes e de Pedro Araújo, estes homens “reclamam-se contaminados” (2010: 97). E ao reclamar, os seus corpos falam.

Se adoptássemos a perspectiva de Spivak (1988), seriam sujeitos que falam a partir das referências do quadro epistémico colonial que os tornou reféns desse circuito que os atingiu. Mas, o que estes combatentes mostram é que os seus corpos falam e não apenas a partir dessas referências. Performativamente, os seus corpos falam: falam das suas raízes culturais através de vários sinais, traços e características que denunciam as suas especificidades; falam do seu passado de subalternidade, pois não conseguem dissociar-se da imagem do sujeito ex-colonizado; e falam da sua passagem pela guerra, corpos feridos, mutilados, aleijados, marcados, condecorados, semi-fardados. Estes corpos são cartografias identitárias, materializações do ser.

Estes corpos são, também, cartografias de poder. Dos poderes que os moldaram, disciplinaram e subalternizaram. Nestes enquadramentos da memória da guerra, os seus percursos de vida fazem sentido e é nesses lugares onde recompõem performativamente as suas identidades. Essa performatividade parece não corresponder apenas a uma encenação, ou seja ao recurso a um papel que o sujeito se limita a representar, tal como a concebe Goffman (1985). É uma encenação através da qual formam performativamente a sua identidade. Na tese de Judith Butler, a performatividade revela o poder dos discursos hegemónicos na criação dos sujeitos. A performatividade, como prática reiterativa e referencial, é um efeito do poder. Neste sentido, o sujeito que performativamente confronta as normas, é um sujeito que foi habilitado, se não mesmo produzido, por essas mesmas normas. Nesta óptica, a sua capacidade de acção reduz-se

a uma prática reiterativa ou rearticuladora, que não é externa mas antes imanente ao poder (Butler, 2002: 18-38).

Mas os seus “corpos presentes”, à semelhança de outros discursos que proferem relativamente ao significado dos encontros, são também a materialização do que reclamam: serem reconhecidos e serem lembrados como antigos combatentes africanos das FAP. Nesses quadros, estes homens falam de si, através de si, dos múltiplos sinais de si que expõem para serem vistos. Nestes lugares, estes homens são autorizados a falar, ‘podem falar’ e são ouvidos. Desses lugares, os seus corpos e outros discursos dizem que a guerra colonial é o território que desviou indelével e irreversivelmente os seus percursos. Mas nesses lugares, as suas identidades à deriva encontram onde ancorar-se. Nesses territórios outros do Portugal pós-colonial, a guerra colonial permite que o seu presente, refém da guerra, faça sentido. A guerra é, nos encontros dessa memória, o território onde o antigo combatente africano tem a oportunidade de reconciliar-se com esse passado colonial que desviou a sua existência. Porque nesses lugares, a guerra que os tornou reféns de um passado que não podem rasurar, é o lugar do seu reconhecimento. No Portugal pós-colonial, é nessas zonas de conforto que estes homens desassossegados apaziguam, porque nelas reencontram e reconstroem performativamente o que foram, o que são e como querem ser lembrados. Nesses territórios são homens que reclamam um lugar onde possam ser reconhecidos como aquilo que são, que podem ser e que querem ser na Angola, no Moçambique, na Guiné-Bissau e no Portugal pós-coloniais.



Imagem 7- Lembrar a guerra num encontro de antigos combatentes (Torres Vedras, 8 Novembro 2008)

Conclusão

Este trabalho começou com uma pergunta aparentemente simples: quem são os antigos combatentes africanos das FAP que residem em Portugal?

A resposta que encontramos foi: estes são homens que procuram um lugar onde possam ser reconhecidos como aquilo que são, que podem ser e que querem ser na Angola, no Moçambique, na Guiné-Bissau e no Portugal pós-coloniais.

Entre a resposta encontrada e a pergunta inicialmente colocada, percorreu-se um longo caminho, um caminho sinuoso que se foi construindo conforme as pistas que foi seguindo e as várias interrogações às quais foi procurando dar respostas.

Aquela primeira pergunta começou por conduzir-nos a uma hipótese que construímos com base no quadro teórico que decidimos adoptar. Esta hipótese procurou fundamentalmente captar as orientações teóricas que pudessem constituir o organizador analítico a partir do qual se encaminharia o trabalho empírico. Neste sentido, supusemos que, para os antigos combatentes africanos, cujos percursos de vida foram marcados por discontinuidades decorrentes da sua integração nas FAP durante a guerra colonial, os relacionamentos estabelecidos entre os diversos sujeitos que com eles interagiram durante o conflito, os espaços culturais, políticos e sociais que passaram a ocupar desde então, bem como os papéis que desempenharam no mesmo, constituem referências interpretativas e potencialidades estratégicas que mobilizam no sentido de justificar posicionamentos e de reivindicar estatutos e direitos no contexto do Portugal pós-colonial.

O que o trabalho desenvolvido revelou foi que, de facto, os antigos combatentes mobilizam uma multiplicidade de referências posicionais, culturais, sociais, políticas e ideológicas que denunciam como os percursos de vida que trilharam foram atravessando territórios identitários diversificados. Mas, a importância que os antigos combatentes africanos concedem às referências que resgatam de cada um desses territórios varia. E

varia, fundamentalmente, em função de um factor: a influência que atribuem à sua participação na guerra no desenho dos seus percursos de vida. Embora a guerra constitua, para todos, um momento que marca profundamente as suas vidas, o que se revela particularmente na forma como dividem os seus percursos em três etapas – antes da guerra, durante a guerra e depois da guerra –, ela não os marcou a todos da mesma forma, nem com a mesma intensidade. Além disso, embora a participação na guerra tenha constituído, para todos, um desvio nos seus percursos de vida, esse desvio, bem como o fim da guerra e as independências dos territórios africanos, não têm o mesmo peso no desenho dos percursos dos antigos combatentes africanos. É a importância que estes homens atribuem à conjugação destes factores no desenrolar das suas vidas que condiciona a forma com que mobilizam, diferenciadamente, as suas referências identitárias. Porém, estas referências não remetem, exclusivamente, para a justificação de posicionamentos, nem para a reivindicação de estatutos e direitos no contexto do Portugal pós-colonial. Estas servem, igualmente, para sustentar e atribuir sentido aos seus percursos de vida.

Percursos de vida, diferenciadamente marcados pela guerra, de homens também muito distintos entre si quando olhados em relação aos seus níveis de instrução, às línguas que falam e dominam, e às suas referências identitárias, culturais, sociais, políticas e religiosas. Heterogeneidade que não significa que estes homens não partilhem circunstâncias, condições e discursos comuns.

A maioria destes homens veio para Portugal quando Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau já eram nações independentes. Territórios onde tanto a guerra, como o papel atribuído aos combatentes africanos assumiram configurações diferentes. Territórios onde a desmobilização dos combatentes africanos das FAP, com o fim da guerra, também assumiu contornos diferenciados. As independências dos territórios africanos não aceitaram da mesma forma a presença de antigos combatentes africanos das FAP. A guerra civil em Angola foi responsável pela integração de muitos antigos combatentes africanos das FAP nas forças que entraram em conflito. Em Moçambique, tal como aconteceu com outros homens e mulheres considerados dissidentes do projecto nacional, alguns dos antigos combatentes foram submetidos a um processo de ‘reeducação’ e outros foram identificados publicamente como homens que tinham estado comprometidos com a força colonial. A guerra, que depois também assolou este país, poderá ter recrutado, para as suas forças, alguns desses antigos combatentes. Na Guiné, os antigos combatentes africanos das FAP foram perseguidos, e alguns foram

presos e entre eles alguns foram fuzilados. Os discursos dos antigos combatentes não são alheios a estes três cenários, sobretudo no que diz respeito aos motivos que evocam para justificar a sua partida para Portugal. Mas, é entre os homens oriundos da Guiné-Bissau que o cenário vivido com a independência do território é considerado unanimemente o motivo pelo qual decidiram deixar as suas terras natais.

Além da especificidade de cada território de onde são originários, estes homens podem agrupar-se de acordo com a situação em que entraram em Portugal: uns vieram oficialmente como combatentes ou antigos combatentes das FAP; outros vieram pelos seus próprios meios e entraram neste país como imigrantes.

No primeiro grupo encontramos homens que estavam internados em hospitais militares em Portugal quando se deu o 25 de Abril e ficaram neste país, outros que vieram depois das independências dos territórios africanos para seguir tratamentos médicos ou para tratar dos seus processos de DFA e ainda um grupo de comandos da Guiné que veio do Senegal, onde estava refugiado, para Portugal por intermédio da Associação de Comandos e com o apoio do Estado português.

Os outros antigos combatentes, que vieram para Portugal pelos seus próprios meios e entraram neste país como imigrantes, declaram que estão neste país porque não alcançaram a qualidade de vida que aspiravam, um dia, vir a conquistar, ou porque as terras onde nasceram não lhes ofereceram condições que lhes permitissem sobreviver como desejavam. Vieram, dizem alguns, porque foram afastados, expulsos ou rejeitados dos projectos dos novos Estados africanos independentes ou porque se sentiram desiludidos com os mesmos; outros dizem que foi para tentar ter acesso aos serviços de saúde necessários para tratar as sequelas que a guerra lhes deixou ou porque esperavam ser recompensados economicamente por terem combatido nas FAP.

Independentemente dos territórios de onde são originários e dos motivos que os fizeram deixar as suas terras natais, todos os antigos combatentes africanos das FAP esperavam que Portugal lhes proporcionasse boas condições de vida.

E também, independentemente do motivo ou da situação que os levou a deixarem a sua terra natal, alguns deles conseguiram reconstruir as suas vidas em Portugal de acordo com as suas expectativas. Outros, porém, não encontraram as oportunidades, nem as condições suficientes, para terem as vidas almejadas. Por não terem atingido as condições materiais de vida satisfatórias, que muitos esperavam conseguir através de uma pensão das FAP, alguns deles abandonaram este projecto e regressaram, ou pensam regressar, às suas terras natais, enquanto outros sobrevivem em Portugal em situação de

precariedade, embora muitos deles continuem a alimentar a esperança de virem a melhorar a sua situação através do seu 'estatuto' de antigo combatente. Há, inclusive, os que ficam em Portugal porque se encontram numa situação de pobreza que os impede de regressar, enquanto outros se encontram cativos da morosidade da resolução dos seus processos de DFA.

Apesar de tudo o que distingue estes homens entre si, e apesar das condições e circunstâncias que alguns têm em comum em função do seu território de origem, das situações em que vieram para Portugal e das condições de vida que encontraram neste país, os discursos dos antigos combatentes revelam matérias constantes, enquanto os seus percursos de vida manifestam alguns padrões diferenciadores.

A família e a opinião crítica sobre a postura do Estado português em relação aos antigos combatentes africanos das FAP são as duas temáticas que, recorrentemente, atravessam e se entrecruzam nas suas narrativas.

Quanto à família, ela marca e orienta profunda e repetidamente os discursos destes antigos combatentes que consideram que, junto com eles, a sua família sofreu e continua a sofrer as consequências da sua participação na guerra. Separar-se da família e o bem-estar da mesma constituem as principais preocupações reveladas nos relatos de vida de grande parte destes homens. Quando partiram para a guerra, estes homens separaram-se das suas famílias de origem, e quando partiram para Portugal grande parte deles deixou, em África, as suas famílias nucleares que, entretanto, tinham formado durante ou depois da guerra. A separação familiar é vivida em sofrimento, sobretudo entre aqueles que sentem que ela é responsável por problemas familiares decorrentes da ausência da figura paterna. Esta separação é vivida com muita mágoa, sobretudo entre os antigos combatentes que dizem ter deixado de conhecer a sua família, uma vez que, na sua ausência, esta sofreu várias transformações às quais só puderam assistir à distância. Mas é também e sobretudo pela sua família que muitos vêm e permanecem em Portugal, enquanto outros preferem partir o mais depressa possível para reencontrá-la.

Pelo contrário, alguns antigos combatentes estão satisfeitos com as suas vidas em Portugal fundamentalmente porque, apesar de longe da sua terra natal, construíram ou reuniram as suas famílias nucleares e com elas conseguiram realizar o projecto de vida que ambicionavam. Outros, ainda, viram as suas famílias desfazerem-se em Portugal ou em África, porque as sequelas que carregam da guerra destruíram os laços ou os projectos que as mantinham unidas.

Estes discursos sobre a família são, por sua vez, indissociáveis das opiniões que muitos antigos combatentes proferem em relação ao Estado português, sobretudo entre aqueles que consideram que este tem prejudicado as suas vidas em Portugal. Ao dificultar o reagrupamento familiar e a naturalização de filhos e esposas, ao tornar demasiados morosos os processos para a atribuição de reformas e pensões para garantir a sua subsistência e a dos seus familiares, consideram que o Estado português complica, prejudica e adia os seus projectos e as suas vidas.

As críticas que dirigem ao Estado português não se reduzem, contudo, aos procedimentos que afectam as suas vidas familiares. Independentemente da sua situação económica e familiar, e das condições em que vieram para Portugal, praticamente todos os antigos combatentes africanos das FAP apresentam as mesmas acusações, desilusões, ressentimentos e críticas relativamente à forma como são tratados pelo Estado português: acusam o Estado de ter abandonado os antigos combatentes africanos das suas Forças Armadas no final da guerra; discordam com a forma como são tratados os processos relativos à atribuição ou regularização das suas reformas de DFA; consideram injustos os critérios utilizados para a atribuição de pensões; e censuram o abandono a que dizem estar votados antigos combatentes africanos que consideram viver em condições deploráveis, em Portugal e em África.

Apesar destas acusações, os antigos combatentes africanos admitem que, em termos de serviços de saúde, nomeadamente no acesso aos hospitais militares, às consultas de stress pós-traumático, à medicação e próteses, o Estado português apoia os DFA e os antigos combatentes militares do quadro das Forças Armadas.

De facto, o Estado português apoia os antigos combatentes africanos das FAP. Apoia-os, como apoia qualquer antigo combatente português, desde que o reconheça como antigo combatente das FAP. Acontece que, para serem reconhecidos como antigos combatentes, os africanos têm de passar por um processo frequentemente moroso e que não garante, à partida, ser resolvido com sucesso.

Na realidade, o Estado português também apoia qualquer antigo combatente africano que considere DFA. E, também neste caso, para que o antigo combatente africano seja reconhecido como DFA, tem de apresentar uma serie de provas e iniciar um processo que pode chegar a demorar mais de uma década. Situação peculiar e paradoxal, sobretudo no que diz respeito aos antigos combatentes que Portugal recebe nos seus quartéis. Acolhe-os como antigos combatentes, alguns deles já com reformas de DFA que recebiam nos seus países de origem e que vêm regularizar. Uma vez em Portugal,

têm que aguardar a resolução dos seus processos, o que também chega a demorar vários anos. São anos de vida num país longe das suas famílias e longe de projectos de vida que vêm interrompidos com a sua estadia em Portugal.

Assim, a maioria destes homens considera que as dificuldades que os antigos combatentes africanos das FAP encontram em Portugal são injustas. Injustas porque foram homens perseguidos ou discriminados nas suas terras natais a partir das suas independências por terem combatido nas FAP; porque foram obrigados a abandonar projectos de vida após a guerra os ter interrompido, ou tê-los marcado de tal forma que os tornou impossíveis. Injustas, também, porque muitos vivem em Portugal separados das suas famílias que tiveram que deixar em África. E injustas porque, em Portugal, muitos deles não conseguem ter as condições materiais e económicas acima do limiar da pobreza.

Sobretudo em relação aos mais carenciados, estes antigos combatentes admitem que, se não contassem com a ajuda das associações que em Portugal apoiam os antigos combatentes, seria muito mais penoso ainda suportar as condições em que vivem neste país.

Perante estes descontentamentos e ressentimentos, críticas e acusações, os antigos combatentes africanos mobilizam predominantemente três eixos argumentativos para justificar as suas opiniões e para interpelar o Estado português: a nacionalidade portuguesa que tinham durante a época colonial e, conseqüentemente, a sua participação na guerra como cidadãos portugueses; a igualdade que defendem que existia entre os combatentes europeus e africanos nas FAP durante a guerra; e as marcas físicas e psicológicas, bem como outros danos que a guerra deixou, para sempre, inscritos nos seus corpos e que, irremediavelmente, interferiram nos seus percursos de vida.

Neste quadro argumentativo, os antigos combatentes africanos insistem que não só participaram na guerra porque eram portugueses, mas que o fizeram como qualquer outro português. Ou seja, foram obrigados a ir para a guerra, como qualquer outro português, e, como insiste a maioria, lutaram para defender o que era, na época, a sua pátria. Deste modo, não querem ser reconhecidos pela diferença que representam na guerra, isto é serem os homens colonizados das FAP, ou eventualmente terem sido coagidos a ir para a guerra - como muitos admitem. Não apontam a colonização como sendo a responsável pela sua situação ou pelo seu percurso. É ao Estado português pós-colonial que se dirigem. É a este Portugal que exigem ser reconhecidos e recompensados, não por terem sido discriminados, explorados durante a colonização

que os obrigou a ir para a guerra, mas por terem participado como portugueses nessa Guerra Colonial.

Por isso, estes homens, e mais uma vez independentemente da situação em que vivem em Portugal, exigem ser reconhecidos pela sua participação na guerra como antigos combatentes das FAP. E, muitos deles exigem também ser recompensados por se considerarem lesados por nela terem participado. Lesados porque, para alguns destes homens, a guerra marcou as suas vidas deixando feridas nos seus corpos que passaram, desde então, a condicionar os seus percursos. Lesados, também, porque, para outros, pertencer às FAP significou carregarem consigo a marca da posição colonial que os obrigou a deixarem as suas terras natais ou a abandonarem projectos de vida quando se deram as independências.

Deste modo, os seus discursos mobilizam referências no sentido de reivindicar um estatuto e direitos no Portugal pós-colonial, como foi suposto na hipótese inicial deste trabalho. Mobilizam argumentativamente o princípio da igualdade legal, por considerarem que não têm acesso aos mesmos direitos de outros portugueses. Por sua vez, esta reivindicação é indissociável do bem-estar económico e material que ambicionam ter em Portugal e da estima social que querem ver reconhecida pelo contributo que cada um deu à guerra em particular, e que os africanos combatentes deram à guerra e à nação portuguesa em geral.

Mas, o estatuto que os antigos combatentes exigem ver reconhecido é bem mais amplo, e os argumentos, utilizados para sustentá-lo, mobilizam referências que recuperam preferencialmente do território da guerra e que tendem a articular com aspectos muito particulares das suas vidas passadas no Portugal colonial.

Assim, por um lado, a estima social, a reparação financeira e o respeito que os antigos combatentes africanos querem ver reconhecidos em Portugal pela sua participação na guerra são indissociáveis dos projectos que ambicionam para as suas famílias. O reconhecimento que estes homens exigem para si, depende do reconhecimento que possa ser atribuído às suas famílias, sem o qual o seu próprio reconhecimento parece nunca estar completo. Esse reconhecimento que exigem para as suas famílias torna-as, simultaneamente, herdeiras da guerra e parte da herança colonial que o Portugal pós-colonial tem, para eles, de assumir.

Por outro lado, é o território da guerra, enquanto experiência de vida em comum com os portugueses europeus, que estes antigos combatentes africanos das FAP mobilizam para justificar as reivindicações que exigem ver reconhecidas. É esta relação, sustentada

na posição de combatente, que é valorizada nos seus discursos. Uma relação apoiada no discurso regulatório da instituição militar. Um discurso totalizante que trata os sujeitos que convoca de modo homogêneo, envolvendo-os e mantendo-os afastados ou despossuados dos papéis sociais diferenciados que preenchiam no seu quotidiano, reduzindo-os à conformidade da norma institucional. É a este território de pertença que recorrem privilegiadamente para organizar as suas reivindicações. Um território que, em Portugal, também lhes permite ter acesso a redes de solidariedade estabelecidas entre antigos combatentes que os apoiam em diversas áreas dos seus quotidianos. Contudo, esta pertença acaba, também, por traí-los. O *ethos* militar incorporado impede muitos desses homens de interpelar as FAP, sobretudo quanto à forma como são hoje tratados em Portugal no seio dessa instituição, também ela responsável pela morosidade dos seus processos. Foi nessa instituição que deram o corpo e a vida por uma pátria que hoje tem dificuldade em reconhecê-los. Nessa instituição incorporaram um *habitus* militar e é também a partir desse lugar de enunciação que falam. Por isso falam o que esse *habitus* lhes permite falar. Porque ele está gravado nos seus corpos e está incorporado nas suas identidades. Mas também, muito provavelmente, porque, no Portugal pós-colonial, não deixam de ser dependentes dos critérios dessa instituição para obterem alguns dos apoios que requerem.

Esse é o território disciplinador, mas é, ao mesmo tempo, o território onde os antigos combatentes africanos conviveram com o europeu durante a guerra. Neste território ambos, combatentes europeus e africanos das FAP, partilharam uma experiência quotidiana onde a sobrevivência dependia, não só de estratégias militares, mas também de cumplicidades e lealdades entre aqueles que, neste caso concreto, embora diferentes na relação colonial, eram quase iguais na sua relação com a guerra.

Esse é o lugar que os antigos combatentes africanos lembram, preferencialmente, nos seus discursos sobre a guerra, e esse é também o lugar que reencenam quando participam nos encontros da memória da guerra.

Por sua vez, o espaço-tempo que viveram sob a colonização portuguesa antes da guerra é mobilizado, nos seus discursos, sobretudo para reforçar a ideia de que eram portugueses em África e que foi por isso que foram obrigados a cumprir o serviço militar, como acontecia com qualquer outro português. Desta maneira, os seus discursos desvalorizam as discriminações de que eram objecto os africanos na relação colonial, sobrevalorizando a igualdade em relação aos soldados portugueses com quem fizeram a

guerra. Segundo este ponto de vista, na guerra, antigos combatentes africanos e europeus eram o Mesmo.

Nos relatos dos seus percursos de vida, muitos destes homens até ultrapassam o espaço-tempo que viveram em África desde que acabou a guerra colonial até virem para Portugal. Nesses discursos, as comparações que estes antigos combatentes executam são, sobretudo, entre o que viveram na guerra e como vivem no Portugal pós-colonial, e entre o que perderam com a guerra e o que o Portugal pós-colonial reconhece ou não quanto à participação dos africanos na guerra no seio das FAP.

É com base nessas comparações que os antigos combatentes avaliam a sua situação no Portugal pós-colonial e é nesta situação que inscrevem a dicotomia entre europeu e africano. As críticas que proferem, o descontentamento e ressentimentos que manifestam são em relação à realidade pós-colonial, quando consideram que são rejeitados por um Estado que, outrora, defenderam como sendo o seu. O que eles denunciam é o Estado português pós-colonial que acusam de se esquecer, de querer esquecer ou de fazer por esquecer os antigos combatentes africanos.

Deste modo, em Portugal, os antigos combatentes africanos das FAP ocupam esse lugar ambíguo, mas também desconfortável, que os situa entre a memória de uma guerra, onde o africano ocupou o lugar do colonizador, e a situação pós-colonial que durante longos anos, insistiu em esquecer esse passado colonial onde estes homens se inscrevem. É desse lugar que consideram que se durante a guerra, nas FAP, eram portugueses iguais aos outros, tinham os mesmos direitos e deveres que os outros, e lutaram como qualquer outro para a preservação do império, então têm o direito de continuar a ser ‘os portugueses que foram’, iguais a qualquer outro português, agora na situação pós-colonial.

Assim, lesados por considerarem que não são devidamente reconhecidos e recompensados por terem participado na guerra no seio das FAP, o que os antigos combatentes africanos reclamam é deixarem de ser excluídos de uma herança colonial onde um dos lugares que ocupavam era o do colonizador.

É deste lugar que se posicionam como sujeitos da sua história, na história colonial. É deste lugar que confrontam Portugal pós-colonial desafiando-o com uma interpretação renovada do colonialismo português. Desse lugar, estes homens parecem devolver a Portugal a imagem que deles se criou durante a guerra. Uma guerra que concedeu uma visibilidade crescente às virtudes heróicas do combatente africano para cumprir, na época, o objectivo político de mostrar ao mundo uma das formas como Portugal

aplicava a sua suposta política integracionista de nação pluri-continental e pluri-racial, a qual justificava a sua presença em África ‘contra os ventos da História’. Uma guerra que se africanizou para servir objectivos militares mas que, ao mesmo tempo, promoveu o combatente africano como defensor da África-portuguesa e, ao fazê-lo, atribuiu aos “filhos da terra” a manutenção do domínio português em África.

Os discursos dos antigos combatentes africanos das FAP a residir em Portugal, parecem, assim, actualizar esse modo luso-tropical de fazer ver a guerra, numa versão contada, agora, pelos próprios africanos.

Com base nesses discursos poderíamos, ainda, concluir que o desejo pela ocupação do lugar do outro na relação colonial, que Fanon (s/d: 35-45; 95-114) e Memmi (1973: 148-150) consideram o único desejo do ‘homem negro’, se cumpriu. Ou melhor, e segundo a mesma perspectiva, poderíamos sugerir que a ideologia do colonizador penetrou de tal forma na consciência do colonizado que este, alienado, acabou por se identificar com ele.

No entanto, convém assinalar, em primeiro lugar, que estas versões interpretativas do sujeito (pós)colonial, que acabámos de lembrar, não dão conta das múltiplas possibilidades identitárias que envolvem a relação colonial, e que ultrapassam as visões dicotómicas que a reduzem a um reflexo de diferença narcísica.

Em segundo lugar, aquelas versões também não contam com a interpretação de quem experienciou a guerra como um lugar outro, um lugar onde a vida se joga nas cumplicidades e lealdades que se criam, onde o Outro, da relação colonial, passa a ser quase o Mesmo na sua relação com a guerra. Onde as fronteiras que separam o europeu do africano se jogam no seio de outras fronteiras criadas para separar os dois lados que se confrontam na guerra.

Adoptar qualquer uma daquelas perspectivas, segundo as quais os discursos dos antigos combatentes africanos das FAP seriam o resultado da incorporação de discursos disciplinadores e legitimadores da relação colonial e da guerra, significaria, ainda, ignorar como os percursos de vida destes homens atravessaram múltiplos contextos. Contextos, marcados por descontinuidades e rupturas ideológicas e políticas, ao longo dos quais estes antigos combatentes foram ocupando posições diferentes e, por vezes, conflituais entre si. Contextos de referências diferenciadas, aos quais estes antigos combatentes podem recorrer de múltiplas formas nos discursos que mobilizam para falar dos seus percursos de vida.

Tendo em conta estas considerações decorrentes do caminho seguido nesta investigação, uma das conclusões a que chegámos foi que, desde que foram para a guerra, estes homens foram apanhados num turbilhão de circunstâncias históricas que marcou profundamente os seus percursos de vida. Ser combatente africano das FAP obrigou-os a desviar os seus percursos de vida. Percursos que revelam uma existência não linear, uma existência entre-cortada entre os múltiplos lugares de posicionamento e reposicionamento que vão ocupando. Lugares de referências e pertenças que se multiplicam, substituem e alternam à medida que vão transpondo as diversas geografias culturais, políticas, espaciais, ideológicas e institucionais ao longo dos seus percursos.

Por isso, o que este trabalho sugere é que as múltiplas geografias que atravessaram não deram apenas lugar a identidades em curso. Isto é, a identidades múltiplas e contraditórias de quem foi forçado a adoptar posições de identificação deslocadas que se configuram e reconfiguram no seio de forças que pressionam os sujeitos em diversas direcções, como as concebe Stuart Hall (2006: 72-73; 1997: 9-11). O que a análise dos percursos e dos discursos destes homens propõe, seguindo uma lógica interpretativa de interseccionalidade, é que estas identidades são, também, a incorporação dos espaços-tempo colonial e pós-colonial; são a sobreposição, deslocada e em deslocamento, de múltiplas referências que decorrem de disjunturas entre espaços e tempos, onde os sujeitos se compõem e recompõem; são a combinação tradutora e traduzida que reorganiza discursos nos interstícios das diferenças; são o resultado entrecruzado das descontinuidades históricas e das exclusões e integrações várias que marcaram os seus percursos.

São estas referências múltiplas, produtos de múltiplos tempos e posições, que se entretecem nas narrativas destes antigos combatentes. De acordo com Susan Friedman (2001) e com Mary Louise Pratt (1992) são identificações que se configuram nas diversas fronteiras onde embatem, se confrontam e negociam diversas referências e relações culturais, políticas, ideológicas, institucionais e de poder. São estas referências que mobilizam diferenciadamente na sua vida quotidiana e nos seus discursos conforme as circunstâncias em que se situam.

De facto, a vida dos antigos combatentes africanos das FAP atravessou campos cujas forças se diferenciaram entre si inconfundivelmente, obrigando-os a ocupar posições e a assumir referências identitárias por vezes conflituais entre si. As suas posições sofreram deslocações várias, ao longo dos seus percursos pela África e pelo Portugal coloniais e pós-coloniais. Deslocações que forçaram estes homens a descentrar e a recompor várias

vezes as suas referências de acordo com a posição, ou melhor, com as posições que foram ocupando em cada um dos lugares da sua existência, desde que participaram na guerra. Cada posição tem lugar num campo de forças que, longe de ser unitário e hermético, suporta posições contraditórias e, por vezes, convoca diversas temporalidades. Quando são incorporados na força colonial, estes homens reposicionam-se face à relação colonial e à alteridade, numa nova relação onde é suposto que se confundam com o Outro colonizador. Neste novo contexto, o soldado africano não deixa de ser o colonizado, embora passe a ser o colonizado no lugar do colonizador. As independências dos territórios deslocam, mais uma vez, a posição destes homens. Neste caso, é uma deslocação perturbadora para muitos deles, porque deixam de poder pertencer a esses territórios. Nos territórios africanos independentes, a posição de colonizador, que ocuparam temporariamente, sobrepõe-se ao lugar de colonizado que sempre foi o seu. Por sua vez, partir para o Portugal pós-colonial, significa deslocar-se para um território desconhecido à procura de um lugar onde possam voltar a pertencer. Mas, o que o Portugal pós-colonial tem para lhes oferecer é um território onde a Guerra pertence a um passado colonial que demora a ser reconhecido.

Se cada um dos contextos onde se foram situando envolve uma multiplicidade e complexidade de relações, quando olhamos para os seus percursos percebemos como a transposição de todos esses lugares, desde que foram para a guerra, foi acompanhada pela ocupação de posicionamentos que se confrontaram entre si. Cada reposicionamento rompe com algumas configurações do sujeito pré-existente, destroça algumas das suas pertenças, implica a dissolução de certos elementos identitários. Quando olhamos para as vidas destes homens, e ouvimos e vemos os discursos que nos oferecem, apercebemo-nos como os seus percursos foram, várias vezes, desviados e como as identidades que vão construindo, mais ou menos à força, pela força da guerra, do colonialismo e da situação pós-colonial, esforçam-se por acompanhá-los. São identidades sempre em curso (Santos, 1994: 127-129), mas num percurso à procura de um lugar onde deixem de estar deslocadas, onde a sua existência possa recompor-se, ou seja, onde possam voltar a pertencer, onde possam voltar a ser.

Deste modo, concluímos que são identidades à deriva. Identidades de homens condenados a viver nas múltiplas fronteiras dos diversos territórios irreconciliáveis que atravessam as suas existências. Mas, ao contrário daqueles que escolhem, mais ou menos livremente, viver nessas fronteiras, como o assume e o reivindica Gloria

Anzaldúa com a sua “nova consciência mestiça” (1997), estes homens vêm, várias vezes, os seus percursos desviados para lugares onde não lhes é autorizado pertencer. Condenados pelo colonialismo, pela guerra e pelos mundos pós-coloniais onde não são autorizados a pertencer, estes homens não procuram propriamente um lugar onde possam libertar-se, porque o lugar que ocuparam na guerra é um lugar sem retorno. Triplamente condenados, o que os antigos combatentes das FAP procuram é um lugar onde a sua condenação possa ser menos penosa. Alguns encontraram-no, outros procuram-no, outros aguardam por esse lugar de condenação apaziguado.

Os antigos combatentes africanos das FAP que conseguiram reorganizar satisfatoriamente as suas vidas em Portugal, e que não as imaginam fora dele, são homens que conseguiram encontrar esse lugar onde os seus percursos ancoram e onde as suas identidades têm a oportunidade de recompor-se na articulação entre o que foram e o que são entre os mundos coloniais e pós-coloniais.

O mesmo não acontece com os homens marcados por existências pendentes, suspensas e deambulantes. Os primeiros são percursos de homens que aguardam a resolução de processos para decidirem que rumo dar às suas vidas. Enquanto aguardam, limitam-se a sobreviver em Portugal sem desenharem qualquer plano preciso relativamente ao seu futuro, a não ser algumas hipóteses que deixam em aberto de acordo com as diferentes possibilidades que podem resultar do despacho dos seus processos de pensões ou de reformas.

Por sua vez, os homens cujas vidas estão suspensas em Portugal enquanto aguardam a resolução dos seus processos nos quartéis onde Portugal os recebe, apresentam discursos cautelosos relativamente à posição que ocupam quer em relação a Portugal, quer em relação ao país de que são originários. Para estes homens, a guerra, que convocam para as suas narrativas de vida, é um território que lhes permite fundamentalmente interrogar os seus percursos. Ou seja, para estes homens, que só conseguem imaginar a continuação das suas vidas nas suas terras natais, a guerra serve para interpelar o Portugal pós-colonial sobre a situação em que se encontram e sobre o que são afinal neste território. A maioria são homens que vieram a Portugal temporariamente para regularizar ou solicitar uma reforma como DFA. Contudo a sua estadia prolonga-se frequentemente vários anos. Durante esses anos, estes homens aguardam, reféns do Portugal pós-colonial que demora na resolução dos seus processos e que vai assim adiando, por tempo indeterminado, o momento em que possam retomar os seus percursos.

Quanto aos antigos combatentes africanos de percursos deambulantes, são homens que persistem na procura de um lugar onde as partes de si, condenadas pela sua participação na guerra, possam voltar a fazer sentido. São esses homens que encontram na guerra esse lugar. Um lugar onde os seus percursos desviados e as suas identidades deslocadas e à deriva encontram a possibilidade de reunir as partes de si, demasiado contraditórias para poderem pertencer e ser reconhecidas noutros lugares.

O que todos estes percursos de vida revelam é a forma como a guerra foi responsável por desviá-los. Apesar disso, o que a análise comparativa desses percursos e dos discursos que os justificam mostra é que os antigos combatentes africanos das FAP não foram todos marcados da mesma forma pela sua passagem pela guerra. Além dos seus percursos, o que distingue estes homens em relação a este aspecto, é o território de onde são originários e onde fizeram a guerra. São os homens oriundos da Guiné que mostraram ter sido os mais afectados pela sua passagem pela guerra, sobretudo no que diz respeito aos discursos que utilizam, preferencialmente, para justificar e dar sentido aos seus percursos de vida. Discursos que denunciam a sua dependência em relação à especificidade que o colonialismo, a guerra e a independência assumiram na Guiné. Os antigos combatentes das FAP oriundos de Angola e de Moçambique apresentam percursos igualmente marcados pela sua passagem pela guerra, sobretudo quanto ao desvio que esta lhes inflingiu. Contudo, em termos gerais, os discursos que utilizam para dar sentido aos seus percursos não são, predominantemente, orientados em função da sua participação na guerra.

Portanto, o que esta análise comparativa nos sugere, relativamente à problemática do colonialismo e do pós-colonialismo e, particularmente no que se relaciona com a guerra colonial, é que é necessário reconhecer a pluralidade de situações que se podem implementar no seio dos diferentes contextos. A guerra e o Portugal e a África coloniais e pós-coloniais devem ser analisados tendo em conta a possibilidade de encontrar uma multiplicidade de relações e de situações em cada um dos contextos contemplados. Relativamente à guerra, a análise comparativa que efectuámos, em relação aos percursos e discursos dos homens oriundos dos três territórios, indica que, em parte, estes variam em função dos contornos que o colonialismo, a guerra e as independências assumiram nos territórios de onde são naturais e onde fizeram a guerra. Por sua vez, esta análise também sugere que é devido a estas diferenças que alguns antigos combatentes parecem ter mais necessidade de relembrar a sua passagem pela guerra. São os antigos combatentes das FAP naturais da Guiné os que mais participam nos encontros que a

relembrem. Mas não são os únicos. Muitos antigos combatentes das FAP naturais de Angola e de Moçambique também participam ou gostariam de participar nesses encontros de rememoração da guerra.

É nesses lugares que os antigos combatentes africanos das FAP têm uma das poucas oportunidades de relembrar a sua passagem pela guerra e, sobretudo, de a relembrar em lugares onde os seus percursos e as suas pertenças façam sentido. As histórias da sua passagem pela guerra, bem como os seus corpos marcados por esta passagem e que exibem nas cerimónias onde a sua posição na guerra é reencenada e relembrada, não lhes permitem, apenas, interrogar a posição do Portugal pós-colonial quanto aos seus percursos. São histórias e corpos que confrontam o Portugal pós-colonial e que perturbam e desestabilizam os seus discursos. São narrativas e corpos que reclamam e propõem uma solução para que esse passado colonial, que é a guerra, e o lugar que os antigos combatentes das FAP ocupam nesse território possam fazer parte do Portugal pós-colonial.

A Guerra Colonial e o seu posicionamento nesse conflito, contados nos discursos dos antigos combatentes africanos das FAP e reencenados nas cerimónias que a relembrem, são apresentados como territórios de sobreposições onde tempos distintos, posições dicotómicas, assimetrias de poder, discursos e ideologias conflituosos, violências coloniais e pós-coloniais se encontram e conciliam. A Guerra, contada e revivida por estes antigos combatentes, constituiu-se na tensão das fronteiras que separam o colonial do pós-colonial e representa uma realidade onde ambos têm a possibilidade de combinar-se conciliatoriamente.

Para estes homens, a Guerra Colonial é um lugar outro do tempo da colonização. É o território onde as fronteiras que separavam o colonizado do colonizador na relação colonial não fazem sentido, porque é da sua diluição que depende a sobrevivência de ambos. Este território, a guerra, é apresentado como um lugar onde o encontro colonial gerou lealdades, intimidades, cumplicidades que sobrevivem ao passar dos tempos coloniais e pós-coloniais. Em Portugal, estes antigos combatentes não se apresentam como meras adaptações às circunstâncias históricas, nem como figuras subalternas, deslocadas e conformadas com os seus percursos. A partir do território da guerra, os antigos combatentes africanos das FAP reclamam ser reconhecidos e lembrados no Portugal pós-colonial. Lembrados e reconhecidos como combatentes que foram, numa guerra na qual foram obrigados a combater ao lado de outros combatentes portugueses que não se identificavam com o conflito, mas que também foram obrigados a travar. É

esse o território, onde o Mesmo e o Outro se confundem em cumplicidades de sobrevivências e afectos, que os antigos combatentes africanos das FAP oferecem ao Portugal pós-colonial. Um território que oferece ao Portugal pós-colonial uma possibilidade de reconciliar-se com parte do seu passado colonial.

Mas, para os antigos combatentes africanos das FAP a residir em Portugal, a guerra significa mais do que um território outro da relação colonial. O território da Guerra Colonial é recuperado e reconfigurado de modo a denunciar como os seus percursos de vida foram, indelével e irreversivelmente, desviados a partir do momento em que se tornaram combatentes das FAP. Os discursos da guerra e as reencenações das suas posições nesse conflito constituem as zonas de apaziguamento das suas existências desviadas, deslocadas e desassossegadas. Nessas zonas, os seus percursos fazem sentido, porque é na guerra onde reencontram e reconfiguram performativamente o que foram, o que são e como desejam ser lembrados. Reféns de um passado que não podem rasurar, a guerra é o território onde os seus percursos desviados podem ancorar-se e onde as suas identidades à deriva têm a oportunidade de reposicionar-se num lugar ao qual podem pertencer. Porque esse território, que desviou e deslocou as suas vidas, é, simultaneamente, o lugar que suporta as posições, temporalidades e discursos contraditórios que os seus percursos e as suas identidades representam. Nos discursos da guerra, os antigos combatentes das FAP são autorizados a ser e, por isso, esse é o lugar do seu reconhecimento. Para estes antigos combatentes, a guerra é o território onde (re)conciliam as partes de si que não podem pertencer a outros lugares.

São esses os territórios de (re)conciliação que estes homens representam, reclamam e oferecem à Angola, à Guiné-Bissau, ao Moçambique e ao Portugal pós-coloniais. Territórios onde a guerra é um lugar outro, um território de (re)conciliações.

Bibliografia e Fontes

Bibliografia

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (2005), *Guerra Colonial*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.

AGUIAR, Luiz (1977), *Livro Negro da Descolonização*. Lisboa: Editorial Intervenção.

ALBUQUERQUE, Afonso de, *et al.* (2003), “Perturbação pós-traumática do stress (PTSD): avaliação da taxa de ocorrência na população adulta portuguesa”. *Acta médica portuguesa*. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, 16 (5): 309-320.

ALCOFF, Linda (1988), “Cultural Feminism versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 13(3): 405-436.

ALEXANDRE, Valentim (1998), "A questão colonial no Portugal oitocentista", in Valentim Alexandre e Jill Dias (coords.), *O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 21-132.

ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, João Madureira (1982), *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

ALMEIDA, Miguel Vale de (1996), *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*. Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um Mar da Cor da Terra – Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta Editora.

ANDERSON, Benedict (2005), *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

ANDREWS, Molly; SCLATER, Shelley et al (eds.) (2009), *The Uses of Narrative: Explorations in Sociology, Psychology and Cultural Studies*. London: Transaction Publishers.

ANTUNES, José Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*. Vols. I e II. Lisboa: Círculo de Leitores.

ANTUNES, Maria Lobo & ANTUNES, Joana Lobo (orgs.) (2005), *António Lobo Antunes: D'Este Viver aqui neste Papel Descrito: Cartas de Guerra*. Lisboa: Dom Quixote.

ANZALDÚA, Gloria (1997), “La consciência de la mestiza: towards a new consciousness (1987)”, in Robyn Warhol e Diane Herndl (eds.), *Feminisms: an Anthology of Literary Theory and Criticism*. New Brunswick: Rutgers University Press, 765-775.

APPIAH, Anthony K. (1992), *In My Father's House. Africa in Philosophy of Culture*. New York /Oxford: Oxford Press.

ARRIFES, Marco Fortunato (2004), *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional.

ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth e TIFFIN, Helen (1995), “Introduction”, in B. Ashcroft, G. Griffiths e H. Tiffin (Eds.), *The Post-colonial Studies Reader*. New York/London: Routledge, 117- 118.

AUGEL, Moema Parente (2007), *O Desafio do Escombros: Nação, Identidades e Pós-Colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond.

BARRADAS, Acácio (2001), “Comunicação” in R.A Teixeira (org.), *A Guerra Colonial: realidade e ficção – Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: Editorial Notícias: 455- 463.

BEBIANO, Rui (1992), "O lugar das armas na expansão portuguesa". *Revista de História das Ideias*, 14: 195-232.

BELL, Judith (1997), *Como Realizar um Projecto de Investigação: um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Lisboa: Gradiva.

BERNARDO, Manuel Amaro (2003), *Combater em Moçambique – Guerra e Descolonização 1964-1975*. Lisboa: Prefácio.

BERNARDO, Manuel Amaro (2007), *Guerra, Paz e Fuzilamentos dos Guerreiros; Guiné 1970-1980*. Lisboa: Prefácio.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHIRI, Kirty (Org.) (1998), *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

BHABHA, Homi (2005a), *O Local da Cultura*. tradução de Myriam Ávila et al, Belo Horizonte: Editora UFMG .

BHABHA, Homi (2005b), “A Questão Outra”, in Manuela Sanches, (org.) *Deslocalizar a “Europa”: antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, 143- 166.

BOURDIEU, Pierre (1986), «L'illusion biographique», *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n.º 62: 69-72.

BRANDÃO, José (2008), *Cronologia da Guerra Colonial: Angola Guiné Moçambique (1961-1974)*. Lisboa: Editora Prefácio.

BRUNER, Jerome e WEISSER, Susan (1995), “A invenção do ser: autobiografia e suas formas”, in D. Olsson e N. Torrance (Orgs.), *Cultura Escrita e Oralidade*. São Paulo: Ática, 141-161.

BRUNER, Jerome (2004), “Life as Narrative”, *Social Research*, vol.74, nº 3: 691-710.

BUTLER, Judith (1990), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York/London: Routledge.

BUTLER, Judith (2002), *Cuerpos que Importan, Sobre los Limites Materiales y Discursivos del “Sexo”*. Buenos Aires/Barcelona: Paidós.

CABECINHAS, Rosa e CUNHA, Luís (2003), "Colonialismo, identidade nacional e representações do «negro»". *Estudos do Século XX*, 3: 157-184.

CABRAL, Pina (2003), “Identidades Inseridas: algumas divagações sobre identidade, emoção e ética”, ICS, Universidade de Lisboa: 1-18, Página consultada em 6 de fevereiro 2011, <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2003/WP2-2003.pdf>

CABRERA, Ana (2006), *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.

CABRITA, Felícia (2008), *Massacres em África*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

CABRITA, João M. (2000), *Mozambique - The Tortuous Road to Democracy*, Basingstroke: Palgrave.

CAMÕES, Luís Vaz de (2000), *Os Lusíadas*, Lisboa: Instituto Camões e Ministério dos Negócios Estrangeiros.

CANÊLHAS, José Luis Almiro (2000) “Guerra Psicológica – Acção Psicológica. in Adriano Moreira et al. (orgs.), in Adriano Moreira et al. (orgs.) *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S.Pedro do Estoril: Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 311-319.

CANN, John P. (2005), *Contra-Subversão em África: como os Portugueses fizeram a Guerra em África - 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.

CARNEIRO, António (2000), "As transformações nas Forças Armadas para responder às exigências do conflito em África", in Adriano Moreira et al. (orgs.), *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 85-96.

CARRILHO, Maria (1985), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX. Para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CASTELO, Cláudia (1999), «*O Modo Português de Estar no Mundo*». *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

CERVELLÓ, Joseph Sánchez (1998), "La revolución portuguesa y la cuestión colonial", in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa: Edições Colibri, 77-106.

CÉSAIRE (1978), *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa.

CHAFETZ, Janet Saltzman (ed.) (2006), *Handbook of the sociology of Gender*. Houston: University of Houston.

CHAKRABARTI, Dilip K., (1997), *Colonial Indology: Sociopolitics of the Ancient Indian Past*. Nova Deli: Munshiram Manoharlal Publishers.

CHAKRABARTY, Dipesh. (2000), *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: University of Princeton.

CHARBIT, Tom (2006), *Les Harkis*. Paris: La Découverte.

CHOMSKY, Noam (2003), *A Manipulação dos Media: os Efeitos Extraordinários da Propaganda*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

CLIFFORD, James (1988), "On Orientalism", in James Clifford, *The Predicament of Culture, Twentieth-century Ethnography, Literature, and Art*. Cambridge: Harvard University Press, 255-276.

COELHO, João Paulo B. (2002), "African troops in the portuguese colonial army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique". *Portuguese Studies Review*, 10 (1): 129-150.

COELHO, João Paulo B. (2003), "Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas". *Lusotopie*: 175-193.

COLLINS, Patricia Hill (2000), *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York/London: Routledge.

CONDE, Idalina (1993), «Problemas e virtudes na defesa da biografia», *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 13: 39-57.

CONDE, Idalina (1994), «Falar da vida (II)», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 16: 41-74.

CORREIA, Pedro Pezarat (2000), "A participação local no desenvolvimento das campanhas. O recrutamento africano", in Adriano Moreira *et al.* (orgs.) *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 143-153.

COSTA, Sérgio (2006). "Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(60): 117-134.

COUTINHO, Rosa (1994), "A descolonização de Angola". *Vértice*, 58: 54-58.

DÂMASO, Eduardo e GOMES, Adelino (1996), "Falecidos por fuzilamento", *Público*, 30 de Junho: 47-53

DENZIN, Norman (2009), "Foreword Narrative's Moment», in Molly Andrews et al (eds.), *The Uses of Narrative: Explorations in Sociology, Psychology and Cultural Studies*. London: Transaction Publishers, xi-xiii.

DIRECÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS (1986), *Comunicado*, Lisboa, 12 de Setembro.

DJALÓ, Amadú Bailo (2010), "*Guineense Comando Português*" *Comandos Africanos (1964-1974)*. 1º Vol., Lisboa: Associação de Comandos.

DUBAR, Claude (2000), *La Crise des Identités: l'interprétation d'une mutation*. Paris: PUF.

DUSSEL, Enrique (2005), "Europa, modernidade e eurocentrismo", in Edgardo Lander (org), *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 55-70.

FANON, Frantz (2005), *Os Condenados da Terra*. trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães, Juiz de Fora: UFJF.

FANON, Frantz (s/d), *Pele Negra, Máscaras Brancas*. trad. Alexandre Pomar, Porto: Edição A. Ferreira.

FERRAROTTI, Franco (1991), «Sobre a autonomia do método biográfico», *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 9: 171-177.

FERRAROTTI, Franco (2006), «Historias de vida y ciencias sociales – entrevista a Franco Ferrarotti», por Monserrat Iniesta e Carles Feixa, *Perifèria – Revista de Recerca i formació en antropologia*, nº 5: 1-14, Página consultada em 23 de Março 2009, <http://www.raco.cat/index.php/Periferia/article/viewFile/146549/198369>

FISHER, Gustave-Nicolas (1994), *Le Ressort Invisible- vivre l'extrême*. Paris: éditions du Seuil.

FLICK, Uwe (2002), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. trad. Artur Parreira, Lisboa: Monitor.

FOUCAULT, Michel (1997), *Vigiar e Punir: Nascimento das Prisões*. Tradução Raquel Ramalheite, Petrópolis: Editora Vozes.

FOUCAULT, Michel. (2007), *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail, São Paulo: Martins Fontes.

FRASER, Nancy (1996), “Equality, Difference, and Radical Democracy: The United States Feminist Debates Revisited”, in David Trend (ed.), *Radical Democracy: Identity, Citizenship, and the State*. New York/London: Routledge, 196-208.

FRASER, Nancy (2007) «Reconhecimento sem ética?», *Lua Nova*, São Paulo, 70: 101-138. Página consultada em Dezembro de 2011. <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>,

FRASER, Nancy e HONNETH, Axel (2003), *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso.

FRIEDMAN, Susan Stanford (2001), “O «Falar da Fronteira», o hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º61: 5- 28.

GANDHI, Leela (1998), *Postcolonial Theory – A Critical Introduction*. New York: Columbia University Press.

GARCIA, Francisco Proença (2003), *Análise Global de uma Guerra Moçambique, 1964-1974*. Lisboa: Prefácio, 127-144.

GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.

GILROY, Paul (2000), *Against Race - Imagining Political Culture beyond the Color Line*. Cambridge: Harvard University Press/ Belknap.

GILROY, Paul (2001), *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira, São Paulo: Ed. 34.

GILROY, Paul (2007), *Entre Campos: Nações, Cultura e o Fascínio da Raça*. Trad. Célia Azevedo et al, São Paulo: Annablume.

GOFFMAN, Erving (1985), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Trad. Maria Célia Raposo, Petrópolis: Vozes.

GOFFMAN, Erving (1992), *Manicômios, Prisões e Conventos*. Trad. Dante Leite, São Paulo: Editorial Perspectivas.

GOMES, Catarina e MENESES, Maria Paula (2011), "História e Colonialismo : Por uma Inter-historicidade", Collections A traduire, Recueil Alexandries. Página consultada em 12 de Fevereiro de 2012. <http://www.reseau-terra.eu/article1223.html>.

GONÇALVES, António Custódio (Org.) (2004), O Islão na África Subsariana. Actas do 6º Colóquio Internacional "*Identidades, Poderes e Etnicidades. O Islão na África Subsariana*". Porto: FLUP .

GONÇALVES, Hugo (2005), "E depois do Adeus", *Revista Atlântico*, Página consultada em 18 de Março 2008. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2005/12/e_depois_do_ade.html

GRASS, Günter (2008), *Descascando a Cebola: Autobiografia 1939-1959*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

GUERRA, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Princípia Editora.

GUERRA, João Paulo (2001), "A censura e a guerra colonial", in R.A. Teixeira (org.), *A Guerra Colonial: realidade e ficção – Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Editorial Notícias: 473-478.

GUIMARÃES, Ângela (1984), *Uma Corrente do Colonialismo Português: a Sociedade de Geografia de Lisboa - 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.

HALBWACHS, Maurice (2004), *A Memória Colectiva*. São Paulo: Centauro,

HALL, Stuart. (1992), "The West and the Rest: discourse and power", in Stuart Hall e Bram Gieben (eds.), *Formations of Modernity*. Cambridge: Polity Press/ Open University.

HALL, Stuart (1996), "Identidade Cultural e Diáspora". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24: 68-75.

HALL, Stuart (1997), *Identidade Cultural*. Trad. Vanderli Silva, São Paulo: Fundação Memorial da América Latina.

HALL, Stuart (2003), "Introducción: quién necesita «identidad»?", in Stuart Hall e Paul du Gay (orgs.), *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires/Madrid: Amorrortu Editores, 13-39.

HALL, Stuart (2006), *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*. trad. Adelaine Resende *et al*, Belo Horizonte: UFMG.

HAMOUMOU, Mohand (2004), "L'Histoire des harkis et Français musulmans: la fin d'un tabou", in Mohammed Harbi e Benjamin Stora (orgs.), *La Guerre d'Algérie*. Paris: Hachette Littératures, 455-495.

HARAWAY, Donna (2002), "O Manifesto Ciborgue: a ciência, a tecnologia e o feminismo socialista nos finais do século XX", in Ana Gabriela Macedo (org.), *Género, Identidade e Desejo. Antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 221-250.

HARDING, Sandra (1996), *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Ediciones Morata.

HARDING, Sandra (2004), Rethinking standpoint epistemology: what is "strong objectivity"?, in Sandra Harding, (ed.), *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*, New York/London: Routledge, 127-142.

HENRIQUES, Isabel Castro (2004), *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

HONNETH, Axel (1995), *The struggle For Recognition. The Moral Grammar Of Social Conflicts*. Cambridge: Polity Press.

HOOKS, bell (2004), "Choosing the margin as a space of radical openness", in Sandra Harding, (ed.), *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*. New York/London: Routledge, 153-159.

INDEN, Ronald (1990), *Imagining India*. London: Hurst & Company.

INIESTA, Montserrat; FEIXA, Carlos (2006), «Historias de vida y ciencias sociales. Entrevista a Franco Ferrarotti», *Perifèria*, n.º5: 1-14.

INTUMBO, Incanha (2004), *Guiné-Bissau: Um "retalho" de línguas e culturas*, in VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Página consultada em 7 de Dezembro de 2011.
<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel66/IncanhaIntumbo.pdf>.

JOSSIAS, Elias (2007), *Entre a Colónia e a Nação: Moçambicanos Deficientes Físicos das Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: ISCTE.

KAUFFMANN, Jean-Claude (2004), *A Invenção de Si: uma teoria da identidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina Andrade (1991), *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

LEÃO, Ana e RUPIYA, Martin (2005), «A military history of the Angolan Armed Forces from the 1960s onwards – as told by formers combatants», in Martin Rupiya (ed.), *Evolutions & Revolutions: A Contemporary History of Militaries in Southern Africa*. Pretoria: Institute for the Security Studies, 7-41.

LEITE, Ana Mafalda (2003), *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri.

LESSARD-HÉBERT, M., GOYETTE, G., e BOUTIN, G. (1990), *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

LOOMBA, Ania (1998), *Colonialism / Postcolonialism*. New York/London: Routledge.

MACKENZIE, John M. (1995), *Orientalism: History, Theory, and the Arts*. Manchester/ New York: Manchester University Press.

MACQUEEN, Norrie (1998), *A Descolonização da África Portuguesa – A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

MAIA, Ângela Costa, MCINTYRE, Teresa, PEREIRA Graça e FERNANDES Eugénia (2006), “Por Baixo das Pústulas da Guerra: Reflexões com Ex-Combatentes da Guerra Colonial”, in Manuel Gama, *A Guerra Colonial (1961-1974)*. Universidade do Minho: Centros de Estudos Lusíadas, 11-28.

MALDONADO-TORRES, Nelson (2007), “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, in S. Castro-Gómez; R. Grosfoguel (Orgs.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores: 127-167.

MALDONADO-TORRES, Nelson (2008), “A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80: 71-114.

MARQUES, A.H. de Oliveira (1998), "A organização geral", in Valentim Alexandre e Jill Dias (coords.), *O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 133-165.

MARTELO, David (2001), *Cessar-Fogo em África*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

MARTINS, E. A. Azambuja (1936), *O Soldado Africano de Moçambique*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias.

MARTINS, E. A. Azambuja (1938), "Acção educativa sobre as populações indígenas de Moçambique, conseqüente de instrução militar do soldado indígena". I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo.

MATA, Inocência e PADILHA, Laura Cavalcante (2002), *Novos Pactos, outras Ficções: Ensaio sobre Literaturas Luso-afro-brasileiras*. Lisboa/Porto Alegre: Imbondeiro, Editora Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MATEUS, Dalila Cabrita (1999), *A luta pela Independência – A formação das Elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

MATEUS, Dalila Cabrita (2004), *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar.

MATEUS, Dalila Cabrita (2006), *Memórias do Colonialismo e da Guerra*. Porto: ASA Editores.

MCCLINTOCK, Anne (1995), *Imperial Leather. Race, Gender and Sexuality in Colonial Context*. New York /London: Routledge.

MEDEIROS, Paulo de (2000), “Hauntings: memory, fiction, and the Portuguese colonial wars”. *Cadernos de Literatura Comparada*, 1: 47-76.

MEDEIROS, Paulo de (2002), “Post-colonial Identities”, in Helena Buesco e Manuela Sanches (org.), *Literatura e Viagens Pós-coloniais*, Lisboa: Edições Colibri: 49-62.

MEDEIROS, Paulo de (2005) “Postcolonial Memories and Lusophone Literatures”. *European Review*, 13.1: 151-161.

MEMMI, Albert (1973), *Portrait du Colonisé, précédé du Portrait du Colonisateur*. Paris: Payot.

MENDES, José Manuel Oliveira (2003), *Do Ressentimento ao Reconhecimento: Vozes, Identidades e Processos Políticos nos Açores (1974-1996)*. Porto: Afrontamento.

MENDES, José Manuel Oliveira e ARAÚJO, Pedro (2010), “Nuclearidade, Trabalho dos Corpos e Justiça: A requalificação ambiental das minas da Urgeiriça e os protestos locais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 64, pp.81-105.

MENESES, Paula (2004), "Maciane F. Zimba e Carolina J. Tamele: os percursos e as experiências de vida de dois médicos tradicionais moçambicanos", in Boaventura de Sousa Santos e Teresa Cruz e Silva (orgs.), *Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social*, Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 11-114.

MIGNOLO, Walter D. (2005), “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”, in Edgardo Lander (org), *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 71-103.

MONTEIRO, Manuel Rui (2008), “Eu e o Outro – O invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto”, in Laura Padilha e Margarida Ribeiro (orgs.), *Lendo Angola*. Porto: Afrontamento, 27-28.

MOREIRA, Adriano (2000), “Enquadramento Político- estratégico das Campanhas de África”, in Adriano Moreira et al. (orgs.) *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 23-32.

MOREIRA, Adriano et al. (orgs.) (2000), *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares.

MOUTINHO, Mário (2000), *O Indígena no Pensamento Colonial Português*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

NETO, Maria da Conceição (1997), «Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX», *Lusotopie*, 327-359.

NEWITT, Malyn (1998), "Moçambique", in Valentim Alexandre e Jill Dias (coords.), *O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 557-656.

«NÔ PINTCHA», 24 de Novembro de 1980, “Guiné Bissau na Hora di Cambança”: 6.

«NÔ PINTCHA», 24 de Novembro de 1980 “Uma Revolução para Honrar os Nossos Heróis”: 4-5.

«NÔ PINTCHA», 29 de Novembro de 1980, “Em seis anos de independência 500 pessoas executadas nas matas de Cumeré”, *Portogole e Mansabá*: 4-5.

NUNES, António Pires (2002), *Angola 1966-1974, Vida Militar no Leste*. Lisboa: Tribuna da História.

OLIVEIRA Pedro Aires (2007), *Os despojos da aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa. 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China.

OLIVEIRA, A. N. Ramires de (1993) (coord.), *História do Exército Português (1910-1945)*. Vol. II, Lisboa: Estado-Maior do Exército.

PAIS, José Machado (2007), *Sociologia da Vida Quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

PÀMPOLS, Carlos Feixa (2006), «La imaginación autobiográfica», *Perifèria – Revista de recerca i formació en antropologia*, nº 5: 1-44, Página consultada em 28 de Março de 2009. <http://revistes.uab.es/periferia/article/viewFile/159/176>.

PELLISSIER, René (2004), *Les Campagnes Coloniales du Portugal 1844-1941*. Paris: Éditions Flammarion.

PINTO, António Costa (1999), "A guerra colonial e o fim do Império português", in Francisco Bethencourt e Kirty Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5, Navarra: Círculo dos Leitores, 65- 101.

PINTO, António Costa (2003), "The transitions to democracy and Portugal's decolonization", in Stewart Lloyd-Jones e António Costa Pinto (eds.), *The Last Empire: Thirty years of Portuguese Decolonization*. Bristol, Portland: Intellect Books, 17-34.

PINTO, Luis Filipe (2005), *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa : continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.

POLLAK, Michael (1985), "Encadrement et Silence: le travail de la mémoire". *Pénélope*, n.º12: 30-47.

POLLAK, Michael (1986), "La gestion de l'indicible". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 62-63: 30-53.

POLLAK, Michael (1989), "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.º3: 3-15.

POLLAK, Michael (1992), "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos*, Vol.5, n.º10: 200-212.

PORTUGAL. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (1988), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. vol.I. Lisboa: Comissão para o Estudo das Campanhas de África.

PRATT, Mary Louise (1991), "Arts of the Contact Zone". *Profession 91*, New York: Modern Language Association, 33-40.

PRATT, Mary Louise (1992), *Imperial Eyes – Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge.

QUIJANO, Anibal (2000), "Colonialidad del poder y clasificación social". *Journal of World System Research*, Vol XI, n.º 2: 342-386.

QUIJANO, Anibal (2005), "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina", in Edgardo Lander (org), *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 227-278.

QUINTAIS, Luís (2000a), "Liminaridade e metamorfose: uma reflexão antropológica sobre uma desordem psiquiátrica". *Análise Social*, Vol. 34, (153): 985-1005

QUINTAIS, Luís (2000b), "Memória e trauma numa unidade psiquiátrica". *Análise Social*, Vol. 34, (151-152): 673-684.

QUINTAIS, Luís (2000c), *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

RIBEIRO, António Sousa (2005), "A Tradução como Metáfora da Contemporaneidade: Pós-colonialismo, Fronteiras e Identidades", *Eurozine*. Página consultada em 3 de Janeiro de 2012. <http://www.eurozine.com/pdf/2005-07-18-ribeiro-pt.pdf>.

- RIBEIRO, Jorge (1999), *Marcas da Guerra Colonial*. Porto: Campo das Letras.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (1998), “Percursos Africanos: A Guerra Colonial na Literatura Pós-25 de Abril”. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 1: 125 -152.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (1999), “A Melancolia dos Percursos: África na Literatura Portuguesa Pós-25 de Abril”. *Africana Studia*: 205-231.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2002), “Empire, Colonial Wars and Post-Colonialism in Portuguese Contemporary Imagination”. *Portuguese Studies*, 17: 132 -214.
- RIBEIRO, Margarida Calafate e FERREIRA, Ana Paula (2003), *Fantasmata e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo de Letras.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004), *História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2006), “As ruínas da casa portuguesa em Os Cus de Judas e em O Esplendor de Portugal, de António Lobo Antunes” in Manuela Ribeiro Sanches (org.), “*Portugal não é um país pequeno*” contar o ‘império’ na pós-colonialidade. Lisboa: Edições Cotovia, pp. 43-62.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2007), *África no Feminino – As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento.
- RICOEUR, Paul (1990), *Soi-Même comme un Autre*. Paris: Editions du Seuil.
- RICOEUR, Paul (1991), “Narrative Identity”, *Philosophy Today*, 35, 1: 73:81.
- RICOEUR, Paul (2000), *La Mémoire, L’Histoire, L’Oublie*. Paris: Seuil.
- RODRIGUES, Joaquim Chito (2000), “Concepção e desenvolvimento da estratégia operacional face à eclosão da conflitualidade nas ex-colónias portuguesas. A mudança de um esforço estratégico em Angola, in Adriano Moreira et al. (orgs.) *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 99-139.
- RODRIGUES, Maria Eugénia (2006), “Cipaios da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII”. *História: Questões e Debates*, 45: 57-95.
- RODRIGUES, Rui (1995), *Os Últimos Guerreiros do Império*. Amadora: Erasmos.
- ROSAS, Fernando (1994), “O Estado Novo (1926-1974)”, in J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal*. Vol. 7. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- RUIVO, Fernando (1991), “Um Estado Labiríntico: A propósito das Relações entre o Poder Central e o Poder Local em Portugal”. *Revista de Ciências Sociais*, nº33: 189-200.

SACHETTI, António (2000), "A acção armada nas campanhas de África", in Adriano Moreira et al. (orgs.) *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 205-224.

SAID, Edward (1994), *Culture and Imperialism*. Londres: Vintage.

SAID, Edward W. (1995), *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.

SAID, Edward (2004), *Orientalismo – Representações Ocidentais do Oriente*. Tradução Pedro Serra, Lisboa: Cotovia.

SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) (2005), *Deslocalizar a “Europa”: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia.

SANCHES, Manuela Ribeiro Sanches (Org.) (2006), *“Portugal não é um País Pequeno”: Contar o ‘Império’ na Pós-colonialidade*. Lisboa: edições dos autores e edições cotovia.

SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.) (2011), *Malhas que os Impérios Tecem – Textos Anticoloniais Contextos Pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70.

SANCHES, Manuela Ribeiro, BUESCU, Helena Carvalhão (orgs.) (2002), *Literatura e Viagens Pós-coloniais*. Lisboa: Colibri/CEC.

SANTOS, António Almeida (1998), "A Revolução e a Questão Colonial. Que descolonização?", in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa: Edições Colibri, 107-136.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), “Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o caso português”. *Análise Social*, vol.XXI (87-88-89), 869-901.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1993), “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira”. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5 (1-2): 31-52.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente: contra o Desperdício da Experiência - Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol.I, Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), “Entre o Próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-Identidade”, in Ramalho, I., e Sousa Ribeiro, A. (eds.) *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos de Identidade*. Porto: Afrontamento, 23-84.

SANTOS Boaventura de Sousa (2004), "Do pós-moderno ao pós-colonial. e para além de Um e Outro". *Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.) (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

SANTOS, Graça (2004), *O Espectáculo Desvirtuado*. Lisboa: Editorial Caminho.

SARAIVA, José Manuel (1997), "E Portugal Aqui tão longe". *Expresso*, 13 de Junho: 50-65.

SARTRE, Jean Paul (1973) Préface, in Albert Memmi (1973) *Portrait du colonisé, précédé du portrait du colonisateur*. Paris: Payot, 23-30.

SCOTT, Joan (1991), "The evidence of experience". *Critical Inquiry*, Vol. 17, n.º4: 773-797.

SCOTT, Joan (1992), "Experience", in Judith Butler e Joan Scott (eds.), *Feminists Theorize the Political*. New York/London: Routledge, 22-40.

SMITH, Sidonie e WATSON, Julia (2001), *Reading Autobiography: a guide for interpreting life narratives*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

SOUTO, Amélia Neves de (2007), *Caetano e o Ocaso do «Império»: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento.

SPIVAK, Gayatri. (1985), "Three women's texts and a critique of imperialism", *Critical Inquiry*, nº 12: 242-261.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (1988), "Can the subaltern speak?", in C. Nelson e L. Grossberg (orgs.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. Londres: Macmillan, 66-111.

STEEDLY, Mary Margaret (1993), *Hanging without a Rope: Narrative Experience in Colonial and Postcolonial Karoland*. Princeton: Princeton University Press.

STORA, Benjamin (1998), *La Gangrène et l'Oublie: la Mémoire de la Guerre d'Algérie*. Paris: La Découverte.

STORA, Benjamin (2004), *Histoire de la guerre d'Algérie (1954-1962)*. Paris: La Découverte.

TAYLOR, Charles. (1989), *The sources of the self*. Cambridge: Harvard University Press.

TAYLOR, Charles (1992), *Multiculturalism and the "politics of recognition"*. Princeton: Princeton University Press.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (1998), *A Guerra Colonial e o Romance Português – Agonia e Catarse*. Lisboa: Editorial Notícias.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (2001), *A Guerra Colonial Realidade e Ficção, Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: Editorial Notícias.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (2002), *A Guerra Colonial Realidade e Ficção, Livro de Actas do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (2006), *Guerra de África – Angola 1961-1974*. Matosinhos/Lisboa: QuidNovi.

THOMAS, Nicholas (2005), “Cultura e Poder: teorias do discurso colonial”, in Manuela Sanches, (org.) *Deslocalizar a “Europa”: antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, 167-208.

VECCHI, Roberto (2001), “Experiência e representação: dois paradigmas para um cânone literário da guerra colonial”, in Rui de Azevedo Teixeira, *A Guerra Colonial : Realidade e Ficção, Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 389-399.

VENTURA, António (2006) *Campanhas Coloniais 1850-1925. Angola Moçambique, Guiné e Timor*. Matosinhos, QuidNovi.

WALSH, Catherine (2005), “Introducción - (Re)pensamiento crítico y (de) colonialidad”, in Catherine Walsh (org.), *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas*. Quito: Ediciones Abya-yala, 13-35.

WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte (2003), “Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade”. *Textos de História*, Vol.11, n.º1/2: 89-127.

YOUNG, Iris Marion (1990), *Justice and the politics of Difference*, Princeton University Press.

YOUNG, Iris Marion (1997), "Unruly categories: a critique of Nancy Fraser's dual systems theory", *New Left Review*, 222: 147-160.

Fontes

Acordos

ACORDO DE ALVOR, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Página consultada em 2 de Maio de 2009. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>.

ACORDO ENTRE O GOVERNO PORTUGUÊS E O PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E DE CABO-VERDE, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Página consultada em 3 de Maio de 2008. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon05>.

ACORDO DE LUSACA, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Página consultada em 2 de Maio 2009. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06>.

ANEXO AO ACORDO ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA – "FNLA", o Movimento Popular de Libertação de Angola – "MPLA", e a União Nacional para a Independência Total de Angol (sic) – "UNITA". Página consultada em 2 de Maio de 2009. <http://213.228.163.33/cd25a/ShowPdf.asp?id=562949953682354>.

Arquivos

ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL: cx. 6115/2; cx.765.1; cx.818-P4; cx.6812.

ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1316-PAA: 944; 596-PAA: 944,161; 1204-PAA; PROV.67, 945; PAA, 1270, 940, 1 (5) D; 1309, Vol.I, 941.1.D; 1308, VOL II, 940, 1, D; 1309, Vol I; 940, 1, D; 1309, vol.I, 940, 1, D; PAA-1270, 940, 1 (5)D; PAA-1273, 940, 1 (5)D.

ARQUIVO HISTÓRICO-MILITAR, 43/6/842/43; 43/6/843/44.

Imprensa

DIÁRIO DE NOTÍCIAS: 5 de Fevereiro de 1961; 6 de Fevereiro de 1961; 8 de Fevereiro de 1961; 12 de Fevereiro de 1961; 25 de Fevereiro de 1961; 4 de Março de 1961; 5 de Março de 1961; 17 de Abril de 1961; 21 de Abril de 1961; 24 de Abril de 1961; 16 de Maio de 1961; 23 de Maio de 1961; 2 de Junho de 1961; 12 de Junho de 1961; 2 de Junho de 1964; 15 de Junho de 1965; 3 de Junho 1967; 6 de Junho de 1967; 12 de Junho de 1969; 16 de Fevereiro de 1970; 12 de Junho de 1970; 14 de Junho de 1970; 12 de Junho de 1971; 9 de Novembro de 1971; 5 de Junho de 1972; 29 de Junho de 1972; 28 de Junho de 1973.

O SÉCULO: 7 de Fevereiro de 1961; 8 de Fevereiro de 1961; 23 de Fevereiro de 1961; 21 de Março 1961; 27 de Março de 1961; 16 de Agosto de 1961; 22 de Agosto de 1961.

NOTÍCIA SEMANÁRIO ILUSTRADO: 12 de Julho de 1962

Legislação

Acórdão n.º 423/2001 (rectificações). Página consultada em 20 de Setembro de 2010
<http://dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=20013692%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Ac%F3rd%E3o&v12=423/2001&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

Decreto-lei n.º458-A/75, de 22 de Agosto de 1975.

Decreto-lei n.º 308 – A/75 de 24 de Junho de 1975.

Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro de 1976.

Decreto-Lei n.º 319/84, de 1 de Outubro de 1984.

Lei n.º 7/74, de 27, de Julho de 1974.

Lei n.º 9/02, de 11 de fevereiro de 2002.

Lei n.º 21/04, de 5 de Junho de 2004.

Lei 23/07, de 4 de Julho de 2007.

Lei n.º 3/09, de 13 de Janeiro de 2009.

Outras Fontes

AMADU BAILO DJALÓ – lançamento do Livro (2). Página consultada em 10 de Maio de 2010, <http://www.youtube.com/watch?v=UBEyEv9NO24>.

ANTIGOS COMBATENTES, MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. Página consultada em 10 setembro 2010. <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/ACombatentes>.

ANTIGOS COMBATENTES REIVINDICAM PENSÕES. Página consultada em 12 de Janeiro de 2012, <http://aeiou.expresso.pt/antigos-combatentes-guineenses-reivindicam-pensoes=f109978>.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO QUINQUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DOS COMANDOS. Página consultada em 6 de Agosto de 2012, <http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=67351>.

EX-COMBATENTES DO EXÉRCITO COLONIAL PORTUGUÊS AMEAÇAM MANIFESTAR-SE NA BEIRA PARA EXIGIR PENSÕES. Página consultada em 12 de Janeiro de 2012, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/05/ex-combatentes-do-ex% C3% A9rcito-colonial-portugu% C3% AAs-amea% C3% A7am-manifestar-se-na-beira-para-exigir-pens% C3% B5es.html

FUZILEIROS NA GUINÉ – GUERRA COLONIAL (1961-1974). Página consultada em 23 de Fevereiro de 2012, <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=318>.

GUINÉ-BISSAU: ANTIGOS COMBATENTES GUINEENSES QUEREM PORTUGAL NO BANCO DOS REÚS. Página consultada em 12 de Janeiro de 2012, <http://aeiou.visao.pt/guine-bissau-antigos-combatentes-guineenses-querem-portugal-no-banco-dos-reus=f634763>.

NO FIM DAS GUERRAS. Página consultada em 23 de Novembro de 2011, http://ultramar.terraweb.biz/Livros/AmaduBailoDjalo/NoFimdasGuerras_DrNunoRogei-ro.pdf.

PEQUENA BIOGRAFIA DE UM HERÓI – JOÃO BACAR JALÓ. Página consultada em 15 de Janeiro de 2012 http://ultramar.terraweb.biz/CTIG/Imagens_CTIG_CapitaoJoaoBacarJalo.htm.